



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1600

Sexta-feira - 24 de Outubro de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2	Ipumirim .....	232	Pinheiro Preto .....	336
Alto Bela Vista.....	3	Irineópolis .....	233	Pomerode .....	339
Anchieta .....	5	Itá .....	234	Porto União.....	340
Antônio Carlos .....	5	Itaiópolis .....	234	Rio do Sul.....	341
Arroio Trinta.....	7	Itapiranga.....	235	Salto Veloso .....	344
Atalanta.....	19	Itapoá .....	251	Santa Terezinha do Progresso .....	345
Aurora .....	27	Ituporanga .....	261	São Bento do Sul.....	348
Balneário Rincão .....	28	Jacinto Machado .....	263	São Domingos.....	349
Barra Velha.....	28	Joaçaba.....	264	São João do Sul .....	352
Benedito Novo .....	29	Lages .....	268	São José.....	356
Biguaçu .....	29	Lauro Muller .....	269	São José do Cedro.....	359
Blumenau .....	32	Lebon Regis .....	270	São Lourenço do Oeste.....	360
Bom Jesus do Oeste .....	78	Leoberto Leal .....	285	São Miguel da Boa Vista .....	363
Braço do Trombudo .....	79	Lindóia do Sul .....	287	São Pedro de Alcântara.....	371
Brusque.....	79	Luzerna .....	288	Schroeder.....	372
Caçador.....	86	Macieira.....	291	Sombrio.....	380
Camboriú.....	93	Mafra .....	301	Timbé do Sul .....	382
Campo Alegre .....	95	Meleiro .....	301	Timbó .....	383
Campos Novos .....	146	Modelo .....	302	Treze Tilias .....	498
Canoinhas.....	146	Monte Carlo .....	303	Tunápolis.....	498
Capinzal .....	148	Morro da Fumaça .....	303	Turvo .....	499
Catanduas.....	150	Navegantes.....	304	Videira.....	503
Caxambu do Sul.....	154	Nova Trento .....	308	Vitor Meireles.....	508
Chapadão do Lageado .....	157	Novo Horizonte .....	308	Xavantina .....	508
Cocal do Sul.....	159	Palhoça .....	313	Xaxim.....	509
Concórdia .....	160	Papanduva.....	326		
Cordilheira Alta .....	161	Passo de Torres.....	329	<b>Consórcios</b>	
Coronel Freitas.....	162	Passos Maia .....	331	CIMCATARINA.....	512
Coronel Martins.....	162	Paulo Lopes .....	333	CIS Nordeste .....	514
Correia Pinto.....	163	Penha.....	334	CIS/AMARP.....	527
Curitibanos .....	163	Peritiba.....	335		
Dionísio Cerqueira .....	167				
Doutor Pedrinho.....	168				
Erval Velho .....	169				
Faxinal dos Guedes.....	182				
Forquilha.....	183				
Fraiburgo.....	186				
Frei Rogério .....	190				
Garopaba.....	195				
Garuva .....	196				
Gaspar .....	204				
Grão Pará .....	207				
Guaramirim.....	211				
Herval d'Oeste .....	211				
Ibiam .....	216				
Ilhota .....	221				
Imarui .....	222				
Imbituba .....	222				
Indaial.....	227				



CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

# Água Doce

## PREFEITURA

### Portaria 270/2014

PORTARIA Nº 270/2014 de 20 de outubro de 2014  
"EXONERAR A PEDIDO DO CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL A SERVIDORA QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009.

Resolve:

Artigo 1º Exonerar a pedido do cargo de Diretor do Departamento Patrimônio e Material, a Sra. ALESSANDRA BIAZZOLO, brasileira, solteira, inscrita sob CPF nº 031.652.229-59 a partir de 20/10/2014, conforme requerimento em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 20 de outubro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH

### Portaria 271/2014

PORTARIA Nº 271/2014 de 20 de outubro de 2014  
"CONCEDE FÉRIAS E ABONO PECUNIÁRIO A FUNCIONÁRIA QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária Marlene Trento Corrêa, inscrita sob CPF nº 533.548.429-20, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional de Manutenção e limpeza, a partir de 20/10/2014 a 08/11/2014, período 13/14, e também abono pecuniário de 10 dias.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 20 de outubro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH.

## CÂMARA MUNICIPAL

### Resolução 079/2014

RESOLUÇÃO N. 079/2014 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014  
ANTECIPA COMEMORAÇÃO DO DIA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILSON ANTÔNIO VERONA, Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais e demais normas legais aplicáveis à matéria, determina:

Artigo 1.º O Dia do Funcionário Público que é comemorado em 28 de outubro, nesse ano de 2014 será antecipado para o dia 27 (segunda-feira), sendo considerado ponto facultativo no Poder Legislativo do Município de Água Doce - Santa Catarina.

Artigo 2.º A sessão ordinária será realizada no dia 28.10 às 19:00 horas.

Artigo 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Resolução, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal parte destinada para o Poder Legislativo, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2014  
Wilson Antônio Verona  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce SC

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### Processo de Licitação Nº 059/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 059/2014

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 044/2014

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a aquisição de segadeira articulada, ancinho enleirador/espalhador e enfardadeira, novos, com recursos do Contrato de Repasse nº 794281/2013/MDA/CAIXA, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas no Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo as propostas de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até 08h50, do dia 06 de novembro de 2014, em sessão pública, com início previsto para as 9h da mesma data. A íntegra do Edital e informações complementares, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações".

Alto Bela Vista (SC), em 22 de outubro de 2014.

Décio Gratner

Prefeito Municipal.

### Lei Municipal Nº650, de 22 de Outubro de 2014

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DAS METAS DE RECEITA E DE DESPESAS DO PLANO PLURIANUAL DO PERÍODO 2014-2017, APROVADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 626, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Decio Grätner, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º As metas de receita e de despesas previstas no Plano Plurianual do período 2014 a 2017, aprovado pela Lei Municipal nº 626, de 12 de Novembro de 2013, passam a vigorar nos termos das planilhas anexas:

I - relativas à Relação Detalhada das Receitas Planejadas;

II - relativas à Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Alto Bela Vista/SC, em, 22 de Outubro de 2014.

DECIO GRÄTNER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

### Decreto Nº1911 de 20 de Outubro de 2014

INSTITUI E REGULAMENTA A CAMPANHA MAGIA DO NATAL DE 2014

DECIO GRÄTNER, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente pela Lei Complementar 64/2014, em seu artigo 23º;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a promoção "Magia do Natal" com o objetivo de fomentar a atividade econômica através de incentivos e prêmios para compras efetuadas no comércio local, de acordo com o regulamento da promoção, constante no anexo deste edital.

Art. 2º - Fica constituída comissão coordenadora da campanha de estímulo ao comércio local, "Magia do Natal" do Município de Alto Bela Vista - SC, constituída pelos seguintes membros:

I - Representando o Gabinete do Prefeito, o senhor Gustavo Elias Lohmann

II - Representando o Legislativo Municipal a Senhora Fabiana Pedrussi

III - Representando a Gerência de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, o senhor Günther Pöttker

IV - Representando Empresas do Município a Senhora Elizabeta Dick Ohlweiler

V - e Representando Empresas do Município o senhor Daniel Guilhaume Provin Abel.

§ 1º. Os membros da Comissão não receberão qualquer tipo ou modalidade de remuneração pelo desempenho das atribuições conferidas por este Decreto.

Art. 3º. O prazo de duração da campanha iniciar-se-á em 20 de Outubro de 2014 até 31/12/2014.

Art. 4º. Os prêmios serão os seguintes:

- 1º Premio - Vale compras no valor de R\$ 1.000,00;
- 2º Premio - Vale compras no valor de R\$ 700,00;
- 3º Premio - Vale compras no valor de R\$ 500,00;
- 4º Premio - Vale compras no valor de R\$ 500,00;
- 5º Premio - Vale compras no valor de R\$ 300,00;
- 6º Premio - Vale compras no valor de R\$ 300,00;
- 7º Premio - Vale compras no valor de R\$ 300,00;
- 8º Premio - Vale compras no valor de R\$ 200,00;
- 9º Premio - Vale compras no valor de R\$ 200,00;
- 10º Premio - Vale compras no valor de R\$ 200,00;

Art. 5º. O sorteio será realizado no Centro de Cultura de Alto Bela Vista, onde os membros da comissão procederão à retirada dos cupons que serão os vencedores do respectivo prêmio.

Art. 6º. Fica o Município autorizado a despender o valor de até R\$ 4.200,00 (Quatro mil e duzentos reais) neste exercício, podendo procurar junto a Associações e Empresas a obtenção de recursos financeiros para a aquisição de prêmios e custear demais despesas.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC),  
em 20 de Outubro de 2014.

DECIO GRÄTNER  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva  
Responsável pelas Publicações

#### **Portaria Nº094 de 21 de Outubro de 2014**

CONCEDER FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

DÉCIO GRÄTNER, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentar ao Servidor Público Municipal, ELSON DAVI STEIN ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, lotada na Gerência de Transportes e Obras.

Art. 2º Período aquisitivo de 01/06/2013 a 31/05/2014, período de gozo de 21 de outubro a 19 de novembro de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista em 21 de outubro de 2014.

DÉCIO GRÄTNER  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas publicações

#### **Portaria Nº 093 de 20 de Outubro de 2014**

CONCEDER FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

DÉCIO GRÄTNER, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentar a Servidora Pública Municipal, ELSI INES KRÜGER ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE LIMPEZA E COPA, lotada na Gerência de Administração.

Art. 2º Período aquisitivo de 08/01/2013 a 07/01/2014, período de gozo de 20 de outubro a 03 de novembro de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista em 20 de outubro de 2014.

DÉCIO GRÄTNER  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas publicações

**Anchieta****PREFEITURA****Convite****CONVITE**

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar no próximo dia 28 de outubro de 2014, com início às 14 horas, na Sala de Sessões da Câmara de Vereadores de Anchieta, sito na Rua Vereador Geraldo Garlet nº 01, neste município, Audiência Pública, para a elaboração das legislações constantes, LDO e LOA para o ano financeiro de 2015, conforme determina o artigo 48 e seu parágrafo, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, e demais dispositivos constitucionais e legais vigente.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA - SC.

Em, 20 de outubro de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**Antônio Carlos****PREFEITURA****Decreto Nº 104/2014**

DECRETO Nº 104/2014

Remanejamento entre despesas no Orçamento programa de 2014. ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 60.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.026-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 60.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.026-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 60.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 23 de Outubro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 105/2014**

DECRETO Nº 105/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 51.500,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.304.0007.2.031-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 4.000,00

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 21.500,00

11.01.10.301.0007.2.028-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 25.000,00

11.01.10.304.0007.2.031-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 1.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 51.500,00



Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 23 de Outubro de 2014.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 106/2014**

DECRETO Nº 106/2014

Remanejamento entre despesas no Orçamento programa de 2014.  
ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 150.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 150.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 150.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 23 de Outubro de 2014.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 107/2014**

DECRETO Nº 107/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar -Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 76.155,32 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0004.2.007-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 15.000,00

04.01.10.306.0004.2.004-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 10.155,32

06 -SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 -SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.06.181.0006.2.017-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 1.000,00

06.01.15.452.0006.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 50.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 76.155,32

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 23 de Outubro de 2014.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 108/2014**

DECRETO Nº 108/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 -SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 -SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.06.181.0006.2.017-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 2.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 -SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 -SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.06.181.0006.2.017-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 2.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 23 de Outubro de 2014.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### **Portaria N 462/2014**

PORTARIA Nº 462/2014.

Concede Licença p/tratamento de saúde a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA P/TRATAMENTO, ao servidor EUCLECEDES HILLESHEIN BESEN, ocupante do cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a partir de 23 de outubro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 23 de outubro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 24 de outubro de 2014.

### DECRETO Nº 109/2014

DECRETO Nº 109/2014

Institui Ponto Facultativo aos servidores Públicos do Município de Antônio Carlos e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC - ANTÔNIO PAULO REMOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 56, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica decretado PONTO FACULTATIVO nos órgãos da Administração Pública Municipal, o dia 28 (vinte e oito) de outubro (terça-feira) do ano corrente, em razão da comemoração do Dia do Servidor Público.

§1º - Todas as atividades essenciais não serão alcançadas pela regalia deste artigo, em especial às áreas da saúde e educação desta Municipalidade.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 23 de outubro de 2014.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### Decreto Legislativo 002/2014

DECRETO LEGISLATIVO N.º 002/2014

Estabelece Ponto Facultativo o dia 28 de outubro de 2014 (Dia do Funcionário Público), para os serviços da Câmara de Vereadores.

EDSON LAIR DECKER, Presidente da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que o Feriado comemorativo ao Dia do Funcionário Público é comemorado nacionalmente no dia 28 de outubro, que neste ano se dará na próxima terça-feira;

DECRETA:

Art. 1ª - Fica estabelecido Ponto Facultativo no dia 28 de outubro de 2014, para os serviços da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos/SC, em comemoração ao Dia do Funcionário Público.

Art. 2ª - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 24 de outubro de 2014.

EDSON LAIR DECKER  
Presidente

## Arroio Trinta

### PREFEITURA

### Pregão Presencial Nº 0031/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0031/2014.

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTO DE PROCESSAMENTO DE DADOS E EQUIPAMENTO DE ÁUDIO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Lei Complementar 123/06, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes (credenciamento): Até às 09h:00 do dia 12/11/2014.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 12/11/2014.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 23 de outubro de 2014.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 1708

LEI COMPLEMENTAR Nº 1708, DE 21/10/2014.

Dispõe sobre o Parcelamento do Solo para Fins Urbanos no Município de Arroio Trinta, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica do Município, submete à apreciação da Câmara de Vereadores, a seguinte alteração da Lei Complementar nº 1026/2004,

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam alterados os artigos abaixo relacionados, da Lei Complementar nº 1026/2004, do Parcelamento do Solo, do Plano Diretor Físico Territorial de Arroio Trinta:

### CAPÍTULO VIII

#### DO PROJETO DE DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO

Art. 13 A aprovação do projeto a que se refere o artigo anterior, só poderá ser permitida quando:

I - os lotes desmembrados e/ou remembrados tiverem as dimensões mínimas para a respectiva zona, conforme Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano;

II - a parte restante do lote ainda que edificado, compreender uma porção que possa constituir lote independente, observadas as dimensões mínimas previstas em Lei.

III - Desmembramentos e /ou desdobro com servidão, só serão permitidos para no máximo dois lotes, com servidão mínima de 05 (cinco) metros.

## CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, incorporando-se as alterações, aprovadas em Audiência Pública, da presente Lei Complementar nº 1026/2004.

Arroio Trinta - SC, 21 de outubro de 2014.  
Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 21 de outubro de 2014.

Nelson Campagnin  
Secretário Municipal de Administração

### Lei Nº 1709

LEI COMPLEMENTAR Nº 1709, DE 21/10/2014.

Dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo Urbano (Zoneamento) da Sede do Município de Arroio Trinta, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica do Município, submete à apreciação da Câmara de Vereadores, a seguinte alteração da Lei Complementar nº 1027/2004,

## DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam alterados os artigos abaixo relacionados, da Lei Complementar nº 1027/2004, de Uso e Ocupação do Solo Urbano (Zoneamento), do Plano Diretor Físico Territorial de Arroio Trinta:

### SEÇÃO II Das Definições

Art. 3º Para efeito de aplicação da presente Lei, são adotadas as seguintes definições, sendo alterado o §4º e §5º, sendo alterado a numeração dos parágrafos seguintes para §6º e §7º:

§4º - O território do Município de Arroio Trinta, fica dividido em três Macrozonas:

I - MR: Macrozona Rural, que corresponde às áreas localizadas fora do perímetro urbano com característica agropecuária e com potencial turístico.

II - MU: Macrozona Urbana, que corresponde à porção urbanizada do território com ocupação mais densa e consolidada.

III - MEUT: Macrozona de Expansão Urbana Turística, que corresponde a áreas passíveis de expansão urbana, com tendência a ocupação e adensamento com Característica Turística.

§5º - Das Zonas, segundo o uso predominante:

a) Zona Residencial:

- São as áreas destinadas ao uso residencial, unifamiliar, multifamiliar, coletivo e geminado, predominantemente. Os outros usos existentes nas zonas devem ser considerados como acessórios, de apoio ou complementação.

ZRM - Zona Residencial de Média Densidade;

ZRB - Zona Residencial de Baixa Densidade.

b) Zona Mista:

- São áreas onde se concentram predominantemente atividades comerciais e de prestação de serviços, especializados ou não. Os demais usos são considerados complementares do espaço.

ZMD - Zona Mista Diversificada;

ZMC - Zona Mista Comercial.

c) Zona de Preservação Permanente:

- São áreas destinadas à proteção do Patrimônio Cultural, Histórico, Paisagístico, Arqueológico e Arquitetônico e Ambiental.

ZPP - Zona de Preservação Permanente.

Fica excluída a Zona de Expansão Urbana, sendo criada as zonas de Especial Interesse Social e a Zona de Interesse Industrial, sendo:

d) Zona Especial de Interesse Social

- A Zona Especial de Interesse Social, tem por objetivo destinar prioritariamente a produção de habitações de interesse social e ampliação de equipamentos urbanos beneficiando a população de baixa renda.

e) Zona de Interesse Industrial

- A Zona de Interesse Industrial tem por objetivos estabelecer normas para construção de Indústrias que pelo seu porte e grau de poluição são incompatíveis com as atividades predominantes das demais Zonas.

§6º - Das atividades:

a) Habitação:

- Unifamiliar: edificação destinada a servir de moradia a uma só família;

- Multifamiliar: edificação destinada a servir a mais de uma família, em unidades autônomas, superpostas (prédio de apartamentos);

- Coletiva: edificação destinada a moradia de um grupo de pessoas, como pensões, asilos, internatos e similares;

- Geminada: edificação destinada a servir de moradia a mais de uma família, em unidades autônomas contíguas horizontais, com uma parede comum.

b) Comércio:

- Atividade pela qual fica caracterizada uma relação de troca, visando um lucro e estabelecendo-se a circulação de mercadorias.

c) Serviço:

- Atividade remunerada ou não, pelo qual fica caracterizado o préstimo de mão-de-obra ou assistência de ordem técnica, intelectual e espiritual.

d) Indústria:

- Atividade na qual se dá a transformação da matéria-prima em bens de produção ou de consumo.

e) Agrícola e Criação de Animal:

- Atividade na qual se utiliza a fertilidade do solo para produção de plantas, e animais, para as necessidades do próprio agricultor ou com vistas de mercado.



**§7º - Dos termos gerais:**

- a) Alvará de Construção: documento expedido pela Prefeitura que autoriza a execução de obras sujeitas à sua fiscalização;
- b) Alvará de Localização e Funcionamento: documento expedido pela Prefeitura que autoriza o funcionamento de uma determinada atividade sujeita à regulamentação por esta Lei;
- c) Ampliação ou Reforma em Edificações: obra destinada a benfeitorias de edificações já existentes, sujeitas também à regulamentação pelo Código de Obras do Município;
- d) Baldrame: viga de concreto ou madeira que une as fundações;
- e) Equipamentos Comunitários: são os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, segurança e assistência social;
- f) Equipamentos Urbanos: são os equipamentos públicos de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica e gás canalizado;
- g) Fundações: parte da construção destinada a distribuir as cargas sobre o terreno;
- h) Faixa de Proteção: faixa paralela a um curso d'água, medida a partir de sua margem e perpendicular a esta, destinada a proteger as espécies vegetal e animal desse meio, e da erosão. Esta faixa é variável e é regulamentada pelas Leis Federal, Estadual e Municipal relativas à matéria;
- i) Regime Urbanístico: conjunto de medidas relativas a uma determinada zona que estabelecem a forma de ocupação e disposição das edificações em relação ao lote, à rua e ao entorno;
- j) Subsolo: pavimento abaixo da menor cota do passeio fronteiro à divisa do lote da edificação, e cuja altura do pé-direito seja até 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) acima desse mesmo referencial.

**CAPÍTULO III  
DO ZONEAMENTO**

Art. 11 A área do perímetro urbano da Sede do Município de Arroio Trinta, conforme o Mapa de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, parte integrante desta Lei, fica subdividida, nas seguintes zonas:

- ZMD - Zona Mista Diversificada;
- ZMC - Zona Mista Central;
- ZRM - Zona Residencial de Média Densidade;
- ZRB - Zona Residencial Baixa Densidade;
- ZPP - Zona de Preservação Permanente;
- ZEU - Zona de Expansão Urbana, EXCLUÍDA;
- ZEIS - Zona Especial de Interesse Social;
- ZII - Zona de Interesse Industrial.

§1º - As zonas são delimitadas por limites do Perímetro Urbano, rios, vias e por divisas de lotes.

§2º - O regime urbanístico para os lotes de ambos os lados das vias que limitam zonas diferentes, serão os da zona de parâmetros urbanísticos menos restritivos.

§3º - Para efeitos do parágrafo anterior, a profundidade considerada não será superior à profundidade média dos lotes na zona.

Art. 12 As Zonas Residenciais destinadas ao uso residencial unifamiliar, multifamiliar, coletivo e geminado, predominantemente,

denominam-se:

- ZRM - Zona Residencial de Média Densidade;
- ZRB - Zona Residencial de Baixa Densidade.

Art. 13 As Zonas Mistas destinadas predominantemente ao exercício das atividades comerciais e de serviços denominam-se:

- ZMC - Zona Mista Central
- ZMD - Zona Mista Diversificada

§1º - Os diferentes tipos de zonas Mistas visam compatibilizar a implantação destas atividades com a infra-estrutura e sistema viário existentes, estimular a implantação dos diferentes tipos de comércio e serviços em locais cujo grau de adequabilidade seja mais aceitável.

Art. 14 As Zonas de Preservação Permanente (ZPP) são áreas de proteção das faixas marginais dos rios, obedecendo Legislação Federal nº 10.257 relativa ao Estatuto da Cidade. A faixa de proteção será de 15,00 m (quinze metros) para cada lado.

Parágrafo Único. A Prefeitura Municipal, a seu critério, ouvido o conselho de desenvolvimento urbano do Município de Arroio Trinta, poderá condicionar a permissão de obra de ampliação nos lotes existentes às margens já comprometidas dos cursos d'água à feitura de obras de recuperação nos mesmos.

Art. 15 A Zona de Interesse Social, tem por objetivo destinar prioritariamente a produção de habitações de interesse social e ampliação de equipamentos urbanos beneficiando a população de baixa renda.

Art. 16 A Zona de Interesse Industrial tem por objetivos estabelecer normas para construção de Indústrias que pelo seu porte e grau de poluição são incompatíveis com as atividades predominantes das demais Zonas.

Art. 17 Será proibida a edificação nas faixas de domínio da SC 453, das redes de transmissão da ELETROSUL, CELESC e TELESC, para assegurar a ampliação e manutenção das mesmas.

Parágrafo Único. As faixas de proteção às linhas de transmissão são as seguintes:

- a) Da ELETROSUL - faixas de 60,00m (sessenta metros) de largura ao longo da linha de transmissão;
- b) Da CELESC - faixas de 25,00m (vinte e cinco metros) ao longo da linha de transmissão;
- c) Da TELESC - faixa de proteção ao feixe de micro-ondas. A altura da edificação nesta faixa será fixada de forma a não prejudicar o feixe de micro-ondas, por ser este nocivo à saúde.

Art. 18 A regulamentação dos tipos de Uso do Solo e normas para Ocupação do Solo, das diversas Zonas, estão estabelecidas respectivamente nas Tabelas II e III, em anexo, parte integrante desta Lei. Esta tabela estabelece os usos permitidos, permissíveis e proibidos, observações com a especificação da aplicação dos Instrumentos do Estatuto da Cidade para cada Zona, e define Taxa de Ocupação, Taxa de Permeabilidade o índice de aproveitamento e os recuos: frontal, lateral e de fundos, obrigatórios.

Parágrafo Único. Nas áreas inundáveis será proibida a ocupação do pavimento para fins residenciais, comerciais ou similares, quando o piso deste estiver abaixo da cota de enchente.

#### CAPÍTULO IV DAS ÁREAS DE RECREAÇÃO E ESTACIONAMENTO

Art. 19 Em todo edifício ou conjunto residencial com quatro ou mais unidades será exigida uma área de recreação equipada, a qual deverá obedecer os seguintes requisitos mínimos:

a) quota de 6,00m<sup>2</sup> (seis metros quadrados) por unidade de moradia;

b) localização em área isolada sobre os terraços, ou no térreo, desde que protegidas de ruas, locais de acesso de veículos e de estacionamento;

c) superfície permeável - com areia ou grama de no mínimo 12,00m<sup>2</sup>, incluída na quota da letra "a".

Art. 20 As áreas mínimas destinadas ao estacionamento de veículos estão estabelecidas em função do uso na tabela I, anexa a esta Lei.

Parágrafo Único - Os casos não mencionados na referida Tabela serão tratados por analogia aos usos nela previstos.

#### CAPÍTULO V DA CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÃO DOS USOS DO SOLO

Art. 21 Ficam classificados e relacionados os usos do solo da Sede do Município, quanto às atividades:

##### USO 1 - HABITAÇÃO:

- Unifamiliar;
- Multifamiliar;
- Coletiva;
- Geminada;
- Conjunto Habitacional para Baixa Renda.

##### USO 2 - COMÉRCIO E SERVIÇO VICINAL:

Atividades de pequeno porte, de utilização imediata e cotidiana, como:

- Açougue;
- Mercaria/ Minimercado;
- Bar;
- Feira Livre;
- Padarias;
- Salão de Beleza;
- Estabelecimentos de ensino;
- Escritórios de Profissional Liberal;
- Consultório Médico Odontológico;
- Equipamentos Comunitários;
- Atividade Profissional não incômoda, exercida na própria residência.

##### USO 3 - COMÉRCIO E SERVIÇOS DE BAIROS:

Atividade de médio porte, de utilidades intermitente e imediata, destinada a atender a população em geral.

##### GRUPO A :

- Agência bancária;
- Relojoaria;
- Loja de ferragens;
- Boutique;
- Loja de calçados e roupas;
- Lavanderia não industrial;
- Livraria;

- Venda de eletrodoméstico;
- Venda de móveis;
- Banca de revistas;
- Venda de veículos e acessórios;
- Farmácia;
- Floricultura;
- Escritório;
- Representações comerciais;
- Sonorização;
- Oficina de eletrodoméstico.

##### GRUPO B:

- Manufaturado e artesanato;
- Ambulatório;
- Clínica de pequeno porte;
- Supermercado;
- Tipografia;
- Material de construção;
- Mercado;
- Escola de informática;
- Academia;
- Panificadora;
- Restaurante.

##### GRUPO C:

- Hotel/ Pousada;
- Teatro;
- Cinema.

##### USO 4 - COMÉRCIO E SERVIÇO GERAL:

Atividade destinada a população em geral, as quais por seu porte ou natureza, exigem confinamento em áreas próprias, além da análise pelos órgãos competentes.

##### GRUPO A:

- Armazenagem de alimentos;
- Comércio atacadista;
- Depósito de material de ferro velho;
- Comércio de agrotóxicos;
- Oficina de latarias e pintura;
- Gráfica;
- Lava-rápido;
- Posto de abastecimento;
- Oficina mecânica;
- Garagens;
- Transportadora;
- Borracharia.

##### GRUPO B:

- Serraria;
- Jato de Areia;
- Serralheria;
- Marmoraria;
- Marcenaria.

##### GRUPO C:

- Boate ;
- Danceteria;
- Discoteca;
- Bailão.

##### USO 5 - COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO:

Atividades peculiares cuja adequação a vizinhança dependa de

uma série de fatores a serem analisados pelo órgão competente, para cada caso.

#### GRUPO A:

- Hospitais;
- Quartéis/ Bombeiros/ Delegacias;
- Sede de associação;
- Cemitério;
- Sede de entidade religiosa;
- Casa de culto;
- Estabelecimento de Ensino/ Creche;
- Centros Comunitários.

#### GRUPO B:

- Posto de venda de gás;
- Posto de Combustíveis;
- Depósito de inflamáveis.

#### GRUPO C:

- Equipamentos urbanos destinados ao lazer (parques, quiosques);
- Circo;
- Camping;
- Parque de diversões.

#### GRUPO D:

- Albergue;
- Motel;

#### USO 6 - INDÚSTRIA:

##### a) Indústria do tipo A:

Não poluidoras ou de baixa poluição com até 250 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados). Potencial Poluidor/Degradador Pequeno.

##### b) Indústria do tipo B:

Não poluidoras ou de baixa poluição com área superior a 250 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), tendo características de indústria tipo A. Menor que 100 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) com características de indústria tipo B. Neste grupo incluem-se ainda, as indústrias de mediana poluição sonora e do ar, não importando a área. Potencial Poluidor/Degradador Médio.

##### c) Indústria do tipo C:

Poluidoras do meio ambiente, do modo geral e mediantemente poluidoras de água, não importando a área. Potencial Poluidor/Degradador Grande.

Art. 22 As atividades não especificadas no artigo anterior serão analisadas, tendo em vista sua similaridade com as constantes na listagem, anexo 1, ouvindo o conselho da Prefeitura.

#### CAPÍTULO VI DOS RECUOS

Art. 23 Os espaços livres, definidos como recuos e afastamentos não são edificáveis, devendo ser tratados como áreas verdes em pelo menos 30% (trinta por cento) da respectiva área, ressalvando-se o direito à realização das seguintes obras:

I - muros de arrimo e de vedação dos terrenos, tapumes, cercas divisórias, escadarias e rampas de acesso, necessárias em função da declividade natural do terreno;

II - garagem ou estacionamento com capacidade máxima para dois veículos no afastamento frontal das edificações residenciais, quando implantadas em terrenos que não permitam a execução de rampas de acesso no afastamento frontal com declividade de até 20% (vinte por cento) devendo, entretanto, resultar encravada em no mínimo 2/3 (dois terços) de seu volume e a sua cobertura deverá ser constituída por terraço plano, vedada qualquer edificação sobre a mesma;

III - varandas ou coberturas para abrigos, no recuo de fundos e/ou num dos afastamentos laterais, vedado porém, o seu fechamento frontal, podendo a cobertura ser utilizada como terraço, vedado qualquer edificação sobre a mesma;

IV - central de gás, de acordo com as normas do Corpo de Bombeiros;

V - edícula ocupando os recuos laterais e de fundos, desde que igual ou menor que 50,00m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados);

VI - o recuo frontal deverá ser usado como ajardinamento, permitindo-se a impermeabilização do solo apenas nos acessos ao prédio;

VII - poços de elevadores e vãos de escadarias, ocupando apenas parte de um dos afastamentos laterais;

VIII - sacadas desde que não vinculadas a área de serviço, poderão avançar até 50% (cinquenta por cento), sobre os recuos, porém nunca distar menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) da(s) divisa(s).

#### Art. 24 Das Zonas Mistas:

I - para as construções comerciais e garagens os afastamentos laterais e de fundos são livres;

II - as paredes cegas ficarão desobrigadas ao recuo lateral e fundos até o 2º pavimento. A partir deste deverão obedecer ao mesmo recuo que as paredes com abertura para compartimentos de utilização transitória (H/10) e permanente (H/8);

III - nos corredores comerciais o recuo frontal é livre até o 2º pavimento, desde que, pelo menos, o pavimento térreo tenha destinação comercial.

Art. 25 Nos terrenos de esquina deverão ser respeitados os recuos frontais, de acordo com a tabela III (anexa), em todas as testadas.

#### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 São partes integrantes e complementares desta Lei, os seguintes anexos:

- a) Mapa de Uso e Ocupação do Solo (Zoneamento);
- b) Mapa de Macrozoneamento;
- c) Mapa dos Eixos de Desenvolvimento Municipal;
- d) Tabelas "I", "II" e "III";
- e) Anexo I - listagem da classificação das indústrias quanto à degradação ambiental

Art. 27 Os Instrumentos do Estatuto da Cidade serão aplicados nas Zonas, conforme definição na Tabela - Uso do Solo, parte integrante desta Lei, devendo as mesmas, serem regulamentadas posteriormente.

Art. 28 Sobre os lotes vagos ou no caso de descumprimento dos parâmetros desta Lei, para evitar a ociosidade da infraestrutura instalada, o Poder Executivo aplicará o aumento do IPTU

Progressivo no tempo, de acordo com o Art. 7º da Lei 10.257 de 10 de junho de 2001 e de Lei Complementar do Município que Institui o IPTU Progressivo no Tempo.

Parágrafo Único. Destarte, os pressupostos para o estabelecimento da progressividade do IPTU como instrumento de política urbana são:

- a) a existência de um plano diretor;
- b) existência de uma lei municipal específica para a área, incluída no plano diretor;
- c) a existência de notificação ao particular, devidamente averbada no registro de imóveis, que fixe prazo e condições ao particular para que cumpra as obrigações estatuídas na lei municipal específica;
- d) o descumprimento das obrigações pelo particular.

Art. 29 O PLANO DIRETOR FÍSICO TERRITORIAL deverá ser objeto de análises e reavaliações permanentes, quando julgadas relevantes, a partir de estudos desenvolvidos pelo Conselho Municipal e submetidos à aprovação da Câmara de Vereadores, visando acompanhar as transformações urbanas.

Art. 30 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, incorporando-se as alterações, aprovadas em Audiência Pública da revisão da presente Lei Complementar nº 1027/2004.

Arroio Trinta - SC, 21 de outubro de 2014.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 21 de outubro de 2014.

Nelson Campagnin  
Secretário Municipal de Administração

**TABELA I (A) - GARAGENS RESIDENCIAL/ COMERCIAL**  
Parte integrante e complementar do Projeto de Lei.

PADRÕES P/ GARAGENS RESIDENCIAIS		
NOTAS	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ ESTACIONAMENTO
1*	Unifamiliar	1 vaga por unidade
2*	Multifamiliar até 180m² de área construída por apartamento.	1 vaga por unidade habitacional
-	Multifamiliar acima de 180m² de área construída por apartamento.	2 vagas por unidade habitacional

PADRÕES P/ GARAGENS COMERCIAIS		
NOTAS	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ ESTACIONAMENTO
-	Comércio Varejista acima de 150m²	1 vaga para cada 150m² ou fração de área adicionada
-	Centro Comercial, Loja de Departamento.	1 vaga para cada 120m² de área construída.
-	Supermercados acima de 150m²	1 vaga para cada 100m² de área de vendas; 1 vaga para caminhos para área construída. acima de 500m².
-	Comércio de Materiais de Construção.	1 vaga para cada 150m² de área construída.
-	Depósitos acima de 250m²	1 vaga para cada 250m² de área construída; 1 vaga para caminhos para cada 250m² de área construída.

-	Comércio Atacadista acima de 500m²	1 vaga para cada 200m² ou fração de área adicionada; 1 vaga para caminho para cada 500m² de área construída.
---	------------------------------------	---

1\* Para unidades habitacionais populares unifamiliares não será exigido vaga de estacionamento.

2\* Para os conjuntos habitacionais populares multifamiliares será reduzido em 50%.

**TABELA I (B) - GARAGENS SERVIÇOS/INDÚSTRIAS**  
Parte integrante e complementar do Projeto de Lei.

PADRÕES P/ GARAGENS SERVIÇOS		
NOTA	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ESTACIONAMENTO
-	Consultórios e Escritórios em geral	1 vaga para cada 120m² de área construída.
-	Oficinas de reparos e Serviços de manutenção em veículos	1 vaga para cada 75m² de área construída.
-	Oficina de Reparos em geral	1 vaga para cada 100m² de área construída.
-	Laboratórios, Casas de Repouso, Ambulatórios, Clínica, Policlínica, Hospital, Maternidade e Similares	1 vaga para cada 100m² de área construída.
-	Hotéis e demais meios de hospedagem	1 vaga para cada 3 unidades de alojamento; 1 vaga para ônibus para cada 40 unidades de alojamentos
-	Transportadoras com coleta e distribuição de mercadorias	1 vaga para caminho para cada 200m² de área construída.
-	Motéis	1 vaga para cada unidade de alojamento
-	Quadras de esportes, Estádios, Ginásios cobertos e similares.	1 vaga para cada 10m² de arquibancada
-	Bancos e demais serviços de crédito	1 vaga para cada 50m² de área construída.
*	Ensino de 3º grau, 2º grau, particular e cursinhos.	1 vaga para cada 100m² de área construída.
-	Cemitérios	1 vaga para cada 300m² de terreno com o mínimo de 10 vagas

\* Para os estabelecimentos públicos será reduzido em 30%.

PADRÕES P/ GARAGENS INDÚSTRIAS		
NOTA	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ESTACIONAMENTO
-	Atividades industriais acima de 250m²	1 vaga para cada 250m² de área construída.; 1 vaga para caminho para cada 500m² de área construída.

**TABELA II - USO DO SOLO URBANO - PROPOSTA ALTERAÇÃO**  
Parte Integrante e Complementar do Projeto de Lei 1027/2004

ZONEAMENTO			
ZONA	PERMITIDOS	PERMISSÍVEIS	OBSERVAÇÕES
ZMD	USO1; USO 2; USO 3, GRUPO A; USO 4, GRUPO A/B; USO 5 GRUPO A; USO 6 GRUPO A/B.	USO 3, GRUPO B/C; *USO 4, GRUPO B/C; *USO 5, GRUPO B/C/D;	- * Para estes usos será exigido o Estudo de Impacto de Vizinhança , Instrumento do Estatuto da Cidade; - Nesta Zona serão implantados Outorga Onerosa de Construir, Direito de Preempção, Estudo de Impacto de Vizinhança, Instrumentos do Estatuto da Cidade.
ZMC	USO 1; USO2; USO 3, GRUPO A/B;	USO 3, GRUPO C; USO 4, GRUPO A/C; *USO 5, GRUPO A/B/C; *USO 6, GRUPO B.	- * Para estes usos será exigido o Estudo de Impacto de Vizinhança , Instrumento do Estatuto da Cidade; Nesta Zona serão implantados IPTU Progressivo no Tempo e Outorga Onerosa do Direito de Construir, Instrumentos do Estatuto da Cidade.
ZII	USO 6, GRUPO A/B	* USO 1; USO 4, GRUPO A/B; *USO 6 GRUPO C.	- A classificação das indústrias respeitará o Art. 22 e a Lei do órgão Estadual em vigor, parte integrante desta Lei; - Nesta Zona será permitida apenas a construção de uma unidade de moradia; - * Para estes usos será exigido o Estudo de Impacto de Vizinhança , Instrumento do Estatuto da Cidade; - Implantação de Barreira Verde na divisa com outra zona, conforme lei regulamentar

ZRB	USO 1; USO 2; USO 5, GRUPO A.	USO 3, GRUPO A/B/ *USO 4, GRUPO A/B; USO 5, GRUPO C.	- * Para estes usos será exigido o Estudo de Impacto de Vizinhança Instrumento do Estatuto da Cidade;
ZRM	USO 1; USO 2; USO 3, GRUPO A/B. *USO 5, GRUPO A	USO 3, GRUPO C; *USO 4, GRUPO A/B;	- Nesta Zona serão implantados Outorga Onerosa de Construir, Direito de Preempção, Estudo de Impacto de Vizinhança, Instrumentos do Estatuto da Cidade.
ZPP	-	-	Considerada uma faixa de 15 metros para cada lado do rio em áreas urbanas consolidadas.
ZEIS	USO 1; USO 2;	USO 3, GRUPO A/B USO 4, GRUPO A *USO 5, GRUPO A/B	- Nesta Zona será permitida apenas a construção de uma unidade de moradia.
MACROZONEAMENTO			
MU	Usos e índices especificados no Zoneamento		
MR	USO 1; USO 2; USO 3, GRUPO B/C USO 5, GRUPO A/C USO 6, GRUPO A Todo tipo de atividade agropecuária	USO 5, GRUPO A/B/C; *USO 6, GRUPO A/B	- Nesta Macrozona será implantado o Programa de Incentivo ao Turismo Rural; - * Para estes usos será exigido o Estudo de Impacto de Vizinhança Instrumento do Estatuto da Cidade;
MEUT	USO 1; USO 2; USO 3, GRUPO C USO 5, GRUPO C	*USO 4, GRUPO C; *USO 5, GRUPO D;	- Nesta Macrozona será implantado o Programa de Incentivo ao Turismo Rural; - * Para estes usos será exigido o Estudo de Impacto de Vizinhança Instrumento do Estatuto da Cidade;

Obs: Todas as atividades que não estiverem relacionadas no Art. 21 ou aquelas que gerarem dúvidas serão analisadas pelo conselho;

TABELA III - OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO  
Parte Integrante e Complementar



## ZONEAMENTO

ZONAS	ÁREA MÍNIMA M2	TESTADA MÍNIMA	TAXA DE OCUPAÇÃO (1)	ÍNDICE APROVEITAMENTO	NÚMERO DE PAVIMENTOS (2)	TAXA DE PERMEABILIDADE (%)	RECUO FRONTAL	RECUO LATERAL E FUNDO (3)
ZMD	360m2	15,00	Com. 80% Res. 60%	IB=4,8 IM=6,6	7 + 3	10	Com. Livre Res. 2,00m	Com. Livre até o 7º pav. Acima do 7º Res. PT.H/10 PP.H/8
ZMC	360m2	15,00	Com. 80% Res. 60%	IB=4,8 IM=7,8	7+5	10	Com. Livre Res. 2,00m	Com. Livre até o 7º pav. Acima do 7º Res. PT.H/10 PP.H/8
ZRB	360m2	15,00	60%	1,5	Térreo +1	20	2,50m	1,50 se houver abertura
ZRM	360m2	15,00	60%	IB=2,9 IM=4,2	4 + 3	20	2,50m	1,50 se houver abertura
ZPP	-	-	-	-	-	-	-	Uma faixa de 15m para cada lado do rio
ZII	800 m2	20,00	70	1,5	Térreo + 1	20	10,00	Livre
ZEIS	240 m2	12,00	50	0,5	Térreo + 1	30	3,00	1,50 se houver abertura

## MACROZONEAMENTO

MACRO-ZONAS	ÁREA MÍNIMA M2	TESTADA MÍNIMA	TAXA DE OCUPAÇÃO (1)	ÍNDICE APROVEITAMENTO	NÚMERO DE PAVIMENTOS (2)	TAXA DE PERMEABILIDADE (%)	RECUO FRONTAL	RECUO LATERAL E FUNDO (3)
MU	Os Índices estão detalhados no Zoneamento							
MR	-	-	-	-	-	-	-	-
MEUT	360 m2	15,00	60	1,5	Térreo + 1	20	3,00	Área que vai pela estrada da Linha Passoni até o CTG e a Gruta, com uma faixa de 50 metros para cada lado do eixo da estrada. Nesta Macro-zona será implantado incentivo ao desenvolvimento de atividades turísticas, conforme Lei Regulamentar

1)Taxa de Ocupação - valor expresso em porcentagem ou fração da área do lote que pode ser ocupada pela projeção, em plantas das construções neste lote.

2)Índice de aproveitamento - é o número pelo qual se deve multiplicar a área do lote para se obter a área máxima de construção neste lote.

3)Paredes, sem aberturas poderão ser construídas nos alinhamentos laterais e/ou fundos.

-Nos lotes de esquina, o recuo frontal será de 3,00m na menor

testada e 2,00m na maior testada.

-PT : permanência transitória (circulações, banheiros, lavabos, vestiários e depósitos).

-PP: permanência prolongada (salas, cômodos destinados ao preparo e ao consumo de alimentos, ao repouso, ao lazer, ao estudo e ao trabalho).

L E G E N D A

ZMD - Zona Mista Diversificada

ZMC - Zona Mista Comercial

ZRB - Zona Residencial Baixa Densidade

ZRM - Zona Residencial de Média Densidade

ZPP - Zona de Preservação Permanente

ZEU - Zona de Expansão Urbana

ZII - Zona de Interesse Industrial

ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

MU - Macrozona Urbana

MR - Macrozona Rural

MEUT - Macrozona de Expansão Urbana Turística

## LEI Nº 1710

LEI Nº 1710, DE 21/10/2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições constitucionais de seu cargo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do ano 2014, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de 190.500,00 (Cento e noventa mil e quinhentos reais).

Artigo 2º O crédito adicional suplementar definido no Artigo 1º terá a seguinte classificação orçamentária:

02.02.04.122.0003.2.000004	MANUT. DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	65.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	75.000,00

02.03.10.606.0020.2.000041	MANUT. DAS ATIV. DA AGRICULTURA		
33900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	10.000,00

02.06.06.452.0017.2.000036	MANUT. DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	6.000,00

02.09.08.244.0005.2.000008	MANUT. DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	17.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	17.000,00

02.09.10.306.0010.2.000025	PROGRAMA SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	4.500,00
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	19.500,00

02.10.26.782.0023.2.000043	MANUT. DA SEC. DE TRANSPORTES E OBRAS		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	51.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	51.000,00

02.12.08.244.0005.2.000010	MANUT. DO FUNDO M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
33900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	12.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	12.000,00

Artigo 3º Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no Artigo 2º será feita anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

02.01.28.846.0026.0.000025	AMORT. DA DÍVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS		
33900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	50.000,00

02.02.04.122.0025.2.000048	CONTRIBUIÇÃO A CONSÓRCIOS		
33710000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	6.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	6.000,00

02.03.10.605.0011.1.000004	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	30.000,00

02.03.18.541.0019.2.000038	MANUT. DAS ATIV. DE PROTEÇÃO AMBIENTAL		
33900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	15.000,00

02.03.18.541.0020.1.000005	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	10.000,00

02.03.18.541.0020.2.000039	INCENTIVO A PRODUÇÃO VEGETAL		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	12.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	12.000,00

02.06.16.482.0018.1.000010	APOIO AO SISTEMA HABITACIONAL		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	5.000,00

02.06.15.451.0015.1.000009	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	40.500,00
	TOTAL ANULADO	R\$	40.500,00

02.07.23.695.0022.2.000042	MANUT. DAS ATIV. VOLTADAS AO TURISMO		
33900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	10.000,00

02.13.08.243.0006.2.000013	MAN. ATIV. FUNDO M. DA INF. E ADOLESCÊNCIA		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	12.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	12.000,00

Artigo 4º Esta Lei entra em vigência na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Arroio Trinta - SC, em 21 de outubro de 2014.  
AlcidirFelchilcher  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 21 de outubro de 2014.

Nelson Campagnin  
Secretário Municipal de Administração

### Decreto Nº 1641

DECRETRO Nº 1641, de 21 de outubro de 2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.  
O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 1710 de 21/10/2014,

#### DECRETA:

Artigo 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do ano 2014, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de 190.500,00 (Cento e noventa mil e quinhentos reais).

Artigo 2º O crédito adicional suplementar definido no Artigo 1º terá a seguinte classificação orçamentária:

02.02.04.122.0003.2.000004	MANUT. DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	65.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	75.000,00

02.03.10.606.0020.2.000041	MANUT. DAS ATIV. DA AGRICULTURA		
33900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	10.000,00

02.06.06.452.0017.2.000036	MANUT. DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	6.000,00

02.09.08.244.0005.2.000008	MANUT. DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	17.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	17.000,00

02.09.10.306.0010.2.000025	PROGRAMA SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	4.500,00
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	19.500,00

02.10.26.782.0023.2.000043	MANUT. DA SEC. DE TRANSPORTES E OBRAS		
31900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	51.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	51.000,00

02.12.08.244.0005.2.000010	MANUT. DO FUNDO M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
33900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	12.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	12.000,00

Artigo 3º Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no Artigo 2º será feita anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

02.01.28.846.0026.0.000025	AMORT. DA DÍVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS		
33900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	50.000,00
02.02.04.122.0025.2.000048	CONTRIBUIÇÃO A CONSÓRCIOS		
33710000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	6.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	6.000,00

02.03.10.605.0011.1.000004	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	30.000,00

02.03.18.541.0019.2.000038	MANUT. DAS ATIV. DE PROTEÇÃO AMBIENTAL		
33900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	15.000,00

02.03.18.541.0020.1.000005	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	10.000,00

02.03.18.541.0020.2.000039	INCENTIVO A PRODUÇÃO VEGETAL		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	12.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	12.000,00

02.06.16.482.0018.1.000010	APOIO AO SISTEMA HABITACIONAL		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	5.000,00

02.06.15.451.0015.1.000009	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	40.500,00
	TOTAL ANULADO	R\$	40.500,00

02.07.23.695.0022.2.000042	MANUT. DAS ATIV. VOLTADAS AO TURISMO		
33900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	10.000,00

02.13.08.243.0006.2.000013	MAN. ATIV. FUNDO M. DA INF. E ADOLESCÊNCIA		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	12.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	12.000,00

Artigo 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Arroio Trinta - SC, em 21 de outubro de 2014.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 21 de outubro de 2014.

Nelson Campagnin  
Secretário Municipal de Administração

### Decreto Nº 1642

DECRETO Nº 1642, de 21 de outubro de 2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.603 de 24/10/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.100,00 (Trinta mil e cem reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

03.01.10.301.0009.1.000002 AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DA SAÚDE  
44900000-0364 Aplicações Diretas R\$ 30.100,00  
SUPLEMENTADO R\$ 30.100,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo único. R\$ 30.100,00 (Trinta mil e cem reais), por conta

do superávit do exercício anterior na fonte 0064 - Atenção Básica;

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 21 de outubro de 2014.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 21 de outubro de 2014.

Nelson Campagnin  
Secretário Municipal de Administração

### Decreto Nº 1643

DECRETO Nº 1643, de 21 de outubro de 2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.603 de 24/10/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.350,00 (Dez mil trezentos e cinquenta reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0212.08.244.0005.2.000010 MANUT. DO FUNDO M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

44900000-0363 Aplicações Diretas R\$ 10.350,00  
SUPLEMENTADO R\$ 10.350,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo Único - R\$ 10.350,00 (Dez mil trezentos e cinquenta reais), por conta do superávit do exercício anterior, na fonte orçamentária 0063 - Bolsa Família;

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 21 de outubro de 2014.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 21 de outubro de 2014.

Nelson Campagnin  
Secretário Municipal de Administração

**Decreto Nº 1644**

DECRETO Nº 1644, de 22 de outubro de 2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.603 de 24/10/2012,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

01.0101.01.031.0001.2001 MANUT. DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

319100000-0100 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
SUPLEMENTADO R\$ 5.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

01.0101.01.031.0001.2001 MANUT. DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

319000000-0100 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
ANULADO R\$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 22 de outubro de 2014.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 22 de outubro de 2014.

Nelson Campagnin  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 195**

PORTARIA Nº 195, DE 06/10/2014.

Autoriza a Averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00069/14-2, nos assentos funcionais da servidora LIRES ANCILIERO, detentora da matrícula nº 007 e do cargo de provimento efetivo de Professor I, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora LIRES ANCILIERO, detentora da matrícula nº 007 e do cargo de provimento efetivo de Professor I, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00069/14-2, para fins de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição.

Parágrafo único. Fica averbado o período de 21/02/1985 a 28/02/1990 registrado pela CTC expedida pelo INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 06 de outubro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 196**

PORTARIA Nº 196, de 06/10/2014.

Autoriza Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei nº 1043 de 02/07/2004 e por excepcional interesse público,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Autorizar a Contratação Temporária por Prazo Determinado, nos termos da Lei nº 1043 de 02/07/2004 e por excepcional interesse público, a Senhora SUELENE DE LIMA SANTOS CORDEIRO, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob nº 031.643.689-50 e Identidade nº 861.219, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, para exercer a função de AUXILIAR OPERACIONAL II, por 40:00 (quarenta) horas semanais, no horário compreendido entre 08:00 as 12:00 e 13:30 as 17:30 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 01/10/2014 à 19/12/2014.

Parágrafo único - A servidora contratada estará substituindo Ivanir Miotelli Casaletti, que solicitou demissão da função.

Artigo 2.º - O servidor contratado de acordo com o art. 1º desta Portaria será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/10/2014.

Artigo 5.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 06 de outubro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal



# Atalanta

## PREFEITURA

### Portarias 141 À 152

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 141/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica Municipal e art. 110, Parágrafo 8º da Lei Complementar nº 005/2011,

#### RESOLVE:

Conceder férias ao Servidor JONAS DE OLIVEIRA, por um período de 10 dias, a partir da data de 05 de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
05 de setembro de 2014  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 142/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica Municipal e art. 110, Parágrafo 8º da Lei Complementar nº 005/2011,

#### RESOLVE:

Conceder férias ao Servidor JACKSON HADLICH, por um período de 10 dias, a partir da data de 05 de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
05 de setembro de 2014

TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº. 143/ 2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o Artigo 1º, inciso V e IX da Lei nº. 1177/2010,

#### RESOLVE:

Contratar por prazo determinado ARIANE GABRIELA FELIX LEITE, para o cargo de Assistente Social, conforme Edital de Processo Seletivo nº 02/2014, a partir de 08 de setembro de 2014.

ATALANTA (SC), 08 de setembro de 2014.  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 144/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Alterar a carga horária da Professora DAIANE ZANELATO, contratada por tempo determinado, passando de 15hs para 20hs, a partir de 01 de setembro de 2014

Prefeitura Municipal de Atalanta  
09 de setembro de 2014  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 145/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o inciso I do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Exonerar a Servidora CLAUDIANE ANGELICA FLORESTI, do cargo de Assessor, a partir de 22 de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
22 de setembro de 2014  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 146/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere no item IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Colocar a Disposição para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico o veículo PAS/Automóvel, Marca e Modelo Fiat Siena Fire Flex, Categoria Oficial, Cor branca, Placa nº MJH - 5228, ano 2011, modelo 2012, sendo que as despesas efetuadas pelo mesmo serão por conta da respectiva secretaria, com vigência a partir de 01 de outubro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
01 de outubro de 2014.  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 147/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere no artigo 156, inciso I da Lei Complementar nº 005//2011,

#### RESOLVE:

Penalizar com Advertência o Servidor GUILHERME ARNOLD, por não cumprir as ordens superiores.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
01 de outubro de 2014.

TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 148/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere no item IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Colocar a Disposição para a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura o veículo PAS/ONIBUS, Marca e Modelo M. BENZ/BUSCAR URBANO U, ano e modelo de 1998, a Diesel, Categoria Oficial, Cor branca, Chassi nº 9BM384073WB159593, Placa nº KMP - 7658, sendo que as despesas efetuadas pelo mesmo serão por conta da respectiva secretaria, a partir de 01 de outubro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
01 de outubro de 2014.

TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

**PORTARIA Nº 149/2014**

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica Municipal ,

**RESOLVE:**

Designar a Senhora ELISANDRA STEINHEUSER JOCHEM, a ocupar Função de Diretora da UEI Montão de Carinho, acrescida ao salário do cargo efetivo a gratificação de 25% do salário base, a partir da data de 01 de outubro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
01 de outubro de 2014

TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

**PORTARIA Nº 150/2014**

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Cessar efeito da Portaria nº 101/2014, que designa o Servidor WAGNER BECHTOLD, a responder pelo Controle Interno da Prefeitura Municipal de Atalanta, visto que, o titular desta função o Servidor JOARES JOCHEM, retornou ao trabalho no dia 08 de outubro de 2014, reassumindo o Controle Interno do Município.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
08 de outubro de 2014

TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

**PORTARIA Nº 151/2014**

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Designar o Servidor CARLOS MARÇAL DEMARCHI, responsável pelo setor de Compra Direta, da Prefeitura Municipal de Atalanta.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
09 de outubro de 2014

TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 152/2014**

INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DE LOTES CONSTANTES NO IMÓVEL MATRICULADO SOB O Nº 14.806, DE PROPRIEDADE DO SR. JAIRO CARDOSO, COM INTUITO DE REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTO IRREGULAR, NOS TERMOS DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial composta dos servidores abaixo relacionados, para procederem avaliação dos lotes constantes no imóvel Matriculado sob o n.º 14.806, com o intuito de cumprir o Termo de Ajustamento de Conduta firmado junto ao Ministério Público Estadual, que tem por objeto regularização do loteamento irregular de propriedade do Sr. Jairo Cardoso.

TITULARES : Márcio Alexandre Demarchi  
Jackson Hadlich  
Jaime Senem

SUPLENTE : Laércio França  
Jonas de Oliveira  
Diomir Alberton

Art. 2º As avaliações dos imóveis deverão acompanhar os preços de mercado, cujas quais ocorrerão na data da execução das obras.

Os trabalhos da Comissão Especial ora instituída serão considerados serviço público relevante.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Atalanta, 13 de outubro de 2014.  
TARCÍSIO POLASTRI  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº 1391/2014**

LEI Nº 1391/2014

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE ATALANTA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

TARCÍSIO POLASTRI, Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 141, da Lei Orgânica do Município e na Lei Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000 - LRF, as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015, compreendendo:

I - as Metas Fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2014/2017;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos

do Município;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

Parágrafo Único - Integram a presente Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

## CAPÍTULO II

### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2015

Art. 2º. - As Metas Fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2015 de que trata o artigo 4º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, estão identificadas no ANEXO I desta Lei, em consonância com o Plano Plurianual para o período 2014-2017.

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas na Planilha de Identificação de Projetos, Atividades e Operações Especiais, que integra esta Lei. (Artigo 4º, § 1º da LRF).

§ 1º - Os recursos estimados na lei orçamentária para 2015 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas nesta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas ou valores estabelecidos nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a preservar a suficiência de caixa.

§ 3º - O anexo de prioridades e metas conterá, no que couber, o disposto no § 2º, do artigo 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 4º, § 1º da LRF).

## CAPÍTULO III

### DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagarem já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico

Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 340/2006 e 245/2007, e seus anexos e demais alterações.

§ 2º - A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

§ 3º - A modalidade de aplicação identificada pelo código 91 - despesas intra-orçamentárias, será programada a fim de atender operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social. (Portaria Interministerial Nº. 688/05).

§ 4º - A modalidade de aplicação identificada pelos códigos 71 e 93 - Transferência à Consórcios Públicos, será programada a fim de atender as despesas realizadas através dos Consórcios Públicos.

§ 5º - As receitas decorrentes das operações intra-orçamentárias, destinadas às despesas de Órgãos, Fundos, Autarquias e Fundações, mantidas pelo Poder Público Municipal, serão identificadas pelas seguintes classificações a nível de categoria econômica:

I - 7000.00.00 - Receitas correntes intra-orçamentárias;

II - 8000.00.00 - Receitas de capital intra-orçamentárias.

§ 6º - A Natureza de receita intra-orçamentária deve ser constituída substituindo-se o 1º nível das categorias econômicas 1 e 2 pelos dígitos 7 e 8 para a receita intra-orçamentária corrente e de capital respectivamente. (Portaria STN 338/06)

Art. 5º. - O Orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 6º. - A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus fundos e aos orçamentos fiscal e da seguridade social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº. 42/1999, Interministerial nº. 163/2001, STN nº 212/01, 325/01, 519/01, 688/01, 869/05, 340/06 e seus anexos, 338/06, 406/06, 504/06, 245/07 e seus anexos, e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária;

V - Programa de Trabalho;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Vínculo com os Recursos;

IX - Demonstrativo da Despesa (QDD) por Órgãos e Funções;

X - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e identificação das fontes de financiamento;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes, conforme disposto no artigo 12, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa de seu Impacto Orçamentário e Financeiro, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF;

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (Art. 5º, II da LRF);

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;  
XV - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XVI - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2015;  
XVII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público;

XVIII - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previsto para o exercício de 2015;

XIX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2015.

§ 1º - Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º - Os Fundos Municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 3º - A Planilha da Despesa de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, conforme o disposto na Portaria STN nº. 163/2001 e suas alterações, admitido o remanejamento por decreto do chefe do Poder Executivo Municipal dentro do mesmo projeto, atividade ou operação especial já instituída, definido por esta Lei como categoria de programação.

Art. 7º - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária de que trata o Artigo 22, Parágrafo Único, I, da Lei 4.320/64, conterá:

I - Quadro demonstrativo da evolução da Receita dos exercícios de 2011, 2012 e 2013, previsão para 2014 e 2015, com justificativa da estimativa para 2015, acompanhado de metodologia e memória de cálculo; (Princípio da transparência - Artigo 12 da LRF)

II - Quadro demonstrativo da evolução da Despesa em nível de função e Grupo de Natureza de Despesa, dos exercícios de 2011, 2012 e 2013 fixadas para 2014 e 2015; (Princípio da transparência - Artigo 48 da LRF)

III - Quadro demonstrativo da dívida fundada por contrato, com identificação do credor, saldo em 30 de setembro de 2014, e programação de amortização no exercício de 2015; (Princípio da transparência - Artigo 48 da LRF)

IV - Quadro demonstrativo da dívida flutuante, com identificação das contas e saldos na posição em 30 de setembro de 2014; (Princípio da transparência - Artigo 48 da LRF)

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro e do Passivo Financeiro na sua posição em 30 de setembro de 2014; (Princípio da transparência - Artigo 48 da LRF);

VI - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2015;

VII - Quadro demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2013, 2014 e 2015, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento; (Art. 20 e 48 da LRF)

VIII - Quadro demonstrativo da despesa por Unidade Orçamentária e sua evolução nos exercícios de 2012, 2013, 2014 e 2015;

IX - Quadro demonstrativo dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino e programação de aplicação; (Art. 212 da CF e 60 dos ADCT)

X - Quadro demonstrativo dos recursos destinados a saúde e a programação de aplicação; (Art. 77 dos ADCT)

XI - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 8º. - O orçamento para o exercício de 2015 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte de destinação, abrangendo o Poder Legislativo,

Executivo, seus fundos e autarquias (ART. 1º, § 1º e ART. 4º, I, "a" da LRF).

Art. 9º. - Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2015 deverão observar as alterações da legislação tributária e a evolução da receita nos últimos três anos.

§ 1º. - As transferências constitucionais, base de cálculo para contribuição ao FUNDEB, constarão do Orçamento da Receita pelos seus valores brutos.

§ 2º. - Em atendimento ao disposto no Parágrafo 3º, do Artigo 2º. da Lei de Responsabilidade Fiscal, o menor valor do FUNDEB, entre o recebido e pago, será excluído na apuração da Receita Corrente Líquida.

Art. 10 - Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Parágrafo Único - A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com o disposto no artigo 2º., inciso IV da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 11 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observados a destinação dos recursos, para as seguintes despesas abaixo: (ART. 9º. da LRF):

I - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

II - eliminação ou redução de despesas com horas extras;

III - redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;

IV - zeramento de serviços realizados a terceiros;

V - exoneração de ocupantes de cargos comissionados;

VI - outras até o restabelecimento da situação planejada.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 12 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2015, a 10% da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2014. (ART. 4º, § 2º da LRF).

Art. 13 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, casos se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 14 - Os orçamentos para o exercício de 2015 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não superiores a 5,00% (cinco por cento) das receitas correntes líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/99, art. 5º, Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais, conforme ANEXO desta lei. (ART. 5º, III "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2015, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais



suplementares de dotações que se tornaram insuficientes, mediante autorização legislativa.

Art. 15 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 16 - O Executivo Municipal deverá elaborar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o cronograma anual de desembolso mensal para suas unidades gestoras e o desdobramento das metas bimestrais de arrecadação. (ART. 8º da LRF).

Art. 17 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º, da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida no artigo 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº. 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificação, com codificação adequada, cada uma das fontes de destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 3º - A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais com a utilização do excesso de arrecadação apurado em cada fonte de destinação de recursos poderão ser realizadas mediante autorização legislativa.

Art. 18 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2015, são as constantes do Demonstrativo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF).

Art. 19 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (ART. 4º, I, "f" da LRF).

§ 1º. - Não se aplicam o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas, em que o Município for associado.

§ 2º. - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 20 - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda ao valor para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado (Art. 16, § 3º da LRF).

Art. 21 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito. (ART. 45 da LRF).

Art. 22 - Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Parágrafo Único - A cessão de pessoal só será feita com custos para o ente de destino, exceto para o Fórum da Comarca, quando os custos são do próprio ente.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 24 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação

fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº. 163/2001 e suas alterações.

§ 1º. - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos dentro de um mesmo grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro do mesmo órgão/unidade orçamentária, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF)

§ 2º. - Os recursos do Fundo de Reserva de Contingência também poderão ser utilizados pelo Executivo Municipal, mediante autorização legislativa, para suplementação de Modalidades de Aplicação que apresentarem insuficiência de saldo durante o exercício.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária, o Poder Executivo poderá utilizar ainda os recursos do Superávit Financeiro do exercício anterior, do Excesso de Arrecadação apurado em cada fonte de destinação de recurso, devidamente comprovado, de convênios ou de operações de crédito não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, para a abertura de créditos adicionais suplementares no orçamento da Prefeitura e dos fundos.

§ 1º. - As suplementações com os recursos de que trata o "caput" deste artigo, poderão ser realizadas por meio de autorização legislativa.

§ 2º. - Para a abertura de crédito suplementar com recursos do superávit financeiro utilizar-se-á obrigatoriamente o Grupo de Destinação de Recursos 3 - Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores.

§ 3º. - A abertura de créditos adicionais suplementares no exercício de 2015 ficam limitadas a 10% (dez por cento) do valor da Receita Total do Município.

Art. 26 - Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015 e constantes desta Lei (Artigo 167, I, da Constituição Federal)

Art. 27 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento das ações básicas de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Art. 28 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilizarão das Metas de Despesas e contemplados na Lei Orçamentária para 2015, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF)

Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo responsável pela convocação da audiência pública de que trata o "caput" do presente artigo.

Art. 29 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 30 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2015, destinado a financiar despesas de



capital previstas no orçamento (Artigos 30,31 e 32, da LRF)  
Art. 31 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica. (Artigo 32, I, da LRF)

Art. 32 - A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos em Lei.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 33 - O Executivo e Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder a revisão geral anual, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, bem como nomear servidores para cargos em comissão, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 34 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF).

Art. 35 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

I - eliminação ou redução de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação ou redução das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem a substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como "319034.00 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização", e computadas como despesas de pessoal na apuração do seu limite estabelecido no Artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Atalanta, ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 37 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas no final de cada quadrimestre.

#### CAPÍTULO VII

##### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 39 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, §

3º da LRF)

Art. 40 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

#### CAPÍTULO VIII

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41 - O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de Dezembro de 2014.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até o sancionamento da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, mediante autorização legislativa, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2014, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 42 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43 - A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 44 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, mediante autorização legislativa.

Art. 45 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Parágrafo Único - Os convênios com valor acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) serão assinados mediante autorização em lei específica.

Art. 46 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 22 de outubro de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

#### Lei 1392/2014

LEI Nº. 1392/2014

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Alienar Máquinas e Veículos de Propriedade da Prefeitura Municipal de Atalanta e dá Outras Providências".

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar máquinas e veículos de propriedade da Prefeitura Municipal de Atalanta, no estado que se encontrar e na forma da Lei, conforme descrição que segue:

- Um Pas Automóvel, VW/Gol Special, 5P/55CV, a Gasolina, Ano de

Fabricação 1999, Modelo 2000, Categoria Oficial, na Cor Branca, Chassi nº 9BWZZZ377YP046654, Placa - AIZ-2019, Patrimônio nº 2146.

- Um Pas Automóvel, VW/Gol 1.0, 05P/070CV, a Álcool/Gasolina, Ano de Fabricação 2005, Modelo 2006, Categoria Oficial, na Cor Vermelha, Chassi nº 9BWCA05W46T017808, Placa - MEA-8028, Patrimônio nº 2141.

- Um Trator Agrícola SLC, John Deere, Modelo 5700, na Cor Verde, a Diesel, Ano de Fabricação e Modelo 2000, Patrimônio nº 2157.

- Um Trator Agrícola Massey Ferguson, Modelo MF 292, na Cor Vermelha, a Diesel, Ano de Fabricação e Modelo 2002, Patrimônio nº 2159.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta lei entra e vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15 de abril de 2009.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 22 de outubro de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

### Lei 1393/2014

LEI N.º 1393/2014

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 355.000,00 (Trezentos e cinquenta e cinco mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
28.123.0016.2.007 - Cont. p/ Formação Pat. Serv. Pública - PASEP  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
12.361.0040.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental  
3.3.90.00.00.00.00.00.0122 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00  
12.361.0049.2.018 - Manutenção do Transporte Escolar  
3.3.90.00.00.00.00.00.0122 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00  
12.361.0049.2.019 - Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental  
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00  
12.365.0049.2.020 - Manutenção da Merenda Escolar - Educação Infantil  
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00  
12.362.0049.2.021 - Assistência aos Educandos - Apoio ao Ensino Médio

3.3.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00  
27.812.0058.2.026 - Manutenção do Desporto Amador  
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00

06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
06.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
26.782.0061.2.027 - Manutenção do Setor Rodoviário  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 60.000,00

07.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.243.0076.2.030 - Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
3.3.90.00.00.00.00.00.0121 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00  
08.244.0076.2.042 - Manutenção dos Serviços de Proteção e Atendim. Integ. a Família - PAIF  
3.1.90.00.00.00.00.00.0121 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0121 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0088.2.036 - Manutenção dos Serviços de Saúde  
3.1.90.00.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 100.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 30.000,00  
10.301.0091.2.038 - Manutenção da Farmácia Básica  
3.3.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - Os créditos abertos por esta Lei correrão por conta do superávit financeiro do Exercício de 2013 da Fonte de Recurso 0101 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, no valor de R\$ 40.000,00; da Fonte de Recurso 0121 - Transferências de Recursos do FNAS, no valor de R\$ 35.000,00; e das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE  
02.01 - GABINETE DO PREFEITO E VICE  
04.122.0004.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 30.000,00

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
04.122.0008.1.002 - Construção e Reformas do Paço Municipal  
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00

04.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO  
04.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO  
20.606.0031.2.012 - Mecanização Agrícola  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 30.000,00  
20.606.0034.2.013 - Realização de Promoções e Eventos  
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
 05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
 12.365.0043.1.003 - Construção/Ampliação da Rede Física - Educação Infantil  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0122 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 30.000,00  
 12.361.0040.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 10.000,00  
 12.361.0049.2.018 - Manutenção do Transporte Escolar  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 20.000,00

06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
 06.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
 15.451.0064.1.005 - Pavimentação Urbana  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 40.000,00  
 15.451.0064.1.007 - Implantação Urbanística  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 20.000,00

08.00 - SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE  
 08.01 - SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE  
 23.695.0082.2.034 - Promoção do Turismo  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 40.000,00

09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 10.301.0088.2.036 - Manutenção dos Serviços de Saúde  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 30.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC) 22 de outubro de 2014.  
 TARCÍSIO POLASTRI  
 Prefeito Municipal

## 048/2014

D E C R E T O Nº. 048/2014

"Altera Ponto Facultativo do Art. 1º do Decreto 011/2014 de 19 de fevereiro de 2014 e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Ponto Facultativo do dia 28 de outubro de 2014, para o dia 31 de outubro de 2014 nas repartições públicas municipais de Atalanta/SC.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 13 de outubro de 2014.  
 TARCÍSIO POLASTRI  
 Prefeito Municipal

## Decreto 049/2014

DECRETO Nº 049/2014

"Constitui Comissão, Nomeia Membros para Avaliação de Equipamentos de Propriedade do Município de Atalanta, para Efeitos de Alienação, e dá Outras Providências".

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições inerentes a sua função.

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída Comissão com o fim específico de avaliar veículos de propriedade do Município de Atalanta, para efeitos de alienação, conforme especificação que segue:

- Um Pas Automóvel, VW/Gol Special, 5P/55CV, a Gasolina, Ano de Fabricação 1999, Modelo 2000, Categoria Oficial, na Cor Branca, Chassi nº 9BWZZZ377YP046654, Placa - AIZ-2019, Patrimônio nº 2146.

- Um Pas Automóvel, VW/Gol 1.0, 05P/070CV, a Álcool/Gasolina, Ano de Fabricação 2005, Modelo 2006, Categoria Oficial, na Cor Vermelha, Chassi nº 9BWCA05W46T017808, Placa - MEA-8028, Patrimônio nº 2141.

- Um Trator Agrícola SLC, John Deere, Modelo 5700, na Cor Verde, a Diesel, Ano de Fabricação e Modelo 2000, Patrimônio nº 2157.

- Um Trator Agrícola Massey Ferguson, Modelo MF 292, na Cor Vermelha, a Diesel, Ano de Fabricação e Modelo 2002, Patrimônio nº 2159.

Art. 2º - A Comissão de que trata o Art. 1º deste Decreto será composta pelos seguintes membros: Jackson Hadlich, Jonas de Oliveira e Carlos Marçal Demarchi

Art. 3º - O prazo para apresentação da avaliação é de até 05 dias, a contar da publicação deste decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 13 de outubro de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

## Decreto 050/2014

DECRETO Nº. 050/2014

"Dispõe sobre Inclusão de Conta Despesa no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências".

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº. 1386 de 15 de agosto de 2014:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 3.3.71.00.00.00.00.0101; no Programa 0088 - SAÚDE PARA TODOS, na Lei Municipal nº. 1334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual - PPA, no montante de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais).

Art. 2º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 1º, fica por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 10.301.0088.2.036 - Manutenção dos Serviços de Saúde  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 2.000,00

Art. 3º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º do presente Decreto, fica incluída a Conta Despesa 3.3.71.00.00.00.00.0101; no Programa 0088 - SAÚDE PARA TODOS, na Lei Municipal nº. 1341/2013 de 16.10.2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no montante de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais).

Art. 4º - Por conta do disposto no Artigo 3º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2014 a abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais).

Órgão: 09.00 Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 09.01 Fundo Municipal de Saúde  
Função: 10 - Saúde  
Sub-Função: 301 - Atenção Básica  
Programa: 0088 - SAÚDE PARA TODOS  
Projeto Atividade 2.037 - Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMAVI  
Elemento de Despesa: 3.3.71.00.00.00.00.0101 - Transf. a Cons. Públicos ..... 2.000,00

Art. 5º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 13 de outubro de 2014.  
TARCÍSIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

## Aurora

### PREFEITURA

#### TP 06/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO - 06/2014

Processo Administrativo: 49/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da , nomeada pelo(a) Portaria: 02/2014, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 13 de novembro de 2014, às 09:00:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 283 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 6/2014, na modalidade de Tomada de Preços.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93.

Finalidade:

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS EM PAVER E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA FRANCISCO KLAUMANN (Trecho 02).

Aurora - SC, 23 de outubro de 2014.

VILMAR ZANDONAI

PREFEITO MUNICIPAL

## Balneário Rincão

### PREFEITURA

#### **Decreto 183/2014**

DECRETO Nº 183/2014.

RETORNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DO CARGO DE DIRETOR PRESIDENTE NO ÂMBITO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINCÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso IV do Artigo 72 da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º - Retorna o servidor JOÃO IRIS RAUPP JUNIOR, para as funções de Diretor Presidente do Samae de Balneário Rincão.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 160/2014 e 161/2014.

Balneário Rincão, 21 de Outubro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 21 de Outubro de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Administração e Finanças

#### **Decreto 180/2014**

DECRETO/GP /Nº 180/2014

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, EM ALUSÃO AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, Estado de Santa Catarina, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais a data de 28 de outubro do corrente ano, em alusão ao dia do servidor público.

Art. 2º - Excecuam-se do disposto no art. 1º do presente Decreto, os estabelecimentos educacionais municipais, os quais funcionarão em horário normal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão (SC), 20 de outubro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Administração e Finanças

Publicada no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 20 de outubro de 2014.

## Barra Velha

### PREFEITURA

#### **TP 011/2014 Pmbv**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 091/2014

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 011/2014

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para reforma e ampliação do Centro de Educação Infantil Frei Libório Schmitt, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Cadastro na Prefeitura: até 10/11/2014. Data/horário recebimento envelopes: 13/11/2014 até 14:00 horas. Data/horário abertura envelopes: 13/11/2014 às 14:30 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 23 de outubro de 2014.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito



**Benedito Novo****PREFEITURA****Termo de Inexigibilidade Nº 64/2014**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

Processo Licitatório nº 64/2014

Inexigibilidade de licitação nº 64/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE BENEDITO NOVO  
(83.102.780/0001-08).CONTRATADO: CDS PROMOÇÃO DE EVENTOS MUSICAIS LTDA  
(17.989.539/0001-18).

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTISTICA MUSICAL DA "BANDA COR DO SOL", NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2014 NA FESTA DAS TRADIÇÕES - EDIÇÃO 2014.

VALOR TOTAL: R\$ 7.000,00 (Sete mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 25, INCISO III, DA LEI 8666/93.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 27/10/2014 a 30/11/2014.

Benedito Novo, 17 de outubro de 2014.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito.

**Biguaçu****PREFEITURA****TP 228/2014 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 228/2014 PMB

Objeto: contratação de empresa para fornecimento de material e serviços de mão de obra para a construção da nova sede do CEIM Dona Dorvalina localizada no Bairro Bom Viver, neste Município, de acordo com projeto, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico financeiro em anexo.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 13:45 horas do dia 13/11/2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas do dia 13/11/2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 21 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

**Portaria Nº 2495/2014**

PORTARIA Nº 2495/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELISA MARIA HOFFMANN LOEFF, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9376/2014 em anexo no período de 17/10/2014 a 22/10/2014.

Biguaçu, 23 de outubro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2494/2014**

PORTARIA Nº 2494/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), TANIA DE JESUS DA SILVA, ocupante do Cargo temporário de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9395/2014 em anexo

no período de 14/10/2014 a 28/10/2014.

Biguaçu, 23 de outubro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2493/2014**

PORTARIA Nº 2493/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA PAULA MEDEIROS E SILVA VICENTE, ocupante do Cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9408/2014 em anexo no período de 20/10/2014 a 29/10/2014.

Biguaçu, 23 de outubro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2492/2014**

PORTARIA Nº 2492/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), EDINEI TEREZA GABRIELA APPI, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9389/2014 em anexo no período de 24/10/2014 a 31/10/2014.

Biguaçu, 23 de outubro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2491/2014**

PORTARIA Nº 2491/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANDREA CRISTINA RIBEIRO PINTO, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9293/2014 em anexo no período de 15/10/2014 a 29/10/2014.

Biguaçu, 23 de outubro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2490/2014**

PORTARIA Nº 2490/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JEANE KELI SILVA, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9238/2014 em anexo no período de 15/10/2014 a 21/10/2014.

Biguaçu, 23 de outubro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2489/2014**

PORTARIA Nº 2489/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JESSICA GABRIELA SILVEIRA LEONART, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9332/2014 em anexo no período de 17/10/2014 a 23/10/2014.

Biguaçu, 23 de outubro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2488/2014**

PORTARIA Nº 2488/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MAURA FILOMENA MARTINS DE CASTRO, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9338/2014 em anexo no período de 16/10/2014 a 29/10/2014.

Biguaçu, 23 de outubro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2487/2014**

PORTARIA Nº 2487/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MAGALI RAMOS CURCIO, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9338/2014 em anexo no período de 16/10/2014 a 17/10/2014.

Biguaçu, 23 de outubro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2486/2014**

PORTARIA Nº 2486/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JAQUELINE DE SOUZA RIBEIRO, ocupante do Cargo temporário de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9415/2014 em anexo no período de 22/10/2014 a 22/10/2014.

Biguaçu, 23 de outubro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2485/2014**

PORTARIA Nº 2485/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IRACI RODRIGUES FIGUEREDO, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9370/2014 em anexo no período de 19/10/2014 a 16/01/2015.

Biguaçu, 23 de outubro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2484/2014**

PORTARIA Nº 2484/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JULIANA APARECIDA DE PAULO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9280/2014 em anexo no período de 21/10/2014 a 23/10/2014.

Biguaçu, 23 de outubro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2483/2014**

PORTARIA Nº 2483/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GLADES MENDES DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9392/2014 em anexo no período de 20/10/2014 a 23/10/2014.

Biguaçu, 23 de outubro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2482/2014**

PORTARIA Nº 2482/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SONIA MARIA VICENTE, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9325/2014 em anexo no período de 20/10/2014 a 22/10/2014.

Biguaçu, 23 de outubro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2481/2014**

PORTARIA Nº 2481/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DULCIMAR ANTONIO GRANDO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9249/2014 em anexo no período de 16/10/2014 a 14/11/2014.

Biguaçu, 23 de outubro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2480/2014**

PORTARIA Nº 2480/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CRISTIANE BRITO DE ARAÚJO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9385/2014 em anexo no período de 10/10/2014 a 24/10/2014.

Biguaçu, 23 de outubro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Blumenau****PREFEITURA****Lei Complementar Nº 941/2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 941, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

ALTERA DISPOSITIVO DO ARTIGO 320, DA LEI Nº 2.047, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1974.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O inciso III do §5º do artigo 320, da Lei nº 2.047, de 25 de novembro de 1974, que "Institui o Código de Posturas do Município de Blumenau", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 320 [...]"

§5º [...]"

III - prédios forenses e de justiça, terminais rodoviários intermunicipais e urbanos, hospitais e unidades de saúde."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 21 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 10.450/2014**

DECRETO Nº 10.450, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.

ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 05/05/2000 e de acordo com o art. 23 da Lei Municipal nº 7.847, de 06 de junho de 2013 e o Decreto Municipal no 10.253, de 07/01/2014;

CONSIDERANDO, que o comportamento da receita realizada até o 4º bimestre de 2014, está indicando o comprometimento das metas de resultado primário e nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Para fins de limitação de empenho e movimentação financeira, ficam bloqueadas as dotações e suas respectivas fontes de recursos, constantes do orçamento da administração indireta no valor de R\$ 1.660.000,00 (um milhão, seiscentos e sessenta mil reais), abaixo discriminadas:

33 - SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU - SETERB

3303 - Diretoria de Trânsito

Atividade 33.03.06.122.0005.2218 - Manut. Ativ. Escola Pub.

Trans.  
Modalidade 3.3.90 (15) Aplicações Diretas R\$ 256.296,82  
Fonte de Recursos 0156.00000  
Atividade 33.03.06.125.0005.2217 - Manut. das Ativ. de Trânsito  
Modalidade 3.3.90 (26) Aplicações Diretas R\$ 1.028.293,03  
Modalidade 3.3.91 (27) Aplicações Diretas R\$ 4.270,70  
Modalidade 4.4.90 (30) Aplicações Diretas R\$ 371.139,45  
Fonte de Recursos 0156.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 08 de outubro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 10.451/2014**

DECRETO Nº 10.451, DE 09 DE OUTUBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES  
NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO  
MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei Municipal nº 8.034, de 08 de setembro de 2014,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, no valor de R\$ 11.541.500,00 (onze milhões, quinhentos e quarenta e um mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

#### **03 - GABINETE DO VICE PREFEITO**

0301 - Administrativo do Gabinete  
Atividade 03.01.04.122.0002.2268 - Manut. Ativ. Administrativas do Gavice  
Modalidade 3.3.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

#### **04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

0402 - Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa  
Atividade 04.02.03.091.0002.2010 - Manut. Ativ. de Cons. Adm. e Leg.  
Modalidade 3.3.90 (29) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

#### **05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

0503 - Diretoria de Pessoal  
Atividade 05.03.04.128.0002.2020 - Manut. das Ativ. de Pessoal  
Modalidade 3.3.90 (53) Aplicações Diretas R\$ 212.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

#### **0504 - Diretoria de Patrimônio**

Atividade 05.04.04.122.0002.2021 - Manut. Ativ. Guarda e Cons. do Pat.  
Modalidade 3.3.90 (56) Aplicações Diretas R\$ 266.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

#### **06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

0602 - Diretoria de Receita  
Atividade 06.02.04.129.0002.2023 - Manut. Ativ. de Receita  
Modalidade 3.3.90 (75) Aplicações Diretas R\$ 41.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL  
0707 - Diretoria de Tecnologia da Informação  
Atividade 07.07.04.126.0002.2282 - Manut. Ativ. Tecnologia da Informação  
Modalidade 3.3.90 (107) Aplicações Diretas R\$ 133.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

#### **10 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO**

1002 - Diretoria de Defesa Civil  
Atividade 10.02.06.182.0012.2257 - Manut. das Ativ. de Defesa Civil  
Modalidade 4.4.90 (666) Aplicações Diretas R\$ 10.000.000,00  
Fonte de Recursos 0124.00054

#### **13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO**

1301 - Administrativo do Gabinete  
Atividade 13.01.04.122.0002.2064 - Manut. Ativ. Administrativas da Seplan  
Modalidade 3.3.90 (442) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

#### **14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS**

1403 - Diretoria de Manutenção de Bairros  
Atividade 14.03.15.451.0005.2077 - Manut. Ativ. Manut. Bairros  
Modalidade 3.3.90 (487) Aplicações Diretas R\$ 629.500,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

#### **15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

1502 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico  
Atividade 15.02.11.334.0003.2080 - Manut. Ativ. de Des. Econômico  
Modalidade 3.3.90 (519) Aplicações Diretas R\$ 135.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

#### **18 - INTENDÊNCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA**

1801 - Administrativo Distrital do Grande Garcia  
Atividade 18.01.04.122.0002.2124 - Manut. Ativ. Administrativas do Idigg  
Modalidade 3.3.90 (606) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto, correrá por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

#### **04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

0402 - Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa  
Atividade 04.02.03.091.0002.2007 - Pag. Honor. de Sucumbência dos Adv.  
Modalidade 3.3.90 (27) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

#### **05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

0501 - Administrativo do Gabinete  
Atividade 05.01.04.122.0002.2017 - Manut. Ativ. Adm. da Sede ad  
Modalidade 3.3.90 (47) Aplicações Diretas R\$ 18.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

#### **06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

0601 - Administrativo do Gabinete  
Atividade 06.01.04.122.0002.2022 - Manut. Ativ. Administrativas da Sefaz  
Modalidade 4.4.90 (66) Aplicações Diretas R\$ 4.500,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

#### **0602 - Diretoria de Receita**

Atividade 06.02.04.123.0002.2024 - Manut. Ativ. da Cont./Financeiro  
Modalidade 4.4.90 (69) Aplicações Diretas R\$ 4.500,00



Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 06.02.04.123.0002.2254 - Programa de Educação Fiscal

Modalidade 3.3.90 (71) Aplicações Diretas R\$ 19.000,00

Modalidade 4.4.90 (72) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

#### 10 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

1004 - Diretoria de Projetos

Projeto 10.04.15.127.0012.1119 - Prev. e Erradic. Riscos Amb. e Sociais

Modalidade 4.4.90 (211) Aplicações Diretas R\$ 636.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1005 - Diretoria do Sistema de Alerta - Alerta Blu

Projeto 10.05.15.127.0012.1117 - Imp/Inst. Sist. Prev./Ações Enf. Min. Des. Nat

Modalidade 4.4.90 (218) Aplicações Diretas R\$ 10.000.000,00

Fonte de Recursos 0124.00054

#### 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1207 - Fundo Municipal de Habitação

Atividade 12.07.16.482.0005.2287 - Recup. Melhoria de Unid. Habitacionais

Modalidade 3.3.90 (428) Aplicações Diretas R\$ 29.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

#### 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1301 - Administrativo do Gabinete

Projeto 13.01.15.451.0006.1163 - Estudos e Elaboração de Projetos

Modalidade 3.3.90 (444) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

#### 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

1403 - Diretoria de Manutenção de Bairros

Projeto 14.03.15.452.0005.1069 - Exec. Terrap/Dren/Pav. de Ruas

Modalidade 4.4.90 (498) Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

#### 15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1502 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.11.334.0003.2084 - Apoio Financeiro ao Instituto Gene

Modalidade 3.3.50 (525) Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 135.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Indireta do Município, no valor de R\$ 4.275.680,00 (quatro milhões, duzentos e setenta e cinco mil, seiscentos e oitenta reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

#### 24 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

2401 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade 24.01.27.811.0009.2133 - Manut. das Ativ. da FMD

Modalidade 3.3.90 (5) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

#### 26 - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

2601 - Fundação Promotora de Exp. de Blumenau - PROEB

Atividade 26.01.23.695.0008.2139 - Manut. Ativ. da Oktoberfest

Modalidade 3.3.90 (12) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0124.00054

Atividade 26.01.23.695.0008.2140 - Manut. Ativ. Outros Eventos

Modalidade 3.3.90 (13) Aplicações Diretas R\$ 697.680,00

Fonte de Recursos 0100.00000

#### 32 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

3201 - Presidência

Atividade 32.01.04.122.0005.2202 - Manut. das Ativ. da Presidência

Modalidade 3.1.90 (2) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

3202 - Diretoria Administrativa

Atividade 32.02.04.122.0005.2205 - Manut. Ativ. Adm. do Samae

Modalidade 3.3.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

3205 - Diretoria de Operações

Atividade 32.05.17.452.0005.2208 - Manut. Ativ. Col/Trat. e Dest. Final

Modalidade 3.3.90 (32) Aplicações Diretas R\$ 1.200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 32.05.17.605.0005.2210 - Manut. do Sist. de Abast. de Água

Modalidade 3.3.90 (42) Aplicações Diretas R\$ 1.200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

#### 33 - SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU - SETERB

3302 - Diretoria Administrativo-Financeira

Atividade 33.02.28.846.0002.2215 - Exec. Sent. Jud. Precat. do Seterb

Modalidade 3.1.90 (13) Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

3303 - Diretoria de Trânsito

Atividade 33.03.06.122.0005.2218 - Manut. Ativ. Escola Públ. de Trânsito

Modalidade 3.3.90 (38) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 4º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 3º deste Decreto correrá por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

#### 24 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

2401 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade 24.01.27.811.0009.2134 - Man.Esp.Esportivos e Parques de Lazer

Modalidade 3.3.90 (9) Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Modalidade 4.4.90 (11) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

#### 26 - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

2601 - Fundação Promotora de Exp. de Blumenau - PROEB

Atividade 26.01.23.695.0008.2139 - Manut. Ativ. Oktoberfest

Modalidade 3.3.90 (10) Aplicações Diretas R\$ 220.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 26.01.23.695.0008.2140 - Manutenção das Ativ. de Outros Eventos

Modalidade 3.3.90 (15) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0124.00054

Atividade 26.01.23.695.0008.2141 - Apoio Financeiro ao Blumenau Convention & Visitors Bureau

Modalidade 3.3.50 (16) Transf. Inst. Priv. S/ Fins Luc. R\$ 477.680,00

Fonte de Recursos 0100.00000

#### 32 - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

3202 - Diretoria Administrativa

Projeto 32.02.04.122.0005.1145 - Const/Ref. de Instalações do

**SAMAE**

Modalidade 4.4.90 (13) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

**3203 - Diretoria Financeira**

Atividade 32.03.04.123.0005.2206 - Manut. Ativ. Fin. Contábil do Samae

Modalidade 3.1.90 (18) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

**3205 - Diretoria de Operações**

Projeto 32.05.17.512.0005.1056 - Ampliação Sistema de Trat. de Esgoto

Modalidade 4.4.90 (34) Aplicações Diretas R\$ 2.500.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

**33 - SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU - SETERB****3304 - Diretoria de Transportes**

Atividade 33.04.26.453.0005.2216 - Manutenção das Ativ. de Transporte

Modalidade 3.1.91 (32) Aplicações Diretas R\$ 28.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 09 de outubro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 10.453/2014**

DECRETO Nº 10.453, DE 09 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei Municipal nº 8.036, de 08 de setembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional especial no orçamento da Administração Direta do Município, valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

**02 - GABINETE DO PREFEITO****0201 - Diretoria de Expediente e Comunicação**

Atividade 02.01.04.122.0002.2002 - Manut. das Ativ. de Exp. e Com.

Modalidade 3.3.71 (669) Aplicações Diretas R\$ 6.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional especial aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

**02 - GABINETE DO PREFEITO****0201 - Diretoria de Expediente e Comunicação**

Atividade 02.01.04.122.0002.2002 - Manut. das Ativ. de Exp. e Com.

Modalidade 4.4.90 (5) Aplicações Diretas R\$ 6.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 09 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 10.456/2014**

DECRETO Nº 10.456, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "a", da Lei Municipal nº 7.941, de 16 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Administração Direta, por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, fonte de recursos 0143.00000, no valor de R\$ 457.805,26 (quatrocentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e cinco reais e vinte e seis centavos), na seguinte dotação orçamentária:

**04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO****0402 - Diretoria de Consult. Adm. e Legislativa**

Atividade 04.02.04.122.0002.1002 - Desapropriações

Modalidade 4.4.90 (656) Aplicações Diretas R\$ 457.805,26  
Fonte de Recursos 0143.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 14 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 10.457/2014**

DECRETO Nº 10.457, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES  
NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO  
MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES  
DE BLUMENAU - SETERB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 7.941, de 16 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no valor de R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

**33 - SERV. AUT. MUN. TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU****3302 - Diretoria Administrativo - Financeira**

Atividade 33.02.04.122.0002.2213 - Manut. Ativ. Adm. Fin. do SETERB

Modalidade 3.3.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

3303 - Diretoria de Trânsito  
Atividade 33.03.06.122.0005.2220 - Manut. Convênio de Trânsito - SSPSC  
Modalidade 4.4.90 (20) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
Fonte de Recursos 0155.00000  
Atividade 33.03.06.125.0005.2217 - Manut. Ativ. Trânsito  
Modalidade 4.4.90 (28) Aplicações Diretas R\$ 4.500,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

33 - SERV. AUT. MUN. TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU  
3302 - Diretoria Administrativo - Financeira  
Atividade 33.02.04.122.0002.2213 - Manut. Ativ. Adm. Fin. do SE-TERB  
Modalidade 4.4.90 (9) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

3303 - Diretoria de Trânsito  
Atividade 33.03.06.122.0005.2220 - Manut. Convênio de Trânsito - SSPSC  
Modalidade 3.3.90 (19) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
Fonte de Recursos 0155.00000  
Atividade 33.03.06.125.0005.2217 - Manut. Ativ. Trânsito  
Modalidade 3.3.90 (24) Aplicações Diretas R\$ 4.500,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 16 de outubro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 10.458/2014**

DECRETO Nº 10.458, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 7.941, de 16 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 2.700.000,00 (dois milhões, setecentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

32 - SERV. AUT. MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE  
3205 - Diretoria de Operações  
Atividade 32.05.17.605.0005.2210 - Manut. do Sist. Abast. de Água  
Modalidade 4.4.90 (56) Aplicações Diretas R\$ 2.700.000,00  
Fonte de Recursos 0300.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 16 de outubro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 10.460/2014**

DECRETO Nº 10.460, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 7.941 de 16 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 335.058,52 (trezentos e trinta e cinco mil, cinquenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
0903 - Diretoria de Educação Básica  
Atividade 09.03.12.365.0004.2044 - Manut. Ativ. de Educ. Infantil  
Modalidade 3.3.90 (634) Aplicações Diretas R\$ 104.000,00  
Fonte de Recursos 0362.00000

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS  
1102 - Diretoria de Obras Conveniadas  
Projeto 11.02.15.451.0006.1071 - Prol. R. Humb. Campos - Prog. Mob. Sust. Bnau  
Modalidade 4.4.90 (658) Aplicações Diretas R\$ 231.058,52  
Fonte de Recursos 0686.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 16 de outubro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 10.462/2014**

DECRETO Nº 10.462, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 7.941, de 16 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Cultural de Blumenau, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

23 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU  
2302 - Centro Cultural da Vila Itoupava  
Atividade 23.02.13.391.0007.2132 - Man. Ativ. Cent. Cult. Vila Itoupava  
Modalidade 3.3.90 (55) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
Fonte de Recursos 0300.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 17 de outubro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 10.464/2014**

DECRETO N. 10.464, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.  
REGULAMENTA A LEI Nº. 8.018, DE 28 DE AGOSTO DE 2014, QUE  
INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA  
COMO ÓRGÃO DE PUBLICAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso  
das atribuições que lhe conferem os arts. 59, VII, e 75, I, "o", da  
Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,  
e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 74 da Lei Orgânica Municipal,  
com a redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 44/2014,  
promulgada em 27 de fevereiro de 2014;

CONSIDERANDO a aprovação da Lei nº. 8.018, de 28 de agosto de  
2014, que instituiu o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
como órgão de publicação oficial do Município de Blumenau;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação da Lei antes  
mencionada, assim como do período de transição entre o Boletim  
Oficial do Município de Blumenau e a adoção exclusiva do meio  
eletrônico de publicação;

**DECRETA:**

Art. 1º. Este Decreto regulamenta a Lei n. 8.018, de 28 de agosto  
de 2014, que instituiu o "Diário Oficial dos Municípios", órgão  
oficial de publicação legal e divulgação de atos administrativos do  
Município de Blumenau.

§1º O Diário Oficial dos Municípios substitui a publicação impressa  
do Boletim Oficial do Município e será veiculado no endereço eletrônico  
www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet.

§2º O Diário Oficial dos Municípios será identificado pela sigla  
"DOM-e".

§3º A implantação do Diário Oficial dos Municípios não exclui a  
possibilidade de publicação de leis ou atos administrativos por  
meio da imprensa local.

Art. 2º. No âmbito da Administração Direta, a remessa das publicações  
legais e dos atos administrativos será feita por intermédio do Gabinete  
do Prefeito - GAPREF.

Art. 3º. Os órgãos integrantes da Administração Indireta do Município  
deverão remeter o material para publicação no DOM-e diretamente ao  
Consórcio CIGA.

Art. 4º. Em caso de indisponibilidade do DOM-e ocorrido em razão  
de problema de ordem técnica, a publicação dos atos administrativos  
ficará prorrogada para o primeiro dia útil imediatamente posterior ao da  
regularização do sistema.

Parágrafo único. Constatada a indisponibilidade da consulta ao  
DOM-e, o Gabinete do Prefeito deverá publicar um aviso de indisponibilidade  
no Portal da Prefeitura na internet e disponibilizar o material em edição  
do Boletim do dia útil seguinte à regularização.

Art. 5º. A autoridade máxima de cada órgão deverá designar um  
servidor efetivo como responsável pela remessa de matérias para  
publicação no DOM-e.

Parágrafo único. O GAPREF manterá cadastro dos servidores designados  
para o exercício da função prevista neste artigo.

Art. 6º. As matérias a serem inseridas no DOM-e deverão ser cadastradas  
até às 11h30min do dia anterior ao da publicação, em formato previamente  
estabelecido pelo Consórcio Ciga.

Art. 7º. É vedada a comercialização de qualquer publicação ou divulgação  
do DOM-e.

Art. 8º. A coordenação do processo de transição entre o Boletim Oficial  
do Município e o Diário Oficial dos Municípios - DOM-e caberá ao Gabinete  
do Prefeito.

Parágrafo único. Ato do Chefe de Gabinete poderá estabelecer  
procedimentos para o cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 9º. A data da última edição do Boletim Oficial do Município,  
veiculado na forma impressa, fica estabelecida em 29 de agosto de 2014.

Art. 10. O Diário Oficial dos Municípios - DOM-e, de 19 de setembro de  
2014, de n. 1575, fica definido como a primeira edição a veicular as  
publicações do Município de Blumenau.

Art. 11. As publicações legais e os atos administrativos do Município de  
Blumenau não publicados até a presente data em edições do Boletim Oficial  
do Município serão publicadas no DOM-e.

Art. 12. Durante o mês de outubro de 2014 as entidades da Administração  
Indireta do Município poderão enviar ao GAPREF o seu respectivo material  
para publicação no DOM-e.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação,  
retroagindo seus efeitos à 19 de setembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 17 de outubro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 10.465/2014**

DECRETO Nº 10.465, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.  
ALTERA O INCISO VI DO ARTIGO 3º DO DECRETO Nº 10.280, DE 14 DE  
FEVEREIRO DE 2014, QUE "INSTITUI O COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA  
BLUMENAU GESTÃO E TRANSPARÊNCIA E DESIGNA SEUS MEMBROS".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso  
das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso V, combinado com o 75,  
inciso I, alínea "f", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em  
29 de março de 1990,

**DECRETA:**

Art. 1º O inciso VI, do artigo 3º, do Decreto nº 10.280, de 14 de fevereiro de 2014,  
passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º [...]"

[...]

VI - CARLA CRISTIANE DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de



provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada no Gabinete do Prefeito - GAPREF (matrícula nº 229077).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 17 de outubro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 18.151/2014**

PORTARIA Nº 18.151, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014.  
RECONDUZ MEMBROS PARA O COMITÊ DE INVESTIMENTO NO ÂMBITO DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com suporte no parágrafo 1º do artigo 3º da Lei Complementar nº 636, de 27 de abril de 2007, e de conformidade com os Ofícios ISSBLU nºs 134/2014, de 14/10/2014 e 138, de 16/10/2014, resolve:

RECONDUZIR,

sem ônus para o Município, os servidores públicos municipais abaixo, para o Comitê de Investimento no âmbito do Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau - ISSBLU, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 636, de 27 de abril de 2007, pelo período de 02 (dois) anos:

JULIO CESAR KLOCK, representante do Poder Executivo, contar de 30 de agosto de 2014;

SÉRGIO MAURICI BERNARDO, representante do Sindicato Único dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Blumenau - SINTRASEB, contar desta de 06 de agosto de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 15 de outubro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 18.155/2014**

PORTARIA N. 18.155, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.  
DESIGNA, TEMPORARIAMENTE, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SINCLAIR DA SILVA FERREIRA PARA O EXERCÍCIO DE DIREÇÃO DA EBM VISCONDE DE TAUNAY E CONCEDE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento na Lei n. 7.796, de 16/10/2012 e de conformidade com o Memorando SEMED n. 324/2014, de 14/10/2014, resolve:

DESIGNAR

a contar de 09 de setembro de 2014, a servidora pública municipal SINCLAIR DA SILVA FERREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, integrante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, para o exercício de direção da EBM Visconde de Taunay, enquanto perdurar o afastamento da diretora titular Roseli de Andrade, nomeada pela Portaria nº 16.460,

de 14/12/2012, concedendo-lhe a gratificação de que trata a Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 16 de outubro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 18.156/2014**

PORTARIA N. 18.156, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.  
DESIGNA, TEMPORARIAMENTE, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GABRIELE KRAUSE PARA O EXERCÍCIO DE DIREÇÃO DO CEI MAIKE ANDRESEN DEEKE E CONCEDE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento na Lei n. 7.796, de 16/10/2012 e de conformidade com o Memorando SEMED n. 321/2014, de 14/10/2014, resolve:

DESIGNAR

no período de 08 de abril a 16 de maio de 2014, a servidora pública municipal GABRIELE KRAUSE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, integrante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, para o exercício de direção do CEI Maíke Andresen Deeke, em substituição a diretora titular Márcia Rothbarth, nomeada pela Portaria nº 16.460, de 14/12/2012, concedendo-lhe a gratificação de que trata a Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 16 de outubro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 18.157/2014**

PORTARIA Nº 18.157, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.  
DESIGNA DIRLEI MARIA DALA VALE GONÇALVES PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DESIGNAR a servidora pública municipal DIRLEI MARIA DALA VALE GONÇALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contadora, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, para o exercício, a contar de 01 de outubro de 2014, da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Apoio Contábil, símbolo FGC 50%, constante do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 17 de outubro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal



**Portaria Nº 18.158/2014**

PORTARIA Nº 18.158, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.  
NOMEIA MEMBRO PARA CONSTITUIR  
O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO  
E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO  
E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E  
DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CONSELHO DO FUNDEB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Complementar nº 652, de 16 de outubro de 2007 e o Memorando SEMED nº 328/2014, de 14/10/2014, resolve:

NOMEAR,

sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 652, de 16 de outubro de 2007, para o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB:

CRISTIANE ZIMMERMANN, representante titular dos Conselhos Tutelares, em substituição a VÂNIA APARECIDA SCHRAMM NASCIMENTO, nomeada pela Portaria nº 17.984, de 22/07/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 17 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 18.159/2014**

PORTARIA Nº 18.159, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.  
AUTORIZA O RETORNO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOICE MARIA BARBETA AO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

AUTORIZAR

o retorno da servidora pública municipal JOICE MARIA BARBETA, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 06 de outubro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 2014/10/6847.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 20 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 18.160/2014**

PORTARIA Nº 18.160, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.  
CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

JOSÉ TOBIA, do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 02 de outubro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 6720/10/2014;

KAROLIN WAGNER, do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 03 de outubro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 6950/10/2014;

LUZIA PIONTKOWSKI, do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 08 de outubro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 6951/10/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 20 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 18.161/2014**

PORTARIA Nº 18.161, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.  
RETIFICA A PORTARIA Nº 18.002, DE 30 DE JULHO de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

CONSIDERANDO as recomendações constantes do Parecer Jurídico nº 85/2014, de 30 de setembro de 2014, que integra o Processo Administrativo nº 2014/6190, resolve:

RETIFICAR

para 25 de julho de 2014 a data de dispensa da servidora pública municipal BRUNA LUIZA BARNI do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Processos Sancionatórios (PROCON), FGC-80%, constante da Portaria nº 18.002, de 30 de julho de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 20 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 18.162/2014**

PORTARIA Nº 18.162, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

EXONERA ROSICLER FÁTIMA MADUREIRA DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE MUTIRÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, resolve:

**EXONERAR**

ROSICLER FÁTIMA MADUREIRA, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Mutirões, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, nomeada pela Portaria nº 17.476, de 14 de janeiro de 2014, no dia 20 de outubro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 20 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 18.163/2014**

PORTARIA Nº 18.163, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

NOMEIA DALVA DA SILVA ASSINI PARA COMPOR O CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CENTRO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o inciso XVIII, do art. 7º, combinado com o inciso II do art. 20 da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, e conforme Memorando nº 362/DAF, de 20/10/2014, resolve:

**NOMEAR**

DALVA DA SILVA ASSINI para exercer a função de Conselheiro Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente - Centro, em substituição a ANDRÉIA CORDEIRO MIGUEL, dispensada pela Portaria nº 18.132, de 06/10/2014, a contar desta data.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 20 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.164/2014**

PORTARIA Nº 18.164, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO ESCOLAR DE UNIDADES ESCOLARES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar n. 849, de 05/04/2012, e de conformidade com os Memorandos n. 331/2014 e 339/2014, ambos datados de 16/10/2014, subscritos pela Secretária Municipal de Educação, resolve:

DISPENSAR os servidores públicos municipais abaixo, ocupantes do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função de Secretário Escolar das seguintes unidades escolares:

RENÉ MORITZ, do exercício da função de Secretário Escolar da EBM "Pastor Faulhaber", gratificação de 20%, designado pela Portaria nº 16.745, de 06/03/2013, a contar de 19 de outubro de 2014;

REGIANE CRISTINA CLAUDINO, do exercício da função de Secretário Escolar da EBM "Pedro II", gratificação de 30%, designada pela Portaria nº 17.704, de 03/04/2014, a contar de 09 de outubro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 21 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.165/2014**

PORTARIA Nº 18.165, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO ESCOLAR DE UNIDADE ESCOLAR E CONCEDE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar n. 849, de 05/04/2012, e de conformidade com os Memorandos ns. 333, 334 e 335, datados de 17/10/2014, subscritos pela Secretária Municipal de Educação, resolve:

DESIGNAR os servidores públicos municipais abaixo nominados, ocupantes do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, concedendo-lhes a gratificação de que trata o art. 1º, II, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, equivalente a 30%:

REGIANE CRISTINA CLAUDINO, para o exercício da função de Secretário Escolar da EBM "Pastor Faulhaber", a contar de 20 de outubro de 2014;

JULIANA INÊS DOS SANTOS, para o exercício da função de Secretário Escolar da EBM "Pedro II", a contar de 09 de outubro de 2014;

RENÉ MORITZ, para o exercício da função de Secretário Escolar da EBM "Tiradentes", a contar de 20 de outubro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 21 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2014 - SEDEAD**

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 139/2014 - Aquisição de eletrodomésticos (ar condicionado, bebedouros, televisor, frigobar, etc.) conforme especificações constantes neste Edital - Diversas Secretarias - FCB, PRO FAMÍLIA, FAEMA.

Tecnoponto LTDA EPP

Item 01 - R\$ 6.080,00

Item 02 - R\$ 2.145,00

Item 08 - R\$ 5.720,00

Item 16 - R\$ 3.480,00

Item 17 - R\$ 4.204,00

Item 19 - R\$ 1.909,00

Item 20 - R\$ 1.214,00

Item 23 - R\$ 2.940,00

Item 24 - R\$ 2.127,00

Item 25 - R\$ 6.222,00

Valor total dos itens R\$ 85.638,00

RP Comércio e Representações LTDA ME

Item 15 - R\$ 2.858,00

Valor total dos itens R\$ 2.858,00

Todt Móveis LTDA EPP

Item 03 - R\$ 662,50

Item 07 - R\$ 247,90

Item 12 - R\$ 260,90

Item 14 - R\$ 2.463,90

Item 21 - R\$ 142,00

Valor total dos itens R\$ 6.509,70

DSM Distribuidora de Móveis e Suprimentos LTDA Eireli EPP

Item 18 - R\$ 2.330,00

Valor total dos itens R\$ 4.660,00

Rei dos Reis Comércio Atacadista de Equipamentos de Informática LTDA ME

Item 04 - R\$ 1.339,00

Item 05 - R\$ 912,00

Item 13 - R\$ 330,00

Item 22 - R\$ 1.918,00

Valor total dos itens R\$ 4.829,00

MM Comércio de Equipamentos LTDA ME

Item 09 - R\$ 135,00

Item 10 - R\$ 55,00

Item 11 - R\$ 173,00

Valor total dos itens R\$ 2.710,00

VALOR TOTAL DO PREGÃO PRESENCIAL 139/2014 R\$ 107.204,70

Base Legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 21/10/2014.

**Homologação Concorrência 03-1004/13 - Sedead**

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº. 03 - 1004/2013 - SDP - 002/2013 - Elaboração dos projetos executivos de engenharia do Terminal Integrado Norte e do Terminal Integrado Oeste do sistema integrado de transporte coletivo urbano de Blumenau (SIB) - (Elaboração dos projetos executivos de engenharia, inclusive Estudo de Viabilidade técnico-econômica e estudos ambientais complementares p/ obtenção de Licença ambiental de instalação (LAI), do Terminal

Integrado Norte - SEPLAN.

Contratada: CONSÓRCIO COBA S.A. - LOGITRANS - COBA BR

Valor Total: R\$ 1.230.182,30 (um milhão, duzentos e trinta mil, cento e oitenta e dois reais e trinta centavos).

**RESOLUÇÃO Nº 57/2014 - CMDCA**

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 57/2014

APROVA DESPESA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA, PARA PARTICIPAÇÃO NO ENCONTRO " PLANOS DECENAIS DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE SANTA CATARINA."

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003, e conforme o art. 7º da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, e

**CONSIDERANDO:**

- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

- o convite do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Catarina - CEDCA/SC para o encontro " Planos Decenais de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Santa Catarina";

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em Plenária realizada em 09 de outubro de 2014, conforme consta na Ata nº 16/2014, que aprovou a referida despesa.

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o custeio de diárias com recursos do FIA para 3 (três) pessoas, participarem do Encontro "Planos Decenais de Direitos Humanos para Crianças e Adolescentes de Santa Catarina" que acontecerá em Florianópolis - SC, nos dias 30 e 31 de outubro de 2014, promovido pelo CEDCA/SC;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 16 de outubro de 2014.

Vanessa Raquel Cardoso

Coordenadora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

**Resolução Nº 31/2014 - CMAS**

RESOLUÇÃO CMAS Nº 31/2014

APROVA O CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO DA COMUNIDADE KOLPING GARCIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BLUMENAU - CMAS E REVOGA A RESOLUÇÃO CMAS Nº 18 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, que estabelece os Princípios da Política de Assistência Social e institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau, em Reunião Plenária

Extraordinária, realizada no dia 01 de outubro de 2014.

#### CONSIDERANDO:

- a Lei no 8.742, de 07 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências e em seu art. 3º, considera Entidades e Organizações de Assistência Social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como, as que atuam na defesa e garantia de direitos;

- o artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social: inciso XV - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como, os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme parâmetros e procedimentos nacionalmente estabelecidos;

- a Resolução CMAS nº 04/11, que dispõe sobre as inscrições das Entidades e Organizações de Assistência social, bem como, dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau e suas alterações;

- a Resolução CMAS nº 18, de 29 de fevereiro de 2012, que aprova a inscrição da Comunidade Kolping Garcia no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau - CMAS sob o nº 009/11;

- a Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de Assistência Social e dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social e revoga a Resolução CNAS nº 16 de 05 de maio de 2010;

- a Orientação Técnica Conjunta MDS/CNAS de agosto de 2014, que orienta que os serviços ofertados pelas Entidades devem estar caracterizados como de Assistência Social, à luz dos critérios estabelecidos pela Lei no 8.742 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Decreto 6.308/2007, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (aprovada pela Resolução CNAS nº 109/2009), acrescido das ofertas asseguradas pela publicação das Resoluções CNAS nº 27/2011, 33/2011 e 34/2011;

- o parecer favorável da Comissão Permanente de Políticas da Assistência Social - CPPAS ao cancelamento da inscrição da Comunidade Kolping Garcia no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau - CMAS, bem como, ao Relatório de Visita realizada pelo CMAS à Entidade que confirmou o parecer da CPPAS;

- a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau - CMAS ao parecer de cancelamento da inscrição da Comunidade Kolping Garcia, em Plenária Extraordinária datada de 01 de outubro de 2014, conforme consta na Ata CMAS nº 17/2014,

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o cancelamento da inscrição nº 009/11 da Comunidade Kolping Garcia, no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau - CMAS;

Art. 2º Fica revogada a Resolução CMAS nº 18, de 29 de fevereiro de 2012;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 01 de outubro de 2014.

Lilian Kuzma Braz

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

#### ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 53

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 53

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### CONCEDER AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o Artigo 41, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares nº 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
28.188/2014	05.05.2014	MAYARA ROCHANA TRIERWEILER PINHEIRO	De 30 horas para 40 horas	05.05.2014
28.188/2014	05.05.2014	REGINALDO DE OLIVEIRA	De 30 horas para 40 horas	11.05.2014
28.189/2014	05.05.2014	ALBERTO PEREIRA DE CARVALHO	De 20 horas para 30 horas	05.05.2014
28.190/2014	05.05.2014	SANDRO POLEZA	De 30 horas para 40 horas	12.05.2014
28.199/2014	09.05.2014	LUCIANA CREUZ	De 30 horas para 40 horas	12.05.2014
28.206/2014	12.05.2014	GIOVANA GUEDES BASSI	De 30 horas para 40 horas	05.05.2014
28.210/2014	13.05.2014	JULIANA LUDWIG QUINTANI	De 20 horas para 40 horas	05.05.2014
28.221/2014	20.05.2014	SEBASTIÃO CRISTOVÃO CHIARADIA	De 20 horas para 40 horas	12.05.2014
28.222/2014	21.05.2014	ANGELITA ANA LARGURA SILVA	De 30 horas para 40 horas	19.05.2014
28.226/2014	21.05.2014	JACY SOARES BORGES	De 30 horas para 40 horas	12.05.2014
28.226/2014	21.05.2014	ISOLETI BECKER	De 30 horas para 40 horas	12.05.2014
28.226/2014	21.05.2014	INEZ CUYASKY ALFARTH	De 30 horas para 40 horas	12.05.2014

Blumenau, 24 de maio de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração



**Atos Secretaria Administração Nº 54****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 54**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**MANDAR CONTAR TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**

De acordo com o Artigo 146, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DIAS	PERÍODO
28.217	2014	19.05.2014	2014/05/003256	IRONI DAMKE LEAL	437 dias 4.03.2013 15.5.2014

Blumenau, 24 de maio de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

**Atos Secretaria Administração Nº 55****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 55**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**DISPENSAR AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO**

De acordo com o art. 41 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares ns. 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
28.207/2014	12.05.2014	CLAUDIANE SUAREZ DE ASSIS RIBEIRO	De 40 horas para 30 horas	05.05.2014
28.213/2014	15.05.2014	IVANETE DO NASCIMENTO SANTOS	De 40 horas para 30 horas	30.04.2014

Blumenau, 24 de maio de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

**Atos Secretaria Administração Nº 56****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 56**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**DECLARAR A ESTABILIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA**

Com base no artigo 26, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 12, da Lei Complementar nº 740, de 18 de janeiro de 2010, estáveis no serviço público municipal, os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo:

Portaria	Nome	Cargo	Estabilidade
28227/2014	MARIA PIRES DE MELLO ESKELSEN	AGENTE COMUTÁRIO DA SAÚDE	26/10/2013
28227/2014	OZEIAS MORAES DE OLIVIEIRA	MOTORISTA	05/02/2014
28227/2014	DAIANA FALASTER DE SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO	27/03/2014
28227/2014	JEAN ALMUAS	AGENTE ADMINISTRATIVO	27/03/2014
28227/2014	MICHEL RODRIGO PEREIRA	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	04/04/2014
28227/2014	SAMIRA RAQUEL DE FARIAS	FONOAUDIÓLOGO	04/04/2014
28227/2014	MARCO AURELIO SAADE LAUX	AGENTE ADMINISTRATIVO	05/04/2014
28227/2014	LUIZ RICARDO POEPPER	TÉC. VIG. SANIT. E SAÚDE AMB.	16/04/2014
28227/2014	MÁRCIA POZES DA SILVA	TÉC. VIG. SANIT. E SAÚDE AMB.	16/04/2014
28227/2014	RITA MARISA MULLER	AGENTE ADMINISTRATIVO	16/04/2014



28227/2014	JANAINA EBERLE MACHADO	AGENTE ADMINISTRATIVO	17/04/2014
28227/2014	KAREN CRISTINA BOZKO	MÉDICO	18/04/2014
28227/2014	ANA PAULA PEREIRA HADLICH	AGENTE ADMINISTRATIVO	20/04/2014
28227/2014	CAMILA MAYARA PEREIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	21/04/2014
28227/2014	ADRIANA ANESI	COORDENADOR PEDAGÓGICO	23/04/2014
28227/2014	ODIR JOSE GUARIENTI	AGENTE DE LOGISTICA	24/04/2014
28227/2014	MAIKE GRAHL	AGENTE COMUTÁRIO DA SAÚDE	26/04/2014
28227/2014	MARILISE TRIBESS NAZARIO	AGENTE ADMINISTRATIVO	26/04/2014
28227/2014	ANA PRISCILA DE OLIVEIRA BENITES	PSICÓLOGO	27/04/2014
28227/2014	DIENEFER ALINI WOLF	AGENTE ADMINISTRATIVO	27/04/2014
28227/2014	LUIZA ANTUNES WEHMUTH VICENTE	ANALISTA DE INFORMÁTICA	01/05/2014
28227/2014	ANA PAULA ANTUNES	AGENTE ADMINISTRATIVO	03/05/2014
28227/2014	KELLY CRISTINA QUERCHE DOS SANTOS	AG. COMUNITÁRIO DA SAÚDE	03/05/2014
28227/2014	MARIA CLARICE DE SOUZA	Assistente Social	20/11/2007
28227/2014	GISLAINE STEFEN	Auxiliar Consultório Dental	25/09/2013
28227/2014	ALINE DE MELO MOREIRA LIMA	Médico -10 Horas	10/03/2014
28227/2014	LUANA WACHSMANN BLOCK NUNES	Enfermeiro	11/03/2014
28227/2014	GRASIELA PORTO DEMARCHI	Fonoaudiólogo	12/03/2014
28227/2014	SAMANTHA NAGASAKO SOEJIMA	Médico - 20 Horas	12/03/2014
28227/2014	RICARDO FERNANDO ESTOFELE	Agente Administrativo	19/03/2014
28227/2014	KELLEN CHAVES DA SILVA DE FRANCESCHI	Médico - 40 Horas	29/03/2014
28227/2014	ALEXANDRE TAKAYUKI SOEJIMA	Médico - 10 Horas	16/04/2014
28227/2014	ROBERTO CESAR BENTO	Agente Comunitário de Saúde	25/04/2014
28227/2014	CLARICE FEUSER SAMPAIO	Agente Comunitário de Saúde	01/05/2014
28227/2014	MARCIA TERESINHA COSTA	Agente Comunitário de Saúde	02/05/2014
28227/2014	ANDREIA MICHELE RODRIGUES	Agente Comunitário de Saúde	05/05/2014
28227/2014	VALERIA MACHADO	Agente Comunitário de Saúde	08/05/2014
28227/2014	VALTER SCHMITT FILHO	Agente Comunitário de Saúde	16/05/2014
28227/2014	TERESINHA MARLENE MARTINI	Agente Comunitário de Saúde	19/05/2014
28227/2014	ZILDA DA LUZ MORAES BARBOSA	Agente Comunitário de Saúde	06/05/2014
28227/2014	IOLANDA MARIA CORREA	Agente Comunitário de Saúde	08/05/2014
28227/2014	VIVIANE TOMELIN TAFURI	Agente Comunitário de Saúde	15/05/2014
28227/2014	ADILSON LUIZ DE OLIVEIRA	Agente Comunitário de Saúde	16/05/2014
28227/2014	VIVIANE RUSSI DOS SANTOS	Agente Administrativo	17/05/2014
28227/2014	RODRIGO OLEGARIO	Agente Comunitário de Saúde	20/05/2014
28227/2014	ELENIR SOARES	Agente Comunitário de Saúde	24/05/2014

Blumenau, 24 de maio de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

### Atos Secretaria Administração Nº 57

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 57

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA ESPECIAL À GESTANTE

De acordo com os artigos 277 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	PERÍODO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28.211	2014	14.05.2014	2014/05/003201	JEANE ANDREA SCHUHART	20/08/2014	18/10/2014
28.196	2014	07.05.2014	2014/05/003020	MAUZI ROSANE AUGUSTINHO	27/08/2014	25/10/2014
28.186	2014	05.05.2014	2014/05/002917	PATRICIA MARANGANI CANAL	21/08/2014	19/10/2014
28.208	2014	13.05.2014	2014/05/003156	ROSANE MIRIN REIF	08/07/2014	05/09/2014
28.231	2014	23.05.2014	2014/05/003464	PRISCILA VENSON	30/08/2014	28/10/2014
28241	2014	28.05.2014	2014/05/003539	JANAINNA DA SILVA	10/09/2014	08/11/2014

Blumenau, 30 de maio de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

### Atos Secretaria Administração Nº 58

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 58

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

De acordo com o Artigo 139, "caput" e Parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	A CONTAR DE
28.084	2014	13.05.2014	2014/03/001813	SANDRO SANDRI	26.05.2014

Blumenau, 25 de maio de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

### Atos Secretaria Administração Nº 59

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 59

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

ALTERAR LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES DE 02 (DOIS) ANOS PARA DIAS

De acordo com o Artigo 139, "caput" e Parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DIAS	A CONTAR DE
28200	2014	12.05.2014	2014/05/003069	MARIA APARECIDA DA SILVA KRISCHNEGG	579	01.02.2012
28205	2014	12.05.2014	26.661/2012	MARIA MERCIA RICARDO ALMEIDA	730	31.05.2012

Blumenau, 24 de maio de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**Atos Secretaria Administração Nº 60****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 60**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE 180 DIAS CONSECUTIVOS PARA 1/3 (UM TERÇO) EM PECÚNIA**

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28203	2014	12.05.2014	2014/05/003129	MARILSE CRISTINA WALDRICH LOCA-TELLI	01.05.2003	01.05.2013

Blumenau, 29 de maio de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

**Atos Secretaria Administração Nº 61****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 61**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE PECÚNIA PARCIAL PARA PECÚNIA TOTAL**

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28.223	2014	21.05.2014	2014/05/003376	MARCIA MARISTELA MILANSKI SOARES	04.09.2000	04.09.2010

Blumenau, 27 de maio de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

**Atos Secretaria Administração Nº 62****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 62**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO COM A CONVERSÃO DE 1/3 EM PECÚNIA**

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
28185	2014	30.04.2014	2014/04/002878	MARA LUZIA DA SILVA SANTOS	29.04.2004	29.04.2014
28191	2014	06.05.2014	2014/05/002941	ANDREY NAZARENO JUTTEL	03.05.2004	03.05.2014
28192	2014	06.05.2014	2014/05/002956	ERMI NUNES DE BRITO	06.05.2004	06.05.2014
28194	2014	07.05.2014	2014/05/002971	ELSON CAMPOS FERREIRA	19.02.2004	19.02.2014

28197	2014	08.05.2014	2014/05/003034	JOÃO BATISTA DOS ANJOS	25.04.2004	25.04.2014
28201	2014	12.05.2014	2014/05/003106	DAISY APARECIDA HERKENHOFF	09.05.2004	09.05.2014
28204	2014	12.05.2014	2014/05/003132	LAERCIO COMAN-DOLLI	11.04.2004	11.04.2014
28212	2014	14.05.2014	2014/05/003202	ILTON DE OLIVEIRA	14.05.2004	14.05.2014
28214	2014	15.05.2014	2014/05/003239	CELIA CECILIA KREPSKY	06.03.2003	06.03.2013
28218	2014	20.05.2014	2014/05/003343	ILSIMERY MUELLER CHIODINI	19.05.2004	19.05.2014
28228	2014	21.05.2014	2014/05/003412	MARIZA CRISTINA CARVALHO	12.04.2004	12.04.2014
28229	2014	22.05.2014	2014/05/003424	SONEIDE DOS SANTOS AVI	12.05.2004	12.05.2014
28230	2014	23.05.2014	2014/05/003456	LISELI CRISTINA FRANZ TOMELIN	17.05.2004	17.05.2014
28237	2014	27.05.2014	2014/05/003502	ALEXANDRA DA CONCEIÇÃO DO AMARAL	26.05.2004	26.05.2014
28238	2014	27.05.2014	2014/05/003513	IEDA BERNARDINA VARGAS LADEWIG	20.05.2004	20.05.2014
28239	2014	27.05.2014	2014/05/003515	ZENIA PEREIRA	24.05.2004	24.05.2014
28240	2014	27.05.2014	2014/05/003535	CARLOS ROBERTO LEITE	26.05.2004	26.05.2014
28243	2014	29.05.2014	2014/05/003563	EMERSON FIGUEIREDO SOUZA	01.04.2004	01.04.2014
28244	2014	29.05.2014	2014/05/003565	AURI ASSIS RAMOS	23.05.2004	23.05.2014
28245	2014	29.05.2014	2014/05/003568	SILVA RODRIGUES DO NASCIMENTO	25.05.2004	25.05.2014
28246	2014	29.05.2014	2014/05/003584	EULALIA GIRALDELLO	12.04.2004	12.04.2014

Blumenau, 27 de maio de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

### Atos Secretaria Administração Nº 64

#### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 64

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28.225	2014	21.05.2014	2014/05/003397	LEDA REGINA TAMIOZZO	04.03.2002	04.03.2012

Blumenau, 27 de maio de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**Atos Secretaria Administração Nº 65****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 65**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL**

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO
28248/2014	30.05.2014	2014/05/003625	SANDRA REGINA NAU	14.02.2002 14.02.2012

Blumenau, 30 de maio de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

**Atos Secretaria Administração Nº 66****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 66**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e, com base nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007 e, artigos 71, 72 e 73, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, resolve:

**CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL**

Aos servidores públicos municipais estáveis, integrantes dos Grupos Ocupacionais Especialista, Técnico, Funcional e Operacional:

PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
28.160/2014	ADAIR MARTINS	Agente Administrativo	C	GF	10/04/2014
28.160/2014	ALCIONE LIDIA ABREU OLIVIERI	Professor - 20 Horas (QP)	C	GE	01/03/2014
28.160/2014	ALEXANDRE GALDINO VERAS	Motorista	B	GO	01/03/2014
28.160/2014	ANA MARIA GENESIO PINHEIRO	Educador (Quadro Permanente)	C	GF	01/03/2014
28.160/2014	ANDRE DALLAGO MACHADO	Médico - 20 Horas	B	GE	12/03/2014
28.160/2014	ANDREY NAZARENO JUTTEL	Engenheiro Civil	M	GE	11/04/2014
28.160/2014	ANGELA MARIA BOING	Técnico em Enfermagem	G	GT	01/03/2014
28.160/2014	CARLA FONSECA	Professor - 20 Horas (QP)	C	GE	01/04/2014
28.160/2014	CARLA MARIA BERTO-LUCI	Professor - 20 Horas (QP)	C	GE	01/03/2014
28.160/2014	CARLA MARIA SUSKI	Coordenador Pedagógico (40H)	H	GE	01/03/2014
28.160/2014	CARLA RAQUEL LIMA	Professor - 20 Horas (QP)	E	GE	05/04/2014
28.160/2014	CARLOS ALBERTO FRANKE	Agente Administrativo	D	GF	17/03/2014
28.160/2014	CARLOS COLASSO RIBEIRO	Agente de Vigilância	B	GO	01/04/2014
28.160/2014	CARLOS ODILON DA COSTA	Professor - 20 Horas (QP)	C	GE	01/03/2014
28.160/2014	CATIA CELENE NASCIMENTO MONTIBELER	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/03/2014
28.160/2014	CHEILA RICHTER	Professor - 20 Horas (QP)	C	GE	10/04/2014
28.160/2014	CLARITA BALLOTIN	Agente Administrativo	B	GF	09/03/2014



28.160/2014	DANIELA JURK BRYCH	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	17/02/2013
28.160/2014	DAIANA FALASTER DE SOUZA	Agente Administrativo	B	GF	11/04/2014
28.160/2014	DAURA MARITA SABATINI FERNANDES	Assistente Social	G	GE	21/03/2014
28.160/2014	DENISE PIMPAO AMARAL	Professor - 20 Horas (QP)	C	GE	01/04/2014
28.160/2014	DEUCLEZIO AVANCINI	Agente de Vigilância	B	GO	01/03/2014
28.160/2014	DIRCEU EDMILSON THEISS	Agente Administrativo	B	GF	01/04/2014
28.160/2014	DOLORES VANIL DE MIRANDA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/04/2014
28.160/2014	ELAINE MARIA FREIBERGER	Agente Administrativo	B	GF	04/04/2014
28.160/2014	ELISABETE GUSE	Enfermeiro	C	GE	01/03/2014
28.160/2014	ELSON CAMPOS FERREIRA	Professor - 40 Horas (QP)	G	GE	01/04/2014
28.160/2014	ERALDO SCHNAIDER	Agente Administrativo	C	GF	01/04/2014
28.160/2014	FABIA DENISE DOMINGOS	Agente Administrativo	C	GF	01/03/2014
28.160/2014	FABIANA MARTENDAL OLIVEIRA CORDEIRO	Educador (Quadro Permanente)	C	GF	11/03/2014
28.160/2014	FÁTIMA MARIA BEGNINI BERTOLDI	Agente de Vigilância	C	GO	01/02/2013
28.160/2014	FRANCISCO AUGUSTO ALVES NETO	Professor - 20 Horas (QP)	H	GE	01/04/2014
28.160/2014	FRANCISCO CARLOS THEISS	Motorista	B	GO	01/03/2014
28.160/2014	GABRIELA CARDOSO GOMES	Enfermeiro	B	GE	01/04/2014
28.160/2014	GILBRAN REIS	Professor - 20 Horas (QP)	G	GE	13/03/2014
28.160/2014	GILMARA EICHSTAEDT	Agente Administrativo	C	GF	01/04/2014
28.160/2014	GILVANIA M. DE ANDRADE SOUZA DA SILVA	Educador (Quadro Permanente)	C	GF	01/03/2014
28.160/2014	GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI	Médico - 20 Horas	B	GE	05/03/2014
28.160/2014	GRASIELA PORTO DEMARCHI	Fonoaudiólogo	B	GE	12/03/2014
28.160/2014	GREICI ERHARDT SCHNEIDER	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/04/2014
28.160/2014	ILDA PEREIRA NICOLETTI	Professor - 40 Horas (QP)	D	GE	01/04/2014
28.160/2014	INGRIT LENZ	Técnico em Enfermagem	C	GT	14/03/2014
28.160/2014	ISABEL CRISTINA SCHWARZ DE AMORIM	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/04/2014
28.160/2014	IVO MILCHERT	Enfermeiro	B	GE	15/06/2011
28.160/2014	IVONE DESCHAMPS	Coordenador Pedagógico (40H)	C	GE	01/03/2014
28.160/2014	JANETE CRISTINA STULP	Psicólogo	B	GE	01/04/2014
28.160/2014	JOELMA RIBEIRO ANDRIGUE	Terapeuta Ocupacional	G	GE	04/04/2014
28.160/2014	JORGE FERNANDO BORGES DE MORAES	Enfermeiro	B	GE	24/08/2012
28.160/2014	JOSE VICTOR ITEN	Técnico em Agropecuária	C	GT	18/03/2014
28.160/2014	JOSIANE CRISTINE COUTO	Técnico em Higiene Dental	B	GT	01/03/2014
28.160/2014	JOYCE LANE ARAUJO COSTA	Agente Administrativo	B	GF	09/03/2014
28.160/2014	JULIANA CAVILHA DOMINGAS	Auxiliar de Consult. Dentário	B	GF	01/04/2014

28.160/2014	JULIANA LUEBKE	Professor - 20 Horas (QP)	C	GE	01/03/2014
28.160/2014	LEILA BEATRIZ B. DE AZEVEDO FERREIRA	Enfermeiro	B	GE	01/10/2013
28.160/2014	LEONILDA DE ATAIDE SCHULTE	Agente Administrativo	B	GF	11/03/2014
28.160/2014	LORENIR BRANDAO	Agente de Vigilância	C	GO	01/04/2014
28.160/2014	LUANA WACHSMANN BLOCK NUNES	Enfermeiro	B	GE	13/03/2014
28.160/2014	LUCIANA STAACK	Agente Administrativo	B	GF	01/03/2014
28.160/2014	LUCIMARA HELENA ROSENBROCK	Agente Administrativo	C	GF	24/03/2014
28.160/2014	MAIKE DOPKE	Agente Administrativo	G	GF	01/03/2014
28.160/2014	MARCIA DA COSTA SEIBT	Professor - 20 Horas (QP)	D	GE	01/03/2014
28.160/2014	MARCIA TERESINHA BLATT	Assistente Social	C	GE	01/03/2014
28.160/2014	MARCO SOARES	Eletricista	E	GF	01/04/2014
28.160/2014	MARIA DE FATIMA RO-SEMBROCK	Coordenador Pedagógico (40H)	H	GE	15/04/2014
28.160/2014	MARIA EUNICE MALA-CARNE BERNAT	Assistente Social	F	GE	01/03/2014
28.160/2014	MARIA FELISBINO SCHUELTER	Professor - 20 Horas (QP)	H	GE	13/03/2014
28.160/2014	MARIA GORETI VAN-DRESEN	Enfermeiro	H	GE	18/04/2014
28.160/2014	MARIA HENKEMAIER	Professor - 40 Horas (QP)	H	GE	01/03/2014
28.160/2014	MARIA SUELI EWALD	Educador (Quadro Per-manente)	G	GF	01/03/2014
28.160/2014	MARILDA MATIOLA	Professor - 30 Horas (QP)	H	GE	01/02/2014
28.160/2014	MARILEIVA SCHUSSLER	Enfermeiro	B	GE	25/07/2011
28.160/2014	MARILEIVA SCHUSSLER	Enfermeiro	C	GE	01/04/2014
28.160/2014	MARLENI TERESINHA PIVA	Agente Administrativo	E	GF	01/03/2014
28.160/2014	MERI ROSANA GON-CALVES	Professor - 40 Horas (QP)	G	GE	01/04/2014
28.160/2014	MICHEL RODRIGO PEREIRA	Técnico em Informática	B	GT	19/04/2014
28.160/2014	MICHELE B. ROPELATO CAMPREGHER	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/03/2014
28.160/2014	NAIR DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/04/2014
28.160/2014	NANCI APARECIDA DA SILVA	Enfermeiro	G	GE	01/04/2014
28.160/2014	NEILA REGINA BARCE-LOS SPIES	Educador (Quadro Per-manente)	C	GF	01/03/2014
28.160/2014	OSMARINA ERCIDIA DE ALMEIDA	Professor - 30 Horas (QP)	C	GE	01/03/2014
28.160/2014	OZEIAS MORAES DE OLIVEIRA	Motorista	B	GO	01/03/2014
28.160/2014	PHILIPPE DAVID DE LIMA	Agente Administrativo	B	GF	04/04/2014
28.160/2014	RAFAELA JERUSA DOS SANTOS	Educador (Quadro Per-manente)	C	GF	01/04/2014
28.160/2014	RENE EDUARDO EGER	Motorista	B	GO	01/04/2014
28.160/2014	RICARDO FERNANDO ESTOFELE	Agente Administrativo	B	GF	04/04/2014
28.160/2014	RICARDO RAMOS DE ARAUJO	Agente Administrativo	B	GF	01/03/2014
28.160/2014	ROGERIO ALVES DA SILVA	Agente Administrativo	C	GF	01/03/2014
28.160/2014	ROSANA GAITOLINI	Agente Administrativo	B	GF	01/04/2014

28.160/2014	ROSANA JACOMINA FALLER	Educador Social	H	GF	01/03/2014
28.160/2014	ROSANGELA SILVA DE SOUZA	Agente Administrativo	B	GF	07/03/2014
28.160/2014	ROSELI KRETZSCHMAR	Professor - 40 Horas (QP)	H	GE	06/03/2014
28.160/2014	ROSIMEYRE TELES	Copeiro	F	GO	01/03/2014
28.160/2014	SAMIRA RAQUEL DE FARIAS	Fonoaudiólogo	B	GE	19/04/2014
28.160/2014	SANDRA FLATAU	Agente Administrativo	B	GF	04/04/2014
28.160/2014	SANDRA REGINA FARI-NA DE LIMA	Coordenador Pedagógico (40H)	C	GE	01/03/2014
28.160/2014	SERGIO FRIESE	Agente Administrativo	C	GF	20/03/2014
28.160/2014	SONIA CIPRIANI	Educador (Quadro Especial)	G	GF	01/02/2012
28.160/2014	SHEILA BROSSMANN MULLER	Professor - 40 Horas (QP)	E	GE	12/03/2014
28.160/2014	SONIA MARIA LABES	Professor - 30 Horas (QP)	C	GE	01/03/2014
28.160/2014	SUSANA ELLEN BEIMS ROSKOWSKI	Agente Administrativo	C	GF	01/04/2014
28.160/2014	SUZANA ZOLNOWSKI	Enfermeiro	B	GE	01/09/2012
28.160/2014	SUZANA BEATRIZ GUIMARAES PICCINI	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/03/2014
28.160/2014	TANIA HANSEN CARABACA	Coordenador Pedagógico (20H)	G	GE	01/03/2014
28.160/2014	TÂNIA MARIA ADRIANO	Educador Social	H	GF	01/10/2013
28.160/2014	TANIA MIRIAM STANGE	Coordenador Pedagógico (40H)	E	GE	15/03/2014
28.160/2014	TANIA REGINA DIAS II	Professor 40H Quadro Especial	C	GE	01/04/2014
28.160/2014	TECLA WERNKE PEREIRA	Educador (Quadro Permanente)	C	GF	01/03/2014
28.160/2014	TERESINHA MENEHINI CASTELLAIN	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/04/2014
28.160/2014	TEREZINHA ROSA DAL PIZZOL	Enfermeiro	E	GE	01/04/2014
28.160/2014	VALDECIR JOSÉ ARGENTON	Fiscal de Serviço em Saúde	L	GF	01/02/2012
28.160/2014	VALENTIN FURTUNATO BONELLI NETO	Professor - 20 Horas (QP)	C	GE	01/03/2014
28.160/2014	VALMIRA MULLER DA SILVA	Educador (Quadro Permanente)	B	GF	01/03/2014
28.160/2014	VANEZIA MARIA DE ANDRADE E SOUSA	Professor - 20 Horas (QP)	C	GE	01/03/2014
28.160/2014	VIVIANE CRISTINA BERTOLDI	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/03/2014
28.160/2014	WILSON PEREIRA FIGUEREDO	Agente Administrativo	C	GF	01/04/2014

Blumenau, 27 de maio de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**Atos Secretaria Administração Nº 63****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 63**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS**

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO
28.187/2014	05.05.2014	2014/05/002915	ELAINE REGINA NARCISO CASTELAIN	22.02.2004 a 22.02.2014
28.193/2014	07.05.2014	2014/05/002967	KATIA REGINA PETRIS	06.05.2004 a 06.05.2014
28.195/2014	07.05.2014	2014/05/003009	LUCIA DANICHEWCZ OGLE-ARI	22.04.2003 a 22.04.2013
28.202/2014	12.05.2014	2014/05/003121	RITA DE CASSIA BARCELLOS	13.03.2003 a 13.03.2013
28.209/2014	13.05.2014	2014/05/003159	EUCLIDES MARTINS	06.05.2004 a 06.05.2014
28.215/2014	19.05.2014	2014/05/003309	ANELIZA SOARES WEIDGE-NANNT	29.01.2004 a 29.01.2014
28.216/2014	19.05.2014	2014/05/003311	MARIA ERMINIA MASCIGRAN-DE BECKER	19.07.2003 a 19.07.2013
28.220/2014	20.05.2014	2014/05/003341	CLAUDIA PEREIRA MAUELER	20.05.2004 a 20.05.2014
28.224/2014	21.05.2014	2014/05/003394	ROBERTA VILELA PEREIRA	03.11.2003 a 03.11.2013
28242/2014	28.05.2014	2014/05/003545	FILOMENA NAZARETH PE-REIRA	13.04.2004 a 13.04.2014
28247/2014	30.05.2014	2014/05/003602	LUCIMAR DE SOUSA LAUREN-TINO DA ROSA	23.05.2004 a 23.05.2014

Blumenau, 30 de maio de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

**Extrato 4º Termo Aditivo Edital Nº 005/13**

A Fundação Cultural de Blumenau, por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura, através de seu Presidente, Sylvio João Zimmermann Neto, no uso de suas atribuições, torna pública a formalização dos aditivos à contratos referentes ao Edital 005/2013 do Fundo Municipal de Apoio à Cultura - FMAC, celebrados entre a contratante, Fundação Cultural de Blumenau e contratados (proponentes) que tiveram seus projetos culturais aprovados e homologados. A contratante e os contratados terão deveres e responsabilidades no cumprimento do disposto nos Contratos de Apoio Financeiro firmados. O prazo para prestação de contas dos recursos repassados será de até 30 dias após a finalização da execução do projeto cultural, conforme datas apazadas nos respectivos contratos assinados pelas partes.



Edital FMAC	Número do Contrato	Contratante	Contratado	Título do Projeto Cultural	Objeto	Objeto do Aditivo	Valor (R\$)	Data da assinatura do Contrato	Data da assinatura do Aditivo	Prazo de Execução
005/2013	102	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Elisa Lobe Signore	Libras – Cantando e Encantando	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 010/2013, Área: Biblioteca Literária e Livro, Modalidade: Contação de História, Intitulado “Libras – Cantando e Encantando”, de responsabilidade da contratada nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 1º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Sexta – Da Contrapartida Social e do Produto Cultural	17.955,00	29/05/2014	07/10/2014	até 03/12/2014
005/2013	110	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Diego Boehlke Vargas	O Rouxinol e o Imperador	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 043/2013, Área: Teatro e Circo, Modalidade: Apresentação, Circulação, Intitulado “O Rouxinol e o Imperador”, de responsabilidade do contratado nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 1º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Sexta – Da Contrapartida Social e do Produto Cultural.	12.793,40	29/05/2014	03/10/2014	até 30/12/2014

005/2013	111	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Eliane Santos da Silva	Ama/dor/a	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 017/2013, Área: Biblioteca, Literatura e Livro, Modalidade: Publicação de Livro, Intitulado "Ama/dor/a", de responsabilidade da contratada nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 3º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Sexta – da Contrapartida Social e do Produto Cultural.	14.660,00	29/05/2014	07/10/2014	até 05/11/2014
----------	-----	--	------------------------	-----------	---	--	-----------	------------	------------	----------------

005/2013	113	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Ivaldir Zonta Junior	Arte na Rua	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 025/2013, Área: Artes Visuais, Design e Moda, Modalidade: Intervenção, Intitulado "Arte na Rua", de responsabilidade do contratado nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 2º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Sexta – Da Contrapartida Social e do Produto Cultural	10.501,37	29/05/2014	26/09/2014	até 01/12/2014
----------	-----	--	----------------------	-------------	---	---	-----------	------------	------------	----------------

Blumenau, 22 de outubro de 2014.  
 Sylvio João Zimmermann Neto  
 Presidente  
 Fundação Cultural de Blumenau

**PORTARIA Nº 4399/2014 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4399/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NEUSA LUISA ALEXANDRE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

NEUSA LUISA ALEXANDRE, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 5.393,59 (Cinco mil, trezentos e noventa e três reais e cinquenta e nove centavos), a partir de 6 de outubro de 2014, conforme processo nº 00695/09/2014.

Blumenau, 1 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**Portaria Nº 4400/2014 - Issblu**

PORTARIA N.º 4400/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIZIANA HENN RUDOLF.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 61, 62, 63, 99, 109, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, à

ELIZIANA HENN RUDOLF, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 5.422,13 (Cinco mil, quatrocentos e vinte e dois reais e treze centavos), a partir de 6 de outubro de 2014, conforme Processo n.º 00565/09/2014.

Blumenau, 1 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**Portaria Nº 4401/2014 - Issblu**

PORTARIA N.º 4401/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IVANIL DOS SANTOS BISSONI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE,

De acordo com os artigos 4.º, inciso III, § 2.º, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pelo artigo 1º, da Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, à

IVANIL DOS SANTOS BISSONI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 822,15 (Oitocentos e vinte e dois reais e quinze centavos), a partir de 6 de outubro de 2014, conforme Processo n.º 00451/08/2014.

Blumenau, 1 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 4402/2014 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4402/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANA LAIR DE SOUZA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 2º, inciso I, anexo I-A, 54, e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, à

ANA LAIR DE SOUZA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 1.194,02 (Mil, cento e noventa e quatro reais e dois centavos), a partir de 6 de outubro de 2014, conforme Processo n.º 00670/09/2014.

Blumenau, 1 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**Portaria Nº 4403/2014 - Issblu**

PORTARIA N.º 4403/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIANE FRANZ.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ELIANE FRANZ, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00308/14-9, em 17/09/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Comunidade Evangélica de Blumenau	01/03/1983 a 30/12/1983
Prefeitura Municipal de Blumenau	25/02/1985 a 21/02/1994

Totalizando 3582 (três mil, quinhentos e oitenta e dois) dias, correspondente a 9 (nove) anos, 9 (nove) meses, e 27 (vinte e sete) dias, conforme Processo n.º 00733/09/2014.

Blumenau, 1 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**Portaria Nº 4404/2014 - Issblu**

PORTARIA N.º 4404/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIZA CRISTINA CARVALHO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIZA CRISTINA CARVALHO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, protocolo nº 20021010.1.00318/14-4, em 24/09/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Bradesco Seguros S.A.	01/12/1977 a 14/05/1991
Nardini Darcy	01/09/1976 a 30/04/1977
Prosdócimo S.A.	01/11/1977 a 30/11/1977
Catarinense Seguros S.A.	21/05/1991 a 29/09/1991

Totalizando 5313 (cinco mil, trezentos e treze) dias, correspondente a 14 (quatorze) anos, 6 (seis) meses, e 23 (vinte e três) dias, conforme Processo n.º 00735/10/2014.

Blumenau, 1 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**Portaria Nº 4405/2014 - Issblu**

PORTARIA N.º 4405/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MERY LUCIANI VIEIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MERY LUCIANI VIEIRA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo n.º 20021010.1.00014/03-0, em 10/09/2014, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 13/03/1986 a 21/02/1994, totalizando 2894 (dois mil, oitocentos e noventa e quatro) dias, correspondente a 7 (sete) anos, 11 (onze) meses, e 9 (nove) dias, conforme Processo n.º 00734/09/2014.

Blumenau, 1 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 4406/2014 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4406/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SOLANGE ELIAS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de SOLANGE ELIAS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, protocolo nº 20021010.1.00175/10-6, em 23/09/2014, prestado às seguintes entidades:



Empresa	Período
Assessoria Brasileira de Cobrança S/C Ltda.	01/08/1977 a 20/12/1979
Livraria da Torre Ltda.	02/01/1980 a 02/04/1988
Unser Heim Assessoria e Serviços Imobiliários Ltda.	01/07/1988 a 28/02/1989
Prefeitura Municipal de Blumenau	01/08/1989 a 30/04/1990

Totalizando 4401 (quatro mil, quatrocentos e um) dias, correspondente a 12 (doze) anos, e 21 (vinte e um) dias, conforme Processo n.º 00725/09/2014.

Blumenau, 1 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### Portaria Nº 4407/2014 - Issblu

PORTARIA N.º 4407/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DOUGLAS FERNANDO PIMENTEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de DOUGLAS FERNANDO PIMENTEL, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00289/14-4, em 04/09/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Associação Hospitalar Beneficente São Vicente de São Paulo	01/08/1986 a 29/09/1986
	22/12/1986 a 24/05/1989
	01/01/1987 a 24/05/1989
Hospital da Cidade de Passo Fundo	13/07/1987 a 05/11/1987
	05/06/1989 a 08/03/1991
Hospital de Caridade de Carazinho	13/09/1991 a 12/10/1991
Sociedade Divina Providência	18/08/1994 a 19/10/1994
Comunidade Evangélica de Blumenau	19/09/1994 a 30/07/2006
Fundação Hospitalar de Blumenau	02/03/1995 a 09/02/2006
Hospital Santa Catarina	01/06/1997 a 15/02/2006

Totalizando 5809 (cinco mil, oitocentos e nove) dias, correspondente a 15 (quinze) anos, 11 (onze) meses, e 4 (quatro) dias, conforme Processo n.º 00703/09/2014.

Blumenau, 1 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### Portaria Nº 4408/2014 - Issblu

PORTARIA N.º 4408/2014

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 3 DE OUTUBRO DE 2014 ÀS 9 HORAS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

NOMEAR,

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. ELIEZER WALTER DE MENEZES FILHO, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, e DRA. RAISA RODRIGUES WEBER, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 3 de outubro de 2014, às 9:00 hs.

Blumenau, 2 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### Portaria Nº 4409/2014 - Issblu

PORTARIA N. 4409/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RUBENS VALDEMAR WIPPEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

RUBENS VALDEMAR WIPPEL, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 5.436,45 (Cinco mil, quatrocentos e trinta e seis reais e quarenta e cinco centavos), a partir de 6 de outubro de 2014, conforme Processo nº 00586/09/2014.

Blumenau, 2 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**Portaria Nº 4410/2014 - Issblu**

PORTARIA N.º 4410/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ITAMICI ELEUTERIO DE SOUZA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar nº 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar nº 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ITAMICI ELEUTERIO DE SOUZA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 3.241,69 (Três mil, duzentos e quarenta e um reais e sessenta e nove centavos), a partir de 6 de outubro de 2014, conforme Processo n.º 00692/09/2014.

Blumenau, 2 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**Portaria Nº 4411/2014 - Issblu**

PORTARIA N.º 4411/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SOLANGE CAMPESTRINI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de SOLANGE CAMPESTRINI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021070.1.00011/14-6, em 20/02/2014, prestado à Hass Calçados Ltda., no período de 12/04/1988 a 22/03/1989, um total de 341 (trezentos e quarenta e um) dias, correspondente a 11 (onze) meses, e 11 (onze) dias, conforme Processo n.º 00759/10/2014.

Blumenau, 6 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**Portaria Nº 4412/2014 - Issblu**

PORTARIA N.º 4412/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOAQUIM CAMPESTRINI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de JOAQUIM CAMPESTRINI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, lotado no SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021070.1.00006/14-2, em 12/02/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Tercilio Marchetti S.A.	02/01/1989 a 30/03/1990
Prefeitura Municipal de Blumenau	02/04/1990 a 30/04/1990

Totalizando 483 (quatrocentos e oitenta e três) dias, correspondente a 1 (um) ano, 3 (três) meses, e 28 (vinte e oito) dias, conforme Processo n.º 00760/10/2014.

Blumenau, 6 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**Portaria Nº 4413/2014 - Issblu**

PORTARIA N.º 4413/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NORMA KAMMER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de NORMA KAMMER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00267/13-2, em 13/02/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Indústria Têxtil Cia. Hering	20/05/1975 a 03/01/1977
Contribuinte Individual	01/02/1978 a 31/05/1979
WN do Brasil Indústria e Comércio Ltda. - ME	24/07/1979 a 05/01/1981

Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Carlos Techentin	21/07/1987 a 16/03/1989
Prefeitura Municipal de Blumenau	01/02/1993 a 31/12/1993

Totalizando 2542 (dois mil, quinhentos e quarenta e dois) dias, correspondente a 6 (seis) anos, 11 (onze) meses, e 22 (vinte e dois) dias, conforme Processo n.º 00754/10/2014.

Blumenau, 6 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **Portaria Nº 4414/2014 - Issblu**

PORTARIA N.º 4414/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA ROSANA RADTKE RAMOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 2º, inciso I, anexo I-A, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, à

MARIA ROSANA RADTKE RAMOS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.211,10 (Dois mil, duzentos e onze reais e dez centavos), a partir de 9 de outubro de 2014, conforme Processo n.º 00610/09/2014.

Blumenau, 7 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **Portaria Nº 4415/2014 - Issblu**

PORTARIA Nº 4415/2014

CONCEDE EXTENSÃO TEMPORÁRIA DE JORNADA SEMANAL DE TRABALHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DONALDO ISRAEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER EXTENSÃO TEMPORÁRIA DE JORNADA DE TRABALHO,

com fundamento no artigo 41, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, à

DONALDO ISRAEL, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de contador, categoria 9 do grupo ocupacional especialista,

faixa de vencimento "I", padrão de vencimento "D", passando a carga horária semanal de trabalho de 30 para de 40 horas.

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo seus efeitos a 1 de outubro de 2014.

Blumenau, 7 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **Portaria Nº 4416/2014 - Issblu**

PORTARIA N.º 4416/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSE MARY SOARES VOLTOLINI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ROSE MARY SOARES VOLTOLINI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00224/14-0, em 18/06/2014, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 16/03/1983 a 05/02/1995, totalizando 4335 (quatro mil, trezentos e trinta e cinco) dias, correspondente a 11 (onze) anos, 10 (dez) meses, e 20 (vinte) dias, conforme Processo n.º 00781/10/2014.

Blumenau, 8 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **Portaria Nº 4417/2014 - Issblu**

PORTARIA N.º 4417/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DENISE PRADA RADTKE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de DENISE PRADA RADTKE, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00264/14-1, em 15/08/2014, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 22/02/1985 a 21/02/1994, totalizando 3285 (três mil, duzentos e oitenta e

cinco) dias, correspondente a 9 (nove) anos, conforme Processo n.º 00780/10/2014.

Blumenau, 8 de outubro de 2014.  
ELÓI BARNI  
Diretor Presidente

#### **Portaria Nº 4418/2014 - Issblu**

PORTARIA N.º 4418/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLI TERESINHA PIAZ MICHELS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARLI TERESINHA PIAZ MICHELS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00321/14-5, em 26/09/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Prefeitura Municipal de Blumenau	01/03/1983 a 26/02/1985 27/02/1985 a 08/01/1995
SDP Colégio Sagrada Família	23/02/1987 a 29/02/1988
Colégio Dr. Blumenau Ltda. - EPP	01/02/1988 a 01/07/1988

Totalizando 4323 (quatro mil, trezentos e vinte e três) dias, correspondente a 11 (onze) anos, 10 (dez) meses, e 8 (oito) dias, conforme Processo n.º 00785/10/2014.

Blumenau, 8 de outubro de 2014.  
ELÓI BARNI  
Diretor Presidente

#### **Portaria Nº 4419/2014 - Issblu**

PORTARIA N.º 4419/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LORENCI VIEIRO DA SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de LORENCI VIEIRO DA SILVA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico

Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão N.º 089, de 03/05/2013, expedida pela Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, nos períodos de 06/03/1995 a 20/12/1995, 08/03/1996 a 20/12/1996, 03/03/1997 a 19/12/1997, e 09/02/1998 a 20/12/1998, totalizando 1181 (mil, cento e oitenta e um) dias, correspondente a 3 (três) anos, 2 (dois) meses, e 26 (vinte e seis) dias, conforme Processo n.º 00223/07/2014.

Blumenau, 8 de outubro de 2014.  
ELÓI BARNI  
Diretor Presidente

#### **Portaria Nº 4420/2014 - Issblu**

PORTARIA N.º 4420/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA LUCIA DOS SANTOS MACHADO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE,

De acordo com os artigos 4.º, inciso III, § 2.º, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARIA LUCIA DOS SANTOS MACHADO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 822,15 (Oitocentos e vinte e dois reais e quinze centavos), a partir de 14 de outubro de 2014, conforme Processo nº 00742/10/2014.

Blumenau, 8 de outubro de 2014.  
ELÓI BARNI  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 4421/2014 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4421/2014

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À MARISA SCHAEFER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA,

De acordo com os artigos 17, e 18, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro



de 2004, e artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARISA SCHAEFER, cônjuge de THEOBALDO SCHAEFER JUNIOR, servidor público municipal aposentado, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado no SETERB-Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 5 de outubro de 2014, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$ 4.144,31 (Quatro mil, cento e quarenta e quatro reais e trinta e um centavos), a contar de 5 de outubro de 2014, conforme Processo n.º 00784/10/2014.

Blumenau, 10 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### Portaria Nº 4422/2014 - Issblu

PORTARIA N.º 4422/2014

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA A ELMO PAGELKOPF.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU- Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA,

De acordo com os artigos 17, e 18, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, e artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

ELMO PAGELKOPF, cônjuge de ELFI PAGELKOPF, servidora pública municipal aposentada, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecida em 27 de setembro de 2014, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$ 1.434,22 (Mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e vinte e dois centavos), a contar da data do óbito, conforme Processo n.º 00778/10/2014.

Blumenau, 10 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### Portaria Nº 4423/2014 - Issblu

PORTARIA N.º 4423/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OROTIDES DOS SANTOS SOARES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de OROTIDES DOS SANTOS SOARES, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda de Trânsito, lotado no SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00237/14-4, em 04/07/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Nélson Faht – ME	03/01/1981 a 13/03/1981
Catarinense de Refrigerantes Ltda.	04/12/1981 a 28/09/1983
COTELI - Construtora Técnica Ltda. – ME	16/05/1984 a 27/08/1984
SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto	10/09/1984 a 27/05/1985
Acisa Comércio de Auto Peças Ltda.	29/05/1985 a 31/01/1986
Prefeitura Municipal de Blumenau	01/04/1986 a 01/05/1990

Totalizando 2834 (dois mil, oitocentos e trinta e quatro) dias, correspondente a 7 (sete) anos, 9 (nove) meses, e 9 (nove) dias, conforme Processo n.º 00803/10/2014.

Blumenau, 10 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### Portaria Nº 4424/2014 - Issblu

PORTARIA N.º 4424/2014

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2014 ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

NOMEAR,

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. ELIEZER WALTER DE MENEZES FILHO, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dr. SIDARTA SEVERINO GONÇALVES DE CASTRO, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado no ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, e DRA. RAISA RODRIGUES WEBER, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 10 de outubro de 2014, às 8h30min.

Blumenau, 10 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**Portaria Nº 4425/2014 - Issblu**

PORTARIA N.º 4425/2014

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2014 ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

NOMEAR,

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. ELIEZER WALTER DE MENEZES FILHO, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dr. THOMAZ PEREIRA SPERB, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado no ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, e DRA. RAISA RODRIGUES WEBER, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 10 de outubro de 2014, às 9h30min.

Blumenau, 10 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**Portaria Nº 4426/2014 - Issblu**

PORTARIA N.º 4426/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL HONORIO LANA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 2º, inciso VII, anexo VII-A, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 102, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 39, inciso I, § 3.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações acrescidas pelas Lei Complementares n.os 680, de 6 de março de 2008, e 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, a

HONORIO LANA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Manutenção, lotado no SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais R\$ 3.394,72 (Três mil, trezentos e noventa e quatro reais e setenta e dois centavos), a partir de 15 de outubro de 2014, conforme Processo n.º 00553/09/2014.

Blumenau, 14 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 4427/2014 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4427/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CEZAR MARTINELLI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de CEZAR MARTINELLI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00089/12-9, em 09/10/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Murano Arquitetura e Construções Ltda. - ME	01/09/1986 a 31/08/1987
Martinelli Consultoria e Construção Ltda.	01/09/1987 a 31/01/1989
Contribuinte Individual	01/10/1988 a 31/10/1988 01/02/1989 a 31/05/1993
FERJ - Fundação Educacional Regional Jaraguense	01/09/1998 a 24/02/1999
FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau	01/03/1993 a 31/07/2000

Totalizando 5075 (cinco mil, setenta e cinco) dias, correspondente a 13 (treze) anos, e 11 (onze) meses, conforme Processo n.º 00783/10/2014.

Blumenau, 15 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**Portaria Nº 4428/2014 - Issblu**

PORTARIA N.º 4428/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLELIA DE MELO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de CLELIA DE MELO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00257/14-5, em 11/08/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Sindicato dos Empregados no Comércio de Blumenau	15/01/1985 a 20/06/1986
Sociedade Divina Providência	01/07/1986 a 01/08/1987
Fundação Hospitalar de Blumenau	19/02/1987 a 04/03/1987 04/02/1988 a 11/05/1988 27/02/1989 a 13/11/1992
Comunidade Evangélica de Blumenau	07/04/1987 a 05/07/1987
Associação Beneficente Hospital Beatriz Ramos	28/07/1987 a 23/02/1988 02/02/1993 a 19/10/1994
Contribuinte Individual	01/07/1988 a 31/01/1989

Totalizando 3397 (três mil, trezentos e noventa e sete) dias, correspondente a 9 (nove) anos, 3 (três) meses, e 22 (vinte e dois) dias, conforme Processo n.º 00831/10/2014.

Blumenau, 15 de outubro de 2014.  
ELÓI BARNI  
Diretor Presidente

#### Portaria Nº 4429/2014 - Issblu

PORTARIA N.º 4429/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TANIA REGINA CASAS ITTNER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de TANIA REGINA CASAS ITTNER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00325/14-0, em 30/09/2014, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 07/03/1985 a 21/02/1994, um total de 3265 (três mil, duzentos e sessenta e cinco) dias, correspondente a 8 (oito) anos, 11 (onze) meses, e 15 (quinze) dias, conforme Processo n.º 00829/10/2014.

Blumenau, 15 de outubro de 2014.  
ELÓI BARNI  
Diretor Presidente

#### Portaria Nº 4430/2014 - Issblu

PORTARIA N.º 4430/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA IZABEL RAUEN SCHLINGMANN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIA IZABEL RAUEN SCHLINGMANN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00217/14-3, em 07/07/2014, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 22/03/1982 a 05/02/1995, um total de 4694 (quatro mil, seiscentos e noventa e quatro) dias, correspondente a 12 (doze) anos, 10 (dez) meses, e 14 (quatorze) dias, conforme Processo n.º 00820/10/2014.

Blumenau, 15 de outubro de 2014.  
ELÓI BARNI  
Diretor Presidente

#### CÂMARA MUNICIPAL

#### Resumo do Expediente da Reunião Ordinária do Dia 04 de Fevereiro de 2014.

Reunião Ordinária do dia 04 de fevereiro de 2014.  
Terça-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Alves dos Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Mário Hildebrandt
Maurício Goll	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

#### ORDEM DO DIA

Despachados à próxima Sessão os Requerimentos nºs 5, 9, 10, 14, 15, 16, 23, 27, 28, 29, 39, 40, 42, 43, 46 e 51/2014.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029 e 2030/2014. Destino: comunique-se e publique-se.

## Resumo do Expediente da Reunião Ordinária do Dia 06 de Fevereiro de 2014.

Reunião Ordinária do dia 06 de fevereiro de 2014.  
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Alves dos Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Retirados para correção os Requerimentos nº 10 e 15/2014.

Despachados à próxima Sessão os Requerimentos nºs 5, 23, 42, 43, 46 e 61/2014.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além do Requerimento nº 64/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Encaminhada ao arquivo a Indicação nº 1250/2013.

Promulgada a Resolução MD nº 2.031. Destino: comunique-se e publique-se.

## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2014.

Reunião Ordinária do dia 11 de fevereiro de 2014.  
Terça-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Alves dos Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Em fase de discussão em 2º turno para oferecimento de emendas que não envolvam o mérito, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município nº 75, de autoria de Executivo, que "ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 74 DA LEI ORGANICA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU", durante 3 (três) sessões ordinárias, nos termos do artigo 124 do regimento interno. Destino: à próxima sessão.

Rejeitada, em segunda votação e discussão, a Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 6.529. Destino: ao arquivo.

Aprovado, em segunda votação e discussão, o Projeto de Lei nº 6.529. Destino: à Comissão de Redação Final.

Rejeitados, em única discussão e votação, os Requerimentos nºs 5 e 46/2014. Destino: ao arquivo.

Retirado o Requerimento nº 74/2014.

Despachado à próxima Sessão o Requerimento nº 67/2014.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além da Moção nº 12/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2033 e 2034. Destino: comunique-se e publique-se.

## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE FEVEREIRO DE 2014.

Reunião Ordinária do dia 13 de fevereiro de 2014.  
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Alves dos Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Em fase de discussão e votação em 2º turno para oferecimento de emendas que não envolvam o mérito, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município Nº 75, durante 3 (três) sessões ordinárias, nos termos do artigo 124, do regimento interno. Destino: à próxima Sessão

Retirado da Ordem do Dia, para vistas, o veto total ao Projeto de Lei Nº 6.458.

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Lei Nº 6.529. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovado, em segunda discussão e votação o Projeto de Decreto Legislativo Nº 871. Destino: à Comissão de Redação Final.

Retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei Nº 6.553.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além do Requerimento nº 100/2014. Destino: à Secretaria para providências.



## Resumo do Expediente da Reunião Ordinária do Dia 18 de Fevereiro de 2014.

Reunião Ordinária do dia 18 de fevereiro de 2014.  
Terça-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Alves dos Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Em fase de discussão em 2º turno para oferecimento de emendas que não envolvam o mérito, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município Nº 75, durante 3 (três) sessões ordinárias, nos termos do artigo 124, do Regimento Interno. Destino: à próxima Sessão.

Acatado, em única discussão e votação, o veto total ao Projeto de Lei Nº 6.458. Destino: ao arquivo.

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo Nº 871. Destino: comunique-se e publique-se.

Rejeitado, em segunda discussão e votação, o Projeto de Lei Nº 6.553. Destino: ao arquivo.

Promulgado o Decreto Legislativo nº 820. Destino: comunique-se e publique-se.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2038, 2039, 2040, 2041 e 2042. Destino: comunique-se e publique-se.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 137, 140 e 141/2014. Destino: à Secretaria para providências.

## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2014.

Reunião Ordinária do dia 20 de fevereiro de 2014.  
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Alves dos Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a cessão do plenário ao SESCON Blumenau.

Acatados, em única discussão e votação, o Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 6.499 e o Veto Total ao Projeto de Lei nº 6.500. Destino: comunique-se ao Executivo.

Aprovados, em única discussão e votação, o Relatório Final da Comissão Temporária Especial de Estudos e Soluções para Conclusão do Edifício América e Adequação de Imóveis do Centro Histórico de Blumenau; e o Relatório Final da Comissão Temporária Especial de Acompanhamento a Possível Instalação do 2º Batalhão De Polícia Militar em Blumenau.

Retirado o Requerimento nº 132/2014. Destino: ao arquivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além do Requerimento nº 145/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2043 e 2044. Destino: comunique-se e publique-se.

## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2014.

Reunião Extraordinária do dia 20 de fevereiro de 2014.  
Quinta-Feira - 19:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Alves dos Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Lei nº 6.569. Destino: à sanção do Executivo.



## Resumo do Expediente da Reunião Ordinária do Dia 25 de Fevereiro de 2014.

Reunião Ordinária do dia 25 de fevereiro de 2014.  
Terça-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Alves dos Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Aprovada, em segundo turno de votação, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 75. Destino: à Comissão de Redação Final.

Promulgada a Lei Ordinária nº 7.949. Destino: comunique-se e publique-se.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2045 e 2046. Destino: comunique-se e publique-se.

## Resumo do Expediente da Reunião Ordinária do Dia 27 de Fevereiro de 2014.

Reunião Ordinária do dia 27 de fevereiro de 2014.  
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Alves dos Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Aprovada, em única votação, a Redação Final da Proposta de Emenda à Lei Orgânica Nº 75, ficando promulgada a Emenda à Lei Orgânica nº 44.

Aprovada, em segunda discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Decreto Legislativo Nº 863. Destino: incorporada ao projeto.

Aprovado, em segunda discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo Nº 863. Destino: à comissão de Redação Final.

Rejeitado, em única discussão e votação, o Requerimento nº 175/2014. Destino: ao arquivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 190, 191, 192 e 193/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgada a Resolução MD nº 2047. Destino: comunique-se e publique-se.

## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2014.

Reunião Ordinária do dia 06 de março de 2014.  
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Alves dos Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo Nº 863, ficando promulgado o Decreto Legislativo nº 821. Destino: comunique-se e publique-se.

Retirado o Requerimento nº 199/2014. Destino: ao arquivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 223, 224, 225, 226, 227 e 229/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgada a Resolução MD nº 2048. Destino: comunique-se e publique-se.

## Resumo do Expediente da Reunião Ordinária do Dia 11 de Março de 2014.

Reunião Ordinária do dia 11 de março de 2014.  
Terça-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Alves dos Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

## ORDEM DO DIA

Retirado o Requerimento nº 241/2014.

Rejeitados, em única discussão e votação, os Requerimentos nºs 242, 249 e 250/2014. Destino: ao arquivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 251, 252 e 254/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Aprovado, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nº 6.572 e 6.580. Destino: à Comissão de Redação Final.

Promulgada a Resolução MD nº 2050. Destino: comunique-se e publique-se.

### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE MARÇO DE 2014.

Reunião Extraordinária do dia 11 de março de 2014.

Terça-Feira - 19:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Alves dos Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

## ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 6.572 e 6.580. Destino: à sanção do Executivo.

### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2014.

Reunião Ordinária do dia 13 de março de 2014.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Alves dos Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

## ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Cessão do Plenário à Comissão Especial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

- PETI. Destino: à Secretaria para providências

Acatados, em única discussão e votação, os Vetos Totais ao Projeto de Lei Complementar nº 1.294 e ao Projeto de Lei nº 6.534. Destino: comunique-se ao Executivo e ao arquivo.

Retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei Complementar Nº 1.295.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 265, 266, 267 e 268/2014; e da Moção nº 37/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Encaminhado ao arquivo o Projeto de Lei nº 6.568.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2051, 2052 e 2053. Destino: comunique-se e publique-se.

### Resumo do Expediente da Reunião Ordinária do Dia 18 de Março de 2014.

Reunião Ordinária do dia 18 de março de 2014.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

## ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Cessão do Plenário a Hachi Ong. Destino: comunique-se.

Acatado, em única discussão e votação, o Veto Total ao Projeto de Lei Complementar Nº 1.295. Destino do projeto: ao arquivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além do Requerimento nº 287/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Encaminhados ao arquivo os Projetos de Lei nºs 6.573, 6.574 e 6.581, em conformidade com o art. 19 da Lei Orgânica do Município.

## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE MARÇO DE 2014.

Reunião Ordinária do dia 20 de março de 2014.  
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Acatado, em única discussão e votação, o veto total ao Projeto de Lei nº 6.428. Destino: comunique-se ao Executivo e ao arquivo.

Retirados da Ordem do Dia, para vistas, os vetos totais ao Projeto de Lei nº 6.373 e ao Projeto de Lei Complementar nº 1.336.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei Complementar nºs 1.338 e 1.341. Destino: à Comissão de Redação Final.

Retirado o Requerimento nº 290/2014. Destino: ao arquivo.

Retirados da Ordem do Dia os Requerimentos nºs 288, 289, 298 e 299/2014.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 305 e 307/2014; e das Moções nºs 62 e 63/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Retirado o Projeto de Lei nº 1.334. Destino: ao arquivo.

Promulgada a Resolução MD nº 2054. Destino: comunique-se e publique-se.

## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 20 DE MARÇO DE 2014.

Reunião Extraordinária do dia 20 de março de 2014.  
Quinta-Feira - 19:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei Complementar nºs 1.338 e 1.341. Destino: à sanção do Executivo.

## Resumo do Expediente da Reunião Ordinária do Dia 25 de Março de 2014.

Reunião Ordinária do dia 25 de março de 2014.  
Terça-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Acatado, em única discussão e votação, o Veto Total ao Projeto de Lei Nº 6.373. Destino: comunique-se ao Executivo e ao arquivo.

Acatado, em única discussão e votação, o Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar Nº 1.336. Destino: comunique-se ao Executivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2055, 2056, 2057 e 2058. Destino: comunique-se e publique-se.

## Resumo do Expediente da Reunião Ordinária do Dia 27 de Março de 2014.

Reunião Ordinária do dia 27 de março de 2014.  
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação a Cessão do Plenário ao

Coletivo Feminista de Blumenau. Destino: comunique-se.

Rejeitado, em única discussão e votação, o Requerimento nº 328/2014. Destino: ao arquivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 326 e 337/2014; e da Moção nº 66/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Aprovados, em única discussão e votação, o Projeto de Resolução nº 472; o Projeto de Lei Complementar nº 1.347; e os Projetos de Lei nºs 6.576, 6.577, 6.586, 6.594 e 6.595. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 1 ao Projeto de Resolução nº 472. Destino: incorporada ao projeto.

Promulgada a Resolução MD nº 2059. Destino: comunique-se e publique-se.

## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE MARÇO DE 2014.

Reunião Extraordinária do dia 27 de março de 2014.

Quinta-Feira - 19:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais do Projeto de Resolução nº 472 (ficando promulgada a Resolução nº 431); o Projeto de Lei Complementar nº 1.347; e os Projetos de Lei nºs 6.576, 6.577, 6.586, 6.594 e 6.595. Destino: à sanção do Executivo. Destino do projeto de resolução: publique-se.

## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 01 DE ABRIL DE 2014.

Reunião Ordinária do dia 01 de abril de 2014.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker

Zeca Bombeiro

### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 358, 359, 360 e 361/2014; e da Moção nº 67/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgada a Resolução MD nº 2061. Destino: comunique-se e publique-se.

Encaminhados ao arquivo, em conformidade com o art. 19 da Lei Orgânica do Município, os Projetos de Lei nºs 6.578, 6.589 e 6.590; bem como o Projeto de Lei Complementar nº 1.342.

## Resumo do Expediente da Reunião Ordinária do Dia 03 de Abril de 2014.

Reunião Ordinária do dia 03 de abril de 2014.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Aprovados, em segunda discussão e votação, o Substitutivo global, ao Projeto de Lei Complementar Nº 1.323; o Projeto de Lei Complementar nº 1.346; e os Projetos de Lei nºs 6.579, 6.583, 6.593, 6.600. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além do Requerimento nº 385/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgada a Resolução MD nº 2062. Destino: comunique-se e publique-se.

**Resumo do Expediente da Reunião Extraordinária do Dia 03 de Abril de 2014.**

Reunião Extraordinária do dia 03 de abril de 2014.  
Quinta-Feira - 19:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

**ORDEM DO DIA**

Aprovadas, em única discussão e votação, as seguintes Redações Finais: o Substitutivo global, ao Projeto de Lei Complementar Nº 1.323; o Projeto de Lei Complementar nº 1.346; e os Projetos de Lei nºs 6.579, 6.583, 6.593 e 6.600. Destino: à sanção do Executivo.

**Resumo do Expediente da Reunião Ordinária do Dia 08 de Abril de 2014.**

Reunião Ordinária do dia 08 de abril de 2014.  
Terça-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

**ORDEM DO DIA**

Aprovada, em única discussão e votação, a Cessão Do Plenário ao COMITÊ ESTADUAL PELO PLEBISCITO POPULAR.

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 6.565. Destino: incorporada ao projeto.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs 6.565, 6.587 e 6.605. Destino: à Comissão de Redação Final.

Retirado da Ordem do Dia, para vistas, o Projeto de Lei nº 6.582.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 400, 401 e 403/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgada a Resolução MD nº 2065. Destino: comunique-se e publique-se.

**Resumo do Expediente da Reunião Extraordinária do Dia 08 de Abril de 2014.**

Reunião Extraordinária do dia 08 de abril de 2014.  
Terça-Feira - 19:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

**ORDEM DO DIA**

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 6.565, 6.587 e 6.605. Destino: à sanção do Executivo.

**Resumo do Expediente da Reunião Ordinária do Dia 10 de Abril de 2014.**

Reunião Ordinária do dia 10 de abril de 2014.  
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

**ORDEM DO DIA**

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 873 e 874; e o Projeto de Lei nº 6.591. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 408, 409, 410 e 411/2014; e das Moções nºs 75, 76 e 77/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgada a Resolução MD nº 2066. Destino: comunique-se e publique-se.



## Resumo do Expediente da Reunião Ordinária do Dia 15 de Abril de 2014.

Reunião Ordinária do dia 15 de abril de 2014.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Cessão do plenário à ACONSEG BLU - ASSOCIAÇÃO DOS CONSEGS DE BLUMENAU.

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais do Projeto de Lei nº 6.591 e dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 873 e 874, ficando promulgados os Decretos Legislativos nºs 822 e 823, respectivamente. Destino do Projeto de Lei: à sanção do Executivo.

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.296. Destino: incorporada ao projeto.

Rejeitado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar nº 1.296. Destino: ao arquivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 420 e 421/2014; e da Moção nº 38/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgada as Resoluções MD nºs 2067 e 2068. Destino: comunique-se e publique-se.

Encaminhados ao arquivo, em conformidade com o art. 19 da Lei Orgânica do Município, os Projetos de Lei nºs 6.592, 6.596 e 6.599.

Mensagem nº 16/2014 - encaminhando Projeto de Lei que "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

## Resumo do Expediente da Reunião Ordinária do Dia 17 de Abril de 2014.

Reunião Ordinária do dia 17 de abril de 2014.

Quinta-Feira - 09:30 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos

Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Retirados da Ordem do Dia: Projeto de Lei Complementar nº 1.316 e sua Emenda nº 01; Projeto de Lei nº 6.582; e Projeto de Lei nº 6.584 (para apresentação de Emenda).

Aprovadas, em 2ª discussão e votação, as Emendas nºs 01, 02 e 03 ao Projeto de Lei nº 6.375. Destino: incorporadas ao projeto.

Aprovado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 6.375. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além do Requerimento nº 431/2014. Destino: à Secretaria para providências.

## Resumo do Expediente da Reunião Extraordinária do Dia 17 de Abril de 2014.

Reunião Extraordinária do dia 17 de abril de 2014.

Quinta-Feira - 13:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Lei nº 6.375. Destino: à sanção do Executivo.

## Resumo do Expediente da Reunião Ordinária do Dia 22 de Abril de 2014.

Reunião Ordinária do dia 22 de abril de 2014.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker

Zeca Bombeiro

## ORDEM DO DIA

Retirado da Ordem do Dia, para vistas, o Projeto de Lei nº 6.585.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2069, 2070 e 2071. Destino: comunique-se e publique-se.

### Resumo do Expediente da Reunião Ordinária do Dia 24 de Abril de 2014.

Reunião Ordinária do dia 24 de abril de 2014.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

## ORDEM DO DIA

Aprovadas, em 2ª discussão e votação, as Emendas nºs 15, 16, 17 e 18 ao Projeto de Lei nº 6.585. Destino: incorporadas ao projeto.

Rejeitadas, em 2ª discussão e votação, as Emendas nºs 01, 02 e 03 ao Projeto de Lei nº 6.585. Destino: ao arquivo.

Rejeitadas as Emendas nºs 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14 ao Projeto de Lei nº 6.585. Destino: ao arquivo.

Aprovado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 6.585. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovado o Requerimento nº 460/2014 e a Moção nº 79/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2072 e 2073. Destino: comunique-se e publique-se.

### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE ABRIL DE 2014.

Reunião Extraordinária do dia 24 de abril de 2014.

Quinta-Feira - 19:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest

Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

## ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Lei nº 6.585. Destino: à sanção do Executivo.

### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE ABRIL DE 2014.

Reunião Ordinária do dia 29 de abril de 2014.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Airton Maçaneiro
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

## ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as cessões do plenário ao Partido Republicano Brasileiro, à Juventude da Esquerda Popular Socialista e à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Destino: comunique-se.

Retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei Complementar nº 1.316, bem como sua Emenda nº 01.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar nº 1.343 e o Projeto de Lei nº 6.543. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgada a Resolução MD nº 2075. Destino: comunique-se e publique-se.

### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 29 DE ABRIL DE 2014.

Reunião Extraordinária do dia 29 de abril de 2014.

Terça-Feira - 19:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Airton Maçaneiro

Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

#### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais do Projeto de Lei Complementar nº 1.343 e o Projeto de Lei nº 6.543. Destino: à Comissão de Redação Final.

#### Resumo do Expediente da Reunião Ordinária do Dia 06 de Maio de 2014.

Reunião Ordinária do dia 06 de maio de 2014.  
Terça-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Airton Maçaneiro
Antônio João Veneza de Souza	Cezar João Cim
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

#### ORDEM DO DIA

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs 6.601 e 6.603. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 485, 486, 487, 488, 489, 490 e 491/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2076, 2077 e 2078. Destino: comunicar-se e publicar-se.

#### Resumo do Expediente da Reunião Ordinária do Dia 08 de Maio de 2014.

Reunião Ordinária do dia 08 de maio de 2014.  
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Airton Maçaneiro
Antônio João Veneza de Souza	Cezar João Cim
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

#### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 6.601 e 6.603. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 6.611. Destino: à comissão de Redação Final.

Retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei Complementar nº 1.316, bem como sua Emenda nº 01.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 506 e 507/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2079 e 2086. Destino: comunicar-se e publicar-se.

#### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 08 DE MAIO DE 2014.

Reunião Extraordinária do dia 08 de maio de 2014.  
Quinta-Feira - 19:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Airton Maçaneiro
Antônio João Veneza de Souza	Cezar João Cim
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

#### ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Lei nº 6.611. Destino: à sanção do Executivo.

#### Resumo do Expediente da Reunião Ordinária do Dia 13 de Maio de 2014.

Reunião Ordinária do dia 13 de maio de 2014.  
Terça-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Airton Maçaneiro
Antônio João Veneza de Souza	Cezar João Cim
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

#### ORDEM DO DIA

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs

6.604, 6.610, 6.613, 6.614, 6.615 e 6.615. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 527, 529 e 532/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2087, 2088, 2089 e 2090. Destino: comunique-se e publique-se.

### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE MAIO DE 2014.

Reunião Ordinária do dia 15 de maio de 2014.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Airton Maçaneiro
Antônio João Veneza de Souza	Cezar João Cim
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

#### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 6.604, 6.610, 6.613, 6.614, 6.615 e 6.616. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs 6.619, 6.609, 6.620, 6.625 e 6.627; e os Projetos de Lei Complementar nºs 1.351 e 1.353. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2091, 2092 e 2093. Destino: comunique-se e publique-se.

Encaminhado ao arquivo o Projeto de Lei nº 6.623, de acordo com art. 19 da Lei Orgânica do Município.

### Resumo do Expediente da Reunião Extraordinária do Dia 15 de Maio de 2014.

Reunião Extraordinária do dia 15 de maio de 2014.

Quinta-Feira - 19:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Airton Maçaneiro
Antônio João Veneza de Souza	Cezar João Cim
Ivan Naatz	Jefferson Forest

Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

#### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 6.619, 6.609, 6.620, 6.625 e 6.627; e dos Projetos de Lei Complementar nºs 1.351 e 1.353. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovada, em única discussão e votação, a Moção nº 98/2014. Destino: à Secretaria para providências.

### Resumo do Expediente da Reunião Ordinária do Dia 20 de Maio de 2014.

Reunião Ordinária do dia 20 de maio de 2014.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Airton Maçaneiro
Antônio João Veneza de Souza	Cezar João Cim
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

#### ORDEM DO DIA

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.316. Destino: incorporada ao projeto.

Rejeitado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar nº 1.316. Destino: à ao arquivo.

Retirados da Ordem do Dia, para vistas, o Projeto de Lei nº 6.584 (e sua Emenda nº 01) e o Projeto de Lei nº 6.554.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além do Requerimento nº 572/2014. Destino: à Secretaria para providências.

### Resumo do Expediente da Reunião Ordinária do Dia 22 de Maio de 2014.

Reunião Ordinária do dia 22 de maio de 2014.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Airton Maçaneiro
Antônio João Veneza de Souza	Cezar João Cim
Ivan Naatz	Jefferson Forest

Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

#### ORDEM DO DIA

Retirada a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.354. Destino: ao arquivo.

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.354. Destino: incorporada ao Projeto.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 5.888 e o Projeto de Lei Complementar nº 1.354. Destino: à Comissão de Redação Final.

Promulgada a Resolução MD nº 2094. Destino: comunique-se e publique-se.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 574, 576, 577 e 578/2014. Destino: à Secretaria para providências.

#### Resumo do Expediente da Reunião Extraordinária do Dia 22 de Maio de 2014.

Reunião Extraordinária do dia 22 de maio de 2014.

Quinta-Feira - 20:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Airton Maçaneiro
Antônio João Veneza de Souza	Cezar João Cim
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

#### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais do Projeto de Lei nº 5.888 e do Projeto de Lei Complementar nº 1.354. Destino: à sanção do Executivo.

#### Resumo do Expediente da Reunião Ordinária do Dia 27 de Maio de 2014.

Reunião Ordinária do dia 27 de maio de 2014.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Airton Maçaneiro
Antônio João Veneza de Souza	Cezar João Cim

Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

#### ORDEM DO DIA

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 6.622. Destino: incorporada ao projeto.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs 6.608, 6.622 e 6.626. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovado, em única discussão e votação o Relatório Final da Comissão Temporária Especial de Acompanhamento para Industrialização do Lixo em Blumenau. Destino: comunique-se.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 588, 591 e 592/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2095 e 2096. Destino: comunique-se e publique-se.

#### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE MAIO DE 2014.

Reunião Ordinária do dia 29 de maio de 2014.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Diogo Santos
Antônio João Veneza de Souza	Cezar João Cim
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

#### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 6.608, 6.622 e 6.626. Destino: à sanção do Executivo.

Acatados, em única discussão e votação, o Veto Total ao Projeto de Lei nº 1.323 e o Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 6.375. Destino: comunique-se ao Executivo.

Aprovado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 6.621. Destino: à Comissão de Redação Final.

Rejeitado, em única discussão e votação, o Requerimento nº 600/2014. Destino: ao arquivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia. Destino: à Secretaria para providências.

Encaminhado ao arquivo o Projeto de Lei nº 6.618, em conformidade com a art. 19 da Lei Orgânica do Município.



## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 03 DE JUNHO DE 2014.

Reunião Ordinária do dia 03 de junho de 2014.  
Terça-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Lei nº 6.621. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 875, 876, 877 e 878. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 634, 635 e 636/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2098, 2099, 2100, 2101, 2102 e 2103. Destino: comunique-se e publique-se.

Despachados para a próxima sessão os Requerimentos nºs 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632 e 633/2014; e as Moções nºs 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119 e 120/2014.

## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 03 DE JUNHO DE 2014.

Reunião Extraordinária do dia 03 de junho de 2014.  
Terça-Feira - 18:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 875, 876, 877 e 878. Destino: comunique-se e publique-se, ficando promulgados os Decretos Legislativos nºs 824, 825, 826 e 827, respectivamente.

## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE JUNHO DE 2014.

Reunião Ordinária do dia 05 de junho de 2014.  
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 6.602. Destino: incorporada ao projeto.

Aprovado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 6.602. Destino: à Comissão de Redação Final.

Despachada para a próxima Sessão a Moção nº 116/2014.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 650, 651, 654, 655, 656, 657, 658 e 659/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgada a Resolução MD nº 2104. Destino: comunique-se e publique-se.

## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE JUNHO DE 2014.

Reunião Ordinária do dia 10 de junho de 2014.  
Terça-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Lei nº 6.602. Destino: à sanção do Executivo.

Rejeitada, em única discussão e votação, a Moção nº 116/2014. Destino: ao arquivo.

Encaminhados ao arquivo o Projeto de Lei nº 6.612 e o Projeto de Lei Complementar nº 1.355, de acordo com o art. 19 da Lei

Orgânica do Município.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2105, 2106, 2107 e 2108.  
Destino: comunique-se e publique-se.

### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 10 DE JUNHO DE 2014.

Reunião Extraordinária do dia 10 de junho de 2014.  
Terça-Feira - 18:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

#### ORDEM DO DIA

Aprovado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 6.637.  
Destino: à Comissão de Redação Final.

### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 10 DE JUNHO DE 2014.

Reunião Extraordinária do dia 10 de junho de 2014.  
Terça-Feira - 18:30 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

#### ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Lei nº 6.637. Destino: à sanção do Executivo.

### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE JUNHO DE 2014.

Reunião Ordinária do dia 12 de junho de 2014.  
Quinta-Feira - 09:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Jefferson Forest	Marcelo Lanzarin
Marco Antônio Wanrowsky	Mário Hildebrandt
Oldemar Becker	Roberto da Luz
Zeca Bombeiro	

#### ORDEM DO DIA

Aprovado, em 1ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 6.606.  
Destino: à Ordem do Dia para 2ª discussão e votação.

Promulgada a Resolução MD nº 2109. Destino: comunique-se e publique-se.

### Resumo do Expediente da Reunião Extraordinária do Dia 12 de Junho de 2014.

Reunião Extraordinária do dia 12 de junho de 2014.  
Quinta-Feira - 11:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Jefferson Forest	Marcelo Lanzarin
Marco Antônio Wanrowsky	Mário Hildebrandt
Oldemar Becker	Roberto da Luz
Zeca Bombeiro	

#### ORDEM DO DIA

Aprovado, em única discussão e votação, o Requerimento nº 694/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Resolução nº 473 e os Projetos de Lei nºs 6.630, 6.633, 6.634, 6.635 e 6.636.  
Destino: à Comissão de Redação Final.

## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 12 DE JUNHO DE 2014.

Reunião Extraordinária do dia 12 de junho de 2014.  
Quinta-Feira - 11:30 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Jefferson Forest	Marcelo Lanzarin
Marco Antônio Wanrowsky	Mário Hildebrandt
Oldemar Becker	Roberto da Luz
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais do Projeto de Resolução nº 473 e os Projetos de Lei nºs 6.630, 6.633, 6.634, 6.635 e 6.636. Destino do projeto de resolução: comunique-se e publique-se. Destino dos projetos de lei: à sanção do Executivo.

## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE JUNHO DE 2014.

Reunião Ordinária do dia 17 de junho de 2014.  
Terça-Feira - 09:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Diogo Santos
Jefferson Forest	Marcelo Lanzarin
Marco Antônio Wanrowsky	Mário Hildebrandt
Oldemar Becker	Roberto da Luz
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Retirado o Requerimento nº 659/2014.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além do Requerimento nº 716/2014. Destino: à Secretaria para providências.

## Bom Jesus do Oeste

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 221/2014 de 22 de Outubro de 2014.

PORTARIA Nº 221/2014, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. SILVIA ENDLER, inscrita na matrícula nº 344-1, ocupante do cargo de Professora de Artes, conforme Atestado Médico, no período de 21 de outubro de 2014 a 30 de outubro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 22 de Outubro de 2014.  
AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 222/2014 de 23 de Outubro de 2014.

PORTARIA Nº 222/2014, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.  
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITOS PARA SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão por Méritos para servidores públicos municipais, a partir do mês de outubro do ano 2014, conforme art. 68 da Lei nº 542/2006 (Estatuto de Servidores) a art. 25 da Lei nº 755/2010 (Plano de Cargos e Salários), conforme relação e percentuais abaixo:

NOME	MATRICULA	PERCENTUAL
Hari Schmidt	353-0	6%
Vilmar Lubenow	156-2	4%

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 23 de outubro 2014.  
AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

#### Decreto 0119/2014

DECRETO Nº 0119/2014.

Delega competências ao Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social e Servidor Público Municipal.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

#### DECRETA:

Art. 1º Fica delegada ao Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, Marina Solange Georg Erbs e a servidora Vanessa Taiara Raduntz, nomeada pela Portaria nº 0158/2014, competências sobre movimentação financeira da Conta Corrente nº 5697-9, Agência 3965-9 - Banco do Brasil, com as seguintes competências:

- Emitir Cheques;
- Solicitar Saldos e Extratos;
- Requisitar Talonários de Cheques;
- Autorizar Débito em Conta Relativo a Operações;
- Retirar Cheques Devolvidos;
- Efetuar Transferências/Pagamentos, Exceto por MEI;
- Sustar/Contra-Ordenar Cheques;
- Cancelar Cheques;
- Baixar Cheques;
- Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas;
- Efetuar Saques - Conta Corrente;
- Emitir Comprovantes;
- Efetuar Transferência P/ mesma Titularidade-Meio Eletrônico;
- Encerrar Contas de Depósito;
- Transferência por Meio Eletrônico.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo (SC), 22 de outubro de 2014.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

## Brusque

### PREFEITURA

#### Extrato Ata de Registro de Preços Nº 002/2014 SAMAE

SAMAE DE BRUSQUE

Espécie: Cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 002/2014, entre o SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE de Brusque e a empresa: Daniele Aparecida Wietcovsky Hodecker 00370917944, em 23/10/2014. Fundamento legal: com fulcro nos subitens VI e VII do item 8.1.2 da Clausula Oitava da Ata Signatário: Rógério Ristow

#### Decreto Nº 7.514, de 21 de Outubro de 2014

DECRETO nº 7.514, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar e especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20. da Lei nº 3.676, de 19.12.2013, Lei nº 3.644, de 30.08.2013, inciso IV do art. 82. da Lei Orgânica Municipal, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal, em vigência, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no valor de R\$ 217.052,82 (duzentos e dezessete mil, cinquenta e dois reais e oitenta e dois centavos), para atender a programação abaixo especificada:

Órgão: 80	SAMAE		
Unidade: 01	Administração		
Função: 04	Administração		
SubFunção: 122	Administração Geral		
Programa: 300	Administração SAMAE		
Atividade: 2291		Manutenção e Modernização dos Serviços Administrativos	
Despesa: 4.4.90.00.00.00		Aplicações Diretas	59.830,00
Recursos:			Próprios
Vínculo:			60.000

Órgão: 80	SAMAE		
Unidade: 02	Técnica		
Função: 17	Saneamento		
SubFunção: 512	Saneamento Básico urbano		
Programa: 301	Sistema de Água		
Atividade: 2293	Operação e Manutenção do Sistema de Água		
Despesa: 3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	150.230,00	
Recursos:			Próprios
Vinculo:			20.000
Despesa: 3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	6.992,82	
Recursos:			Próprios
Vinculo:			60.000

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de: Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

Órgão: 80	SAMAE		
Unidade: 01	Administração		
Função: 04	Administração		
SubFunção: 122	Administração Geral		
Programa: 300	Administração SAMAE		
Atividade: 2291		Manutenção e Modernização dos Serviços Administrativos	
Despesa: 3.3.90.00.00.00		Aplicações Diretas	59.830,00
Recursos:			Próprios
Vínculo:			60.000

Órgão: 80	SAMAE		
Unidade: 02	Técnica		
Função: 17	Saneamento		
SubFunção: 512	Saneamento Básico urbano		
Programa: 301	Sistema de Água		
Atividade: 2293	Operação e Manutenção do Sistema de Água		
Despesa: 3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas.	150.000,00	
Despesa: 4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	230,00	
Recursos:		Próprios	
Vínculo:		20.000	
Despesa: 4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas.	6.992,82	
Recursos:		Próprios	
Vínculo:		60.000	

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de outubro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete

## Decreto Nº 7.515, de 22 de Outubro de 2014.

DECRETO nº 7.515, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

Altera o art. 13. do Decreto 7.382/14, que trata da regulamentação da gratificação por incentivo denominada PMAQ-AB. O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o inciso IV do art. 82. da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a nota técnica divulgada pelo Ministério da Saúde - MS prorrogando a divulgação da lista de certificação do PMAQ para novembro, bem como informando que os municípios receberão o recurso referente ao desempenho das equipes participantes do PMAQ retroativo a competência junho de 2014;

Considerando a homologação da contratualização/recontratualização de 25 Equipes do Município de Brusque, por meio da Portaria MS nº 1.383, de 09 de julho de 2013;

Considerando que diante da adesão, as Equipes até o momento receberam, no ano de 2014, o percentual de 20% (vinte por cento) do valor integral do incentivo financeiro relativo ao Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável, conforme definido na Portaria nº 562, de 4 de abril de 2013;

Considerando que o Decreto Municipal nº 7.382/14, em seu art. 13 estabelece que o pagamento da referida gratificação está condicionado ao repasse de recursos financeiros do PMAQ-AB do Ministério da Saúde;

Considerando que para o recebimento da gratificação PMAQ-AB, os servidores integrantes das Equipes, deverão cumprir os critérios inseridos no art. 4º do Decreto Municipal nº 7.832/14, além do cumprimento das metas individuais e coletivas mensuradas pelo Ministério da Saúde, em conformidade com as Portarias nºs 1.654/11 e 2.488/GM/MS/11;

### DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 13. do Decreto nº 7.382, de 20 de fevereiro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. O pagamento da gratificação por incentivo denominada PMAQ-AB será retroativo ao mês de janeiro de 2014, condicionado ao repasse de recursos financeiros do PMAQ-AB do Ministério da Saúde.

§ 1º Os valores do incentivo financeiro do PMAQ-AB, relativos ao período de janeiro a maio/14, serão pagos mediante o cumprimento das metas previstas nos incisos I, II, III, V e VI do § 2º do art. 5º da Lei Municipal nº 3.677/13, considerando os recursos financeiros no percentual de 20% (vinte por cento) da adesão, em razão da nota técnica do Ministério da Saúde de que o valor integral referente ao desempenho das equipes participantes do PMAQ será retroativo a competência junho de 2014.

§ 2º A partir da competência junho/14, o valor da gratificação será paga de acordo com os recursos a serem recebidos do Ministério da Saúde, referente ao desempenho das equipes participantes do PMAQ, desde que atendidos todos os critérios e metas estabelecidos no Decreto nº 7.382/14.

§ 3º O servidor exonerado, integrante de Equipe de Atenção Básica do PMAQ-AB, fará jus ao pagamento da gratificação PMAQ-AB, durante o período de sua atuação, desde que atendidas as normas deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG

Secretaria da Saúde

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

### **Edital Nº 49/2014 - Processo Seletivo Simplificado**

Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 49/2014

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nº s 2.174/97, 2.270/98, 3.248/09 e Decreto nº 4.859/02, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de COORDENADOR PEDAGÓGICO, em caráter temporário a fim de atender necessidade de excepcional interesse público, para atuação na Secretaria Municipal de Educação, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que se regerá pelas normas dispostas neste edital.

#### **1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição.

1.2. O critério de seleção se dará por tempo de serviço de magistério.

1.3. O prazo de validade do presente Processo Seletivo será até dezembro de 2015.

1.4. Considerando o disposto no art. 1º, V, da Lei Municipal 2.174/97, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público e considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu artigo 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável, e a necessidade da presença de Coordenador Pedagógico nas unidades escolares é fundamental para o bom atendimento da população, diante disso, o presente Processo Seletivo dá-se em razão da necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos.

#### **2. DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO**

2.1. Preencher com os requisitos de escolaridade para cada cargo, conforme estipulado;

2.2. Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;

2.3. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, na data da contratação;

2.4. Estar em dia com as obrigações eleitorais;

2.5. Estar em dia com as obrigações militares (para sexo masculino);

2.6. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado por meio de Atestado Médico Admissional;

2.7. Não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, salvo os casos previstos no art. 37, XVI, §c, da Constituição Federal.

#### **3- DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES**

3.1 O candidato deverá ler atentamente o Edital do Processo Seletivo;

3.2 As inscrições serão realizadas exclusivamente no site da Secretaria de Educação ([www.educacao.brusque.sc.gov.br](http://www.educacao.brusque.sc.gov.br)), no período de 00h00min horas do dia 23 de outubro de 2014 às 23h59min do dia 16 de novembro de 2014;

3.3 Para inscrever-se no processo seletivo é requisito não ter punição em esfera administrativa, no âmbito municipal.

3.4 . O candidato no ato da inscrição deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável pelas mesmas;

3.6 . Imprimir a ficha de inscrição

3.5 .A Secretaria de Orçamento e Gestão não se responsabiliza por quaisquer problemas técnicos que possam provocar a não inscrição do candidato, sendo este, o único responsável por procurar meios para fazer a inscrição ;

3.7. Não será exigido qualquer valor a título de condição para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

#### **4. DOS CARGOS, DAS VAGAS, DA CONVOCAÇÃO E DO CRONOGRAMA DA ESCOLHA DE VAGAS**

4.1. O Processo Seletivo visa a contratação para atender necessidade temporária do cargo de coordenador pedagógico para substituição em caso de afastamentos de servidores ocupantes de cargo de coordenador pedagógico.

SEGMENTO EDUCAÇÃO INFANTIL / ENSINO FUNDAMENTAL

Cargos	Vagas
Coordenador Pedagógico	7

4.2.A convocação dos candidatos aprovados e o cronograma para a escolha de vagas serão divulgados em 05/12/2014.

#### **5. DA LISTA DE INSCRIÇÃO E DOS RECURSOS**

5.1. A lista dos candidatos inscritos será divulgada em 17 de novembro de 2014, em ordem alfabética sem classificação, no site da Secretaria de Educação ([www.educacao.brusque.sc.gov.br](http://www.educacao.brusque.sc.gov.br)), bem como no Site da Prefeitura ([www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br)) e afixada no mural da Prefeitura.

5.2. O candidato poderá interpor recurso do resultado da lista de inscrição, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) que deseja contestar sob pena de não ser admitido seu recurso, que deverá ser apresentado na Secretaria Orçamento e Gestão, setor de Recursos Humanos, sito na Praça das Bandeiras, nº 77, Centro, Brusque/SC (Sede da Prefeitura Municipal), nos seguintes horários: das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h00min.

5.3 .A lista final dos candidatos inscritos será divulgada em 19 de novembro de 2014.

#### **6. DO PERÍODO, HORÁRIO, LOCAL DE ENTREGA DA FICHA DE INSCRIÇÃO E DO TEMPO DE SERVIÇO**

6.1. A FICHA DE INSCRIÇÃO e os comprovantes do TEMPO DE SERVIÇO deverão ser entregue sob protocolo no momento seguinte à inscrição, no período de 23 de outubro a 16 de novembro de 2014, no horário das 08h às 17 horas:

6.1.1 . Na unidade escolar em que o candidato estiver laborando;

6.1.2 . No Departamento de Recursos Humanos ou em uma das unidades escolares da rede municipal de ensino, quando se tratar de candidato não empregado da Prefeitura Municipal de Brusque.

6.1.3. São admitidos como documentos comprobatório do tempo de serviço, os previstos nos itens 6.1.3.1 e 6.1.3.2, e considerados até a data de 30/09/2014.

6.1.3.1. Certidão/atestado de tempo de serviço no magistério, Municipal, Estadual ou particular, expresso em anos e meses. No caso de tempo de serviço prestado para a Administração Pública Municipal de Brusque, esta poderá ser comprovada por meio da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

6.1.3.2. Certidão da Secretaria de Educação do Estado de origem ou chefia regional, quando se tratar de Magistério Público de

outros Estados.

## 7. DOS DOCUMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO, DO LOCAL DE ENTREGA, DA INVIABILIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DA HABILITAÇÃO.

7.1. A documentação deverá ser entregue sob protocolo na ordem do item 7.3, na Arena Brusque, Piso Térreo, Sala do Centro Municipal de Inclusão Digital - CMID, localizada na Rua Gentil Batisti Archer, Bairro Centro II, Brusque - SC (ao lado do Pavilhão da Fenarrec), após convocação para escolha de vagas previsto no item 4.2

7.2. A documentação constante do item 7.3. deverá ser entregue em envelope no formato 26 x 36, com etiqueta colada no canto superior direito, quando visto na horizontal, contendo o nome do candidato.

7.3.O candidato CONVOCADO deverá apresentar, uma cópia dos seguintes documentos, na seguinte ordem:

- a) Ficha de inscrição on-line;
- b) 1 (uma) foto 3x4 recente e com data;
- c) CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- d) Cópia das páginas de identificação da CTPS;
- e) PIS;
- f) CPF;
- g) Carteira de Identidade;
- h) Título de Eleitor;
- i) Comprovante de residência (atual);
- j) Quitação das obrigações militares, para os homens;
- k) Certidão de casamento ou nascimento conforme o caso;
- l) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos.
- m) Certidão de Quitação Eleitoral, que poderá ser retirada no site do Tribunal Regional Eleitoral ([www.tre-sc.gov.br](http://www.tre-sc.gov.br));
- n) Declaração de bens; (Anexo I deste Edital)
- o) Declaração de não exercer cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas federal, estadual ou municipal (Anexo II deste Edital);
- p) Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinares, no exercício do cargo ou função pública (Anexo III deste Edital);
- q) Diploma ou Certificado de curso Superior Completa em Pedagogia, Normal Superior ou Habilitação em Nível de Licenciatura Plena. Diploma de Pós Graduação, em Nível de Especialização na área de Gestão Escolar com carga mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão;

### 7.4. Habilitação:

a) Considera-se habilitado para o exercício da Coordenação Pedagógica o candidato com formação em Superior Completa em Pedagogia, Normal Superior ou Habilitação em Nível de Licenciatura Plena. Com Pós Graduação, em Nível de Especialização na área de Gestão Escolar com carga mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

7.5. A não apresentação da documentação exigida nos itens 7.3 letra "q" e 7.4, combinado com a inscrição, inviabilizará a contratação do candidato.

## 8. DA VALIDAÇÃO:

8.1. A Comissão realizadora do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de servidores para a Secretaria de Educação fará análise da documentação entregue referente ao Tempo de Serviço, validando as inscrições, no período de 20 a 28 de novembro de 2014.

## 9. DA CLASSIFICAÇÃO, DA PONTUAÇÃO.

9.1. A classificação dar-se-á, seguindo os critérios abaixo especificados:

9.2. Não será computado "tempo de serviço no magistério", o tempo de serviço do servidor aposentado ou com processo de aposentadoria em tramitação;

9.3. Para efeito de pontuação relativa ao tempo de serviço no magistério não será considerada sobreposição de tempo nos documentos apresentados;

9.4. Para cálculo da pontuação será utilizada a seguinte fórmula:

9.4.1. Para cada mês completo de serviço, será atribuído 1 (hum) ponto.

9.4.2. Os dias remanescentes de cada mês incompleto serão somados e posteriormente transformados em numero de meses que serão somados ao apurado conforme item 9.4.1.

9.4.3. A fração restante do apurado conforme item 9.4.2. se igual ou superior a 15 (quinze) dias, será considerado como 1 (hum) mês e somado ao apurado conforme itens 9.5.1 e 9.5.2.

## 10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Os candidatos habilitados para o exercício do magistério, em caso de empate na classificação, terão como critério de desempate a "idade", conforme estabelecido na Lei 10.741/2003, Art. 27, § único.

## 11. DO RESULTADO

11.1. A divulgação do resultado preliminar do Processo Seletivo será no dia 28 de novembro de 2014 a saber:

a) As listas dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão publicadas no site da Prefeitura de Brusque, site da Secretaria Municipal de Educação e afixadas no mural da Prefeitura.

## 12. DO RECURSO

12.1. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado da classificação preliminar do Processo Seletivo. O recurso deverá ser entregue na Secretaria de Orçamento e Gestão □ setor de Recursos Humanos, no dia 01 de dezembro de 2014.

12.2. O recurso, cujo modelo encontra-se disponibilizado no Anexo IV do presente Edital, para ser aceito deverá ser fundamentado e assinado pelo candidato, apontando com clareza o(s) ponto(s) da sua irresignação, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

12.3. Não será aceito recurso via postal, via fax ou via correio eletrônico, tampouco será aceito recurso fora da data especificada no item 12.1; todavia, será admitida a interposição de recurso por intermédio de procurador, munido de procuração com poderes específicos para esse ato.

12.4.A divulgação dos resultados finais será realizada no dia 03 de dezembro de 2014.

## 13. DA REMUNERAÇÃO:

13.1.Valor do Salário Base para 40 horas semanais:

CARGO	REMUNERAÇÃO
COORDENADOR PEDAGÓGICO	R\$ 1.793,16 (mais R\$ 135,00 auxílio alimentação)

13.2. Sobre o salário base dos Coordenadores Pedagógicos, haverá incidência de 25% (vinte e cinco por cento) a título de Gratificação de Coordenação;

13.4. Durante a vigência contratual não ocorrerá alteração do contrato de trabalho em razão de nova titulação acadêmica que configure novo patamar salarial.

## 14. DO EXAME MÉDICO ADMISSIONAL

14.1. Os candidatos classificados serão comunicados, para agendamento da data e local para a realização do exame médico admissional, por ocasião da contratação.

## 15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1.Não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Educação.

15.2. O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem

prejuízo das cominações legais;

15.3. O candidato aprovado, cujo, o curso de graduação e/ou pós-graduação foi concluído no 2º semestre de 2014, deverá apresentar o histórico escolar e declaração de conclusão de curso com a respectiva data da efetiva colação de grau, e terá até junho de 2015 para apresentar o diploma do curso devidamente registrado pela Instituição responsável.

15.4. O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital, e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente processo seletivo.

15.5. O presente edital poderá ser cancelado ou alterado de acordo com os interesses da Administração, não gerando para tanto nenhum direito adquirido aos candidatos.

15.6. O candidato aprovado no Processo Seletivo e convocado para trabalhar, receberá seu salário pela Caixa Econômica Federal, agência Brusque, cuja data da assinatura do contrato de abertura de conta será informada pela sua respectiva secretaria.

15.7. O candidato convocado para trabalhar e que estiver com restrição no CPF, deverá regularizá-lo junto à Receita Federal, o mais breve possível, sob pena de não ter seu salário depositado na conta em razão da irregularidade.

15.8. A aprovação e classificação final no Processo Seletivo geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do Processo Seletivo, a Prefeitura Municipal de Brusque reserva-se no direito de proceder às convocações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e respeitados os limites de gastos com pessoal, até o número de vagas existentes, observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

15.9. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

Brusque, 23 de outubro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

#### ANEXO I - EDITAL 49/2014

#### DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:

( ) Não possuo bens a declarar

( ) Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:				
Casa, apartamento ou terreno				
Endereço	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual	
Veículo				
Tipo	Ano	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual
Outros				

#### Fontes de renda


NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura

ANEXO II- EDITAL 49/2014

#### D E C L A R A Ç Ã O

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade número \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins de provimento de cargo público que não exerço cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas (federal, estadual ou municipal), não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de \_\_\_\_\_ deste Poder.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do Candidato

ANEXO III - EDITAL 49/2014

#### D E C L A R A Ç Ã O

\_\_\_\_\_, portador (a) da carteira de identidade número \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, declaro para os devidos que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do Candidato

ANEXO IV - EDITAL 49/2014

#### FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO RECURSO

RECURSO CONTRA DECISÃO RELATIVA AO PROCESSO SELETIVO Nº \_\_\_\_\_, publicado pelo edital nº \_\_\_\_\_, realizado pela Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Brusque.

Eu, \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, requerimento da inscrição nº \_\_\_\_\_, para concorrer a uma vaga no Processo Seletivo Edital nº \_\_\_\_\_, a ser prestado para a Secretaria Municipal de Educação, para o cargo de \_\_\_\_\_, apresento recurso junto à Secretaria Municipal de Educação, contra decisão da Banca do referido Processo Seletivo.

I. Do objeto de recurso:

\_\_\_\_\_

.....  
.....  
..... (explicitar a decisão que está contestando).  
II. Dos argumentos do recurso:  
.....  
.....  
.....

III. Dos anexos de suporte para recurso (opcional):  
.....  
.....  
.....

Brusque, ..... de ..... de 2014  
.....

Assinatura do candidato

RECEBIDO em ..... / ..... / .....  
.....

ANEXO V - EDITAL 49/2014

PROTOCOLO DE ENTREGA DOCUMENTOS

NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

Recebido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ por: \_\_\_\_\_

- ( ) Ficha de inscrição on-line;  
( ) 1 (uma) foto 3x4 recente e com data;  
( ) CTPS-Carteira de Trabalho e Previdência Social (folhas da documentação);  
( ) Cópia das páginas de identificação da CTPS;  
( ) PIS;  
( ) CPF;  
( ) Carteira de Identidade;  
( ) Título de Eleitor;  
( ) Comprovante de residência;  
( ) Quitação das obrigações militares, para os homens;  
( ) Certidão de casamento ou nascimento conforme o caso;  
( ) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos.  
( ) Certidão de Quitação Eleitoral, que poderá ser retirada no site do Tribunal Regional Eleitoral ([www.tre-sc.gov.br](http://www.tre-sc.gov.br));  
( ) Declaração de Bens (Anexo I deste Edital)  
( ) Declaração de não exercer cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas federal, estadual ou municipal (Anexo II deste Edital);  
( ) Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinares, no exercício do cargo ou função pública (Anexo III deste Edital);  
( ) Diploma ou Certificado de curso superior de licenciatura na disciplina específica ou na área da educação que pretende atuar, com os respectivos históricos escolares ou carteira do MEC, compatíveis com a disciplina e segmento que pretende atuar, ou declaração de conclusão de curso emitida pela instituição formadora;  
( ) Diploma ou Certificado de curso Superior Completa em Pedagogia, Normal Superior ou Habilitação em Nível de Licenciatura Plena. Diploma de Pós Graduação, em Nível de Especialização na área de Gestão Escolar com carga mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

## Extrato do Contrato 117/2014 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 117/2014

ESPÉCIE: Serv. Mao de Obra para manutenção dos Veículos do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Dispensa. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2014..80.002.2293.3390399900.20000; VIGÊNCIA: 180 dias. DATA DA ASSINATURA: 23/10/2014; VALOR: R\$ 113.750,00. CONTRATADA: Garage Autocenter Ltda ME. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 23 de outubro de 2014.

PUBLIQUE-SE  
Rogério Ristow

## PORTARIA Nº 9.397, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA Nº 9.397, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

### RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 005/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, conforme abaixo nominados:

ENGENHEIRO CIVIL
MAURO SERGIO FERNANDES

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal  
ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**Portaria Nº 9.401, de 23 de Outubro de 2014**

PORTARIA Nº 9.401, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 008/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de EDUCADOR FÍSICO, conforme abaixo nominados:

EDUCADOR FÍSICO

JUAN ALEXANDRE BIZINELLI

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de outubro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 2272/2014, de 20 de Outubro de 2014**

PORTARIA Nº 2272/2014, de 20 de outubro de 2014.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar pelo Rito Sumário, nomeia Comissão processante e dá outras providências

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e de delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13

**RESOLVE**

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar pelo rito sumário com base no art. 194 da Lei Complementar 147/2009, em desfavor da servidora PATRÍCIA MEURER, Servidora ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Trânsito, lotada na Secretaria Municipal de Trânsito e Mobilidade, Matrícula nº 81338.9, estando em estágio probatório, portadora do CPF nº 061.155.959-59, para apurar os fatos narrados na Denúncia/ despacho datado de 01 de setembro de 2014, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, por julgada incapaz, conforme Decreto 6.287/2010 e seu art.11 Parag. 5º e art.13 letra B, bem como alteração no Decreto 6.617/2011.

Art. 2º. Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, sendo: Silvia Maria Ferreira ( Mat. 4170), Edenilson José dos Santos (mat. 467170-03) e Ana Regina Sgrott Dalsochio ( mat.370.0 - Representante

Sindical).

Art. 3º. A Comissão, ora constituída, terá acesso a toda documentação necessária a elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes.

Parágrafo Primeiro: A indiciada poderá ser representado por procurador constituído e ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações.

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel a indiciada que, regularmente citado/intimado, não apresentar defesa no prazo legal .

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quanto as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5.º, CF/88).

Art. 6º. Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Prefeitura Municipal de Brusque, 20 de outubro de 2013.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

**Portaria Nº. 135/2014 SAMAE**

PORTARIA Nº. 135/2014

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso e gozo de suas atribuições e considerando o disposto na Lei Federal das Licitações e Contratos Administrativos,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica criada a Comissão Especial de Licitação do SAMAE de Brusque para analisar e julgar o processo licitatório referente às Obras da Estação de Tratamento de Água - ETAII.

Art. 2º Ficam nomeados membros da Comissão Especial de Licitações os servidores Luan Ariel Freisleben, Diego Ribeiro Pena e Gilberto Cesar Albrecht cabendo à presidência ao primeiro nomeado.

§ 1º. Nomear os servidores, Rogério Lazarotto e Luiza Sarah Thomsen membros suplentes da Comissão Licitatória referida neste artigo.

§ 2º. O mandato dos membros titulares e suplentes será de noventa dias, permitida a recondução dos membros vinculados ao andamento do certame.

Art. 3º Os membros titulares da Comissão Especial de Licitação desempenharão suas funções juntamente com a de seus cargos.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 23 de outubro de 2013.

ROGÉRIO RISTOW

Diretor Presidente do SAMAE



# Caçador

## PREFEITURA

### Portaria Nº 24.452

PORTARIA Nº 24.452, de 29 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
7848	Neiva Vieceli	Assistente Social	008	1/3	01/10/2007 a 01/10/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
29 de Agosto de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 24.453

PORTARIA nº 24.453, de 29 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS/PLANTÕES, realizado no período de 01/08/2014 a 31/08/2014, junto ao Pronto Atendimento Municipal, especificando: código, nome dos servidores, quantidade de horas e porcentagem, conforme segue:

Código	Nome	Nº Horas
Horas Extras 50%		
13474	Dilson Luiz Correia	70 h 12 min.
12859	Eduardo Barbosa Lopes	18 h 10 min.
1092	João Gomes Soares	07 h 19 min.
12885	Lenise Heinzmann	06 h 47 min.
13520	Luiz Fernando Gomes Escudero	62 h 15 min.
12586	Matheus Moro	10 h 00 min.
13370	Raphael Salgado Pedroso	65 h e 40 min.
13491	Rodrigo Renno Martins Toledo	07 h 00 min.
12795	Thiago Muniz de Lima	14 h 50 min.

13471	Walter Syrillo das Neves	00 h 30 min.
13414	Wanessa Marques Vilarinho	42 h e 50 min.
13320	Youssef Elias Ammar	10 h 00 min.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 29 de Agosto de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Roselaine de Almeida Périco - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

### Portaria Nº 24.454

PORTARIA nº 24.454, de 29 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/08/2014 a 31/08/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de dias, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Faltas
12682	Anderson Braun	30 dias
12706	Gabriel Nagel	30 dias
12764	Thiago Muniz de Lima	30 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 29 de Agosto de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

### PORTARIA Nº 24.455

PORTARIA nº 24.455, de 29 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/08/2014 a 31/08/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Dias
12773	Everton Zeni	2,5

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 29 de Agosto de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

### PORTARIA Nº 24.456

PORTARIA nº 24.456, de 29 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados em diversas Secretarias Municipais, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando: código, nome dos servidores e nível ascendido no período de 01/08/2014 a 31/08/2014, conforme segue:

Código	Nome	Nível Ascendido
10863	Analú Regis Fernandes	Nível 0 – Nível I
3287	Andrea Rui Pistore	Nível IV – Nível V
4953	Camilo Paganini	Nível IV – Nível V
8549	Carmen Silvia Battistella	Nível II – Nível III
11217	Edineia Aparecida da Silva Batista	Nível 0 – Nível I
10483	Eliane Yuki Uehara	Nível 0 – Nível I
3277	Gizele Aparecida Bonassa Mandelli	Nível V – Nível VI
200	Ilse Maria Schmidt Driessen	Nível IX – Nível X
9201	José Augusto Moreira do Prado	Nível I – Nível II
8339	Luciara Garcez Coelho	Nível II – Nível III
3405	Orivaldi Antonio Deggeroni	Nível V – Nível VI
8479	Rejane Serafini	Nível I – Nível III

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 29 de Agosto de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### Portaria Nº 24.457

PORTARIA Nº 24.457, de 29 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome dos servidores e período de gozo, conforme segue:

Código	Período Aquisitivo		Nome	Período Gozo	
17	01/03/2013	28/02/2014	Aginaldo Pelegrini de Souza	01/08/2014	30/08/2014
4273	02/02/2011	01/02/2012	Ana Maria Miozzo Vidal	15/08/2014	24/08/2014
4273	02/02/2012	01/02/2013	Ana Maria Miozzo Vidal	25/08/2014	13/09/2014
10863	04/04/2012	03/04/2013	Analú Regis Fernandes	17/08/2014	31/08/2014
1771	19/04/2012	18/04/2013	Auréliu Luiz Arrabar	01/08/2014	15/08/2014
1771	19/04/2013	18/04/2014	Auréliu Luiz Arrabar	16/08/2014	30/08/2014
3391	01/01/2013	31/12/2013	Carlos Carlim de Lara	07/08/2014	05/09/2014
13	03/10/2012	02/10/2013	Carolina Fruet de Lima	11/08/2014	09/09/2014
1992	01/01/2012	31/12/2012	Catarina Stankevicz	12/08/2014	21/08/2014
1992	01/01/2012	31/12/2012	Catarina Stankevicz	23/08/2014	11/09/2014
11813	17/05/2012	16/05/2013	Cíntia Aparecida Carvalho Araujo	11/08/2014	30/08/2014
3802	01/04/2011	31/03/2012	Cristiane Aparecida Correa	18/08/2014	16/09/2014
364	09/10/2011	08/10/2012	Delma Letícia Dri Ficagna	01/08/2014	20/08/2014
364	09/10/2012	08/10/2013	Delma Letícia Dri Ficagna	21/08/2014	30/08/2014
20	01/04/2013	31/03/2014	Diego Andre Bridi	01/08/2014	30/08/2014
7785	13/08/2012	12/08/2013	Elizete Farias	01/08/2014	30/08/2014
1382	01/01/2012	31/12/2012	Eurico Wagner	06/08/2014	04/09/2014
838	01/01/2013	31/12/2013	Fabio Deniz Casagrande	18/08/2014	16/09/2014
68	01/07/2013	30/06/2014	Françoise Ardnt dos Santos	15/08/2014	29/08/2014
11936	18/06/2013	17/06/2014	Ionice Aparecida Alves da Cruz	12/08/2014	31/08/2014
1023	17/10/2010	16/10/2011	Iraci Salete Sebem	22/08/2014	31/08/2014

7670	11/07/2013	10/07/2014	Isolete Renon Farias	01/08/2014	10/08/2014
709	01/01/2005	02/04/2013	Ivo Gilberto Olienik	01/08/2014	30/08/2014
7742	06/08/2012	05/08/2013	Ivonete Zollner Lara	02/08/2014	21/08/2014
7742	06/08/2013	05/08/2014	Ivonete Zollner Lara	22/08/2014	31/08/2014
3361	01/08/2010	31/07/2011	Janete Lisboa Velasques	01/08/2014	10/08/2014
3361	01/08/2011	31/07/2012	Janete Lisboa Velasques	11/08/2014	30/08/2014
611	03/10/2011	02/10/2012	João de Oliveira Prestes	09/08/2014	07/09/2014
896	01/02/2013	31/01/2014	José Alves Ribeiro	02/08/2014	31/08/2014
1457	03/12/2012	02/12/2013	José Vilmar Soares de Miranda	01/08/2014	30/08/2014
18	01/03/2013	28/02/2014	Lais Souza de Moraes	01/08/2014	30/08/2014
3354	19/08/2012	18/08/2013	Laudeny Fagundes	01/08/2014	20/08/2014
11851	21/05/2013	20/05/2014	Letícia Maria Rostirolla	12/08/2014	31/08/2014
10780	04/03/2013	03/03/2014	Luciana Marta Debarba Cereza	27/08/2014	05/09/2014
1043	01/01/2014	31/12/2014	Lucimar dos Santos	11/08/2014	20/08/2014
3834	23/04/2012	22/04/2013	Luiz Armando Cereza	28/08/2014	11/09/2014
3751	18/03/2013	17/03/2014	Luiz Henrique Grando Padilha	19/08/2014	28/08/2014
3271	05/02/2013	04/02/2014	Maria Aparecida Boscatto	04/08/2014	23/08/2014
3273	01/02/2012	31/01/2013	Maria Estela Cavichioli	01/08/2014	30/08/2014
11965	18/06/2013	17/06/2014	Marilene de Cassia Favero	02/08/2014	31/08/2014
12056	08/08/2012	07/08/2013	Matheus Moro	06/08/2014	15/08/2014
12586	01/03/2013	28/02/2014	Matheus Moro	06/08/2014	15/08/2014
1271	01/05/2012	30/04/2013	Neide Terezinha Oliveira Broch	22/08/2014	31/08/2014
7828	17/09/2012	16/09/2013	Pollyana Sibelio Gioppo	22/08/2014	31/08/2014
7746	01/08/2011	31/07/2012	Santina Piacentini	26/08/2014	24/09/2014
10234	07/07/2011	06/07/2012	Sheila Regina Mandelli	08/08/2014	27/08/2014
513	14/03/2009	13/03/2010	Sidnei Roberto Marins	17/08/2014	31/08/2014
3416	09/09/2012	08/09/2013	Valcyr Nedival Vasconcelos	12/08/2014	10/09/2014

123	01/01/2013	31/12/2013	Valdemar de Lima Ribeiro	01/08/2014	30/08/2014
12034	06/07/2013	05/07/2014	Valéria Gonçalves Pereira	01/08/2014	30/08/2014
547	01/08/2013	31/07/2014	Vanderley de Lima	01/08/2014	30/08/2014
444	01/01/2011	31/12/2011	Vitor Hugo de Lima	12/08/2014	31/08/2014
12588	05/03/2013	04/03/2014	Willian Schroder	11/08/2014	30/08/2014
11941	18/06/2013	17/06/2014	Zenaide Heyer Gois	01/08/2014	30/08/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 29 de Agosto de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### Portaria Nº 24.549

PORTARIA Nº 24.549, de 18 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR a Portaria nº 23.849, de 05 de Maio de 2014, que nomeou o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, somente em relação ao nome do Servidor, que passa a ser LEONARDO ANTUNES MENEGOTTO, com efeitos a contar de 18 de Setembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
18 de Setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 24.627

PORTARIA Nº 24.627, de 30 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome dos servidores e período de gozo, conforme segue:

Código	Período Aquisitivo	Nome	Período Gozo
7982	11/01/2013 10/01/2014	Adriana Bento Grobe	05/09/2014 14/09/2014
12143	01/01/2013 31/12/2013	Alessandro Schneider de Almeida	25/09/2014 14/10/2014

10463	21/01/2013	20/01/2014	Alice Regina Sturmer Blank	15/09/2014	29/09/2014
2647	01/01/2012	31/12/2012	Altenir Ferreira	01/09/2014	20/09/2014
12573	01/03/2013	28/02/2014	Anelise Teresinha Weber	23/09/2014	07/10/2014
11207	01/08/2013	31/07/2014	Any Luiz Rodrigues de Lima	01/09/2014	10/09/2014
1771	19/04/2013	18/04/2014	Aurelio Luiz Arrabar	01/09/2014	15/09/2014
361	01/05/2012	30/04/2013	Carlos Soares	01/09/2014	10/09/2014
361	01/05/2013	30/04/2013	Carlos Soares	11/09/2014	30/09/2014
1992	01/01/2013	31/12/2013	Catarina Stankevicz	12/09/2014	21/09/2014
1992	01/01/2013	31/12/2013	Catarina Stankevicz	22/09/2014	11/10/2014
8736	12/01/2011	11/01/2012	Cesar Antonio Velasques	15/09/2014	24/09/2014
15	02/08/2011	23/03/2013	Emerson Schimdt	08/09/2014	07/10/2014
10	19/04/2012	18/04/2013	Fabio Andre Hugulak	25/09/2014	14/10/2014
10	19/04/2013	18/04/2014	Fabio Andre Hugulak	15/10/2014	24/10/2014
4256	02/02/2011	01/02/2012	Flavia Morona Maffessoni	15/09/2014	14/10/2014
597	01/11/2010	31/10/2011	Gilda Castilho	01/09/2014	15/09/2014
10509	14/02/2013	13/02/2014	Gracieli Favero	25/09/2014	04/10/2014
4116	03/11/2012	02/11/2013	Graziella Debarba	16/09/2014	25/09/2014
200	03/02/2013	02/02/2014	Ilse Maria Schmidt Driessen	18/09/2014	27/09/2014
11002	12/05/2013	11/05/2014	Ivanir Lurdes Heckler Andrade	01/09/2014	15/09/2014
709	03/04/2013	02/04/2014	Ivo Gilberto Olienik	01/09/2014	30/09/2014
11351	09/01/2013	08/01/2014	Juliana Nurilles Garbozza	01/09/2014	30/09/2014
11950	18/06/2013	17/06/2014	Luci Hinkel-dei	01/09/2014	30/09/2014
10217	14/06/2012	13/06/2013	Luciana Marques	10/09/2014	29/09/2014
5635	22/02/2012	21/02/2013	Luciano Caregnato	15/09/2014	24/09/2014
5635	22/02/2013	21/02/2014	Luciano Caregnato	25/09/2014	04/10/2014
3852	15/05/2012	14/05/2013	Marcia de Araujo Mattia	01/09/2014	10/09/2014
11954	18/06/2012	17/06/2013	Maria Bernardete Piacentini	01/09/2014	10/09/2014

11945	18/06/2013	17/06/2014	Maria Salette Rech Menezes	01/09/2014	20/09/2014
11090	17/06/2013	16/06/2014	Maristela Aparecida Cordeiro Ribeiro	03/09/2014	17/09/2014
7676	12/07/2012	11/07/2013	Marlene Aparecida Ribeiro	10/09/2014	09/10/2014
12197	01/01/2013	31/12/2013	Marlene Prado de Siqueira Zollner	21/09/2014	30/09/2014
11730	26/03/2012	25/03/2013	Mauro de Mello	10/09/2014	29/09/2014
11730	26/03/2013	25/03/2014	Mauro de Mello	30/09/2014	29/10/2014
632	01/01/2010	31/12/2010	Miguelange-lo Cury	01/09/2014	20/09/2014
632	01/01/2011	31/12/2011	Miguelange-lo Cury	21/09/2014	30/09/2014
6301	06/02/2013	05/02/2014	Nilo Sergio Luz Amorin	25/09/2014	24/10/2014
12860	01/10/2013	30/09/2014	Oscar Armando Puin Manrique	12/09/2014	21/09/2014
12576	01/03/2013	28/02/2014	Pedro Serafin Antunes	10/09/2014	09/10/2014
1101	04/10/2011	03/10/2012	Rejane Mara Sorgatto	01/09/2014	10/09/2014
11960	18/06/2013	17/06/2014	Roseli Aparecida Ferreira Cordeiro	01/09/2014	30/09/2014
12596	01/03/2013	28/02/2014	Rudyard Fausto Buba	15/09/2014	24/09/2014
12727	01/07/2013	30/06/2014	Rudyard Fausto Buba	15/09/2014	24/09/2014
229	01/01/2012	31/12/2012	Sélia de Fátima Pandini	15/09/2014	14/10/2014
12725	25/06/2013	24/06/2014	Susana Ribeiro	23/09/2014	07/10/2014
11859	21/05/2013	20/05/2014	Vanira Santos de Moraes	17/09/2014	16/10/2014
10641	21/02/2012	20/02/2013	Viviane Susamar Chavala	04/09/2014	18/09/2014
10641	21/02/2013	20/02/2014	Viviane Susamar Chavala	19/09/2014	03/10/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de Setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 24.720**

PORTARIA Nº 24.720, de 20 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria nº 23.077, de 30 de Setembro de 2013, que converteu Licença Prêmio em dobro para fins de aposentadoria à Servidora Pública Municipal CELIA DE PAULA, somente no que se refere ao período aquisitivo, que passa a ser 05/10/1988 a 05/10/1993.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Aviso de Licitação PR 14-2014 - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR  
Fundo Municipal de Assistência Social

**AVISO DE LICITAÇÃO**

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DECORAÇÕES E REALIZAÇÃO DE EVENTOS, EM DATAS COMEMORATIVAS E OUTROS EVENTOS, DESTINADOS AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 12/11/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 12/11/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 17 de outubro de 2014.

Beatriz Ribeiro dos Santos,  
Secretária Municipal de Assistência Social

**Decreto Nº 6.168/2014**

DECRETO nº 6.168, de 20 de outubro de 2014.

Aprova desmembramento e remembramento de terrenos urbanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008- Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área de 361,00m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e um metros quadrados), de propriedade de Wagner Gatti, localizado no prolongamento da Rua Santana Dagani Menin, objeto da matrícula nº 29.049, do Registro de Imóveis desta Comarca, resultando em duas áreas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade

com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Área 01 com 10,24m<sup>2</sup> (dez metros e vinte e quatro decímetros quadrados), confrontando: aos Fundos com a Área de Preservação Permanente -APP, medindo 0,96 metros; ao Lado Direito com o Lote nº 01, pertencente a matrícula nº 29.048, medindo 21,38 metros; ao Lado Esquerdo com o Lote nº 02, pertencente a matrícula nº 29.049, medindo 21,45 metros.

II - Área 02 com 350,76m<sup>2</sup> (trezentos e cinquenta metros e setenta e seis decímetros quadrados), confrontando: em Frente com o prolongamento da Rua Santana Dagani Menin, medindo 15,72 metros; aos Fundos com a Área de Preservação Permanente -APP, medindo 14,60 metros; ao Lado Direito com o Lote nº 01, pertencente a matrícula nº 29.048, medindo 21,45 metros; ao Lado Esquerdo com o imóvel de propriedade de Antônio Constante da Silva, pertencente a matrícula nº 24.577, medindo 25,49 metros.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento do terreno urbano abaixo descrito, em virtude do desmembramento disposto no art. 1º, conforme segue:

I - a área de 10,24m<sup>2</sup> (dez metros e vinte e quatro decímetros quadrados) será remembrada a uma área de 363,88m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e três metros e oitenta e oito decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 29.048, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Wagner Gatti, resultando após o remembramento em uma área unificada com 374,12m<sup>2</sup> (trezentos e setenta e quatro metros e doze decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: em Frente com o prolongamento da Rua Santana Dagani Menin, medindo 20,63 metros, aos Fundos com a Área de Preservação Permanente -APP, medindo 19,55 metros; ao Lado Direito com a Rua "D", medindo 16,15 metros; ao Lado Esquerdo com o Lote nº 02, pertencente a matrícula nº 29.049, medindo 21,45 metros.

Art. 3º Os terrenos acima mencionados ficam definidos com as medidas e confrontações constantes no memorial descritivo e mapas que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes destes desmembramentos e remembramentos.

Art. 4º O Registro no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.



**AVISO DE LICITAÇÃO PR 15-2014 - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR  
Fundo Municipal de Assistência Social

**AVISO DE LICITAÇÃO**

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO - REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO DE JANTAR DE CONFRATERNIZAÇÃO DE FINAL DO ANO DESTINADO AOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 10/11/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 10/11/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 23 de outubro de 2014.

Beatriz Ribeiro dos Santos,  
Secretária Municipal de Assistência Social

**Aviso de Licitação PR 16-2014 - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR  
Fundo Municipal de Assistência Social

**AVISO DE LICITAÇÃO**

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO - REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE BRINDES DESTINADOS AO PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO, DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 10/11/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h10min do dia 10/11/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 23 de outubro de 2014.

Beatriz Ribeiro dos Santos,  
Secretária Municipal de Assistência Social

**Portaria Nº 24.624**

PORTARIA nº 24.624, de 30 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, o pagamento de ADICIONAL NOTURNO prestados no período de 15/08/2014 a 14/09/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
1303	Dioclécio Alves de Moura	110h
1276	Geraldo Moraes da Silva	110h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.633**

PORTARIA Nº 24.633, de 01 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 104, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal VERA CHAVES LUCIA BERTOTTO, ocupante do cargo de Professora, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde conforme perícia médica, na qual foi considerada inapta para o trabalho definitivamente, conforme segue:

Data da perícia	Data inicial afastamento	Data final afastamento
25/09/2014	25/09/2014	Até efetivação da aposentadoria da servidora

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
01 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 24.476**

PORTARIA Nº 24.476, de 01 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 108, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

NOMEAR os médicos, a seguir relacionados, para comporem Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde do Servidor Público Municipal, abaixo citado, e apresentarem o respectivo Laudo Médico, no prazo de 15 dias, à Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Dia 09/09/2014

Servidor: JOSÉ SERRÃO CEZAR

Médicos Peritos: João Carlos Souza dos Santos, José Roberto Queiroz, Ricardo Rigo Burkle

Servidora: MARILENE LIMA FAGUNDES  
Médicos Peritos: João Carlos Souza dos Santos, José Roberto Queiroz, Ricardo Rigo Burkle

Servidora: NEIVA VIECELLI  
Médicos Peritos: João Carlos Souza dos Santos, José Roberto Queiroz, Ricardo Rigo Burkle

Dia 11/09/2014

Servidora: ANA MARIA CONSTANTINI  
Médicos Peritos: João Carlos Souza dos Santos, José Roberto Queiroz, Ricardo Rigo Burkle

Servidora: DANIELA MONTEIRO  
Médicos Peritos: João Carlos Souza dos Santos, José Roberto Queiroz, Ricardo Rigo Burkle

Servidora: MARIA GENI HUÇULAK  
Médicos Peritos: João Carlos Souza dos Santos, José Roberto Queiroz, Ricardo Rigo Burkle

Dia 16/09/2014

Servidora: ARLETE TEREZINHA BENJAMINI ALVES DOS SANTOS  
Médicos Peritos: João Carlos Souza dos Santos, José Roberto Queiroz, Ricardo Rigo Burkle

Dia 16/09/2014

Servidora: ERMOZILA TEREZINHA SILVEIRA  
Médicos Peritos: João Carlos Souza dos Santos, José Roberto Queiroz, Ricardo Rigo Burkle

Servidora: JOÃO JOSÉ DO PRADO  
Médicos Peritos: João Carlos Souza dos Santos, José Roberto Queiroz, Ricardo Rigo Burkle

Dia 18/09/2014

Servidora: JOSEFA FERREIRA DE AGOSTINHO  
Médicos Peritos: João Carlos Souza dos Santos, José Roberto Queiroz, Ricardo Rigo Burkle

Servidora: MARIA LUCIANA MORAES BARBOSA  
Médicos Peritos: João Carlos Souza dos Santos, José Roberto Queiroz, Ricardo Rigo Burkle

Servidora: RUTH MACEDO MACIEL  
Médicos Peritos: João Carlos Souza dos Santos, José Roberto Queiroz, Ricardo Rigo Burkle

Dia 23/09/2014

Servidor: FERANDO ANTONIO DA PUPPO  
Médicos Peritos: João Carlos Souza dos Santos, José Roberto Queiroz, Ricardo Rigo Burkle

Servidora: TEREZINHA SALETE DOS SANTOS PEREIRA  
Médicos Peritos: João Carlos Souza dos Santos, José Roberto Queiroz, Ricardo Rigo Burkle

Servidora: GLADIS MARISA FONTANA  
Médicos Peritos: João Carlos Souza dos Santos, José Roberto Queiroz, Ricardo Rigo Burkle

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 01 de Setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### Portaria Nº 24.569

PORTARIA Nº 24.569, de 23 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98 inciso I e art. 99, ambos da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos servidores Públicos Municipal de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, conforme laudos de perícias médicas realizadas durante o mês de Setembro de 2014, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Início Afastamento	Período Afastamento
357	Ana Maria Constantini	Merendeira	11/09/2014	APTA
4110	Daniela Monteiro	Merendeira	11/09/2014	180 dias
3429	Josefa Ferreira de Agostinho	Servente	18/09/2014	47 dias
1318	Maria Geni Huçulak	Servente	11/09/2014	APTA
8308	Maria Luciana Moraes Barbosa	Professora Educação Infantil	18/09/2014	180 dias
1514	Ruth Macedo Maciel	Servente	18/09/2014	APTA

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
23 de Setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### Portaria Nº 24.570

PORTARIA Nº 24.570, de 23 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98 inciso I e art. 99, ambos da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos servidores Públicos Municipal de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, conforme laudos de perícias médicas realizadas durante o mês de Setembro de 2014, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Início Afastamento	Período Afastamento
10941	Arlete Terezi- nah Benjami- ni Alves dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	16/09/2014	APTA
1047	Ermozila Terezinha Silveira	Auxiliar de Serviços Gerais	16/09/2014	APTA
716	Fernando Antonio Dal Puppo	Pedreiro	16/09/2014	180 dias
897	Gladis Marisa Fontana	Contínuo	23/09/2014	180 dias
1279	João José do Prado	Operador de Máquinas	16/09/2014	APTA
10491	José Serrão Cezar	Médico 20 horas	09/09/2014	120 dias
9615	Marilene Lima Fagundes	Auxiliar de Serviços Gerais	09/09/2014	APTA
7848	Neiva Viecelli	Assistente Social	09/09/2014	90 dias
935	Terezinha Salette dos Santos Pe- reira	Técnico em Enfermagem	23/09/2014	120 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
23 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### Portaria Nº 24.700

PORTARIA Nº 24.700, de 15 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 215, de 25/04/2011, que altera anexos da Lei Complementar nº 203, e dá outras providências,

#### RESOLVE:

NOMEAR o cidadão CLAUDIO LUIZ ROTTAVA, no cargo em comissão de Diretor de Habitação, do "Grupo Ocupacional - Comissão", referência CC-3, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, a contar de 15 de Outubro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

## Camboriú

### PREFEITURA

#### TP 11/14 - PMC

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 011/2014 - PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA QUALIFICAÇÃO DA RUA GUSTAVO RICHARD E RUA CORONEL BENJAMIM VIEIRA NO CENTRO DE CAMBORIÚ, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PLANTA E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 12 (Doze) de Novembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

CUSTO DO EDITAL: R\$ 20,00 (VINTE REAIS)

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 22 de Outubro de 2014

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

#### TERMO DE ERRATA PR 26/14 - FME

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
TERMO DE ERRATA  
PREGÃO PRESENCIAL 026/2014-FME

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial nº026/2014 - FME, tendo como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, EM ATENDIMENTO A DEMANDA DE PREENCHIMENTO DE CARGOS EM CARATER TEMPORÁRIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA", sofreu as seguintes alterações:

Foi retirada a cláusula IV do item 5.1 do edital:

Foi alterado o item 6.8.8 do Edital:

- onde lê-se:

6.8.8 - A empresa licitante deverá apresentar no mínimo 03 atestados registrados no CRA.

- leia-se:

6.8.8 - A empresa licitante deverá apresentar atestado registrado no CRA compatível com o objeto licitado.

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 07/11/2014 as 14h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 22 de Outubro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

**PR 7/14 - FMC**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2014-FMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MICRO LÂMPADAS E LED PARA DECORAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PARA O EVENTO "NATAL LUZ" DE CAMBORIÚ COM O SLOGAN: PAPAÍ NOEL EXISTE A SER REALIZADO NO PERÍODO DE 29 DE NOVEMBRO A 06 DE JANEIRO DE 2015, O EVENTO CONTERÁ COM PROGRAMAÇÃO NATALINA, APRESENTAÇÕES CULTURAIS, ATIVIDADES DE LAZER E ENTRETENIMENTO PARA OS MUNICÍPES E VISITANTES.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 10 (Dez) de Novembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 23 de Outubro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Pregão 100/2014

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (eletrônico) Nº 100/2014

O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, torna público que está instaurando licitação, através do presente instrumento, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e ainda, do Decreto Municipal nº 4.116 de 21 de março de 2006, que Regulamento o Sistema de Registro de Preços no Município de Campo Alegre, na modalidade PREGÃO (Eletrônico) como Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO, segundo as condições estabelecidas no presente Edital, nos seus Anexos, cujos termos, igualmente, o integram.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, do Decreto Municipal nº 4.792 de 03 de julho de 2007, Decreto Federal nº 6.204/2007, Lei Complementar 123/2006 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 08h do dia 24/10/2014, às 13:45h do dia 07/11/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:00h do dia 07/11/2014 no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de materiais hidráulicos para manutenção e ampliação da rede de abastecimento de água do município, conforme tabela abaixo:

IT	QT	UN	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	100	Pc	Hidrômetro unijato ¾" com conexão curta e longa de metal	90,00	9.000,00
2	100	Pc	Joelho soldável 25mm	0,85	85,00
	100	Pc	Registro de esfera soldável 25mm	6,16	616,00
3	10	PC	Válvula de retenção horizontal 2" com portinhola em metal, rosca interna	100,00	1.000,00
4	05	Pc	Válvula de retenção horizontal 38mm com portinhola em metal RI	90,00	450,00
5	100	Pc	Adaptador de compressão com registro para ligação ramal predial 20 x 3/4" RM	6,28	628,00
6	50	Pc	Adaptador de compressão sem registro 20 x ¾" RM	3,07	15,35
7	50	Pc	Adaptador de compressão sem registro 20 x ¾" RF	3,75	187,50
8	30	M	Tubo PEAD polietileno 60 mm	8,80	264,00
9	3000	M	Tubo PVC PBA classe 12 DN 50 de 60	50,26	150,78
10	15	Rolo	Tubo PEAD polietileno em PP 20mm, azul, rolo com 100 metros	289,14	4.337,10
11	10	Pc	Registro de esfera borboleta soldável 60mm	60,00	600,00
12	20	Barra	Tubo pvc soldável 25mm barra com 6 metros	16,15	323,00
13	50	Pc	Colar de tomada com travas pvc 60 x ¾"	4,60	230,00
14	100	Pc	Luva dupla de compressão GM PP 20mm	5,33	533,00



15	10	Pc	Redução PVC JE PB 60 x 50 PBA	3,00	30,00
16	10	PC	Redução PVC JE PB 50 x 40 PBA	2,00	20,00
17	10	Pc	Redução PVC JE PB 40 x 32 PBA	1,50	15,00
VALOR TOTAL:.....					18.484,73

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental; Unidade: 13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental; Função: 17 - Saneamento; Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano; Programa: 77 - Águas de Campo Alegre; Projeto: 2.124 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental; Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 00.00.0766 - Recursos Saneamento Ambiental; Código reduzido: 339.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 22 de outubro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

## Decreto Nº 8.621 de 21 de Outubro de 2014

DECRETO Nº 8.621 DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de Dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 582,00 (quinhentos e oitenta e dois reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121-	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339014.00.102 -	Diárias - Civil	R\$ 582,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121-	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339047.00.102 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 582,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de Outubro de 2014.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 21 de Outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 21/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 8.622 de 22 de Outubro de 2014**

DECRETO 8.622 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.196 de 22 de outubro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.		
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação		
12.365.0013.1.045 -	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Educação Infantil		
400000.00.140 -	Despesas de Capital		
440000.00.140 -	Investimentos		
449000.00.140 -	Aplicações Diretas		
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$ 130.000,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.		
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação		
12.365.0013.2.805 -	Manter e Coordenar Atividades Específicas da Educação Infantil		
300000.00.140 -	Despesas Correntes		
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.140 -	Aplicações Diretas		
339030.00.140 -	Material de Consumo	R\$ 80.000,00	
339036.00.140 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 30.000,00	
400000.00.140 -	Despesas de Capital		
440000.00.140 -	Investimentos		
449000.00.140 -	Aplicações Diretas		
449052.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 20.000,00	
	TOTAL	R\$ 130.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

22 de Outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 8.623 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.623 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.197 de 22 de outubro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 78.029,32 (setenta e oito mil, vinte e nove reais, trinta e dois centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.		
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental		
17.512.0077.2.123 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental		
300000.00.766 -	Despesas Correntes		
310000.00.766 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.766 -	Aplicações Diretas		
319011.00.766 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 73.029,32	
319113.00.766 -	Obrigações Patronais - Intra Orçamentárias	R\$ 5.000,00	

Total R\$78.029,32

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.024 -	Coleta de Lixo Urbano	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 8.429,32
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
17.512.0077.2.125 -	Ampliação da Rede de Abastecimento de Água	
400000.00.766 -	Despesas de Capital	
440000.00.766 -	Investimentos	
449000.00.766 -	Aplicações Diretas	
449051.00.766 -	Obras e Instalações	R\$ 58.600,00
18.541.0077.2.126 -	Campanhas de Conscientização Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339030.00.766 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
339036.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00

339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
-----------------	--	--------------

Total R\$ 78.029,32

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
22 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 8.624 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.624 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.198 de 22 de Outubro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito especial suplementar no valor de R\$ 3.550,00 (três mil, quinhentos e cinquenta reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social	
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.243.0024.2.035 -	Pessoal do Conselho Tutelar	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 3.550,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.	
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.243.0024.2.036 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Conselho Tutelar	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 100,00
08.243.0024.2.038 -	Campanhas Sócio Educativa do Conselho Tutelar	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.200,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 400,00
08.244.0023.2.050 -	Pessoal do Serviço de Assistência	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	

319000.00.896 -	Aplicações Diretas				
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 850,00			
	TOTAL	R\$ 3.550,00			

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
22 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 8.625 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.625 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.199 de 22 de Outubro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 91.825,00 (oitenta e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0002.2.042 -	Remuneração de Pessoal do Gabinete do Prefeito	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 5.000,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
28.841.0005.6.015 -	Amortização Para Cobrir Déficit Atuarial do RPPS	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
320000.00.896 -	Transferências Correntes	
329000.00.896 -	Diversas Transferências Correntes	
329021.00.896 -	Juros Sobre a Dívida Por Contrato	R\$ 2.000,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças.	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
04.123.0006.2.044 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Finanças	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319016.00.896 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 4.500,00
04.123.0007.2.011 -	Contribuição Para a Formação do PASEP.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	



330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339047.00.896 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 15.000,00
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.0008.2.045 -	Pessoal do Apoio Administrativo à Educação	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.519 -	Aplicações Diretas	
319011.00.519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 19.900,00
319016.00.519 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 2.000,00
319113.00.519 -	Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias.	R\$ 2.713,00
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 1.856,00
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.856,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.017 -	Comemorações a datas Alusivas e Eventos Locais.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
27.812.0084.2.019 -	Realização e Participação de Campeonatos Esportivos e Atividades de Lazer Para Famílias.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339031.00.896 -	Premiações Culturais Artísticas e Científicas Desportivas e Outras	R\$ 2.000,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
	TOTAL	R\$ 91.825,00

Art.2º) O créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do

## Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0004.2.043 -	Pessoal da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319004.00.896 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 6.900,00
319013.00.896 -	Obrigações Patronais	R\$ 2.200,00
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339046.00.896 -	Auxílio Alimentação	R\$ 3.000,00
339049.00.896 -	Auxílio Transporte	R\$ 650,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças.	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
28.841.0007.6.014 -	Amortização da Dívida Junto ao INSS	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
320000.00.896 -	Transferências Correntes	
329000.00.896 -	Diversas Transferências Correntes	
329021.00.896 -	Juros Sobre a Dívida Por Contrato	R\$ 17.000,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social	
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.244.0023.2.050 -	Pessoal do Serviço de Assistência Social	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 7.150,00
319113.00.896 -	Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias.	R\$ 4.000,00
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339046.00.896 -	Auxílio Alimentação	R\$ 478,00
339049.00.896 -	Auxílio Transporte	R\$ 2.500,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
20.606.0025.2.051 -	Pessoal de Desenvolvimento Econômico	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 18.000,00
319113.00.896 -	Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias.	R\$ 1.000,00
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339046.00.896 -	Auxílio Alimentação	R\$ 847,00
339049.00.896 -	Auxílio Transporte	R\$ 100,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0043.2.052 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	

310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais				
319000.00.896 -	Aplicações Diretas				
319113.00.896 -	Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias	R\$ 4.500,00			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339046.00.896 -	Auxílio Alimentação	R\$ 5.000,00			
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer.				
11.01 -	Coordenadoria de Cultura				
13.392.0075.2.809 -	Pessoal da Secretaria de Cultura Turismo Esportes e Lazer.				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais				
319000.00.896 -	Aplicações Diretas				
319004.00.896 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 2.700,00			
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 12.000,00			
319113.00.896 -	Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias	R\$ 2.800,00			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339046.00.896 -	Auxílio - Alimentação	R\$ 1.000,00			
	TOTAL	R\$ 91.825,00			

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
22 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## LEI Nº 4.196 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

LEI Nº 4.196 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.				
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação				
12.365.0013.1.045 -	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Educação Infantil				
400000.00.140 -	Despesas de Capital				

440000.00.140 -	Investimentos	
449000.00.140 -	Aplicações Diretas	
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$ 130.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
12.365.0013.2.805 -	Manter e Coordenar Atividades Específicas da Educação Infantil	
300000.00.140 -	Despesas Correntes	
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.140 -	Aplicações Diretas	
339030.00.140 -	Material de Consumo	R\$ 80.000,00
339036.00.140 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 30.000,00
400000.00.140 -	Despesas de Capital	
440000.00.140 -	Investimentos	
449000.00.140 -	Aplicações Diretas	
449052.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 20.000,00
	TOTAL	R\$ 130.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
22 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## LEI Nº 4.197 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

LEI Nº 4.197 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 78.029,32 (setenta e oito mil, vinte e nove reais, trinta e dois centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.		
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental		
17.512.0077.2.123 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental		
300000.00.766 -	Despesas Correntes		
310000.00.766 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.766 -	Aplicações Diretas		

319011.00.766 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 73.029,32	
319113.00.766 -	Obrigações Patronais - Intra Orçamentárias	R\$ 5.000,00	

Total R\$78.029,32

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.024 -	Coleta de Lixo Urbano	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 8.429,32
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
17.512.0077.2.125 -	Ampliação da Rede de Abastecimento de Água	
400000.00.766 -	Despesas de Capital	
440000.00.766 -	Investimentos	
449000.00.766 -	Aplicações Diretas	
449051.00.766 -	Obras e Instalações	R\$ 58.600,00
18.541.0077.2.126 -	Campanhas de Conscientização Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339030.00.766 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
339036.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00

Total R\$ 78.029,32

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
22 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 4.198 de 22 de Outubro de 2014**

LEI Nº 4.198 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.



Art.1º) Abre crédito especial suplementar no valor de R\$ 3.550,00 (três mil, quinhentos e cinquenta reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social	
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.243.0024.2.035 -	Pessoal do Conselho Tutelar	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 3.550,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.	
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.243.0024.2.036 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Conselho Tutelar	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 100,00
08.243.0024.2.038 -	Campanhas Sócio Educativa do Conselho Tutelar	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.200,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 400,00
08.244.0023.2.050 -	Pessoal do Serviço de Assistência	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 850,00
	TOTAL	R\$ 3.550,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
22 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 4.199 de 22 de Outubro de 2014**

LEI Nº 4.199 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 91.825,00 (oitenta e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0002.2.042 -	Remuneração de Pessoal do Gabinete do Prefeito	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 5.000,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
28.841.0005.6.015 -	Amortização Para Cobrir Déficit Atuarial do RPPS	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
320000.00.896 -	Transferências Correntes	
329000.00.896 -	Diversas Transferências Correntes	
329021.00.896 -	Juros Sobre a Dívida Por Contrato	R\$ 2.000,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças.	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
04.123.0006.2.044 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Finanças	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319016.00.896 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 4.500,00
04.123.0007.2.011 -	Contribuição Para a Formação do PASEP.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339047.00.896 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 15.000,00
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.0008.2.045 -	Pessoal do Apoio Administrativo à Educação	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.519 -	Aplicações Diretas	
319011.00.519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 19.900,00

319016.00.519 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 2.000,00
319113.00.519 -	Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias.	R\$ 2.713,00
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 1.856,00
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.856,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.017 -	Comemorações a datas Alusivas e Eventos Locais.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
27.812.0084.2.019 -	Realização e Participação de Campeonatos Esportivos e Atividades de Lazer Para Famílias.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339031.00.896 -	Premiações Culturais Artísticas e Científicas Desportivas e Outras	R\$ 2.000,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
	TOTAL	R\$ 91.825,00

Art.2º) O créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0004.2.043 -	Pessoal da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319004.00.896 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 6.900,00
319013.00.896 -	Obrigações Patronais	R\$ 2.200,00
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339046.00.896 -	Auxílio Alimentação	R\$ 3.000,00
339049.00.896 -	Auxílio Transporte	R\$ 650,00

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças.	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
28.841.0007.6.014 -	Amortização da Dívida Junto ao INSS	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
320000.00.896 -	Transferências Correntes	
329000.00.896 -	Diversas Transferências Correntes	
329021.00.896 -	Juros Sobre a Dívida Por Contrato	R\$ 17.000,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social	
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.244.0023.2.050 -	Pessoal do Serviço de Assistência Social	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 7.150,00
319113.00.896 -	Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias.	R\$ 4.000,00
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339046.00.896 -	Auxílio Alimentação R\$ 478,00	
339049.00.896 -	Auxílio Transporte	R\$ 2.500,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
20.606.0025.2.051 -	Pessoal de Desenvolvimento Econômico	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 18.000,00
319113.00.896 -	Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias.	R\$ 1.000,00
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339046.00.896 -	Auxílio Alimentação	R\$ 847,00
339049.00.896 -	Auxílio Transporte	R\$ 100,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0043.2.052 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319113.00.896 -	Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias	R\$ 4.500,00
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339046.00.896 -	Auxílio Alimentação	R\$ 5.000,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0075.2.809 -	Pessoal da Secretaria de Cultura Turismo Esportes e Lazer.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319004.00.896 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 2.700,00
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 12.000,00
319113.00.896 -	Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias	R\$ 2.800,00
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	

339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339046.00.896 -	Auxílio - Alimentação	R\$ 1.000,00
TOTAL		R\$ 91.825,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
22 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 4.200 de 22 de Outubro de 2014**

LEI Nº 4.200 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

ALTERA O ART. 17 DA LEI MUNICIPAL Nº 3.425, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2.008.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprova a seguinte Lei:

Art. 1º. O Art. 17, da Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2.008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. O mandato dos representantes da área governamental e organizações não governamentais, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, será de 02 (dois) anos.

§1º. Os representantes da área governamental não poderão ter o mandato prorrogado e nem serem reconduzidos;

§2º. É permitido que a organização não governamental detentora de mandato no CMDCA participe de novo processo de escolha e se reeleita, poderá:

I - indicar um novo representante;

II - manter o mesmo representante, limitada esta recondução a um mandato;”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
22 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **101/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (eletrônico) Nº 101/2014

O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, torna público que está instaurando licitação, através do presente instrumento, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e ainda, do Decreto Municipal nº 4.116 de 21 de março de 2006, que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no Município de Campo Alegre, na modalidade PREGÃO (Eletrônico) como Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO, segundo as condições estabelecidas no presente Edital, nos seus Anexos, cujos termos, igualmente, o integram.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, do Decreto Municipal nº



4.792 de 03 de julho de 2007, Decreto Federal nº 6.204/2007, Lei Complementar 123/2006 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 08h do dia 24/10/2014, às 09:45h do dia 10/11/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10:00h do dia 10/11/2014 no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) , horário de Brasília - DF

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de parquinhos infantis para Secretaria de Cultura Turismo, Esporte e Lazer, conforme tabela abaixo:

IT	QT	UN	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	05	Unid	Parque infantil com estrutura principal em madeira de Eucalipto Citryodora com diâmetro entre 12 e 15 cm, com tratamento em autoclave (tratamento contra cupins e brocas) OU MADEIRA PLÁSTICA, ferragens galvanizadas á fogo com pintura eletrostática á pó, contendo: 01 Torre quadradas medindo aproximadamente 1,20 x 1,20 m, em madeira de itaúba, com cobertura em fibra de vidro, 02 Escorregadores em fibra de vidro, medindo aproximadamente 2,50 de comprimento x 0,42 m de largura; 01 Escada com laterais e corrimão duplo, em tubos galvanizados e pintura eletrostática, degraus em madeira de itaúba, medindo aproximadamente 1,80 m de comprimento e 0,70 m de largura; 01 Teia de cordas para escalada, com estrutura em madeira de itaúba com cantos arredondados, e cordas de polipropileno; medindo aproximadamente 1,80 m de comprimento x 0,80 m de largura, 01 Balanço 3 lugares acoplado à torre, contendo três assentos em madeira de itaúba medindo aproximadamente 45 cm x 23 cm, fixos em correntes galvanizadas á fogo. Demais ferragens e proteções; Pintura em esmalte sintético livre de metais pesados e verniz brastein sem brilho.	7.000,00	35.000,00
2	05	unid	Parque infantil com estrutura principal em madeira de Eucalipto Citryodora com diâmetro entre 12 e 15 cm, com tratamento em autoclave (tratamento contra cupins e brocas) OU MADEIRA PLÁSTICA, ferragens galvanizadas á fogo com pintura eletrostática á pó, contendo: 02 Torres quadradas medindo aproximadamente 1,10 x 1,10 m, em madeira de itaúba, com cobertura em fibra de vidro, 01 Ponte pênsil, fixa por cabos de aço, corrimão em madeira, correntes e cordas, medindo aproximadamente 3,00 m de comprimento x 0,80 m de largura, OU TÚNEL; 01 Escada com laterais e corrimão duplo, em tubos galvanizados e pintura eletrostática, degraus em madeira de itaúba, medindo aproximadamente 1,80 m de comprimento e 0,70 m de largura; 01 Teia de cordas para escalada, com estrutura em madeira de itaúba com cantos arredondados, e cordas de polipropileno; medindo aproximadamente 1,80 m de comprimento x 0,80 m de largura, 01 Escorregador em fibra de vidro, medindo aproximadamente 2,50 de comprimento x 0,42 m de largura; 01 Descida de bombeiro, em tubo galvanizado, com 1 escada em madeira acoplada; 01 Rampa com apoio e corda de nó, com estrutura em madeira de itaúba, com tacos para apoio e corda de polipropileno com nós, medindo aproximadamente 1,80 m de comprimento x 0,80 m de largura, 01 Tobogã, em plástico rotomoldado, encabeçado em aba de fibra de vidro, medindo aproximadamente 3,00 m de comprimento x 0,80 m de diâmetro 01 BALANÇO, em SEPARADO DO PARQUE , com 3 assentos, de madeira, correntes	12.000,00	60.000,00
TOTAL					95.000,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto: 2.810 - Criação e Manutenção de Espaços de Lazer; Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente;

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC, através do telefone/fax

nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 22 de outubro de 2014.  
Lucilaine Mokfa Schwarz  
Secretária Municipal de Administração

### **Decreto Nº 8.626 de 22 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº 8.626 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta.

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo	
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 6.000,00
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.		
05.01 -	Serviços de Apoio Administrativo a Educação		
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação		
400000.00.519 -	Despesas de Capital		
440000.00.519 -	Investimentos		
449000.00.519 -	Aplicações Diretas		
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 11.000,00	R\$ 8.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 22 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **1ª Alteração ao Processo Licitatório Pregão 99/2014**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE -SC

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

Nº 99/2014, PREGÃO (presencial)

Necessário se faz a alteração do edital do processo licitatório em epígrafe, ALTERAM-SE do edital epigrafado, a Tabela de coberturas, a data para abertura, a data para a entrega dos envelopes, e, conseqüentemente, a data limite para a autenticação de documentos, conforme segue:

Passando a vigorar conforme segue:

Compreendendo as seguintes coberturas para cada veículo:

Coberturas	Importância mínima a ser segurada
Danos Materiais e Danos Corporais Transportados.	R\$ 50.000,00
Danos Materiais Não Transportados.	R\$ 50.000,00
Danos Corporais Não Transportados.	R\$ 50.000,00
Morte Acidental por passageiro	R\$ 30.000,00
Despesas Médico-Hospitalares (DMH) por passageiro.	R\$ 7.000,00
Morte Acidental por tripulante	R\$ 30.000,00
Invalidez Acidental por tripulante	R\$ 30.000,00
Despesas Médico-Hospitalares (DMH) por tripulante	R\$ 7.000,00

Por último, ALTERA-SE todas as datas de abertura, e consequentemente do recebimento dos envelopes contendo a documentação e proposta, e as datas limites para autenticação de documentos, conforme transcreve-se abaixo e que passa a vigorar:

1.1.1 - DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 13 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA: 10/11/2014, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

1.1.2 - DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA:10/11/2014

HORA: 14 HORAS

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

4.5.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 4.5.1, somente poderá ser realizada até às 13 horas e 30 minutos do dia 10/11/2014, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, mediante apresentação da cópia e dos originais.

6.1.2.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 6.1.2.1, somente poderá ser realizada até às 13 horas e 30 minutos do dia 10/11/2014, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, mediante apresentação da cópia e dos originais.

8.2.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item anterior, somente poderá ser até às 13 horas e 30 minutos do dia 10/11/2014, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, mediante apresentação da cópia e dos originais.

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).

Campo Alegre, 23 de outubro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

## DECRETO Nº 8.619 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.619 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

AUTORIZAR OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DIRIGIREM VEÍCULOS DA FROTA PÚBLICA MUNICIPAL EM CASO DE NECESSIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Ficam autorizados os Servidores Públicos Municipais: ROBERTO KOCENKO DE OLIVEIRA, matrícula funcional nº 000574, exercendo a função de Médico; CRISTIANO CARDOSO CARVALHO, matrícula funcional nº 000450, exercendo a função de Odontólogo, para dirigirem de forma eventual, os veículos da frota pública municipal abaixo descritos:

§ 1º - Renault/Clio - Placa MLS-9343, Registro no Patrimônio sob nº 22753; Fiat/Uno - Placa MJA-0644, Registro no Patrimônio sob nº 226622; Fiat/Uno - Placa MDK-9421, Registro no Patrimônio sob nº 22208; Fiat/Palio/Weekend - Placa MIQ-7905, Registro no Patrimônio sob nº 22625; Fiat/Uno - Placa MCZ-7504, Registro no Patrimônio sob nº 22314; Fiat/Pálio - Placa MLO-0991, Registro no Patrimônio sob nº 22820; Kangoo - Placa MMJ-5893, Registro no Patrimônio sob nº 22754, veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde.

§2º - Fiat/Uno - Placa MFY-3948, veículo da frota do Fundo Municipal de Assistência Social deste Município.

§ 3º - Os veículos mencionados no parágrafo anterior poderão ser utilizados pelos Servidores Públicos Municipais autorizados, em casos de necessidade quando não houver Servidor Público Municipal no cargo público exercendo a Função de Motorista, e que esteja disponível para dirigi-lo;

§ 4º) Os Servidores Públicos Municipais mencionados no caput do Art.1º deste Decreto, somente poderão dirigir os veículos das frotas públicas municipais, descritos nos §§ 1º e 2º deste Decreto, se estiverem devidamente habilitados pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art.2º) Em caso de justificada necessidade, a Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social poderá autorizar outros servidores a dirigirem os veículos das frotas públicas municipais, descritos nos §§ 1º e 2º deste Decreto, observadas as condições impostas pelos §§ 3º e 4º deste Decreto.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
20 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 20/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 8.627 de 22 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº 8.627 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014  
AUTORIZAR OS CONSELHEIROS TUTELARES MUNICIPAIS, DIRIGIREM VEÍCULO DA FROTA PÚBLICA MUNICIPAL EM CASO DE NECESSIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Ficam autorizados os Conselheiros Tutelares Municipais, IVANIR NARLOCH LARSON, Registro no Sistema sob nº 955301, LUCIANA DE FATIMA ALVES FERREIRA RODRIGUES, Registro no Sistema sob nº 955303, LUIZ TADEU VALÉRIO MUNHOZ, Registro no Sistema sob nº 955305, PAULA ROSELIANE CORDEIRO DA CRUZ WALDMANN, Registro no Sistema sob nº 955302 e ROSILENE IDALÊNCIO, Registro no Sistema sob nº 955304, para dirigirem de forma eventual, o veículo da frota pública municipal abaixo descrito:

§1º) Fiat Palio Weekend, Ano de Fabricação 2012, Ano do Modelo 2013, Cor Branca, Direção Hidráulica, Motor Bicombustível (Álcool e Gasolina), Equipado com todos os Acessórios exigidos pelo DENATRAN, Chassi 9BD373121E5050376, Placas OKE-2194; Bem Registrado no Patrimônio sob nº 29732, veículo da frota do Município de Campo Alegre/SC.

§2º) O veículo mencionado no parágrafo anterior poderá ser utilizado pelos Conselheiros Tutelares Municipais autorizados, em casos de necessidade quando não houver Servidor Público Municipal no cargo público exercendo a Função de Motorista, e que esteja disponível para dirigir-lo;

§3º) Os Conselheiros Tutelares Municipais mencionados no caput deste Artigo, somente poderão dirigir o veículo da frota do Município de Campo Alegre/SC, descrito no § 1º deste Artigo, se estiverem devidamente habilitados pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art.2º) Em caso de justificada necessidade, a Administração Municipal poderá autorizar outros servidores a dirigirem o veículo da Frota do Município de Campo Alegre/SC, descrito no §1º do Artigo 1º deste Decreto, observadas as condições impostas pelos § 3º deste Decreto.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

22 de Outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 2.177 de 15 de Outubro de 1996**

DECRETO Nº 2177

ALTERA NÍVEL DO QUADRO DE CARREIRA POR ANTIGUIDADE, SERVIDORA - ROSE MARI CUBAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de outubro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de outubro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**Decreto Nº 2.176 de 15 de Outubro de 1996**

DECRETO Nº 2176

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - MARISE DO CARMO MACHADO HÜBNER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de outubro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de outubro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**Decreto Nº 2.175 de 02 de Outubro de 1996**

DECRETO Nº 2175

CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO A SERVIDORA - CARME-LITA HEIDEN.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de outubro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de outubro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**Decreto Nº 2.174 de 25 de Setembro de 1996**

DECRETO Nº 2174

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - ELIANE BAUM.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de setembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos

vinte e cinco dias do mês de setembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**Decreto Nº 2.173 de 25 de Setembro de 1996**

DECRETO Nº 2173

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - ROSILDA DENISE HANSEN.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de setembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**Decreto Nº 2.172 de 25 de Setembro de 1996**

DECRETO Nº 2172

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR - CLAUDIO CARDOSO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de setembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**Decreto Nº 2.170 de 25 de Setembro de 1996**

DECRETO Nº 2170

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - ELISABET SCHINDLER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de setembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração



**DECRETO Nº 2.171 DE 25 DE SETEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2171

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - LOURDES GALLAS MARCZAK.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de setembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.169 DE 25 DE SETEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2169

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - MARIA DE LOURDES PISKE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de setembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.168 DE 25 DE SETEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2168

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - NAIR NENEVÊ CRISTOFF.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de setembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.167 DE 25 DE SETEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2167

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - MARLI TEREZINHA DE SOUZA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de setembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.166 DE 25 DE SETEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2.166 DE 25 DE SETEMBRO DE 1996

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

MERI TEREZINHA HUBNER, para exercer função de Professor II, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 25 de setembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.165 DE 25 DE SETEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2165

DECLARA PONTO FACULTATIVO NO DIA 04 DE OUTUBRO DO CORRENTE ANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de setembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.164 DE 25 DE SETEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2164

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de setembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.163 DE 23 DE SETEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2163

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de setembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de setembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.162 DE 23 DE SETEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2162

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de setembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de setembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.161 DE 23 DE SETEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2.161 DE 23 DE SETEMBRO DE 1996

REGULAMENTA O REGIMENTO INTERNO DO CMAS.

Leopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.149/96, alterada pela Lei Municipal nº 2.178/96; Decreta:

Art.1º) O Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social, aprovado pelos Conselheiros e membros da Diretoria do respectivo Conselho, passa a ter a redação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
23 de setembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de setembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 2.161

23 de setembro de 1996.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

Do Conselho

Art.1º) O Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre, criado pela Lei nº 2.149 de 20/03/1996 com alteração pela Lei nº 2.178 de 11/09/1996 é um órgão deliberativo e permanente no âmbito Municipal.

Art.2º) O Conselho Municipal de Assistência Social CA tem as atribuições e competências previstas em lei, sem prejuízo, das funções do Poder Legislativo.

CAPÍTULO II

Estrutura e Composição

Art.3º) O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, tem composição paritária entre representantes do governo e sociedade civil, é composto:

- Representantes do Governo Municipal:

- a) Dois representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
- b) Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- c) Um representante da Secretaria Municipal de Agricultura;
- d) Um representante da Secretaria Municipal de Administração;
- e) Um representante da Secretaria Municipal de Finanças.

- Representantes da Sociedade:

- a) Um representante das Associações de Moradores;
- b) Um representante da FECAMPO;
- c) Um representante da APAE;
- d) Um representante de Associações de Idosos;
- e) Um representante de APPs de Escolas do Município;
- f) Um representante dos Clubes de Serviços.

§ Único - A cada titular do CMAS corresponderá um suplente.

Art.4º) Os membros efetivos e suplentes do CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

Art.5º) Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito Municipal.

Art.6º) Na ausência do presidente eleito pelo conselho, a presidência será assumida pelo vice-presidente.

Art.7º) O mandato dos membros do CMAS e respectivos suplentes, de um ano, permitida reeleição.

Art.8º) Os representantes das entidades ou órgãos considerados titulares do CMAS, nas sessões plenárias terão direito a voz e voto.

Art.9º) Os membros suplentes poderão participar das sessões plenárias, entretanto terão direito a voto somente quando em substituição aos membros titulares respectivos.

Art.10) O CMAS reunir-se-á, em local previamente determinado, pelo menos uma vez a cada sessenta dias, em sessão plenária ordinária podendo ser convocada extraordinariamente pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos membros.

§ Único - O órgão de deliberação máximo é o plenário.

Art.11) Para realização das sessões será necessária a presença da maioria absoluta do CMAS, que deliberem pela maioria dos votos presentes.

Art.12) Os membros do CMAS serão substituídos caso falem sem motivo justificado, a três reuniões consecutivas, ou seis intercaladas.

Art.13) As faltas deverão ser justificadas formalmente até as 24h de antecedência das sessões seguintes.

Art.14) Não havendo sessão por falta de quorum dispensará o presidente os conselheiros presentes após lavra da ata negativa, neste caso poderá ser convocada nova reunião em intervalo mínimo de 24 horas.

Art.15) A convocação das reuniões extraordinárias o presidente cientificará os Conselheiros com 48 horas de antecedência, através de situação pessoal.

### CAPÍTULO III

#### Das Sessões:

Art.16) As sessões do CMAS constarão de três partes:

#### I - Expediente:

- a) Apresentação e aprovação pauta de reunião;
- b) Leitura e discussão da ata de reunião anterior;
- c) Comunicação dos conselhos.

II - Assuntos diversos: Discussão e aprovação dos demais assuntos inscritos incluídos na pauta.

Art.17) Não havendo quem se manifeste sobre a ata ela será considerada aprovada e subscrita pelo presidente e conselheiros presentes.

Art.18) Para votação, deverão ser observados os seguintes preceitos:

- a) A votação serão a descoberto em todos os casos aprovada pela maioria simples do plenário;
- b) Qualquer conselheiro poderá solicitar que seja consignada em ata expressamente seu voto;
- c) Se algum conselheiro requerer, a votação poderá renominar com a maioria simples;
- d) O presidente do CMAS terá, além do voto comum, o direito a voto de qualidade em caso de empate.

Art.19) Do que se passar na sessão, lavrará o secretário da mesa diretora ata circunstanciada fazendo constar:

- a) A natureza da sessão, o dia, a hora, e o local de sua realização, o nome de quem a presidiu e os nomes dos conselheiros presentes, bem como aqueles que não compareceram, consignada a respeito para circunstância de haverem ou não justificado sua ausência;
- b) A discussão porventura havida a propósito da ata e votação desta;
- c) O expediente;
- d) O resumo da discussão havida na ordem do dia, e os resultados das votações;
- e) Na íntegra, as declarações de voto;
- f) Por extenso todas as reuniões.

Art.20) São prerrogativas do presidente:

- a) Presidir as sessões e os trabalhos do CMAS;
- b) Convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;
- c) Aprovar a pauta de cada reunião com a ordem do dia respectivo;
- d) Dirigir e orientar as discussões concedendo a palavra aos Conselheiros, coordenando os debates e neles intervindo para esclarecimentos;
- e) Resolver questões de ordem;
- f) Promover e regular o funcionamento do CMAS como responsável pela sua administração, primeiro solicitando as autoridades competentes as providências e recursos necessários para atender aos seus serviços;
- g) Corresponder-se em nome do CMAS e representa-lo nas solenidades e atos oficiais;
- h) Homologar as resoluções do CMAS;
- i) Cumprir os dispostos na Lei nº 2.149 de 20/03/1996 e alterada pela Lei Municipal nº 2.178/96.

§ Único - Os trabalhos da secretaria serão executados por algum Conselheiro eleito ou por servidores do poder executivo municipal.

Art.21) As deliberações do CMAS quando pertinentes serão operacionalizadas pela secretaria municipal de saúde e assistência social.

§ Único - O CMAS terá a responsabilidade de acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução dessas deliberações.

Art.22) O documento competente para divulgação das decisões do CMAS para todos os efeitos legais será a resolução, assinada pelo presidente e secretário do CMAS.

Art.23) OP presente regimento poderá ser modificado por propostas de qualquer um dos membros, que deverá ser aprovado, por maioria simples do CMAS, podendo ser modificado em seus artigos ou no seu todo.

Art.24) Os representantes das entidades junto ao CMAS deverão trabalhar e ser domiciliado em Campo Alegre.

Art.25) Este Regimento aprovado em plenário do CMAS, entrará em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal de Assistência Social aos 20 dias do mês de setembro de 1997.

### **Decreto Nº 2.160 de 23 de Setembro de 1996**

DECRETO Nº 2160

NOMEIA CONSELHEIROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEUS RESPECTIVOS MEMBROS DA DIRETORIA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de setembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de setembro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.159 DE 23 DE SETEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2159

CONCEDE AUXÍLIO PARA CUSTEIO DE COMBUSTÍVEL EM FAVOR DA POLÍCIA MILITAR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de setembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de setembro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.158 DE 03 DE SETEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2158

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de setembro de 1996.

FRANCISCO VILMAR MUNOZ

Prefeito Municipal Em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de setembro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.157 DE 20 DE AGOSTO DE 1996**

DECRETO Nº 2157

DISPÕE PARA SUBSTITUIR O TÉCNICO EM CONTABILIDADE, O FUNCIONÁRIO - JOSÉ LUIS SILVA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de agosto de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de agosto de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.156 DE 20 DE AGOSTO DE 1996**

DECRETO Nº 2156

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - CIBELE DO ROCIO NENEVÊ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de agosto de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de agosto de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.155 DE 20 DE AGOSTO DE 1996**

DECRETO Nº 2155

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA - VERA LÚCIA DA SILVA L. LINZMEYER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de agosto de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de agosto de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.154 DE 20 DE AGOSTO DE 1996**

DECRETO Nº 2154

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE VEÍCULO A SER ADQUIRIDO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de agosto de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de agosto de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.153 DE 20 DE AGOSTO DE 1996**

DECRETO Nº 2154

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE VEÍCULO A SER ADQUIRIDO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de agosto de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de agosto de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.152 DE 15 DE AGOSTO DE 1996**

DECRETO Nº 2152

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SERVIDOR - JAIME FRANCO DOS SANTOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de agosto de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de agosto de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.151 DE 15 DE AGOSTO DE 1996**

DECRETO Nº 2151  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - DORI SILL BECKER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de agosto de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de agosto de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.150 DE 09 DE AGOSTO DE 1996**

DECRETO Nº 2150  
DETERMINA ABERTURA DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE E NOMEIA COMISSÃO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 09 de agosto de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de agosto de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.149 DE 05 DE AGOSTO DE 1996**

DECRETO Nº 2149  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de agosto de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de agosto de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.148 DE 01 DE AGOSTO DE 1996**

DECRETO Nº 2148  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de agosto de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de agosto de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.147 DE 01 DE AGOSTO DE 1996**

DECRETO Nº 2147  
ALTERA NÍVEL DE CARREIRA POR MERECIMENTO - ADRIANA APARECIDA P. RUSZACK.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de agosto de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de agosto de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.146 DE 01 DE AGOSTO DE 1996**

DECRETO Nº 2146  
REAJUSTA O VALOR DA UNIDADE PADRÃO MUNICIPAL "UPM".

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de agosto de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de agosto de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.145 DE 31 DE JULHO DE 1996**

DECRETO Nº 2145  
CONSTITUI A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de julho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de julho de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete



**DECRETO Nº 2.144 DE 19 DE JULHO DE 1996**

DECRETO Nº 2144

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A ESTAGIÁRIA - ADRIANE REISER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de julho de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de julho de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.143 DE 16 DE JULHO DE 1996**

DECRETO Nº 2143

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CARGO DE SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO INTERINAMENTE - GERALDO CARLOS GROSSKOPF.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de julho de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de julho de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.142 DE 02 DE JULHO DE 1996**

DECRETO Nº 2142

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CARGO DE SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO - ALDONIR JORGE MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de julho de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.141 DE 02 DE JULHO DE 1996**

DECRETO Nº 2141

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO - GERALDO CARLOS GROSSKOPF.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de julho de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.140 DE 02 DE JULHO DE 1996**

DECRETO Nº 2140

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CARGO DE SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS - AMILCAR JOSÉ REINHARDT.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de julho de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.139 DE 02 DE JULHO DE 1996**

DECRETO Nº 2139

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS - ALDONIR JORGE MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de julho de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.138 DE 02 DE JULHO DE 1996**

DECRETO Nº 2138

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - ARICE WAGNER BERNARDES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de julho de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.137 DE 02 DE JULHO DE 1996**

DECRETO Nº 2137

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - MARIA AUGUSTA AMARAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de julho de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.136 DE 02 DE JULHO DE 1996**

DECRETO Nº 2136

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - MARIA DA GRAÇA DRANKA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de julho de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.135 DE 02 DE JULHO DE 1996**

DECRETO Nº 2135

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR - JOÃO DE PAULA MU-  
NHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de julho de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.134 DE 02 DE JULHO DE 1996**

DECRETO Nº 2134

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - MERI TEREZINHA MACHADO HUBNER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de julho de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.133 DE 01 DE JULHO DE 1996**

DECRETO Nº 2.133 DE 01 DE JULHO DE 1996

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

ISABEL TEREZINHA TEIXEIRA DA SILVA, para exercer função de Auxiliar de Serviços Gerais, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de julho de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de julho de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.132 DE 02 DE JULHO DE 1996**

DECRETO Nº 2132

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de julho de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.131 DE 01 DE JULHO DE 1996**

DECRETO Nº 2131

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - MARILUCI DOS SANTOS N. BUCHMANN.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de julho de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de julho de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.130 DE 01 DE JULHO DE 1996**

DECRETO Nº 2130

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - EDITE FERREIRA DA ROCHA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de julho de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de julho de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.129 DE 01 DE JULHO DE 1996**

DECRETO Nº 2129

CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER O PLEITO ELEITORAL, O SERVIDOR - JUAREZ THADEU CUNHA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de julho de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de julho de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.128 DE 01 DE JULHO DE 1996**

DECRETO Nº 2128

CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER O PLEITO ELEITORAL, O SERVIDOR - MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de julho de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de julho de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.127 DE 01 DE JULHO DE 1996**

DECRETO Nº 2127

CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER O PLEITO ELEITORAL, A SERVIDORA - RAQUEL BENTA PEREIRA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de julho de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de julho de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.126 DE 01 DE JULHO DE 1996**

DECRETO Nº 2126

CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER O PLEITO ELEITORAL, A SERVIDORA - MARILDA SCHADECK.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de julho de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de julho de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.125 DE 01 DE JULHO DE 1996**

DECRETO Nº 2125

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR O CARGO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INSUMOS - ALONCIO KUHNEN.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de julho de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de julho de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.124 DE 01 DE JULHO DE 1996**

DECRETO Nº 2124

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIO DA AGRICULTURA - RENATO BAHR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de julho de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de julho de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.123 DE 01 DE JULHO DE 1996**

DECRETO Nº 2123

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE CHEFE DE GABINETE INTERINO - ALDONIR JORGE MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de julho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de julho de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.122 DE 01 DE JULHO DE 1996**

DECRETO Nº 2122  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR O CARGO DE CHEFE DE GABINETE - LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de julho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de julho de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.121 DE 27 DE JUNHO DE 1996**

DECRETO Nº 2121  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR O CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO - FERNANDO MALLON.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de junho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de junho de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.120 DE 27 DE JUNHO DE 1996**

DECRETO Nº 2120  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR A CLASSE SUPERIOR DE PROFESSOR II - ERNA LUIZA PACHECO IENSEN.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de junho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de junho de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.119 DE 24 DE JUNHO DE 1996**

DECRETO Nº 2119  
ALTERA REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 2.107/96.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 24 de junho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de junho de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.118 DE 17 DE JUNHO DE 1996**

DECRETO Nº 2118  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR A CLASSE SUPERIOR DE PROFESSOR II - ESTER MARIA FORLIN FRITSCH.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de junho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de junho de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.117 DE 17 DE JUNHO DE 1996**

DECRETO Nº 2117  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE ENGENHEIRO CIVIL - PAULO ROBERTO KNOP.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de junho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de junho de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.116 DE 11 DE JUNHO DE 1996**

DECRETO Nº 2.116  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 11 de junho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos

onze dias do mês de junho de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.115 DE 11 DE JUNHO DE 1996**

DECRETO Nº 2115  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - CÉLIA REGINA DRANKA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 11 de junho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos onze dias do mês de junho de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.114 DE 11 DE JUNHO DE 1996**

DECRETO Nº 2114  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 11 de junho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos onze dias do mês de junho de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.113 DE 10 DE JUNHO DE 1996**

DECRETO Nº 2113  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIO - JEAN CARLO SCHENDNER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de junho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de junho de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.112 DE 10 DE JUNHO DE 1996**

DECRETO Nº 2112

DECLARA PONTO FACULTATIVO NO DIA 07 DE JUNHO DO CORRENTE ANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de junho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de junho de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.111 DE 10 DE JUNHO DE 1996**

DECRETO Nº 2111  
CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO AO SERVIDOR - JAQUE RICARDO SCHENDNER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de junho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de junho de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.110 DE 10 DE JUNHO DE 1996**

DECRETO Nº 2110  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - ANGELA MARIA TELMA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de junho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de junho de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.108 DE 10 DE JUNHO DE 1996**

DECRETO Nº 2108  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE PROFESSOR - MARISE NENEVÊ CORDEIRO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de junho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal



Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de junho de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.109 DE 10 DE JUNHO DE 1996**

DECRETO Nº 2109  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - ADRIANE REISER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de junho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de junho de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.107 DE 03 DE JUNHO DE 1996**

DECRETO Nº 2107  
CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PATRIMÔNIO DA PREFEITURA E BENS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de junho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de junho de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.106 DE 03 DE JUNHO DE 1996**

DECRETO Nº 2106  
CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PATRIMÔNIO DA PREFEITURA E BENS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de junho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de junho de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.105 DE 03 DE JUNHO DE 1996**

DECRETO Nº 2105  
CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PATRIMÔNIO DA PREFEITURA E BENS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de junho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de junho de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.104 DE 03 DE JUNHO DE 1996**

DECRETO Nº 2104  
CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PATRIMÔNIO DA PREFEITURA E BENS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de junho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de junho de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.103 DE 10 DE JUNHO DE 1996**

DECRETO Nº 2103  
ALTERA REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 2.083/96 DE 02/05/1996.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de junho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de junho de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.102 DE 03 DE JUNHO DE 1996**

DECRETO Nº 2102  
DISPÕE SOBRE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO DA SERVIDORA - VERA LÚCIA DA SILVA LEME LINZMEYER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de junho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de junho de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.101 DE 03 DE JUNHO DE 1996**

DECRETO Nº 2101

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE TERAPEUTA OCUPACIONAL - SILVANE PENKAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de junho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de junho de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.100 DE 03 DE JUNHO DE 1996**

DECRETO Nº 2100

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA RESPONDER CUMULATIVAMENTE A SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS - ALDONIR JORGE MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de junho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de junho de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.099 DE 03 DE JUNHO DE 1996**

DECRETO Nº 2099

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CHEFE DE GABINETE - ALDONIR JORGE MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de junho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de junho de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.098 DE 03 DE JUNHO DE 1996**

DECRETO Nº 2098

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS A SEREM ALIENADAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de junho de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de junho de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.097 DE 31 DE MAIO DE 1996**

DECRETO Nº 2097

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INSUMOS - ALONCIO KUHNEN.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de maio de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de maio de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.095 DE 31 DE MAIO DE 1996**

DECRETO Nº 2095

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO ALDONIR JORGE MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de maio de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de maio de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.094 DE 31 DE MAIO DE 1996**

DECRETO Nº 2094

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE CHEFE DE GABINETE - LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de maio de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de maio de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.093 DE 31 DE MAIO DE 1996**

DECRETO Nº 2093  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO - FERNANDO MALLON.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de maio de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de maio de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.092 DE 24 DE MAIO DE 1996**

DECRETO Nº 2092  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 24 de maio de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de maio de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.091 DE 22 DE MAIO DE 1996**

DECRETO Nº 2091  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de maio de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de maio de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.090 DE 22 DE MAIO DE 1996**

DECRETO Nº 2090  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO, PASSANDO OCUPAR A CLASSE SUPERIOR DE PROFESSOR II - MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de maio de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de maio de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.089 DE 22 DE MAIO DE 1996**

DECRETO Nº 2089  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO, PASSANDO OCUPAR A CLASSE SUPERIOR DE PROFESSOR II - CECÍLIA MARLENE SCHWARZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de maio de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de maio de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.088 DE 14 DE MAIO DE 1996**

DECRETO Nº 2088  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de maio de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de maio de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.087 DE 13 DE MAIO DE 1996**

DECRETO Nº 2087  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE PEDREIRO - SÉRGIO KUJASKI.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de maio de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos treze dias do mês de maio de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.086 DE 22 DE MAIO DE 1996**

DECRETO Nº 2086

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - MARIA ORINDA FERNANDES CARVALHO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.085 DE 02 DE MAIO DE 1996**

DECRETO Nº 2085

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - SIRLEI APARECIDA DERENIEVICZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.084 DE 02 DE MAIO DE 1996**

DECRETO Nº 2084

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR - AUGUSTINHO JOSÉ DE JESUS MACHADO CUBAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.083 DE 02 DE MAIO DE 1996**

DECRETO Nº 2083

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA EVANILDA TOMAZ CARVALHO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.082 DE 22 DE MAIO DE 1996**

DECRETO Nº 2082

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA BARBARA BRÜSKE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.081 DE 02 DE MAIO DE 1996**

DECRETO Nº 2081

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA SILVIA PASDA UHLIG.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.080 DE 02 DE MAIO DE 1996**

DECRETO Nº 2080

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA VERA LUCIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA LOPES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.079 DE 02 DE MAIO DE 1996**

DECRETO Nº 2079

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA RENINA DAS GRAÇAS CORDEIRO DA CRUZ DERENIEVICZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.078 DE 02 DE MAIO DE 1996**

DECRETO Nº 2078  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MÉDICO II - ERWIN GATTRINGER FILHO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.077 DE 02 DE MAIO DE 1996**

DECRETO Nº 2077  
CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO A SERVIDORA - BERTINA BAHR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.076 DE 02 DE MAIO DE 1996**

DECRETO Nº 2076  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - RENILDO REINOLDO DA SILVA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.075 DE 02 DE MAIO DE 1996**

DECRETO Nº 2.075 DE 02 DE MAIO DE 1996  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:  
DENILSON DE SOUZA BANDEIRA, para exercer função de Veterinário, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 02 de maio de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.074 DE 30 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2074  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADUÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de abril de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de abril de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.073 DE 26 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2073  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 26 de abril de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de abril de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.072 DE 22 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2072  
DISPÕE SOBRE HORÁRIO DE TRABALHO DE MÉDICO VETERINÁRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE.

DECRETO OBSOLETO.



Campo Alegre, 22 de abril de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de abril de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.071 DE 22 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2071  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de abril de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de abril de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.070 DE 22 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2070  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO DE ESTAGIÁRIO - ALEANDRO LEMOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de abril de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de abril de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.069 DE 22 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2069  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CARGO EM SUBSTITUIÇÃO - LILIAN TEREZINHA BARTSCH.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de abril de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de abril de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.068 DE 18 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2068  
REVOGA O DECRETO Nº 2.060 DE 15 DE ABRIL DE 1996.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 18 de abril de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de abril de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.067 DE 16 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2067  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - CELSO FELICIANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de abril de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de abril de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.066 DE 15 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2066  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A ESTAGIÁRIA - JANE APARECIDA TELMA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de abril de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de abril de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.065 DE 15 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2065  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - MARIA ELIANE FRIEDRICH.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de abril de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de abril de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.064 DE 15 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2064

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - JOSÉ GERALDO DA SILVA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de abril de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de abril de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.063 DE 15 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2063

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ARLINDO TEIXEIRA DA SILVA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de abril de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de abril de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.062 DE 15 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2.062 DE 15 DE ABRIL DE 1996

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

ZURITA MARIA PACHECO HASS, para exercer função de Auxiliar de Odontólogo, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 15 de abril de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de abril de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.061 DE 15 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2.061 DE 15 DE ABRIL DE 1996

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

CLÉVIO JORGE SCHEFFER, para exercer função de Médico II, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 15 de abril de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de abril de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.060 DE 15 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2060

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO PRAZO PAGAMENTO DO IPTU.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de abril de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de abril de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.059 DE 08 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2059

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/96.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de abril de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de abril de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.058 DE 08 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2058

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - MARIA MAURENE OTTAVAGEN MAY.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de abril de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de abril de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.057 DE 08 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2057

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO NA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM - VERA LUCIA DA SILVA LINZMEYER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de abril de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de abril de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.056 DE 08 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2056

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO A SERVIDORA - VIVIANE IZABEL SCHWARZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de abril de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de abril de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.055 DE 01 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2055

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO CUMULATIVO DE SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO - GERALDO CARLOS GROSSKOPF.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de abril de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.054 DE 01 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2054

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS - ALDONIR JORGE MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de abril de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.053 DE 01 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2053

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR O CARGO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ESTRADA DE RODAGEM - AMILCAR JOSÉ REINHARDT.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de abril de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.052 DE 01 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2052

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO CARGO DE SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO - ALDONIR JORGE MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de abril de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.051 DE 01 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2051

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO - PEDRO ANTONIO FUCHNER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de abril de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.050 DE 01 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2050

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO PRAZO PAGAMENTO DO IPTU.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de abril de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.049 DE 01 DE ABRIL DE 1996**

DECRETO Nº 2049

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR - ANTONIO CARLOS LONGO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de abril de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.048 DE 29 DE MARÇO DE 1996**

DECRETO Nº 2048

DECLARA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 04 DE ABRIL DO CORRENTE ANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de março de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de março de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.047 DE 29 DE MARÇO DE 1996**

DECRETO Nº 2047

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO O SERVIDOR MÉDICO HAROLD RAETSCH.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de março de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de março de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.046 DE 22 DE MARÇO DE 1996**

DECRETO Nº 2046

INSTITUI O MAPA DE APURAÇÃO DO ISS A SER ADOTADO PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de março de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de março de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.045 DE 22 DE MARÇO DE 1996**

DECRETO Nº 2045

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - MARIA ANGÉLICA FOITTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de março de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de março de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.044 DE 22 DE MARÇO DE 1996**

DECRETO Nº 2044

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - LILIAN TEREZINHA BARTSCH.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de março de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de março de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.043 DE 22 DE MARÇO DE 1996**

DECRETO Nº 2043

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM SUBSTITUIÇÃO CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ESTRADA RODAGEM - AMILCAR JOSÉ REINHARDT.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de março de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de março de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.042 DE 20 DE MARÇO DE 1996**

DECRETO Nº 2042

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de março de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte dias do mês de março de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.041 DE 20 DE MARÇO DE 1996**

DECRETO Nº 2041

REAJUSTA OS VALORES DE DIÁRIAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de março de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte dias do mês de março de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.040 DE 12 DE MARÇO DE 1996**

DECRETO Nº 2040

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR - JOÃO OLÍVIO CAR-  
VALHO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de março de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
doze dias do mês de março de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.039 DE 12 DE MARÇO DE 1996**

DECRETO Nº 2039

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR - JOÃO FRANCISCO  
DE LIMA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de março de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
doze dias do mês de março de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.038 DE 12 DE MARÇO DE 1996**

DECRETO Nº 2038

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR - LUIZ SILDONIOR  
CARDOSO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de março de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
doze dias do mês de março de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.037 DE 12 DE MARÇO DE 1996**

DECRETO Nº 2037

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - INÊS MARIA DOS  
SANTOS PRADO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de março de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
doze dias do mês de março de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.036 DE 12 DE MARÇO DE 1996**

DECRETO Nº 2036

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - MARILENE PISKE  
RUDNICK.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de março de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
doze dias do mês de março de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.035 DE 12 DE MARÇO DE 1996**

DECRETO Nº 2035

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR - CLODOALDO DA  
ROSA.

DECRETO OBSOLETO.



Campo Alegre, 12 de março de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de março de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.034 DE 12 DE MARÇO DE 1996**

DECRETO Nº 2034  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR - LUIZ CARLOS COTHOVISKY.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de março de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de março de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.033 DE 12 DE MARÇO DE 1996**

DECRETO Nº 2033  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - MARIA OSNILDA MARTINS DA ROSA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de março de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de março de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.032 DE 12 DE MARÇO DE 1996**

DECRETO Nº 2032  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR - ADÃO DE SOUZA LUZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de março de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de março de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.031 DE 11 DE MARÇO DE 1996**

DECRETO Nº 2031  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR - JOSÉ MAURO SCHWARZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 11 de março de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos onze dias do mês de março de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.030 DE 01 DE MARÇO DE 1996**

DECRETO Nº 2030

PRORROGA O PRAZO PARA AS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/96.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de março de 1996.  
DONALDO DE SOUZA FREITAS  
Prefeito Municipal Em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de março de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.029 DE 01 DE MARÇO DE 1996**

DECRETO Nº 2029  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - JANE APARECIDA TELMA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de março de 1996.  
DONALDO DE SOUZA FREITAS  
Prefeito Municipal Em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de março de 1996.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.028 DE 21 DE FEVEREIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2028  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIO - MAURO LUIZ SCHOLZE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de fevereiro de 1996.  
DONALDO DE SOUZA FREITAS  
Prefeito Municipal Em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de fevereiro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.027 DE 21 DE FEVEREIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2027

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - IVETE TELMA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de fevereiro de 1996.

DONALDO DE SOUZA FREITAS

Prefeito Municipal Em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte e um dias do mês de fevereiro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.026 DE 21 DE FEVEREIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2026

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - JULIANA TEREZINHA DOS SANTOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de fevereiro de 1996.

DONALDO DE SOUZA FREITAS

Prefeito Municipal Em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte e um dias do mês de fevereiro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.025 DE 21 DE FEVEREIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2025

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - SILVIA SCHMANSKI.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de fevereiro de 1996.

DONALDO DE SOUZA FREITAS

Prefeito Municipal Em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte e um dias do mês de fevereiro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.024 DE 21 DE FEVEREIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2024

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO A SERVIDORA - JOELMA GONÇALVES PEREIRA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de fevereiro de 1996.

DONALDO DE SOUZA FREITAS

Prefeito Municipal Em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte e um dias do mês de fevereiro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.023 DE 21 DE FEVEREIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2023

CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO A SERVIDORA - MIRIAN, LOFFAGUEN FRIEDRICH.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de fevereiro de 1996.

DONALDO DE SOUZA FREITAS

Prefeito Municipal Em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte e um dias do mês de fevereiro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.022 DE 21 DE FEVEREIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2022

CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO A SERVIDORA - ALESSANDRA CARVALHO DE ALMEIDA COELHO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de fevereiro de 1996.

DONALDO DE SOUZA FREITAS

Prefeito Municipal Em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte e um dias do mês de fevereiro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.021 DE 15 DE FEVEREIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2021

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de fevereiro de 1996.

DONALDO DE SOUZA FREITAS

Prefeito Municipal Em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
quinze dias do mês de fevereiro de 1996.

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.020 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2.020 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

ROSA APARECIDA BAGNHUCK FRANCO, para exercer função de Auxiliar de serviços Gerais, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 12 de fevereiro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de fevereiro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.019 DE 07 DE FEVEREIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2019

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA DO QUADRO DE PESSOAL DESTA PREFEITURA - ANA MARIA CORDEIRO DE LIMA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 07 de fevereiro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos sete dias do mês de fevereiro de 1996.

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.018 DE 05 DE FEVEREIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2018

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - RAQUEL BENTA PEREIRA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de fevereiro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de fevereiro de 1996.

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.017 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO DO CARGO DE CHEFE DA TRIBUTAÇÃO - ANTONIO CARLOS LONGO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de fevereiro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de fevereiro de 1996.

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.016 DE 31 DE JANEIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2016

DECLARA PONTO FACULTATIVO NOS DIAS 19; 20 E 21 DE FEVEREIRO DE 1996.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de janeiro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de janeiro de 1996.

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 2.015 DE 31 DE JANEIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - ELIANA PESSÔA MACHADO COLLET.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de janeiro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de janeiro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.014 DE 31 DE JANEIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2014

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CARGO CHEFE DE GABINETE EM SUBSTITUIÇÃO - GERALDO CARLOS GROSSKOPF.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de janeiro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de janeiro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.013 DE 23 DE JANEIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2013

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR - JOSÉ LUIS SILVA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de janeiro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de janeiro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.012 DE 18 DE JANEIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2012

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO NO CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO - FERNANDO MALLON.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 18 de janeiro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de janeiro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.011 DE 11 DE JANEIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2011

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de janeiro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de janeiro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.010 DE 11 DE JANEIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2010

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO SECRETÁRIO DE FINANÇAS - LEOPOLDO S. NIEMEYER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 11 de janeiro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos onze dias do mês de janeiro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.009 DE 08 DE JANEIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2009

DISPÕE SOBRE COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de janeiro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de janeiro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.008 DE 08 DE JANEIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2008

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CARGO EM SUBSTITUIÇÃO DE TESOUREIRO - JOSÉ LUIS SILVA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de janeiro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de janeiro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.007 DE 05 DE JANEIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2007

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA RENY DE FÁTIMA FERREIRA REISER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de janeiro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de janeiro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.006 DE 05 DE JANEIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2006

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DESTA PREFEITURA - PAULO MILCZWESKY.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de janeiro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de janeiro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.005 DE 02 DE JANEIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2005

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO SUBSTITUIÇÃO DO CARGO DE SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS - ALDONIR JORGE MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois do mês de janeiro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.004 DE 02 DE JANEIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2004

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA O CARGO DE SECRETÁRIO DE AGRICULTURA - RENATO BAHR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.003 DE 02 DE JANEIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2003

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS - RENATO BAHR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.002 DE 02 DE JANEIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2002

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE SECRETÁRIO DA AGRICULTURA - GILSON OMAR BRUNNQUELL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.001 DE 02 DE JANEIRO DE 1996**

DECRETO Nº 2001

REAJUSTA O VALOR DA UNIDADE PADRÃO DO MUNICÍPIO "UPM".

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.000 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1995**

DECRETO Nº 2000

DECLARA ESTADO DE EMERGÊNCIA NAS LOCALIDADES DE BATEIAS DE CIMA, RIBEIRÃO DO MEIO, SANTANA, RODEIO DE SANTA CRUZ, CUBATÃO E SALTO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de dezembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 1995.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete



**DECRETO Nº 1.999 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1995**

DECRETO Nº 1999

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO ESTAGIÁRIA - SILVIA SCHMANSKY.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de dezembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 1995.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.998 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1995**

DECRETO Nº 1998

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO ESTAGIÁRIA - LUCIANA MEISTER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de dezembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 1995.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.997 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1995**

DECRETO Nº 1997

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO ESTAGIÁRIA - ANA MARIA S. WOLLNER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de dezembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 1995.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.996 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1995**

DECRETO Nº 1996

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO ESTAGIÁRIA - JULIANA TEREZINHA DOS SANTOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de dezembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 1995.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.995 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1995**

DECRETO Nº 1995

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO ESTAGIÁRIA - EVELIN CRISTIAN WEIGLE DA SILVA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de dezembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 1995.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.994 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1995**

DECRETO Nº 1994

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO ESTAGIÁRIA - CLAUDIA RENATA DA LUZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de dezembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 1995.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.993 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1995**

DECRETO Nº 1993

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO ESTAGIÁRIA - CARLA MARION DETROZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de dezembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 1995.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.992 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1995**

DECRETO Nº 1992

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO ESTAGIÁRIA - ADRIANE FÁTIMA DOS PASSOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de dezembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 1995.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.991 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1995**

DECRETO Nº 1991

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO ESTAGIÁRIA KELLY CRISTIANE FRIEDRICH.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de dezembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de dezembro de 1995.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.990 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1995**

DECRETO Nº 1990

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO SERVIDOR DO QUADRO DE PESSOAL DESTA PREFEITURA - ELOI MILCHEVSKI.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de dezembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de dezembro de 1995.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.989 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1995**

DECRETO Nº 1989

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de dezembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 1995.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.988 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1995**

DECRETO Nº 1988

PRORROGA O PRAZO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS EDITAL DE ALIENAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/95.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de dezembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 1995.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.987 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1995**

DECRETO Nº 1987

APROVA O ORÇAMENTO QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de dezembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 1995.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.986 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1995**

DECRETO Nº 1986

APROVA O ORÇAMENTO QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de dezembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 1995.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.985 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1995**

DECRETO Nº 1985

APROVA O ORÇAMENTO QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de dezembro de 1995.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 1995.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.984 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1995**

DECRETO Nº 1984

APROVA O ORÇAMENTO QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de dezembro de 1995.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 1995.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.983 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1995**

DECRETO Nº 1983

APROVA O ORÇAMENTO QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de dezembro de 1995.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 1995.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.982 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1995**

DECRETO Nº 1982

APROVA O ORÇAMENTO QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, PARA O EXERCÍCIO DE 1996.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de dezembro de 1995.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 1995.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.981 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1995**

DECRETO Nº 1981

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de dezembro de 1995.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 1995.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.980 DE 19 DE DEZEMBRO DE 1995**

DECRETO Nº 1980

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de dezembro de 1995.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de dezembro de 1995.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.979 DE 19 DE DEZEMBRO DE 1995**

DECRETO Nº 1.979 DE 19 DE DEZEMBRO DE 1995

CEDE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC EM COMODATO À CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE.

Leopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e Considerando que a Lei Municipal nº 1.570/92 autoriza a doação de imóvel para instalação da sede da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Alegre/SC;

Considerando que, a despeito da supra citada Lei, o Patrimônio Público Municipal, seja do Poder Legislativo constitui um único Patrimônio, não havendo necessidade de transferência de titularidade;

DECRETA:

Art. 1º) É cedido o Imóvel localizado na Av. Dr. Getúlio Vargas, antigo prédio do Bem Estar Social à Câmara Municipal de Vereadores de Campo Alegre/SC, para instalação de sua sede, à título de comodato, enquanto convier a esta o uso do imóvel.

Art. 2º) O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de dezembro de 1995.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de dezembro de 1995.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 1.978 de 19 de Dezembro de 1995**

DECRETO Nº 1978

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS REPARTI-  
ÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de dezembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito MunicipalRegistrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
dezenove dias do mês de dezembro de 1995.LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete**Decreto Nº 1.977 de 19 de Dezembro de 1995**

DECRETO Nº 1977

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de dezembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito MunicipalRegistrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
dezenove dias do mês de dezembro de 1995.LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete**Decreto Nº 1.976 de 06 de Dezembro de 1995**

DECRETO Nº 1976

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CARGO EM SUBSTITUIÇÃO DE  
SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS - ALDONIR JORGE MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 06 de dezembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito MunicipalRegistrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
seis dias do mês de dezembro de 1995.LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete**Decreto Nº 1.975 de 05 de Dezembro de 1995**

DECRETO Nº 1975

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PAR-  
CIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de dezembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito MunicipalRegistrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
cinco dias do mês de dezembro de 1995.LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete**Decreto Nº 1.974 de 27 de Novembro de 1995**

DECRETO Nº 1974

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR - FRANCISCO OSNI  
DE LIMA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de novembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito MunicipalRegistrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte e sete dias do mês de novembro de 1995.LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete**Decreto Nº 1.973 de 27 de Novembro de 1995**

DECRETO Nº 1973

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR ANTONIO ALFREDO  
DOS SANTOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de novembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito MunicipalRegistrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte e sete dias do mês de novembro de 1995.LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete**Decreto Nº 1.972 de 14 de Novembro de 1995**

DECRETO Nº 1972

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE VEÍCULOS E  
MÁQUINAS A SEREM ALIENADOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de novembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito MunicipalRegistrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
quatorze dias do mês de novembro de 1995.LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete**Decreto Nº 1.971 de 14 de Novembro de 1995**

DECRETO Nº 1971

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PAR-  
CIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de novembro de 1995.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de novembro de 1995.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.970 DE 14 DE NOVEMBRO DE 1995**

DECRETO Nº 1970  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - OLÍVIA MARTINS OLIVEIRA MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de novembro de 1995.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de novembro de 1995.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.969 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1995**

DECRETO Nº 1969  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - ROSE MARI CUBAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de novembro de 1995.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de novembro de 1995.  
LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete



## Campos Novos

### PREFEITURA

#### Aviso de Prorrogação - TP 14/2014

AVISO DE PRORROGAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS 14/2014

Levamos ao conhecimento dos interessados a prorrogação da data de abertura da Tomada de Preços 14/2014.

Devido a alterações no edital e no projeto básico a data de abertura da licitação fica PRORROGADA para o dia 10 de novembro de 2014 às 16 horas.

Os envelopes deverão ser protocolados até às 15h30min do mesmo dia.

As alterações serão disponibilizadas no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br). Maiores informações podem ser obtidas pelo telefone (49) 35416200 ou diretamente no Departamento de Compras da Prefeitura.

Campos Novos, 23 de outubro de 2014.

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Decreto Nº. 17/2014

DECRETO Nº 17/2014

DECRETA PONTO FACULTATIVO O DIA 27 DE OUTUBRO EM HOMENAGEM AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado "Ponto Facultativo" o dia 27/10/2014 (segunda-feira) antecipando-se assim a homenagem relativa ao "Dia do Servidor Público" na sede da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos/SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 23 de outubro de 2014.

Maurílio Castro Campagnoni (Cássio)

Presidente da Mesa e.e.

## Canoinhas

### PREFEITURA

#### Publicação da Homologação do Pregão Presencial Nº PMC 121/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 180/14

HOMOLOGAÇÃO: 23/10/14

CONTRATADO: RENATO KNOREK EPP - ELETROCAR CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS TRABALHADAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO SISTEMA ELÉTRICO, MOTOR DE PARTIDA, ALTERNADORES E AFINS, DE MÁQUINAS, CAMINHÕES, VEÍCULOS LEVES E AMBULÂNCIAS DA FROTA DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL. VALOR DA DESPESA: R\$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais)

DATA: 23/10/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito E.e..

Publicação do Resultado Final do Pregao Presencial N° PMC 121/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS  
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Processo / Ano:	180/2014	Processo Administrativo:	
Licitação.....:	121/2014 - PR	Total dos Itens Vencedores:	26.500,00
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL		
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS TRABALHADAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO SISTEMA ELÉTRICO, MOTOR DE PARTIDA, ALTERNADORES E AFINOS, DE MÁQUINAS, CAMINHÕES, VEÍCULOS LEVES E AMBULÂNCIAS DA FROTA DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	16558	- SERVIÇOS ELÉTRICOS - VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS - Unidade: hrs					
15343	RENATO KNOREK EPP - ELETROCAR	RENATO KNOREK	1.000,000	0,0000	26,5000	26.500,00	Venceu	1 *****
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA	LEO	1.000,000	0,0000	35,0000	35.000,00	Perdeu	2

Candoinhas,	Em	...../...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	.....	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	.....	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	.....	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	.....	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	.....	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	.....	28.754/SC
VANESSA LANGER -	.....	CRC/SC 028524/O-0

# Capinzal

## PREFEITURA

### Dispensa de Licitação Nº 0029/2014

Processo Licitatório Nº 0154/2014

Dispensa de Licitação Nº 0029/2014

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de 0154/2014 conforme segue:

#### OBJETO

Contratação de empresa prestadora de serviços de SEGURANÇA para atender as necessidades do evento da JORNADA LITERÁRIA que acontecerá nos dias 28, 29, 30 e 31 de outubro de 2014, e dia 01 de novembro de 2014 na Praça Pedro Lélis da Rocha.

#### FORNECEDOR

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	176,00	HRS	Empresa prestadora de SEGURANÇA para atender com no mínimo 2 (dois) seguranças, o evento da JORNADA LITERÁRIA que acontecerá nos dias 28, 29, 30 e 31/10 no Centro Educacional Celso Farina e 1/11 na Praça Pedro Lélis da Rocha. A empresa deverá manter a vigilância do local onde ficarão os produtos dos expositores durante todo o período em que se realizará o evento, conforme segue: Centro Educacional Celso Farina: início dia 28/10 das 19 horas, e termino dia 1/11 às 6 horas. Praça Pedro Lélis da Rocha: início dia 1/11 das 7 horas, e termino dia 1/11 às 12 horas. Todos os integrantes da empresa de segurança deverão estar rigorosamente em dia com suas obrigações e com as carteiras de segurança validas e emitidas pela polícia federal e dos órgãos competentes.	EXCLUSIVA	12,00	2.112,00
Total						2.112,00

#### VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
EXCLUSIVA SOLUCOES EM SEGURANCA LTDA-ME	001
2.112,00 (dois mil cento e doze reais)	

#### PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

#### RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

#### JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

#### DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 138 - Manutenção do Ensino Fundamental  
Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Função: 12 - Educação  
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental  
Programa: 65 - ENSINO FUNDAMENTAL  
Projeto/Atividade: 2.032 - Manutenção do Ensino Fundamental  
Elemento: 33903999000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica  
Recurso: 1 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Ed

Despesa: 139 - Manutenção do Ensino Fundamental  
Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Função: 12 - Educação  
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental  
Programa: 65 - ENSINO FUNDAMENTAL  
Projeto/Atividade: 2.032 - Manutenção do Ensino Fundamental  
Elemento: 33903999000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica  
Recurso: 19 - Transferências do FUNDEB - 40%

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 23 de Outubro de 2014  
ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Portaria 730/2014**

PORTARIA Nº 730, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

Nomeia Comissão de Avaliação Anual de Desempenho Funcional dos servidores públicos municipais na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no art. 2º do Decreto nº 94 de 02 de outubro de 2012, resolve:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes servidores para comporem a Comissão de Avaliação Anual de Desempenho Funcional dos Servidores Públicos Municipais;

I - Leandro Jacó Paza;  
II - Sidnei Mantovani e  
III - Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama.

Art. 2º A Comissão fica encarregada, sob a presidência do primeiro, de exercer as atribuições necessárias à realização da Avaliação de Desempenho Funcional de cada servidor, mormente àquelas necessárias ao cumprimento do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, devendo realizar as avaliações e exercer o fiel cumprimento de suas atribuições.

Art. 3º Fica concedida Função de Chefia de Acúmulo de Função nível 1 conforme Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e Lei nº 3.024, de 30 de maio de 2012 aos membros da comissão no período de que trata o artigo 42 da Lei Complementar nº 14/ 2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 02 de outubro de 2014.

Capinzal, em 13 de outubro de 2014  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

# Catanduvas

## PREFEITURA

### Lei Complementar Nº 112/2014, de 22 de Outubro de 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 112/2014, de 22 de outubro de 2014.

“DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SMDC - SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR, INSTITUI O PROCON - COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, O CONDECON - CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, CRIA O FMPDC - FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

#### CAPÍTULO I

##### DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 1º A presente Lei estabelece a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC de Catanduvas-SC, nos termos do art. 105 da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e Decreto nº 2.181 de 20 de março de 1997.

Art. 2º São órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC;

I - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON;

II - Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - CONDECON.

Parágrafo único. Integram o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal e as associações civis que se dedicam à proteção e defesa do consumidor sediadas no município, observado o disposto nos arts. 82 e 105 da Lei 8.078/90.

#### CAPÍTULO II

##### DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR PROCON

###### Seção I Das Atribuições

Art. 3º Fica criado o PROCON Municipal de Catanduvas-SC, órgão da Secretaria Municipal de Administração, destinado a promover e implementar as ações direcionadas à educação, orientação, proteção e defesa do consumidor e coordenação da política do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, cabendo-lhe:

I - Planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política municipal de proteção ao consumidor;

II - Receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, reclamações e sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;

III - Orientar permanentemente os consumidores e fornecedores sobre seus direitos, deveres e prerrogativas;

IV - Encaminhar ao Ministério Público a notícia de fatos tipificados como crimes contra as relações de consumo e as violações a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

V - Incentivar e apoiar a criação e organização de associações civis de defesa do consumidor e apoiar as já existentes, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais;

VI - Promover medidas e projetos contínuos de educação para o consumo, podendo utilizar os diferentes meios de comunicação e solicitar o concurso de outros órgãos da Administração Pública e da sociedade civil;

VII - Colocar à disposição dos consumidores, mecanismos que possibilitem informar os menores preços dos produtos básicos;

VIII - Manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o no mínimo anualmente, nos termos do art. 44 da Lei nº 8.078/90, e dos arts. 57 a 62 do Decreto 2.181/97, remetendo cópia ao Procon Estadual, preferencialmente por meio eletrônico;

IX - Expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelos consumidores, e comparecerem às audiências de conciliação designadas, nos termos do art. 55, § 4º da Lei 8.078/90;

X - Instaurar, instruir e concluir processos administrativos para apurar infrações à Lei 8.078/90, podendo mediar conflitos de consumo, designando audiências de conciliação;

XI - Fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078/90, regulamentado pelo Decreto nº 2.181/97;

XII - Solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnica para a consecução dos seus objetivos;

XIII - Encaminhar à Defensoria Pública do Estado os consumidores que necessitem de assistência jurídica.

XIV - propor a celebração de convênios ou consórcios públicos com outros Municípios para a defesa do consumidor.

###### Seção II Da Estrutura

Art. 4º A Estrutura Organizacional do PROCON municipal será a seguinte:

- I - Coordenadoria Executiva;
- II - Setor de Educação ao Consumidor, Estudos e Pesquisas;
- III - Setor de Atendimento ao Consumidor;
- IV - Setor de Fiscalização;
- V - Setor de Assessoria Jurídica;
- VI - Setor de Apoio Administrativo;
- VII - Ouvidoria.

Art. 5º A Coordenadoria Executiva será dirigida por um Coordenador Executivo, e os serviços por Chefes.

Parágrafo único. Os serviços do PROCON serão executados por servidores públicos municipais, podendo ser auxiliados por estagiários de 2º e 3º grau.

Art. 6º O Coordenador Executivo do PROCON Municipal será



nomeado pelo Prefeito Municipal.

Art. 7º O Poder Executivo municipal colocará à disposição do PROCON os recursos humanos necessários para o funcionamento do órgão, promovendo os remanejamentos necessários.

Art. 8º O Poder Executivo municipal disporá os bens materiais e recursos financeiros para o perfeito funcionamento do órgão, promovendo os remanejamentos necessários.

### CAPITULO III

#### DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR CONDECON

Art. 9º Fica instituído o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - CONDECON, com as seguintes atribuições:

I - Atuar na formulação de estratégias e diretrizes para a política municipal de defesa do consumidor;

II - Administrar e gerir financeira e economicamente os valores e recursos depositados no Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - FMDC, bem como deliberar sobre a forma de aplicação e destinação dos recursos na reconstituição dos bens lesados e na prevenção de danos, zelando pela aplicação dos recursos na consecução dos objetivos previstos nesta Lei, bem como nas Leis nº 7.347/85 e 8.078/90 e seu Decreto Regulamentador;

III - Prestar e solicitar a cooperação e a parceria de outros órgãos públicos;

IV - Elaborar, revisar e atualizar as normas referidas no § 1º do art. 55 da lei nº 8.078/90;

V - aprovar, firmar e fiscalizar o cumprimento de convênios e contratos como representante do Município de Catanduvas-SC, objetivando atender ao disposto no inciso II deste artigo;

VI - examinar e aprovar projetos de caráter científico e de pesquisa visando ao estudo, proteção e defesa do consumidor;

VII - aprovar e publicar a prestação de contas anual do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - FMDC, dentro de sessenta (60) dias do início do ano subsequente;

VIII - Elaborar seu Regimento Interno.

Art. 10. O CONDECON será composto por representantes do Poder Público e entidades representativas de fornecedores e consumidores, assim discriminados:

I - O coordenador municipal do PROCON é membro nato;

II - Um representante da Secretaria de Educação;

III - Um representante da Vigilância Sanitária;

IV - Um representante da Secretaria de Administração;

V - Um representante do Poder Executivo Municipal;

VI - Um representante da Secretaria de Infraestrutura;

VII - Um representante dos fornecedores;

VIII - Dois representantes de associações que atendam aos requisitos do inciso IV do art. 82 da Lei 8.078/90.

IX - Um representante da OAB.

X - Ouvidor Geral do Município, quando for instituído pelo Município de Catanduvas-SC.

§ 1º O CONDECON elegerá o seu presidente dentre os representantes de órgãos públicos.

§ 2º Deverão ser asseguradas a participação e manifestação dos representantes do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública Estadual nas reuniões do CONDECON.

§ 3º As indicações para nomeações ou substituições de conselheiros serão feitas pelas entidades ou órgãos na forma de seus estatutos.

§ 4º Para cada membro será indicado um suplente que substituirá, com direito a voto, nas ausências ou impedimento do titular.

§ 5º Perderá a condição de membro do CONDECON e deverá ser substituído o representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, no período de 1 (um) ano.

§ 6º Os órgãos e entidades relacionados neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo o disposto no § 2º deste artigo.

§ 7º As funções dos membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante serviço à promoção e preservação da ordem econômica e social de Catanduvas-SC.

§ 8º Os membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do consumidor e seus suplentes, à exceção do membro nato, terão mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 9º Fica facultada a indicação de entidade civil de direitos humanos ou de direitos sociais nos casos de inexistência de associação de consumidores, prevista no inciso VIII deste artigo.

Art. 11. O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma (1) vez por mês e extraordinariamente sempre que convocados pelo Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

§ 1º As sessões plenárias do Conselho instalar-se-ão com a maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos presentes.

§ 2º O Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor reunir-se-á ordinariamente em sua sede, no seu Município, podendo reunir-se extraordinariamente em qualquer ponto do Território Estadual.

### CAPITULO IV

#### DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - FMPDC

Art. 12. Fica criado o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - FMDC, de que trata o art. 57, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, com o objetivo de receber recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de proteção e defesa dos direitos dos consumidores.

Parágrafo único. O FMPDC será gerido pelo Conselho Gestor, composto pelos membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, nos termos do item II, do art. 9º, desta Lei.

Art. 13. O FMPDC terá o objetivo de prevenir e reparar os danos causados à coletividade de consumidores no âmbito do município de Catanduvas-SC.

§ 1º Os recursos do Fundo ao qual se refere este artigo, serão aplicados:

I - Na reparação dos danos causados à coletividade de consumidores do município de Catanduvas-SC;

II - Na promoção de atividades e eventos educativos, culturais e científicos e na edição de material informativo relacionado à educação, proteção e defesa do consumidor;

III - No custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos necessários à instrução de inquérito civil ou procedimento investigatório preliminar instaurado para a apuração de fato ofensivo ao interesse difuso ou coletivo;

IV - Na modernização administrativa do PROCON;

V - No financiamento de projetos relacionados com os objetivos da Política Nacional das Relações de Consumo (art. 30 do Decreto nº 2.181/90);

VI - No custeio de pesquisas e estudos sobre o mercado de consumo municipal elaborado por profissional de notória especialização ou por instituição sem fins lucrativos incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional;

VII - No custeio da participação de representantes do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC em reuniões, encontros e congressos relacionados à proteção e defesa do consumidor, e ainda investimentos em materiais educativos e de orientação ao consumidor;

§ 2º Na hipótese do inciso III deste artigo, deverá o CONDECON considerar a existência de fontes alternativas para custeio da perícia, a sua relevância, a sua urgência e as evidências de sua necessidade.

Art. 14. Constituem recursos do Fundo o produto da arrecadação:

I - Das condenações judiciais de que tratam os artigos 11 e 13 da lei 7.347 de 24 de julho de 1985;

II - Dos valores destinados ao Município em virtude da aplicação da multa prevista no art. 56, inciso I, e no art. 57 e seu parágrafo único da Lei nº 8.078/90, assim como daquela cominada por descumprimento de obrigação contraída em termo de ajustamento de conduta;

III - Das transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas ou privadas;

IV - Dos rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;

V - Das doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras;

VI - Outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo.

Art. 15. As receitas descritas no artigo anterior serão depositadas obrigatoriamente em conta especial, a ser aberta e mantida em estabelecimento oficial de crédito, à disposição do CONDECON.

§ 1º As empresas infratoras comunicarão, no prazo de 10 (dez)

dias, ao CONDECON os depósitos realizados a crédito do Fundo, com especificação da origem.

§ 2º Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do Fundo em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º O saldo credor do Fundo, apurado em balanço no término de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a seu crédito.

§ 4º O Presidente do CONDECON é obrigado a publicar mensalmente os demonstrativos de receitas e despesas gravadas nos recursos do Fundo, repassando cópias aos demais conselheiros, na primeira reunião subsequente.

## CAPITULO V

### DA MACRORREGIÃO

Art. 16. O Poder Executivo Municipal poderá contratar consórcios públicos ou convênios de cooperação com outros municípios, visando a estabelecer mecanismos de gestão associada e atuação em conjunto para a implementação de macrorregiões de proteção e defesa do consumidor, nos termos da Lei 11.107 de 06 de abril de 2005.

Art. 17. O protocolo de intenções que anteceder à contratação de consórcios públicos de defesa do consumidor definirá o local de sua sede, que poderá ser estabelecida em quaisquer dos municípios consorciados, bem como a sua denominação obrigatória de PROCON REGIONAL, com competência para atuar em toda a extensão territorial dos entes consorciados.

## CAPÍTULO VI

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. A Prefeitura Municipal prestará apoio administrativo e fornecerá os recursos humanos e materiais ao CONDECON e ao FMDC, que serão administrados por uma secretaria executiva.

Art. 19. No desempenho de suas funções, os órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor poderão manter convênios de cooperação técnica entre si e com outros órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, no âmbito de suas respectivas competências e observado o disposto no art. 105 da Lei 8.078/90.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor integra o Sistema Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo estabelecer convênios para o desenvolvimento de ações e programas de defesa do consumidor com o órgão e coordenador estadual.

Art. 20. Consideram-se colaboradores do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor as universidades públicas ou privadas, que desenvolvam estudos e pesquisas relacionadas ao mercado de consumo.

Parágrafo único. Entidades, autoridades, cientistas e técnicos poderão ser convidados a colaborar em estudos ou participar de comissões instituídas pelos órgãos de proteção ao consumidor.

Art. 21. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes do Município.

Art. 22. O Poder Executivo Municipal aprovará, mediante decreto próprio, o Regimento Interno do PROCON municipal, definindo a

sua subdivisão administrativa e dispondo sobre as competências e atribuições específicas das unidades e cargos.

Art. 23. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, de 22 de outubro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Claudinei Antonio Sella

Secretário Municipal da Administração

Registrada e publicada por esta Secretaria, nesta data.

### **Decreto Nº 2.023, de 23 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº 2.023, de 23 de outubro de 2014.

"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que no dia 28 de outubro, terça-feira, comemora-se o dia do servidor público;

Considerando a observância aos princípios da economicidade, eficiência, produtividade, dentre outros que norteiam o serviço público;

DECRETA:

Art. 1º Fica antecipada para o dia 27 de outubro de 2014, segunda-feira, a comemoração alusiva ao Dia do Servidor Público, cujo ponto é facultativo em todos os órgãos da estrutura administrativa municipal, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais, retornando ao expediente normal no dia 28 de outubro, terça-feira.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social deverá orientar os usuários da manutenção especial das suas atividades neste período. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, manterá o seu calendário escolar em vigência.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 23 de outubro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado por esta Secretaria nesta data.

### **Decreto Nº 2.024, de 23 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº 2.024, 23 de outubro de 2014.

"NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS PARA FINS DE ALIENAÇÃO ATRAVÉS DE LEILÃO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada Comissão de avaliação de bens móveis de propriedade do Município de Catanduvas/SC, para fins de alienação através de leilão público municipal, composta pelos seguintes membros:

I - ALUAR ATZ - presidente;

II -- ANTONIO CARLOS DE LIMA secretário;

III -- SELVINO SILVA DE OLIVEIRA membro; e

IV - ODAIR JOSÉ GABRIELLI membro.

§ 1º Compete à Comissão efetuar a avaliação em moeda corrente nacional para constituir o preço mínimo de alienação através de leilão dos bens móveis abaixo discriminados:

- 01 AMBULÂNCIA, placas MGN 1632, ano 2006, cor branca, diesel, em uso;

- 01 Veículo DOBLO, placas MJX 7348, ano 2012, cor branca, álcool/ gasolina, em uso;

- 01 Veículo FIAT UNO, placas MHE 0751, ano 2009, cor bege, gasolina, em uso;

- 01 Veículo DUCATO MULTI, placas MJV 8903, ano 2012, modelo 2013, branca, diesel, fora de uso.

§ 2º A Comissão ora nomeada terá o prazo de trinta (30) dias para efetivar a avaliação e apresentar o laudo à Administração Municipal.

Art. 2º Pelo desempenho das atribuições previstas no presente Decreto, os membros da Comissão não serão remunerados, sendo considerado serviço de relevância para o Município.

Art. 3º Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 23 de outubro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta secretaria nesta data.

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### Lei 1.331/2014

LEI Nº. 1.331/2014

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2014 DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 520.000,00 (Quinhentos e vinte mil reais), distribuídos nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Entidade: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão: 07.00 - SEC. MUN. DE DES. ECON. IND. COM. TUR. AGRIC. M. AMBIENTE

Unid. Orçamentária: 07.01 - Departamento da Indústria, Comércio e Agricultura

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 - Extensão Rural

Programa: 014 - ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL

Projeto: 1.041 - Pavimentação com Pedras Irregulares nas Comunidades do Interior

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: 20.000,00 (Vinte mil reais)

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.24 Aplicações Diretas/ Transferências de Convênios - Outros

Valor: 295.000,00 (Duzentos e noventa e cinco mil reais)

Órgão: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 09.01 - Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infraestrutura Urbana

Programa: 012 - SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS

Projeto: 1.033 - Pavimentação Asfáltica nas Ruas da Cidade

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.24 Aplicações Diretas/ Transferências de Convênios - Outros

Valor: 205.000,00 (Duzentos e cinco mil reais)

Art. 2º - Para fazer frente às suplementações de que trata o art. 1º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes da Anulação de Dotação Orçamentária, conforme segue:

Órgão: 07.00 - SEC. MUN. DE DES. ECON. IND. COM. TUR. AGRIC. M. AMBIENTE

Unid. Orçamentária: 07.01 - Departamento da Indústria, Comércio e Agricultura

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 - Extensão Rural

Programa: 014 - ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL

Projeto: 2.030 - Sinal de Telefonia Móvel e Internet Banda Larga.

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: 20.000,00 (Vinte mil reais)

Órgão: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 09.01 - Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Programa: 012 - SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS

Projeto: 1.031 - Pavimentação com Pedras Irregulares nas Vias Públicas Urbanas

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.24 Aplicações Diretas/ Transferências de Convênios - Outros

Valor: 500.000,00 (Quinhentos mil reais)

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul-SC, 23 de outubro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

### Lei 1.332/2014

LEI Nº 1.332/2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL À FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL DO TRABALHADOR RURAL DE CAXAMBU DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal votou e aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado mediante Convênio de Cooperação, conceder Subvenção Social à Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Selvino Burtet, Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 82.804.592/0001-69, na forma prescrita no art. 16 da Lei nº 4.320/64, destinada a custear despesas com manutenção visando à continuidade dos serviços médico/hospitalar essencial ao atendimento geral da população do Município de Caxambu do Sul/SC. Parágrafo Único - Fica a Fazenda Pública Municipal autorizada a despesar, com a Subvenção Social, a importância de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), em 02 (Duas) parcelas no importe de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) cada uma, sendo a primeira repassada no dia 30.10.2014, e a segunda no dia 30.11.2014, para atender aos custos de manutenção dos serviços mencionados no caput deste artigo.

Art. 2.º O instrumento de convênio será firmado pelo prazo de 90 (Noventa) dias, sendo admitida a prorrogação, por igual período, mediante a celebração de Termo Aditivo.

Art. 3.º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão: 03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FIN. E PLANEJAMENTO

Unid. Orçamentária: 03.01 - Departamento de Administração

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 003 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Atividade: 2003 - Manutenção Geral da Secretaria de Administração

Modalidade/Recurso: 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.00 Transf. a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos/ Recursos Ordinários

Valor: 40.000,00 (Quarenta mil reais).

Art. 4.º Para recebimento dos recursos, a Fundação deverá protocolar junto ao Poder Executivo Municipal, processo de habilitação contendo:

a) Termo de Convênio devidamente assinado;



- b) Plano de Aplicação;  
 c) Cópia do Estatuto Social;  
 d) Cópia do CNPJ atualizado;  
 e) Ata da eleição e posse da atual Diretoria, devidamente registrada;

Art. 5.º A prestação de contas deverá ser na forma e prazo definidos no instrumento de convênio.

Art. 6.º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, na Lei Orçamentária Anual - LOA, do exercício de 2014, aprovada pela Lei Municipal nº 1.296/13, de 08 de novembro de 2013, no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), conforme discriminação abaixo:

Entidade: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão: 03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FIN. E PLANEJAMENTO

Unid. Orçamentária: 03.01 - Departamento de Administração

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 003 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Atividade: 2003 - Manutenção Geral da Secretaria de Administração

Modalidade/Recurso: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.00 Transf. a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos/ Recursos Ordinários

Valor: 40.000,00 (Quarenta mil reais)

Art. 7.º Para fazer frente ao Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 6.º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes da Anulação de Dotação Orçamentária conforme segue:

Entidade: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão: 03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FIN. E PLANEJAMENTO

Unid. Orçamentária: 03.01 - Departamento de Administração

Função: 28 - Encargos Especiais

Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais

Programa: 000 - ENCARGOS ESPECIAIS

Op. Especial: 0004 - Pagamento de Precatórios

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: 15.000,00 (Quinze mil reais)

Entidade: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão: 04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unid. Orçamentária: 04.03 - Departamento de Esportes

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 813 - Lazer

Programa: 007 - ESPORTE É VIDA, SAÚDE E INTEGRAÇÃO

Projeto: 1016 - Ampliação e Cobertura das Arquibancadas e Iluminação do Estádio Municipal

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais)

Art. 8.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 23 de outubro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

## Aviso de Licitação 48/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 48/2014

Edital: Pregão Presencial Nº.: 38/2014

Tipo: Menor Preço/Por Item.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PARA REPAROS E REFORMAS EM ATENDIMENTO A TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Entrega dos Envelopes: 08h25min do dia 06 de Novembro de 2014.

Abertura dos Envelopes: 08h30min do dia 06 de Novembro de 2014.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h00min às 13h00min pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site [www.caxambudosul.sc.gov.br](http://www.caxambudosul.sc.gov.br).

CAXAMBU DO SUL, 24 DE OUTUBRO DE 2014.

VILMAR FOPPA

PREFEITO MUNICIPAL

## CONVÊNIO 03/2014

CONVÊNIO Nº. 003/2014

"TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC, E A FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL DO TRABALHADOR RURAL DE CAXAMBU DO SUL/SC."

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n. 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Rua Índio Condá nº 55, município que lhe empresta o nome, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor VILMAR FOPPA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o n. 492.145.609-78, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, a FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL DO TRABALHADOR RURAL DE CAXAMBU DO SUL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF 82.804.592/0001-69, com sede na Rua Selvino Burtet, Cidade de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu diretor/presidente, senhor ADILSO GARGHETTI, inscrito no CPF/MF sob n. 021.144.599-18, doravante denominada simplesmente FUNDAÇÃO, resolvem de comum acordo e, nos termos da legislação vigente, firmar o presente Termo de Convênio de conformidade com as cláusulas e condições adiante estipuladas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Constitui objeto do presente convênio a transferência de recursos financeiros da ordem de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), destinada a custear despesas com manutenção visando à continuidade dos serviços médicos essenciais ao atendimento de toda a população do Município de Caxambu do Sul.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONTRAPARTIDA:

Em contrapartida a FUNDAÇÃO, prestará atendimento médico-hospitalar de urgência e emergência a pacientes do Município que necessitarem, diariamente, durante vinte e quatro horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados.



**CLÁUSULA TERCEIRA - DA TRANSFERÊNCIA DO RECURSO**

Os recursos no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) serão transferidos pelo MUNICÍPIO, à conta pela FUNDAÇÃO, em duas parcelas de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) cada uma, nos dias 30 de outubro de 2014 e 30 de novembro de 2014.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

O prazo de vigência do presente convênio será de 90 dias, iniciando em 22/10/2014 e encerra-se no dia 22/01/2015.

**CLÁUSULA QUINTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

O presente convênio encontra suporte legal no art. 16 da Lei nº 4.320/64, c/c a Lei Municipal n. 1.332/2014, de 23/10/2014.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

São obrigações do MUNICÍPIO:

6.1 - Repassar a FUNDAÇÃO, em duas parcelas de R\$ 20.000,00, o valor avençado na Cláusula Terceira;

6.2 - Fiscalizar a execução dos serviços que estejam relacionados com o objeto deste convênio;

6.3 - Acompanhar e avaliar a execução deste convênio e aplicar as penalidades regulamentares no caso de seu descumprimento;

6.4 - Intervir nos casos e condições previstos em Lei.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO:**

São obrigações da FUNDAÇÃO:

7.1 - Investir os recursos financeiros repassados na manutenção das suas atividades, responsabilizando-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, sob pena da rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

7.2 - prestar atendimento médico/hospitalar de urgência e emergência para toda a população do Município de Caxambu do Sul, diariamente, durante vinte e quatro horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, de forma gratuita e sem cobrar nenhuma despesa adicional, taxa ou complemento, a qualquer título;

7.3 - informar à Secretaria Municipal de Saúde quando necessário, sobre os procedimentos de retorno dos pacientes encaminhados e a solução dada a cada caso;

7.4 - Ressarcir ao MUNICÍPIO os recursos recebidos através deste Convênio, quando comprovada sua inadequada utilização;

7.5 - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo e fora dele;

7.6 - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

7.7 - Permitir o acesso das autoridades de Saúde do Município, na fiscalização da correta aplicação dos recursos;

7.8 - Encaminhar ao MUNICÍPIO, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60(sessenta) dias, contados da data do recebimento do mesmo de cada parcela;

7.9 - Manter conta corrente específica junto ao Banco do Brasil;

7.10 - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste convênio, sob pena de ressarcimento ao MUNICÍPIO, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

7.11 - Propiciar ao MUNICÍPIO, todos os meios e condições necessárias ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do convênio;

7.12 - Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle dos serviços;

7.13 - Manter-se em dia com as obrigações tributárias, trabalhistas e sociais.

**CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:**

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Terceira, será elaborado de acordo com as Normas de Contabilidade e Auditoria expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado, num prazo máximo de 60 (sessenta) dias após seu recebimento de cada parcela.

**CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas decorrentes da execução do presente convênio correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 06.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambiental

Programa: 005 - SAÚDE PARA TODOS

Atividade: 2009 - Manut. Dos Programas de Saúde Pública (Assist. Hospitalar)

Modalidade/Recurso: 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.02 Transf. a Instituições Privadas

sem Fins Lucrativos/ Rec. De Impostos e Transferências.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

Os convenientes poderão propor a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio, se não for cumprida qualquer de suas cláusulas, ou por mútuo acordo.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Chapecó/SC, para dirimir quaisquer questões fundadas no presente instrumento com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

Por estarem acordes e, para que produza os legais e jurídicos efeitos, o presente termo de convênio foi lavrado em quatro vias de igual forma e teor, as quais levam a chancela do Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, do diretor/presidente da FUNDAÇÃO e das testemunhas abaixo identificadas.

Caxambu do Sul/SC, 24 de outubro de 2014.

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTÊNCIAL DO TRABALHADOR RURAL  
ADILSO GARGHETTI  
Diretor/ Presidente

TESTEMUNHA:

1) - \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

2) \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 415 de 23.10.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIANº 415/2014

- CONSIDERANDO, a apresentação dos Atestados Médicos, dados em 06.10.14, 08.10.14 e 13.10.14;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

#### RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública PATRICIA APARECIDA BATISTA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, matriculada sob o nº 25/02, licença para tratamento de saúde, nos dias 06 e 07.10.14 (dois dias), 08 á 10.10.14 (três dias), e 13 e 14.10.14 perfazendo um total de 07 (sete dias) conforme Atestados Médicos, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06.10.2014.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

#### ERRATA DA PORTARIA Nº 413/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

#### ERRATA

Na Edição nº 1598 do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, publicada em 22.10.2014, Portaria nº 413, p.274,

Onde se lê:

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível IV, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Leia-se:

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível III, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 23 DE OUTUBRO DE 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

**Errata da Portaria Nº 410/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

**ERRATA**

Na Edição nº 1597 do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, publicada em 21.10.2014, Portaria nº 410,

Onde se lê:

Art. 1º. Conceder em favor da servidora Pública CRISTIANE SOTELI BETTOLY, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Indústria e Comércio, matrícula nº 2376/03, licença para tratamento de Saúde, pelo período de 03 (três) dias, a contar de 19.10.2014 a 21.10.2014, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Leia-se:

Art. 1º. Conceder em favor da servidora Pública CRISTIANE SOTELI BETTOLY, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, matrícula nº 2376/03, licença para tratamento de Saúde, pelo período de 03 (três) dias, a contar de 19.10.2014 a 21.10.2014, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 23 DE OUTUBRO DE 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

**Portaria Nº 416 de 23.10.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 416/2014

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 10 (dez) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder em favor da servidora Pública CLAUDIA ADRIANA A. DE SOUZA, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais-40 horas, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, matrícula nº 2360/01, licença para tratamento de Saúde, pelo período de 10 (dias) dias, a contar de 21.10.2014 a 31.10.2014, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 21.10.2014.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 417 DE 23.10.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 417/2014

- CONSIDERANDO, o recebimento pelo Município de Chapadão do Lageado - SC do Ofício Recomendação n. 0260/2014/01PJ/ITU - Procedimento Preparatório n. 06.2014.00001542-5 (SIG/MP) encaminhado pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina;

- CONSIDERANDO, que até o presente momento o Município de Chapadão do Lageado não foi comunicado pelo Ministério Público sobre a manifestação dos médicos especialistas a respeito da necessidade de a educação da criança continuar de forma domiciliar ou, caso constatada a possibilidade de frequentar a Escola regular, quais condições deverão ser observadas para que inexista qualquer risco a vida e a saúde da infante;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº. 0085, de 30.06.99, Lei Complementar nº. 006, de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008, de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo - Edital nº. 005/2013;

**RESOLVE:**

Art.1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 110/2014 de 05.03.2014, já prorrogada pelas Portarias nº 185/2014 de 30.05.2014, 251/2014 de 30.06.2014, 294/2014 de 31.07.2014 e 346/2014 de 01.09.2014, que Admiti em caráter temporário EVILANEA DE OLIVEIRA, para exercer as funções do cargo de Professora de Séries Iniciais ACT - 20 horas, Nível II, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na residência da menina Maisa Vitória Montibeller, localizada na comunidade de Figueiredo, Estrada Geral, s/n, Município de Chapadão do Lageado-SC, pelo período de 01.10.2014 a 19.12.2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.10.2014.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 23 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria N.º020-2014 de 23-10-2014**

Estado de Santa Catarina  
Câmara Municipal de Vereadores de Chapadão do Lageado  
PORTARIA Nº020/2014 de 23/10/2014.

ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que se apresenta o Decreto Nº091/2014 do Poder Executivo,

RESOLVE:  
Estabelecer Ponto facultativo.

Considerando a transferência das comemorações alusivas ao "Dia do Servidor Público" comemorado em 28 de outubro.

Será facultativo o "ponto" no dia 27 (vinte e sete) de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 23 de outubro de 2014.

ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER  
Presidente

**Cocal do Sul****PREFEITURA****Decreto SAF/N. 401/14**

DECRETO SAF/Nº. 401/14, de 21 de outubro de 2014.  
REVERTE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, O IMÓVEL QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº. 1.219, de 18 de setembro de 2014, em seu art. 10., resolve,

**REVOGAR:**

Art. 1º. O inciso I, do art. 1º, da Lei nº 1.188, de 20 de fevereiro de 2014, que trata da doação dos lotes 12 e 13 da quadra "D", matrículas nº. 23.623 e 23.624, respectivamente, totalizando a área de 6.000 m² (seis mil metros quadrados), ambos na Área Industrial II - Zeferino Zanatta, à empresa METALÚRGICA ESSIL LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 05.532.621/0001-30, REVERTENDO os imóveis ao Patrimônio Público Municipal, sem qualquer ônus para o Município.

§ 1º. A revogação é motivada pela solicitação administrativa, efetuada pelo representante legal da empresa, conforme cópia do Ofício em anexo, e conforme parecer prévio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio-Econômico.

§ 2º. As benfeitorias realizadas e não removíveis seguirão a sorte do principal.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 21 de outubro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado por afixação no lugar de costume, data supra.

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**Decreto SAF/N. 400/14**

DECRETO SAF/Nº. 400/14, de 21 de outubro de 2014.  
REVERTE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, O IMÓVEL QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº. 1.219, de 18 de setembro de 2014, em seu art. 10., resolve,

REVOGAR:

Art. 1º. O inciso II, do art. 1º., da Lei nº 854, de 19 de novembro de 2007, que trata da doação dos lotes 03 e 04 da quadra "E", matrículas nº. 23.630 e 23.631, respectivamente, totalizando a área de 7.280 m² (sete mil duzentos e oitenta metros quadrados), ambos na Área Industrial II - Zeferino Zanatta, à empresa MADEIRAS ECOLÓGICAS TOMELIN LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.117.018/0001-42, REVERTENDO os imóveis ao Patrimônio Público Municipal, sem qualquer ônus para o Município.

§ 1º. A revogação é motivada pelo não cumprimento das exigências contidas na Lei n. 1.219, de 18 de setembro de 2014, conforme parecer prévio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio-Econômico.

§ 2º. As benfeitorias realizadas e não removíveis seguirão a sorte do principal.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 21 de outubro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado por afixação no lugar de costume, data supra.

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

## Concórdia

### PREFEITURA

#### Extrato do Convênio Nº 003/2014 – FMS MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 003/2014 - FMS

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob o nº 10.455.823/001-65, neste ato representado pelo seu gestor, senhor ALESSANDRO VERNIZE, Secretário Municipal de Saúde, e a BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL SÃO FRANCISCO, inscrita no CNPJ sob nº 83.506.030/0002-82, neste ato representada pelos seus representantes ÉDIO SANTO ROSSET e VOLMIR ROBERTO PICOLOTTO.

OBJETO: Formalizar a prestação de serviços de saúde da Beneficência Camiliana do Sul- Hospital São Francisco considerando a internação hospitalar, atenção ambulatorial, apoio diagnóstico e terapêutico, urgência/emergência e outros, visando garantir atenção integral à saúde dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

VALOR: R\$ 2.074.545,34

PRAZO: Limitada a 60 meses, tendo por termo inicial a data de assinatura

DATA DA ASSINATURA: 23 de outubro de 2014



# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### Decreto N. 480/2014

DECRETO Nº 480 /2014, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

“DESIGNA SERVIDOR (A) PARA COORDENAÇÃO E GESTÃO DO FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que o cargo lhe confere, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado a Servidora abaixo relacionada como Coordenadora e Gestora do Fundo para Infância e Adolescência - FIA:

I - SIDONIA SALETE CECON MERÍSIO, Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, como Coordenadora e Gestora do Fundo para Infância e Adolescência - FIA nos termos da Lei Nº 895/2010 de 15 de março de 2010 e alterações

Art. 2º O Fundo ficará vinculado operacionalmente a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social e, politicamente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e controlador das ações da política municipal de atendimento dos direitos da criança e adolescente em todos os níveis.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário especialmente o Decreto nº 460/2014.

Cordilheira Alta, SC, 23 de outubro de 2014

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### Retificação Edital Licitação PP 56/2014

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Retificação de Edital

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 086/2014.

Pregão Presencial n. 056/2014.

Tipo: Menor preço por lote.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de livros para manutenção das atividades da Secretaria de Educação e Secretaria de Administração.

Onde Lê-se:

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 29/10/2014.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 29/10/2014.

Leia-se:

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 06/11/2014.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 06/11/2014

O Edital poderá ser obtido no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br) e no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 23 de outubro de 2014.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

## Coronel Freitas

### PREFEITURA

#### Publicação de Contrato Nº 85/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 85/2014

Contratado: Construtora Guilherme Arthur Ltda ME

Objeto: Contratação de empresa através de empreitada global para construção de quadras poliesportivas nas escolas municipais Coronelzinho, Ines Tassoniero, Simoes Lopes e Clube do Bolinha, conforme memorial descritivo, orçamento financeiro e quantitativo e projeto básico em anexo a este edital

Valor: R\$ 98.830,65 (Noventa e oito mil, oitocentos e trinta reais e sessenta e cinco centavos) do Item 1 (Escola Coronelzinho), R\$ 48.226,78 (Quarenta e oito mil, duzentos e vinte e seis reais e setenta e oito centavos) do Item 2 (Escola Inês Tassoniero), R\$ 48.226,78 (Quarenta e oito mil, duzentos e vinte e seis reais e setenta e oito centavos) do Item 3 (Escola Simões Lopes), R\$ 43.431,37 (Quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e um reais e trinta e sete centavos) do Item 4 (Escola Clube do Bolinha)

Vigência: 31/12/2014

## Coronel Martins

### PREFEITURA

#### Lei Nº. 634, de 22 de Outubro de 2014.

LEI Nº. 634, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os Habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este Sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito suplementar no valor de até R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), destinados a suplementar a seguinte dotação Orçamentária:

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.306.0010.2.022 – Programa Suplementar de Alimentação Escolar				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	10	01.0000	15.000,00

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.368.0031.2.026 – Manutenção da Educação Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	15	01.0001	80.000,00

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo primeiro, serão anulados recursos da mesma ordem, das seguintes dotações e programações de despesas, do Fundo Municipal de Saúde de Coronel Martins:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades da Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	02	01.0002	95.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Coronel Martins SC, 22 de outubro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

**Correia Pinto****PREFEITURA**

**Pregão Presencial - Processo 12/2014 FMS - Fhmcp**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE  
SAÚDE DE CORREIA PINTO  
PREGÃO PRESENCIAL 12/2014 - FMS E FHMCP  
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, PARA O ANO DE 2014 E 2015. Tipo: Menor preço por ITEM. Abertura dos envelopes: 07/11/2014 às 09:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:30 às 12:00hs e 13:30 às 18:00hs, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 24 de outubro de 2014.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES  
Presidente da Comissão de Licitação  
Pregoeiro Municipal

**Curitibanos****PREFEITURA****Justificativa de Inexigibilidade de Licitação Nº 36/2014**

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 36/2014  
REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos e João Paulo Fadel Eventos ME com o valor total de R\$ 8.200,00 (Oito mil e duzentos reais)

RESUMO: CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA REALIZAÇÃO DO ESPETÁCULO E PALESTRA SHOW "ESTRELA MULHER" QUE ACONTECERÁ NO DIA 07/11/2014, NA SEDE SOCIAL DO PINHEIROS TÊNIS CLUBLE, DESTINADOS AOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, CONFORME ART Nº 25, INCISO II DA LEI Nº 8.666/93, MEMORANDO E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

**FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:**

- "Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:  
II - "para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25 inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.  
Curitibanos, 22 de outubro de 2014.

Diego Sebem Wordell  
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto  
Membro

Márcia Dominski Penteado  
Membro

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25 o inciso II dou como aprovada.

Curitibanos, 22 de outubro de 2014.  
Claudio Vieira França  
Procurador Geral do Município

**AUTORIZAÇÃO:**

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 22 de outubro de 2014.  
João Carlos Martins dos Santos  
Presidente do Fundo

**Justificativa de Inexigibilidade de Licitação Nº 66/2014**

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 66/2014  
REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Educação de Curitiba e Marilene Kuster Neves Monteiro com o valor total de R\$ 3.000,00 (Três mil reais)

RESUMO: INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA REALIZAÇÃO DE OFICINA DE ARTES CÊNICAS DESTINADO AOS PROFESSORES DE ARTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ART. Nº 25, INCISO II, LEI Nº 8.666/93, MEMORANDO E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

**FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:**

- "Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - "para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25 inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 21 de outubro de 2014.

Diego Sebem Wordell                      Cristina Melo Menegotto  
Presidente da Comissão                      Membro

Márcia Dominski Penteadó  
Membro

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25 o inciso II dou como aprovada.

Curitiba, 21 de outubro de 2014.

Claudio Vieira França  
Procurador Geral do Município

**AUTORIZAÇÃO:**

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 21 de outubro de 2014.

Kleberson Luciano Lima  
Presidente do Fundo

**Dispensa de Licitação Nº 68/2014**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 68/2014

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre Fundo Municipal de Educação e AUTO MECANICA GERAL LTDA, com o valor total de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO E TROCA DE ÓLEO DOS 40MIL KM, DO VEICULO SPIN PLACA MLJ 0114 DE USO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93..

**FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:**

"Art. 24. É dispensável a licitação:

XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 22 de outubro de 2014.

Diego Sebem Wordell                      Cristina Melo Menegotto  
Presidente da Comissão                      Membro

Márcia Dominski Penteadó  
Membro

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

A presente dispensa cumpre as exigências Legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.

Curitiba, 22 de outubro de 2014.

Claudio Vieira França  
Procurador Geral do Município

**AUTORIZAÇÃO:**

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 22 de outubro de 2014.

Kleberson Luciano Lima  
Presidente do Fundo

**Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 255/2014**

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 255/2014

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitiba e a empresa COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA DE CAMPOS NOVOS, com o valor total de R\$ 429,00 (Quatrocentos e vinte e nove reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE ADUBOS PARA USO NO HORTO FLORESTAL, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE PARTICIPANTES NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 250/2014, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO V DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

**FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:**

- "Art. 24 Inciso V - Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso V da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 22 de outubro de 2014.

Diego Sebem Wordell                      Cristina Melo Menegotto  
Presidente da Comissão                      Membro

Márcia Dominski Penteado  
Membro

#### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso V dou como aprovada.

Curitiba, 22 de outubro de 2014.  
Claudio Vieira França  
Procurador Geral do Município

#### AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 22 de outubro de 2014.  
Jose Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

#### Edital de Pregão Presencial Nº 34/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014

O Fundo de Assistência Social de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento pelo Menor preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIO E MATERIAIS PARA USO NO CREAS, BOLSA FAMÍLIA, CASA LAR E NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 05/11/2014, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 05/11/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 16 de Outubro de 2014.

João Carlos Martins dos Santos      Diego Sebem Wordell  
Presidente do Fundo                      Pregoeiro

#### Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº 67/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 67/2014

O Fundo Municipal de Educação de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PARA O AUDITÓRIO DO NÚCLEO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO TERESA LEMOS PRETO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o

envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 06/11/2014, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 06/11/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 21 de Outubro de 2014.

Kleberson Luciano Lima                      Diego Sebem Wordell  
Presidente do Fundo                      Pregoeiro

#### Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 246/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 246/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento pelo Menor Preço Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 06/11/2014, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 06/11/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitiba, 29 de Setembro de 2014.

José Antonio Guidi                      Diego Sebem Wordell  
Prefeito Municipal                      Pregoeiro

#### Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 60/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes bioquímicos e demais materiais para manutenção de atividades no Laboratório instalado no Unidade de Saúde do Central. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 07/11/2014, às 08h30, e início da sessão do Pregão no dia 07/11/2014, às 09h00. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br), contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, sito a rua Maximino de Moraes, 376.



Curitiba, 13 de outubro de 2014.  
Carine Tatsch                      Gabriela Q. Almeida Martarello  
Secretária de Saúde              Pregoeira

### **Editais de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº61/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº61/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 10/11/2014, às 09h30, e início da sessão do Pregão no dia 10/11/2014, às 14h00. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br), contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitiba, 13 de outubro de 2014.  
Carine Tatsch                      Gabriela Q. Almeida Martarello  
Secretária de Saúde              Pregoeira

### **Editais de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº62/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº62/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de material gráfico para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 07/11/2014, às 13h30, e início da sessão do Pregão no dia 07/11/2014, às 14h00. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br), contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitiba, 13 de outubro de 2014.  
Carine Tatsch                      Gabriela Q. Almeida Martarello  
Secretária de Saúde              Pregoeira

### **Editais de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº63/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº63/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de medicamentos para distribuição gratuita em Unidades de Saúde do município. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 05/11/2014, às 15h00, e início da sessão do Pregão no dia 06/11/2014, às 08h30. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br), contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado

junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitiba, 20 de outubro de 2014.  
Carine Tatsch                      Gabriela Q. Almeida Martarello  
Secretária de Saúde              Pregoeira

### **Editais de Pregão Presencial Nº 256/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 256/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE COLETES MODULARES COMPLETOS E KITS JOELHEIRAS E COTOVELEIRAS PADRAO DO PELOTÃO DE PATRULHAMENTO TÁTICO - PMSC, PARA USO DA POLICIA MILITAR DE CURITIBANOS. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 07/11/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC.

A partir das 16:00 horas do dia 07/11/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 22 de Outubro de 2014.  
José Antonio Guidi                      Diego Sebem Wordell  
Prefeito Municipal                      Pregoeiro

### **Editais de Pregão Presencial Nº 257/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 257/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE LÂMPADAS E REATORES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA SUBSTITUIÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NOS BAIRROS CENTRO, ÁGUA SANTA, BOSQUE, NOSSA SENHORA APARECIDA, GETÚLIO VARGAS E COHAB I, CONFORME ANEXO I DESTES EDITAIS. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 18:00 horas do dia 07/11/2014, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 10/11/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel.

Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 23 de Outubro de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

### **Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 258/2014**

#### **JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 258/2014**

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o município de Curitibanos e a empresa SANDRI SERVIÇOS LTDA com o valor total de R\$ 5.007,80 (Cinco mil e sete reais e oitenta centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE POSTES E MATERIAIS ELÉTRICOS PARA REPOSIÇÃO NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES POUSO DO TROPEIRO, TENDO EM VISTA OS DANOS CAUSADOS PELAS CHUVAS, CARACTERIZANDO O REGIME DE URGÊNCIA NA FORMA DO ARTIGO 24 INCISO IV DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:

- IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso IV da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 23 de outubro de 2014.

Diego Sebem Wordell  
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto  
Membro

Márcia Dominski Penteado  
Membro

#### **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso IV dou como aprovada.

Curitibanos, 23 de outubro de 2014.

Claudio Vieira França  
Procurador Geral do Município

#### **AUTORIZAÇÃO:**

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 23 de outubro de 2014.

Jose Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

## **Dionísio Cerqueira**

### **PREFEITURA**

#### **Resultados Licitações 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do IL nº 021/2014, Objeto: Prestação de serviços médicos para realização plantões, pareceres, perícias e avaliações diversas no Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira, SC Vencedores: Antônio Jair Schreiner Maran - ME. Valor R\$ 17.000,00 - Clínica Gonzales Acosta Ltda Valor R\$ 16.200,00 Clínica Guarujá Ltda. Valor R\$ 5.000,00 - Clínica MÉDICA Braz Pereria - Valor R\$ 3.000,00 - Clínica Médica Espaço Vital Ltda Valor R\$ 8.800,00- Clínica Médica Pinheiro e Fiorini Ltda. - Valor R\$ 4.500,00 - Dental Med. Ltda - Valor R\$ 4.000,00 -Everton Muller Alves- ME - Valor R\$ 57.250,00 - Renato Mocelini -ME. Valor R\$ 5.000,00 - Rodrigo Matana Serafini & Cia Ltda - Valor R\$ 6.000,00

Dionísio Cerqueira 23/10/2014

Deliziane L. dos Santos  
Gestora do HMDC

#### **LICITAÇÕES 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE DIONISIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 050/2014. Objeto: Aquisição de óculos de grau para o Fundo Municipal de Saúde - Entregas da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 05/11/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 23/10/2014.

Gestor do FMS  
João Stahl.

# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### Decreto 066/2014

DECRETO Nº 066, de 19 de setembro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 13.953,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 953,00 (novecentos e cinquenta e três reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013).

03.001.04.122.0015.2003	SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	953,00
TOTAL		953,00
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		953,00

Art. 2º - O Prefeito Municipal fica autorizado à suplementação no valor de até R\$ 13.953,00 (treze mil novecentos e cinquenta e três reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior e excesso de arrecadação, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

05.001.12.361.0050.2009	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.361.0050.2009	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.0050.2009	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1580000	SALÁRIO EDUCAÇÃO	13.000,00
TOTAL		13.000,00

03.001.04.122.0015.2003	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	953,00
TOTAL		953,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		953,00

Art.3º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Anulação de Dotação R\$ 953,00

Excesso de Arrecadação R\$ 13.000,00

Total R\$ 13.953,00

Art.4º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 19 de setembro de 2014;  
26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 19 de setembro de 2014.

\*Republicado em razão de incorreções na publicação anterior.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

# Erval Velho

## PREFEITURA

### Lei 1370/2014

Lei n. 1370, de 14 de outubro de 2014.

Amplia a área urbana da cidade de Erval Velho e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica ampliada a área urbana da cidade de Erval Velho, nas medidas e localização a seguir descritas.

Art. 2º- São as seguintes coordenadas geográficas, medidas, confrontações e localização da área destinada a expansão urbana.

### MEMORIAL DESCRITIVO

#### DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '1', desde, segue por linha seca, dividindo-o com o ANTÔNIO BORDIN; Daí segue por linha seca confrontando com ANTÔNIO BORDIN com o azimute de 352°31'41" e a distância de 515,51 m até o marco '2' (E=457.115,066 m e N=6.981.821,290 m); Daí segue por linha seca confrontando com ANTÔNIO BORDIN com a distância de 13,02 m até o marco '3' (E=457.123,824 m e N=6.981.830,868 m); Daí segue por linha seca confrontando com ANTÔNIO BORDIN com a distância de 307,99 m até o marco '4' (E=457.390,051 m e N=6.981.676,046 m); Daí segue por linha seca confrontando com ESTRADA MUNICIPAL - EVO 324 com a distância de 40,38 m até o marco '5' (E=457.398,719 m e N=6.981.715,016 m); Daí segue por linha seca confrontando com ESTRADA MUNICIPAL - EVO 324 com o azimute de 20°12'45" e a distância de 31,29 m até o marco '6' (E=457.409,532 m e N=6.981.744,383 m); Daí segue por linha seca confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA FEDERAL BR 282 com a distância de 100,60 m até o marco '7' (E=457.321,496 m e N=6.981.793,032 m); Daí segue por linha seca confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA FEDERAL BR 282 com o azimute de 301°11'21" e a distância de 191,99 m até o marco '8' (E=457.157,256 m e N=6.981.892,457 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO PORTEIRA VELHA com o azimute de 112°33'08" e a distância de 51,53 m até o marco '9' (E=457.204,846 m e N=6.981.872,693 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO PORTEIRA VELHA com a distância de 37,70 m até o marco '10' (E=457.236,262 m e N=6.981.887,298 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO PORTEIRA VELHA com o azimute de 22°51'59" e a distância de 7,07 m até o marco '11' (E=457.239,011 m e N=6.981.893,816 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO PORTEIRA VELHA com a distância de 36,94 m até o marco '12' (E=457.270,947 m e N=6.981.895,313 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO PORTEIRA VELHA com a distância de 26,26 m até o marco '13' (E=457.294,374 m e N=6.981.889,679 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO PORTEIRA VELHA com a distância de 24,73 m até o marco '14' (E=457.318,292 m e N=6.981.892,969 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO PORTEIRA VELHA com o azimute de 105°13'06" e a distância de 72,15 m até o marco '15' (E=457.387,911 m e N=6.981.874,030 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO PORTEIRA

VELHA com a distância de 30,63 m até o marco '16' (E=457.402,153 m e N=6.981.850,755 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO PORTEIRA VELHA com a distância de 53,74 m até o marco '17' (E=457.436,398 m e N=6.981.817,355 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO PORTEIRA VELHA com a distância de 59,46 m até o marco '18' (E=457.483,445 m e N=6.981.849,729 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO PORTEIRA VELHA com a distância de 43,05 m até o marco '19' (E=457.516,793 m e N=6.981.848,112 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO PORTEIRA VELHA com a distância de 131,19 m até o marco '20' (E=457.625,254 m e N=6.981.801,205 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO PORTEIRA VELHA com a distância de 40,28 m até o marco '21' (E=457.646,422 m e N=6.981.834,246 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO PORTEIRA VELHA com a distância de 113,06 m até o marco '22' (E=457.744,254 m e N=6.981.881,289 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO PORTEIRA VELHA com a distância de 142,09 m até o marco '23' (E=457.856,692 m e N=6.981.806,005 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO PORTEIRA VELHA com a distância de 29,65 m até o marco '24' (E=457.882,536 m e N=6.981.796,614 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO PORTEIRA VELHA com a distância de 91,94 m até o marco '25' (E=457.960,929 m e N=6.981.757,858 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO PORTEIRA VELHA com a distância de 85,33 m até o marco '26' (E=458.043,347 m e N=6.981.749,956 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO PORTEIRA VELHA com a distância de 95,96 m até o marco '27' (E=458.138,254 m e N=6.981.763,320 m); Daí segue por linha seca confrontando com BENJAMIN ALESSI com o azimute de 5°42'02" e a distância de 49,14 m até o marco '28' (E=458.143,134 m e N=6.981.812,213 m); Daí segue por linha seca confrontando com REJANE ROCHA com o azimute de 292°42'26" e a distância de 734,65 m até o marco '29' (E=457.465,429 m e N=6.982.095,804 m); Daí segue por linha seca confrontando com FAMÍLIA ALESSI E FAMÍLIA MOZZER com o azimute de 277°09'37" e a distância de 211,05 m até o marco '30' (E=457.256,021 m e N=6.982.122,111 m); Daí segue por linha seca confrontando com FAMÍLIA ALESSI E FAMÍLIA MOZZER com o azimute de 294°23'24" e a distância de 117,69 m até o marco '31' (E=457.148,833 m e N=6.982.170,711 m); Daí segue por linha seca confrontando com ADEMAR FERREIRA LOPES com o azimute de 238°01'46" e a distância de 85,25 m até o marco '32' (E=457.076,511 m e N=6.982.125,570 m); Daí segue por linha seca confrontando com ADEMAR FERREIRA LOPES com o azimute de 302°25'38" e a distância de 477,86 m até o marco '33' (E=456.673,166 m e N=6.982.381,809 m); Daí segue por linha seca confrontando com ESPÓLIO DA FAMÍLIA BORDIN, FAMÍLIA BORDIN, CARLOS PARISSENTI, ADEMAR FERREIRA LOPES E FAIXA DE DOMÍNIO DA REDE ELÉTRICA DE ALTA TENSÃO com o azimute de 24°15'39" e a distância de 954,37 m até o marco '34' (E=457.065,308 m e N=6.983.251,893 m); Daí segue por linha seca confrontando com CARLOS PARISSENTI com o azimute de 135°38'39" e a distância de 605,15 m até o marco '35' (E=457.488,379 m e N=6.982.819,200 m); Daí segue por linha seca confrontando com MILTON QUIOCA com o azimute de 46°48'13" e a distância de 264,32 m até o marco '36' (E=457.681,074 m e N=6.983.000,130 m); Daí segue por linha seca confrontando com FAMÍLIA WASEN com o azimute de 316°46'10" e a distância de 896,24 m até o marco '37' (E=457.067,206 m e N=6.983.653,136 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com o azimute de 321°14'58" e a distância de 65,41 m até o marco '38' (E=457.026,267 m e N=6.983.704,144 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com a distância de 15,02 m até o marco '39' (E=457.013,492 m e N=6.983.711,339 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com a distância de 27,90 m até o marco '40' (E=456.988,565



m e N=6.983.722,887 m); Daí segue por montante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 25,82 m até o marco '41' (E=456.996,722 m e N=6.983.740,538 m); Daí segue por montante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 22,99 m até o marco '42' (E=457.014,593 m e N=6.983.751,898 m); Daí segue por montante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 11,01 m até o marco '43' (E=457.011,765 m e N=6.983.761,897 m); Daí segue por montante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 33,45 m até o marco '44' (E=457.014,874 m e N=6.983.789,465 m); Daí segue por montante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 23,37 m até o marco '45' (E=457.029,777 m e N=6.983.804,329 m); Daí segue por montante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com o azimute de 15°02'00" e a distância de 17,42 m até o marco '46' (E=457.034,296 m e N=6.983.821,156 m); Daí segue por montante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com o azimute de 68°26'18" e a distância de 12,93 m até o marco '47' (E=457.046,322 m e N=6.983.825,908 m); Daí segue por montante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 19,60 m até o marco '48' (E=457.052,765 m e N=6.983.843,395 m); Daí segue por montante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com o azimute de 9°37'01" e a distância de 11,17 m até o marco '49' (E=457.054,631 m e N=6.983.854,404 m); Daí segue por montante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com o azimute de 30°27'24" e a distância de 11,43 m até o marco '50' (E=457.060,423 m e N=6.983.864,255 m); Daí segue por montante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 6,33 m até o marco '51' (E=457.060,423 m e N=6.983.870,289 m); Daí segue por montante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 10,50 m até o marco '52' (E=457.062,642 m e N=6.983.879,524 m); Daí segue por montante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 18,43 m até o marco '53' (E=457.065,593 m e N=6.983.895,681 m); Daí segue por linha seca confrontando com REGINALDO PRATTO E TRAVESSIA DA ESTRADA MUNICIPAL com o azimute de 305°24'45" e a distância de 128,54 m até o marco '54' (E=456.960,836 m e N=6.983.970,162 m); Daí segue por linha seca confrontando com ELVIDIO SCHEREIDER, FAIXA DE DOMÍNIO DA REDE ELÉTRICA DE ALTA TENSÃO com o azimute de 256°59'39" e a distância de 503,39 m até o marco '55' (E=456.470,364 m e N=6.983.856,874 m); Daí segue por linha seca confrontando com WALTER KUCHER, FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA FEDERAL BR 282 com o azimute de 337°34'29" e a distância de 967,62 m até o marco '56' (E=456.101,237 m e N=6.984.751,322 m); Daí segue por linha seca confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA FEDERAL BR 282 com o azimute de 334°55'44" e a distância de 282,11 m até o marco '57' (E=455.981,693 m e N=6.985.006,855 m); Daí segue por linha seca confrontando com DIRCEU FONTANA com o azimute de 277°25'22" e a distância de 388,16 m até o marco '58' (E=455.596,790 m e N=6.985.057,000 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 191°57'18" e a distância de 214,98 m até o marco '59' (E=455.552,258 m e N=6.984.846,680 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 144°39'54" e a distância de 205,84 m até o marco '60' (E=455.671,307 m e N=6.984.678,758 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 86°18'48" e a distância de 55,20 m até o marco '61' (E=455.726,392 m e N=6.984.682,307 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 81°21'59" e a distância de 129,66 m até o marco '62' (E=455.854,582 m e N=6.984.701,771 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 137,45 m até o marco '63' (E=455.923,085 m e N=6.984.583,371 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 150,51 m até o marco '64' (E=456.025,104 m e N=6.984.477,206 m); Daí segue por jusante

pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 38,65 m até o marco '65' (E=456.026,849 m e N=6.984.441,758 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 31,44 m até o marco '66' (E=456.000,000 m e N=6.984.428,022 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 44,96 m até o marco '67' (E=455.969,110 m e N=6.984.402,296 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 28,48 m até o marco '68' (E=455.970,156 m e N=6.984.374,405 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 59,78 m até o marco '69' (E=455.974,687 m e N=6.984.316,598 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 41,85 m até o marco '70' (E=455.982,637 m e N=6.984.277,247 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 53,89 m até o marco '71' (E=455.982,923 m e N=6.984.223,417 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 59,91 m até o marco '72' (E=455.958,613 m e N=6.984.172,756 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 78,44 m até o marco '73' (E=455.905,963 m e N=6.984.116,603 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com o azimute de 194°09'26" e a distância de 35,43 m até o marco '74' (E=455.897,298 m e N=6.984.082,253 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com o azimute de 185°39'59" e a distância de 13,03 m até o marco '75' (E=455.896,012 m e N=6.984.069,285 m); Daí segue por linha seca confrontando com FAMÍLIA CHIAMULERA, TRAVESSIA DA ESTRADA MUNICIPAL, ROMEU VIEL E TRAVESSIA DA RUA BARRA FRIA com o azimute de 247°53'08" e a distância de 837,75 m até o marco '76' (E=455.119,897 m e N=6.983.753,908 m); Daí segue por linha seca confrontando com WALTER KUCHER com o azimute de 133°57'26" e a distância de 52,26 m até o marco '77' (E=455.157,513 m e N=6.983.717,636 m); Daí segue por linha seca confrontando com WALTER KUCHER com o azimute de 144°27'43" e a distância de 22,33 m até o marco '78' (E=455.170,491 m e N=6.983.699,467 m); Daí segue por linha seca confrontando com WALTER KUCHER com o azimute de 215°20'51" e a distância de 97,09 m até o marco '79' (E=455.114,320 m e N=6.983.620,273 m); Daí segue por linha seca confrontando com WALTER KUCHER com o azimute de 243°33'52" e a distância de 102,49 m até o marco '80' (E=455.022,551 m e N=6.983.574,647 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com o azimute de 146°00'56" e a distância de 87,53 m até o marco '81' (E=455.071,478 m e N=6.983.502,067 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 187,64 m até o marco '82' (E=455.092,307 m e N=6.983.318,874 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 164,33 m até o marco '83' (E=455.161,277 m e N=6.983.190,120 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 189,56 m até o marco '84' (E=455.285,730 m e N=6.983.067,329 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 39,66 m até o marco '85' (E=455.281,081 m e N=6.983.028,554 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 165,05 m até o marco '86' (E=455.319,308 m e N=6.982.873,500 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com o azimute de 132°07'30" e a distância de 44,30 m até o marco '87' (E=455.352,165 m e N=6.982.843,785 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com o azimute de 132°07'30" e a distância de 146,61 m até o marco '88' (E=455.460,900 m e N=6.982.745,449 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 44,01 m até o marco '89' (E=455.467,148 m e N=6.982.704,673 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com o azimute de 196°42'13" e a



distância de 10,03 m até o marco '90' (E=455.464,266 m e N=6.982.695,067 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 29,15 m até o marco '91' (E=455.470,908 m e N=6.982.667,807 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 95,04 m até o marco '92' (E=455.552,954 m e N=6.982.644,159 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 104,26 m até o marco '93' (E=455.642,544 m e N=6.982.608,931 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 152,26 m até o marco '94' (E=455.719,622 m e N=6.982.479,381 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 55,50 m até o marco '95' (E=455.731,618 m e N=6.982.430,101 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 165,15 m até o marco '96' (E=455.780,041 m e N=6.982.291,606 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 55,33 m até o marco '97' (E=455.811,005 m e N=6.982.249,007 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 107,31 m até o marco '98' (E=455.770,052 m e N=6.982.157,547 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com a distância de 49,07 m até o marco '99' (E=455.738,303 m e N=6.982.120,703 m); Daí segue por jusante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com o azimute de 209°52'53" e a distância de 160,20 m até o marco '100' (E=455.658,490 m e N=6.981.981,798 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com a distância de 35,13 m até o marco '101' (E=455.627,994 m e N=6.981.976,830 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com o azimute de 318°38'50" e a distância de 62,94 m até o marco '102' (E=455.586,409 m e N=6.982.024,078 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com a distância de 87,73 m até o marco '103' (E=455.508,226 m e N=6.982.022,506 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com o azimute de 218°49'36" e a distância de 57,28 m até o marco '104' (E=455.472,311 m e N=6.981.977,879 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com a distância de 43,24 m até o marco '105' (E=455.433,912 m e N=6.981.972,672 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com a distância de 66,59 m até o marco '106' (E=455.372,558 m e N=6.981.997,277 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com a distância de 93,66 m até o marco '107' (E=455.296,639 m e N=6.982.050,752 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com o azimute de 293°24'40" e a distância de 10,45 m até o marco '108' (E=455.287,050 m e N=6.982.054,903 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com o azimute de 278°44'20" e a distância de 10,89 m até o marco '109' (E=455.276,286 m e N=6.982.056,558 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com a distância de 67,39 m até o marco '110' (E=455.209,240 m e N=6.982.054,167 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com a distância de 37,35 m até o marco '111' (E=455.182,391 m e N=6.982.028,530 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com a distância de 50,55 m até o marco '112' (E=455.139,664 m e N=6.982.002,275 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com a distância de 62,40 m até o marco '113' (E=455.085,023 m e N=6.981.973,156 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com a distância de 110,91 m até o marco '114' (E=455.054,002 m e N=6.981.868,825 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com o azimute de 170°37'23" e a distância de 125,66 m até o marco '115' (E=455.074,475 m e N=6.981.744,846 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com a distância de 125,13 m até o marco '116' (E=455.135,422 m e N=6.981.641,427 m); Daí segue por

jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com a distância de 119,71 m até o marco '117' (E=455.212,313 m e N=6.981.552,776 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com a distância de 44,66 m até o marco '118' (E=455.221,800 m e N=6.981.509,194 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com a distância de 18,29 m até o marco '119' (E=455.238,845 m e N=6.981.503,653 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com a distância de 26,16 m até o marco '120' (E=455.264,038 m e N=6.981.498,572 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com a distância de 103,26 m até o marco '121' (E=455.354,012 m e N=6.981.447,915 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com a distância de 63,22 m até o marco '122' (E=455.414,669 m e N=6.981.432,413 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com o azimute de 90°00'00" e a distância de 23,56 m até o marco '123' (E=455.438,231 m e N=6.981.432,413 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com a distância de 50,26 m até o marco '124' (E=455.474,441 m e N=6.981.403,968 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO ERVAL VELHO com o azimute de 169°32'55" e a distância de 62,43 m até o marco '125' (E=455.485,766 m e N=6.981.342,572 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com o azimute de 69°35'08" e a distância de 45,67 m até o marco '126' (E=455.528,565 m e N=6.981.358,502 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 46,58 m até o marco '127' (E=455.573,754 m e N=6.981.355,987 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 61,39 m até o marco '128' (E=455.627,516 m e N=6.981.370,984 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com o azimute de 36°26'38" e a distância de 36,07 m até o marco '129' (E=455.648,943 m e N=6.981.400,000 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 186,57 m até o marco '130' (E=455.807,513 m e N=6.981.492,104 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 69,94 m até o marco '131' (E=455.868,037 m e N=6.981.464,850 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 69,92 m até o marco '132' (E=455.933,011 m e N=6.981.439,474 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com o azimute de 101°41'33" e a distância de 67,18 m até o marco '133' (E=455.998,792 m e N=6.981.425,861 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 27,81 m até o marco '134' (E=456.023,611 m e N=6.981.414,632 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 18,21 m até o marco '135' (E=456.038,656 m e N=6.981.406,366 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 25,00 m até o marco '136' (E=456.061,743 m e N=6.981.398,881 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 14,28 m até o marco '137' (E=456.074,900 m e N=6.981.395,117 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com o azimute de 65°14'00" e a distância de 43,62 m até o marco '138' (E=456.114,508 m e N=6.981.413,390 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 27,88 m até o marco '139' (E=456.142,252 m e N=6.981.414,732 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 22,15 m até o marco '140' (E=456.163,958 m e N=6.981.416,377 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 30,47 m até o marco '141' (E=456.193,613 m e N=6.981.420,973 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 32,93 m até o marco '142' (E=456.217,491 m e

N=6.981.400,746 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com o azimute de 162°42'40" e a distância de 22,78 m até o marco '143' (E=456.224,260 m e N=6.981.378,996 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 46,70 m até o marco '144' (E=456.257,844 m e N=6.981.350,089 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com o azimute de 92°34'21" e a distância de 136,48 m até o marco '145' (E=456.394,191 m e N=6.981.343,964 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 100,94 m até o marco '146' (E=456.478,071 m e N=6.981.394,513 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 31,97 m até o marco '147' (E=456.497,301 m e N=6.981.419,957 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 19,47 m até o marco '148' (E=456.513,203 m e N=6.981.430,957 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 49,36 m até o marco '149' (E=456.558,503 m e N=6.981.450,555 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 18,11 m até o marco '150' (E=456.576,105 m e N=6.981.450,555 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 46,31 m até o marco '151' (E=456.615,235 m e N=6.981.426,098 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 50,56 m até o marco '152' (E=456.657,748 m e N=6.981.399,034 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 26,09 m até o marco '153' (E=456.679,737 m e N=6.981.385,131 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com o azimute de 136°21'11" e a distância de 51,21 m até o marco '154' (E=456.715,086 m e N=6.981.348,072 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 88,52 m até o marco '155' (E=456.800,000 m e N=6.981.326,020 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 52,52 m até o marco '156' (E=456.852,359 m e N=6.981.328,524 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 70,78 m até o marco '157' (E=456.921,582 m e N=6.981.318,337 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com o azimute de 125°11'43" e a distância de 24,88 m até o marco '158' (E=456.941,915 m e N=6.981.303,996 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 44,64 m até o marco '159' (E=456.983,852 m e N=6.981.297,537 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 36,96 m até o marco '160' (E=457.020,026 m e N=6.981.291,965 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 50,84 m até o marco '161' (E=457.069,260 m e N=6.981.280,986 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com o azimute de 90°00'00" e a distância de 39,85 m até o marco '162' (E=457.109,108 m e N=6.981.280,986 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com a distância de 43,32 m até o marco '163' (E=457.150,840 m e N=6.981.290,597 m); Daí segue por montante pelo arroio confrontando com ARROIO INOMINADO com o azimute de 57°58'07" e a distância de 36,88 m até o marco '1' (E=457.182,103 m e N=6.981.310,156 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 5.072.213,24 m²

#### Cálculo Analítico de Área, Azimutes, lados e Coordenadas Geográficas

Datum: SIRGAS Meridiano Central: 51° WGr

Estação	Vante	Coord. Norte	Coord. Este	Azimute	Distância	Fator Escala	Latitude	Longitude
1	2	6.981.310,156	457.182,103	352°31'41"	515,51	0,99962251	27°17'25,93846" S	51°25'57,65192" W
2	3	6.981.821,290	457.115,066	R:45.38	13,02	0,99962258	27°17'09,31871" S	51°26'00,02609" W
3	4	6.981.830,868	457.123,824	R:7299.87	307,99	0,99962257	27°17'09,00840" S	51°25'59,70630" W
4	5	6.981.676,046	457.390,051	R:77.25	40,38	0,99962229	27°17'14,07013" S	51°25'50,04139" W
5	6	6.981.715,016	457.398,719	20°12'45"	31,29	0,99962228	27°17'12,80454" S	51°25'49,72119" W
6	7	6.981.744,383	457.409,532	R:1616.65	100,60	0,99962227	27°17'11,85131" S	51°25'49,32421" W
7	8	6.981.793,032	457.321,496	301°11'21"	191,99	0,99962236	27°17'10,26032" S	51°25'52,52050" W
8	9	6.981.892,457	457.157,256	112°33'08"	51,53	0,99962254	27°17'07,01048" S	51°25'58,48242" W
9	10	6.981.872,693	457.204,846	R:26.68	37,70	0,99962249	27°17'07,65818" S	51°25'56,75377" W
10	11	6.981.887,298	457.236,262	22°51'59"	7,07	0,99962245	27°17'07,18704" S	51°25'55,60914" W
11	12	6.981.893,816	457.239,011	R:20.13	36,94	0,99962245	27°17'06,97551" S	51°25'55,50833" W
12	13	6.981.895,313	457.270,947	R:18.43	26,26	0,99962242	27°17'06,93044" S	51°25'54,34644" W
13	14	6.981.889,679	457.294,374	R:32.66	24,73	0,99962239	27°17'07,11618" S	51°25'53,49496" W
14	15	6.981.892,969	457.318,292	105°13'06"	72,15	0,99962237	27°17'07,01194" S	51°25'52,62451" W
15	16	6.981.874,030	457.387,911	R:18.59	30,63	0,99962230	27°17'07,63530" S	51°25'50,09442" W
16	17	6.981.850,755	457.402,153	R:32.54	53,74	0,99962228	27°17'08,39332" S	51°25'49,57927" W
17	18	6.981.817,355	457.436,398	R:60.70	59,46	0,99962224	27°17'09,48267" S	51°25'48,33775" W
18	19	6.981.849,729	457.483,445	R:17.89	43,05	0,99962220	27°17'08,43575" S	51°25'46,62231" W
19	20	6.981.848,112	457.516,793	R:83.71	131,19	0,99962216	27°17'08,49206" S	51°25'45,40944" W
20	21	6.981.801,205	457.625,254	R:50.88	40,28	0,99962205	27°17'10,02863" S	51°25'41,46990" W
21	22	6.981.834,246	457.646,422	R:114.96	113,06	0,99962203	27°17'08,95713" S	51°25'40,69577" W
22	23	6.981.881,289	457.744,254	R:131.86	142,09	0,99962192	27°17'07,43908" S	51°25'37,13117" W
23	24	6.981.806,005	457.856,692	R:22.21	29,65	0,99962181	27°17'09,89833" S	51°25'33,05045" W
24	25	6.981.796,614	457.882,536	R:84.32	91,94	0,99962178	27°17'10,20641" S	51°25'32,11151" W
25	26	6.981.757,858	457.960,929	R:100.67	85,33	0,99962170	27°17'11,47467" S	51°25'29,26465" W
26	27	6.981.749,956	458.043,347	R:551.39	95,96	0,99962161	27°17'11,74059" S	51°25'26,26756" W
27	28	6.981.763,320	458.138,254	5°42'02"	49,14	0,99962152	27°17'11,31670" S	51°25'22,81353" W
28	29	6.981.812,213	458.143,134	292°42'26"	734,65	0,99962151	27°17'09,72818" S	51°25'22,63000" W
29	30	6.982.095,804	457.465,429	277°09'37"	211,05	0,99962221	27°17'00,43613" S	51°25'47,24688" W
30	31	6.982.122,111	457.256,021	294°23'24"	117,69	0,99962243	27°16'59,55767" S	51°25'54,86091" W
31	32	6.982.170,711	457.148,833	238°01'46"	85,25	0,99962255	27°16'57,96608" S	51°25'58,75375" W
32	33	6.982.125,570	457.076,511	302°25'38"	477,86	0,99962262	27°16'59,42505" S	51°26'01,39017" W

33	34	6.982.381,809	456.673,166	24°15'39"	954,37 0,99962305	27°16'51,05140"	S	51°26'16,02930"	W
34	35	6.983.251,893	457.065,308	135°38'39"	605,15 0,99962263	27°16'22,81748"	S	51°26'01,65551"	W
35	36	6.982.819,200	457.488,379	46°48'13"	264,32 0,99962219	27°16'36,92779"	S	51°25'46,32169"	W
36	37	6.983.000,130	457.681,074	316°46'10"	896,24 0,99962199	27°16'31,06890"	S	51°25'39,29020"	W
37	38	6.983.653,136	457.067,206	321°14'58"	65,41 0,99962263	27°16'09,77699"	S	51°26'01,53585"	W
38	39	6.983.704,144	457.026,267	R:19.69	15,02 0,99962268	27°16'08,11457"	S	51°26'03,01840"	W
39	40	6.983.711,339	457.013,492	R:46.12	27,90 0,99962269	27°16'07,87929"	S	51°26'03,48212"	W
40	41	6.983.722,887	456.988,565	R:10.19	25,82 0,99962272	27°16'07,50116"	S	51°26'04,38727"	W
41	42	6.983.740,538	456.996,722	R:16.52	22,99 0,99962271	27°16'06,92841"	S	51°26'04,08837"	W
42	43	6.983.751,898	457.014,593	R:9.42 11,01	0,99962269	27°16'06,56122"	S	51°26'03,43696"	W
43	44	6.983.761,897	457.011,765	R:16.09	33,45 0,99962269	27°16'06,23592"	S	51°26'03,53855"	W
44	45	6.983.789,465	457.014,874	R:14.90	23,37 0,99962269	27°16'05,34029"	S	51°26'03,42199"	W
45	46	6.983.804,329	457.029,777	15°02'00"	17,42 0,99962267	27°16'04,85888"	S	51°26'02,87809"	W
46	47	6.983.821,156	457.034,296	68°26'18"	12,93 0,99962267	27°16'04,31253"	S	51°26'02,71160"	W
47	48	6.983.825,908	457.046,322	R:17.89	19,60 0,99962265	27°16'04,15941"	S	51°26'02,27361"	W
48	49	6.983.843,395	457.052,765	9°37'01"	11,17 0,99962265	27°16'03,59180"	S	51°26'02,03707"	W
49	50	6.983.854,404	457.054,631	30°27'24"	11,43 0,99962265	27°16'03,23421"	S	51°26'01,96782"	W
50	51	6.983.864,255	457.060,423	R:5.95 6,33	0,99962264	27°16'02,91470"	S	51°26'01,75592"	W
51	52	6.983.870,289	457.060,423	R:6.84 10,50	0,99962264	27°16'02,71859"	S	51°26'01,75516"	W
52	53	6.983.879,524	457.062,642	R:11.21	18,43 0,99962264	27°16'02,41869"	S	51°26'01,67329"	W
53	54	6.983.895,681	457.065,593	305°24'45"	128,54 0,99962263	27°16'01,89391"	S	51°26'01,56392"	W
54	55	6.983.970,162	456.960,836	256°59'39"	503,39 0,99962274	27°15'59,46140"	S	51°26'05,36452"	W
55	56	6.983.856,874	456.470,364	337°34'29"	967,62 0,99962327	27°16'03,08760"	S	51°26'23,21740"	W
56	57	6.984.751,322	456.101,237	334°55'44"	282,11 0,99962366	27°15'33,97501"	S	51°26'36,52725"	W
57	58	6.985.006,855	455.981,693	277°25'22"	388,16 0,99962379	27°15'25,65620"	S	51°26'40,84174"	W
58	59	6.985.057,000	455.596,790	191°57'18"	214,98 0,99962421	27°15'23,98179"	S	51°26'54,83290"	W
59	60	6.984.846,680	455.552,258	144°39'54"	205,84 0,99962426	27°15'30,81215"	S	51°26'56,47980"	W
60	61	6.984.678,758	455.671,307	86°18'48"	55,20 0,99962413	27°15'36,28361"	S	51°26'52,17218"	W
61	62	6.984.682,307	455.726,392	81°21'59"	129,66 0,99962407	27°15'36,17467"	S	51°26'50,16840"	W
62	63	6.984.701,771	455.854,582	R:403.46	137,45 0,99962393	27°15'35,55699"	S	51°26'45,50391"	W
63	64	6.984.583,371	455.923,085	R:207.77	150,51 0,99962385	27°15'39,41301"	S	51°26'43,02794"	W
64	65	6.984.477,206	456.025,104	R:27.25	38,65 0,99962374	27°15'42,87521"	S	51°26'39,33143"	W
65	66	6.984.441,758	456.026,849	R:31.54	31,44 0,99962374	27°15'44,02749"	S	51°26'39,27254"	W
66	67	6.984.428,022	456.000,000	R:27.75	44,96 0,99962377	27°15'44,47082"	S	51°26'40,25077"	W
67	68	6.984.402,296	455.969,110	R:41.15	28,48 0,99962380	27°15'45,30337"	S	51°26'41,37756"	W
68	69	6.984.374,405	455.970,156	R:70.01	59,78 0,99962380	27°15'46,20997"	S	51°26'41,34309"	W
69	70	6.984.316,598	455.974,687	R:42.09	41,85 0,99962380	27°15'48,08926"	S	51°26'41,18578"	W
70	71	6.984.277,247	455.982,637	R:339.23	53,89 0,99962379	27°15'49,36912"	S	51°26'40,90174"	W
71	72	6.984.223,417	455.982,923	R:48.65	59,91 0,99962379	27°15'51,11866"	S	51°26'40,89829"	W
72	73	6.984.172,756	455.958,613	R:116.95	78,44 0,99962382	27°15'52,76237"	S	51°26'41,78898"	W
73	74	6.984.116,603	455.905,963	194°09'26"	35,43 0,99962387	27°15'54,58130"	S	51°26'43,71109"	W
74	75	6.984.082,253	455.897,298	185°39'59"	13,03 0,99962388	27°15'55,69669"	S	51°26'44,03068"	W
75	76	6.984.069,285	455.896,012	247°53'08"	837,75 0,99962388	27°15'56,11801"	S	51°26'44,07914"	W
76	77	6.983.753,908	455.119,897	133°57'26"	52,26 0,99962473	27°16'06,27732"	S	51°27'12,34762"	W
77	78	6.983.717,636	455.157,513	144°27'43"	22,33 0,99962469	27°16'07,46062"	S	51°27'10,98429"	W
78	79	6.983.699,467	455.170,491	215°20'51"	97,09 0,99962468	27°16'08,05265"	S	51°27'10,51467"	W
79	80	6.983.620,273	455.114,320	243°33'52"	102,49 0,99962474	27°16'10,61990"	S	51°27'12,56808"	W
80	81	6.983.574,647	455.022,551	146°00'56"	87,53 0,99962484	27°16'12,09194"	S	51°27'15,91182"	W
81	82	6.983.502,067	455.071,478	R:289.64	187,64 0,99962479	27°16'14,45662"	S	51°27'14,14188"	W
82	83	6.983.318,874	455.092,307	R:98.88	164,33 0,99962476	27°16'20,41297"	S	51°27'13,40849"	W
83	84	6.983.190,120	455.161,277	R:137.17	189,56 0,99962469	27°16'24,60569"	S	51°27'10,91690"	W
84	85	6.983.067,329	455.285,730	R:65.26	39,66 0,99962455	27°16'28,61111"	S	51°27'06,40643"	W
85	86	6.983.028,554	455.281,081	R:186.20	165,05 0,99962455	27°16'29,87078"	S	51°27'06,58062"	W
86	87	6.982.873,500	455.319,308	132°07'30"	44,30 0,99962451	27°16'34,91462"	S	51°27'05,21057"	W
87	88	6.982.843,785	455.352,165	132°07'30"	146,61 0,99962448	27°16'35,88423"	S	51°27'04,01937"	W
88	89	6.982.745,449	455.460,900	R:35.53	44,01 0,99962436	27°16'39,09295"	S	51°27'00,07722"	W
89	90	6.982.704,673	455.467,148	196°42'13"	10,03 0,99962435	27°16'40,41893"	S	51°26'59,85529"	W
90	91	6.982.695,067	455.464,266	R:30.59	29,15 0,99962435	27°16'40,73079"	S	51°26'59,96138"	W
91	92	6.982.667,807	455.470,908	R:59.92	95,04 0,99962435	27°16'41,61754"	S	51°26'59,72336"	W
92	93	6.982.644,159	455.552,954	R:75.98	104,26 0,99962426	27°16'42,39570"	S	51°26'56,74214"	W
93	94	6.982.608,931	455.642,544	R:310.69	152,26 0,99962416	27°16'43,55109"	S	51°26'53,48802"	W
94	95	6.982.479,381	455.719,622	R:38.08	55,50 0,99962408	27°16'47,77052"	S	51°26'50,70126"	W
95	96	6.982.430,101	455.731,618	R:99.16	165,15 0,99962406	27°16'49,37355"	S	51°26'50,27133"	W
96	97	6.982.291,606	455.780,041	R:51.04	55,33 0,99962401	27°16'53,88035"	S	51°26'48,52799"	W
97	98	6.982.249,007	455.811,005	R:84.28	107,31 0,99962398	27°16'55,26844"	S	51°26'47,40722"	W
98	99	6.982.157,547	455.770,052	R:106.47	49,07 0,99962402	27°16'58,23620"	S	51°26'48,90877"	W
99	100	6.982.120,703	455.738,303	209°52'53"	160,20 0,99962405	27°16'59,42996"	S	51°26'50,06844"	W
100	101	6.981.981,798	455.658,490	R:20.28	35,13 0,99962414	27°17'03,93517"	S	51°26'52,98977"	W
101	102	6.981.976,830	455.627,994	318°38'50"	62,94 0,99962417	27°17'04,09308"	S	51°26'54,09973"	W



102	103	6.982.024,078	455.586,409	R:53.43	87,73	0,99962422	27°17'02,55264" S	51°26'55,60623" W
103	104	6.982.022,506	455.508,226	218°49'36"	57,28	0,99962431	27°17'02,59460" S	51°26'58,45039" W
104	105	6.981.977,879	455.472,311	R:26.95	43,24	0,99962434	27°17'04,04080" S	51°26'59,76265" W
105	106	6.981.972,672	455.433,912	R:159.55	66,59	0,99962439	27°17'04,20554" S	51°27'01,16012" W
106	107	6.981.997,277	455.372,558	R:207.39	93,66	0,99962445	27°17'03,39867" S	51°27'03,38869" W
107	108	6.982.050,752	455.296,639	293°24'40"	10,45	0,99962454	27°17'01,65179" S	51°27'06,14325" W
108	109	6.982.054,903	455.287,050	278°44'20"	10,89	0,99962455	27°17'01,51575" S	51°27'06,49151" W
109	110	6.982.056,558	455.276,286	R:204.69	67,39	0,99962456	27°17'01,46070" S	51°27'06,88284" W
110	111	6.982.054,167	455.209,240	R:97.83	37,35	0,99962463	27°17'01,53052" S	51°27'09,32197" W
111	112	6.982.028,530	455.182,391	R:114.98	50,55	0,99962466	27°17'02,36058" S	51°27'10,30200" W
112	113	6.982.002,275	455.139,664	R:143.89	62,40	0,99962471	27°17'03,20885" S	51°27'11,85967" W
113	114	6.981.973,156	455.085,023	R:165.57	110,91	0,99962477	27°17'04,14879" S	51°27'13,85111" W
114	115	6.981.868,825	455.054,002	170°37'23"	125,66	0,99962480	27°17'07,53595" S	51°27'14,99331" W
115	116	6.981.744,846	455.074,475	R:125.92	125,13	0,99962478	27°17'11,56776" S	51°27'14,26497" W
116	117	6.981.641,427	455.135,422	R:173.48	119,71	0,99962471	27°17'14,93613" S	51°27'12,06159" W
117	118	6.981.552,776	455.212,313	R:260.56	44,66	0,99962463	27°17'17,82640" S	51°27'09,27624" W
118	119	6.981.509,194	455.221,800	R:26.32	18,29	0,99962462	27°17'19,24395" S	51°27'08,93687" W
119	120	6.981.503,653	455.238,845	R:40.28	26,16	0,99962460	27°17'19,42604" S	51°27'08,31755" W
120	121	6.981.498,572	455.264,038	R:2117.61	103,26	0,99962457	27°17'19,59414" S	51°27'07,40178" W
121	122	6.981.447,915	455.354,012	R:131.22	63,22	0,99962447	27°17'21,25109" S	51°27'04,13544" W
122	123	6.981.432,413	455.414,669	90°00'00"	23,56	0,99962441	27°17'21,76203" S	51°27'01,93095" W
123	124	6.981.432,413	455.438,231	R:34.98	50,26	0,99962438	27°17'21,76479" S	51°27'01,07383" W
124	125	6.981.403,968	455.474,441	169°32'55"	62,43	0,99962434	27°17'22,69351" S	51°26'59,76033" W
125	126	6.981.342,572	455.485,766	69°35'08"	45,67	0,99962433	27°17'24,69024" S	51°26'59,35640" W
126	127	6.981.358,502	455.528,565	R:56.12	46,58	0,99962428	27°17'24,17751" S	51°26'57,79740" W
127	128	6.981.355,987	455.573,754	R:41.00	61,39	0,99962423	27°17'24,26453" S	51°26'56,15386" W
128	129	6.981.370,984	455.627,516	36°26'38"	36,07	0,99962418	27°17'23,78339" S	51°26'54,19618" W
129	130	6.981.400,000	455.648,943	R:290.25	186,57	0,99962415	27°17'22,84285" S	51°26'53,41294" W
130	131	6.981.492,104	455.807,513	R:62.77	69,94	0,99962398	27°17'19,86786" S	51°26'47,63261" W
131	132	6.981.464,850	455.868,037	R:292.43	69,92	0,99962391	27°17'20,76066" S	51°26'45,43446" W
132	133	6.981.439,474	455.933,011	101°41'33"	67,18	0,99962384	27°17'21,59292" S	51°26'43,07418" W
133	134	6.981.425,861	455.998,792	R:39.67	27,81	0,99962377	27°17'22,04297" S	51°26'40,68301" W
134	135	6.981.414,632	456.023,611	R:15.41	18,21	0,99962375	27°17'22,41079" S	51°26'39,78162" W
135	136	6.981.406,366	456.038,656	R:29.65	25,00	0,99962373	27°17'22,68118" S	51°26'39,23539" W
136	137	6.981.398,881	456.061,743	R:14.18	14,28	0,99962370	27°17'22,92711" S	51°26'38,39652" W
137	138	6.981.395,117	456.074,900	65°14'00"	43,62	0,99962369	27°17'23,05096" S	51°26'37,91838" W
138	139	6.981.413,390	456.114,508	R:91.29	27,88	0,99962365	27°17'22,46165" S	51°26'36,47519" W
139	140	6.981.414,732	456.142,252	R:34.36	22,15	0,99962362	27°17'22,42123" S	51°26'35,46577" W
140	141	6.981.416,377	456.163,958	R:50.46	30,47	0,99962359	27°17'22,37030" S	51°26'34,67595" W
141	142	6.981.420,973	456.193,613	R:29.91	32,93	0,99962356	27°17'22,22431" S	51°26'33,59659" W
142	143	6.981.400,746	456.217,491	162°42'40"	22,78	0,99962354	27°17'22,88448" S	51°26'32,73057" W
143	144	6.981.378,996	456.224,260	R:41.85	46,70	0,99962353	27°17'23,59212" S	51°26'32,48714" W
144	145	6.981.350,089	456.257,844	92°34'21"	136,48	0,99962349	27°17'24,53547" S	51°26'31,26916" W
145	146	6.981.343,964	456.394,191	R:118.86	100,94	0,99962335	27°17'24,75019" S	51°26'26,30998" W
146	147	6.981.394,513	456.478,071	R:136.54	31,97	0,99962326	27°17'23,11692" S	51°26'23,25216" W
147	148	6.981.419,957	456.497,301	R:48.32	19,47	0,99962324	27°17'22,29217" S	51°26'22,54936" W
148	149	6.981.430,957	456.513,203	R:5339.20	49,36	0,99962322	27°17'21,93648" S	51°26'21,96948" W
149	150	6.981.450,555	456.558,503	R:21.93	18,11	0,99962317	27°17'21,30471" S	51°26'20,31909" W
150	151	6.981.450,555	456.576,105	R:158.97	46,31	0,99962315	27°17'21,30672" S	51°26'19,67881" W
151	152	6.981.426,098	456.615,235	R:184.08	50,56	0,99962311	27°17'22,10605" S	51°26'18,25846" W
152	153	6.981.399,034	456.657,748	R:97.22	26,09	0,99962307	27°17'22,99049" S	51°26'16,71540" W
153	154	6.981.385,131	456.679,737	136°21'11"	51,21	0,99962304	27°17'23,44485" S	51°26'15,91727" W
154	155	6.981.348,072	456.715,086	R:190.97	88,52	0,99962300	27°17'24,65332" S	51°26'14,63612" W
155	156	6.981.326,020	456.800,000	R:249.30	52,52	0,99962291	27°17'25,37967" S	51°26'11,54992" W
156	157	6.981.328,524	456.852,359	R:134.63	70,78	0,99962286	27°17'25,30423" S	51°26'09,64491" W
157	158	6.981.318,337	456.921,582	125°11'43"	24,88	0,99962279	27°17'25,64316" S	51°26'07,12803" W
158	159	6.981.303,996	456.941,915	R:40.68	44,64	0,99962276	27°17'26,11155" S	51°26'06,39018" W
159	160	6.981.297,537	456.983,852	R:76.21	36,96	0,99962272	27°17'26,32622" S	51°26'04,86543" W
160	161	6.981.291,965	457.020,026	R:117.26	50,84	0,99962268	27°17'26,51140" S	51°26'03,55020" W
161	162	6.981.280,986	457.069,260	90°00'00"	39,85	0,99962263	27°17'26,87378" S	51°26'01,76057" W
162	163	6.981.280,986	457.109,108	R:82.76	43,32	0,99962259	27°17'26,87828" S	51°26'00,31099" W
163	1	6.981.290,597	457.150,840	57°58'07"	36,88	0,99962254	27°17'26,57062" S	51°25'58,79166" W

Área Total: 5.072.213,24 m²

Art. 3º- As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de dotações próprias do Município.

Art. 4º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 14 de outubro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 14 de outubro de 2014.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### **LEI 1371/2014**

LEI Nº 1371, de 16 de outubro de 2014.

Altera a Lei Municipal nº 1342/2013 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII da Lei Municipal nº 1342/2013, de 02 de setembro de 2013, os quais passam a vigorar conforme os respectivos anexos desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 16 de outubro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 16 de outubro de 2014.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### **LEI 1372/2014**

LEI Nº 1372, de 16 de outubro de 2014.

"Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências".

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho-SC:

Faço saber, em cumprimento às atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

#### **I. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Orçamento do Município de ERVAL VELHO, para o exercício de 2015, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as metas fiscais
- II - as prioridades e metas da administração municipal;
- III - a estrutura e organização do orçamento;
- IV - as diretrizes para a elaboração e a execução do orçamento do Município;
- V - as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

#### **II. DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos Anexos desta lei:

- I - Demonstrativo I - Metas Anuais;
- II - Demonstrativo II - Demonstrativo da avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- III - Demonstrativo III - Metas Fiscais Anuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- IV - Demonstrativo IV - Evolução do patrimônio líquido;
- V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo VI - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VII - Demonstrativo VII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- VIII - Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas;
- IX - Demonstrativo IX - Riscos Fiscais e Providências;
- X - Demonstrativo X - Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público.
- XI - Anexo I - Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Receita;
- XII - Anexo II - Memória de cálculo das Metas Fiscais da Despesa;
- XIII - Anexo III - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;
- XIV - Anexo IV - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
- XV - Anexo V - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas e demonstradas nos Demonstrativos de que trata o art. 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei e identificadas no Demonstrativo VIII, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

#### **III. DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência



de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 437/2012.

§ 2º A categoria de programação de trata o art. 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

§ 1º Os orçamentos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA e Fundo Municipal da Habitação - FMH integrarão o orçamento do Poder Executivo como unidades orçamentárias, respeitados na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 2º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS integrará o orçamento do Poder Executivo como Unidade Gestora, respeitadas na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e Portaria STN nº 437/2012, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas (anexo 1, da Lei 4.320/64 e adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (anexo 2, da Lei 4.320/64 e adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas (anexo 2, da Lei 4.320/64 e adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (anexo 3, da Lei 4.320/64 e adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

V - Programa de trabalho (adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Programa de trabalho de governo - Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e operações especiais (anexo 6 da Lei 4.320/64 e adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (anexo 7, da Lei 4.320/64 e adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções e

programas, conforme o vínculo com os recursos (anexo 8, da Lei 4.320/64 e adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - Demonstrativo da despesa por órgãos e funções (anexo 9, da Lei 4.320/64 e adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

X - Demonstrativo da evolução da receita por fontes (art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal);

XI - Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita (art. 14 da LRF);

XII - Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da evolução da despesa no mínimo por categoria econômica (art. 22 da Lei 4.320/64);

XIV - Demonstrativo das receitas e despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social (art. 165, § 5º da CF);

XV - Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com as metas fiscais e físicas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias (art. 5º, I da LRF);

XVI - Demonstrativo dos riscos fiscais considerados para 2015 (art. 5º, III);

XVII - Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos derivados da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público (art. 44 da LRF);

XVIII - Demonstrativo da apuração do resultado primário e nominal previstos para o exercício de 2015 (art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XIX - Demonstrativo da origem e destinação dos recursos para 2015 (art. 8º e 50, I da LRF).

Parágrafo único - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2015 conterá o disposto no inciso I, art. 22 da Lei 4.320/64.

#### AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 9º Os Orçamentos para o exercício de 2015 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo (art. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 10 O Poder Legislativo Municipal terá como limites das despesas correntes e de capital o previsto no art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 11 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2015 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios (art. 12 da LRF).

Art. 12 Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de

crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;  
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas, e aquisição de equipamentos, veículos e máquinas;  
III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e  
IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14 A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo XII da LOA, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 15 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo IX desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16 Os orçamentos para o exercício de 2015 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e não superiores a 2% e não inferiores a 0,01% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício (art. 5º, III da LRF).

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Demonstrativo IX (art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2015, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares para reforço de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 17 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 18 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato

equilíbrio de caixa (art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 19 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Parágrafo único - Os recursos oriundos de transferências voluntárias não previstos nos orçamentos da receita ou a apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 20 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2015, constantes do Demonstrativo VI desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e 14, I da LRF).

Art. 21 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização na própria lei orçamentária ou em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo que dispuser a legislação municipal, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade e controle interno (art. 70, parágrafo único da CF).

Art. 22 Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 23 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (art. 45 da LRF).

Parágrafo único - As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão demonstrados no Demonstrativo X desta lei (art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 24 Despesas de competência de outros Entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 25 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 26 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Unidade Gestora, não poderá ultrapassar 25% do total da despesa e será autorizado

por Lei e executado por Decreto (art. 167, VI da Constituição Federal combinado com art. 120, § 8º, I da Constituição Estadual).

Art. 27 Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015 e constantes desta lei (art. 167, I da CF).

Art. 28 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas desenvolvidos pelo Poder Público Municipal, conforme trata a Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 4º, I, "e" e 50, § 3º da LRF).

Art. 29 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual, e contemplados na Lei Orçamentária para 2015, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 30 Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000 (art.s 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 32 A contratação de operações de crédito dependerá de existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica (art. 32, § 1º, I da LRF).

Art. 33 Ultrapassado o limite de endividamento, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 12 desta lei. (art. 31, § 1º, II da LRF)

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 169, § 1º, II da CF).

§ 1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

§ 2º Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente,

a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 22, § único, V da LRF).

Art. 35 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 19 e 20 da LRF).

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras.

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Erval Velho, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização".

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 37 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Parágrafo único - O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita.

Art. 38 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da LRF (art. 14, § 3º da LRF).

Art. 39 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente (art. 14, § 2º da LRF).

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2014.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 41 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 42 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 43 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2015.

Art. 44 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 16 de outubro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 16 de outubro de 2014.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### Lei 1373/2014

Lei n. 1373, de 21 de outubro de 2014.

Autoriza a abertura de crédito especial, e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no orçamento vigente:

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

UNIDADE 02 - DIRETORIA DE SANEAMENTO BÁSICO

PROJETO ATIVIDADE 2.048 - Manutenção do Sistema de Saneamento Básico - Diretoria Saneamento

Modalidade 33900000000001.0000.0000 - Aplicações diretas .....R\$ 10.000,00

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

UNIDADE 02 - DIRETORIA DE SANEAMENTO BÁSICO

PROJETO ATIVIDADE 1.031 - Construção de Sistema de Saneamento Básico

Modalidade 44900000000001.0000.0024-54 - Aplicações diretas .....R\$ 6.803.092,57

Art. 2º - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta:

I - da anulação parcial da dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

PROJETO ATIVIDADE 1.022 - Telecomunicação Rural

Modalidade 33900000000001.0000.0000 - Aplicações diretas .....R\$ 10.000,00

II - do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na Fonte de Recursos 01.0024.54 - Outras Transferências de Convênios da União R\$ 6.803.092,57

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 21 de outubro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 21 de outubro de 2014.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### Portaria 2996/2014

PORTARIA 2996, de 15 de outubro de 2014.

Exonera Servidor Temporário e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR a pedido a Senhora LIA MARA DE QUADROS, ocupante do cargo temporário de Agente de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, nomeada pela Portaria 2941, de 22 de abril de 2014.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de outubro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 15 de outubro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### Portaria 2997/2014

PORTARIA 2997, de 15 de outubro de 2014.

Designa Comissão Especial para acompanhamento do Concurso Público nº 001/2014 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, todos da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores abaixo relacionados sob a presidência do primeiro, para integrarem a Comissão Especial do Concurso Público nº 001/2014 para acompanhamento dos atos relacionados ao referido concurso, sob a responsabilidade da UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina.



1. Cristiane Bordin Camaroto
2. Silvia Letícia Correa
- 3 .Fábio Trombetta
4. Francine Assmann
5. Cristian Tonial Anacleto

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,  
em 15 de outubro de 2014.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto 1891/2014**

PORTARIA 2991, de 15 de setembro de 2014.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no inciso XI, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 043, de 29 de agosto de 2013, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, de acordo com o Processo Seletivo n. 003/2014, originado pelo Edital n. 003/2014, de 24 de fevereiro de 2014,

Resolve:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado a Senhora LUCIANA GOMES DE CAMPOS, para ocupar temporariamente o cargo de Psicólogo, nível 08-A, com carga horária de 40hs (quarenta horas) semanais, conforme prevê a legislação vigente, até que se realize Concurso Público ou ainda podendo ocorrer a rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,  
em 15 de setembro de 2014.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto 1892/2014**

DECRETO 1892, de 15 de outubro de 2014.

Declara de Utilidade Pública Imóvel que especifica para Fins de Desapropriação e Posterior Destinação Pública e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,  
Considerando a necessidade de prover moradia aos habitantes de Erval Velho e resolver o déficit habitacional, para a execução do

Plano de Urbanização, Parcelamento do Solo, com ou sem edificação, e com fundamento no Decreto Lei 3.365, de 21 de junho de 1941 especificamente nos artigos 2º e 5º inciso I;

Considerando as normas estabelecidas pelo BADESC - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina para liberação dos recursos de financiamento do Programa Juro Zero conforme contrato nº 2013040101 firmado entre o Município de Erval Velho e aquela Instituição;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica declarado de utilidade pública o imóvel de propriedade do SR. ITACIR FERRARI E SUA MULHER AIRES FÁTIMA FERRARI, bem como suas acessões e benfeitorias situado no imóvel Erval Sul no Município de Erval Velho localizado próximo ao "Conjunto Habitacional Colina das Flores", com a área superficial de 24.200,00m2 (vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados) objeto da matrícula nº 493 registrado no Registro de Imóveis da Comarca de Herval d' Oeste, SC, com as seguintes confrontações: ao Norte com terras da Prefeitura Municipal Casas Populares, ao Sul e Leste com terras de Andre Alves e a Oeste com a Estrada Municipal Erval Velho - Gramados. (Incluído na área urbana pela Lei nº 1370, de 14 de outubro de 2014).

Parágrafo único - Fica também declarado de utilidade pública os acessos ao imóvel descrito, e os imóveis de seu entorno necessários ao acesso pelo serviço de agrimensura e delimitação, as áreas do entorno necessárias a passagem de redes de energia elétrica, telefonia, adução de água, esgoto e outros serviços públicos.

Artigo 2º- As medidas e confrontações apontadas são as constantes nos registros imobiliários devendo serem aferidas e retificadas por trabalho de agrimensura, pelo qual delimitar-se-ão as exatas características geográficas e dimensões.

Artigo 3º- Fica nomeada a Comissão Técnica para produzir Laudo de Avaliação do Imóvel sendo esta composta pelos seguintes membros:

- Denir Narciso Zulian - Engenheiro Civil - AMMOC CREA/SC - 50.8058;
- Saulo Daniel Marin - Diretor de Planejamento e Coordenação;
- Leonardo Elias Bittencourt- Advogado OAB 9815;
- Fernando da Silva Coelho - Corretor de Imóveis - CRECI nº 20.429.

Artigo 4º- Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 15 de outubro de 2014.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto, em 15 de outubro de 2014.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças.

### **Decreto 1893/2014**

DECRETO 1893, de 15 de outubro de 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei



Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1352, de 18 de dezembro de 2013 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

# DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 5.700,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
UNIDADE 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
PROJ/ATIV - 2.022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL  
3.3..50.00.00.00.03.0300.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.700,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2013 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 15 de outubro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1893 /2014, de 15 de outubro de 2014

## DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO Exercício de 2013

Fonte de Recurso 0000 - Recursos Ordinário

Ativo Financeiro	1.917.555,44
(-) Passivo Financeiro	(437.669,53)
Superávit Financeiro	1.479.885,91
Deduções	
Decreto n.º 1837/2014	100.000,00
Decreto n.º 1846//2014	45.000,00
Decreto n.º 1847/2014	50.000,00
Decreto n.º 1851/2014	120.000,00
Decreto n.º 1853/2014	12.000,00
Decreto n.º 1856/2014	20.000,00
Decreto n.º 1862/2014	200.000,00
Decreto n.º 1868/2014	25.000,00
Decreto n.º 1872/2014	17.500,00
Decreto n.º 1875/2014	265.000,00
Decreto n.º 1877/2014	204.000,00
Decreto n.º 1879/2014	50.000,00
Decreto n.º 1880/2014	45.000,00
Decreto n.º 1893/2014	5.700,00
Total Decretos	1.159.200,00
Saldo	320.685,91

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2013- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE  
Técnico Contábil

## Decreto 1894/2014

DECRETO 1894, de 21 de outubro de 2014.

Transfere Data Comemorativa e Decreta Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

Walter kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

# DECRETA:

Art. 1º - Fica transferida a data comemorativa ao dia do Funcionário Público do dia 28/10/2014 para o dia 31/10/2014.

Art. 2º - Em decorrência desta transferência fica decretado ponto facultativo em todas as repartições municipais, inclusive no Fundo Municipal de Saúde no dia 31/10/2014.

Parágrafo Único - Os casos de emergência na Saúde serão atendidos pelo sobreaviso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 21 de outubro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 21 de outubro de 2014.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

## Decreto 1895/2014

DECRETO 1895, de 21 de outubro de 2014

Abre crédito especial suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com a Lei Municipal n. 1373, de 21 de outubro de 2014, e, tendo presentes razões de interesse público,

# DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito especial suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 6.813.092,57 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL  
UNIDADE 02 - DIRETORIA DE SANEAMENTO BÁSICO  
PROJETO ATIVIDADE 2.048 - Manutenção do Sistema de Saneamento Básico - Diretoria Saneamento  
Modalidade 33900000000001.0000.0000 - Aplicações diretas .....R\$ 10.000,00

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

UNIDADE 02 - DIRETORIA DE SANEAMENTO BÁSICO  
PROJETO ATIVIDADE 1.031 - Construção de Sistema de Saneamento Básico  
Modalidade 44900000000001.0000.0024-54 - Aplicações diretas  
.....R\$ 6.803.092,57

Art. 2º - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta:

I - da anulação parcial da dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

PROJETO ATIVIDADE 1.022 - Telecomunicação Rural

Modalidade 33900000000001.0000.0000 - Aplicações diretas  
.....R\$ 10.000,00

II - do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na Fonte de Recursos 01.0024.54 - Outras Transferências de Convênios da União R\$ 6.803.092,57

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 21 de outubro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## Faxinal dos Guedes

### PREFEITURA

#### Extrato Adt 1º Edmar da Silva - Iluminação Pública

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

Contratante: Município de Faxinal dos Guedes

Contratado: Edmar da Silva Me

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços elétricos de manutenção de iluminação pública no município.

Número do Contrato: 0141/2013

Primeiro Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0077/2013 na Modalidade Pregão Presencial nº 0031/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 22 de outubro de 2014.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

#### Extrato Adt 2º Terramax - Fundam Vigência

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes

CONTRATADA: Terramax Construções e Obras Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para realizar obras de pavimentação asfáltica de vias públicas diversas no município de Faxinal dos Guedes, incluindo materiais e mão de obra.

Número do Contrato: 0077/2014

Segundo Termo Aditivo: Aditiva prazo de vigência

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0017/2014 na Modalidade Concorrência Pública N.º 0002/2014 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 23 de outubro de 2014.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

# Forquilha

## PREFEITURA

### Lei Nº 2.015, de 10 de Outubro de 2014.

LEI Nº 2.015, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014.

DENOMINA RUA VANIO CASAGRANDE A VIA PÚBLICA QUE MENCIONA NO BAIRRO OURO NEGRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se RUA VANIO CASAGRANDE a atual Rua nº 184, que inicia na Rodovia Gabriel Arns seguindo até a Rua nº 108, no Bairro Ouro Negro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 10 de outubro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de outubro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

### Lei Nº 2.016, de 10 de Outubro de 2014.

LEI Nº 2.016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014.

DENOMINA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE VALENTIN WILLEMANN O PRÓPRIO PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se Unidade Básica de Saúde Valentin Willemann, a unidade de saúde localizada na Rua Hercílio Minatto, nº 333, no Bairro Vila Lourdes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 10 de outubro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de outubro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

### Lei Nº 2.017, de 22 de Outubro de 2014.

LEI Nº 2.017, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

ESTABELECE NORMAS PARA A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADES RELATIVAS A FEIRAS E EVENTOS TEMPORÁRIOS NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

#### NORMAS GERAIS

Art. 1º A realização de feiras e eventos temporários, observarão o disposto nesta lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, consideram-se como feiras e eventos temporários aqueles de natureza comercial, industrial ou de prestação de serviços, cuja atividade principal seja a venda direta ao consumidor de produtos industrializados, artesanais ou de serviços.

Art. 2º A Feira ou Evento somente poderá ser realizado por empresa promotora, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado, cuja sede, matriz ou filial esteja localizada no Estado de Santa Catarina, a qual será responsável direta pela feira ou evento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a feiras ou eventos estimulados pelo Município, bem como, os acontecimentos de especial interesse: espetáculos culturais, artísticos ou religiosos, congressos, convenções, exposições industriais ou comerciais e de negócios, competições, feiras de automotores, além de outros, considerados de interesse turístico.

Art. 3º As feiras e eventos terão a duração máxima de 15 (quinze) dias, não sendo permitida ampliação desse prazo, nem a inclusão de novos feirantes após o início da mesma ou da análise da documentação.

§ 1º As feiras que tenham por objeto venda a varejo não poderão ter duração maior que 03 (três) dias;

§ 2º O horário de funcionamento das feiras que tenham por objeto venda a varejo deverá obedecer a jornada das 08h às 12h e das 13h às 18h, de segunda à sexta-feira, e aos sábados das 08h às 13h.

§ 3º A feira do livro e a feira da indústria e comércio que acontece durante festividades temáticas, estão excluídas das restrições previstas nos parágrafos primeiro e segundo deste artigo.

§ 4º Fica proibida a realização de feiras e eventos temporários, ou eventos similares itinerantes no mês de Dezembro, e em datas que tenham ações temáticas na cidade.

§ 5º Eventos de natureza exclusivamente filantrópica realizados em favor de alguma associação do Município, mostras de caráter científico, tecnológico, cultural e temáticas que não tiverem por fim precípuo a venda de mercadorias ou serviços diretamente ao consumidor final, poderão, a critério do Poder Público, serem desobrigados da apresentação de algumas exigências desta lei, inclusive do pagamento de taxas, estando vedada a realização dos referidos eventos no mês de dezembro, bem como a venda de mercadorias da estação corrente.

#### CAPÍTULO II

#### DO LOCAL

Art. 4º O local onde serão realizadas as feiras eventuais deverá atender às exigências compatíveis de segurança, saúde, meio ambiente, estacionamento, Código de Posturas, vigilância Sanitária, devendo haver, à disposição dos visitantes, sanitários masculinos e femininos, na proporção adequada por lei, a área do imóvel ocupado.

Art. 5º Cada estande deverá ter área mínima de 8 (oito) e máxima de 30 (trinta) metros quadrados, não sendo permitido o uso de várias estandes por um só expositor, limitando-se pela área máxima.

Art. 6º A promotora da feira reservará, no principal acesso ao local do evento, espaço gratuito para o PROCON, Vigilância Sanitária e demais Fiscalizações Públicas.

Parágrafo único. A empresa promotora do evento fica equiparada ao fornecedor, para os feitos da Lei nº 8.078, de 11 de novembro de 1990, respondendo solidariamente por qualquer violação dos direitos dos consumidores.

Art. 7º O local da realização das feiras e eventos deverá estar em dia com os tributos e tarifas municipais, sob pena de indeferimento de licença.

### CAPÍTULO III DA CONCESSÃO PRÉVIA

Art. 8º O requerimento de realização da feira ou evento deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal até 60 (sessenta) dias antes da realização, pela pessoa jurídica promotora do evento e dar-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - regulamento do evento;

II - cópia autenticada do estatuto social ou contrato social;

III - cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, do Ministério da Fazenda;

IV - cópia do CPF e RG dos sócios ou diretores;

V - certidão negativa de débito com a Fazenda Federal, Estadual e do município de origem;

VI - contrato de locação ou Autorização de uso do local de realização da feira eventual;

VII - layout com a demonstração da localização e disposição dos estandes;

VIII - a empresa promotora da feira ou evento, deverá ofertar perante os órgãos representativos do comércio, indústria e serviço local, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data do pedido de licença municipal, 50% (cinquenta por cento) dos estandes da Feira para empresas e entidades estabelecidas no município.

§ 1º Ficam asseguradas, às empresas estabelecidas no município, o mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos espaços colocados à disposição do comércio, indústria e serviços, que deverão manifestar seu interesse até trintas dias antes a realização da feira ou evento.

§ 2º A administração deverá aprovar ou negar o pedido para a realização de feiras eventuais, justificando a sua decisão, em até 30 (trinta) dias antes da realização do evento pretendido.

§ 3º As feiras eventuais ficarão integralmente submetidas às disposições do Código de Posturas, sistema viário, à ordem, ao sossego e à tranquilidade pública.

Art. 9º A análise e deferimento da concessão prévia caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, e será apenas um indicativo que a feira ou evento poderá ser realizado, mas a Licença de funcionamento será expedido após atender a relação de documentos solicitados no art. 10.

### CAPÍTULO IV DA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO

Art. 10. A licença para a realização das feiras será requerida à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pela pessoa jurídica promotora do evento e dar-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - cópia autenticada do estatuto social, contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina;

II - cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, do Ministério da Fazenda;

III - certificação da fazenda Estadual, e Delegacia Regional do Trabalho, quanto à realização da feira e dos dias e horários de seu funcionamento;

IV - certidão negativa de débito com a Fazenda Federal, Estadual e do município.

V - atestado, firmado por um engenheiro civil, de que a instalação da feira ou evento atende às normas do CREA;

VI - comprovante de vistoria do local, expedido pela Guarnição do Corpo de Bombeiros, atestando a segurança do local segundo as normas vigentes;

VII - comprovante de vistoria expedido pela Vigilância Sanitária;

VIII - comprovante de vistoria expedido pela FUNDAF;

IX - comprovante de vistoria expedido pelo NÚCLEO DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO - NTC;

X - comprovante de vistoria expedido pela Secretaria Municipal de Planejamento.

XI - contrato de locação ou Autorização de uso do local de realização da feira eventual;

XII - layout com a demonstração da localização e disposição dos estandes;

XIII - relação dos Expositores.

Art. 11. Cada estande será uma unidade comercial e deverá obter a competente licença de funcionamento junto ao Município, independente daquela obtida pela empresa promotora, devendo apresentar os seguintes documentos:

I - cópia autenticada do estatuto social, contrato social;

II - cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, do Ministério da Fazenda.

III - certidão negativa de débito com a Fazenda Federal, Estadual e do município de origem.

IV - comprovante fiscal prévia da origem das mercadorias a serem comercializadas, com seus respectivos manifestos de quantidade e valor, que deverão ser entregues à secretária municipal do Sistema Econômico, para análise, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito horas) horas da data de início da feira;

### CAPÍTULO V DO RECOLHIMENTO DA TAXA DE LICENÇA

Art. 12. A Taxa de licença deverá ser recolhida antecipadamente a expedição desta no valor de:

I - Vinte e cinco UFM's - Unidade Fiscal do Município - por dia, para estandes com até 15 metros quadrados;

II - Cinquenta UFM's - Unidade Fiscal do Município - por dia, para estandes de 15 a 30 metros quadrados;

III - Duzentas UFM's - Unidade Fiscal do Município - por dia, para a empresa promotora do evento.

Parágrafo único. Nos casos das feiras ou eventos realizados por empresas especializadas exigir-se-á a comprovação do recolhimento do ISS - Imposto Sobre Serviços, relativo aos serviços prestados.

### CAPÍTULO VI DAS PENALIDADES

Art. 13. Será cassada a qualquer tempo a licença outorgada, quando houver descumprimento de qualquer das determinações constantes desta lei, com a imediata interdição do estabelecimento, apreensão dos bens e pagamento de multa no valor de duas mil UFM's, ficando impedido para realização de novos eventos pelo prazo de dois anos, contados a partir da infração.

Parágrafo único. As penalidades previstas no caput deste artigo se estenderão ao organizador da feira.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.



Forquilha/SC, 22 de outubro de 2014.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de outubro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

### Lei Nº 2.018, de 22 de Outubro de 2014.

LEI Nº 2.018, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

DENOMINA RUA ARINO JORDÃO A VIA PÚBLICA QUE MENCIONA NO BAIRRO VILA FRANCA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se RUA ARINO JORDÃO a atual Rua nº 253, que inicia na Rua Alveri de Oliveira seguindo no sentido sul até a Rua 255 no Bairro Vila Franca.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de outubro de 2014.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de outubro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

### Publicação Auto de Multa E Taxa de Roçada 2014.

PUBLICAÇÃO AUTO DE MULTA E TAXA DE ROÇADA 2014.

A Secretaria de Administração e Finanças do Município de Forquilha/SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido e que recusaram o recebimento, do lançamento da Taxa de Roçada e dos Autos de Multa.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	Nº NOTIFICAÇÃO/ANO	Nº DO AUTO DE MULTA/ANO	VALOR TAXA DE ROÇADA (R\$)	VALOR DO AUTO DE MULTA (R\$)	DATA DE VENCIMENTO
FILIPPE SEMLER LUIZ	15390	70/2014	25/2014	40,43	236,00	23/11/2014
IVAIR PAZINI	25100	82/2014	21/2014	40,59	236,00	21/11/2014
TEOTONIO DE JESUS FAUSTINO	3510	77/2014	24/2014	24,90	236,00	21/11/2014

ALIRIO MACHADO GOUTART	3062	80/2014	20/2014	36,73	236,00	21/11/2014
ALFREDO APOLI-NÁRIO	3809	84/2014	22/2014	35,62	236,00	21/11/2014
ALFREDO APOLI-NÁRIO	3808	84/2014	22/2014	35,64	236,00	21/11/2014

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

### Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 198/PMF/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 198/PMF/2014.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objeto a Aquisição, de forma parcelada, de água mineral para atendimento as diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o exercício de 2015.

DATA DE ABERTURA: Dia 11 de novembro de 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 23 de outubro de 2014.  
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

### NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 21/PMF/2014

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 21/PMF/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 193/PMF/2014

OBJETO: Contratação de empresa especializada para coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário devidamente licenciado, do município de Forquilha/SC.

MOTIVO: Aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e quatorze a Pregoeira, Sra. Erika De Luca Tiscoski e a comissão correspondente reuniram-se para revisão do edital de Pregão nº. 193/PMF/2014. Considerando diversas alterações necessárias no processo a fim de atender as expectativas desta municipalidade em relação aos serviços prestados, a comissão decide por revogar o processo em questão para, posteriormente, lançar um novo processo adequando-o às necessidades na administração.

Forquilha/SC, 23 de outubro de 2014.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal



# Fraiburgo

## PREFEITURA

### Lei Complementar Nº 175/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 175, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR Nº 96/2008.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei Complementar nº 96 de 9 de dezembro de 2008, que trata da isenção de tributos municipais, passa a vigorar com o artigo 5º, com a seguinte redação:

“Art. 5º. Ficam isentas do recolhimento dos tributos municipais de que trata a Lei Complementar nº 053/2003, as pessoas naturais ou jurídicas, que realizem quaisquer atividades em parceria ou com apoio da Administração Pública Municipal, através do devido processo administrativo.”

Art. 2º. A Lei Complementar nº 96 de 9 de dezembro de 2008, que trata da isenção de tributos municipais, passa a vigorar acrescida do artigo 5º-A, com a seguinte redação:

“Art. 5º-A. Ficam isentas do pagamento das taxas municipais, pessoas físicas ou jurídicas, creches, escolas, instituições de ensino superior, entidades assistenciais e religiosas, que realizem pequenos eventos destinados à arrecadação de verbas em prol de sua organização ou em benefício de terceiro acometido de moléstia grave, mediante prévio e motivado requerimento em processo administrativo.”

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 23 DE OUTUBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Lei N. 2262/2014

LEI Nº 2262, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014  
AUTORIZA A CESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a ceder, a título gratuito e precário, imóvel urbano com área de 8.585,05m², sendo 5.753,74m² referente a matrícula de nº 25.906 e 2.831,31m² referente a matrícula de nº 14.369, para a Associação dos Servidores Municipais de Fraiburgo - ASSEMFRA, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 75.440.552/0001-10,

com sede na Av. Lebon Régis, nº 185, Centro, nesta cidade de Fraiburgo, dispensada de licitação, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e nos termos do Processo Administrativo nº 4507/2014;

§ 1º. O cessionário fluirá plenamente do imóvel para os fins estabelecidos nesta Lei e no contrato de cessão de uso e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham incidir sobre o imóvel e deverá utilizar o imóvel, única e exclusivamente, para os fins especificados, sob pena da extinção da cessão de uso.

§ 2º. As edificações construídas no referido imóvel são de propriedade da referida Associação.

§ 3º. É proibida a cessão ou transferência do imóvel objeto da presente cessão de uso a terceiros, ainda que parcialmente, salvo autorização escrita e expressa do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 4º. As demais condições da cessão serão as estabelecidas no contrato de cessão de uso.

§ 5º. O prazo da cessão de uso é de 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período, mediante processo administrativo próprio e autorização legislativa específica.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO - SC., 23 DE OUTUBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Lei N. 2263/2014

LEI Nº 2263, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014  
ESTABELECE NORMAS PARA A CONCESSÃO E A PERMISSÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Esta Lei estabelece normas para a concessão e a permissão dos serviços funerários do Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Os serviços funerários no município de Fraiburgo têm caráter público e essencial, podendo ser delegados pelo Poder Executivo à iniciativa privada através de concessão ou permissão mediante prévia licitação, e reger-se-á por esta Lei, Decretos, Portarias, Resoluções e demais atos normativos expedidos pelo Poder Executivo.

§ 1º. O prazo de duração da concessão será de 10 (dez) anos nas condições previstas no respectivo contrato.

§ 2º. A concessão é intransferível sob qualquer hipótese.

§ 3º. O serviço funerário no município de Fraiburgo será prestado conforme o número de habitantes na seguinte proporção:

I - Até 15.000 (quinze mil) habitantes, 01 (uma) empresa funerária;

II - Até 30.000 (trinta mil) habitantes, 02 (duas) empresas funerárias;

III - Até 45.000 (quarenta e cinco mil) habitantes, 03 (três) empresas funerárias.

§ 4º. O processo licitatório para concessão do serviço funerário deverá condicionar a empresa vencedora ao pagamento de

valores para cobrir gastos destinados exclusivamente ao serviço de coveiro, conforme definido no respectivo edital.

Art. 3º. Os serviços funerários compreendem as seguintes atividades:

- I - Venda de ataúdes;
- II - Transporte de cadáveres;
- III - Aluguel de altares e mesas;
- IV - Locação de banquetas, castiçais, velas e paramentos afins;
- V - Obtenção de certidão de óbito e documentos para funerais;
- VI - Preparação de cadáveres, com realização de tanatopraxia;
- VII - Confecção de coroas de flores;
- VIII - Ornamentação de flores sobre o cadáver;
- IX - Exumação e transporte de cadáveres humanos.

§ 1º. O Poder Executivo Municipal regulamentará, através da edição de Decreto Municipal, a forma de execução do serviço funerário, definindo e fiscalizando outros serviços considerados como facultativos, que poderão, também, ser prestados pelas empresas às quais, na forma do art. 2º desta lei, foi delegada a execução do serviço funerário.

§ 2º. Os serviços descritos no inciso VII deste artigo não terão caráter de exclusividade.

Art. 4º. Mediante comprovação do munícipe que contribua com seguro funeral e assemelhados, será facultado, às empresas conveniadas, realizarem o sepultamento e fazerem traslados no Município de Fraiburgo.

Art. 5º. As empresas funerárias sediadas em outra localidade somente poderão executar o sepultamento em outra localidade e somente poderão executar o serviço funerário no Município de Fraiburgo nas seguintes situações:

I - quando o óbito tenha ocorrido em Fraiburgo e a família opte por efetuar o sepultamento em outra localidade, desde que a funerária seja do local onde será efetuado o sepultamento, comprovando mediante documentação hábil.

II - quando o óbito ocorrer em outro município e a família optar pelo sepultamento em Fraiburgo com prévia autorização da Secretaria de Finanças;

Parágrafo Único. As funerárias de outros municípios deverão apresentar toda documentação necessária para a sua perfeita identificação, bem como dos seus funcionários.

Art. 6º. A trasladação de corpos para sepultamento em outro município só será permitida mediante a emissão de nota fiscal de todos os serviços efetivamente prestados e autorização da Secretaria de Finanças.

§ 1º. O transporte de corpos dentro do Município de Fraiburgo será feito somente por meio de veículos fúnebres devidamente autorizados e veículos do Instituto Médico Legal, no exercício de suas atividades.

§ 2º. Quando o corpo for trasladado para município localizado a uma distância superior a 250 Km (duzentos e cinquenta quilômetros) exigir-se-á sua devida preparação visando a assegurar condições mínimas ao transporte, preservando questões ambientais e de saúde.

§ 3º. Nos casos de transporte por via aérea, observar-se-ão as normas procedimentais específicas.

Art. 7º. Para os efeitos desta lei, usuário do serviço funerário é o familiar da pessoa falecida ou seu representante legalmente constituído, desde que, em qualquer das circunstâncias, encontre-se em pleno exercício de sua capacidade civil.

Parágrafo Único. Fica proibida a representação do usuário junto à Secretaria de Finanças por pessoas que possuam vinculação societária ou funcional com empresas do serviço funerário, bem como com empresas que realizam atividades de seguro funeral ou a estas assemelhadas, podendo, no entanto, o usuário, ser assistido e acompanhado perante o Setor de Fiscalização por qualquer

pessoa.

Art. 8º. Constituem direitos do usuário do serviço funerário:

- I - receber o serviço adequado.
  - II - receber informações relativas aos serviços funerários e sua forma de execução;
  - III - exercer o direito de petição perante o Poder Público e as empresas autorizadas prestadoras do serviço quando existentes;
  - IV - receber as orientações necessárias sobre os tipos de serviços disponíveis;
  - V - garantir a oferta dos diversos padrões de produtos e material;
- Parágrafo Único. Serviço adequado, para os fins desta lei, é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

Art. 9º. São obrigações do usuário:

- I - zelar pelo patrimônio público ou particular colocado à sua disposição ou utilizado na execução dos serviços;
- II - atender aos pedidos de informações dos órgãos competentes em quaisquer esferas de Governo para esclarecimentos de questões relativas ao serviço prestado;
- III - firmar, quando solicitado, declarações e fornecer documentos relativos ao funeral, assumindo a responsabilidade civil e criminal pelo conteúdo dos mesmos.

Art. 10. Os serviços funerários terão tipos, padrões e preços aprovados pela concedente.

§ 1º. Os preços dos serviços referidos no caput deste artigo são fixados pela concedente através de Decreto do Executivo, de acordo com os valores constantes da proposta vencedora da licitação e preservados pelas regras de revisão previstas na Lei Federal n. 8987 de 13 de fevereiro de 1995 e no Edital.

§ 2º. Os artefatos funerários adquiridos para revender serão obrigatoriamente adaptados à tabela de preços fixada por Decreto, independentemente da denominação pela qual tenham sido adquiridos junto aos fabricantes.

§ 3º. Constituir-se-á em infração a presente Lei a prática de preços superiores aos permitidos.

§ 4º. Na reincidência da prática de preços superiores aos permitidos, a infratora perderá a concessão.

§ 5º. As mercadorias adquiridas com denominação diversa da existente no Decreto, para efeitos de revenda e estipulação de preços, serão classificadas por analogia dentro do padrão e categorias lá descritos.

§ 6º. Para atendimento aos usuários, as concessionárias manterão uma Central de Luto do Serviço Funerário, em período de 24 horas, de forma ininterrupta, com fiscalização permanente do poder público municipal através da unidade administrativa competente, com o objetivo de sistematizar a divisão equitativa, em forma de rodízio, do número de atendimento entre todas as empresas.

§ 7º. O funcionamento do rodízio e os demais itens relativos à Central de Luto do Serviço Funerário serão estabelecidos em regulamento por ato do Poder Executivo.

§ 8º. Todos os serviços na Central de Luto do Serviço Funerário serão informatizados, às custas das concessionárias, gerando relatórios mensais a serem encaminhados ao concedente.

§ 9º. É obrigação da empresa concessionária manter estoque de todos os tipos de funerais previstos no Decreto e a falta de qualquer um deles obrigará a concessionária a fornecer o funeral de preço superior pelo mesmo preço do produto faltante, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 14, desta Lei.

Art. 11. Com o objetivo de permitir a fiscalização dos preços praticados, as concessionárias fornecerão mensalmente à concedente cópias das notas fiscais emitidas referentes aos serviços prestados.

Parágrafo Único. É de competência da Secretaria Municipal de Finanças a fiscalização de todo o serviço funerário municipal previsto

nesta Lei.

Art. 12. É expressamente proibido, no território do Município de Fraiburgo, acobertar, remunerar ou agenciar funerais.

Art. 13. Constituem obrigações das concessionárias:

- I - Sujeitar-se às normas e aos regulamentos expedidos pelo Executivo Municipal e à fiscalização dos serviços prestados;
- II - Assegurar aos agentes fiscalizadores do município o livre acesso às funerárias e ao complexo funerário;
- III - Manter os documentos contábeis e despesas operacionais à disposição da concedente;
- IV - Manter instalações adequadas ao fornecimento dos serviços no município;
- V - Cumprir as ordens de serviço expedidas pela concedente;
- VI - Prestar atendimento gratuito à família do falecido quando esta, comprovadamente, através de parecer da Secretaria Municipal de Ação Social, não tiver condições financeiras para suportar as despesas com o sepultamento de restos humanos resultantes de intervenções cirúrgicas, na forma do regulamento desta Lei;
- VII - Oferecer o serviço de tanatopraxia para o preparo do corpo, exercido por profissional legalmente habilitado, mediante pagamento respectivo, às expensas da concessionária;
- VIII - Manter estoques com todos os tipos de ataúdes previstos no regulamento.

§ 1º. Os serviços gratuitos referidos no inciso VI deste artigo serão prestados pelo mesmo sistema de rodízio previsto para o serviço oneroso.

§ 2º. Cada concessionária fica obrigada a construir uma capela mortuária, como forma de compensação financeira pela concessão, em local a ser indicado pela Administração Pública, conforme a necessidade e demanda da população, sujeitando-se as regras de construção estabelecidas em legislação própria.

Art. 14. O Poder Público Municipal, quando da inobservância das obrigações e deveres previstos nesta Lei e em atos regulamentares, aplicará aos infratores, separadas ou cumulativamente, as seguintes sanções administrativas, de acordo com a natureza leve, grave ou gravíssima da infração:

I - A qualquer infrator, pessoa física ou jurídica:

- a) advertência por escrito em que o infrator será notificado para fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de multa, a qual será sucessivamente dobrada a cada infração, independentemente de outras sanções previstas nesta lei;
- b) apreensão e perda em favor da municipalidade de artigos e materiais utilizados pelos infratores;
- c) multas de R\$ 500,00 (quinhentos reais), R\$ 1.000,00 (um mil reais) e R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

II - Às empresas prestadoras do serviço funerário Municipal, quando existentes:

- a) advertência por escrito em que o infrator será notificado para fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de multa, a qual será sucessivamente dobrada a cada infração, independentemente de outras sanções previstas nesta Lei;
- b) suspensão da atividade até correção da irregularidade;
- c) aplicação de multas de até 40 (quarenta) UFGs, definidas em Decreto;
- d) rescisão do contrato ou cassação do ato de permissão ou concessão da empresa prestadora do serviço funerário.

Art. 15. O município, ao tomar ciência de qualquer infração, promoverá sua apuração, mediante processo administrativo próprio, assegurado o princípio da ampla defesa que será instruído no mínimo com os seguintes elementos:

- I - cópia do auto de infração com relatório circunstanciado da situação verificada;
- II - cópia da notificação, indicando o prazo de 05 (cinco) dias úteis

para apresentação de defesa pelo infrator.

Art. 16. Ao infrator, punido na forma do art. 12 desta Lei, assiste o direito de interpor recurso, dirigido ao Secretário de Finanças, com efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação das penalidades aplicadas.

§ 1º. Os bens apreendidos nos termos do inciso I, letra "b", do art. 12 desta Lei, serão devidamente discriminados em termo de apreensão constante do auto de infração e somente serão devolvidos na hipótese de ser provido o recurso interposto pelo infrator. § 2º. A função descrita no caput deste artigo poderá ser desempenhada pelo setor de fiscalização e tributos.

Art. 17. Se indeferido o apelo previsto no artigo anterior, poderá ser interposto, em última instância, recurso ao Chefe do Poder Executivo, sem efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação do indeferimento do primeiro, mediante apresentação de comprovante de recolhimento da multa quando aplicada, isolada ou cumulativamente.

Art. 18. As multas deverão ser pagas pelo infrator no prazo de 05 (cinco) dias a contar da ciência da notificação prevista no art. 13 ou indeferimento do recurso previsto no art. 14, ambos desta Lei. Parágrafo Único. Findo esse prazo sem recolhimento, será determinada a remessa do Processo Administrativo para inscrição do débito em dívida ativa, sem prejuízo da instauração de outras medidas eventualmente cabíveis.

Art. 19. Na observância da contagem dos prazos previstos nesta lei, será considerado como prazo inicial (termo) o primeiro dia útil subsequente ao da ciência do ato.

Art. 20. O Instituto Médico Legal, as instituições de saúde e entidades afins instaladas no município, por seus representantes legais, funcionários ou contratados, deverão obrigatoriamente possuir registro próprio do óbito verificado em seu estabelecimento, bem como orientar e encaminhar os familiares enlutados ou representantes legais ao Serviço Funerário Municipal.

Art. 21. O Poder Executivo poderá instituir, através de Decreto, Conselho específico, para o qual será transferida a competência para administração dos serviços funerários municipais. Parágrafo Único. As atuais autorizações, a título precário, para funcionamento de empresas funerárias cessam de pleno direito tão logo a vencedora do processo licitatório inicie a prestação de serviços.

Art. 22. Fica expressamente revogada a Lei Municipal n. 1935, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007, com manutenção dos seus efeitos até a efetivação das concessões, e revogadas as disposições em contrário.

Art. 23. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO - SC., 23 DE OUTUBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1959/2014**

PORTARIA Nº 1.959, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

Designa Responsável para gerir o Convênio Nº 109/2014, celebrado entre o Município de Fraiburgo e a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar ANDRESSA REZADORI BARBOSA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 063.730.599-01, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, matrícula nº 8682, para ser a responsável em gerir o Convênio Nº 109/2014, celebrado entre o Município de Fraiburgo - SC e a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, que trata da troca de informações cadastrais entre estes, dentro do Projeto REGIN.

Art. 2º. Incumbe a responsável acima designada divulgar, orientar e acompanhar o cumprimento das obrigações constantes neste Convênio, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1960/2014**

PORTARIA N.º 1.960, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Invalidez Previdenciária.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria;  
E considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo n.º 5044, de 15 de outubro de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Afastar em 23 de outubro de 2014, o servidor SIDEMAR ROGERIO SANTOS DE CORDOVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 384.718.099-15, nomeado no cargo de provimento efetivo de ZELADOR DE PATRIMÔNIO, com carga horária de 40 horas, por Aposentadoria por Invalidez Previdenciária, com data de início fixada em 18 de setembro de 2014, Benefício nº 6078284421.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1961/2014**

PORTARIA Nº 1.961, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora DAIANE CORREIA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 086.165.429-30, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de outubro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1962/2014**

PORTARIA N.º 1.962, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de NEUZA MARIA FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 829.722.499-68, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 21 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria Nº 11/2014**

PORTARIA Nº 11/2014

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA CRISTINA MEASSI, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ DARCY SOARES FRANÇA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 32 inciso II, da Lei Orgânica do Município de Fraiburgo c/c o artigo 89 da Lei Complementar nº 109, de 03 de março de 2010, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Fraiburgo;

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder licença maternidade à servidora CRISTINA MEASSI, brasileira, solteira, portadora do RG nº 5.443.308 e inscrita no CPF sob o nº 059.664.629-17, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Assistente Administrativo, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 01 de julho de 2014.

Art. 3º - Registre-se e publique-se.

Gabinete da Presidência, 23 de outubro de 2014.

JOSÉ DARCY SOARES FRANÇA  
Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS  
Gestor Público Legislativo

**Frei Rogério****PREFEITURA****Decreto Nº. 664/2014 - Decreta Ponto Facultativo**

DECRETO Nº. 664/2014 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do município.

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica estabelecido ponto facultativo junto às repartições públicas do município de Frei Rogério no dia 31 de outubro de 2014 em razão da comemoração do dia do funcionalismo público.

§ 1º. - Não se aplica este Decreto aos Centros Municipais de Educação e Centros de Educação Infantil, os quais já gozaram de recesso escolar no período de 13 à 15/10/2014.

§ 2º. - Havendo a necessidade de atendimento à situações emergenciais ou outras que demandam de pronto atendimento, far-se-á por meio de plantão previamente estabelecido por cada secretaria e fixado nas mesmas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Frei Rogério, 23 de outubro de 2014.

OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal

**Lei Municipal Nº 803/2014 - Autoriza O Poder Executivo Municipal A Receber Doação do Consulado Geral do Japão**

LEI MUNICIPAL Nº 803/2014 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER DOAÇÃO DO CONSULADO GERAL DO JAPÃO EM CURITIBA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação do Consulado Geral do Japão em Curitiba, importância de até US\$ 99.506,00 (noventa e nove mil quinhentos e seis mil dólares americanos), para execução de Projeto de Reforma e Ampliação do Centro Municipal de Ensino Irmã Florentina, em Frei Rogério, conforme cópia do Contrato de Doação que faz parte integrante da presente Lei.

Parágrafo único: Para fins de conversão da moeda, utilizar-se-á a cotação oficial do dia da assinatura do Contrato de Doação.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 23 de outubro de 2014.

OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal



## Lei Municipal Nº. 804/2014 - Abre Crédito Suplementar

LEI MUNICIPAL Nº. 804/2014 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.  
AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL E NOS FUNDOS MUNICIPAIS DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Autoriza a abertura de crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 258.000,00 (Duzentos e cinquenta e oito mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	
Unidade:	02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Proj./Ativ.	2.005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
12	3.1.90.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 26.000,00
Unidade:	02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Proj./Ativ.	2.006	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
23	3.1.90.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 9.000,00
Unidade:	02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Proj./Ativ.	2.007	MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO	
16	3.1.90.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 12.000,00
Unidade:	03	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE	

Proj./Ativ.	2.045	MANUTENÇÃO SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE	
27	3.1.90.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 19.000,00
Órgão:	03	FUNDOS MUNICIPAIS	
Unidade:	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Proj./Ativ.	2.076	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
2	3.3.90.00.00.00.00.0153	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
Unidade:	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Proj./Ativ.	2.082	EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS	
32	3.1.90.00.00.00.00.0153	Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
Unidade:	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Proj./Ativ.	2.108	ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	
18	3.1.90.00.00.00.00.0153	Aplicações Diretas	R\$ 12.000,00
Órgão:	03	FUNDOS MUNICIPAIS	
Unidade:	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Proj./Ativ.	2.093	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	

4	3.3.90.00.00.00.00.00.0002	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Unidade:	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Proj./Ativ.	2.102	MANUTENÇÃO DO PAIF	
16	3.3.90.00.00.00.00.00.0150	Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
Unidade:	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Proj./Ativ.	2.111	PISO BÁSICO VARIÁVEL/SCFV	
10	3.1.90.00.00.00.00.00.0002	Aplicações Diretas	R\$ 23.000,00
Unidade:	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Proj./Ativ.	2.111	PISO BÁSICO VARIÁVEL/SCFV	
11	3.3.90.00.00.00.00.00.0002	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
	TOTAL		R\$ 258.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, parágrafo 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 258.000,00 (Duzentos e Cinquenta e oito mil reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Unidade:	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Proj./Ativ.	2.102	MANUTENÇÃO DO PAIF	
12	3.3.90.00.00.00.00.00.0150	Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
Unidade:	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Proj./Ativ.	2.111	PISO BÁSICO VARIÁVEL/SCFV	
22	4.4.90.00.00.00.00.00.0150	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	

Unidade:	02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Proj./Ativ.	0.003	PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	
26	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 28.000,00
Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	
Unidade:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.	
Proj./Ativ.	2.016	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
38	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Unidade:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.	
Proj./Ativ.	2.107	CONTRIBUIÇÃO ÀS ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS – CULTURAL, ESPORTIVA E OUTRAS.	
81	3.3.50.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Unidade:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.	
Proj./Ativ.	2.107	CONTRIBUIÇÃO ÀS ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS – CULTURAL, ESPORTIVA E OUTRAS	
82	4.4.50.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Órgão:	03	FUNDOS MUNICIPAIS	
Unidade:	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Proj./Ativ.	2.088	CONTRIBUIÇÃO BENFAM	
9	3.3.50.00.00.00.00.00.0153	Aplicações Diretas	R\$ 14.000,00
Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	
Unidade:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.	

Proj./Ativ.	2.022	DESPE- SAS COM DESPORTO ESTUDANTIL	
89	3.3.90.00.00.00.00.0186	Aplicações Diretas	R\$ 21.000,00
	TOTAL		R\$ 258.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 23 de outubro de 2014.  
OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 665/2014 - ABRE CREDITO SUPLEMENTAR

DECRETO Nº. 665/2014, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL E NOS FUNDOS MUNICIPAIS DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da Lei Orgânica do município de Frei Rogério e no art.12º, inciso II, da lei nº 772/2013 de 09/12/2013, e Lei Municipal 804/2014 de 23/10/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 258.000,00 (Duzentos e cinquenta e oito mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão:	02	PODER EXECUTI- VO	
Unidade:	02	SECRE- TARIA DE ADMINIS- TRAÇÃO E FINANÇAS	
Proj./Ativ.	2.005	MANUTEN- ÇÃO DA SECRE- TARIA DE ADMINIS- TRAÇÃO E FINANÇAS	
12	3.1.90.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 26.000,00
Unidade:	02	SECRE- TARIA DE ADMINIS- TRAÇÃO E FINANÇAS	
Proj./Ativ.	2.006	MANUTEN- ÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
23	3.1.90.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 9.000,00
Unidade:	02	SECRE- TARIA DE ADMINIS- TRAÇÃO E FINANÇAS	

Proj./Ativ.	2.007	MANUTEN- ÇÃO DO CONTROLE INTERNO	
16	3.1.90.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 12.000,00
Unidade:	03	SECRE- TARIA DA AGRICUL- TURA E MEIO-AM- BIENTE	
Proj./Ativ.	2.045	MANUTEN- ÇÃO SE- CRETARIA DA AGRI- CULTURA E MEIO- AMBIENTE	
27	3.1.90.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 19.000,00
Órgão:	03	FUNDOS MUNICI- PAIS	
Unidade:	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Proj./Ativ.	2.076	MANUTEN- ÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
2	3.3.90.00.00.00.00.0153	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
Unidade:	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Proj./Ativ.	2.082	EPIDEMIO- LOGIA E CONTROLE DE DOEN- ÇAS	
32	3.1.90.00.00.00.00.0153	Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
Unidade:	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Proj./Ativ.	2.108	ESTRA- TÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	
18	3.1.90.00.00.00.00.0153	Aplicações Diretas	R\$ 12.000,00
Órgão:	03	FUNDOS MUNICI- PAIS	
Unidade:	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSIS- TÊNCIA SOCIAL	

Proj./Ativ.	2.093	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
4	3.3.90.00.00.00.00.00.0002	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Unidade:	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Proj./Ativ.	2.102	MANUTENÇÃO DO PAIF	
16	3.3.90.00.00.00.00.00.0150	Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
Unidade:	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Proj./Ativ.	2.111	PISO BÁSICO VARIÁVEL/SCFV	
10	3.1.90.00.00.00.00.00.0002	Aplicações Diretas	R\$ 23.000,00
Unidade:	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Proj./Ativ.	2.111	PISO BÁSICO VARIÁVEL/SCFV	
11	3.3.90.00.00.00.00.00.0002	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
	TOTAL		R\$ 258.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, parágrafo 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 258.000,00 (Duzentos e Cinquenta e oito mil reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Unidade:	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Proj./Ativ.	2.102	MANUTENÇÃO DO PAIF	
12	3.3.90.00.00.00.00.00.0150	Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
Unidade:	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	

Proj./Ativ.	2.111	PISO BÁSICO VARIÁVEL/SCFV	
22	4.4.90.00.00.00.00.00.0150	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	
Unidade:	02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Proj./Ativ.	0.003	PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	
26	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 28.000,00
Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	
Unidade:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.	
Proj./Ativ.	2.016	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
38	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Unidade:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.	
Proj./Ativ.	2.107	CONTRIBUIÇÃO ÀS ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS – CULTURAL, ESPORTIVA E OUTRAS.	
81	3.3.50.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Unidade:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.	
Proj./Ativ.	2.107	CONTRIBUIÇÃO ÀS ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS – CULTURAL, ESPORTIVA E OUTRAS.	

82	4.4.50.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Órgão:	03	FUNDOS MUNICI-PAIS	
Unidade:	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Proj./Ativ.	2.088	CONTRIBUIÇÃO BENFAM	
9	3.3.50.00.00.00.00.00.0153	Aplicações Diretas	R\$ 14.000,00
Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	
Unidade:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.	
Proj./Ativ.	2.022	DESPESAS COM DESPORTO ESTUDANTIL	
89	3.3.90.00.00.00.00.00.0186	Aplicações Diretas	R\$ 21.000,00
	TOTAL		R\$ 258.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 23 de outubro de 2014.  
OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal

## Garopaba

### PREFEITURA

#### Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 81/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 81/2014  
PMG E FMS

Ata nº. 81/2014; Processo nº. 170/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: MARIANA NASCIMENTO DE SOUZA ME; Objeto: Registro de Preço pelo prazo de 12 meses para execução parcelada, conforme a necessidade, de serviços de buffet para almoço ou jantar e fornecimento de marmitas, para uso das secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba.. Valor: R\$ 135.075,00; Data da Assinatura: 24/10/2014.

#### DECRETO N.º 152

DECRETO N.º 152, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 118.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 118.000,00 (cento e dezoito mil reais) no Orçamento vigente:



07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 30.000,00

12365282.023 - Manutenção da Educação Infantil 30.000,00

3.3.90.0.1.22.001050 - Aplicações Diretas 30.000,00

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 27.000,00

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 27.000,00

08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social 27.000,00

3.3.90.0.1.29.001056 - Aplicações Diretas 27.000,00

10.01 - SECRETARIA DE PLAN. TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 8.000,00

15452332.056 - Func. E Manut. Da Sec. De Plan. Territ. E Meio Ambiente 8.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 8.000,00

13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO 10.000,00

27812512.066 - Incentivo ao Esporte Amador 10.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 43.000,00

10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica 20.000,00

3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 20.000,00

10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade 20.000,00

3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 20.000,00

10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde 3.000,00

3.3.90.0.2.14.000069 - Aplicações Diretas 3.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 118.000,00 (cento e dezoito mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de outubro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 24/10/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO  
Secretário de Administração

## Garuva

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação PMG Nº 077/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 077/2014  
Modalidade: Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de preços para a aquisição de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades da Administração Municipal.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 06/11/2014 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 22 de outubro de 2014.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

#### Lei Nº 1839/2014

LEI Nº 1839, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 2.666.201,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, duzentos e um reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

02.002.04.131.1001.2003 Man. e invest.do Depto. de Comunicação	3390	01.00.00	R\$	1.350,00
04.001.04.121.1010.2016 Man. do Setor de Planejamento	3190	01.00.00	R\$	25.000,00
04.001.04.122.1005.2009 Man. do Setor de Patrimônio	3190	01.00.00	R\$	118.000,00
04.001.04.122.1005.2009 Man. do Setor de Patrimônio	3390	01.00.00	R\$	8.000,00
04.001.08.243.1008.2014 Man. do Conselho Tutelar	3190	01.00.00	R\$	23.000,00
04.001.08.243.1008.2014 Man. do Conselho Tutelar	3390	01.00.00	R\$	6.750,00
04.002.04.122.1006.2010 Man. do Depto. de Licitações e Compras	3190	01.00.00	R\$	69.000,00
04.002.04.122.1006.2010 Man. do Depto. de Licitações e Compras	3390	01.00.00	R\$	5.400,00

04.003.04.122.1004.2008 Man. do Depto. de Recursos Humanos	3390	01.00.00	R\$	4.200,00
04.004.04.123.1007.2011 Man. dos Dep. de Contabilidade e Finanças	3190	01.00.00	R\$	70.000,00
04.004.04.123.1007.2011 Man. dos Dep. de Contabilidade e Finanças	3390	01.00.00	R\$	7.500,00
05.001.27.812.1031.2019 Man. do Setor de Esportes	3190	01.00.00	R\$	84.000,00
05.001.27.812.1031.2019 Man. do Setor de Esportes	3390	01.00.00	R\$	31.750,00
05.004.23.695.1035.2023 Man. do Setor de Turismo	3190	01.00.00	R\$	49.000,00
05.004.23.695.1035.2023 Man. do Setor de Turismo	3390	01.00.00	R\$	4.050,00
07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	3190	01.01.00	R\$	1.180.000,00
07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	3190	01.01.00	R\$	598.201,00
07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	3390	01.01.00	R\$	23.000,00
09.001.08.244.1023.2089 Man. do Depto. de Desenv. Social e Hab	3190	01.00.00	R\$	15.000,00
09.001.08.244.1023.2089 Man. do Depto. de Desenv. Social e Hab	3190	03.00.00	R\$	250.000,00
10.003.15.452.1033.2065 Man. do Setor de Obras e Serviços Públicos	3390	01.00.00	R\$	40.000,00
11.001.20.605.1036.2066 Man. do Setor de Estratégias Rurais	3390	01.00.00	R\$	18.000,00
12.001.18.541.1042.2081 Man. do Setor de Meio Ambiente	3190	01.00.00	R\$	35.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.001.04.122.1001.2002 Man. e investimentos do Gabinete	3190	01.00.00	R\$	37.000,00
02.001.04.122.1001.2002 Man. e investimentos do Gabinete	4490	01.00.00	R\$	4.047,00
02.001.04.122.1001.2093 Man. invest Setor Acomp Capt Recursos	3190	01.00.00	R\$	49.900,00
02.001.04.122.1001.2093 Man. invest Setor Acomp Capt Recursos	3390	01.00.00	R\$	13.100,00
02.001.04.122.1001.2093 Man. invest Setor Acomp Capt Recursos	4490	01.00.00	R\$	10.000,00
02.001.06.182.1001.2092 Man. e invest Setor Defesa Civil	3190	01.00.00	R\$	50.000,00
02.001.06.182.1001.2092 Man. e invest Setor Defesa Civil	3390	01.00.00	R\$	20.000,00
02.001.06.182.1001.2092 Man. e invest Setor Defesa Civil	4490	01.00.00	R\$	10.000,00
02.002.04.131.1001.2003 Man. e invest.do Depto. de Comunicação	3190	01.00.00	R\$	2.900,00
02.003.04.122.1001.2004 Man. e invest.do Dep. de Controladoria Geral	3190	01.00.00	R\$	3.600,00

02.003.04.122.1001.2004 Man. e invest.do Dep. de Controladoria Geral	3390	01.00.00	R\$	9.900,00
02.003.04.122.1001.2004 Man. e invest.do Dep. de Controladoria Geral	4490	01.00.00	R\$	10.000,00
03.001.02.062.1001.2006 Man. e investimentos da Procuradoria Geral	3190	01.00.00	R\$	37.000,00
03.001.02.062.1001.2006 Man. e investimentos da Procuradoria Geral	3390	01.00.00	R\$	5.000,00
03.001.02.062.1001.2006 Man. e investimentos da Procuradoria Geral	4490	01.00.00	R\$	10.000,00
04.001.04.121.1010.1003 Reestruturação do cadastro imobiliário	3390	01.00.00	R\$	15.000,00
04.001.04.121.1010.1003 Reestruturação do cadastro imobiliário	4490	01.00.00	R\$	5.000,00
04.001.04.121.1010.1004 Efetivação dos planos municipais Plano Diretor	3390	01.00.00	R\$	88.860,00
04.001.04.121.1010.1004 Efetivação dos planos municipais Plano Diretor	4490	01.00.00	R\$	10.000,00
04.001.04.121.1010.2016 Man. do Setor de Planejamento	3390	01.00.00	R\$	13.000,00
04.001.04.121.1010.2017 Man. do Conselho da Cidade	3190	01.00.00	R\$	100,00
04.001.04.121.1010.2017 Man. do Conselho da Cidade	3390	01.00.00	R\$	12.900,00
04.001.04.121.1010.2017 Man. do Conselho da Cidade	4490	01.00.00	R\$	5.000,00
04.001.04.122.1003.2007 Man. do Depto. de Administração	3190	01.00.00	R\$	205.000,00
04.001.04.122.1003.2007 Man. do Depto. de Administração	4490	01.00.00	R\$	9.000,00
04.001.04.122.1003.2095 Contribuição a entidades	3350	01.00.00	R\$	5.000,00
04.001.04.122.1005.2009 Man. do Setor de Patrimônio	4490	01.00.00	R\$	8.000,00
04.001.04.129.1009.1001 Reestr. cad.econ.ref.da planta de val.cod. trib.	3390	01.00.00	R\$	30.000,00
04.001.04.129.1009.1001 Reestr. cad.econ.ref.da planta de val.cod. trib.	4490	01.00.00	R\$	10.000,00
04.001.04.129.1009.1002 Projeto de conscientização tributária	3390	01.00.00	R\$	15.000,00
04.001.04.129.1009.1002 Projeto de conscientização tributária	4490	01.00.00	R\$	5.000,00
04.001.09.272.1003.1029 Implantação do Regime Próprio de Previdência	3390	01.00.00	R\$	84.500,00
04.001.09.272.1003.1029 Implantação do Regime Próprio de Previdência	4490	01.00.00	R\$	5.000,00
04.002.04.122.1006.2010 Man. do Depto. de Licitações e Compras	4490	01.00.00	R\$	8.000,00
04.003.04.122.1004.2008 Man. do Depto. de Recursos Humanos	3190	01.00.00	R\$	13.500,00
04.003.04.122.1004.2008 Man. do Depto. de Recursos Humanos	4490	01.00.00	R\$	5.900,00
04.004.04.123.1007.2011 Man. dos Dep. de Contabilidade e Finanças	4490	01.00.00	R\$	2.765,00

05.001.27.812.1031.1005 Constr. e ampl. de parques, estádios e ginásios	4490	01.00.00	R\$	1.000,00
05.003.13.392.1029.1006 Constr. e aquisição de imóveis para a cultura	4490	01.00.00	R\$	8.944,00
05.003.13.392.1029.1007 Constr. do Centro de Eventos	4490	01.00.00	R\$	1.000,00
05.003.13.392.1029.2021 Man. do Setor de Cultura	3390	03.00.00	R\$	40.000,00
05.004.23.695.1035.2024 Promoção de eventos do setor turístico	3390	01.00.00	R\$	15.000,00
06.001.22.661.1034.2025 Man. do Setor de Desenvolvimento Econômico	3190	01.00.00	R\$	47.000,00
06.001.22.661.1034.2025 Man. do Setor de Desenvolvimento Econômico	3390	01.00.00	R\$	63.000,00
06.001.22.661.1034.2025 Man. do Setor de Desenvolvimento Econômico	4490	01.00.00	R\$	15.665,00
06.001.22.661.1034.2026 Incentivo e man. das áreas industriais	3390	01.00.00	R\$	60.000,00
07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	3390	01.01.00	R\$	53.000,00
07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	4490	01.01.00	R\$	12.346,50
09.001.08.243.1026.1030 Construção da Casa de Acolhimento	4490	01.00.00	R\$	155.000,00
10.001.15.453.1033.1020 Construção e recuperação de abrigos de ônibus	3390	01.00.00	R\$	9.900,00
10.001.16.482.1033.1022 Impl. de loteamentos urb. e regularizados	4490	01.00.00	R\$	4.900,00
10.001.27.813.1033.1017 Constr. ampl.de praças parques e jardins	4490	01.00.00	R\$	61.000,00
10.002.15.451.1033.2062 Man. do paço municipal	4490	01.00.00	R\$	3.900,00
10.003.15.451.1033.2058 Abertura/retificação de estradas urbanas	4490	01.00.00	R\$	106.115,00
10.003.15.451.1033.2058 Abertura/retificação de estradas urbanas	4490	03.00.00	R\$	210.000,00
10.003.15.451.1033.2059 Drenagem e macrodren. urbana e rural	3390	01.00.00	R\$	25.700,00
10.003.15.451.1033.2059 Drenagem e macrodren. urbana e rural	4490	01.00.00	R\$	2.582,50
11.001.20.605.1036.2066 Man. do Setor de Estratégias Rurais	3190	01.00.00	R\$	150.000,00
11.001.20.605.1036.2066 Man. do Setor de Estratégias Rurais	4490	01.00.00	R\$	52.600,00
12.001.15.452.1042.2075 Manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana	3190	01.00.00	R\$	140.000,00
12.001.15.452.1042.2075 Manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana	4490	01.00.00	R\$	29.100,00
12.001.18.541.1042.2076 Criação e impl. da Fundação do Meio Ambiente	3390	01.00.00	R\$	50.000,00
12.001.18.541.1042.2076 Criação e impl. da Fundação do Meio Ambiente	4490	01.00.00	R\$	20.000,00
12.001.18.541.1042.2081 Man. do Setor de Meio Ambiente	4490	01.00.00	R\$	12.305,00

12.001.18.544.1042.2091 Captação, trat e distr. de abastecimento de água	3190	01.00.00	R\$	21.900,00
12.001.18.544.1042.2094 Manut. do sist. de abast. de água e esgoto	3190	01.00.00	R\$	45.000,00
13.001.20.602.1038.2071 Man. da pecuária	3390	01.00.00	R\$	3.000,00
13.001.20.605.1036.2082 Man. do Fundo Municipal de Agricultura	4490	01.00.00	R\$	4.176,00
13.001.20.605.1039.2072 Man. desenvolvimento agroindustrial	3390	01.00.00	R\$	1.000,00
13.001.20.606.1036.1024 Aq. de im./constr.do Centro de Conv/ Feira Livre	4490	01.00.00	R\$	7.175,00
13.001.20.606.1036.2070 Desenv. de práticas agrícolas e agroecológicas	3390	01.00.00	R\$	20.000,00
15.001.08.243.1026.2054 Man. dos atendimentos no abrigo	3190	01.00.00	R\$	70.000,00
15.001.08.244.1023.2051 Man. do progr.de promoção e prev.des. social	3190	01.00.00	R\$	3.000,00
15.001.08.244.1027.2057 Man. de proteção básica família em foco	3190	01.00.00	R\$	201.920,00
17.001.16.482.1030.2086 Manutenção do Fundo Municipal de Habitação	3390	01.00.00	R\$	110.000,00

Art. 3o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 272.740,00 (duzentos e setenta e dois mil, setecentos e quarenta reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.10.302.1021.2050 Man. do Pronto Atendimento 24 horas	3190	01.02.00	R\$	215.000,00
14.001.10.302.1021.2050 Man. do Pronto Atendimento 24 horas	3390	01.02.00	R\$	57.740,00

Art. 4o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.003.15.451.1033.2058 Abertura/retificação de estradas urbanas	4490	01.00.00	R\$	272.740,00

Art. 5o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 299.000,00 (duzentos e noventa e nove mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família	3190	01.64.05	R\$	299.000,00

Art. 6o - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 5o. serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação referente repasses federais e estaduais para o Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### Lei Nº 1840/2014

LEI Nº 1840, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

12.001.15.452.1042.2075 Manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana	3390	01.00.00	R\$	210.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

10.003.15.451.1033.2058 Abertura/retificação de estradas urbanas	4490	01.00.00	R\$	210.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### Lei Nº 1841/2014

LEI Nº 1841, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

07.001.10.306.1032.2027 Ampliação e man. da merenda escolar	3390	01.60.00	R\$	33.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação calculado para os recursos de Transferências diretas do FNDE referente PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

07.001.10.306.1032.2027 Ampliação e man. da merenda escolar	3390	01.01.00	R\$	67.000,00

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3º serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	3390	01.01.00	R\$	67.000,00

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### Lei Nº 1842/2014

LEI Nº 1842, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 23.779,34 (vinte e três mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta e quatro centavos), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.003.06.181.1033.2063 Man. de convênios com a segurança pública	3390	03.24.19	R\$	18.779,34
10.003.06.181.1033.2063 Man. de convênios com a segurança pública	4490	03.24.19	R\$	5.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2013.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 154/2014

DECRETO Nº 154 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e



especialmente a Lei nº 1839, de 22/10/2014,

**DECRETA:**

Art. 1º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 2.666.201,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, duzentos e um reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

02.002.04.131.1001.2003 Man. e invest.do Depto. de Comunicação	3390	01.00.00	R\$	1.350,00
04.001.04.121.1010.2016 Man. do Setor de Planejamento	3190	01.00.00	R\$	25.000,00
04.001.04.122.1005.2009 Man. do Setor de Patrimônio	3190	01.00.00	R\$	118.000,00
04.001.04.122.1005.2009 Man. do Setor de Patrimônio	3390	01.00.00	R\$	8.000,00
04.001.08.243.1008.2014 Man. do Conselho Tutelar	3190	01.00.00	R\$	23.000,00
04.001.08.243.1008.2014 Man. do Conselho Tutelar	3390	01.00.00	R\$	6.750,00
04.002.04.122.1006.2010 Man. do Depto. de Licitações e Compras	3190	01.00.00	R\$	69.000,00
04.002.04.122.1006.2010 Man. do Depto. de Licitações e Compras	3390	01.00.00	R\$	5.400,00
04.003.04.122.1004.2008 Man. do Depto. de Recursos Humanos	3390	01.00.00	R\$	4.200,00
04.004.04.123.1007.2011 Man. dos Dep. de Contabilidade e Finanças	3190	01.00.00	R\$	70.000,00
04.004.04.123.1007.2011 Man. dos Dep. de Contabilidade e Finanças	3390	01.00.00	R\$	7.500,00
05.001.27.812.1031.2019 Man. do Setor de Esportes	3190	01.00.00	R\$	84.000,00
05.001.27.812.1031.2019 Man. do Setor de Esportes	3390	01.00.00	R\$	31.750,00
05.004.23.695.1035.2023 Man. do Setor de Turismo	3190	01.00.00	R\$	49.000,00
05.004.23.695.1035.2023 Man. do Setor de Turismo	3390	01.00.00	R\$	4.050,00
07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	3190	01.01.00	R\$	1.180.000,00
07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	3190	01.01.00	R\$	598.201,00
07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	3390	01.01.00	R\$	23.000,00
09.001.08.244.1023.2089 Man. do Depto. de Desenv. Social e Hab	3190	01.00.00	R\$	15.000,00
09.001.08.244.1023.2089 Man. do Depto. de Desenv. Social e Hab	3190	03.00.00	R\$	250.000,00
10.003.15.452.1033.2065 Man. do Setor de Obras e Serviços Públicos	3390	01.00.00	R\$	40.000,00
11.001.20.605.1036.2066 Man. do Setor de Estratégias Rurais	3390	01.00.00	R\$	18.000,00
12.001.18.541.1042.2081 Man. do Setor de Meio Ambiente	3190	01.00.00	R\$	35.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.001.04.122.1001.2002 Man. e investimentos do Gabinete	3190	01.00.00	R\$	37.000,00
02.001.04.122.1001.2002 Man. e investimentos do Gabinete	4490	01.00.00	R\$	4.047,00
02.001.04.122.1001.2093 Man. invest Setor Acomp Capt Recursos	3190	01.00.00	R\$	49.900,00
02.001.04.122.1001.2093 Man. invest Setor Acomp Capt Recursos	3390	01.00.00	R\$	13.100,00
02.001.04.122.1001.2093 Man. invest Setor Acomp Capt Recursos	4490	01.00.00	R\$	10.000,00
02.001.06.182.1001.2092 Man. e invest Setor Defesa Civil	3190	01.00.00	R\$	50.000,00
02.001.06.182.1001.2092 Man. e invest Setor Defesa Civil	3390	01.00.00	R\$	20.000,00
02.001.06.182.1001.2092 Man. e invest Setor Defesa Civil	4490	01.00.00	R\$	10.000,00
02.002.04.131.1001.2003 Man. e invest.do Depto. de Comunicação	3190	01.00.00	R\$	2.900,00
02.003.04.122.1001.2004 Man. e invest.do Dep. de Controladoria Geral	3190	01.00.00	R\$	3.600,00
02.003.04.122.1001.2004 Man. e invest.do Dep. de Controladoria Geral	3390	01.00.00	R\$	9.900,00
02.003.04.122.1001.2004 Man. e invest.do Dep. de Controladoria Geral	4490	01.00.00	R\$	10.000,00
03.001.02.062.1001.2006 Man. e investimentos da Procuradoria Geral	3190	01.00.00	R\$	37.000,00
03.001.02.062.1001.2006 Man. e investimentos da Procuradoria Geral	3390	01.00.00	R\$	5.000,00
03.001.02.062.1001.2006 Man. e investimentos da Procuradoria Geral	4490	01.00.00	R\$	10.000,00
04.001.04.121.1010.1003 Reestruturação do cadastro imobiliário	3390	01.00.00	R\$	15.000,00
04.001.04.121.1010.1003 Reestruturação do cadastro imobiliário	4490	01.00.00	R\$	5.000,00
04.001.04.121.1010.1004 Efetivação dos planos municipais Plano Diretor	3390	01.00.00	R\$	88.860,00
04.001.04.121.1010.1004 Efetivação dos planos municipais Plano Diretor	4490	01.00.00	R\$	10.000,00
04.001.04.121.1010.2016 Man. do Setor de Planejamento	3390	01.00.00	R\$	13.000,00
04.001.04.121.1010.2017 Man. do Conselho da Cidade	3190	01.00.00	R\$	100,00
04.001.04.121.1010.2017 Man. do Conselho da Cidade	3390	01.00.00	R\$	12.900,00
04.001.04.121.1010.2017 Man. do Conselho da Cidade	4490	01.00.00	R\$	5.000,00
04.001.04.122.1003.2007 Man. do Depto. de Administração	3190	01.00.00	R\$	205.000,00
04.001.04.122.1003.2007 Man. do Depto. de Administração	4490	01.00.00	R\$	9.000,00
04.001.04.122.1003.2095 Contribuição a entidades	3350	01.00.00	R\$	5.000,00
04.001.04.122.1005.2009 Man. do Setor de Patrimônio	4490	01.00.00	R\$	8.000,00
04.001.04.129.1009.1001 Reestr. cad.econ.ref.da planta de val.cod. trib.	3390	01.00.00	R\$	30.000,00



04.001.04.129.1009.1001 Reestr. cad.econ.ref.da planta de val.cod.trib.	4490	01.00.00	R\$	10.000,00
04.001.04.129.1009.1002 Projeto de conscientização tributária	3390	01.00.00	R\$	15.000,00
04.001.04.129.1009.1002 Projeto de conscientização tributária	4490	01.00.00	R\$	5.000,00
04.001.09.272.1003.1029 Implantação do Regime Próprio de Previdência	3390	01.00.00	R\$	84.500,00
04.001.09.272.1003.1029 Implantação do Regime Próprio de Previdência	4490	01.00.00	R\$	5.000,00
04.002.04.122.1006.2010 Man. do Depto. de Licitações e Compras	4490	01.00.00	R\$	8.000,00
04.003.04.122.1004.2008 Man. do Depto. de Recursos Humanos	3190	01.00.00	R\$	13.500,00
04.003.04.122.1004.2008 Man. do Depto. de Recursos Humanos	4490	01.00.00	R\$	5.900,00
04.004.04.123.1007.2011 Man. dos Dep. de Contabilidade e Finanças	4490	01.00.00	R\$	2.765,00
05.001.27.812.1031.1005 Constr. e ampl. de parques, estádios e ginásios	4490	01.00.00	R\$	1.000,00
05.003.13.392.1029.1006 Constr. e aquisição de imóveis para a cultura	4490	01.00.00	R\$	8.944,00
05.003.13.392.1029.1007 Constr. do Centro de Eventos	4490	01.00.00	R\$	1.000,00
05.003.13.392.1029.2021 Man. do Setor de Cultura	3390	03.00.00	R\$	40.000,00
05.004.23.695.1035.2024 Promoção de eventos do setor turístico	3390	01.00.00	R\$	15.000,00
06.001.22.661.1034.2025 Man. do Setor de Desenvolvimento Econômico	3190	01.00.00	R\$	47.000,00
06.001.22.661.1034.2025 Man. do Setor de Desenvolvimento Econômico	3390	01.00.00	R\$	63.000,00
06.001.22.661.1034.2025 Man. do Setor de Desenvolvimento Econômico	4490	01.00.00	R\$	15.665,00
06.001.22.661.1034.2026 Incentivo e man. das áreas industriais	3390	01.00.00	R\$	60.000,00
07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	3390	01.01.00	R\$	53.000,00
07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	4490	01.01.00	R\$	12.346,50
09.001.08.243.1026.1030 Construção da Casa de Acolhimento	4490	01.00.00	R\$	155.000,00
10.001.15.453.1033.1020 Construção e recuperação de abrigos de ônibus	3390	01.00.00	R\$	9.900,00
10.001.16.482.1033.1022 Impl. de loteamentos urb. e regularizados	4490	01.00.00	R\$	4.900,00
10.001.27.813.1033.1017 Constr. ampl.de praças parques e jardins	4490	01.00.00	R\$	61.000,00
10.002.15.451.1033.2062 Man. do paço municipal	4490	01.00.00	R\$	3.900,00
10.003.15.451.1033.2058 Abertura/retificação de estradas urbanas	4490	01.00.00	R\$	106.115,00
10.003.15.451.1033.2058 Abertura/retificação de estradas urbanas	4490	03.00.00	R\$	210.000,00
10.003.15.451.1033.2059 Drenagem e macrodren. urbana e rural	3390	01.00.00	R\$	25.700,00
10.003.15.451.1033.2059 Drenagem e macrodren. urbana e rural	4490	01.00.00	R\$	2.582,50

11.001.20.605.1036.2066 Man. do Setor de Estratégias Rurais	3190	01.00.00	R\$	150.000,00
11.001.20.605.1036.2066 Man. do Setor de Estratégias Rurais	4490	01.00.00	R\$	52.600,00
12.001.15.452.1042.2075 Manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana	3190	01.00.00	R\$	140.000,00
12.001.15.452.1042.2075 Manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana	4490	01.00.00	R\$	29.100,00
12.001.18.541.1042.2076 Criação e impl. da Fundação do Meio Ambiente	3390	01.00.00	R\$	50.000,00
12.001.18.541.1042.2076 Criação e impl. da Fundação do Meio Ambiente	4490	01.00.00	R\$	20.000,00
12.001.18.541.1042.2081 Man. do Setor de Meio Ambiente	4490	01.00.00	R\$	12.305,00
12.001.18.544.1042.2091 Captação, trat e distr. de abastecimento de água	3190	01.00.00	R\$	21.900,00
12.001.18.544.1042.2094 Manut. do sist. de abast. de água e esgoto	3190	01.00.00	R\$	45.000,00
13.001.20.602.1038.2071 Man. da pecuária	3390	01.00.00	R\$	3.000,00
13.001.20.605.1036.2082 Man. do Fundo Municipal de Agricultura	4490	01.00.00	R\$	4.176,00
13.001.20.605.1039.2072 Man. desenvolvimento agroindustrial	3390	01.00.00	R\$	1.000,00
13.001.20.606.1036.1024 Aq. de im./constr.do Centro de Conv/Feira Livre	4490	01.00.00	R\$	7.175,00
13.001.20.606.1036.2070 Desenv. de práticas agrícolas e agroecológicas	3390	01.00.00	R\$	20.000,00
15.001.08.243.1026.2054 Man. dos atendimentos no abrigo	3190	01.00.00	R\$	70.000,00
15.001.08.244.1023.2051 Man. do progr.de promoção e prev.des.social	3190	01.00.00	R\$	3.000,00
15.001.08.244.1027.2057 Man. de proteção básica família em foco	3190	01.00.00	R\$	201.920,00
17.001.16.482.1030.2086 Manutenção do Fundo Municipal de Habitação	3390	01.00.00	R\$	110.000,00

Art. 3o - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 272.740,00 (duzentos e setenta e dois mil, setecentos e quarenta reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.10.302.1021.2050 Man. do Pronto Atendimento 24 horas	3190	01.02.00	R\$	215.000,00
14.001.10.302.1021.2050 Man. do Pronto Atendimento 24 horas	3390	01.02.00	R\$	57.740,00

Art. 4o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.003.15.451.1033.2058 Abertura/retificação de estradas urbanas	4490	01.00.00	R\$	272.740,00

Art. 5o - Abertura de Crédito Adicional Especial na importância

de R\$ 299.000,00 (duzentos e noventa e nove mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.301.1012.2041				
Man. do Programa Saúde da Família	3190	01.64.05	R\$	299.000,00

Art. 6º - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 5º, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação referente repasses federais e estaduais para o Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF.

Art. 7º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

José Chaves  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 155/2014

DECRETO Nº 155 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1840, de 22/10/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

12.001.15.452.1042.2075				
Manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana	3390	01.00.00	R\$	210.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

10.003.15.451.1033.2058				
Abertura/retificação de estradas urbanas	4490	01.00.00	R\$	210.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

José Chaves  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 156/2014

DECRETO Nº 156 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1841, de 22/10/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) no orçamento da

Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

07.001.10.306.1032.2027				
Ampliação e man. da merenda escolar	3390	01.60.00	R\$	33.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação calculado para os recursos de Transferências diretas do FNDE referente PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Art. 3º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

07.001.10.306.1032.2027				
Ampliação e man. da merenda escolar	3390	01.01.00	R\$	67.000,00

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3º serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

07.001.12.361.1028.2028				
Desenv. e manut. do ensino fundamental	3390	01.01.00	R\$	67.000,00

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

José Chaves  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 157/2014

DECRETO Nº 157 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1842, de 22/10/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 23.779,34 (vinte e três mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta e quatro centavos), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.003.06.181.1033.2063				
Man. de convênios com a segurança pública	3390	03.24.19	R\$	18.779,34
10.003.06.181.1033.2063				
Man. de convênios com a segurança pública	4490	03.24.19	R\$	5.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2013.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

José Chaves  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 440/2014**

PORTARIA Nº 440 de 21 de outubro de 2014

“DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DO CONCURSO DE REMOÇÃO, DOS QUADROS DO MAGISTÉRIO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA E LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 001/1998, LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 044/2009 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009 E 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009;

**RESOLVE:**

ART. 10. - Instituir Comissão especial para elaboração do Concurso de Remoção, dos cargos do quadro do magistério, relacionados no Edital 001/2014.

ART. 20. - Designar Adriane Beatriz Moecke Galando, Fábio Sozin, Mileidy Scheffen, Marli Grun Parisotto, Jucilene Furlan, Maria Edlamar Aguiar Costa, Cleide Mafra e Daniel Wagner Heinig, para comporem a comissão, que irá, sob a presidência da primeira, coordenar o concurso de remoção

ART. 30. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato PMG Nº 003/2014 - Aditivo Nº 2**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO**

CONTRATO PMG Nº 003/2014 - Aditivo nº 02  
MODALIDADE: Tomada de Preços PMG nº 002/2014  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal  
CONTRATADA: Hoeft & Hoeft Construções Civas LTDA  
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa de engenharia, para reforma e ampliação de escolas da rede municipal de ensino, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária e projetos em anexo.  
OBJETO DO ADITIVO: Aditamento de prazo por mais 30 (trinta) dias  
VIGÊNCIA: 26/02/2014 a 01/11/2014  
DATA DE ASSINATURA: 01/10/2014

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO PMG Nº 004/2014 - ADITIVO Nº 04**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO**

CONTRATO PMG Nº 004/2014 - Aditivo nº 04  
MODALIDADE: Tomada de Preços PMG nº 003/2014  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva  
CONTRATADA: Hoeft & Hoeft Construções Civas LTDA

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa de engenharia, para reforma e ampliação de pré- escola e creches da rede municipal de ensino, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária e projetos em anexo.

OBJETO DO ADITIVO: Aditamento de prazo por mais 30 (trinta) dias

VIGÊNCIA: 26/02/2014 a 24/11/2014

DATA DE ASSINATURA: 20/10/2014

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº 004/2014 - ADITIVO Nº 01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATO

CONTRATO FMA Nº 004/2014 - Aditivo 01

MODALIDADE: Tomada de Preço FMA nº 004/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal/Fundo Municipal de Agricultura

CONTRATADA: Comércio, Construtora, Arquitetura e Terraplenagem RBM LTDA EPP

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para a construção da Feira Livre Municipal de Garuva, com área de 510,00 m², incluindo o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme planilha orçamentária, memorial descritivo e projeto, recursos através do Programa de Transferência nº 2013000649, proposta de transferência nº 7149 - do Estado de Santa Catarina / e recursos próprios do Município de Garuva

OBJETO DO ADITIVO: Aditamento de prazo por mais 60 (sessenta) dias

VIGÊNCIA: 03/06/2014 a 01/12/2014

DATA DE ASSINATURA: 01/10/2014

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### Aviso de Pregão Presencial Nº 218/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso de Pregão Presencial Nº 218/2014

OBJETO: Registro de Preços visando a contratação de empresa para prestação de serviços de colocação de lajotas, paver, paralelepípedos e meio fios. ENVELOPES: até às 9h do dia 10/11/2014. ABERTURA: às 9h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Cel Aristiliano Ramos, 435, Centro, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar(SC), 23 de outubro de 2014.

LOVÍDIO BERTOLDI

Sec. Mun. de Transportes e Obras

### Decreto Nº 6.120, de 23 de Outubro de 2014

DECRETO Nº 6.120, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA, MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado Pregoeiro em substituição temporária, para realização das licitações na modalidade Pregão no período compreendido entre 28 de outubro de 2014 até a data de 31 de outubro de 2014, pelo motivo de ausência do servidor Jean Carlos de Oliveira, o servidor municipal PEDRO CANDIDO DE SOUZA, ocupante do cargo de Escriturário, matrícula nº 5380.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de 28 de outubro de 2014, revogando-se automaticamente na data de 03 de novembro de 2014.

Gaspar, 23 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

### Decreto Nº 6.118, de 21 de Outubro de 2014.

DECRETO Nº 6.118, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI e V, da Lei Municipal nº 3.545, de 20 de novembro de 2013.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente da SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS e SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS

Unidade: 14 DITRAN - DIRETORIA DE TRÂNSITO

Função: 26 TRANSPORTE

SubFunção: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Programa: 0015 Gestao do Ditrان

Atividade: 2.200078 (2078) Manutenção da Ditrان

Dotação: 623 Aplicações diretas R\$ 12.650,00

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 07 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Função: 12 EDUCAÇÃO

SubFunção: 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental

Atividade: 2.200042 (2042) Manutenção da Educação Fundamental

Dotação: 520 Aplicações diretas R\$10.000,00

Art. 2º Fica suplementado, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

SubFunção: 243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Programa: 0029 Gestão na área de Desenvolvimento Social

Atividade: 2.200196 (2196) Manter Proteção Social Especial - Alta Complexidade

Despesa: 139 Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos R\$ 30.007,43

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### Decreto Nº 6.119, de 22 de Outubro de 2014

DECRETO Nº 6.119, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

ALTERA MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE REMOÇÃO OU PERMUTA E ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DOS FUNCIONÁRIOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Especial do processo de remoção ou permuta e alteração de carga-horária dos funcionários do magistério público municipal, composta pelos seguintes membros:

- I - Marlene Almeida - Secretaria Municipal de Educação;
- II - Kátia Silene Spengler Zen - Secretaria Municipal de Educação;
- III - Camila Schreiber - Secretaria Municipal de Educação;
- IV - Rozângela Aparecida Alves Elias - Secretaria Municipal de Educação;
- V - Jovino Emir Masson - Representante do SINTRASPUG.

§ 1º Competirá à Comissão de Seleção estabelecer os critérios para o correto andamento do processo a que se refere o caput deste artigo.



Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 22 de outubro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal de Gaspar

### **Portaria Nº 3.501, de 21 de Outubro de 2014**

PORTARIA Nº 3.501, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.  
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL Nº 02/2013.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições em conformidade com o que estabelece a legislação vigente,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeado o servidor JEAN CARLOS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especializados III, para compor a Comissão para a Tomada de Contas Especial nº 02/2013, em substituição ao servidor Michel Marcelo Longo.

Parágrafo único. Em virtude da alteração descrita no caput deste artigo, a composição total da Tomada de Contas Especial nº 02/2013 passa a ser: Dulcinéia da Silva, Elizabeth Otiquir e Jean Carlos de Oliveira, sob a presidência da primeira.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 21 de outubro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### **Lei Nº 3.606, de 22 de Outubro de 2014.**

LEI Nº 3.606, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.  
ALTERA LEI Nº 3.586, DE 02 DE JULHO DE 2014, QUE MODIFICA A DENOMINAÇÃO DO CENTRO EDUCATIVO MARIA HENDRIKS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a ementa da Lei nº 3.586, de 02 de julho de 2014, passando a vigorar conforme segue:

MODIFICA A DENOMINAÇÃO DO CENTRO EDUCATIVO MARIA HENDRICKS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 2º Fica alterada a redação do artigo 1º da Lei nº 3.586, de 02 de julho de 2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O Centro Educativo Maria Hendriks, criado pela Lei nº 2.169, de 19 de outubro de 2001, passa a denominar-se Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Maria Hendricks.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 22 de outubro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### **Lei Nº 3.605, de 22 de Outubro de 2014**

LEI Nº 3.605, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE FEIRAS ITINERANTES NO MUNICÍPIO DE GASPAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei estabelece normas para funcionamento no Município de Gaspar, de feira itinerante com exposições e vendas de produtos industrializados, artesanais ou beneficiados.

Art. 2º Consideram-se feiras itinerantes as instalações destinadas à comercialização de produtos, bens e serviços ao consumidor final, de vendas a varejo, em espaço unitário ou dividido em estantes individuais, com a participação de um ou mais comerciantes, cujo funcionamento será em caráter temporário, por período previamente determinado.

Art. 3º Excentuam-se das disposições desta Lei, feiras, exposições e demais eventos que:

I - sejam instituídos ou decorram de programas do Poder Público Municipal;

II - tenham natureza exclusivamente filantrópica, sem finalidades lucrativas, realizadas ou providenciadas por entidades assistenciais do Município, instituídas há mais de 02 (dois) anos da data de realização do evento;

III - tenham caráter exclusivamente promocional para difusão da arte, da cultura ou das ciências; e

IV- sejam promovidas e realizadas por entidades educacionais do ensino regular.

Parágrafo único. Ficam dispensados da licença de que trata esta Lei os eventos caracterizados nos incisos I a IV deste artigo, desde que sejam previamente apresentados e aprovados junto às secretarias municipais competentes.

#### **CAPÍTULO II DA LICENÇA**

Art. 4º É obrigatório o alvará de funcionamento individual de cada expositor e da empresa promotor-organizadora da feira, de forma que somente após a concessão do respectivo alvará poderão ser executadas as instalações e a colocação dos produtos, sob pena de multa prevista no artigo 7º.

§ 1º Os alvarás de licença de funcionamento e localização para realização de atividades ou eventos temporários com exposições e/ou venda de produtos industrializados ou manufaturados deverão ser requeridos individualmente e protocolados com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para início de sua realização.

§ 2º O promotor-organizador da feira deverá juntar ao requerimento de alvará:

I - cópia do contrato de locação ou comodato do imóvel onde será realizada a atividade/evento, com firma reconhecida, devidamente



autenticada;

II - cópia do contrato social da empresa organizadora, bem como de cada expositor ou da firma individual, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de origem;

III - cópia do comprovante de inscrição no CNPJ do organizador da feira e dos expositores, bem como as suas inscrições na Fazenda Estadual;

IV - planta com "layout" da distribuição de espaços e metragens destinados aos expositores ou feirantes, com instalações elétricas, assinada por engenheiro com responsabilidade técnica;

V - comprovação de disponibilidade de área para estacionamento de veículos de clientes, carga e descarga e incluindo vaga para pessoas portadoras de necessidades especiais na forma da lei federal vigente;

VI - declaração do período de duração do evento;

VII - comprovação da existência, no local, de sanitários separados, rampas de acesso para deficiente e idoso, inclusive com placas indicativas;

VIII - comprovante de pagamento das taxas de localização, funcionamento e expediente do Município, individual para cada expositor e da empresa promotor-organizadora da feira;

IX - cópia do Alvará expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar;

X - relação nominal dos expositores com seus dados cadastrais (nome, endereço completo, CNPJ, inscrição estadual, ramo de atividade e relação dos produtos a serem comercializados ou expostos telefone de contato);

XI - seguro de responsabilidade civil para cobertura de danos pessoais, materiais e morais específico para o evento; e

XII - apresentar Estudo de Impacto de Vizinhança específico para feira itinerante com exposições e vendas de produtos industrializados, artesanais ou beneficiados nos moldes constantes no Plano Diretor Municipal vigente.

### CAPÍTULO III DOS DEVERES E PROIBIÇÕES

Art. 5º As instalações para a realização do evento deverão estar concluídas pelo menos 72 (setenta e duas) horas antes de seu início para que possam ser vistoriadas pelos órgãos competentes.

Parágrafo único. Todos os produtos deverão estar nos locais determinados pelo menos 03 (três) horas antes do início da feira, a fim de serem examinados pelos órgãos competentes.

Art. 6º Fica autorizado o funcionamento das atividades das feiras itinerantes com exposições e vendas de produtos industrializados, artesanais ou beneficiados de segunda-feira a sexta-feira no horário compreendido entre as 08:00 horas e 18:00 horas, e nos sábados entre 08:00 horas e 12:00 horas.

### CAPÍTULO IV DAS PENALIDADES E DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º O descumprimento de qualquer dispositivo desta Lei importará a multa diária de 96 UFM (noventa e seis unidades fiscais do município) a ser aplicada de forma solidária ao promotor/organizador das feiras itinerantes e os expositores individuais, que será aplicada cumulativamente com o fechamento da feira e apreensão

das mercadorias expostas ou destinadas à comercialização.

Art. 8º O prazo de duração das feiras fica limitado ao máximo sete (sete) dias corridos e improrrogáveis.

Art. 9º Em se tratando de feira itinerante de produtos alimentícios e perecíveis, ou sujeitos a prazos de validade e consumo deverão as autoridades sanitárias do Município exercer constante e vigorosa vigilância sobre a origem e validade dos referidos produtos.

Art. 10. Os produtos a serem comercializados pelos expositores deverão estar de acordo com as normas técnicas do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - INMETRO.

Art. 11. Os promotores e organizadores das feiras, exposições e eventos similares, responderão solidariamente pelos danos decorrentes das relações de consumo havido entre os participantes e os consumidores.

Art. 12. Não serão concedidas licenças para instalação de feiras, no Município, no período de 10 (dez) dias antes e depois das seguintes datas comemorativas: Natal, Ano Novo, Dia das Crianças, Páscoa, Dia das Mães e dos Pais, ficando autorizado o Município de Gaspar a definir por meio de decreto outras datas comemorativas que julgue necessário.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 22 de outubro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

# Grão Pará

## PREFEITURA

### Decreto Df 71/2014 - Orçamento

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 000071/14 de 23 de Outubro de 2014**

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014 do tipo alteração Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001937/13 de 11 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA****03.01 - DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO**

(006)3.3.50.00.00.00.00.2.003-0000 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu 510,00

**Total Suplementação: 510,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA****03.01 - DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO**

(008)3.3.90.00.00.00.00.2.003-0000 - Aplicacoes Diretas 510,00

**Total Anulação: 510,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Outubro de 2014.**

**AMILTON ASCARI**  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 23 de Outubro de 2014.

**DIONE HEINZEN**  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**Decreto Df 72/2014 - Orçamento****PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 000072/14 de 23 de Outubro de 2014**

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014 do tipo alteração Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001973/14 de 21 de Outubro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**10 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS****10.01 - DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS**

(148)4.4.90.00.00.00.00.1.011-0000 - Aplicacoes Diretas	50.000,00
(150)4.4.90.00.00.00.00.1.011-0025 - Aplicacoes Diretas	5.000,00

<b>Total Suplementação:</b>	<b>55.000,00</b>
-----------------------------	------------------

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**10 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS****10.01 - DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS**

(155)3.3.90.00.00.00.00.2.029-0000 - Aplicacoes Diretas	50.000,00
(158)3.3.90.00.00.00.00.2.029-0025 - Aplicacoes Diretas	5.000,00

<b>Total Anulação:</b>	<b>55.000,00</b>
------------------------	------------------

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Outubro de 2014.**

---

**AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 23 de Outubro de 2014.

---

**DIONE HEINZEN**

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ****Decreto Df 69/2014 - Orçamento**

DECRETO DF N. 069, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADACÃO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1937, de 11 de dezembro de 2013,

**DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

14.00	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS		
14.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS		
2.034	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.0154	Aplicações Diretas	R\$	28.140,90

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
0045	Atenção Básica – PMAQ	R\$	28.140,90

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
23 de Outubro de 2014.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 23 de Outubro de 2014.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**Decreto Df 70/2014 - Orçamento****FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARA  
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 000070/14 de 23 de Outubro de 2014**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001937/13 de 11 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS****14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**

(069)3.3.90.00.00.00.00.2.038-0159 - Aplicacoes Diretas

8.000,00

**Total Suplementação:****8.000,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS****14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**

(031)3.1.90.00.00.00.00.2.038-0159 - Aplicacoes Diretas

8.000,00

**Total Anulação:****8.000,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Outubro de 2014.****AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 23 de Outubro de 2014.

**DIONE HEINZEN**

Secretário Municipal de Administração e Fazenda



## Guaramirim

### PREFEITURA

#### **Aviso de Abertura de Licitações - Edital 81/2014 - PMG**

##### **AVISO DE ABERTURA DA HABILITAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, através de seu pregoeiro, portaria 370/2014, torna público que realizará no dia 28 de outubro de 2014 no horário de 09h00min, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Guaramirim, a abertura do envelope de habilitação dos licitantes classificados na fase inicial do certame, referente a Licitação - Pregão Presencial nº 81/2014-PMG, haja vista a aprovação pela Comissão Técnica das amostras fornecidas pelas empresas Wilson Antônio Pereira Calçados EPP. e Uniformes Gerais LTDA.

Guaramirim/SC, 23 de outubro de 2014.

Marcelo Garcia

Pregoeiro

Portaria nº. 370/2014

## Herval d'Oeste

### PREFEITURA

#### **Lei Nº 3.069/2014.**

LEI Nº 3069/2014.

"ELEGE O ENTE REGULADOR DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Nos termos do parágrafo único do artigo 20 da Lei Federal nr. 11.445/2007, fica eleito como ente regulador dos serviços de saneamento do Município de Herval d'Oeste (SC), englobando água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana, o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental (CISAM Meio Oeste), o qual exercerá a regulação por meio de seu Órgão Regulador, denominado CISAM-REG, que se constitui, nos termos da Cláusula Trigésima Segunda do Contrato de Consórcio Público (Protocolo de Intenções) e artigo 33 do Estatuto do Consórcio, em órgão de natureza consultiva e deliberativa do CISAM Meio Oeste, destinado ao exercício da atividade regulatória dos serviços de saneamento em proveito dos municípios consorciados.

Art. 2º O funcionamento, composição e procedimentos do CISAM-REG serão os estabelecidos em resoluções próprias do CISAM Meio Oeste.

Art. 3º Diante da inserção do Contrato de Consórcio Público, do estatuto do consórcio e de todas as normas derivadas desses instrumentos no ordenamento jurídico do Município, fica criado o preço de regulação (PR), com a finalidade de promover o adequado custeio e sustentabilidade das atividades regulatórias a serem desenvolvidas pelo CISAM-REG, cujos valores serão fixados por meio de resoluções aprovadas na Assembléia Geral do CISAM Meio Oeste.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 21 de outubro 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito

#### **Decreto Nº 3.351/2014.**

DECRETO Nº 3.351/2014.

"NOMEIA COMISSÃO PARA ATUAR NO CONCURSO DE REMOÇÃO DE QUE TRATA O EDITAL Nº 013/1/2014/SMECE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores públicos municipais Geisa Trombetta Bernardi (Presidente), Sadir Rovêa, Paulo Cézar Dolejal Berté e Mara Terezinha Ribeiro dos Santos Kühl, para comporem a Comissão que irá realizar a análise dos documentos apresentados e necessários, para o Concurso de Remoção de que trata o Edital nº 013/1/2014/SMECE.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 23 de outubro de 2014.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

### DECRETO Nº 3.352/2014.

DECRETO Nº. 3.352/2014.

HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO DE REMOÇÃO REGULAMENTADO PELO EDITAL Nº. 013/2014/SMECE.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Edital nº. 013/2014/SMECE.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do concurso de remoção regulamentado pelo Edital nº. 013/2014/SMECE, conforme relação constante do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 23 de outubro de 2014.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 3.352/2014.

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO DE REMOÇÃO - EDITAL 013/2014/SMECE

Cargo: Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais

Nº de Protocolo	Nome do servidor	Turno	Carga Horária	Opções			Remoção – Unidade Escolar Resultado Final	Critério de desempate
				1ª	2ª	3ª		
01	Marcia Gonçalves	Mat/Vesp	40	GEM Nossa Senhora de Fátima	-	-	GEM Nossa Senhora de Fátima	Tempo de Serviço
02	Aline Alves Cabral	Vespertino	20	GEM Nossa Senhora de Fátima (Vespertino)	GEM Nossa Senhora de Fátima (Matutino)	EBM Cruz e Sousa (Matutino)	EBM Cruz e Sousa	

Cargo: Professor de Educação Física

Nº de Protocolo	Nome do servidor	Turno	Carga Horária	Opções			Remoção – Unidade Escolar Resultado Final	Critério de desempate
				1ª	2ª	3ª		

03	Analie Pasquali	Mat/Vesp	40	GEM Prof. Adolfo Becker	EBM Cruz e Sousa	-	GEM Prof. Adolfo Becker	-
----	-----------------	----------	----	-------------------------	------------------	---	-------------------------	---

### Portaria Nº 1170/2014

PORTARIA Nº 1170/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora FRANCINE BULH LORASCHI (Matr. 2676), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Enfermeiro, Nível - 12/1, Referência "B", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 20 de outubro de 2014 a 31 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Outubro de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### CONTRATO Nº 056/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 56/2014 DE 15/10/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratada: LOCOMAQ - Comércio e Locação de Maquinas e Equipamentos Ltda -Me.

OBJETO: Aquisição de óleo lubrificante e graxa para uso nos veículos, máquinas e caminhões da Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste, durante o exercício de 2014

VALOR R\$ 72.528,27 (Setenta e dois mil quinhentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos);

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária nº Lei Orçamentária 3016/2013 de 09/12/2013.

Herval d'Oeste (SC), 15 de outubro de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito

Alvaro José Gonçalves  
pela contratada

**Contrato Nº 057/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 57/2014 DE 15/10/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratada: LUBRICHAP LUBRIFICANTES CHAPECÓ LTDA

OBJETO: Aquisição de óleo lubrificante e graxa para uso nos veículos, máquinas e caminhões da Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste, durante o exercício de 2014.

VALOR R\$ 3.118,55 (Três mil cento e dezoito reais e cinquenta e cinco centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária nº Lei Orçamentária 3016/2013 de 09/12/2013.

Herval d'Oeste (SC), 15 de outubro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito

Paulo Ricardo Cordova  
pela contratada**Contrato Nº 058/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 58/2014 DE 20/10/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratada: LUBRICHAP LUBRIFICANTES CHAPECÓ LTDA

OBJETO: Recuperação de Trator e Retroescavadeiras da Secretaria de Obras Urbanismo e Serviços Públicos, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente deste Município.

VALOR R\$76.279,74 (Setenta e seis mil duzentos e setenta e nove reais e setenta e quatro centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária nº Lei Orçamentária 3016/2013 de 09/12/2013.

Herval d'Oeste (SC), 20 de outubro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito

Raul de Miranda  
pela contratada**Ata de Registro de Preços Nº 018A/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018A/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2014

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 25 de setembro de 2015, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 2014 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de material de higiene e limpeza para uso das diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa ROBERTO

TESSARO &amp; CIA LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 85.248.680/0001-10 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 178.311,65 (Sento e setenta e oito mil trezentos e onze reais e sessenta e cinco centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 02 de outubro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Roberto Antonio Tessaro Sócio Administrador CPF: 518.086.929-34 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

**Ata de Registro de Preços Nº 018B/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018B/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2014

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 25 de setembro de 2015, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 2014 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de material de higiene e limpeza para uso das diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 11.499.653/0001-83 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 63.553,50 (Sessenta e três mil quinhentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 02 de outubro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Daiane Rosa Sócio Administrador CPF: 949.233.889-00 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

**Ata de Registro de Preços Nº 018C/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018C/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2014

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 25 de setembro de 2015, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.  
Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 2014 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de material de higiene e limpeza para uso das diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.919.156/0001-94 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.  
Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.  
Valor Total da Ata R\$ 31.260,55 (Trinta e um mil duzentos e sessenta reais e cinquenta e cinco centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 02 de outubro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Renata Raquel Ahlf dos Santos Sócio Administrador CPF: 005.351.199-92 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

**Ata de Registro de Preços Nº 018D/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018D/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2014

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 25 de setembro de 2015, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.  
Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 2014 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de material de higiene e limpeza para uso das diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa ILLO QUÍMICA LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 07.414.755/0001-81 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.  
Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.  
Valor Total da Ata R\$ 12.505,10 (Doze mil quinhentos e cinco reais e dez centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 02 de outubro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Leandro Mores Sócio Administrador CPF: 019.607.269-78 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

**Ata de Registro de Preços Nº 018E/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018E/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2014

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 25 de setembro de 2015, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.  
Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 2014 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de material de higiene e limpeza para uso das diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa QUIMEX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 01.505.949/0001-94 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais



são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 24.110,00 (Vinte e quatro mil cento e dez reais), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 02 de outubro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Sandro Mendonça da Silva Sócio Administrador CPF: 696.226.559-04 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

### Ata de Registro de Preços Nº 018F/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018F/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2014

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 25 de setembro de 2015, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 2014 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de material de higiene e limpeza para uso das diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa AIRTON SILVA DA MOTTA - ME, inscrita no CNPJ nº 13.467.809/0001-70 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 4.380,00 (Quatro mil trezentos e oitenta reais), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 02 de outubro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Airton Silva da Motta Sócio Administrador CPF: 947.328.769-00 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

### Ata de Registro de Preços Nº 018G/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018G/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2014

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 25 de setembro de 2015, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 2014 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de material de higiene e limpeza para uso das diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 07.814.016/0001-87 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 29.855,70 (Vinte e nove mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 02 de outubro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Gisele Dos Santos Sócio Administrador CPF: 037.326.939-02 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

### Ata de Registro de Preços Nº 018H/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018H/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2014

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 25 de setembro de 2015, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 2014 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de material de higiene e limpeza para uso das diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.835.184/0001-60 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no



Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 10.074,83 (Dez mil e setenta e quatro reais e oitenta e três centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 02 de outubro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Miguel Salvador Sócio Administrador CPF: 007.732.100-67 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

# Ibiam

## PREFEITURA

### Decreto Nº 2707/2014

DECRETO Nº 2707, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

"ALTERA REDAÇÃO DOS ARTS. 3º E 6º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 2561 DE 20/11/2013".

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e de conformidade o capítulo VI art. 14, da Lei Complementar nº 025, de 24 de Novembro de 2011,

#### DECRETA:

Art. 1º - O artigo 3º passa a vigorar com a seguinte redação: "As deliberações do Conselho de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Ibiam - CODEMI, serão materializados por Resoluções homologadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal para que possam produzir seus efeitos legais.

Art. 2º - O artigo 6º passa a vigorar com a seguinte redação: "A prestação de contas dos serviços executados será organizada individualmente, em ordem sequencial e numeradas, por beneficiado, devendo conter no mínimo os seguintes documentos:

I - ofício ao Prefeito solicitando o benefício/incentivo;

II - documentos comprobatórios solicitados na Lei Complementar nº 025/2011;

III - ata, resolução homologada pelo Chefe do Poder Executivo e publicada relativa ao incentivo/benefício, indicando com clareza o objeto e quantidades e/ou valores que foram autorizados;

IV - documento comprobatório da execução dos serviços, com data, tipo da máquina, quantidade de horas, quando for executado com maquinários presente o controle por hora máquina e liquidação pelo Secretário responsável;

V - documentos comprobatórios de acordo com o benefício/incentivo recebido: documentos fiscais, comprovantes de empenhamento, autorização de pagamento;

VI - documentos que comprovem a movimentação econômica do produtor relativos à área de abrangência e/ou ao benefício concedido, relativos à época da solicitação do incentivo e posteriormente por período e nº de exercícios subsequentes que sejam suficientes para comprovar o aumento da produtividade ou aumento do movimento econômico.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 22 DE OUTUBRO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria Nº 235/2014**

PORTARIA Nº 235, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA O SERVIDOR ARQUILINO ANTONIO DE MORAES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor ARQUILINO ANTONIO DE MORAES - OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS - NÍVEL 2 - REFERÊNCIA B, para o mesmo cargo, NÍVEL 2 - REFERÊNCIA C, de conformidade com o Anexo 1 - Subanexo II - Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 17 DE OUTUBRO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria Nº 236/2014**

PORTARIA Nº 236, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando o artigo 24, § 5º, da Lei Municipal nº 320, de 29 de junho de 2006, RESOLVE :

Art. 1º. Conceder a servidora MARIA ALZERINDA DE SOUZA BATISTA, servidora efetiva no cargo de Servente - Nível 1 - Referência D, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O primeiro período de afastamento será de conformidade com o Atestado do Dr. Heriberto Agudelo Enriquez - CRM/SC 5858, no período de 09 a 16 de outubro de 2014.

Art. 3º. O segundo período de afastamento será de conformidade com o Atestado do Dr. Carlos Henrique Abreu Driussi - CRM/SC 18142, para o dia 17 de outubro de 2014.

Art. 4º. O terceiro período de afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Heriberto Agudelo Enriquez - CRM/SC 5858, por um período de 90 (noventa) dias, a contar da data de 20 de outubro de 2014.

§1º. Durante os primeiros 15 (quinze) dias consecutivos ao do afastamento da servidora, a remuneração será a cargo do órgão público.

§ 2º. A partir do décimo sexto dia do afastamento da atividade, a servidora está em auxílio doença (INSS), a contar da data de 26 de outubro de 2014 e enquanto ela permanecer incapaz, de

conformidade com o comunicado de resultado de avaliação da Previdência Social.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE OUTUBRO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria Nº 237/2014**

PORTARIA Nº 237, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

"DETERMINA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do art. 88, da Lei orgânica do Município, Considerando, o afastamento da servidora Maria Alzerinda de Souza Batista, para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º. A função e atribuições de Agente de Serviços Gerais da servidora DELCIA MARIA DOS SANTOS, serão exercidas junto a Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 23 de outubro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 21 DE OUTUBRO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria Nº 238/2014**

PORTARIA Nº 238, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

"CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e,

Considerando o Decreto nº 2.534, de 02 de setembro de 2013, que adotou o LTCAT - Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho para o exercício de 2013;

Amparado no art. 88, incisos VII, XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 52, inciso III e art. 61 e SS, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 - Estatuto do servidor Público do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido a servidora DELCIA MARIA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o adicional de

insalubridade em grau médio de 20% (vinte por cento) do piso salarial dos funcionários do município.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 23 de outubro de 2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 21 DE OUTUBRO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

### **Portaria Nº 239/2014**

PORTARIA Nº 239, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

"NOMEIA O SR. MIGUEL FELICETTI PARA O CARGO COMISSONADO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ADMINISTRATIVA."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 17, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, bem como o art. 3º, da Lei n.º 496, de 12 de junho de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. MIGUEL FELICETTI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Administrativa - Nível CC-3, criado pela Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 404, de 22.05.2009, com os subsídios fixados em Lei.

Parágrafo único. O servidor perceberá os subsídios relativos ao cargo de Secretário Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 21 DE OUTUBRO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

### **Portaria Nº 240/2014**

PORTARIA Nº 240, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

"CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que, a municipalidade não possui motoristas em número suficiente para suprir todas as necessidades de deslocamento municipal e outros deslocamentos externos de interesse do

Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, autorização para dirigir veículos oficiais em casos eventuais e específicos ao servidor abaixo relacionado, que se encontra devidamente habilitado:

a) Miguel Felicetti - Carteira Nacional de Habilitação nº 427081500, nº registro 02298391550, categoria "C", com validade até 12.12.2015.

Art. 2º. O servidor autorizado a dirigir veículos oficiais, não poderá:

- a) Ceder a direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º. O servidor autorizado a dirigir veículos oficiais, deverá:

- a) Cumprir as determinações expressas na Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;
- b) Preencher corretamente o Diário de Movimentação de veículos;
- c) Manter atualizado o documento de habilitação (CNH);
- d) Encaminhar cópia da CNH atualizada ao Setor de Pessoal, para arquivamento na sua ficha funcional;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 21 DE OUTUBRO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

### **PORTARIA Nº 241/2014**

PORTARIA Nº 241, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

"CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que, a municipalidade não possui motoristas em número suficiente para suprir todas as necessidades de deslocamento municipal e outros deslocamentos externos de interesse do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, autorização para dirigir veículos oficiais em casos eventuais e específicos a servidora abaixo relacionada, que se encontra devidamente habilitada:

a) Andreia Teresinha Ferrari Lamperti - Carteira Nacional de Habilitação nº 977554849, nº registro 04846864022, categoria "B", com validade até 20.07.2019.

Art. 2º. A servidora autorizada a dirigir veículos oficiais, não poderá:

- a) Ceder a direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público

prestado.

Art. 3º. A servidora autorizada a dirigir veículos oficiais, deverá:

- a) Cumprir as determinações expressas na Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;
- b) Preencher corretamente o Diário de Movimentação de veículos;
- c) Manter atualizado o documento de habilitação (CNH);
- d) Encaminhar cópia da CNH atualizada ao Setor de Pessoal, para arquivamento na sua ficha funcional;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 21 DE OUTUBRO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

### **Portaria Nº 242/2014**

PORTARIA Nº 242, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, a existência de vaga não ocupada em concurso público;

Considerando, o resultado do Processo Seletivo aberto pelo Edital nº 006/2014, homologado pelo Decreto nº 2699/2014;

Com amparo no art. 88, incisos VII e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 2º, § 1º, inciso VII, da Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03.06.2005;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar em caráter temporário, a Sra. ELIS REGINA DA ROSA, brasileira, solteira, residente e domiciliada no Município de Lages, para exercer as funções do cargo de Psicóloga - Nível 6 - Referência A, com vencimentos conforme Anexo 2, da Lei Municipal nº 044/1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023/2011.

Art. 2º. O prazo da contratação será de conformidade com o inciso VII, do item 1.2, do Processo Seletivo - Edital nº 006, de 28 de agosto de 2014.

Art. 3º. A contratada será regida pelo regime jurídico especial de que trata a Lei Municipal nº 112/1999 e filiada ao regime Geral da Previdência Social.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 22 DE OUTUBRO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

### **Portaria Nº 243/2014**

PORTARIA Nº 243, 22 DE OUTUBRO DE 2014

“CONCEDE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento do servidor protocolado em 21 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor IVAIR CERON, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas - Nível 4 - Referência E, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 22.08.2008 a 21.08.2013.

Parágrafo único. A remuneração do servidor, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. O servidor usufruirá a Licença Prêmio no período de 22 de outubro a 20 de novembro de 2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 22 DE OUTUBRO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

### **Portaria Nº 244/2014**

PORTARIA Nº 244, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

“CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que, a municipalidade não possui motoristas em número suficiente para suprir todas as necessidades de deslocamento municipal e outros deslocamentos externos de interesse do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, autorização para dirigir veículos oficiais em casos eventuais e específicos a servidora abaixo relacionada, que se encontra devidamente habilitada:

- a) Elis Regina da Rosa - Carteira Nacional de Habilitação nº



318970998, nº registro 03693387203, categoria "AB", com validade até 18.07.2015.

Art. 2º. A servidora autorizada a dirigir veículos oficiais, não poderá:

- a) Ceder a direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º. A servidora autorizada a dirigir veículos oficiais, deverá:

- a) Cumprir as determinações expressas na Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;
- b) Preencher corretamente o Diário de Movimentação de veículos;
- c) Manter atualizado o documento de habilitação (CNH);
- d) Encaminhar cópia da CNH atualizada ao Setor de Pessoal, para arquivamento na sua ficha funcional;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 22 DE OUTUBRO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:  
LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

#### **Portaria Nº 245/2014**

PORTARIA Nº 245, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; ; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor CÉLIO LUCAS RAMOS, servidor efetivo no cargo de Médico Veterinário - Nível 11 - Referência B, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O primeiro afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Dr. Heriberto Agudelo Enriquez - CRM/SC 5858, para o dia 08 de setembro de 2014.

Art. 3º. O segundo afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Felipe Wurzel - CRM/SC 20467, no período de 09 a 18 de setembro de 2014.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de setembro de 2014.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 22 DE OUTUBRO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

#### **Portaria Nº 246/2014**

PORTARIA Nº 246, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; ; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor ORTENILO TREVISOL, servidor efetivo no cargo de Operador de Máquinas Agrícolas - Nível 2 - Referência D, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O primeiro afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Oscar Guido Navia Torrico - CRM/SC 2911, para o dia 26 de setembro de 2014.

Art. 3º. O segundo afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Oscar Guido Navia Torrico - CRM/SC 2911, no período de 29 de setembro de 2014 a 05 de outubro de 2014.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de setembro de 2014.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 22 DE OUTUBRO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

#### **Portaria Nº 247/2014**

PORTARIA Nº 247, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; ; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor ANTONIO RECALCATTI, servidor efetivo no cargo de Operador de Máquinas Agrícolas - Nível 2 - Referência D, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Daniel Ribas dos Santos - CRM/SC 20599, para o período de 09 a 15 de outubro de 2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de outubro de 2014.



Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 22 DE OUTUBRO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

#### **Portaria Nº 248/2014**

PORTARIA Nº 248, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando o artigo 24, § 5º, da Lei Municipal nº 320, de 29 de junho de 2006, RESOLVE :

Art. 1º. Conceder a servidora JANETE TERRES, servidora efetiva no cargo de Servente - Nível 1 - Referência D, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O afastamento será de conformidade com o Atestado do Dr. Paulo Albuquerque - CRM/SC 3188, no período de 17 de outubro de 2014 a 15 de dezembro.

§1º. Durante os primeiros 15 (quinze) dias consecutivos ao do afastamento da servidora, a remuneração será a cargo do órgão público.

§ 2º. A partir do décimo sexto dia do afastamento da atividade, a servidora estará em auxílio doença (INSS), a contar da data de 01 de novembro de 2014 e enquanto ela permanecer incapaz, de conformidade com o comunicado de resultado de avaliação da Previdência Social.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de outubro de 2014.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 22 DE OUTUBRO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

## Ilhota

### PREFEITURA

#### **Aviso Chamada Pública 002 - 2014 FME (Deserta)** AVISO

CHAMADA PÚBLICA 002/2014 - FME

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DECLARA DESERTA A CHAMADA PÚBLICA 002/2014 FME, PELO NÃO COMPARECIMENTO DE NENHUM LICITANTE PARA O CERTAME, DE ACORDO COM A LEI 8.666/93.

Ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes.

23 de Outubro de 2014.  
VALMOR BERTELLI JÚNIOR  
Presidente de Comissão

**Imarui****PREFEITURA****Decreto Nº 098, de 23 de Outubro de 2014.**

DECRETO Nº 098, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA REFERENTE AO ATO INSTAURADO ATRAVÉS DO DECRETO Nº066/2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

CONSIDERANDO que o art. 145 da Lei Complementar nº003, de 26 de dezembro de 2007 autoriza a prorrogação de prazo para conclusão de processo administrativo e processo disciplinar, a critério da autoridade competente, e quando as circunstâncias exigirem;

CONSIDERANDO a ata da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, datada de 09 de outubro de 2014, informando que pretende produzir prova testemunhar; e

CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº052/2014/PAD solicitando a prorrogação de prazo;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica prorrogado, por mais 90 (noventa) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância referente ao ato instaurado através do Decreto nº066, de 10 de julho de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 23 de outubro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

**Imbituba****PREFEITURA****Decreto PMI Nº 252, de 22 de Outubro de 2014 - Crédito Adicional - SEAGP**

DECRETO PMI Nº 252, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA – SEAGP			
Apoio Administrativo da SEAGP			
04.122.0003-2.003			
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0009)	Aplicações Diretas		152.500,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0011)	Aplicações Diretas		22.500,00
Total			175.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo

**Publicação de Extrato de Reabertura de Prazo do Pregão Presencial Nº 72/2014 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 122/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2014

A Pregoeira Oficial do Município de Imbituba, torna público o fim da suspensão do processo licitatório nº 122/2014 cujo objeto é o aquisição de servidores, storage, nobreak e licenciamento com garantia e assistência técnica.

A sessão pública para recebimento de envelopes do objeto já citado, se realizará em 06 de novembro de 2014, às 14:00 horas na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 23 de outubro de 2014.

Zeli Pires

Secretário de Administração

#### **PORTARIA PMI/DGP Nº 479/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 479, de 20 de outubro de 2014.

Dispõe sobre a nomeação de Coordenadora de Auditoria, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CECÍLIA DE SÁ DUTRA, brasileira, Contadora, admitida em 03 de outubro de 2014, inscrita no CPF sob o nº 066.196.089-73, para exercer o cargo de Coordenadora de Auditoria junto a Controladoria Geral do Município, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º A nomeada perceberá gratificação de 50% (cinquenta por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 37, § 2º, II da LC nº 4.161/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 20 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2014 (FUNREBOM)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNREBOM

PROCESSO Nº 14/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 17:00 horas do dia 06 de novembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de preço menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de materiais e equipamentos para serem usados em atendimento às ocorrências pelo corpo de bombeiros de Imbituba.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 24 de outubro de 2014.

Rafael Fortunato Camilo

Comandante da 2ª/8ª BBM

#### **Publicação de Extrato de Dispensa Nº 29/2014 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 137/2014

DISPENSAS Nº 29/2014

Objeto: contratação de empresa especializada com fornecimento de materiais e mão de obra para prestação de serviços de construção de banheiro na área externa do CMEI Clara Heitch Soares. Empresa: Imbimolde Pré-moldados & Construções Ltda - EPP.

Valor Total: 2.934,59

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 24 de outubro de 2014

Michela da Silva Freitas

Secretaria Municipal

#### **EXTRATO: PMI SEDUC 2014/58 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/58 A01

Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ROÇA GRANDE LTDA ME

C.N.P.J: 10.981.399/0001-92

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS E O REAJUSTE DE 11,4598%(ONZE INTEIROS QUATRO MIL QUINHENTOS E NOVENTA E OITO MILÉSIMOS PERCENTUAIS) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 8.914,39

Fundamento: Processo nº. 42/2014 Carta Convite 01/2014

Imbituba, 21 de agosto de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Empreiteira de Mão de Obra Roça Grande Ltda Me

Representante Legal

Contratada

#### **EXTRATO: PMI SEDUC 2013/106 A04**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2013/106 A04

Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ROÇA GRANDE LTDA ME

C.N.P.J: 10.981.399/0001-92

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 20/11/2014.

Fundamento: Processo nº. 87/2013 Carta Convite 08/2013

Imbituba, 16 de outubro de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Empreiteira de Mão de Obra Roça Grande Ltda Me

Representante Legal

Contratada

**LEI Nº 4.464.2014**

LEI Nº 4.464, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 4.474,92 (quatro mil e quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e dois centavos) para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA			
Construção do Centro do Idoso			
08.241.0013-1.070			
4.4.90.00.00.00.00.00.01.000 (0031)	Aplicações Diretas	4.474,92	
Total		4.474,92	

Art. 2º O crédito adicional especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA			
Manutenção do Fundo de Assistência Social			
08.244.0013-2.078			
4.4.90.00.00.00.00.00.01.000 (0016)	Aplicações Diretas	4.474,92	
Total		4.474,92	

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo

**Lei Nº 4.465.2014**

LEI Nº 4.465, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA			
Manutenção do Fundo de Assistência Social			
08.244.0013-2.078			
3.3.90.00.00.00.00.00.01.000 (0013)	Aplicações Diretas	20.000,00	
Total		20.000,00	

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA			
Família Acolhedora			
08.243.0013-2.109			
3.3.90.00.00.00.00.00.01.000 (0020)	Aplicações Diretas	20.000,00	
Total		20.000,00	

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo

**Lei Nº 4.466.2014**

LEI Nº 4.466, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA – SEINFRA			
Humanização de Praças e Vias Públicas			
15.451.0007-1.013			
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0075)	Aplicações Diretas	23.000,00	
Total		23.000,00	

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação total da dotação orçamentária abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA – SEINFRA			
Pavimentação de Vias Públicas			
15.451.0007-2.017			
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0071)	Aplicações Diretas	23.000,00	
Total		23.000,00	

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo

### Decreto 254.2014

DECRETO PMI Nº 254, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.464, de 23 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 4.474,92 (quatro mil e quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e dois centavos) para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA			
Construção do Centro do Idoso			
08.241.0013-1.070			
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0031)	Aplicações Diretas	4.474,92	
Total		4.474,92	

Art. 2º O crédito adicional especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA			
Manutenção do Fundo de Assistência Social			
08.244.0013-2.078			
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0016)	Aplicações Diretas	4.474,92	
Total		4.474,92	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo

### Decreto 255.2014

DECRETO PMI Nº 256, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.466, de 23 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA – SEINFRA			
Humanização de Praças e Vias Públicas			
15.451.0007-1.013			
4.4.90.00.00.00.00.00.0.01.0000 (0075)	Aplicações Diretas	23.000,00	
Total		23.000,00	

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação total da dotação orçamentária abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA – SEINFRA			
Pavimentação de Vias Públicas			
15.451.0007-2.017			
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0071)	Aplicações Diretas	23.000,00	
Total		23.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo



**Decreto 256.2014**

DECRETO PMI Nº 256, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.466, de 23 de outubro de 2014,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA – SEINFRA			
Humanização de Praças e Vias Públicas			
15.451.0007-1.013			
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0075)	Aplicações Diretas	23.000,00	
Total		23.000,00	

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação total da dotação orçamentária abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA – SEINFRA			
Pavimentação de Vias Públicas			
15.451.0007-2.017			
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0071)	Aplicações Diretas	23.000,00	
Total		23.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

**Decreto 257.2014**

DECRETO PMI Nº 257, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER – SESPORTE		
PARTICIPA IMBITUBA		
27.812.0010-2.137		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0167)	Aplicações Diretas	3.000,00
Total		3.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

**Indaial****PREFEITURA****Lei Nº 5071**

. LEI Nº 5071

. de 23 de outubro de 2014

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUTENÇÃO DO RH - FOLHA DE PAGTO - FUNDO DE SAÚDE
3319100000000000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.
01020000	Saúde
Valor: ( 100.000,00 )	

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Indaial a seguinte dotação:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2443	MANUT FARMÁCIA BÁSICA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01020000	Saúde
Valor: ( 100.000,00 )	

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 23 de outubro de 2014.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 23 de outubro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

**Lei Nº 5072**

. LEI Nº 5072

. de 23 de outubro de 2014

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 331.996,83 (trezentos e trinta e um mil e novecentos e noventa e seis reais e oitenta e três centavos) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUTENÇÃO DO RH - FOLHA DE PAGTO - FUNDO DE SAÚDE
3319100000000000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.
01020000	Saúde
Valor: ( 331.996,83 )	

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Indaial a seguinte dotação:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2458	MANUT CONTRATOS - SOC BENEF HOSPITAL BEATRIZ RAMOS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01020000	Saúde
Valor: ( 331.996,83 )	

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 23 de outubro de 2014.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 23 de outubro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

**Lei Nº 5073**

LEI Nº 5073

. de 23 de outubro de 2014

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2453	MANUT LABORATÓRIO MUNICIPAL
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01711701	MAC - União
	Valor: ( 25.000,00 )
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2447	MANUT DO CIS-AMMVI
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01711701	MAC - União
	Valor: ( 75.000,00 )

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Indaial a seguinte dotação:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2445	MANUT CONVÊNIOS/CONTRATOS SERV. ESPECIAL EM SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01711701	MAC - União
	Valor: ( 100.000,00 )

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 23 de outubro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 23 de outubro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

**Termo Aditivo Nº 002 ao Contrato Nº 131/2014**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº002 AO CONTRATO Nº 131/2014  
CONTRATADA: STRATA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA

OBJETO: Alteração da cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução, através do Sistema de Mutirão, da pavimentação asfáltica da Rua Varsóvia, com 10,00 ml de largura, extensão de 273,00 ml, meio-fio 552,00 ml, área total de 2.768,90m².

PRAZO: 31/10/2014 a 30/12/2014

ASSINATURA: 31/10/2014

**Decreto Nº 1120/14**

. DECRETO Nº 1120/14

. De 23 de outubro de 2014

Anula e Suplementa no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5071/14,

DECRETA

Art. 1º - Fica anulado o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUTENÇÃO DO RH - FOLHA DE PAGTO - FUNDO DE SAÚDE
3319100000000000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.
01020000	Saúde
	Valor: ( 100.000,00 )

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica suplementado no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Indaial a seguinte dotação:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2443	MANUT FARMÁCIA BÁSICA

3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01020000	Saúde
	Valor: ( 100.000,00 )

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 23 de outubro de 2014.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 23 de outubro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### Decreto Nº 1121/14

. DECRETO Nº 1121/14  
. De 23 de outubro de 2014

Anula e Suplementa no Orçamento Anual do Fundo Municipal de Saúde de Indaial.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5072/14,

DECRETA,

Art. 1º - Fica anulado o valor de R\$ 331.996,83 (trezentos e trinta e hum mil e novecentos e noventa e seis reais e oitenta e três centavos) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUTENÇÃO DO RH - FOLHA DE PAGTO - FUNDO DE SAÚDE
3319100000000000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.
01020000	Saúde
	Valor: ( 331.996,83 )

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica suplementado, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Indaial a seguinte dotação:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2458	MANUT CONTRATOS - SOC BENEF HOSPITAL BEATRIZ RAMOS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS

01020000	Saúde
	Valor: ( 331.996,83 )

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 23 de outubro de 2014.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 23 de outubro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### Decreto Nº 1122/14

. DECRETO Nº 1122/14  
. De 23 de outubro de 2014

Anula e suplementa no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Indaial.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5073/14,

DECRETA,

Art. 1º - Fica anulado o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2453	MANUT LABORATÓRIO MUNICIPAL
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01711701	MAC - União
	Valor: ( 25.000,00 )
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2447	MANUT DO CIS-AMMVI
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01711701	MAC - União
	Valor: ( 75.000,00 )

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica suplementado no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Indaial a seguinte dotação:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2445	MANUT CONVÊNIOS/CONTRATOS SERV. ESPECIAL EM SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01711701	MAC - União
	Valor: ( 100.000,00 )

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 23 de outubro de 2014.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 23 de outubro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### **Edital Nº 27/14 - Pavimentação - Sistema Mutirão da Rua 1º de Janeiro, Bairro Carijós**

Indaial, 09 de outubro de 2014.

Edital nº 27/2014

O Prefeito Municipal de Indaial, Sérgio Almir dos Santos, torna público de acordo com o estabelecido na Lei 4.580 de 20 de Dezembro de 2011 e Decreto nº 2475/2012, orçamento contendo custos da pavimentação com lajota tijolão de concreto - Sistema Mutirão da Rua 1º de Janeiro, Bairro Carijós, totalizando 1.760,40 m² de pavimentação de lajota tijolão de concreto, e 580,30 metros lineares de testadas com meio-fio de concreto, importando a obra em R\$ 158.957,13 (cento e cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e sete reais e treze centavos), iniciando no embocamento com a Rua 25 de Janeiro pelo lado direito e na propriedade de Renita Bunde pelo lado esquerdo. Terminando na propriedade de Cleomar Neto, lote 2, pelo lado direito e no lote 4, de propriedade de Laura Garcia, pelo lado esquerdo.

#### **MEMORIAL DESCRITIVO**

##### **1. MATERIAL**

- 1.1 - Fornecimento de lajota tijolão de concreto;
- 1.2 - Fornecimento de meio-fio de concreto;
- 1.3 - Areia para colchão de assentamento de lajota tijolão de concreto;
- 1.4 - Tijolos maciços para confecção de caixas coletoras;
- 1.5 - Grelha para caixa coletora;
- 1.6 - Tubos de concreto diâmetro de 20 cm, 30 cm e 40 cm;
- 1.7 - Cimento;
- 1.8 - Tábuas de madeira para assentamento de tubos.

##### **2. MÃO-DE-OBRA**

- 2.1 - Colocação de lajota tijolão de concreto com preparação do

- colchão para assentamento e rejunte das sarjetas;
- 2.2 - Colocação de meio-fio com rejunte das fugas;
- 2.3 - Colocação de tubos pluviais e sanitário;
- 2.4 - Confecção de caixas coletoras;
- 2.5 - Abertura de vala para colocação de Tubos;
- 2.6 - Preparo da cancha para colocação de lajota tijolão de concreto;
- 2.7 - Transporte de material excedente;
- 2.8 - Transporte de material para apiloamento de vala;
- 2.9 - Carregadeira.
- 2.10 - Rolo compactador

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	UNIT.
<b>1. MATERIAL</b>			
1.1 – Fornecimento de lajota tijolão de concreto	m²	1.760,40	39,00
1.2 – Fornecimento de meio-fio de concreto	m	580,30	17,00
1.3 – Colchão de areia	m³	269,00	55,50
1.4 – Tijolo comum para confecção de caixa coletora	unid.	2.400,00	0,50
1.5 – Grelha para caixa coletora	peça	24,00	48,00
1.6 – Tubos de concreto diâmetro de 20 cm	m	50,00	13,30
1.7 – Tubos de concreto diâmetro de 30 cm	m	96,00	19,00
1.8 – Tubos de concreto diâmetro de 40 cm	m	100,00	27,00
1.8 – Cimento para rejunte	sc	16,00	21,61
1.9 – Cimento para confecção de caixa coletora	sc	12,00	19,87
1.9 - Tabua madeira (3m x 0,25 x 0,075)	Peça	82,00	3,00
TOTAL ITEM 01		=	
R\$			
<b>2. MÃO-DE-OBRA</b>			
2.1 – Execução de pavimentação com preparo de colchão com pó de brita	m²	1.760,40	12,00
2.2 – Colocação de meio fio com rejunte de fugas	m	580,30	3,00
2.3 – Execução de caixa coletora	unid.	24,00	80,00
2.4 – Colocação de tubos diâmetro de 20 cm	m	50,00	15,00
2.5 – Colocação de tubos diâmetro de 30 cm	m	96,00	15,00



2.6 – Colocação de tubos diâmetro de 40 cm	m	100,00	15,00
2.7 – Máquina p/ abertura de vala p/ colocação de tubos	h	120,00	80,00
2.8 – Máquina para preparação de cancha	h	36,00	240,00
2.9 – Transporte de material para apiloamento de vala	h	20,00	80,00
2.10 – Transporte de material excedente	h	60,00	80,00
2.11 – Carregadeira	h	24,00	80,00
2.12 - Retroescavadeira	h	20,00	65,00
2.13 – Rolo compactador	h	10,00	80,00
TOTAL ITEM 02 =			
R\$			
TOTAL GERAL ITEM 01 E 02 =			
R\$			
3. CUSTOS DA OBRA			
3.1 Participações dos moradores			
3.2 – Participações do Poder Público			
3.2.1 – Testadas, virador e embocamentos			
3.2.2 – Infraestrutura e melhorias			
TOTAL ITEM 03 =			
R\$			
DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR PROPRIETÁRIOS			
		TESTADA	ÁREA
PROPRIETÁRIOS		(m)	(m²)
		ÍTEM 01	ÍTEM 02
Lado Direito			
Município de Indaial – emboc. Rua 25 de Janeiro		6,00	12,00
Município de Indaial – testada da Rua 25 de Janeiro		7,00	21,00
Marcelo Luis da Costa		15,00	45,00
Antonio Felippi		19,00	57,00
Município de Indaial – testada Rua 6 de Janeiro		7,00	21,00

João A. Domingos/Dilma Domingos		13,50	40,50
Claudemiro Alves		16,50	49,50
Município de Indaial – testada Rua 7 de Janeiro		5,00	15,00
Município de Indaial – emboc. Rua 7 de Janeiro		1,50	7,50
Rodolfo Stupp		13,50	40,50
Marcos Paulo de Novais/Braulina Costa de Novais		17,00	51,00
Leonir Feliponi e outras		44,00	132,00
Evanilde Cuchi		16,50	49,50
Ademar Cuchi		16,50	49,50
Serjo Batista da Silva		13,70	41,10
Orlando Murara		16,00	48,00
Jair da Silva		20,00	60,00
Celia Fávero		20,50	61,50
Cleomar Neto		30,00	90,00
Lado Esquerdo			
Renita Bunde		36,00	108,00
Eveli Adriana Eli Steinbach		17,00	51,00
Marcio Jose da Costa		18,50	55,50
Anderson Luis Possamai/Janete Possamai		18,00	54,00
Antonio Marçal		18,50	55,50
Maurelio Reichert		17,50	52,50
Lucia F. R. Da Silva/Joacir da Silva		12,00	36,00
Bento Elizeu Rodrigues/Otavio Antonio Rodrigues		12,00	36,00
Otavio Antonio Rodrigues		12,00	36,00
Veronica A. Rodrigues/Otavio Antonio Rodrigues		13,30	39,90
Ana Salete Martins		25,00	75,00
Valdemar Martins		20,00	60,00
Vilson Martins		19,80	59,40
Luiz Dimas		30,00	90,00
Laura Garcia		20,00	60,00

Ficam notificados todos os proprietários beneficiados, supra mencionados, que não aderiram ao sistema mutirão para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar quaisquer elementos dos custos apresentados.

1. Vencimento 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação para pagamento total ou 1ª parcela.

2. Em 12 (doze) parcelas, conforme artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013, incidindo juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor, conforme Art. 407 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) e artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013..

3. O não pagamento implicará:

3.1 - MULTA: conforme Art. 458 e 459 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal)

3.2 - JUROS: conforme Art. 62 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013.

3.3 - CORREÇÃO MONETÁRIA: conforme Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal).

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
PREFEITO

#### **Termo Aditivo Nº 006 ao Contrato Nº 107/2014**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº006 AO CONTRATO Nº 107/2014  
CONTRATADA: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C. LTDA  
OBJETO: Alteração das cláusulas terceira, item 3.1, e sétima, item 7.1, do contrato original, que tem como objeto a execução das reformas das Unidades de Saúde (i) Dr. Nilo de Freitas, (ii) Renato Ferreira de Mello, e (iii) Irineu Kienen, compreendendo reforma da cobertura, pintura, recuperação estrutural de alvenarias, substituição de esquadrias, pavimentação interna e externa e instalação de grades de proteção.

VALOR: R\$250.406,59 (duzentos e cinquenta mil, quatrocentos e seis reais e cinquenta e nove centavos)

ASSINATURA: 23/10/2014

## **Ipumirim**

### **PREFEITURA**

#### **Edital de Notificação Nº 07/2014**

Edital de Notificação nº 06/2014 VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 1.526/2007, de 25 de outubro de 2.007 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Ipumirim, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 09/09/2014 à 21/10/2014

Rúbrica	Descrição	Valor
417213301000000	Transferências SUS - PAB Fixo	31.494,66
417213302000000	Transferências SUS - ESF	47.020,00
417213303000000	Transferências SUS - ACS	32.448,00
417213304000000	Transferências SUS - Epidemiológica	2.853,34
417213305000000	Transferências SUS - Farmácia Básica	3.145,00
417213307000000	Transferências SUS - SAÚDE BUCAL	8.920,00
417213312000000	Transferências SUS - MAC	21.344,92
417213404000000	Transferências FNAS - IGD BOLSA FAMÍLIA	687,50
417213405000000	Transferências FNAS - Atenção Básica	6.413,44
417213501000000	Transferências do Salário-Educação	27.138,26
417213503010000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEF - Funda	4.046,00
417213503040000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEC Creche	2.640,00
417213503050000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEP Pré-esc	1.720,00
417213504010000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Fundame	6.804,64
417213504020000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Médio	1.470,14
417213504030000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Infantil	1.036,10
Total dos Recursos Recebidos no Período		199.182,00

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, na Prefeitura Municipal de Ipumirim, situada na Avenida D. Pedro II, 230, Centro, ou pelo telefone (49) 3438.11.11.

Ipumirim(SC), em 23.10.2014  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito de Ipumirim

# Irineópolis

## PREFEITURA

### Extrato de Homologação Nº 66/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 66/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Luz & Forma Comércio e Decorações Ltda.

Irineópolis, 23 de outubro de 2014.  
Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

### Extrato Contrato Nº 72/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº 69/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis  
Contratada: Safra Diesel Ltda.  
Objeto: Aquisição de 100 baldes, embalagem de 20 litros, de agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio - arla 32, para o exercício de 2014, com entrega parcelada.  
Valor: R\$ 5.950,00 (cinco mil novecentos e cinquenta reais)  
Vigência: 26.09.2014 a 31.12.2014  
Base Legal - Processo Licitatório 57/2014 - Pregão Presencial nº. 41/2014  
Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

### 1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO Nº 08/2013

CONTRATO Nº 61/2014  
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08/2013  
1º Termo Aditivo ao Termo de Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Quantum Engenharia Elétrica Ltda.

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Publico Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões, n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, e a empresa Quantum Engenharia Elétrica Ltda, estabelecida na Rua Dom Pedro II, n.º 63, Florianópolis - SC, CNPJ 82.094.640/0001-72, pelo seu representante, Sr Gilberto Vieira Filho, sob nº de CPF 531.195.419-15 e RG 1.326.682, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1777/2008 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado da Concorrência nº 02/2013, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 52/2013, modalidade Concorrência para Registro de Preços, firmam o presente

Aditivo à Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Segunda da Ata de Registro de Preços nº. 09/2013 (serviços comuns de natureza continuada), fica, de comum acordo, prorrogado o prazo de sua vigência até 31.12.2014. Justifica-se a prorrogação, tendo em vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, bem como considerando a necessidade de prazo para a realização de novo procedimento licitatório.

CLAUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 02 de outubro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO VIEIRA FILHO  
QUANTUM ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA

Testemunhas:

Nome: João Paulo Andreievski  
CPF: 066.283.679-08

Nome: Sidnei Wagner  
CPF: 302.634.259-91

**Itá****PREFEITURA****Aviso de Processo Licitatório 03 Ih**

ITÁ HIDROMINERAL S.A.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2014

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A Itá Hidromineral S.A. torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preço, no dia 07 de Novembro de 2014, para possível contratação de serviços de exames médicos no Parque Thermas Itá. As propostas serão recebidas até as 14h00min do dia 07 de Novembro de 2014 e abertas às 14h00min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível na Administração da Itá Hidromineral S.A., situada à Rod SC 155, Bairro Lago Azul, S/N, Itá-SC, as demais informações poderão ser obtidas no mesmo local ou pelo telefone (49) 3458-1909.

Itá - SC, 23 de outubro de 2014.

Adriani Ricardo Deitos

Diretor Presidente

**Itaiópolis****FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS****Extrato de Dispensa de Licitação**

Processo Licitatório nº 35/2014. Dispensa de Licitação Nº 06/2014. Objeto: Aquisição de 5.000 cp de colchicina 0,5mg e 1.000 cp de dexametasona 4mg para uso e distribuição nas Unidades Sanitárias e ESF's da Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde. Empresa vencedora: DVB Comercio de Medicamentos e Perfumaria Ltda-EPP. Vigência: 31/07/2015.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal.

# Itapiranga

## PREFEITURA

### Portaria Nº 242/2014

PORTARIA Nº 242 de 23 de outubro de 2014.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar 39/2011; Lei Complementar nº 002/2006, Lei Complementar nº 8/2007;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a servidora municipal Eliana Simon, matrícula nº 14176/02 para substituir Marilice Welter Henn, Tesoureira do Município, que está em gozo de licença prêmio no período 11/10/2014 até 10/11/2014.

Parágrafo único. A delegação prevista no caput deste artigo, acarretará ônus aos cofres públicos municipais, conforme prevê os artigos 38 e 39 da Lei Complementar nº 39 de 12 de julho de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seu efeitos a partir de 11/10/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA-SC, 23 de outubro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

### Decreto Nº 199 de 22/10/2014

DECRETO Nº 199 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

HOMOLOGA O RESULTADO CLASSIFICATÓRIO DAS PROVAS DO CONCURSO PÚBLICO DE ITAPIRANGA/SC, REFERENTE AO EDITAL 01/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. Milton Simon, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, e da Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Municipal nº 2.153/2003;

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica homologado para conhecimentos dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital de Concurso Público nº 01/2014, o Resultado Preliminar Classificatório, destinado ao provimento das funções, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA 06) ABRANGÊNCIA: PARTE DA RUA DO COMÉRCIO E PARTE DA AVENIDA URUGUAI.   Modalidade I								
Ident.	Inscrição/ Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
9	7656 - Jussara Karal	24/02/1994	5,25	1,80	0,80	7,85	1º	
12	7070 - Claudia Marth	21/08/1995	5,60	1,20	0,80	7,60	2º	
15	7878 - Bianca Ferreira Brum	05/08/1992	4,55	1,60	0,40	6,55	3º	
3	6166 - Orlando Anselmo Guarienti	03/05/1956	3,85	1,80	0,80	6,45	4º	
7	7897 - Tatiane Meurer Carpes	23/02/1979	4,20	1,40	0,80	6,40	5º	



11	8009 - Helena Maria Kauppaun	24/01/1992	4,20	1,40	0,80	6,40	6º	
14	6761 - Carla Cristina Link	08/10/1985	4,20	1,20	0,80	6,20	7º	
13	6775 - Carmelice Gabriel Bouffleur	02/09/1989	3,85	1,20	0,80	5,85	8º	
8	7992 - Tais Cristi- ne Meurer Vogel	17/07/1992	4,20	0,80	0,60	5,60	9º	
4	7902 - Maria Sa- lete Welter Urnau	25/03/1959	3,85	1,00	0,60	5,45	10º	
10	6665 - Irani De Fatima Silva	13/10/1972	3,85	0,80	0,60	5,25	11º	
6	7835 - Eliana Tolfo Consatti	19/10/1993	3,50	1,00	0,60	5,10	12º	
16	6723 - Alessandra Regina Deters	03/08/1996	3,15	1,20	0,60	4,95	13º	
5	7827 - Joice Aparecida Lenz	10/11/1996	2,80	1,20	0,60	4,60	14º	

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA 09) ABRANGÊNCIA: BAIRRO FLORESTA E PARTE DO BAIRRO RAINHA DA PAZ. | Modalidade I

Ident.	Inscrição/ Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
28	6177 - Cátia Inês Heffel	30/04/1976	4,90	1,80	0,60	7,30	1º	
34	7252 - Marceane Rohr	11/02/1985	4,55	1,60	0,60	6,75	2º	
36	7886 - Marcia Bildhauer	21/09/1985	4,55	1,20	0,80	6,55	3º	
29	6996 - Del- ci Reichert Feiten	13/05/1965	4,55	1,00	0,80	6,35	4º	
31	6637 - Ani- sete Lúcia Friedrich Ferreira	08/06/1976	3,85	1,60	0,80	6,25	5º	
33	7306 - Lu- cas Petróli	22/12/1995	3,85	1,40	1,00	6,25	6º	
30	6478 - Claudia- ne Rohr Caspers	02/06/1987	3,85	1,40	0,80	6,05	7º	
26	6770 - Car- lise Helfer	01/01/1990	4,55	0,60	0,80	5,95	8º	

20	6224 - Ana Deli Santos Ferreira Heinen	04/07/1963	3,85	1,40	0,60	5,85	9º	
19	6387 - Camila Fernandes Pluta	31/03/1996	3,50	1,40	0,80	5,70	10º	
22	7356 - Claudia Lazarotto	01/09/1982	3,85	1,20	0,40	5,45	11º	
35	7964 - Ro- selei Hahn	13/02/1996	3,85	1,00	0,60	5,45	12º	
37	6494 - Ra- quel Klein	02/01/1991	3,85	0,80	0,60	5,25	13º	
38	7743 - Iria Celia Klunk	22/10/1975	3,15	1,20	0,60	4,95	14º	
21	8002 - Evandro Wagner	16/09/1983	3,15	1,00	0,60	4,75	15º	

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA 15) ABRANGÊNCIA: LINHA SANTA CRUZ E LINHA CORDILHEIRA. | Modalidade I

Ident.	Inscrição/ Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
42	6385 - Marli Teresinha Gouvêa	12/06/1981	5,60	1,60	0,80	8,00	1º	
44	7904 - Janaina Kummer	19/05/1989	4,55	1,60	0,60	6,75	2º	
40	6889 - Va- nize Costa	02/10/1985	4,55	1,40	0,80	6,75	3º	
39	6569 - Ro- selei Batista	22/01/1992	4,55	1,40	0,80	6,75	4º	
43	6236 - Alini Fabiani Dresch	26/03/1986	4,20	1,00	0,80	6,00	5º	
41	6110 - Rita Otilia Schwertner	04/08/1954	3,50	1,40	0,80	5,70	6º	

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA 22) ABRANGÊNCIA: LINHA BAÚ E PARTE DA LINHA LARANJEIRA. | Modalidade I

Ident.	Inscrição/ Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
48	7362 - Ali- ne Konrad Nunes	14/02/1988	4,90	1,80	0,80	7,50	1º	
46	6896 - Cristiele Klement	17/02/1992	5,25	1,20	0,80	7,25	2º	
51	7049 - Eudivan Rafael Travessini	02/08/1985	4,90	1,00	0,60	6,50	3º	
50	7756 - Vania Fernanda Koch	13/10/1985	4,55	1,20	0,60	6,35	4º	
45	7301 - Marcia Meurer Vogel	01/08/1974	3,85	1,60	0,20	5,65	5º	
47	7303 - Cristiane Sidegum	26/10/1987	3,50	1,20	0,60	5,30	6º	

52	7570 - Elisandra Wagner Wink	11/04/1988	3,15	1,00	0,20	4,35	7º	
53	7872 - An- gelita Buss Vogel	25/01/1972	2,10	1,00	0,60	3,70	8º	

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA 40) ABRANGÊNCIA: BAIRRO MORADA FELIZ E PARTE DA LINHA SANTA FÉ ALTA. | Modalidade I

Ident.	Inscrição/ Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
70	6420 - Adelaide Born	09/05/1980	5,95	1,40	0,80	8,15	1º	
68	6650 - Bernadete Wirth	25/08/1980	5,60	1,00	0,60	7,20	2º	
55	6065 - Eliane Nata- lina Motta	24/12/1971	4,90	1,40	0,80	7,10	3º	
56	6780 - Hil- degard Luft Ripplinger	14/06/1956	4,55	1,60	0,80	6,95	4º	
65	7900 - Da- niela Luiza Deters	29/05/1991	4,55	1,20	1,00	6,75	5º	
57	6264 - Eli- sangela Oli- veira Souza Amaral	24/08/1986	5,25	0,60	0,80	6,65	6º	
59	6970 - Beatriz Orth Klein	26/09/1988	4,20	1,40	0,60	6,20	7º	
69	6466 - Elo- nice Grings	23/06/1985	4,55	1,20	0,40	6,15	8º	
62	6487 - Cristiane Birk	08/02/1989	3,85	1,60	0,60	6,05	9º	
61	7840 - Daiane Ames Kehl	15/08/1996	4,20	0,80	0,80	5,80	10º	
63	6967 - Mauri Klein	05/04/1983	3,85	1,20	0,60	5,65	11º	
64	7427 - Ta- tiane Finger Wohlfart	22/05/1993	3,15	1,40	0,80	5,35	12º	
67	6692 - Marlise Eli- sa Blomer	08/10/1989	3,50	1,40	0,40	5,30	13º	
66	7292 - Irene Eidt	06/08/1964	3,50	1,00	0,80	5,30	14º	
58	6877 - Cleide Sile- ne Padilha	11/07/1975	3,85	1,00	0,20	5,05	15º	
71	6942 - Elisandra Cardozo	01/03/1983	3,15	1,20	0,40	4,75	16º	
60	6547 - Cristina Rother	14/05/1978	2,80	0,80	0,80	4,40	17º	

ENFERMEIRO | Modalidade I

Ident.	Inscrição/ Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
89	6563 - Leticia Fatima Zangalli	01/05/1992	4,20	1,40	0,80	6,40	1º	
83	7658 - Simone Wiggers Brand	22/03/1979	4,20	1,20	1,00	6,40	2º	
101	6911 - Débora Eliana Teichmann Krolikowski	04/06/1975	4,20	1,20	0,80	6,20	3º	
108	6098 - Bárbara Brunetto Müller	06/06/1989	4,20	1,00	0,80	6,00	4º	
90	7582 - Dayane Battaglin Eidt	25/05/1988	4,55	1,20	0,20	5,95	5º	
99	6143 - Mariele Beckenkamp	27/03/1990	2,80	2,00	1,00	5,80	6º	
102	6417 - Leticia Aparecida Turatti	12/10/1989	3,85	1,00	0,80	5,65	7º	
77	7771 - Bruna Zanon	14/01/1993	3,85	1,00	0,60	5,45	8º	
104	6273 - Anelise Gazola Vargas	03/11/1982	2,80	1,60	1,00	5,40	9º	
91	7702 - Sandra Leticia Righi Furini	24/11/1977	3,50	1,20	0,60	5,30	10º	
78	6719 - Taissana Dezanetti	03/05/1991	3,50	1,20	0,60	5,30	11º	
79	7804 - Josiane Mariani	15/03/1994	4,20	0,80	0,20	5,20	12º	
85	6516 - Karine Theobald	22/08/1993	3,85	0,60	0,60	5,05	13º	
84	6545 - Jussara Fatima Rech	23/07/1989	3,15	1,20	0,60	4,95	14º	
93	8016 - Marli Lazarotto	11/03/1977	4,20	0,40	0,20	4,80	15º	
88	7302 - Ezequiele Muller	03/11/1987	2,80	1,40	0,60	4,80	16º	
109	7242 - Bruna Anzolin	12/05/1990	3,15	1,00	0,60	4,75	17º	
94	7810 - Claides Wilbert Berwanger	26/09/1980	3,50	1,00	0,20	4,70	18º	
106	7889 - Aliane Francieli Martins Da Silva	04/04/1989	3,50	1,00	0,20	4,70	19º	

75	6240 - Bruna Leske	13/09/1993	3,85	0,60	0,20	4,65	20º	
92	7600 - Rudimar Putton	23/03/1975	3,15	0,80	0,60	4,55	21º	
82	6527 - Cintia Maldaner	17/08/1980	3,50	0,60	0,40	4,50	22º	
97	7331 - Kellen Regina Schaurich	10/07/1991	3,50	0,60	0,40	4,50	23º	
107	7694 - Adriane Karal	20/03/1990	2,45	1,20	0,80	4,45	24º	
80	7899 - Juliana Marta Cauduro	09/03/1976	3,15	1,20	0,00	4,35	25º	
76	7913 - Elias Bevilaqua	26/04/1988	2,80	0,60	0,80	4,20	26º	
86	7909 - Larissa Dayane Furlanetto	15/06/1986	3,15	0,40	0,60	4,15	27º	
95	7817 - Fernanda Luisa Petry	10/08/1982	3,15	0,40	0,40	3,95	28º	
87	7824 - Zana Andreia Da Silva	23/03/1975	2,80	0,80	0,20	3,80	29º	
81	7192 - Moíse Ruth Angnes	31/08/1990	2,80	0,40	0,60	3,80	30º	
105	7597 - Andressa Henn	10/06/1993	2,80	0,20	0,80	3,80	31º	
100	7685 - Daniele Schoeninger	19/08/1992	2,45	1,00	0,20	3,65	32º	
96	6096 - Deisi Flach Follmann	19/04/1988	2,45	0,80	0,40	3,65	33º	
98	6227 - Liane Preuss	25/05/1987	3,15	0,00	0,40	3,55	34º	

## FISCAL DE OBRAS E POSTURAS | Modalidade I

Ident.	Inscrição/ Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
230	7201 - Pedro Reinoldo Cagliari	27/07/1987	7,00	1,60	1,00	9,60	1º	
192	7739 - Gustavo Frederico Scholz	04/07/1983	6,65	1,20	1,00	8,85	2º	
146	7156 - Cristian Ternus	08/06/1985	6,30	1,00	0,80	8,10	3º	
240	7015 - Orli César Da Cruz	11/04/1975	4,90	1,60	1,00	7,50	4º	
233	7288 - Juiclei Ritter	07/11/1994	5,25	1,20	1,00	7,45	5º	



204	7761 - Douglas Antonio Thiel	12/03/1994	5,25	1,20	0,80	7,25	6º	
115	7882 - Haicke Lenita Petter Von Borstel	06/07/1985	4,55	1,60	1,00	7,15	7º	
111	7125 - Jéssica Telles Roque	27/08/1991	4,20	1,60	0,80	6,60	8º	
182	6537 - Andrei Alencar Egewarth	25/10/1995	4,20	1,40	0,80	6,40	9º	
127	7888 - Luís Kessler	07/01/1983	4,55	1,00	0,80	6,35	10º	
210	7575 - Maurilia Denes	02/04/1985	4,55	1,00	0,60	6,15	11º	
142	6232 - Diane Regina Seger	22/10/1992	4,55	0,60	1,00	6,15	12º	
202	7590 - Ediane Ripplinger	18/09/1989	4,20	1,20	0,60	6,00	13º	
211	7644 - Marcieli Wendling Klein	27/08/1990	4,20	1,00	0,80	6,00	14º	
241	6433 - Paula Hickmann Jaehn	09/09/1995	3,85	1,20	0,80	5,85	15º	
129	6079 - Jacson Luis Brand	25/01/1986	4,20	1,20	0,40	5,80	16º	
186	7896 - Alessandro Fernando Bressler	07/04/1994	4,20	1,00	0,60	5,80	17º	
242	7710 - Ofrasio Vicente Tavares	20/05/1976	4,55	0,80	0,40	5,75	18º	
110	7740 - Kelly Engel	23/09/1984	4,55	0,60	0,60	5,75	19º	
220	7569 - Simone Cristina Eidt	15/05/1991	4,55	0,60	0,60	5,75	20º	
229	7536 - Katia Margareth Becker Dilkin	05/01/1989	3,15	1,60	1,00	5,75	21º	
149	7591 - Carine Preis	07/08/1986	3,85	1,00	0,80	5,65	22º	
118	7572 - Sandro Marcos Karas	09/12/1987	3,85	1,00	0,80	5,65	23º	
223	7829 - Ivan Eidt Basto	18/09/1990	3,85	1,00	0,80	5,65	24º	
117	6153 - Thiago Rohden	22/08/1988	3,50	1,00	1,00	5,50	25º	

185	6515 - Alisson Junior Mayer	14/11/1994	3,50	1,00	1,00	5,50	26º	
165	6150 - Adalto Antonio Weis	28/05/1993	3,85	1,00	0,60	5,45	27º	
228	6074 - Volnei Henrique Kirch	05/03/1991	3,15	1,40	0,80	5,35	28º	
237	7551 - Liege Micheli Trescher	22/06/1992	3,15	1,20	1,00	5,35	29º	
150	6121 - Cristiane Finger Grave	02/12/1985	3,50	1,00	0,80	5,30	30º	
167	7895 - Adriani Luiza Linn	30/07/1982	3,50	0,80	1,00	5,30	31º	
179	7821 - Anderson Von Mühlen De Lima	15/09/1992	3,15	1,20	0,80	5,15	32º	
144	6684 - Darlene Luiza Schneider	03/10/1987	3,15	1,00	1,00	5,15	33º	
156	7867 - Celso Carlos Dos Santos	18/02/1959	3,50	1,00	0,60	5,10	34º	
231	6715 - Milton Philippsen	21/09/1965	3,50	0,80	0,80	5,10	35º	
125	6520 - Tatiane Penz	08/09/1986	3,50	0,80	0,80	5,10	36º	
191	7377 - Eduardo Willers	21/05/1994	3,85	1,00	0,20	5,05	37º	
141	7353 - Dayana Beatriz Pauli	10/03/1994	2,80	1,20	1,00	5,00	38º	
121	6127 - Simone Rambo Giehl	30/05/1985	3,15	1,20	0,60	4,95	39º	
203	7701 - Elbio Jucemir Walker	08/06/1974	3,15	1,00	0,80	4,95	40º	
181	6699 - Alexandre Seger	30/10/1988	3,15	1,00	0,80	4,95	41º	
207	7949 - Eli-sandro De Almeida	31/08/1979	3,15	0,80	1,00	4,95	42º	
212	7813 - Luciele Eliza Kipper	31/07/1991	3,50	0,80	0,60	4,90	43º	
232	7587 - Simone Ines Braun	13/09/1991	3,50	0,80	0,60	4,90	44º	
116	6197 - Jaíne Kessler Ramos	08/05/1992	3,50	0,80	0,60	4,90	45º	

227	7794 - José Augusto Bordin Hilbig	17/03/1989	2,45	1,60	0,80	4,85	46º	
238	7884 - Vanderlei Rossa	26/05/1985	2,80	1,20	0,80	4,80	47º	
195	6430 - Douglas Luiz Grando	06/08/1993	2,80	1,20	0,80	4,80	48º	
235	7877 - Raquely Kaufmann Rech	30/08/1994	2,80	1,00	1,00	4,80	49º	
199	7738 - Franciele Welchen	14/06/1988	3,15	1,20	0,40	4,75	50º	
200	6141 - Fa- biana Luisa Hunemeier	27/09/1991	3,15	1,00	0,60	4,75	51º	
126	6553 - Ka- tia Nathana Weigner	25/06/1990	3,15	0,80	0,80	4,75	52º	
124	7994 - Loreci Brandão	10/08/1990	3,50	0,40	0,80	4,70	53º	
177	7660 - Adriana Maria Dos Santos	01/11/1988	2,80	1,20	0,60	4,60	54º	
226	7947 - Vantuir Carneiro	12/08/1978	2,80	0,80	1,00	4,60	55º	
213	6238 - Paulo Antônio Vollmer	22/02/1986	2,80	0,80	1,00	4,60	56º	
224	7613 - Nil- son Luft	16/11/1987	3,15	1,00	0,40	4,55	57º	
176	6115 - Ademir Pereira	27/04/1986	3,15	0,80	0,60	4,55	58º	
130	6879 - Simone Rockenbach	04/01/1995	3,15	0,80	0,60	4,55	59º	
169	7962 - Angélica De Souza	23/05/1989	3,15	0,60	0,80	4,55	60º	
205	7996 - Givanildo Presniska De Oliveira	20/08/1976	3,50	0,60	0,40	4,50	61º	
128	6678 - Lia- ra Stein	24/09/1992	3,50	0,40	0,60	4,50	62º	
164	7830 - Andressa Flach Führ	08/02/1996	2,45	1,20	0,80	4,45	63º	
161	6499 - Christian Neiss	09/03/1991	3,15	0,80	0,40	4,35	64º	
201	6104 - Douglas Friederichs	16/01/1990	3,50	0,40	0,40	4,30	65º	
153	6037 - Claiton Costa Eidt	13/05/1996	2,10	1,20	1,00	4,30	66º	

168	7588 - Andre Batista Schrippe	10/07/1989	2,45	1,20	0,60	4,25	67º	
152	6686 - Dêcio Mueller	05/09/1992	2,45	1,20	0,60	4,25	68º	
221	6512 - Line Rother	07/07/1982	2,45	1,00	0,80	4,25	69º	
148	7594 - Cristina Feil Castanhede	27/05/1984	2,45	1,00	0,80	4,25	70º	
183	7816 - Astor Ilor Paulitsch	08/08/1982	2,45	0,80	1,00	4,25	71º	
162	7757 - Clerio Jose Boesing	17/10/1970	2,80	1,20	0,20	4,20	72º	
175	6375 - Adelvä Luiz Brancalione	07/07/1989	2,80	0,80	0,60	4,20	73º	
155	7935 - Celange Daniele Arnold	02/05/1984	3,15	0,60	0,40	4,15	74º	
206	6214 - Ederson Luiz Puhl	16/02/1994	3,15	0,40	0,60	4,15	75º	
184	7096 - Alesandro Lazaretti	24/09/1990	2,10	1,20	0,80	4,10	76º	
225	7012 - Ivane Wescchenfelder Anschau	03/07/1987	2,10	1,00	1,00	4,10	77º	
198	6114 - Edileide Martins	14/04/1989	2,45	1,20	0,40	4,05	78º	
234	7905 - Haide Roden Bagestão	31/08/1985	2,45	1,00	0,60	4,05	79º	
151	6457 - Daiana De Lima Dos Santos	20/12/1995	2,80	0,80	0,40	4,00	80º	
143	6713 - Calixto Habacuc Wolfart	30/07/1973	2,45	1,00	0,40	3,85	81º	
239	7801 - Tailor Sehnem	25/05/1995	2,45	0,80	0,60	3,85	82º	
120	7689 - Vandoir Preuss	15/06/1978	2,80	0,60	0,40	3,80	83º	
123	7128 - Karine Luana Weigner Wink	25/06/1990	2,10	1,20	0,40	3,70	84º	
154	6080 - Diele Hensel	01/06/1995	2,10	1,00	0,60	3,70	85º	
159	7693 - Cloves Jose Klein	26/09/1987	2,10	0,80	0,80	3,70	86º	
190	6060 - Fabiola Spohr	06/11/1975	2,10	0,60	1,00	3,70	87º	
180	7336 - Ariele Schneider	14/10/1985	2,10	0,60	1,00	3,70	88º	

113	7928 - Lucas Carollo	17/07/1990	1,75	1,20	0,60	3,55	89º	
196	6608 - Edelman Niehues Fanez	16/02/1992	1,75	1,00	0,80	3,55	90º	
222	6032 - Viviane Teresinha Broc	01/11/1984	2,10	0,80	0,60	3,50	91º	
147	7953 - Catiano Brizzolla	24/01/1980	2,10	0,60	0,80	3,50	92º	
197	6152 - Gelson Antônio Fernandes	09/06/1975	2,45	0,60	0,40	3,45	93º	
160	7018 - Daniela Vogel	23/06/2014	1,40	1,40	0,60	3,40	94º	
174	6309 - Adriane Da Silva Borges	14/05/1991	1,75	1,20	0,40	3,35	95º	
193	7573 - Gerson Bernardo Frühling	09/02/1992	2,10	0,60	0,60	3,30	96º	
209	7869 - Luciana Guedes Fragoso Vogt	01/06/1978	1,75	0,80	0,60	3,15	97º	
145	7509 - Diefner Strack	08/03/1989	1,75	0,80	0,60	3,15	98º	
166	6888 - Ademir Da Luz	09/02/1974	1,75	0,60	0,80	3,15	99º	
114	7887 - Jonas Reis Dornelles	13/01/1992	1,75	0,60	0,80	3,15	100º	
163	7016 - Cladir Becker	20/10/1989	2,10	0,80	0,20	3,10	101º	
178	6083 - Adriane Gabriele Kuffel	06/11/1991	2,10	0,80	0,20	3,10	102º	
122	7650 - Jaqueline Rigo Kolling	21/04/1973	1,40	1,00	0,40	2,80	Desc.	
236	7952 - Marcio Eidt	12/11/1976	1,75	0,40	0,40	2,55	Desc.	
194	7020 - Felipe Gasparotto	05/08/1984	1,05	0,80	0,40	2,25	Desc.	
119	7879 - Nilton Pasinato	14/03/1971	1,40	0,60	0,20	2,20	Desc.	
112	7890 - Mauricio Luis Lauer	05/07/1984	0,35	0,20	0,60	1,15	Desc.	
MÉDICO   Modalidade I								
Ident.	Inscrição/ Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
243	7914 - Márcio Soares Filho	12/10/1989	3,85	1,00	1,00	5,85	1º	



244	7388 - Ana Paula Schmidt Waldrich	09/07/1982	3,15	1,20	0,80	5,15	2°	
245	7129 - Gustavo Butzge Rubenich	29/11/1990	2,45	1,00	0,60	4,05	3°	

## ODONTÓLOGO | Modalidade I

Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
258	7836 - Mara Luiza Pilz	20/02/1991	4,55	1,60	0,80	6,95	1°	
252	6231 - Maire Christine Rambo	20/12/1989	3,50	1,80	1,00	6,30	2°	
254	6821 - Eduardo Deon Fortunato	26/08/1992	3,50	1,80	1,00	6,30	3°	
251	6082 - Adriana Naue Stuelp	23/07/1992	3,50	1,60	1,00	6,10	4°	
255	7627 - Bianca Monique Royer	17/08/1991	4,20	0,80	0,20	5,20	5°	
250	6130 - Carline Mueller Soehn	23/10/1994	3,15	1,20	0,60	4,95	6°	
257	6268 - Stephanie Daltoe	24/10/1991	3,15	0,60	0,60	4,35	7°	
256	6964 - Taimara Micheli Barro	03/02/1991	3,50	0,60	0,20	4,30	8°	
248	7244 - Camila Miola	18/07/1992	2,10	1,20	0,60	3,90	9°	
249	7630 - Tamara Cima	29/07/1991	2,45	1,00	0,20	3,65	10°	

## OPERADOR DE MÁQUINAS | Modalidade III

Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Prova Prática	Total	Class.		
321	6803 - Edson Ricardo Brietke	21/03/1990	2,56	0,78	0,30	3,40	7,04	1°		
299	6220 - Adael Mauricio Giehl	20/07/1983	2,08	0,65	0,40	3,90	7,03	2°		
319	6676 - Celso Luís Diedrich	18/11/1988	2,56	0,91	0,50	3,00	6,97	3°		
284	7997 - Leonir Dill	29/09/1992	2,08	1,17	0,40	3,00	6,65	4°		
288	6732 - Rafael Helfer	23/06/1992	2,08	1,04	0,40	3,10	6,62	5°		

292	6543 - Tiago José Schroeder	07/08/1989	2,08	1,17	0,40	2,90	6,55	6º		
281	6234 - Jamir Moesch	07/01/1984	2,40	0,91	0,00	3,20	6,51	7º		
329	7715 - Dalvan Avrella	05/10/1980	1,44	1,04	0,50	3,50	6,48	8º		
316	8017 - Daniel Lenz	16/10/1991	2,72	0,52	0,40	2,80	6,44	9º		
283	6486 - Vianeí Soethe	31/10/1984	2,24	0,78	0,40	3,00	6,42	10º		
272	6517 - Mauricio Pauli	06/08/1982	2,08	0,91	0,40	3,00	6,39	11º		
318	7589 - Gilmar Kern	24/02/1990	2,08	0,91	0,40	3,00	6,39	12º		
306	7760 - Daniel Beckenkamp	20/02/1987	1,76	0,91	0,50	3,20	6,37	13º		
275	6402 - Ricardo Eliseu Buchner	21/06/1984	2,24	0,52	0,50	3,10	6,36	14º		
300	6541 - Ivo Vogel	09/05/1967	2,08	0,91	0,20	3,10	6,29	15º		
278	7618 - Nadir Deters	21/08/1979	1,92	1,04	0,40	2,90	6,26	16º		
302	6140 - Alan Carlos Mahl	14/01/1992	2,24	0,39	0,40	3,20	6,23	17º		
289	6139 - Lucas Sangaletti	04/05/1987	1,92	0,78	0,50	3,00	6,20	18º		
267	6301 - Klaus Schneider	17/07/1984	2,24	0,65	0,40	2,80	6,09	19º		
266	7574 - Laercio Führ	27/03/1990	1,92	0,65	0,40	3,10	6,07	20º		
303	6632 - Ederson Luís Kuhn Soehn	01/04/1990	2,24	0,52	0,30	3,00	6,06	21º		
274	6198 - Paulo Alberto Schroeder	08/10/1987	2,24	0,39	0,40	3,00	6,03	22º		
285	6581 - Valdenir Mathias	07/08/1983	1,92	0,78	0,20	3,10	6,00	23º		
276	6428 - Marco Antônio Soares Pernambuco	20/02/1972	1,92	0,78	0,50	2,80	6,00	24º		

320	7337 - Ivano Dos Santos Maldona- do	07/02/1980	1,92	1,17	0,40	2,50	5,99	25°		
311	6303 - Henrique Schneider	12/07/1990	2,08	0,39	0,40	3,10	5,97	26°		
279	7773 - Jaime Führ	04/09/1968	2,08	0,65	0,40	2,80	5,93	27°		
271	6574 - Marcelo Sgara- botto	06/01/1995	2,08	0,65	0,40	2,80	5,93	28°		
301	6112 - Gelson Becker Paul	01/10/1988	2,08	0,65	0,50	2,60	5,83	29°		
290	7967 - Leo Vogel	01/10/1968	1,44	0,78	0,40	3,20	5,82	30°		
268	6061 - Jaime Rother	29/06/1976	1,44	1,17	0,40	2,70	5,71	31°		
294	6552 - Junior Afonso Erhart	09/01/1990	1,60	0,78	0,30	2,90	5,58	32°		
280	7876 - Pedro Inácio Follmann	12/02/1966	2,08	0,78	0,10	2,60	5,56	33°		
273	6328 - Marcelino Schmitz	09/01/1986	2,08	0,39	0,40	2,60	5,47	34°		
327	6968 - Cleonir Jose Stulp	03/01/1980	1,92	0,78	0,50	2,20	5,40	35°		
270	7287 - Jean Car- los Wink Kauppaun	26/01/1987	1,60	0,39	0,20	3,20	5,39	36°		
315	7820 - Carlos Alberto Feistel	03/05/1990	2,56	0,65	0,40	1,70	5,31	37°		
322	6388 - Guilherme Staub	06/03/1995	1,44	0,26	0,40	3,20	5,30	38°		
312	7583 - Cleiton Fagundes	27/09/1983	1,92	0,26	0,30	2,80	5,28	39°		
304	6062 - Helio Bruno Wink	15/10/1987	2,24	0,52	0,20	2,30	5,26	40°		
305	6587 - Elisandro De Souza	28/08/1982	1,60	0,65	0,30	2,70	5,25	41°		
313	7008 - Carlito Eidt	10/12/1986	1,76	1,17	0,40	1,90	5,23	42°		
277	7795 - Marino Kessler	03/10/1992	1,76	0,65	0,20	2,60	5,21	43°		

317	6426 - Dirceu Heck	20/06/1982	1,76	0,52	0,30	2,60	5,18	44º		
314	6393 - Alexandre Thomé	12/10/1978	0,80	0,65	0,40	3,30	5,15	45º		
328	7764 - Cleocir Lottermann	19/10/1989	1,76	0,91	0,40	2,00	5,07	46º		
287	6099 - Jair Schmidt	17/11/1978	1,44	0,52	0,40	2,70	5,06	47º		
282	7954 - Lair Preis	14/07/1989	1,44	0,78	0,40	2,30	4,92	48º		
323	6216 - Fabiano Deters	25/05/1988	1,92	0,78	0,20	1,90	4,80	49º		
269	7874 - Roberto Bruxel	13/11/1976	1,60	0,78	0,20	2,20	4,78	50º		
286	6789 - Marcielo Freese	22/05/1986	1,44	0,52	0,30	2,10	4,36	51º		
324	6934 - Claudir Staub	09/04/1989	1,28	0,52	0,30	1,70	3,80	52º		
265	7478 - Laerte Luis Giehl	13/05/1984	2,24	0,65	0,20	0,00	3,09	53º		
307	7531 - Iber Follmann	20/10/1992	2,08	0,52	0,40	0,00	3,00	54º		
326	6297 - Daniel Hendges	22/07/1993	1,44	0,78	0,40	0,00	2,62	55º		
325	7523 - Fernando Melz	30/04/1985	0,96	0,26	0,00	0,00	1,22	Desc.		
293	7912 - Volmir José Carpes	30/04/1981	0,80	0,00	0,00	0,00	0,80	Desc.		
298	7003 - Giovane Rodrigues Da Silva	04/10/1984	0,00	0,13	0,00	0,00	0,13	Desc.		

## PROFESSOR DE ARTES\*\* | Modalidade II

Ident.	Inscrição/ Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.		
340	6661 - Bruna Regina Reckziegel	15/02/1990	4,48	0,96	0,80	0,75	6,99	1º		
331	6503 - Eliezer Pandolfo Da Silva	30/09/1985	4,76	1,12	0,16	0,00	6,04	2º		
334	6026 - Diangela Strack	22/10/1992	4,20	0,96	0,80	0,00	5,96	3º		
333	6088 - Celsi Kessler	06/11/1971	3,92	0,80	0,48	0,75	5,95	4º		

339	6239 - Jaqueline Hentges Theisen	05/11/1977	4,48	0,80	0,64	0,00	5,92	5°			
332	6575 - Carine Kaufmann	02/02/1993	4,76	0,64	0,48	0,00	5,88	6°			
338	7747 - Marli Schmitz Schoffen	28/02/1970	3,64	0,80	0,16	0,75	5,35	7°			
336	7700 - Gilson Marcos Arens	08/01/1991	3,64	0,64	0,48	0,00	4,76	8°			
330	7787 - Karin Scholz	20/11/1994	3,92	0,64	0,16	0,00	4,72	9°			
337	6210 - Mirna Muniz Navroski	10/12/1981	4,20	0,32	0,16	0,00	4,68	10°			
335	6932 - Ester Scho- enwald Da Silva	03/07/1981	3,36	0,64	0,00	0,00	4,00	11°			
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS)**   Modalidade II											
Ident.	Inscrição/ Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Títulos	Class.			
343	6225 - Patrícia Crespan Mantelli	21/07/1978	1,68	1,12	0,16	2,96	0,00	Desc.			
342	6663 - Márcia Rother Heck	23/04/1975	1,68	0,80	0,32	2,80	0,00	Desc.			
341	7479 - Teodósia Schaefer	03/04/1961	0,56	1,28	0,48	2,32	0,00	Desc.			

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITAPIRANGA - SC, 22 de outubro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sergio Luis Kessler

Secretário Municipal de Administração.



**Pregão Nº 155/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS  
Nº 155/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 155/2014, cujo objeto é a aquisição de materiais destinados para decoração natalina, nas ruas e praças da cidade de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 06 de novembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 23 de outubro de 2014.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

**Itapoá****PREFEITURA****Decreto Municipal Nº 2301/2014 – Dispõe Sobre A Abertura de Créditos Adicionais Suplementares por Excesso de Arrecadação.**

DECRETO MUNICIPAL Nº2301/2014

Data: 22 de outubro de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso V da Lei Municipal nº 501/2013 - LOA 2014, e considerando CI/DO/109/2014, de 21 de outubro de 2014,

**DECRETA**

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação, referente à DR 10.000, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais), conforme segue:

**Suplementações****03.00 GABINETE DO PREFEITO****03.01 Gabinete do Prefeito**

04122002.2005 Folha de Pagamento do Gabinete do Prefeito

33190 Aplicações Diretas (03) DR 10000 R\$ 80.000,00

**05.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****05.01 Departamento de Administração**

04122003.2016 Folha de Pagamento do Departamento de Administração

33190 Aplicações Diretas (06) DR 10000 R\$ 120.000,00

**05.02 Departamento de Finanças**

04122003.2019 Folha de Pagamento do Departamento de Finanças

33190 Aplicações Diretas (07) DR 10000 R\$ 170.000,00

Total das Suplementações R\$ 370.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 22 de outubro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

**Decreto Municipal Nº 2302/2014 – Dispõe Sobre A Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação.**

DECRETO MUNICIPAL Nº2302/2014

Data: 22 de outubro de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso V da Lei Municipal nº 501/2013 - LOA 2014, e considerando CI/DO/110/2014, de 21 de outubro de 2014,

**DECRETA**

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, referente ao Termo de Compromisso PAR nº 201304232/2013 firmado com o Ministério da Educação, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 227.780,00 (duzentos e vinte e sete mil setecentos e oitenta reais), conforme segue:

**Suplementação**

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 Ensino Fundamental

012361021.2095 Manutenção do Ensino Fundamental

34490 Aplicações Diretas (514) DR 22206 R\$ 227.780,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 22 de outubro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****Edital Nº 01/2014/Cat****PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CÂMARA DE VEREADORES DE ITAPOÁ**

Rua Mariana Michels Borges, nº 1115 - Itapema do Norte - CEP 89.249-000 - Itapoá/SC  
Fone/ Fax: (47) 3443-6146 - Site: [www.camaraitapoa.sc.gov.br](http://www.camaraitapoa.sc.gov.br)

Edital nº 01/2014/CAT

Itapoá, 20 de outubro de 2014.

**EDITAL Nº 01/2014  
ADICIONAL NA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Itapoá, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Edital que, fixa data e estabelece procedimentos que nortearão concessão de adicional na remuneração dos servidores municipais efetivos do Poder Legislativo, conforme Resolução nº 07/2014 de 1º de julho de 2014.

**1. Dos Procedimentos**

1.1 - A concessão de adicional correspondente a 2%, estabelecido no § 3º, art. 22 da Resolução nº 07/2014, aplicado sobre o salário básico do padrão 7, definido no inciso II, do art. 1º da Lei Complementar nº 26/2010 de 04 de maio de 2010, deverá ser requerido mediante formulário próprio (anexo I), sendo necessário anexar ao mesmo, cópias autenticadas dos certificados (autenticação em cartório ou por servidor público efetivo) que não tenham sido apresentados anteriormente, conforme especificações contidas no art. 22 de Resolução nº 07/2014, conforme abaixo:

Art. 22. A capacitação do Servidor Efetivo, gera um adicional na sua remuneração equivalente ao percentual definido nas disposições desta Resolução.

§ 1º O percentual devido deve ser aplicado sobre o salário-base equivalente ao salário de Secretário Geral, padrão 7, e o resultado somado à remuneração do Servidor.

§ 2º O adicional previsto nesta Resolução é uma verba permanente, devendo sobre a mesma incidir os impostos previstos na legislação

Edital nº 01/2014/CAT

F.S. 1/8

vigente, inclusive tributos previdenciários.

§ 3º O incentivo à capacitação dos Servidores Públicos Efetivos gera o adicional anual em sua remuneração conforme tabela abaixo:

TABELA DE PERCENTUAIS DE INCENTIVO À CAPACITAÇÃO

CLASSE	CAPACITAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO OU TREINAMENTO	ÁREA DE CONHECIMENTO COM RELAÇÃO DIRETA AO CARGO EFETIVO
A	Curso de aperfeiçoamento, integração ou adaptação que somados totalizem uma carga horária de no mínimo 80 horas.	2,00%

I) A “área de conhecimento” é aquela relacionada como atribuição típica do cargo de carreira previstas no Anexo I desta Resolução.

II) A titulação ou certificado para comprovação da conclusão de curso deve ser entregue ao Departamento de Recursos Humanos em via original ou em cópia autenticada no cartório competente.

III) A documentação comprobatória de curso que tenha gerado benefício previsto nesta Resolução não tem validade para os próximos anos;

IV) A sobra de horas havidas em determinado curso feito em um exercício não se acumula para o exercício seguinte no caso do Servidor já ter se beneficiado desta Resolução.

1.2 - A concessão de adicional, pela formação acadêmica em cursos oficiais reconhecidos pelo Ministério da Educação, sobre o salário básico do padrão 7, definido no inciso II do art. 1º da Lei Complementar nº 26/2010 de 04 de maio de 2010, deverá ser requerido mediante 1 (um) formulário próprio (anexo II) para cada classe, sendo necessário anexar ao mesmo, cópias autenticadas dos certificados ou diplomas (autenticação em cartório ou por servidor público efetivo), em atendimento às especificações contidas no art. 22 da Resolução nº 07/2014, conforme abaixo:

§ 4º O aperfeiçoamento dos Servidores por formação acadêmica gera os adicionais na remuneração aos Servidores Públicos Efetivos, conforme tabela de percentuais de incentivo à capacitação

abaixo:

TABELA DE PERCENTUAIS DE INCENTIVO À CAPACITAÇÃO

CLASSE	FORMAÇÃO ACADÊMICA EM CURSOS OFICIAIS RECONHECIDOS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	ÁREA DE CONHECIMENTO COM RELAÇÃO DIRETA AO CARGO EFETIVO	ÁREA DE CONHECIMENTO COM RELAÇÃO INDIRETA AO CARGO EFETIVO
A	Ensino médio	3,00%	3,00%
B	Curso técnico	3,00%	1,00%
C	Curso de graduação	8,00%	3,00%
D	Curso de especialização	12,00%	3,00%
E	Curso de mestrado stricto sensu	16,00%	3,00%
F	Curso de doutorado stricto sensu	20,00%	3,00%

I) A formação exigida para a efetivação do Cargo Efetivo, do quadro permanente, não gera o direito ao adicional;

II) O adicional pela formação das classes “A” até “F”, previstas neste parágrafo, será acumulativo, mediante requerimento ao Departamento de Recursos Humanos, acompanhado da documentação comprobatória da formação acadêmica, em via original ou cópia autenticada em cartório.

III) A acumulação prevista no inciso II ficará limitada a um curso para as classes “A”, “B”, “E” e “F”, a dois cursos para a classe “C” e a três cursos para a classe “D”.

IV) Os Servidores ficam limitados a apresentar um curso da classe “D” por ano.

§ 5º Tem validade a titulação entregue no prazo estipulado em edital expedido pelo Departamento de Recursos Humanos.

I) O prazo máximo que deve constar no edital é o dia 10 de novembro de cada exercício.

II) Toda documentação de comprovação de titulação será analisada pela Comissão de Avaliação de Titulação, a ser instituída e nomeada para essa finalidade específica, via decreto da Mesa Diretora;

III) Após homologação pela Comissão, o adicional previsto passará a ser pago a partir do mês de janeiro do exercício subsequente.



A formação exigida para a efetivação do cargo efetivo, bem como a segunda formação na mesma classe, não gera o direito ao adicional;

O adicional pela formação das classes “A” até “E”, previstas neste parágrafo poderá ser acumulativo desde que não seja uma segunda formação na mesma classe, mediante requerimento ao Departamento de Recursos Humanos acompanhado da documentação comprobatória de formação ou titularidade no original ou cópia autenticada em cartório.

§ 5º Tem validade a titulação entregue no prazo estipulado em edital expedido pelo Departamento de Recursos Humanos.

a) O prazo máximo que deve constar no edital é o dia 10 de novembro de cada exercício.

b) Toda documentação de comprovação de titulação será analisada pela Comissão de Avaliação de Titulação a ser instituída e nomeada para essa finalidade específica, via Decreto da Mesa Diretora;

c) Após homologação pela comissão, o adicional previsto passará a ser pago a partir do mês de janeiro do exercício subsequente.

§ 6º Cursos e títulos de formação já utilizados para progressão anterior não poderão ser utilizados para efeitos desta lei.

§ 7º A comprovação da formação relativa à escolaridade não tem prescrição, mas o servidor somente terá direito ao adicional a partir da vigência desta lei, não cabendo nenhum direito retroativo.

1.3 - A fundamentação legal para a concessão de adicional na remuneração dos servidores é o artigo 22 da Resolução nº 07/2014 de 1º de julho de 2014.

1.4 - Para efeito deste Edital, entende-se como curso qualquer evento que proporcione capacitação para os servidores, como: treinamentos, seminários, congressos, palestras, painéis e outros.

1.5 - O Certificado que não possuir carga horária será considerado carga horária de 8hs.

1.6 - O adicional por capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, conforme definido no § 3º, do art. 22 da Resolução nº 07/2014, será concedido somente ao máximo de 2% ao ano a cada servidor que apresentar no mínimo 80hs, e as horas excedentes não

serão computadas.

1.7 - O adicional por formação acadêmica definida no § 4º, do art. 22 da Resolução nº 07/2014 poderá ser requerido em um único exercício, quantas classes (A à F) o servidor já tiver concluído. Para tanto, deverá apresentar o certificado de conclusão, ou o diploma ou o histórico escolar.

1.8 - O servidor que concluir a formação acadêmica definida no § 4º, do art. 22 da Resolução nº 07/2014 durante a vigência do ano de 2015, deverá anexar ao requerimento (anexo II) uma declaração da instituição educacional para comprovar a frequência do curso. A concessão do adicional em seus vencimentos será a partir do mês em que concluir o curso durante o ano de 2015 e ficará condicionada à apresentação do certificado de conclusão ou do diploma ou do histórico escolar.

1.9 - Os modelos de requerimento (Anexos I e II) serão entregues no Setor de Recursos Humanos, sendo que o preenchimento é de responsabilidade do requerente.

1.10 - As inscrições deverão ser realizadas de 20 à 24 de outubro de 2014 no protocolo da Câmara Municipal de Itapoá, das 07:45 às 13:45 com destinação ao Setor de Recursos Humanos, através da entrega dos envelopes contendo os documentos dos itens 1.1 e/ou 1.2 deste edital.

1.11 - Os envelopes deverão estar fechados e colados e conter em sua parte externa e frontal, os seguintes dizeres:

**Envelope no 01 – Adicional de participação de cursos de aperfeiçoamento , conforme definido no § 3º, do art. 22 da Resolução nº 07/2014.**

**Servidor:**

**Matrícula:**

**Cargo Efetivo:**

**Envelope no 02 – Adicional por formação acadêmica oficial , conforme definido no § 4º, do art. 22 da Resolução nº 07/2014.**

**Servidor:**

**Matrícula:**

**Cargo Efetivo:**

## **2 – Da Concessão**

2.1 - Toda documentação de comprovação de titulação contida nos envelopes, será analisada pela Comissão de Avaliação de Titulação instituída pelo Decreto Legislativo nº 79/2014 de 20 de outubro de 2014, que deverá publicar os resultados no dia 05 de novembro de 2014. Abrindo prazo para recurso nos dias 06 e 07 de novembro de 2014. A homologação deverá acontecer até o dia 12 de novembro de 2014, com o encaminhamento dos processos ao Setor de Recursos Humanos.

2.2 - Qualquer irregularidade apontada na documentação analisada, a Comissão oficializará o servidor para que no prazo de dois dias úteis do recebimento, possa solucionar o mesmo.

2.3 - Será publicada em Edital no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e também no site da Câmara, no dia 13 de novembro de 2013, a relação dos servidores contemplados com a concessão dos adicionais aqui mencionados e deferidos pela

Comissão de Avaliação de Titulação.

2.4 - Além da publicação a Comissão de Avaliação de Titulação, deverá efetuar o encaminhamento de uma cópia ao Setor Contábil-financeiro para que os adicionais de remuneração sejam impactados no sistema contábil e pagos a partir do mês de janeiro 2015.

### **3 – Das Disposições Finais**

3.1 – A Comissão de Avaliação de Titulação poderá, caso julgue necessário, solicitar parecer jurídico, junto ao Procurador deste Poder Legislativo o qual deverá manifestar-se no prazo de três dias úteis.

3.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Avaliação de Titulação.

Itapoá, 20 de outubro de 2014.

#### **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE TITULAÇÃO**

Ana Paula K. Stephani  
Presidente

Francisco X. Soares Filho  
Secretário

Fernanda L. G. Duarte  
Membro

Lilian das Graças Maoski  
Membro

Patrícia C. B. Guera de Souza  
Membro

Osni Ocker  
Presidente da Câmara



#### **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL CÂMARA DE VEREADORES DE ITAPOÁ**

Edital nº 01/2014/C Rua Mariana Michels Borges, nº 1115 - Itapema do Norte - CEP 89.249-000 - Itapoá/SC  
Fone/ Fax: (47) 3443-6146 - Site: [www.camaraitapoa.sc.gov.br](http://www.camaraitapoa.sc.gov.br)

F.S. 6/8

**ANEXO I****REQUERIMENTO DE ADICIONAL DE REMUNERAÇÃO**

Prazados senhores:

Eu,....., ocupante do cargo de ....., matrícula ....., em exercício no setor..... deste Poder Legislativo, venho através deste,

**REQUERER,**

a concessão de adicional de 2% referente a cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento com fundamento legal no § 3º, do art. 22 da Resolução nº 07/2014, mediante comprovação da documentação em anexo.

Nome do Curso	Carga Horária	Deferimento Preenchimento exclusivo Comissão
Total Carga Horária		

**NESTES TERMOS  
PEDE DEFERIMENTO**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura**

Itapoá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CÂMARA DE VEREADORES DE ITAPOÁ**

Rua Mariana Michels Borges, nº 1115 - Itapema do Norte - CEP 89.249-000 - Itapoá/SC  
Fone/ Fax: (47) 3443-6146 - Site: [www.camaraitapoa.sc.gov.br](http://www.camaraitapoa.sc.gov.br)

**ANEXO II**

**REQUERIMENTO DE ADICIONAL DE REMUNERAÇÃO**

Prazados senhores:

Eu,....., ocupante do cargo de ....., matrícula ....., em exercício no setor..... deste Poder Legislativo, venho através deste,

**REQUERER,**

concessão de adicional de remuneração por formação acadêmica oficial reconhecida pelo Ministério da Educação, com fundamento legal no § 4º, do art. 22 da Resolução nº 07/2014, mediante comprovação da documentação em anexo.

TABELA DE PERCENTUAIS DE INCENTIVO À CAPACITAÇÃO

CLASSE	FORMAÇÃO ACADÊMICA EM CURSOS OFICIAIS RECONHECIDOS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	ÁREA DE CONHECIMENTO COM RELAÇÃO DIRETA AO CARGO EFETIVO Preenchimento Comissão	ÁREA DE CONHECIMENTO COM RELAÇÃO INDIRETA AO CARGO EFETIVO Preenchimento Comissão
A	Ensino médio ( )	3% ( )	3% ( )
B	Curso técnico ( )	3% ( )	1% ( )
C	Curso de graduação ( )	8% ( )	3% ( )
D	Curso de especialização ( )	12% ( )	3% ( )
E	Curso de mestrado stricto sensu ( )	16% ( )	3% ( )
F	Curso de doutorado stricto sensu ( )	20% ( )	3% ( )

**NESTES TERMOS  
PEDE DEFERIMENTO**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura**

Itapoá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.



# Ituporanga

## PREFEITURA

### Edital Nº 009/2014 de Convocação de Aprovados Em Concurso Público Municipal

EDITAL Nº 009/2014 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM  
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

"Dispõe sobre a convocação de candidatos classificados no Concurso Público Municipal - Edital nº. 003/2014"

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA, Prefeita em exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere a legislação específica, dentro do interesse e conveniência da Administração e obedecendo a ordem de classificação no Concurso Público Municipal nº. 001/2014, CONVOCA o candidato relacionado no Anexos I, da presente, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, localizado na Rua Vereador Joaquim Boeing, n.º 40, Centro, Ituporanga,/ SC, do dia 21/10/2014 ao dia 20/11/2014, no horário das 7h às 13h, munidos dos documentos exigidos nos itens 1.4 do Edital nº. 003/2014, visando comprovar os requisitos para a investidura no cargo público.

Outrossim, fica desde já cientificado o candidato aprovado convocado que o não comparecimento até a data indicada, implicará na perda do direito à posse e a qualquer outro direito inerente ao Concurso, conforme os termos do Edital e disposições da Lei Complementar nº 017, de 03 de outubro de 2007.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura do Município de Ituporanga, 21 de outubro de 2014.

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA

Prefeita em exercício do Município de Ituporanga

### ANEXO II

EDITAL Nº. 03/2014  
CONVOCADA

CARGO: ENFERMEIRO

Apresentar Diploma de Graduação de nível superior em Enfermagem e Registrado no Órgão competente, além dos demais documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos e os descritos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 003/2014.

### CLASSIFICAÇÃO CANDIDATO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
02	SIMONE VARGAS

**EDITAL Nº 010/2014 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

EDITAL Nº 010/2014 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

"Dispõe sobre a convocação de candidatos classificados no Concurso Público Municipal - Edital nº. 003/2014"

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA, Prefeita em exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere a legislação específica, dentro do interesse e conveniência da Administração e obedecendo a ordem de classificação no Concurso Público Municipal nº. 001/2014, CONVOCA o candidato relacionado no Anexos I, da presente, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, localizado na Rua Vereador Joaquim Boeing, n.º 40, Centro, Ituporanga, SC, do dia 23/10/2014 ao dia 22/11/2014, no horário das 7h às 13h, munidos dos documentos exigidos nos itens 1.4 do Edital nº. 003/2014, visando comprovar os requisitos para a investidura no cargo público.

Outrossim, fica desde já cientificado o candidato aprovado convocado que o não comparecimento até a data indicada, implicará na perda do direito à posse e a qualquer outro direito inerente ao Concurso, conforme os termos do Edital e disposições da Lei Complementar nº 017, de 03 de outubro de 2007.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura do Município de Ituporanga, 23 de outubro de 2014.

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA

Prefeita em exercício do Município de Ituporanga

**ANEXO II**

EDITAL Nº. 03/2014  
CONVOCADA

**CARGO: ENFERMEIRO**

Apresentar Diploma de Graduação de nível superior em Nutrição e Registrado no Órgão competente, além dos demais documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos e os descritos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 003/2014.

**CLASSIFICAÇÃO CANDIDATO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
01	GRACIELE STAROSKY

**DECRETO Nº 312, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 312 de 22 de outubro de 2014

"DECLARA DE UTILIDADE E NECESSIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO ÁREA DE TERRA NO BAIRRO VILA NOVA ITUPORANGA/SC."

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA Prefeita em exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso VI, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, e com base no Decreto - Lei nº 3.365 de 21.06.41 e suas alterações.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, a área de terra a seguir descrita e caracterizada, para fins de desapropriação pela via administrativa ou judicial, com objetivo da implantação de políticas

públicas de Habitação de Interesse Social, para famílias de baixa renda.

Um terreno urbano, sem benfeitorias, situado na Rua LEONEL THIESEN, Lado Esquerdo, Bairro Vila Nova, na cidade de Ituporanga-SC, nesta Comarca de Ituporanga, com área superficial de sessenta e cinco mil e quinhentos e sessenta e três metros quadrados (65.563,00 m²), distando 142,97 metros da esquina com a Rua Francisco Walverd Macial, com as seguintes confrontações: FRENTE, com a Rua Leonel Thiesen, onde mede 222,33 metros; FUNDOS, com Peraus, onde mede 228,27 metros; LADO DIREITO, com terras de Celso Max Longen (matrícula nº 16.827), onde mede 271,35 metros e LADO ESQUERDO, com terras da Lavação e Lubrificação Vila Nova ME (matrícula nº 24.792), onde mede 305,00 metros.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 22 de outubro de 2014.

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA

Prefeita em exercício do Município de Ituporanga

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

**Decreto Nº 313, de 22 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº 313, de 23 de fevereiro de 2014

Revoga o art. 2º do Decreto nº 256, de 21 de maio de 2014, que suspende por tempo indeterminado o gozo das férias acumuladas e Conversão de 1/3 em Pecúnia.

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA, Prefeita em exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII, do art. 65 da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 020/08, CONSIDERANDO, que a Administração Pública pode revogar ou anular seus próprios atos,

**DECRETA**

Art. 1º - Fica revogado o art. 2º do Decreto nº 256, de 21 de maio de 2014, que suspende por tempo indeterminado o gozo de férias acumuladas e igualmente a conversão de 1/3 (um terço) em pecúnia.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 23 de outubro de 2014.

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA

Prefeita em exercício do Município

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

**Decreto Nº 314, de 23 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº 314, de 23 de outubro de 2014.

"Constitui Comissão de Avaliação de Desempenho - CAD dos Servidores do Poder Executivo Municipal".

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o

art. 35 e seus incisos da Lei Complementar 020 de 17 de dezembro de 2008,

**DECRETA**

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Avaliação de Desempenho - CAD, com a finalidade de avaliar o desempenho dos Servidores, existentes no quadro de pessoal da Administração Direta do Município de Ituporanga.

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo anterior deste Decreto, fica assim composta:

Representantes da Secretaria da Administração;

Juceli Francener

Maria Angélica Nienkötter Müller

Representante da Secretaria da Fazenda;

Claudinei Eyng

Representante da Secretaria da Educação e Cultura;

Edna Lückmann Paza

Representante da Secretaria da Secretaria da Saúde e Assistência Social;

Aglais Moraes

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, fica revogado o Decreto nº 009, de 06 de agosto de 2013 e as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO ITUPORANGA, 23 de outubro de 2014

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

# Jacinto Machado

**PREFEITURA****Decreto Nº. 113 de 06 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº. 113 DE 06 DE OUTUBRO DE 2014.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº. 706 de 04 de dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), como segue:

ORGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

ATIVIDADE: 2.013 - Manutenção das Creches

Modalidade de Aplicação: (46) - 3.3.90.00.00.00.0695 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

ORGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

ATIVIDADE: 2.013 - Manutenção das Creches

Modalidade de Aplicação: (44) - 3.1.90.00.00.00.0695 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 06 de outubro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

# Joaçaba

## PREFEITURA

### Portaria Nº 3267

PORTARIA Nº 3.267 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014  
"NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE CONCURSO PÚBLICO"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo indicados, para compor a Comissão Especial para acompanhar o processo de Concurso de que trata o contrato nº 204/2014/PMJ de 29 de setembro de 2014, proveniente do Processo de Licitação n.º 67/2014/PMJ - Pregão Presencial n.º 48/2014/PMJ, no âmbito da Administração Municipal.

#### Membros:

Secretaria Municipal de Gestão Administrativa: Ângela Dolores Beal Dariva;  
Secretaria Municipal de Gestão Financeira: Donizete Maria B. Angonese;  
Procuradoria Jurídica: Vânia Brandalize.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 23 de outubro de 2014  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### 122/2013 PMJ TA 01

CONTRATO Nº 122/2013/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, a seguir denominado simplesmente LOCATÁRIO e JOÃO MARIA PAZ, brasileiro, separado judicialmente, agricultor, inscrito no CPF sob nº 551.602.719-53 e RG nº 1.708.699/SSPSC, residente e domiciliado na Rua Pedro Santchuk, nº 144, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, Joaçaba, SC e TEREZINHA OLIVO, brasileira, solteira, do comércio, inscrita no CPF sob nº 927.856.709-49 e RG nº 3.261.113/SSPSC, residente e domiciliada na Linha Rochedo, interior do Município de Joaçaba, SC, a seguir denominados simplesmente LOCADORES, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 122/2013/PMJ, firmado em 24/10/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 113/2013/PMJ - Dispensa de Licitação nº 7/2013/PMJ, cujo objeto é a locação de área de 3.511,38 m2 dos LOCADORES, constituída de parte de um terreno rural, matriculado sob nº 8.656, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, sem benfeitorias, localizado às margens da BR 282, na localidade de Lajeado da Viúva 2º Reservado, Colônia Erval, para a

construção de barracão metálico destinado à instalação do centro de reciclagem de resíduos, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E REAJUSTE, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 meses, a contar de 24 de outubro de 2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E REAJUSTE

Diante da prorrogação constante da cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), em 23 de outubro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

LOCATÁRIO

JOÃO MARIA PAZ LOCADOR	TEREZINHA OLIVO LOCADOR
---------------------------	----------------------------

#### Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

### Extrato Alteração CC 7/2014/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 1

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2014/PMJ

CONCORRÊNCIA Nº 7/2014/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital do Concorrência Pública Nº 7/2014/PMJ, cujo extrato foi publicado no DOM em 17/10/2014 (Edição nº 1595, p. 396), tendo por objeto a "Contratação de empresa especializada para a execução das obras de saneamento básico de parte dos bairros Santa Tereza e Flor da Serra, no Município de Joaçaba, SC.":

1) O subitem nº 4.1.3.1. do referido edital passa a ter a seguinte redação:

"4.1.3.1.Os quantitativos definidos para cada serviço, bem como a totalidade dos serviços poderão ser comprovados mediante somatório de atestados/certidões;"

2) A data e horário para credenciamento e entrega dos envelopes ficam alterados para até as 14h30min, do dia 02/12/2014 e a data e horário de abertura ficam alterados para 02/12/2014, a partir das 15 horas.

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

O edital alterado, na íntegra, encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 - Telefones (049) 3527-8805/3527-8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br) a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 23 de outubro de 2014.  
VENILTON ROGÉRIO TELES  
Secretário Municipal de Infraestrutura

### **Convocação**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS - JOAÇABA (SC)

#### **CONVOCAÇÃO**

Fica convocada a empresa PADEVAL COMÉRCIO VAREJISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA, CNPJ nº 17.986.783/0001-27, em vista da ata de registro de preços nº 03/2014/08, assinada entre o Município e a empresa supracitada, e em face das diversas tentativas frustradas de contato, para que, no prazo de 10 (dez) dias, atualize seus dados junto ao Setor de Compras e Licitações, em especial endereço e telefone para contato, sob pena de rescisão da ata de registro de preços nº 03/2014/08, bem como aplicação das penalidades cabíveis no caso. Quaisquer informações poderão ser prestadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço Av. XV de Novembro, nº 378, Centro, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br)

Joaçaba, 23 de outubro de 2014.  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
MARIO WOLFART  
Secretário

---

## **SIMAE**

---

### **Errata**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
ERRATA

Na portaria JHL 186/2014, publicada em 06.10.2014, edição 1586 p. 375, fica retificado:

Onde lê-se Sr: Cargo de Técnico em Segurança no Trabalho, retificar por "Cargo de Técnico em Segurança do Trabalho".

Joaçaba-SC 23 de Outubro de 2014.  
Elisabet Maria Zanela Sartori/Diretora Presidente



**HOMOLOGAÇÃO PR 40/14 SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 40/2014 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 84.591.890/0001-43 <b>Rua Tiradentes, 123</b> <b>C.E.P.:</b> 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>Processo Administrativo:</b> 56/2014 <b>Processo de Licitação:</b> 56/2014 <b>Data do Processo:</b> 15/09/2014
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 56/2014  
b ) Licitação Nr.: 40/2014-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 23/10/2014  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS PELA AREA TECNICA ESGOTO DO SIMAE.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**PROMINAS BRASIL EQUIPAMENTOS LTDA (8251)**

2 HIDROJATEADORA DE ALTA PRESSAO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: PROMINAS	PÇ	1,00	0,0000	35.000,00	35.000,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>35.000,00</b>

**PROTEGER COM MATERIAL DE SEGURANÇA LTDA (7845)**

4 LUVA DE SEGURANÇA, ANTI-VIBRAÇÃO, TRICOTADA EM ALGODÃO COM BANHO DE CLORO NEOPRENE NA PALMA E FACE PALMAR DOS DEDOS, PUNHO COM ELÁSTICO E ACABAMENTO EM OVERLOCK. - Marca: DANNY CA 18145 M4002	PAR	5,00	0,0000	145,00	725,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>725,00</b>

**TORK COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA (7887)**

1 PLACA VIBRATORIA, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: - SISTEMA DE ASPERSAO DE AGUA ACOPLADO A BASE DE FERRO FUNDIDO. COM CAPACIDADE MINIMA DE 10 LTS; - MOTOR 4 TEMPOS, A GASOLINA, POTENCIA MINIMA 5,5 HP; - CAPACIDADE MINIMA DO TANQUE DE COMBUSTIVEL DE 03 LITROS; - PESO MINIMO 80 KG E MAXIMO 100 KG; - BASE MINIMA 45 CM X 55 CM E MAXIMA 48 CM X 59 CM; - AREA COMPACTADA MINIMA DE 600 M2/H; - PROFUNDIDADE DE COMPACTAÇÃO MINIMA DE 30 CM; - O EQUIPAMENTO DEVERA SER FORNECIDO COM AMORTECEDOR DE VIBRAÇÃO E RODAS. - Marca: WEBER MT MODELO CF2	PÇ	1,00	0,0000	6.650,00	6.650,00
--	----	------	--------	----------	----------

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 40/2014 - PR</b>
	Processo Administrativo: 56/2014 Processo de Licitação: 56/2014 Data do Processo: 15/09/2014

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****TORK COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA (7887)**

3	MEDIDOR TOTALIZADOR DE DISTANCIA: - CABO EM ALUMINIO DOBRAVEL EM 2 NIVEIS, COM PUNHO EMBORRACHADO E ALÇA PARA TRANSPORTE, SISTEMA DE FREIO (ACIONAMENTO POR GATILHO), GATILHO NO PUNHO E BOTÃO PARA ZERAR O CONTADOR; - MEDIDOR COM MÍNIMO DE 5 DÍGITOS; - CAPACIDADE MÁXIMA DE MEDIÇÃO: 9999,9 M; - COMPRIMENTO DO CABO: MÍNIMO DE 85 CM; - DIÂMETRO DA RODA: MÍNIMO DE 150 MM; - RODA EM PLÁSTICO E REVESTIMENTO EM PU (POLIURETANO); - DEVERÁ ACOMPANHAR BOLSA DE PROTEÇÃO E TRANSPORTE. - Marca: VONDER	PÇ	1,00	0,0000	289,00	289,00
---	--	----	------	--------	--------	--------

Total do Fornecedor: 6.939,00

Total Geral: 42.664,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.062.3.3.90.00.00.00.00 (22), 2.062.4.4.90.00.00.00.00 (24)

---

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL****Concotação 003- Advogada - Thaise Giacometi**  
ATO CONVOCATÓRIO

FRANCISCO MOREIRA LOPES, Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba-SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no disposto no art. 37 da Constituição Federal, na Legislações Estadual e Municipal em vigor, bem como considerando a homologação do Resultado Final do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2011, CONVOCA a Sra. THAISE GIACOMIN para apresentar-se na Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento deste, munido dos documentos abaixo relacionados para assumir vaga de ADVOGADA:

1. Cópia C.P.F. (fotocopia autenticada)
2. Cópia Carteira de Identidade (fotocopia autenticada)
3. Carteira de Trabalho
3. Fotocópia do PIS/PASEP
4. Cópia Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocopia autenticada)
5. Cópia Título de Eleitor (fotocopia autenticada) c/comprovante última eleição
6. Cópia Certificado de Reservista (para o sexo masculino)
7. Cópia Comprovante de Escolaridade exigido para o cargo
8. Comprovante de Residência
9. Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (cópia completa) ou declaração com relação dos bens móveis e imóveis
10. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
11. Declaração de não acumulação de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, vedados em Lei;
12. Certidões referentes a ficha limpa ( <a href="http://www.trf4.gov.br">www.trf4.gov.br</a> ; <a href="http://www.tre.sc.gov.br">www.tre.sc.gov.br</a> ; <a href="http://www.tjsc.jus.br">www.tjsc.jus.br</a> )
13. 1 (uma) foto colorida 3/4 (atual)
14. Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão medico oficial (médico do trabalho) (original)
15. Cópia da Certidão de filhos menores de 14 anos (fotocopia autenticada)
16. Cópia de documentos que comprove conta corrente vinculada a CEF para transferência de pagamento via conta eletrônica.

Caso não haja interesse em tomar posse do cargo para o qual foi classificado em concurso público, deve o aprovado subscrever correspondência, dizendo de sua desistência, enviando a mesma aos cuidados do Setor de Pessoal da Câmara De Vereadores de Joaçaba.

Joaçaba, 23 de outubro de 2014.  
Francisco Moreira Lopes  
Presidente

**Lages****PREFEITURA****Extrato 1º Termo Aditivo Contrato 50/2014 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 050/2014 - FMS.

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: TORRENT DO BRASIL LTDA inscrita no CNPJ sob nº 33.078.528/0001-32, estabelecida na Avenida Tamboré, 1180 - Modulo A- 05 CEP: 06460-000 - Barueri/SP. Representante Rua Flórida, 1738 - 5º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Medicamentos para Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Lages.

De acordo com solicitação da Secretaria Municipal da Saúde justificando o aumento de quantitativo, Parecer Orçamentário/Financeiro da Secretaria Municipal da Fazenda e Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município, ADITA-SE ao valor inicial contratado R\$ 2.060,62 (dois mil sessenta reais e sessenta e dois centavos). As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 22 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos  
Prefeito de Lages.

**PP 45-2014 SMS**

Prefeitura do Município de Lages  
Estado de Santa Catarina  
Secretaria da Administração  
Executivo de Licitações e Contratos

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 45/2014 SMS

Objeto: Aquisição de Medicamentos para Farmácia Básica.

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 11/11/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 5.780.181,93

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 23 de outubro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz  
Secretário de Administração

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### Decreto Nº 138/2014

DECRETO Nº 138/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 144.188,71 (Cento e Quarenta e Quatro Mil, Cento e Oitenta e Oito Reais e Setenta e Um Centavos), para reforço do seguinte item orçamentário:

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

2.028 - Sinalização e Manutenção de Vias Públicas

DOTAÇÃO 80

3.3.90.00.00.01175 - Aplicação Direta R\$ 144.188,71

Total: R\$ 144.188,71

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por do excesso de arrecadação verificado na fonte de recursos 1175 (Transfêrencias de Convênios do Estado).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 22 DE OUTUBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

### Decreto Nº 139/2014

DECRETO Nº 139/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 14.647,06 (Quatorze Mil, Seiscentos e Quarenta e Sete Reais e Seis Centavos), para reforço do seguinte item orçamentário:

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

2.039 - Abertura e Conservação de Estradas do Interior

DOTAÇÃO 93

3.3.90.00.00.01116 - Aplicação Direta R\$ 14.647,06

Total: R\$ 14.647,06 Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

2.039 - Abertura e Conservação de Estradas do Interior

DOTAÇÃO 92

3.1.90.00.00.01116 - Aplicação Direta R\$ 14.647,06

Total R\$ 14.647,06

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 22 DE OUTUBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

### Decreto Nº 140/2014

DECRETO Nº 140/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

03.01 - SECRETARIA DE ADM, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.005 - Manutenção do Departamento de Finanças

DOTAÇÃO 13

3.3.90.00.00.01116 - Aplicação Direta R\$ 20.000,00

Total: R\$ 20.000,00 Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia no seguinte item orçamentário;

03.01 - SECRETARIA DE ADM, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.005 - Manutenção do Departamento de Finanças

DOTAÇÃO 12

3.1.90.00.00.01116 - Aplicação Direta R\$ 20.000,00

Total: R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 22 DE OUTUBRO DE 2014.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Sec. Adm., Fin. e Planej.

## Lebon Regis

### PREFEITURA

#### Homologação de Processo Licitatório 2014

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Pregão Nº PR35/2014

Processo Administrativo: 53/2014

OBJETO: Elaboração de Ata de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de serviços de recapagem e vulcanização de pneus, objetivando o atendimento da frota de veículos e máquinas pertencentes às Secretarias Municipais de Educação e Obras e Serviços Urbanos e ao Fundo Municipal de Saúde.

Data de Homologação: 10/10/2014

Licitantes Homologados: F. VACHILESKI & CIA LTDA - Valor Total de R\$ 102.430,00; GRANDO PNEUS LTDA EPP - Valor Total de R\$ 84.430,00; RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP - Valor Total de R\$ 98.430,00

Ludovino Labas - Prefeito Municipal

Pregão Nº PR39/2014

Processo Administrativo: 57/2014

OBJETO: A presente licitação visa à contratação de SEGURO para veículos, pertencentes à Secretaria de Educação, com vigência prevista para 12 meses contada da emissão da apólice, conforme especificações contidas neste Edital e seus anexos.

Data de Homologação: 22/10/2014

Licitantes Homologados: GENTE SEGURADORA S.A. - Valor total de R\$ 6.260,00; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A. - Valor total de R\$ 4.070,00.

Lebon Régis, 22/10/2014

Ludovino Labas - Prefeito Municipal

Pregão Nº PR40/2014

Processo Administrativo: 58/2014

OBJETO: A presente licitação visa à contratação de SEGURO para veículos, pertencentes à Secretaria de Saúde, com vigência prevista para 12 meses contada da emissão da apólice, conforme especificações contidas neste Edital e seus anexos.

Data de Homologação: 22/10/2014

Licitantes Homologados: GENTE SEGURADORA S.A. - Valor total de R\$ 4.430,00; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A. - Valor total de R\$ 5.075,00

Francisco Jucelino-Gestor

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2014

Contratante: PREFEITURA e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS

Contratados: F. VACHILESKI & CIA LTDA (Valor máximo previsto: R\$102.430,00); GRANDO PNEUS LTDA EPP (Valor máximo previsto: R\$84.430,00) e RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI (Valor máximo previsto: R\$98.430,00).

Vigência: Início: 10/10/2014 - Término: 10/10/2015

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014

OBJETO: Ata de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de serviços de recapagem e vulcanização de pneus, objetivando o atendimento da frota de veículos e máquinas pertencentes às Secretarias Municipais de Educação e Obras e Serviços Urbanos e ao Fundo Municipal de Saúde.

Ludovino Labas - Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 82/2014

Contratante...: Município de Lebon Régis

Contratada...: ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A.



Valor ..... : R\$ 4.070,00  
 Vigência ..... : 22/10/2014 Término: 31/12/2014  
 Nº da licitação: PR39/2014  
 Objeto ..... : O presente contrato visa à contratação de SEGURO para veículos, pertencentes à Secretaria de Educação, com vigência prevista para 12 meses contada da emissão da apólice, conforme especificações contidas neste Edital e seus anexos.

Contrato Nº....: 83/2014  
 Contratante....: Município de Lebon Régis  
 Contratada....: GENTE SEGURADORA S.A.  
 Valor ..... : R\$ 6.260,00  
 Vigência ..... : 22/10/2014 Término: 31/12/2014  
 Nº da licitação: PR39/2014  
 Objeto ..... : O presente contrato visa à contratação de SEGURO para veículos, pertencentes à Secretaria de Educação, com vigência prevista para 12 meses contada da emissão da apólice, conforme especificações contidas neste Edital e seus anexos.  
 Contrato nº.... 28/2014  
 Contratante....: Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis  
 Contratado....: ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A.  
 Valor ..... : R\$ 5.075,00  
 Vigência ..... : 22/10/2014 Término: 31/12/2014  
 Nº licitação..: PR40/2014  
 Objeto ..... : A presente licitação visa à contratação de SEGURO para veículos, pertencentes à Secretaria de Saúde, com vigência prevista para 12 meses contada da emissão da apólice, conforme especificações contidas neste Edital e seus anexos.  
 Francisco Jucelino Ribeiro-Gestor

Contrato nº.... 29/2014  
 Contratante....: Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis  
 Contratado....: GENTE SEGURADORA S.A.  
 Valor ..... : R\$ 4.430,00  
 Vigência ..... : 22/10/2014 Término: 31/12/2014  
 Nº licitação..: PR40/2014  
 Objeto ..... : A presente licitação visa à contratação de SEGURO para veículos, pertencentes à Secretaria de Saúde, com vigência prevista para 12 meses contada da emissão da apólice, conforme especificações contidas neste Edital e seus anexos.  
 Francisco Jucelino Ribeiro-Gestor

## EDITAL N. 01/2014

EDITAL N. 01/2014

Teste Seletivo para Contratação Temporária

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, Sr. Ludovino Labas, representando o Município e no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO aos interessados que realizará PROCESSO SELETIVO para contratação de pessoal, em caráter temporário, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, em conformidade com o disposto no inciso IX, do art. 37 da Constituição da República, art. 36, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e LC Municipal n. 65/2010, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

### 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

1.1 O Processo Seletivo destina-se à contratação de pessoal, em caráter temporário, para preenchimento de vagas temporárias existentes no Quadro de Pessoal do Município de Lebon Régis/SC (LC n. 43/2006), diante do afastamento legal de servidor efetivo, de acordo com as necessidades e interesses da Administração, mediante as condições estabelecidas neste edital, legislação municipal e demais regras pertinentes.

1.1.1 As vagas disponibilizadas neste Edital são temporárias porque decorrentes do afastamento legal de servidores efetivos

municipais.

1.2 A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.3 É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no item 1.1 desse edital e demais determinações referente ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.4 A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato sua nomeação/contratação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência do Município de Lebon Régis/SC.

1.5 O Teste Seletivo será realizado pela Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe do Peixe - AMARP, a qual será encarregada pela elaboração, aplicação, correção, julgamento de eventuais recursos apresentados contra o gabarito provisório ou contra as questões da prova e apresentação do resultado final.

1.5.1 A Associação responsável pelo Teste Seletivo poderá contar com a colaboração de bancas suplementares para a elaboração das questões.

### 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições para o Processo Seletivo estarão abertas no período de 24 de outubro a 24 de novembro de 2014, das 13h às 17h, na Secretaria Municipal de Educação, com endereço na Rua Ivens de Araújo, centro, Lebon Régis/SC.

2.2 O processo de inscrição será coordenado por um servidor da Prefeitura Municipal de Lebon Régis/SC, que receberá as Fichas de Inscrição, fará a conferência da documentação e auxiliará, prestando informações que contribuam para que o maior número de pessoas possam participar desta seleção pública.

2.3 A ficha de inscrição será preenchida pelo candidato, sendo que o responsável pelo recebimento das inscrições apenas oporá o número da inscrição.

2.4. Requisitos para a inscrição:

2.4.1 ser brasileiro, nato ou naturalizado;

2.4.2 possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da contratação;

2.4.2 possuir a habilitação exigida para o cargo.

2.5 Documentos para a inscrição:

2.5.1 cópia autenticada do documento de identidade;

2.5.2 cópia autenticada do CPF;

2.5.3 cópia autenticada do título de eleitor, com comprovante de quitação eleitoral no último pleito ou justificativa apresentada à Justiça Eleitoral;

2.5.4 comprovante de pagamento da taxa de inscrição;

2.5.5 cópia da prova de quitação com o Serviço Militar (quando do sexo masculino);

2.5.6 cópia autenticada da Carteira Nacional de Trânsito - CNH, para os cargos que exigem essa habilitação;

2.5.7 cópia autenticada do diploma, certificado ou histórico escolar que comprove a escolaridade exigida para o cargo;

2.5.8 cópia autenticada dos certificados e comprovantes de cursos (para a prova de títulos).

2.5.9 atestado médico emitido no prazo máximo de 30 (trinta) dias que comprove a condição de portador de necessidades especiais (apenas para os candidatos que forem concorrer na condição de

portador de necessidades especiais).

2.5.10 requerimento de condição especial para realização de provas (cadeira especial para deficiente físico, tradutor para braile ou libras etc.) ou da necessidade de se ausentar durante a prova para amamentação.

2.6 Não será admitida a apresentação de títulos após a realização da inscrição e nem a sua alteração ou de documentos anexos.

2.7 As autenticações de documentos poderão ser feitas pelo servidor responsável pela inscrição, mediante apresentação dos documentos originais.

2.7.1 A não apresentação da documentação exigida implica no indeferimento da inscrição.

2.8 O valor da taxa de inscrição será definido de acordo com a escolaridade exigida para a função pretendida, conforme tabela abaixo:

Escolaridade exigida para a função	Valor
Ensino Superior	R\$ 50,00
Ensino Médio	R\$ 30,00
Ensino Fundamental completo	R\$ 20,00

2.8.1 A taxa de inscrição será quitada através do pagamento de documento próprio expedido em nome do Município (DAM), a ser retirado no setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Lebon Régis/SC, na Rua Arthur Barth, n. 300, Centro.

2.8.2 Após o pagamento, o valor da taxa de inscrição não será devolvido ao candidato em hipótese alguma.

2.9 O candidato só pode se inscrever para uma função e após a realização da inscrição é vedada a alteração da função escolhida.

2.10 É permitida a inscrição por terceiros mediante procuração com poderes especiais para esse fim e com firma reconhecida, acompanhada de cópias autenticadas dos documentos necessários para inscrição ou cópias simples acompanhadas dos originais para autenticação.

2.11 Não serão aceitas inscrições via fax, sedex, postal, internet e/ou correio eletrônico.

2.12 Da Homologação das Inscrições: As inscrições serão homologadas por Decreto do Prefeito Municipal de Lebon Régis/SC, no prazo de até 02 (dois) dias após o encerramento das inscrições e publicadas em documento afixado no mural da Prefeitura Municipal e no site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br)

2.12.1 Os candidatos que tiverem suas inscrições indeferidas terão prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da publicação, para, querendo, interpor recurso dirigido à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Teste Seletivo.

### 3. DAS VAGAS

3.1 O número de vagas disponibilizadas são as constantes do quadro abaixo, com as especificações discriminadas, ressaltando que como se trata de contratação temporária de caráter excepcional o cadastro de reserva se destina ao preenchimento de vagas que surgirem durante o ano de 2015 em razão do afastamento temporário de servidor efetivo.

3.2 Regime de trabalho: o contrato de trabalho celebrado nesses casos será regido pelas Leis Complementares Municipais n. 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); n. 43/2006 e n. 65/2010 e o contratado vincular-se-á ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS:

3.3 Quadro de vagas:

Vaga(s)	Função	Carga Horária (semanal)	Habilitação	Remuneração
CR	Agente de Saúde	40h	Ensino fundamental	R\$ 1014,00
2 + CR	Agente de Serviços Gerais	40h	Ensino fundamental	R\$ 724,00
CR	Assistente Social	30h	Ensino superior completo e registro no órgão de classe	R\$ 1.500,32
CR	Auxiliar de Enfermagem	40h	Curso técnico e registro no COREN	R\$ 857,69
CR	Enfermeiro	40h	Curso superior completo e registro no COREN	R\$ 4.133,73
CR	Fisioterapeuta	30h	Curso Superior completo em Fisioterapia/ Registro no órgão de Classe	R\$ 2.507,45
CR	Mecânico	40h	Ensino fundamental	R\$ 724,00
CR	Médico	40h	Curso Superior Completo e registro no CREMESC	R\$ 12.797,70
CR	Motorista	40h	Ensino fundamental e CNH 'C'	R\$ 724,00
1+ CR	Motorista de veículo escolar	40h	Ensino fundamental e CNH 'D'	R\$ 788,43
1+ CR	Nutricionista	40h	Curso Superior Completo e inscrição no CRN	R\$ 4.438,19
CR	Odontólogo	40h	Curso superior completo e registro no CRO	R\$ 4.133,73
CR	Operador de Máquinas Pesadas	40h	Ensino fundamental e CNH "C"	R\$ 724,00
CR	Pedreiro	40h	Ensino fundamental	R\$ 825,84
1 + CR	Psicólogo	40h	Ensino superior completo e registro no CRP	R\$ 2.000,42
CR	Recepcionista	40h	Ensino médio	R\$ 724,00
05 + CR	Servente de Serviços Internos	40h	Ensino fundamental	R\$ 724,00
1 + CR	Vigia	40h	Ensino fundamental	R\$ 724,00
CR	Oficial Administrativo	40h	Ensino médio completo	R\$ 724,00
CR	Fiscal de Tributos	40h	Ensino médio completo	R\$ 724,00

3.4 A contratação poderá ocorrer com carga horária inferior àquela informada acima, a critério da Administração.

3.5 Das vagas oferecidas neste teste seletivo 5% (cinco por cento) são destinadas aos portadores de necessidades especiais, que deverão informar esta condição quando da inscrição.

3.5.1 A ordem de classificação dos portadores de necessidades especiais se dará em lista distinta da classificação geral.

#### 4. DAS PROVAS

4.1 O presente Processo Seletivo é constituído de prova escrita e prova de títulos.

##### 4.2 Da Prova Escrita:

4.2.1 A Prova escrita será realizada no dia 30 de Novembro de 2014, com início às 13h e término às 17h, na Escola de Educação Básica Frei Caneca, localizada na Rua Arthur Bath, centro, no Município de Lebon Régis/SC;

4.2.2 A prova escrita será composta de 40 (quarenta) questões para todos os cargos, sendo que cada questão valerá 10 pontos, conforme o quadro abaixo:

Cargo	Núcleo de prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Pontuação mínima para classificação
Todos os Cargos	Conhecimentos específicos	20	10 pontos	200 pontos
	Conhecimentos gerais	05	10 pontos	
	Português	10	10 pontos	
	Matemática	05	10 pontos	

4.2.3 Será desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 200 (pontos) na prova escrita.

4.2.4 As questões objetivas, do tipo múltipla escolha, serão subdivididas em 4 (quatro) alternativas: A, B, C e D. Dessas alternativas, somente UMA deverá ser assinalada.

4.2.5 As questões da prova escrita serão anotadas em cartão específico para respostas, fornecido para o candidato quando da realização da referida prova e que deverá ser preenchido apenas com caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

4.2.6 O conteúdo programático (Anexo I) para a prova escrita é de caráter sugestivo, sendo que o candidato deve considerar outros conteúdos que se enquadrarem na formação exigida para o cargo, bem como conhecimentos específicos relativos à função.

4.2.6.1 Os candidatos deverão comparecer com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o início das provas, sendo que quando faltar 10 (dez) minutos para a realização das provas os portões serão fechados.

4.2.6.2 Não será admitido à prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido; em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

4.2.6.3 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, data ou horário diferente dos pré-determinados no Edital.

4.2.7 Para a prova escrita, o ingresso na sala de provas só será permitido ao candidato que apresentar o documento de identidade que originou a inscrição e do Comprovante de Inscrição. Em caso de perda deste comprovante, o candidato deverá solicitar por escrito na Prefeitura Municipal um novo comprovante.

4.2.8 Durante a realização da prova não será permitida a comunicação entre candidatos ou destes com terceiros e não serão admitidas quaisquer consultas nem a utilização de qualquer meio, máquina ou aparelho destinado ao armazenamento de dados, à gravação, recepção ou transmissão de mensagens, como aparelhos celulares, calculadoras, agendas eletrônicas, pager e

similares.

4.2.9 Os três últimos candidatos de cada sala deverão permanecer no local até a conclusão da prova pelo último candidato para assinarem todos os cartões resposta, juntamente com o fiscal.

4.2.10 O caderno de provas escritas será entregue ao candidato após a realização da prova, devendo o candidato retirar-se imediatamente do local das provas após a entrega do gabarito.

4.2.11 O gabarito provisório será publicado no mural da Prefeitura Municipal e no site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br) em até 2 (dois) dias úteis após a realização da prova escrita.

4.3 Da Prova de Títulos: a prova de títulos terá peso 4,0 (quatro), sendo que a pontuação será atribuída da seguinte forma:

##### 4.3.1 Para os cargos de nível superior:

Títulos	Pontos
Curso de mestrado ou doutorado	4,0
Curso de especialização lato sensu	3,5

##### 4.3.2 Para os cargos de nível médio:

Títulos	Pontos
Curso de mestrado ou doutorado ou pós-graduação lato sensu	4,0
Ensino superior completo	3,5
Ensino superior incompleto	2,5

##### 4.3.3 Para os cargos de nível fundamental:

Títulos	Pontos
Curso de mestrado ou doutorado ou pós-graduação lato sensu	4,0
Ensino superior completo	3,5
Ensino superior incompleto	2,5
Ensino médio (2º grau) completo	2,0
Ensino médio (2º grau) incompleto	1,5

4.3.4 A titulação exigida como requisito para o cargo não será considerada na prova de títulos.

#### 5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A nota final será apurada mediante a soma da pontuação alcançada na prova escrita e na prova de títulos.

5.2 A lista final de classificação do Processo Seletivo apresentará todos os candidatos, por função, na ordem decrescente, independentemente da(s) nota(s) obtida(s) e haverá lista separada para classificação dos candidatos portadores de necessidades especiais.

5.2.1 Será desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 200 (pontos) na prova escrita.

5.3 Havendo empate na nota final terá preferência, sucessivamente, o candidato (a) que obtiver maior pontuação na prova escrita em conhecimentos específicos; (b) que obtiver maior pontuação na prova escrita em Português; (c) que obtiver maior pontuação na prova escrita em matemática; (d) que obtiver maior pontuação na prova escrita em conhecimentos gerais e (d) com maior idade.

5.4 Apresentada a lista de classificados o Prefeito Municipal homologará o resultado por meio de Decreto.

5.5 O resultado final será divulgado em até 10 dias após a realização da prova escrita, sendo que da classificação final caberá recurso.

## 6. DOS RECURSOS

6.1 Os recursos/requerimentos que forem apresentados deverão obedecer aos critérios que seguem e serão dirigidos à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Teste Seletivo, a qual tomará as providências necessárias e cabíveis.

6.2 Caberá recurso das seguintes etapas do Teste Seletivo e nos prazos que seguem:

6.2.1 Do indeferimento da inscrição: 24 horas após a divulgação da lista dos inscritos, cuja decisão caberá à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Teste Seletivo;

6.2.2 Do gabarito provisório e/ou das questões da prova escrita: havendo discordância quanto à formulação de questões da prova objetiva, quanto à resposta correta para determinada questão ou ainda quanto a resultados divulgados no Cartão Resposta (gabarito provisório), cabe ao candidato o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da respectiva publicação, para apresentação do recurso, cuja decisão caberá à AMARP;

6.2.3 Da pontuação das provas e do resultado final: havendo discordância das notas atribuídas às provas escrita e de títulos o candidato poderá interpor recurso no prazo de 24 horas da publicação do resultado final, cuja decisão caberá à Comissão Organizadora e à AMARP.

6.3 O recurso interposto fora do respectivo prazo não será conhecido, considerando-se para tal a data e hora do respectivo protocolo;

6.4 Em caso de anulação, a questão anulada será considerada como respondida corretamente para todos os candidatos da respectiva função.

6.5 Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos das respectivas funções serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas.

## 7. DA CONTRATAÇÃO

7.1 A aprovação no Teste Seletivo gera expectativa de direito à contratação no decorrer do ano de 2014, mas não gera direito adquirido à contratação, estando esta vinculada ao surgimento de vaga em virtude de afastamento de servidor efetivo do cargo.

7.2 Os aprovados serão convocados conforme ordem de classificação no Teste Seletivo.

7.2.1 No prazo de convocação o candidato deverá apresentar os seguintes exames de saúde acompanhados de laudo médico para a realização de exame admissional:

I - hemograma;

II - glicemia;

III - urina

IV - RX de Tórax e Coluna Total;

V - ECG de repouso, para candidatos com idade igual ou superior a 35 (trinta e cinco) anos.

7.2.1 Havendo pluralidade de vagas, o candidato melhor classificado terá preferência na escolha de vaga e assim sucessivamente até a ocupação de todas as vagas.

7.2.2 A contratação dos portadores de necessidades especiais ocorrerá alternadamente com os candidatos da lista geral, observando-se o percentual fixado no item 3.5 deste Edital.

7.3 O candidato deverá se apresentar no prazo de até 07 (sete) dias a contar da data da convocação, que será feita através de telefone ou email.

7.3.1 Se o aprovado não comparecer no prazo estabelecido acima

presumir-se-á a desistência da vaga, devendo ser chamado o aprovado imediatamente subsequente.

7.4 Julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo o candidato deverá apresentar no momento da contratação, além dos documentos já exigidos para a inscrição, os seguintes documentos:

7.4.1 cópia da certidão de nascimento dos filhos menores, se houver, e de casamento, se casado for;

7.4.2 atestado de saúde física e mental a ser fornecido por médico perito designado pelo Município de Lebon Régis para a realização do exame admissional, que comprove aptidão necessária ao exercício do cargo;

7.4.3 declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública ou proventos percebidos em razão de aposentadoria em cargo, emprego ou função pública.

7.4.4 Cópia de carteira de vacinação na qual conste que o candidato foi imunizado contra as seguintes doenças: Hepatite B, Tétano e Rubéola.

7.5 Os trabalhos serão desenvolvidos pelos contratados junto ao Poder Executivo Municipal, ficando diretamente subordinados à Secretaria na qual prestarem os serviços, cabendo aos Secretários o controle da jornada de trabalho.

7.6 As atribuições de cada função estão discriminadas nas LC n. 43/2006.

## 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 A inexistência das informações e/ou irregularidades nos documentos, ainda que verificados posteriormente à contratação, ocasionarão a rescisão do contrato.

8.2 O Processo Seletivo terá validade de sua homologação até 31/12/2015, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

8.3 As publicações sobre o Processo Seletivo serão afixadas no Mural Público da Prefeitura Municipal e no site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br)

8.4 Os documentos referentes à inscrição do Teste Seletivo e à prova de títulos ficarão arquivados na Prefeitura Municipal de Lebon Régis, sob guarda do Departamento de Pessoal e os referentes à prova escrita na AMARP.

8.5 O Foro eleito para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de Lebon Régis/SC.

8.6 Os casos não previstos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Teste Seletivo, nomeada pelo Decreto nº 086/2014, em conjunto com a Associação responsável pela sua realização - AMARP.

8.7 Quaisquer informações ou esclarecimentos sobre o Teste Seletivo poderão ser obtidos junto ao Departamento de Pessoal do Município de Lebon Régis/SC.

8.8 Faz parte integrante deste Edital o Anexo I - Conteúdo Programático.

Lebon Régis/SC, 23 de outubro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

EDITAL N. 01/2014



## ANEXO I

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Para todos os cargos:

Português: leitura e compreensão de texto, significado contextual de palavras e expressões, noções de fonética, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras, concordância nominal e verbal, regência verbal, crase, análise sintática, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural, emprego do hífen, vícios de linguagem, estrutura das palavras, gramática em geral.

Matemática: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Equações e Inequações; Progressões Aritméticas e Geométricas; Regra de três simples e composta. Juros simples e composto; Noções de probabilidade. Expressões aritméticas; M.D.C (Máximo divisor Comum). M.M.C (Mínimo Múltiplo Comum).

Conhecimentos Gerais: Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Lebon Régis. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Lebon Régis. Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Lebon Régis.

Conhecimentos Específicos:

Para os cargos de Agente de Saúde, Auxiliar de Enfermagem, Enfermeiro, Médico e Odontólogo: Constituição Federal (artigos 196 a 200 e art. 77 ADCT); SUS - Sistema Único de Saúde; Lei Orgânica de Saúde 8.080/90; ; Lei nº 8142 /1990; Ética profissional; A Estratégia de Saúde da Família - ESF e outros programas da área de atenção básica.

Para o cargo de Assistente Social: Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS); Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004); Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto do Idoso; Normas e orientações do CRAS; Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais das SUAS (2009); Ética profissional.

Para o cargo de servente de serviços internos: Noções de limpeza e higiene. Produtos apropriados para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos, etc. Noções de Hierarquia. Cuidados e manejos no preparo e distribuição de refeições. Conhecimentos sobre desinfecção de utensílios e ambientes.

Para os cargos de agente de serviços gerais e pedreiro: Limpeza externa de prédios públicos. Jardinagem. Limpeza Pública. Conhecimento e uso de ferramentas: enxada, foice, pé-de-cabra, pá, lima, vassoura, entre outros. Conhecimentos sobre a conservação de ferramentas diversas. Conhecimentos básicos de hidráulica, eletricidade, carpintaria e serviços de pedreiro.

Para o cargo de mecânico: Mecânica básica: painel de instrumentos, motor, combustível, lubrificante, refrigeração, sistema elétrico, câmbio e embreagem, direção, suspensão, freios, pneus, manutenção preventiva. Equipamentos obrigatórios. Conservação e limpeza do veículo.

Para os cargos de motorista, motorista de veículo escolar e operador de máquinas pesadas: Legislação e Sinalização de Trânsito; Código de Trânsito Brasileiro; Normas gerais de circulação e conduta; Direção defensiva e Primeiros Socorros.

Para o cargo de Nutricionista: Lei n.11.947/2009, Resolução FNDE 38/2009; Atuação do Nutricionista no Programa de Alimentação Escolar; Conselho Municipal de Alimentação Escolar; Resolução CFN nº 380/2005; Alimentação Escolar na Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Para o cargo de Psicólogo: Conhecimentos relacionados à atuação do profissional de Psicologia no contexto da assistência social; Temas atuais e aplicações da Psicologia Social; Psicologia comunitária; Tipificação dos serviços socioassistenciais (resolução nº109/2009); A atuação do psicólogo no CRAS/SUAS; Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto do Idoso; Ética Profissional; Leis pertinentes à profissão.

Para o cargo de Vigia: noção de serviços de vigilância diurna e noturna nas dependências dos prédios públicos e áreas próximas; noção de hierarquia e ética no trabalho.

Para o cargo de recepcionista: Noções de Arquivo: organização de arquivos e protocolos; recepção e despacho de documentos; uso de equipamentos de escritório. Noções básicas de administração pública.

Para o cargo de Fisioterapeuta: Anatomia e Fisiologia Geral. Eletrotermofototerapia. Biomecânica. Neuroanatomia e Neurofisiologia. Exercícios terapêuticos. Avaliação e tratamento. Fisiologia Cardíaca e Pulmonar. Manejo e Monitorização do Paciente Crítico. Técnicas de Fisioterapia Respiratória. Ventilação Mecânica Invasiva e Não-invasiva. Mobilização Precoce. Fisioterapia no Trauma de Tórax e Abdômen. Fisioterapia no Paciente Neurológico e Neurocirúrgico. Fisioterapia em Cardiologia. Fisioterapia no Paciente Queimado. Fisioterapia no Paciente Politraumatizado. Fisioterapia em Traumatismo Ortopedia. Fisioterapia aplicada à Obstetrícia, Uroginecologia e Mastologia. Fisioterapia em Pediatria e Neonatologia.

Para o cargo de Fiscal de Tributos: Lei Orgânica do Município; Noções de Direito Civil - Lei de Introdução ao Código Civil: vigência e revogação da norma, conflito de normas no tempo e no espaço; Princípios do Estado Democrático de Direito. Constituição. Conceito. Classificação. Aplicabilidade e Interpretação das Normas Constitucionais. Poder Constituinte. Conceito, Finalidade, Titularidade e Espécies. Constituição Brasileira: Princípios Fundamentais; Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Da Organização do Estado; Da Organização dos Poderes; Da Tributação e do Orçamento; Da Ordem Econômica e Financeira; Princípios de Direito Administrativo; Normas Constitucionais de Direito Tributário; Sistema Tributário Nacional: Princípios Gerais, Competência Tributária. Limitações do Poder de Tributar. Impostos de Competência dos Estados e Municípios; Administração Tributária; Noções básicas de informática. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia

Para o cargo de Oficial Administrativo: Constituição Federal de 1988 - Título I - Dos princípios Fundamentais, Títulos II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais e Título III - da Organização do Estado - Capítulo VII - Administração Pública; Serviços Públicos: Conceitos e natureza, modalidades e formas de prestação, o perfil moderno do serviço público. Noções básicas de Direito Administrativo; Direitos políticos: a) conceito e abrangência; b) sufrágio, voto, plebiscito, referendo e iniciativa popular; c) sistemas eleitorais; d) inelegibilidades. Conceitos de organização de arquivos e métodos de acesso. Noções básicas nos serviços gerais de Secretaria: preparar, preencher e tratar documentos; preparar relatórios, formulários e planilhas; executar rotinas de apoio na área de recursos humanos. Redação e correspondências oficiais: qualidades de linguagem, formas de tratamento (pronomes, empregos e abreviaturas) e documentos (ata, ofício, edital, memorando, circular, requerimento e relatório).



Relações interpessoais. Ética no trabalho. Conhecimentos essenciais de Informática. Lei Orgânica Municipal. Conhecimentos inerentes à função, observando-se a prática do dia-a-dia.

## **Edital N. 01/2014 - HMMSA**

### **EDITAL DE TESTE SELETIVO N. 01/2014**

O Presidente da Autarquia Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, Sr. MOACIR GALENO VARELA FURTADO, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO aos interessados que realizará PROCESSO SELETIVO para contratação de pessoal, em caráter temporário, e formação de cadastro de reserva, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, em conformidade com o disposto no inciso IX, do art. 37 da Constituição da República, art. 36, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e LC Municipal n. 065/2010, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

#### **1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.**

1.1 O Processo Seletivo destina-se à contratação de pessoal, em caráter temporário, para preenchimento de vagas existentes no Quadro de Pessoal do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis/SC, de acordo com as necessidades e interesses da Administração, mediante as condições estabelecidas neste edital, legislação municipal e demais regras pertinentes.

1.1.1 As vagas disponibilizadas neste Edital são temporárias porque decorrentes do afastamento legal de servidores efetivos municipais.

1.2 A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.3 É de responsabilidade do candidato, conhecer a legislação mencionada no item 1.1 desse edital e demais determinações referente ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.4 A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato sua nomeação/contratação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da referida autarquia.

1.5 O Teste Seletivo será realizado pela Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP, a qual será encarregada pela elaboração, aplicação, correção, julgamento de eventuais recursos apresentados contra o gabarito provisório ou contra as questões da prova e apresentação do resultado final.

1.5.1 A Associação responsável pelo Teste Seletivo poderá contar com a colaboração de bancas suplementares para a elaboração das questões.

#### **2. DAS INSCRIÇÕES**

2.1 As inscrições para o Processo Seletivo estarão abertas no período de 24 de outubro a 24 de novembro de 2014, das 13h às 17h, no Setor de administração do Hospital, com endereço na Rua Valdir Ortigari, nº 74, centro, Lebon Régis/SC.

2.2 O processo de inscrição será coordenado pela Diretora do Hospital, que receberá as Fichas de Inscrição, fará a conferência da documentação e auxiliará, prestando informações que contribuam

para que o maior número de pessoas possam participar desta seleção pública.

2.3 A ficha de inscrição será preenchida pelo candidato, sendo que o responsável pelo recebimento das inscrições apenas aporá o número da inscrição.

2.4. Requisitos para a inscrição:

2.4.1 ser brasileiro, nato ou naturalizado;

2.4.2 possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da contratação;

2.4.3 possuir a habilitação exigida para o cargo.

2.4.4 possuir condições físicas e mentais compatíveis com o exercício de cargo ou função.

2.5 Documentos para a inscrição:

2.5.1 cópia autenticada do documento de identidade;

2.5.2 cópia autenticada do CPF;

2.5.3 cópia autenticada do título de eleitor, com comprovante de quitação eleitoral no último pleito ou justificativa apresentada à Justiça Eleitoral;

2.5.4 01 (uma) foto 3x4 recente;

2.5.5 comprovante de pagamento da taxa de inscrição;

2.5.6 cópia da prova de quitação com o Serviço Militar (quando do sexo masculino);

2.5.7 cópia autenticada do diploma, certificado ou histórico escolar que comprove a escolaridade exigida para o cargo;

2.5.8 cópia autenticada dos certificados e comprovantes de cursos (para a prova de títulos).

2.5.8.1 Não será admitida a apresentação de títulos após a realização da inscrição.

2.5.9 atestado médico emitido no prazo máximo de 30 (trinta) dias que comprove a condição de portador de necessidades especiais (apenas para os candidatos que forem concorrer na condição de portador de necessidades especiais).

2.5.10 requerimento de condição especial para realização de provas (cadeira especial para deficiente físico, tradutor para braille ou libras, etc.) ou da necessidade de se ausentar durante a prova para amamentação.

2.6 não será admitida a apresentação de títulos após a realização da inscrição e nem a sua alteração ou de documentos anexos.

2.7 as autenticações poderão ser feitas pelo servidor responsável pela inscrição, mediante apresentação dos documentos originais.

2.7.1 A não apresentação da documentação exigida implica no indeferimento da inscrição.

2.8 a não apresentação da documentação exigida implicará no indeferimento da inscrição.

2.9 o valor da taxa de inscrição será definido de acordo com a escolaridade exigida para o cargo pretendido, conforme tabela abaixo:

Escolaridade exigida	Valor
Ensino Superior	R\$ 50,00
Ensino Médio	R\$ 30,00
Ensino Fundamental	R\$ 20,00

2.8.1 A taxa de inscrição será quitada através do pagamento de documento próprio expedido em nome do Município (DAM), a ser retirado no setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Lebon Régis/SC, na Rua Arthur Barth, n. 300, Centro.

2.8.2 Após o pagamento, o valor da taxa de inscrição não será devolvido ao candidato em hipótese alguma.

2.9 O candidato só pode se inscrever para uma função e após a

realização da inscrição é vedada a alteração da função escolhida.

2.10 É permitida a inscrição por terceiros mediante procuração com poderes especiais para esse fim e com firma reconhecida, acompanhada de cópias autenticadas dos documentos necessários para inscrição ou cópias simples acompanhadas dos originais para autenticação.

2.11 Não serão aceitas inscrições: via fax, sedex, postal, internet e/ou correio eletrônico.

2.12 Da Homologação das Inscrições: As inscrições serão homologadas por Portaria do Presidente do Presidente do Hospital Municipal Santo Antonio de Lebon Régis/SC, no prazo de até 02 (dois) dias após o encerramento das inscrições e publicadas em documento afixado no mural do Hospital Municipal Santo Antonio e no site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br).

2.12.1 Os candidatos que tiverem suas inscrições indeferidas terão prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da publicação, para, querendo, interpor recurso dirigido à Comissão Coordenadora do Teste Seletivo.

### 3. DAS VAGAS

3.1 O número de vagas disponibilizadas são as constantes dos quadros abaixo, com as especificações discriminadas, ressaltando que como se trata de contratação temporária de caráter excepcional o cadastro de reserva se destina ao preenchimento de vagas que surgirem durante o ano de 2015 em razão do afastamento temporário de servidor efetivo.

3.2 Regime de trabalho: o contrato de trabalho celebrado nesses casos será regido pelas Leis Complementares Municipais n. 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e n. 060/2009 e n. 65/2010 e o contratado vincular-se-á ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS:

Vaga(s)	Função	Carga horária (semanal)	Habilitação	Remuneração
CR	Cozinheira	40h	Ensino fundamental	R\$ 724,00
CR	Enfermeiro	40h	Ensino Superior com registro no COREN	R\$ 2.409,34
CR	Médico	40h	Ensino Superior com registro no CRM	R\$ 9.888,28
CR	Recepcionista I	40h	Ensino Médio	R\$ 724,00
CR	Recepcionista II	40h	Ensino Médio	R\$ 724,00
CR	Servente I	40h	Ensino Fundamental	R\$ 724,00
CR	Técnico em Enfermagem	40h	Ensino Técnico com registro no COREN	R\$ 846,52

3.3 A contratação poderá ocorrer com carga horária inferior a informada acima, a critério da Administração.

3.4 das vagas oferecidas neste teste seletivo 5% (cinco por cento) são destinadas aos portadores de necessidades especiais, que deverão informar esta condição quando da inscrição.

3.4.1 a ordem de classificação dos portadores de necessidades especiais se dará em lista distinta da classificação geral.

### 4. DAS PROVAS

4.1 O presente Processo Seletivo é constituído de prova escrita e prova de títulos.

4.2 Da Prova Escrita:

4.2.1 A Prova escrita será realizada no dia 30 de Novembro de 2014, com início às 13h e término às 17h, na Escola de Educação Básica Frei Caneca, localizada na Rua Arthur Bath, centro, no Município de Lebon Régis/SC;

4.2.2 A prova escrita será composta de 40 (quarenta) questões para todos os cargos, sendo que cada questão valerá 10 pontos, conforme o quadro abaixo:

Cargo	Núcleo de prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Pontuação mínima para classificação
Todos os Cargos	Conhecimentos específicos	20	10 pontos	200 pontos
	Conhecimentos gerais	05	10 pontos	
	Português	10	10 pontos	
	Matemática	05	10 pontos	

4.2.3 Será desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 200 (pontos)

4.2.4 As questões objetivas, do tipo múltipla escolha, serão subdivididas em 4 (quatro) alternativas: A, B, C e D. Dessas alternativas, somente UMA deverá ser assinalada.

4.2.5 As questões da prova escrita serão anotadas em cartão específico para respostas, fornecido para o candidato quando da realização da referida prova e que deverá ser preenchido apenas com caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

4.2.6 O conteúdo programático (Anexo I) para a prova escrita é de caráter sugestivo, sendo que o candidato deve considerar outros conteúdos que se enquadrarem na formação exigida para o cargo, bem como conhecimentos específicos relativos à função.

4.2.6.1 Os candidatos deverão comparecer com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o início das provas, sendo que quando faltar 10 (dez) minutos para a realização das provas os portões serão fechados.

4.2.6.2 Não será admitido à prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido; em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

4.2.6.3 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, data ou horário diferente dos pré-determinados no Edital.

4.2.7 Para a prova escrita, o ingresso na sala de provas só será permitido ao candidato que apresentar o documento de identidade que originou a inscrição e do Comprovante de Inscrição. Em caso de perda deste comprovante, o candidato deverá solicitar por escrito no Hospital um novo comprovante.

4.2.8 Durante a realização da prova não será permitida a comunicação entre candidatos ou destes com terceiros e não serão admitidas quaisquer consultas nem a utilização de qualquer meio, máquina ou aparelho destinado ao armazenamento de dados, à gravação, recepção ou transmissão de mensagens, como aparelhos celulares, calculadoras, agendas eletrônicas, pager e similares.

4.2.9 Os três últimos candidatos de cada sala deverão permanecer no local até a conclusão da prova pelo último candidato, para assinarem todos os cartões resposta, juntamente com o fiscal.

4.2.10 O caderno de provas escritas será entregue ao candidato após a realização da prova, devendo o candidato retirar-se

imediatamente do local das provas após a entrega do gabarito.

4.2.11 O gabarito provisório será publicado no mural da Prefeitura Municipal, do Hospital Municipal e no site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br) em até 2 (dois) dias úteis após a realização da prova escrita.

4.3 Da Prova de Títulos: a prova de Da Prova de Títulos terá peso 4,0 (quatro), sendo que a pontuação será atribuída da seguinte forma:

4.3.1 Para os cargos de nível superior:

Títulos	Pontos
Curso de mestrado ou doutorado	4,0
Curso de especialização lato sensu	3,5
Cursos de atualização ou aperfeiçoamento na área ou cargo: máximo 2,00 pontos por candidato	0,25

4.3.2 Para os cargos de nível médio

Títulos	Pontos
Curso de mestrado ou doutorado	4,0
Curso de especialização lato sensu	3,5
Cursos de atualização ou aperfeiçoamento na área ou cargo: máximo 2,00 pontos por candidato	0,25

4.3.3 Para cargos de nível fundamental

Títulos	Pontos
Curso de mestrado ou doutorado ou pós-graduação lato sensu	4,0
Ensino superior completo	3,5
Ensino superior incompleto	2,5
Ensino médio (2º grau) completo	2,0
Ensino médio (2º grau) incompleto	1,5
Cursos de atualização ou aperfeiçoamento na área ou cargo: máximo 2,00 pontos por candidato	0,25

4.3.3 A titulação exigida como requisito para o cargo não será considerada na prova de títulos.

## 5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A nota final será apurada mediante a soma da nota da prova escrita e da nota da prova de títulos.

5.2 A lista final de classificação do Processo Seletivo apresentará todos os candidatos, por função, na ordem decrescente, independentemente da(s) nota(s) obtida(s) e haverá lista separada para classificação dos candidatos portadores de necessidades especiais.

5.2.1 Será desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 200 (pontos) na prova escrita.

5.3 Havendo empate na nota final terá preferência, sucessivamente, o candidato (a) que obtiver maior pontuação na prova escrita em conhecimentos específicos; (b) que obtiver maior pontuação na prova escrita em Português; (c) que obtiver maior pontuação na prova escrita em matemática; (d) que obtiver maior pontuação na prova escrita em conhecimentos gerais e (d) com maior idade.

5.4 Apresentada a lista de classificados o Presidente do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio homologará o resultado através de Portaria.

5.5 O resultado final será divulgado em até 10 (dez) dias após a realização da prova escrita, sendo que da classificação final caberá recurso.

## 6. DOS RECURSOS

6.1 Os recursos/requerimentos que forem apresentados deverão obedecer aos critérios que seguem e serão dirigidos à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Teste Seletivo a qual tomará as providências necessárias e cabíveis.

6.2 Caberá recurso das seguintes etapas do Teste Seletivo e nos prazo que seguem:

6.2.1 Do indeferimento da inscrição: 24 horas após a divulgação da lista dos inscritos, cuja decisão caberá à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Teste Seletivo;

6.2.2 Do gabarito provisório e/ou das questões da prova escrita: havendo discordância quanto à formulação de questões da prova objetiva, quanto à resposta correta para determinada questão ou ainda quanto a resultados divulgados no Cartão Resposta (gabarito provisório), cabe ao candidato o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da respectiva publicação, para apresentação do recurso, cuja decisão caberá à AMARP;

6.2.3 Da pontuação das provas e do resultado final: havendo discordância das notas atribuídas às provas escrita e de títulos o candidato poderá interpor recurso no prazo de 24 horas da publicação do resultado final, cuja decisão caberá à Comissão Organizadora e à AMARP.

6.3 O recurso interposto fora do respectivo prazo não será conhecido, considerando-se para tal a data e hora do respectivo protocolo;

6.4 Em caso de anulação, a questão anulada será considerada como respondida corretamente para todos os candidatos da respectiva função.

6.5 Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos das respectivas funções serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas.

## 7. DA CONTRATAÇÃO

7.1 A aprovação no Teste Seletivo gera expectativa de direito à contratação no decorrer do ano de 2015, mas não gera direito adquirido à contratação, estando esta vinculada ao surgimento de vaga em virtude de afastamento do servidor efetivo por licença de qualquer natureza ou de vacância da vaga.

7.2 Os aprovados serão convocados conforme ordem de classificação no Teste Seletivo.

7.2.1 No prazo de convocação o candidato deverá apresentar os seguintes exames de saúde acompanhados de laudo médico para a realização de exame admissional:

I - hemograma;

II - glicemia;

III - urina

IV - RX de Tórax e Coluna Total;

V - ECG de repouso, para candidatos com idade igual ou superior a 35 (trinta e cinco) anos.

7.2.2 Havendo pluralidade de vagas, o candidato melhor classificado terá preferência na escolha de vaga e assim sucessivamente até a ocupação de todas as vagas.

7.2.3 A contratação dos portadores de necessidades especiais ocorrerá alternadamente com s candidatos da lista geral, observando-se o percentual fixado no item 3.5 deste Edital.

7.3 O candidato deverá se apresentar no prazo de até 7 (sete) dias a contar da data da convocação, que será feita através de afixação no mural do Hospital ou telefone ou e-mail.

7.3.1 Se o aprovado não comparecer no prazo estabelecido acima presumir-se-á a desistência da vaga, devendo ser chamado o aprovado imediatamente subsequente.

7.4 Julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo o candidato deverá apresentar no momento da contratação, além dos documentos já exigidos para a inscrição, os seguintes documentos:

7.4.1 cópia da certidão de nascimento dos filhos menores, se houver, e de casamento, se casado for;

7.4.2 atestado de saúde física e mental a ser fornecido por médico perito designado pelo Município de Lebon Régis para a realização do exame admissional, que comprove aptidão necessária ao exercício do cargo;

7.4.3 declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública ou proventos percebidos em razão de aposentadoria em cargo, emprego ou função pública.

7.4.4 cópia da carteira de registro nos órgãos de classe (CRM) (COREN), quando for o caso;

7.4.5 Cópia de carteira de vacinação na qual conste que o candidato foi imunizado contra as seguintes doenças: Hepatite B, Tétano e Rubéola.

7.5 Os trabalhos serão desenvolvidos pelos contratados junto ao setor de administração e enfermagem do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio, ficando diretamente subordinados ao Presidente e Diretor da Autarquia.

7.6 As atribuições de cada função estão discriminadas nas LC n. 43/2006.

## 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 A inexistência das informações e/ou irregularidades nos documentos, ainda que verificados posteriormente à contratação, ocasionarão a rescisão do contrato.

8.2 O Processo Seletivo terá validade de sua homologação até 31/12/2015, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração do Hospital.

8.3 As publicações sobre o Processo Seletivo serão afixadas no Mural Público da Prefeitura Municipal, do Hospital e no site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br)

8.4 Os documentos referentes à inscrição do Teste Seletivo e à prova de títulos ficarão arquivados no setor de administração do Hospital Santo Antônio de Lebon Régis, sob guarda do Departamento de Pessoal e os referentes à prova escrita na AMARP.

8.5 O Foro eleito para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de Lebon Régis/SC.

8.6 Os casos não previstos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Teste Seletivo, nomeada pelo Decreto n. 086/2014 em conjunto com a Associação responsável pela sua realização - AMARP.

8.7 Quaisquer informações ou esclarecimentos sobre o Teste Seletivo poderão ser obtidos junto ao Departamento de Pessoal do Hospital Santo Antonio de Lebon Régis/SC.

Lebon Régis/SC, 23 de outubro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente do Conselho Superior de Administração

## EDITAL DE TESTE SELETIVO N. 01/2014

### ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Para todos os cargos:

Português: leitura e compreensão de texto, significado contextual de palavras e expressões, noções de fonética, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras, concordância nominal e verbal, regência verbal, crase, análise sintática, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural, emprego do hífen, vícios de linguagem, estrutura das palavras, gramática em geral.

Matemática: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Equações e Inequações; Progressões Aritméticas e Geométricas; Regra de três simples e composta. Juros simples e composto; Noções de probabilidade. Expressões aritméticas; M.D.C (Máximo divisor Comum). M.M.C (Mínimo Múltiplo Comum).

Conhecimentos Gerais: Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Lebon Régis. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Lebon Régis. Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Lebon Régis.

Conhecimento Específico:

Para os cargos de Enfermeiro, Técnico em enfermagem e Médico: Constituição Federal (artigos 196 a 200 e art. 77 ADCT); SUS - Sistema Único de Saúde; Lei Orgânica de Saúde 8.080/90; Lei nº 8142 /1990; Ética profissional; A Estratégia de Saúde da Família - ESF e outros programas da área de atenção básica. Emergências clínico - cirúrgicas.

Para os cargos de servente I e cozinheira: Noções de limpeza e higiene. Produtos apropriados para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos, etc. Noções de Hierarquia. Cuidados e manejos no preparo e distribuição de refeições. Conhecimentos sobre desinfecção de utensílios e ambientes.

Para o cargo de recepcionista I e II: Noções de Arquivo: organização de arquivos e protocolos; recepção e despacho de documentos; uso de equipamentos de escritório. Noções básicas de administração pública, noções de informática.

## Edital N. 02/2014

EDITAL N. 02/2014

Teste Seletivo para Contratação Temporária de Professores

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, Sr. Ludovino Labas, representando o Município e no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO aos interessados que realizará PROCESSO SELETIVO para contratação de professores, em caráter temporário, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, em conformidade com o disposto no inciso IX, do art. 37 da Constituição da República, art. 36, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e LC Municipal n. 65/2010, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

### 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

1.1 O Processo Seletivo destina-se à contratação de pessoal, em



caráter temporário, para preenchimento de vagas existentes no Plano de Cargos e Salários do Magistério (LC n. 04/2006), de acordo com as necessidades e interesses da Administração, mediante as condições estabelecidas neste edital, legislação municipal e demais regras pertinentes.

1.2 As vagas disponibilizadas neste Edital são temporárias porque decorrentes do afastamento legal de professores efetivos municipais.

1.3 A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.4 É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no item 1.1 desse edital e demais determinações referente ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.5 A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato sua nomeação/contratação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência do Município de Lebon Régis/SC.

1.6 O Teste Seletivo será realizado pela Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe do Peixe - AMARP, a qual será encarregada pela elaboração, aplicação, correção, julgamento de eventuais recursos apresentados contra o gabarito provisório ou contra as questões da prova e apresentação do resultado final.

1.6.1 A Associação responsável pelo Teste Seletivo poderá contar com a colaboração de bancas suplementares para a elaboração das questões.

1.6.2 O valor arrecado com as inscrições será repassado para a AMARP até o limite máximo de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições para o Processo Seletivo estarão abertas no período de 24 de outubro a 24 de novembro de 2014 das 13h às 17h, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com endereço na Rua, Ivens de Araújo, Lebon Régis/SC.

2.2 O processo de inscrição será realizado por um servidor da Prefeitura Municipal de Lebon Régis/SC, que receberá as Fichas de Inscrição, fará a conferência da documentação e auxiliará prestando as informações que contribuam para que o maior número de pessoas possam participar desta seleção pública.

2.3 A ficha de inscrição será preenchida pelo candidato, sendo que o responsável pelo recebimento das inscrições apenas operará o número da inscrição.

2.4. Requisitos para a inscrição:

2.4.1 ser brasileiro, nato ou naturalizado;

2.4.2 possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos;

2.4.3 possuir a habilitação exigida para o cargo, sendo que admite-se professor com habilitação na área ou que esteja cursando ensino superior na área correspondente.

2.5 Documentos para a inscrição:

2.5.1 cópia autenticada do documento de identidade;

2.5.2 cópia autenticada do CPF;

2.5.3 cópia autenticada do título de eleitor, com comprovante de quitação eleitoral no último pleito ou justificativa apresentada à Justiça Eleitoral;

2.5.4 comprovante de pagamento da taxa de inscrição;

2.5.5 cópia da prova de quitação com o Serviço Militar (quando do sexo masculino);

2.5.6 cópia autenticada do diploma, certificado ou histórico escolar que comprove a habilitação na disciplina para a qual se inscreveu o candidato ou atestado de frequência no curso respectivo, emitido no máximo em 30 (trinta) dias e com menção expressa à fase que o candidato está cursando;

2.5.7 cópia autenticada dos certificados e comprovantes de cursos (para a prova de títulos);

2.5.8 atestado médico emitido no prazo máximo de 30 (trinta) dias que comprove a condição de portador de necessidades especiais (apenas para os candidatos que forem concorrer na condição de portador de necessidades especiais).

2.5.9 requerimento de condição especial para realização de provas (cadeira especial para deficiente físico, tradutor para braille ou libras etc.) ou da necessidade de se ausentar durante a prova para amamentação.

2.5.10 Não será admitida a apresentação de títulos após a realização da inscrição, nem sua alteração ou de documentos anexos.

2.6 As autenticações de documentos poderão ser feitas pelo servidor responsável pela inscrição, mediante apresentação dos documentos originais.

2.6.1 a não apresentação da documentação exigida implica no indeferimento da inscrição.

2.7 Taxa de Inscrição: o valor da taxa de inscrição será de R\$50,00 para Ensino Superior e de R\$30,00 para Ensino Médio.

2.7.1 A taxa de inscrição será quitada através do pagamento de documento próprio expedido em nome do Município (DAM), a ser retirado no setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Lebon Régis/SC.

2.8 É permitida a inscrição por terceiros mediante procuração com poderes especiais para esse fim e com firma reconhecida, acompanhada de cópias autenticadas dos documentos necessários para inscrição ou cópias simples acompanhadas dos originais para autenticação.

2.8.1 Após o pagamento, o valor da taxa de inscrição não será devolvido ao candidato em hipótese alguma.

2.9 Não serão aceitas inscrições via fax, sedex, postal, internet e/ou correio eletrônico.

2.10 Da Homologação das Inscrições: As inscrições serão homologadas por Decreto do Prefeito Municipal de Lebon Régis/SC, no prazo de até 02 (dois) dias após o encerramento das inscrições e publicadas em documento afixado no mural da Prefeitura Municipal e no site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br).

2.10.1 Os candidatos que tiverem suas inscrições indeferidas terão prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da publicação, para, querendo, interpor recurso dirigido à Comissão Coordenadora do Teste Seletivo.

## 3. DAS VAGAS

3.1 O número de vagas disponibilizadas são as constantes dos quadros abaixo, ressaltando que como se trata de contratação temporária de caráter excepcional o cadastro de reserva se destina ao preenchimento de vagas que surgirem durante o ano letivo em razão do afastamento temporário de servidor efetivo.



Vagas	Função	Carga Horária (semanal)	Nomenclatura/ Habilitação	Remuneração R\$
CR	Professor de Língua Portuguesa	40h	Graduação em Licenciatura Plena em Letras ou Cursando Licenciatura Plena em Letras	1697,00
01	Professor de Matemática	40h	Graduação em Licenciatura Plena em Matemática ou Cursando Licenciatura Plena em Matemática.	1697,00
02	Professor de Educação Física	40h	Graduação em Licenciatura Plena em Educação Física ou Cursando Licenciatura Plena em Ed. Física- Registro do CREF.	1697,00
01	Professor de Artes	40h	Graduação em Licenciatura Plena em Artes Visuais ou Cursando Licenciatura Plena em Artes Visuais.	1697,00
01	Professor de Inglês	40h	Graduação em Licenciatura Plena em Letras ou Cursando Licenciatura Plena em Letras, com habilitação em Inglês	1697,00
01	Professor de Geografia	20h	Graduação em Licenciatura Plena em Geografia ou Cursando Licenciatura Plena em Geografia.	848,50
01	Professor de História	40h	Graduação em Licenciatura Plena em História ou Cursando Licenciatura Plena em História.	1697,00

01	Professor de Ciências	40h	Graduação em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas ou Cursando Licenciatura Plena em Ciências Biológicas.	1697,00
02	Professor com Pedagogia (séries iniciais)	40h	Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia ou Cursando Licenciatura Plena em Pedagogia/ magistério completo.	1697,00
02	Professor Pedagogia (Ed. Infantil)	40h	Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia ou Cursando Licenciatura Plena em Pedagogia/ magistério completo.	1697,00

3.1.1 À remuneração é acrescido o valor da regência de classe e o vale-alimentação.

3.2 O contrato de trabalho celebrado nesses casos será regido pelas Leis Complementares Municipais n. 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), n. 43/2006 e n. 65/2010 e o contrato vincular-se-á ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

3.3 Os candidatos com habilitação na disciplina têm preferência sobre os candidatos que estejam cursando graduação, de forma que a classificação de uns e outros será feita separadamente.

3.4 As contratações das vagas em cadastro de reserva, se e quando acontecerem, poderão se dar com carga horária inferior à prevista neste Edital, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

3.5 Das vagas oferecidas neste teste seletivo 5% (cinco por cento) são destinadas aos portadores de necessidades especiais, que deverão informar esta condição quando da inscrição.

3.5.1 A ordem de classificação dos portadores de necessidades especiais se dará em lista distinta da classificação geral.

#### 4. DAS PROVAS

4.1 O presente Processo Seletivo é constituído de prova escrita e prova de títulos.

4.2 Da Prova Escrita:

4.2.1 A Prova escrita será aplicada no dia 30 de novembro de 2014, com início às 14h e término às 17h, na Escola de Educação Básica Frei Caneca, localizada na Rua Artur Barth, Centro, no município de Lebon Régis/SC;

4.2.2 A prova escrita será composta de 40 (quarenta) questões para todos os cargos, sendo que cada questão valerá 10 pontos, conforme o quadro abaixo:

Cargo	Núcleo de prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Pontuação mínima para classificação
Todos os Cargos	Conhecimentos específicos	20	10 pontos	200 pontos
	Conhecimentos gerais	05	10 pontos	
	Português	10	10 pontos	
	Matemática	05	10 pontos	

4.2.3 Será desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 200 (pontos) na prova escrita.

4.2.4 As questões serão objetivas, do tipo múltipla escolha, serão subdivididas em 4 (quatro) alternativas: A, B, C e D. Dessas alternativas, somente UMA deverá ser assinalada.

4.2.5 As questões da prova escrita serão anotadas em cartão específico para respostas, fornecido para o candidato quando da realização da referida prova e que deverá ser preenchido apenas com caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

4.2.6 O conteúdo programático (Anexo I) para a prova escrita é de caráter sugestivo, sendo que o candidato deve considerar outros conteúdos que se enquadrarem na formação exigida para o cargo, bem como conhecimentos específicos relativos à função.

4.2.7 Os candidatos deverão comparecer com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o início das provas, sendo que quando faltar 10 (dez) minutos para a realização das provas os portões serão fechados.

4.2.8 Não será admitido à prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido; em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

4.2.8.1 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, data ou horário diferente dos pré-determinados no Edital.

4.2.9 Para a prova escrita, o ingresso na sala de provas só será permitido ao candidato que apresentar o documento de identidade que originou a inscrição e do Comprovante de Inscrição. Em caso de perda deste comprovante, o candidato deverá solicitar por escrito na Prefeitura Municipal um novo comprovante.

4.2.10 Durante a realização da prova não será permitida a comunicação entre candidatos ou destes com terceiros e não serão admitidas quaisquer consultas nem a utilização de qualquer meio, máquina ou aparelho destinado ao armazenamento de dados, à gravação, recepção ou transmissão de mensagens, como aparelhos celulares, calculadoras, agendas eletrônicas, pager e similares.

4.2.11 Os três últimos candidatos de cada sala deverão permanecer no local até a conclusão da prova pelo último candidato para assinarem todos os cartões resposta, juntamente com o fiscal.

4.2.12 O caderno de provas escritas será entregue ao candidato após a realização da prova, devendo o candidato retirar-se imediatamente após a conclusão do local de realização das provas.

4.2.13 O gabarito provisório será publicado no mural da Prefeitura Municipal e no site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br) em até 2 (dois) dias úteis após a realização da prova escrita.

4.3 Da Prova de Títulos: a prova de títulos terá peso 4,0 (quatro), sendo que a pontuação será atribuída da seguinte forma:

Candidatos com habilitação (ensino superior ou magistério):

Títulos	Pontos
Doutorado ou PHD	4,0
Mestrado	3,5
Pós- Graduação	3,0
Cursos de atualização ou aperfeiçoamento na disciplina, com duração de no mínimo 100 (cem) horas	0,50 Independente do número de certificados

Candidatos não habilitados:

Títulos	Pontos
Magistério concluído	0,5
Cursando 1ª ou 2ª fase	1,0
Cursando 3ª fase	1,5
Cursando 4ª fase	2,0
Cursando 5ª fase	2,5
Cursando 6ª fase	3,0
Cursando a partir de 7ª Fase	3,5

4.3.1 A titulação exigida como requisito para o cargo não será considerada na prova de títulos.

4.3.2 Só serão considerados os certificados de cursos de atualização ou aperfeiçoamento na área expedidos dentro do prazo de 02 (dois) anos anteriores à publicação deste Edital.

## 5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A nota final será apurada mediante a soma da nota da prova escrita e da nota da prova de títulos.

5.2 A lista final de classificação do Processo Seletivo apresentará todos os candidatos, por função, na ordem decrescente, independentemente da(s) nota(s) obtida(s), contendo classificação distinta para Professores Habilitados, Professores não Habilitados e candidatos portadores de necessidades especiais.

5.2.1 Será desclassificado o candidato que não obtiver nota mínima de 200 (pontos) na prova escrita.

5.3 Havendo empate na nota final terá preferência, sucessivamente, o candidato (a) com maior número de acertos na prova de conhecimentos específicos; (b) com maior número de acertos na prova de língua portuguesa; (c) com maior número de acertos em matemática; (d) com maior número de acertos em Conhecimentos Gerais; (e) com maior idade.

5.4 Apresentada a lista de classificados, o Prefeito Municipal homologará o resultado através de Decreto.

5.5 O resultado final será divulgado em até 10 dias após a realização da prova escrita, sendo que da classificação final caberá recurso.

## 6. DOS RECURSOS

6.1 Os recursos/requerimentos que forem apresentados deverão obedecer aos critérios deste Edital e serão dirigidos à Comissão Organizadora do Processo Seletivo, a qual tomará as providências necessárias e cabíveis.

6.2 Caberá recurso das seguintes etapas do Teste Seletivo e nos prazos que seguem:

6.2.1 Do indeferimento da inscrição: 24 horas após a divulgação da lista dos inscritos, cuja decisão caberá a Comissão Organizadora do Processo Seletivo;

6.2.2 Do gabarito provisório e/ou das questões da prova escrita: havendo discordância quanto à formulação de questões da prova objetiva, quanto à resposta correta para determinada questão ou ainda quanto a resultados divulgados no Cartão Resposta (gabarito provisório), cabe ao candidato o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da respectiva publicação, para apresentação do recurso, cuja decisão caberá à AMARP;

6.2.3 Da pontuação das provas e do resultado final: havendo discordância das notas atribuídas às provas escrita e de títulos o candidato poderá interpor recurso no prazo de 24 horas da publicação do resultado final, cuja decisão caberá à Comissão Organizadora e à AMARP.

6.3 O recurso interposto fora do respectivo prazo não será conhecido, considerando-se para tal a data e hora do respectivo protocolo;

6.4 Em caso de anulação, a questão anulada será considerada como respondida corretamente para todos os candidatos da respectiva função.

6.5 Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos das respectivas funções serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas.

## 7. DA CONTRATAÇÃO

7.1 A aprovação no Teste Seletivo gera expectativa de direito à contratação no decorrer do ano de 2015, mas não gera direito adquirido à contratação, estando esta vinculada ao surgimento de vaga em virtude de afastamento do servidor efetivo por licença de qualquer natureza ou de vacância da vaga.

7.2 Os aprovados serão convocados conforme ordem de classificação no Teste Seletivo, sendo que os professores não habilitados serão contratados quando não houver professores habilitados classificados.

7.2.1 No prazo de convocação o candidato deverá apresentar os seguintes exames de saúde acompanhados de laudo médico para a realização de exame admissional:

I - hemograma;

II - glicemia;

III - urina

IV - RX de Tórax e Coluna Total;

V - ECG de repouso, para candidatos com idade igual ou superior a 35 (trinta e cinco) anos.

7.2.2 Havendo pluralidade de vagas, o candidato melhor classificado terá preferência na escolha de vaga e assim sucessivamente até a ocupação de todas as vagas.

7.2.3 A contratação dos portadores de necessidades especiais ocorrerá alternadamente com os candidatos da lista geral, observando-se o percentual fixado no item 3.5 deste Edital.

7.3 O candidato deverá se apresentar no prazo de até 7 (sete) dias a contar da data da convocação, que será feita através telefone ou email.

7.3.1 Se o aprovado não comparecer no prazo estabelecido acima presumir-se-á a desistência da vaga, devendo ser chamado o aprovado imediatamente subsequente.

7.4 Documentos necessários para a contratação:

Considerando os documentos já exigidos para a inscrição, no momento da contratação o candidato deverá apresentar:

7.4.1 cópia da certidão de nascimento dos filhos menores, se houver, e de casamento, se casado for;

7.4.2 atestado de saúde física e mental a ser fornecido por médico,

que comprove aptidão necessária ao exercício do cargo, expedido no prazo máximo de 30 dias.

7.4.3 cópia de carteira de vacinação na qual conste que o candidato foi imunizado contra as seguintes doenças: Hepatite B, Tétano e Rubéola.

7.4.4 declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública ou proventos percebidos em razão de aposentadoria em cargo, emprego ou função pública.

7.4.5 carteira de registro do CREF (Conselho Regional de Educação Física) para profissionais que atuarão na área de Ed. Física.

7.5 Os trabalhos serão desenvolvidos pelos contratados junto ao Poder Executivo Municipal, ficando diretamente subordinados à Secretaria na qual prestarem os serviços, cabendo aos Secretários o controle da jornada de trabalho.

7.6 Os professores contratados mediante o teste seletivo regulado por este Edital estão sujeitos a não usufruir do recesso escolar do mês de julho, uma vez que nesta época algumas escolas poderão fazer reposição de aulas.

7.7 Não será oferecido transporte para professor que resida distante da escola ou fora do município.

7.8 As atribuições de cada função estão discriminadas na LC n. 04/2006.

## 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 A inexatidão das informações e/ou irregularidades nos documentos, ainda que verificados posteriormente à contratação, ocasionarão a rescisão do contrato.

8.2 O Processo Seletivo terá validade de sua homologação até 31/12/2015, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

8.3 As publicações sobre o Processo Seletivo serão afixadas no Mural Público da Prefeitura Municipal.

8.4 Os documentos referentes à inscrição do Teste Seletivo e à prova de títulos ficarão arquivados na Prefeitura Municipal de Lebon Régis, sob guarda do Departamento de Pessoal e os referentes à prova escrita na AMARP.

8.5 O Foro eleito para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de Lebon Régis/SC.

8.6 Os casos não previstos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Teste Seletivo, nomeada pelo Decreto nº 086/2014, em conjunto com a Associação responsável pela sua realização - AMARP.

8.7 Quaisquer informações ou esclarecimentos sobre o Teste Seletivo poderão ser obtidos junto ao Departamento de Pessoal do Município de Lebon Régis/SC.

8.8 Faz parte integrante deste Edital o Anexo I - Conteúdo Programático.

Lebon Régis/SC, 23 de outubro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

**EDITAL N. 02/2014 - ANEXO I**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS-SC

EDITAL N. 02/2014

ANEXO I

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

Português: leitura e compreensão de texto, significado contextual de palavras e expressões, noções de fonética, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras, concordância nominal e verbal, regência verbal, crase, análise sintática, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural, emprego do hífen, vícios de linguagem, estrutura das palavras, gramática em geral.

Matemática: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos;

Equações e Inequações; Progressões Aritméticas e Geométricas; Regra de três simples e composta. Juros simples e composto; Noções de probabilidade. Expressões aritméticas; M.D.C (Máximo divisor Comum). M.M.C (Mínimo Múltiplo Comum).

Conhecimentos Gerais: Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Lebon Régis. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Lebon Régis. Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Lebon Régis.

Conhecimentos Específicos para todos os Cargos da Área da Educação - Lei de Diretrizes e Base da Educação; Lei do FUNDEB; Constituição Federal, Capítulo III, Seção I (da Educação); metodologia e planejamento do ensino; atualidades relativas à função.

PNAIC-PROGRAMA NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA- Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Princípios éticos e morais do Professor. Instrumentos de avaliação. Metodologia de Ensino. Educação Inclusiva. Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental. Temas transversais e formação de valores. Oralidade, leitura e escrita na escola. Alfabetização e letramento. A infância e sua singularidade na educação básica. Diálogo entre ensinar e aprender. A ludicidade no processo educativo. Resolução de problemas.

PROFESSOR - ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL

LDB- FUNDEB -TEMAS DE EDUCAÇÃO

Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea. O Sistema Nacional de Ensino Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Parâmetros curriculares nacionais. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Educação Infantil na perspectiva histórica. O papel social e a função da educação infantil. A organização do tempo e do espaço na educação infantil. O brincar no espaço educativo. O papel do profissional da educação infantil. A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação). Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar. Dimensões humanas.

A criança como sujeito de direitos. As instituições de educação infantil como espaço de conhecimento e produção das culturas infantis. A brincadeira, as interações e as diferentes linguagens.

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### Errata Portaria N.º 122/2014

ERRATA DE PUBLICAÇÃO  
PORTARIA N.º 122/2014

Considerando erro de digitação na publicação da Portaria n.º 122/2014, realizada no Diário Oficial dos Municípios, publicada na Edição n.º 1592, de 14 de outubro de 2014, p. 386, retifica-se a referida Portaria nos seguintes Termos:

Onde se lê:

"Portaria nº 121, de 18 de setembro de 2014."

Leia-se:

"Portaria nº 122, de 18 de setembro de 2014."

### ERRATA PORTARIA N.º 125/2014

ERRATA DE PUBLICAÇÃO  
PORTARIA N.º 125/2014

Considerando erro de digitação na publicação da Portaria n.º 125/2014, realizada no Diário Oficial dos Municípios, publicada na Edição n.º 1592, de 14 de outubro de 2014, p. 387, retifica-se a referida Portaria nos seguintes Termos:

Onde se lê:

"no valor de R\$ 475,63 (seiscentos e setenta e cinco reais e sessenta e três centavos)"

Leia-se:

"no valor de R\$ 100,00 (cem reais)"

### LEI N.º 1.097/2014

LEI Nº 1.097, DE 23 DE OUTUBRO 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, até o Limite de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	120.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	120.000,00
Função	26	Transporte	120.000,00
Sub-Função	782	Transportes Rodoviários	120.000,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	120.000,00

Projeto/ Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes Obras e Serviços Urbanos	120.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	120.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	120.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	120.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	120.000,00
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	5.500,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	5.500,00
Função	20	Agricultura	5.500,00
Sub-Função	606	Extensão Rural	5.500,00
Programa	0011	Revitalização da Agricultura Familiar	5.500,00
Projeto/ Atividade	2.030	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	5.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	5.500,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	5.500,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.500,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	1.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00
Função	8	Assistência Social	1.000,00
Sub-Função	242	Assistência ao Portador com Deficiências	1.000,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	1.000,00
Projeto/ Atividade	2.023	Pagamento de Benefício a Pensionistas	1.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas correntes	1.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	1.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	1.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.000,00
Unidade Orçamentária	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.000,00
Função	8	Assistência Social	3.000,00



Sub-Função	243	Assistência a Criança e Adolescente	3.000,00
Programa	0008	Assistência ao Menor com Responsabilidade	3.000,00
Projeto/ Atividade	2.026	Funcionamento e Manutenção do FIA	3.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	3.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	3.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	3.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			129.500,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	30.250,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	30.250,00
Função	20	Agricultura	25.250,00
Sub-Função	606	Extensão Rural	25.250,00
Programa	0011	Revitalização da Agricultura Familiar	25.250,00
Projeto/ Atividade	2.030	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	20.200,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	20.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	200,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	200,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	200,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	200,00
Função	17	Saneamento	5.000,00
Sub-Função	511	Saneamento Básico Rural	5.000,00
Programa	0011	Revitalização da Agricultura Familiar	5.000,00
Projeto/ Atividade	2.031	Controle do Borrachudo	5.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.000,00

Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
Projeto/ Atividade	1.029	Compra de Equipamentos para Grupos de Agricultores	5.050,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	5.050,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	5.050,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.050,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.050,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	71.020,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	71.020,00
Função	26	Transporte	14.520,00
Sub-Função	782	Transporte Rodoviários	14.520,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	14.520,00
Projeto/ Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes Obras e Serviços Urbanos	4.520,00
Categoria Econômica	4.4.00.00.00	Despesas de Capital	4.520,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	4.520,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	4.520,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	4.520,00
Projeto/ Atividade	1.048	Construção de Ponte de Concreto - Rio das Pedras	10.000,00
Categoria Econômica	4.4.00.00.00	Despesas de Capital	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	10.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
Função	17	Saneamento	12.500,00
Sub-Função	512	Saneamento Urbano	12.500,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	12.500,00

Projeto/ Atividade	1.031	Implantação de Projeto de Coleta e Reciclagem de Materiais	12.500,00
Categoria Econômica	4.4.00.00.00	Despesas de Capital	12.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	12.500,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	12.500,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	12.500,00
Função	15	Urbanismo	44.000,00
Sub-Função	451	Infra-Estrutura Urbana	44.000,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	44.000,00
Projeto/ Atividade	1.026	Pavimentação de Ruas	44.000,00
Categoria Econômica	4.4.00.00.00	Despesas de Capital	44.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	44.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	44.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	20.000,00
Fonte de Recurso	0.3.0000	Recursos Ordinários	24.000,00
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	28.230,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	28.230,00
Função	28	Encargos Especiais	28.230,00
Sub-Função	846	Outros encargos Especiais	28.230,00
Programa	0000	Encargos Especiais	28.230,00
Projeto/ Atividade	0.002	Amortização da Dívida e Encargos	28.230,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	28.230,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.6.00.00.00	Amortização da Dívida	28.230,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	28.230,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	28.230,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			129.500,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de outubro de 2014.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

## Lindóia do Sul

### PREFEITURA

#### Audiência Pública 02/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE  
Edital de Convocação de Audiência Pública 02/2014

Nelsira Loss Fiorentin, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Lindóia do Sul, Convoca Audiência Pública, a ser realizada no dia 10 de novembro de 2014 às 19:00horas, tendo como local o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Lindóia do Sul, Santa Catarina, para apresentar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, para discussão e aprovação respectivamente.

Fica convocados os titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, Conselho Tutelar, representantes do Poder Executivo do Município de Lindóia do Sul e convidados todos os demais cidadãos lindienses maiores de 16 anos.

Lindóia do Sul, 23 de outubro de 2014.  
Nelsira Loss Fiorentin  
Presidente

#### Edital Nº 02/2014 de Convocação de Audiência Pública

EDITAL Nº 02/2014  
CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Lindóia do Sul, no uso de suas atribuições legais:

#### RESOLVE:

Art. 1º Convocar Audiência Pública, a ser realizada no dia 10 de novembro de 2014 às 19:00horas, tendo como local o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, em cumprimento das Medidas Socioeducativas, apresenta o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, para discussão e aprovação respectivamente.

Art. 2º Para Audiência Pública ficam convocados os titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, Conselho Tutelar, representantes do Poder Executivo do Município de Lindóia do Sul e convidados todos os demais cidadãos lindienses maiores de 16 anos.

Lindóia do Sul/SC 23 de Outubro de 2014  
Nelsira Loss Fiorentin  
Presidente  
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

# Luzerna

## PREFEITURA

### Aviso de Retificação - PL 120/2014 - PR 072/2014 - Transporte Escolar - PML

#### AVISO DE ALTERAÇÃO

Processo Licitatório nº 120/2014

Pregão nº 072/2014

O Município de Luzerna torna público a alteração efetuada no Edital de Pregão Presencial nº 072/2014, cujo objeto é "a contratação de serviço de transporte escolar de alunos do ensino infantil, fundamental e médio da rede de ensino para o ano letivo 2015 conforme itinerário/percursos e especificações estabelecida no presente Edital e Anexos."

1) Incluir o item 2.3 ao edital do certame;

2) Em virtude desta mudança a data e horário do processamento do pregão fica alterado para o dia 11/11/2014, às 9h;

As demais disposições permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra e devidamente alterado encontra-se disponível no site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br) a partir da data de publicação deste aviso

3) As demais disposições permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra e devidamente alterado encontra-se disponível no site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br) a partir da data de publicação deste aviso.

Luzerna (SC), 23 de outubro de 2014.

Moises Diersmann

Prefeito

### Aviso de Dispensa - PL 125/2014 - DI 014/2014

MUNICÍPIO DE LUZERNA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório 0125/2014

Dispensa nº 0014/2014

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente a contratação com a empresa TRITON MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 84.586.737/0001-94, com endereço na Rua Dois Irmãos nº 263, Centro, no Município de Luzerna/SC, para celebrar contrato com o MUNICÍPIO DE LUZERNA - PML, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal Sr. Moisés Diersmann, objetivando a locação do campo de futebol suíço destinado ao 2º Campeonato Municipal de Futebol Suíço que acontecerá nos meses de outubro e novembro neste município. Declara ainda, que em razão características e do valor da contratação, sua compatibilidade com os valores praticados no mercado e as necessidades do Órgão, a licitação para o presente contrato é DISPENSÁVEL, nos termos do inciso II, artigo 24 da lei 8.666/93.

Valor homologado: R\$ 2.000,00

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas em especial o disposto no art. 24, inciso II.

Luzerna (SC), 23 de outubro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito

### CONTRATO PML Nº 160.14

TERMO DE CONVERSÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO EM CONTRATO ADMINISTRATIVO.

CONTRATO ADMINISTRATIVO - PML Nº 0160.2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PML Nº 0121.2013.

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0052.2013.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - PML Nº 0040.2013.

Termo de Conversão da Ata de Registro de Preços PML nº 0121.2013, oriunda do Processo Licitatório PML nº 0052.2013, Pregão Presencial, para Registro de Preço PML nº 0040.2013, em Contrato Administrativo (PML nº 0160.2014), que entre si celebraram, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME, com o fito de, nos termos da lei, através da presente conversão, prorrogar a vigência do instrumento originário até 10.10.2015.

Presentes de um lado, MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC (89609-000), representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.336.749/0001-53, com sede na Rua 12 de Maio, nº 152, sala 02, Bairro Vila Alemanha, na cidade de Luzerna/SC (89609-000), , neste ato representada por seu sócio-administrador, Sr. AURÉLIO BRUSTOLIN, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 11/R 741.558 e inscrito no CPF/MF sob o nº 250.963.899-87, residente e domiciliado na Rua Pedro Kuss, 100, Bairro Santa Tereza, em Joaçaba/SC (89600-000), doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo de Conversão da Ata de Registro de Preços susomencionada em Contrato Administrativo, nos termos que segue:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente instrumento tem por objeto a conversão da Ata de Registro de Preços susomencionada em Contrato Administrativo, nos termos da legislação pátria vigente, com o fito de assim prorrogar a vigência do instrumento originário até 10.10.2015;

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata de Registro de Preço original e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da Ata de Registro de Preços e/ou deste Termo de Conversão de Ata de Registro de Preços em Contrato Administrativo, com renúncia à qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 10 de outubro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

CONTRATANTE

AURÉLIO BRUSTOLIN  
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:  
1ª TESTEMUNHA  
Nome Legível:  
RG:  
CPF:

2ª TESTEMUNHA  
Nome Legível:  
RG:  
CPF:

### **Contrato PML Nº 161.14**

TERMO DE CONVERSÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO EM CONTRATO ADMINISTRATIVO.  
CONTRATO ADMINISTRATIVO - PML Nº 0161.2014  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PML Nº 0126.2013.  
PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0069.2013.  
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - PML Nº 0052.2013.

Termo de Conversão da Ata de Registro de Preços PML nº 0161.2013, oriunda do Processo Licitatório PML nº 0069.2013, Pregão Presencial, para Registro de Preço PML nº 0052.2013, em Contrato Administrativo (PML nº 161.2014), que entre si celebraram, O MUNICÍPIO DE LUZERNA e CARNEIRO TENDAS LTDA, com o fito de: nos termos da lei, através da conversão, prorrogar a vigência do instrumento originário até 31.12.2014.

Presentes de um lado, MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro CARNEIRO TENDAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.771.729/0001-03, com sede na Rua Frederico Mayer, nº 549, Térreo, Bairro Flor da Serra, no Município de Joaçaba/SC (89600-000), neste ato representada por GILMAR DA SILVEIRA, brasileiro, maior, solteiro, comerciante, portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 741.321/SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 294.824.029/87, residente e domiciliado na Rua Almirante Barroso, nº 271, Bairro Tobias, na cidade de Joaçaba/SC, doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo de Conversão da Ata de Registro de Preços susomencionada em Contrato Administrativo, nos termos que segue:

#### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

1.1. O presente instrumento tem por objeto inicial a conversão da Ata de Registro de Preços susomencionada em Contrato Administrativo, nos termos da legislação pátria vigente, com o fito de assim prorrogar a vigência do instrumento originário até 31.12.2014;

#### **2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:**

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata de Registro de Preço original e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

#### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO**

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da Ata de Registro de Preços e/ou deste Termo de Conversão de Ata de Registro de Preços em Contrato Administrativo, com renúncia à qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.  
E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, sexta-feira, 24 de outubro de 2014  
MOISÉS DIERSMANN  
MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC  
CONTRATANTE

GILMAR DA SILVEIRA  
CARNEIRO TENDAS LTDA  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:  
1ª TESTEMUNHA  
Nome Legível:  
RG:  
CPF:

2ª TESTEMUNHA  
Nome Legível:  
RG:  
CPF:

### **Extrato de Homologação - PL 121/2014 - PP 073/2014- Serviço de Manutenção - PML**

MUNICIPIO DE LUZERNA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Processo Licitatório 0121/2014 - PML  
Pregão Presencial nº 0073/2014 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0112/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial
- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para contratação de serviços diversos de reparos necessários à manutenção e conservação de bens imóveis e vias públicas do Município de Luzerna/SC e seus Fundos Especiais, conforme especificações constantes do Anexo.
- Proponente(s) Vencedora(s):
  - \* EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA ME
  - \* FABRICA DE LADRILHOS LUZERNA LTDA ME
- Valor total: R\$ 85.140,00

Luzerna (SC), 23 de novembro de 2014.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

**RECEITAS FEDERAIS DO DIA 22/10/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 22/10/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		8.720,72
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	8.720,72
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	8.720,72
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	5.232,43
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.488,29

Luzerna, 23/10/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



# Macieira

## PREFEITURA

### Lei 748

LEI Nº748, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar Especial alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

#### LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00	Gabinete do Prefeito
02.03	Séc. Mun. de Administração e Finanças
20.21	Manutenção das atividades administrativas
33.90	Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00	Gabinete do Prefeito
02.04	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
20.37	Manutenção ensino fundamental
33.90	Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 20 de outubro de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### Lei 749

LEI Nº749, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar por conta do convenio nº 2014TR003215 Defesa Civil.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

#### LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Supéravit Financeiro do Exercício de 2013.

02.0	Gabinete do Prefeito
02.06	Séc. De Infraestrutura e Desenv. Urbano
20.46	Manutenção da Malha Rodoviária
33.90.1.24	Aplicações Diretas

R\$ 26.999,57

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 21 de Outubro 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### Lei 750

LEI Nº750, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar Especial alterando Lei nº. 720/14 de 02/06/2014 que abriu credito suplementar por excesso de arrecadação de alienação de bens.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

#### LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00	Gabinete do Prefeito
02.01	Gabinete do Prefeito
02.06	Sec. Mun. De Infraestrutura e Desenv. Urbano
44.90.89	Aplicações Diretas

R\$ 45.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00	Gabinete do Prefeito
02.04	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
10.06	Aquisição de Veículos Educação
44.90.1.89	Aplicações Diretas

R\$ 45.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 21 de Outubro 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### Lei 751

LEI Nº751, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar Especial alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

#### LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00	Gabinete do Prefeito
02.06	Secretaria de Infraestrutura e Desenv. Urbano
20.51	Manutenção do Fundo Defesa Civil
33.90	Aplicações Diretas

R\$ 1.600,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

09.00	Reserva de Contingência
-------	-------------------------

09.01 Reserva de Contingência  
20.48 Reserva de Contingência  
99.99 Reserva de Contingência  
R\$ 1.600,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Outubro 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### Lei 753

LEI Nº753, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.  
Abre Credito Suplementar por contado Convenio/deliberação 397/CIB/ 2014 secretaria de Estado da Saúde.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

#### LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do Convenio/deliberação nº. 397/CIB/2014, da Secretaria de Estado da Saúde.

10.0 Fundo Municipal de Saúde  
10.01 Fundo Municipal de Saúde  
20.32 Manutenção Vigilância em Saúde Epidemiológica.  
44.90.66.16 Aplicações Diretas  
R\$ 4.400,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Outubro 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### Lei 754

LEI Nº754, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.  
Abre Credito Suplementar por conta do provável excesso De arrecadação do Exercício de 2014 - NASF.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

#### LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2014 do NASF.

10.00 Fundo Municipal de Saúde  
10.01 Fundo Municipal de Saúde  
20.30 Manut. Piso de Atenção Básica Variável  
31.90 Aplicações diretas  
R\$ 50.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Outubro 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### Lei 755

LEI Nº755, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.  
Abre Credito Suplementar por conta do provável excesso De arrecadação do Exercício de 2014 - VIGILANCIA SANITARIA.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

#### LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2014 do MAC. Media e Alta Complexidade.

10.00 Fundo Municipal de Saúde  
10.01 Fundo Municipal de Saúde  
20.33 Manut. Vig. Saúde Sanitária.  
33.9066.15 Aplicações diretas  
R\$ 10.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Outubro 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### Lei 752

LEI Nº 752, de 21 de outubro de 2014

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

EMERSON ZANELLA - Prefeito do Município de MACIEIRA - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

#### LEI

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2015, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I - metas e prioridades da administração municipal;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - das metas fiscais; e
- VII - das disposições gerais.

#### CAPÍTULO I

##### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição

Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com as Portarias conjuntas do STN, efetuadas pelo Ministério da Fazenda e a despesa em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Programa de Trabalho;

V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade, podendo ser indicado o seu desdobramento por Elemento e/ou Sub-Elemento, segundo cada Unidade Orçamentária;

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria

econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portarias conjuntas do STN, emanadas pelo Ministério da Fazenda.

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, e dos Fundos Municipais, abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);

- Fundo Municipal de Assistência Social (descentralizado);

- Fundo Municipal da Criança e da Adolescência (descentralizado);

- Fundo de Previdência social dos servidores públicos de Macieira (descentralizado).

Art. 6º - mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2011 a 2013, fixada para 2014 e projetada para 2015 a 2017;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2013 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2015 a 2017;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2011 a 2013;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2015;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2011 a 2013, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

## CAPÍTULO III

### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2015 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2015, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma.

Proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes

despesas abaixo:

- I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas extras;
- III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV - redução dos investimentos programados;
- V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;
- VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não poderá exceder, no exercício de 2015 a 10%(Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2015.

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2015, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;

II - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;

III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2015, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a

entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em 2015, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2015, a preços correntes.

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal fica autorizado, nos termos da Constituição Federal, e da Lei Federal 4.320/64 a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes nos programas de governo.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2015, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 - A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.



**CAPÍTULO V****DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

Art. 30 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

**CAPÍTULO VI****DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

**CAPÍTULO VII****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 39 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2015, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42 - Até o dia 15 de Outubro de 2014, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2015.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2014, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a;

- Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Demonstrativos e Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;

f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;

g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;

h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

i) Anexo I - Metodologia de Cálculo das Receitas;



j) Anexo II - Metodologia de Cálculo das Despesas;  
l) Anexo III - Metodologia de Cálculo do Resultado Primário;  
m) Anexo IV - Metodologia de Cálculo do Resultado Nominal;  
n) Anexo V - Metodologia de Cálculo do Montante da Dívida;  
o) Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;  
p) Anexo VII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais;  
q) Anexo VIII - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por;

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrário.

Macieira, 21 de outubro de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### **Portaria 3232**

PORTARIA N.º 3232/2014

"Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Liliane Cordeiro, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, no período de 11/09/2014 a 09/11/2014, conforme atestado medica em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 30 de setembro de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### **Portaria 3233**

PORTARIA N.º 3233/2014

"Prorrogar Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), RESOLVE:

CONCEDER PRORROGAÇÃO da Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Pedrinho Campagnin, ocupante do cargo de operador de maquina media e pesada, no período de 25/09/2014 a 25/03/2015, conforme atestado medico em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 06 de outubro de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### **Portaria 3234**

PORTARIA Nº 3234/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar nº 39, de 28/12/2009, Lei Complementar nº55, de 08/10/2013, e Lei Complementar nº 002/95;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, Mirian Westerlon de Oliveira, em virtude de classificação em Concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 0001/13, para tomar posse do cargo de Auxiliar Administrativo em Unidade de Cadastramento, a contar de 13/10/2014,

Art. 2º - Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 13 de outubro de 2014.

EMERSON ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

### **Portaria 3235**

PORTARIA N.º 3235, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME).

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com

o Art. 8º da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros da Comissão Executiva do Plano Municipal de Educação-PME para estruturar e coordenar os trabalhos do Fórum Municipal de Educação do município de Macieira, sendo que a equipe terá a seguinte composição:

- Ariane Spanholi Vigolo (Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes);
- Giovana Betinelli (Diretora de Apoio Pedagógico);
- Mara Regina Szalyga (Diretora Escolar);
- Evani Domingues Cardoso (Diretora Escolar);
- Valéria Vuelma (Presidente do Conselho Municipal de Educação).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindoefeitos imediatos.

Macieira (SC), 13 de outubro de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### **Portaria 3236**

PORTARIA N.º 3236/2014

"Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Alexa Raquel Di Domenico, ocupante do cargo efetivo de Professora, no período de 09/10/2014 a 29/10/2014, conforme atestado medica em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 13 de outubro de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**Portaria 3237**

PORTARIA N.º 3237/2014

"Prorrogar Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), RESOLVE:

PRORROGAR Licença para Tratamento de Saúde, do Servidor Público Municipal, Silvanir Lidani, ocupante do cargo de Motorista II, até 30/01/2015, conforme resultado de perícia medica em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 13 de outubro de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**Portaria 3238**

PORTARIA N.º 3238/2014

"Admite, os Servidores que Especifica"

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 38, de 28/12/2009, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, os servidores abaixo relacionados, em razão da falta de servidores concursados:

NOME	CARGO	DATA DE ADMISSÃO	SECRETARIA
Maria Luiza Pessoa	Auxiliar em Saúde Bucal	01/10/2014	Saúde
Acácio M de Moraes	Operador Maq Leve	01/10/2014	Agricultura
Isolde Ap Schaitel	Serviços gerais I	07/10/2014	Saúde

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 13 de outubro de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**Decreto 1434**

DECRETO Nº 1434, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

INSTITUI O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MACIEIRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Macieira,

**DECRETA:**

Art. 1º. Instituir o Fórum Municipal de Educação, que tem por finalidade realizara Conferência Municipal de Educação de Macieira, para elaborar, acompanhar e avaliar o Plano Municipal de Educação, bem como, a implementação de suas deliberações e promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Estadual e Nacional de Educação.

Parágrafo único - O Fórum Municipal de Educação é um órgão permanente, constituído por representantes de órgão e entidades públicas governamentais e não governamentais e da sociedade civil, com atuação e abrangência no município de Macieira.

Art. 2º. Compete ao Fórum Municipal de Educação, devidamente assessorado pela Comissão Executiva do PME, nomeado por portaria específica:

I - Participar do processo de concepção, implementação e avaliação da política municipal de educação;

II - Acompanhar, junto a Câmara Municipal, a tramitação de projetos de leis referentes à política municipal de educação, em especial a de projetos de leis dos planos decenais de educação definidos no artigo 214 da Constituição Federal, com alterações da Emenda à Constituição 59/2009;

III - Elaborar seu Regimento Interno e aprovar "ad referendum" o Regimento Interno da conferência municipal de educação;

IV- Zelar para que o fórum e a conferência de educação do Município estejam articulados à Conferência Nacional de Educação;

V - Planejar e coordenar a realização da conferência municipal de educação, bem como divulgar as suas deliberações;

VI - Colaborar na elaboração do Plano Municipal de Educação, no acompanhamento de sua implementação e na avaliação de seus processos e resultados;

VII - Convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação e mobilizar escolas e sociedade civil no que couber, em relação à Conferência Municipal de Educação;

VIII - Oferecer suporte técnico para organização e realização da Conferência Municipal de Educação;

IX - Acompanhar indicadores educacionais, articulando-se com observatórios de monitoramento de indicadores disponíveis;

X - Planejar e organizar espaços de debates sobre as políticas de educação;

XI - Coordenar a discussão e sistematizar as contribuições sobre temáticas relevantes à educação por ocasião de reuniões do fórum, sessões especiais e outros eventos;

XII - Contribuir na organização da Conferência Municipal e na elaboração do Plano Municipal de Educação;

XIII - Acompanhar e avaliar a implementação das deliberações da Conferência Municipal de Educação;

XIV - Realizar outras ações pertinentes.

Art. 3º. O Fórum terá acesso às informações e estatísticas educacionais, necessárias para o bom desempenho de seu trabalho.

Art. 4º. O Fórum Municipal de Educação será integrado pelas seguintes representatividades:

a) Secretaria Municipal de Educação - SEMED:

- Secretário(a) Municipal de Educação;

- Diretora de Apoio Pedagógico;

- Diretores Escolares da Rede Municipal de Ensino;

- Representante do Transporte Escolar Municipal.

- b) Câmara Municipal de Vereadores:  
- Membros da Comissão de Educação.
- c) Conselho Municipal de Educação:  
- Todos os conselheiros titulares da Câmara de Educação Básica e Câmara do FUNDEB.
- d) Conselho Municipal de Alimentação Escolar:  
- Todos os membros titulares do CAE.
- e) Associação de Pais e Mestre - APPs:  
- Nomeação de três pais de alunos de cada APP.
- f) Representante dos profissionais da educação:  
- Nomeação de dois representantes de cada nível de escolaridade ofertado, da Rede Municipal e Estadual de Ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio).
- g) Educação Especial:  
- Dois pais de aluno.
- h) Conselho Tutelar:  
- Todos os conselheiros ativos.
- i) Ensino Superior:  
- Dois representantes dos alunos universitários.
- j) Ensino Técnico Profissionalizante:  
- Dois representantes dos alunos do ensino técnico.
- k) Secretaria Municipal da Saúde:  
- Um representante de coordenação dos programas de saúde da família;  
- Dois representantes dos agentes de saúde.
- l) Secretaria Municipal de Assistência Social:  
- Dois representantes.
- m) Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
- Um representante
- n) (outros).

§1º - Demais órgãos ou entidades interessadas em participar, poderão inscrever-se, de acordo com as normas constantes no Regimento Interno.

§2º - Os alunos da Educação Básica, por serem menor de idade, serão convidados a fazer parte do fórum, através de mobilização a ser coordenada pela equipe de planejamento e coordenação do PME, na quantidade e representatividade a ser definida pela mesma.

Art. 5º. Os representantes de que trata o art. 4º deste Decreto, serão indicados pelos dirigentes/responsáveis dos órgãos, entidades e representatividades a que pertencem e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. Os representantes de que trata o art. 4º deste decreto não serão remunerados por sua atuação, a qualquer título, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Art. 7º. A estrutura e os procedimentos operacionais do Fórum Municipal de Educação constarão do seu Regimento Interno, aprovado em reunião convocada para esse fim, observadas as disposições deste decreto.

Art. 8º. O cronograma de ação para realização do Fórum Municipal de Educação e de elaboração do Plano Municipal de Educação terá a seguinte organização:

ETAPA	PERÍODO DE EXECUÇÃO
I – Portaria de nomeação da Equipe de Planejamento e Coordenação	Outubro de 2014
II – Decreto de Instituição do Fórum Municipal de Educação	Outubro de 2014
III – Portaria de composição dos representantes do Fórum Municipal de Educação	Novembro de 2014

IV – Assembléia de lançamento do Fórum Municipal de Educação para dar andamento aos trabalhos de elaboração do Plano Municipal de Educação	Último bimestre de 2014
V – Assembléia do Fórum Municipal de Educação para definição das metas do Plano Municipal de Educação	Fevereiro de 2015
VI – Trabalho de sistematização do Plano Municipal de Educação para envio ao Poder Legislativo	Março de 2015

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto anterior de nº 1285, de 10 de abril de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Macieira (SC), em 13 de outubro de 2014.

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

### Decreto 1433

DECRETO Nº 1433, de 10 de outubro de 2014.

“Estabelece PONTO FACULTATIVO, e dá outras providências”.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 58, VIII, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO, que no dia 28 de outubro é dia do funcionário público;

CONSIDERANDO, que já é de praxe em todo o país o estabelecimento de ponto facultativo em todas as esferas da administração pública.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todos os órgãos da administração pública municipal, no dia 27 de outubro, antecipando o feriado do dia do funcionário público, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais e o atendimento das situações de emergência.

Art. 2º. O atendimento dos serviços públicos essenciais deverão ser garantidos por meio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Macieira, SC, 10 de outubro de 2014.

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

### Decreto 1435

DECRETO Nº1435, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre Crédito Suplementar Especial alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 748 de 20/10/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito  
 02.03 Séc. Mun. de Administração e Finanças  
 20.21 Manutenção das atividades administrativas  
 33.90 Aplicações Diretas  
 R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00 Gabinete do Prefeito  
 02.04 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
 20.37 Manutenção ensino fundamental  
 33.90 Aplicações Diretas  
 R\$ 20.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de outubro de 2014.  
 EMERSON ZANELLA  
 Prefeito Municipal

### Decreto 1436

DECRETO Nº1436, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.  
 Abre Credito Suplementar por contado Convenio/deliberação 397/ CIB/ 2014 secretaria de Estado da Saúde.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 753 de 21/10/2014.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do Convenio/deliberação nº. 397/CIB/2014, da Secretaria de Estado da Saúde.

10.0 Fundo Municipal de Saúde  
 10.01 Fundo Municipal de Saúde  
 20.32 Manutenção Vigilância em Saúde Epidemiológica.  
 44.90.66.16 Aplicações Diretas  
 R\$ 4.400,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Outubro 2014.  
 EMERSON ZANELLA  
 Prefeito Municipal

### Decreto 1437

DECRETO Nº1437, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.  
 Abre Credito Suplementar por conta do provável excesso De arrecadação do Exercício de 2014 - NASF.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 754 de 21/10/2014.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2014 do NASF.

10.00 Fundo Municipal de Saúde  
 10.01 Fundo Municipal de Saúde  
 20.30 Manut. Piso de Atenção Básica Variável  
 31.90 Aplicações diretas  
 R\$ 50.000,00

Art. 2º Este decreto em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 21 de Outubro 2014.  
 EMERSON ZANELLA  
 Prefeito Municipal

### Decreto 1438

DECRETO Nº1438, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.  
 Abre Credito Suplementar por conta do provável excesso De arrecadação do Exercício de 2014 - VIGILANCIA SANITARIA.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 755 de 21/10/2014.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2014 do MAC. Media e Alta Complexidade.

10.00 Fundo Municipal de Saúde  
 10.01 Fundo Municipal de Saúde  
 20.33 Manut. Vig. Saúde Sanitária.  
 33.9066.15 Aplicações diretas  
 R\$ 10.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 21 de Outubro 2014.  
 EMERSON ZANELLA  
 Prefeito Municipal

### Decreto 1439

DECRETO Nº1439, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.  
 Abre Credito Suplementar Especial alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 751 de 21/10/2014.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito  
 02.06 Secretaria de Infraestrutura e Desenv. Urbano  
 20.51 Manutenção do Fundo Defesa Civil  
 33.90 Aplicações Diretas  
 R\$ 1.600,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

09.00 Reserva de Contingência  
 09.01 Reserva de Contingência

20.48 Reserva de Contingência  
99.99 Reserva de Contingência  
R\$ 1.600,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Outubro 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

#### **Decreto 1440**

DECRETO Nº1440, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.  
Abre Credito Suplementar Especial alterando Lei nº. 720/14 de 02/06/2014 que abriu credito suplementar por excesso de arrecadação de alienação de bens.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 750 de 21/10/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.01 Gabinete do Prefeito  
02.06 Sec. Mun. De Infraestrutura e Desenv. Urbano  
44.90.89 Aplicações Diretas  
R\$ 45.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.04 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
10.06 Aquisição de Veículos Educação  
44.90.1.89 Aplicações Diretas  
R\$ 45.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Outubro 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

#### **Decreto 1441**

DECRETO Nº1441, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.  
Abre Credito Suplementar por conta do convenio nº 2014TR003215 Defesa Civil.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 749 de 21/10/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Supêravit Financeiro do Exercício de 2013.

02.0 Gabinete do Prefeito  
02.06 Séc. De Infraestrutura e Desenv. Urbano  
20.46 Manutenção da Malha Rodoviária  
33.90.1.24 Aplicações Diretas  
R\$ 26.999,57

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Outubro 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal



**Mafra****PREFEITURA****Nova Data de Abertura - Edital de Pregão Presencial - Nº 165/2014**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 165/2014  
(NOVA DATA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de veículos 0KM através da Secretaria Municipal de Ação Social, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 19/11/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08h00min às 14h00min horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061. Mafra (SC), 23 de outubro de 2014.

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil  
Pregoeiro Municipal

**Editais de Pregão Presencial Nº 168/2014**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para contratação de empresa para instalação do novo padrão de energia elétrica (material e mão de obra) para o Quartel da Polícia Militar de Mafra com recursos do FUMPOM, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 20/11/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 23 de outubro de 2014.

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Diego Ricardo Krachinski  
Pregoeiro Municipal

**Meleiro****PREFEITURA****Portaria Nº 418/2014**

PORTARIA nº 418/2014  
TRATA DA PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE MÉDICA GINECOLOGISTA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

**PRORROGAR**

Art. 1.º A Portaria de nº 117/2012, da Senhora MICHELE SILVIA WOLF PIMENTEL, ocupante do cargo de Médica Ginecologista, exercendo suas atividades vinculadas à Secretaria de Saúde, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir da presente data, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 23 de Outubro de 2014.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.  
JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### Portaria Nº 155/2014

PORTARIA Nº 0155/2014 de 23.10.2014

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DIOGO BERGHAHN, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com o Art. 112 da Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

#### RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal DIOGO BERGHAHN, ocupante do cargo efetivo de Assistente de Organização e Métodos e Operador de Informática, com designação para o cargo de Assessor de Departamento de Tributação, conforme Decreto de nomeação nº 174/2007 de 04/10/2007, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO, a que faz jus, conforme disposto no artigo 112 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 10/2007 a 10/2012, a ser usufruída no período de 23.10.2014 a 21.11.2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 23 de outubro de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
CHEFE DE SETOR

### Portaria Nº 156/2014

PORTARIA Nº 0156/2014 de 23.10.2014

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LOURDES SPEROTTO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com o Art. 112 da Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

#### RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal LOURDES SPEROTTO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, conforme Decreto de nomeação nº 024/1994 de 17.02.1994, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO, a que faz jus, conforme disposto no artigo 112 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 02/2009 a 02/2014, a ser usufruída no período de 18.11.2014 a 17.12.2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 23 de outubro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
CHEFE DE SETOR

### Portaria Nº 157/2014

PORTARIA Nº 0157/2014 de 23.10.2014.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DIOGO BERGHAHN, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus conforme requerido, de acordo com recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Diogo Berghahn	04.10.2013 a 03.10.2014	24.11.2014 a 18.12.2014 (25 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 23 de outubro de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Chefe de Setor

## Monte Carlo

### PREFEITURA

#### Processo Licitatório Nº 86/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 86/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2014

OBJETO: Contratação de: SEGURO VEICULAR, conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 12:00 horas do dia 03/novembro/2014 até as 12:45 horas do dia 06/novembro/2014;

ABERTURA: às 13:00 horas do dia 06/novembro/2014.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br) e-mail: [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo - SC, 22 de outubro de 2014.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

## Morro da Fumaça

### PREFEITURA

#### Registro de Preços 105/2014

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 105/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA, PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS E DE PASSEIO, ÔNIBUS, CAMINHÕES E MAQUINAS PESADA. Data: 06/11/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso,

Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

# Navegantes

## PREFEITURA

### Lei Complementar 223 Dispõe Sobre Regularização de Construções

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
[www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)

LEI COMPLEMENTAR N.º 223 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014  
DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES IRREGULARES E CLANDESTINAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º Fica, o Município de Navegantes, autorizado a regularizar as edificações irregulares e clandestinas edificadas em desconformidade com os limites urbanísticos estabelecidos em lei, desde que apresentem condições mínimas de higiene, segurança, estabilidade, salubridade e habitabilidade, e, obedecidas as regras desta Lei Complementar.

Art. 2º Para a regularização prevista nesta Lei Complementar, o Poder Público dispensará ou reduzirá as limitações administrativas estabelecidas nas leis complementares 055/2008 e 056/2008, sem óbice à exigência de cumprimento de medidas mitigatórias.

§ 1º - Para efeitos do que trata esta Lei Complementar, considera-se:

I - construção irregular antiga: aquela cuja licença foi expedida pelo Município, porém executada total ou parcialmente em desacordo com o projeto aprovado, e que tenha sido iniciada até a data de 22 de julho de 2008;

II - construção clandestina antiga: aquela executada sem prévia autorização do Município, ou seja, sem projetos aprovados e sem a correspondente licença, e que tenha sido iniciada até a data de 22 de julho de 2008; e

III - construção clandestina parcial antiga: aquela correspondente à ampliação de construção legalmente autorizada, porém sem licença do Município, e que tenha sido iniciada até a data de 22 de julho de 2008.

IV - construção irregular: aquela cuja licença foi expedida pelo Município, porém executada total ou parcialmente em desacordo com o projeto aprovado, e que tenha sido iniciada após a data de 22 de julho de 2008;

V - construção clandestina: aquela executada sem prévia autorização do Município, ou seja, sem projetos aprovados e sem a correspondente licença, e que tenha sido iniciada após a data de 22 de julho de 2008; e

VI - construção clandestina parcial: aquela correspondente à ampliação de construção legalmente autorizada, porém sem licença do Município, e que tenha sido iniciada após a data de 22 de julho de 2008.

§ 2º - Para o devido enquadramento em relação à data de início e conclusão da construção, o requerente deverá juntar as provas que julgar necessário, as quais serão analisadas pela equipe da Secretaria de Governo, responsável pelo parecer conclusivo sobre a data de início e fim da obra.

§ 3º - Para efeitos de aplicação da presente lei, considerar-se-á obra concluída a edificação que estiver com a etapa de alvenaria de paredes e cobertura concluídas.

Art. 3º O Poder Executivo, através de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), estipulará as medidas mitigatórias e/ou compensatórias correspondentes à regularização requerida, com o propósito de garantir a inclusão social e a sustentabilidade do Município de Navegantes.

Parágrafo Único - O interessado em regularizar o imóvel, construção ou benfeitoria, com base no disposto nesta Lei

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
[www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)

Complementar, firmará Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) específico com o Poder Público, no qual será consubstanciado o comprometimento quanto à estrita observância do que dispõe o respectivo alvará, e o cumprimento das medidas mitigatórias e/ou compensatórias apontadas pelo Poder Público, com o cronograma de obra, quando necessário.

Art. 4º Não serão passíveis de regularização, para os efeitos desta Lei Complementar, as edificações que:

I - apresentarem irregularidades não previstas nesta Lei Complementar;

II - estejam localizadas em logradouros, terrenos públicos, e faixas destinadas a alargamento de vias públicas;

III - estejam localizadas em faixas não edificáveis junto a faixas de domínio de rodovias estaduais e federais, a lagos, rios, córregos, fundo de vale, faixas de escoamento de águas pluviais, galerias, canalizações e linhas de transmissão de energia de alta tensão, bem como nas vias públicas municipais que contenham essa restrição;

IV - causem danos ao meio ambiente e/ou ao patrimônio histórico ou cultural; e

V - desrespeite o Zoneamento, quanto ao padrão de incomodidade e/ou número de pavimentos estabelecido para a macrozona onde está situada a edificação.

VI - estejam localizadas em Áreas de Preservação Permanente, salvo anuência do órgão estadual ou municipal competente;

§ 1º Todas as obras irregulares ou clandestinas que, por suas características construtivas, resultem em comprometimento da estrutura restante, ou sistemas construtivos de baixo custo e fácil demolição, não serão regularizadas e não poderão receber adequações ou ampliações.

§ 2º As características construtivas de que trata o § 1º do caput serão determinadas através de parecer técnico elaborado por engenheiro civil do quadro efetivo do Município.

§ 3º Caberá ao Secretário de Governo, após elaborado parecer técnico, determinar a regularização originada da aplicação desta Lei.

§ 4º Os passeios públicos realizados em desacordo com a legislação referente à acessibilidade, deverão, dentro das possibilidades da situação fática do local, ser corrigidos para fins de regularização das construções.

Art. 5º São apenas passíveis de regularização, com base nesta Lei Complementar, as edificações que possuírem irregularidades atreladas com os seguintes parâmetros urbanísticos:

I - recuos;

II - afastamentos;

III - taxa de ocupação;

IV - coeficiente de aproveitamento;

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

V - projeção de sacadas e pavimentos sobre recuo e passeio público;

VI - número de vagas de estacionamento e garagem disponibilizadas inferior à exigida;

VII - na falta de elevador, em edificação com 5 (cinco) pavimentos.

§ 1º Sempre que a regularização tratar de afastamento lateral e de fundos inferior a 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) nas faces que possuem aberturas, o proprietário deverá apresentar acordo extrajudicial dos vizinhos lindeiros, onde estes, seus herdeiros e/ou sucessores não se opõem à irregularidade apresentada na edificação, isentando o Município de qualquer responsabilização futura relativa ao direito de afastamento, ventilação e iluminação da edificação.

§ 2º Na análise dos referidos projetos arquitetônicos a iluminação e ventilação mínima dos compartimentos poderão sofrer uma tolerância de até 50% (cinquenta por cento) a menos do que o especificado no código de obras, e, não serão analisadas as áreas mínimas e dimensões mínimas destes compartimentos, com exceção das vagas de garagem, que deverão atender integralmente às dimensões previstas no Código de Obras.

Art. 6º A regularização das construções de que trata esta Lei Complementar dependerá da apresentação pelo proprietário ou responsável pelo imóvel dos seguintes documentos:

I - requerimento do interessado contendo:

- a) qualificação do requerente;
- b) localização da construção irregular; e
- c) solicitação de vistoria prévia, alinhamento e regularização da obra edificada;
- II - cópia da Notificação emitida por fiscal municipal, quando houver;
- III - declaração do interessado, responsabilizando-se sob as penas da lei, pela veracidade das informações prestadas;
- IV - cópia de documento que indique a titularidade do imóvel, tais como matrícula atualizada do Cartório de Registro de Imóveis e/

ou Compromisso ou Promessa de Compra e Venda, com a devida anuência do proprietário, ou outro documento equivalente a ser analisado pela Secretaria de Governo;

V - certidão negativa de tributos municipais relativo ao imóvel;

VI - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à regularização da obra, com laudo técnico, informando as condições da edificação;

VII - projeto arquitetônico da edificação, constando:

- a) planta de situação;
- b) planta de localização contendo, no mínimo, as cotas da situação real da edificação sobre o lote e planilha de áreas da mesma;
- c) planta baixa de todos os pavimentos da edificação;
- d) dois (02) cortes, passando por locais que melhor identifiquem toda a edificação;
- e) uma fachada frontal
- f) no selo de identificação de cada prancha: "REGULARIZAÇÃO DE OBRA, NOS TERMOS DA LEI";
- g) para edificações que não sejam unifamiliares, cópia dos projetos de prevenção contra incêndio aprovados junto ao Corpo de Bombeiros;

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

VIII - comprovante dos recolhimentos das taxas exigidas quando da aprovação de projetos e concessão de licença, bem como da contrapartida financeira correspondente à regularização da obra, prevista nesta Lei Complementar; e

IX - anuência da sociedade condominial, quando for o caso.

§ 1º - Constatadas, a qualquer tempo, divergências nas informações ou discrepância nos valores recolhidos, o interessado será notificado a saná-los ou a prestar esclarecimentos no prazo de trinta (30) dias, sob pena de ser indeferido seu pedido e aplicadas às sanções cabíveis.

§ 2º - A expedição do alvará de regularização e habite-se serão concomitantes e ficarão condicionadas à apresentação do Habite-se do Corpo de Bombeiros, Licenciamento Ambiental e Habite-se Sanitário, expedido pelos órgãos competentes, quando exigidos em função das características e uso da edificação.

Art. 7º As regularizações, para qualquer tipo de edificação, que dizem respeito às hipóteses previstas no art. 5º, somente serão efetivadas mediante o pagamento de uma contrapartida financeira, conforme estabelecido nesta lei.

Art. 8º O Poder Público emitirá o valor da contrapartida financeira, para os casos de edificações antigas, classificadas conforme inciso I, II e III do art. 2º da presente lei, sobre a área a regularizar, calculada pela seguinte fórmula:

I - Cf = Contrapartida Financeira;

II - Fc = Fator de Contrapartida - UFM - (Unidade Fiscal Municipal);

III - Ac = Adicional Construtivo sobre a área invadida - em m<sup>2</sup> (metros quadrados);

IV - Fr = Fator de redução.

§ 1º - Obras construídas não respeitando os recuos e afastamentos laterais serão calculadas da seguinte forma:  $Cf = 0,5 \times UFM \times Ac \times Fr$ .



§ 2º - A construção que exceder ao coeficiente de aproveitamento ou taxa de ocupação será calculada da seguinte forma:  $Cf = 0,25 \times UFM \times Ac \times Fr$ .

§ 3º - A ausência do número mínimo de vagas de garagens e de estacionamento, que são aqueles previstos no código de obras, será calculada da seguinte forma:

I - o número de vagas que faltarem ao empreendimento e/ou edificação será multiplicado por 2 (duas) UFM por vaga;

§ 4º Demais casos serão calculados da seguinte forma:  $Cf = 0,25 \times UFM \times Ac \times Fr$ .

§ 5º O valor referente à contrapartida financeira deverá ser pago a vista, sendo condicionante para a obtenção do alvará de regularização.

§ 6º Os casos de isenção estão previstos no art. 14 desta Lei.

§ 7º Quando da elaboração dos cálculos acima mencionados, aplica-se o correspondente fator de redução, seguindo-se a tabela constante do Anexo 1.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

Art. 9º O Poder Público emitirá o valor da contrapartida financeira, para os casos de edificações novas, classificadas conforme inciso IV, V e VI do art. 2º da presente lei, sobre a área a regularizar, calculada pelas fórmulas previstas no Art. 8º, multiplicando o resultado por cinco (5).

Art. 10 As demandas judiciais promovidas pelo Município visando à demolição, paralisação ou interdição de construção irregular ou clandestina, que tenham sido definitivamente regularizadas com base nesta Lei Complementar, e devidamente atestada sua regularidade pela Secretaria de Governo, serão extintas, devendo o proprietário ou responsável pela obra promover antecipadamente o pagamento das custas judiciais, emolumentos e honorários advocatícios.

Art. 11 As regularizações das construções localizadas em vias não oficializadas, loteamentos ou desmembramentos não aprovados pelo Poder Público Municipal dependerão de deliberação por parte de Secretaria de Governo, observando-se a situação consolidada do local e o interesse público.

Art. 12 A regularização da edificação não dispensa o interessado do cumprimento das demais exigências previstas em Lei para a utilização do imóvel.

Art. 13 O Poder Público poderá negar a legalização a qualquer obra ou construção indevidamente executada, sempre que esta, em função das transgressões, afete o conjunto urbanístico local, não apresente condições mínimas de habitabilidade, uso, segurança, higiene, estética, bem como afete as condições de trânsito, transporte, estacionamento e outros serviços públicos.

Art. 14 A regularização de que trata esta Lei não implica no reconhecimento, pelo município da propriedade, posse ou domínio útil, a qualquer título, das dimensões e da regularidade do lote, nem exime os proprietários de glebas parceladas ou os seus responsáveis das obrigações e responsabilidades decorrentes da aplicação da legislação de parcelamento do solo.

Art. 15 Os interessados ficarão isentos do pagamento da contrapartida financeira para regularização da construção quando:

I - o imóvel, quando de sua construção, tiver sido edificado em local situado fora do perímetro urbano vigente a época;

II - o imóvel possuir área construída de até 69,00 m<sup>2</sup> (sessenta e nove metros quadrados), destinado exclusivamente à residência unifamiliar, edificada em terrenos de até 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados).

§ 1º - A isenção prevista nos incisos I e II do caput será solicitada em requerimento escrito, instruído com as provas do cumprimento das exigências necessárias à sua concessão.

§ 2º - Verificada, a qualquer tempo, a inobservância dos requisitos exigidos para sua concessão, ou o desaparecimento das condições que a motivaram, a isenção será cancelada, por despacho da autoridade competente, ficando o contribuinte obrigado a recolher a contrapartida financeira devida, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação da decisão.

Art. 16 Os recursos provenientes das contrapartidas financeiras previstas nesta Lei Complementar serão destinados

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

à área de infraestrutura urbana e viária, devendo ser destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano ou a outro fundo vinculado à Secretaria de Governo.

Art. 17 A presente legislação será aplicável exclusivamente às obras irregulares ou clandestinas que estejam concluídas até a data de publicação desta lei, e, cujos projetos de regularização sejam protocolados junto a Secretaria de Governo até a data de 31 de dezembro de 2015.

Art. 18 As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento do Município de Navegantes.

Art. 19 - Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE OUTUBRO DE 2014.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de outubro de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO I  
TABELA DE CORREÇÃO

Uso	Coefficiente (Fr)
Residencial Unifamiliar (até 70,00m²)	0,01
Residencial Unifamiliar (até 100,00m²)	0,3
Residencial Unifamiliar (acima 100,00m²)	0,4
Residencial Multifamiliar (até 350,00 m²)	0,5
Residencial Multifamiliar (acima 350,00 m²)	0,6
Comercial	0,7
Misto	0,65
Demais usos	0,8

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE OUTUBRO DE 2014.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**Lei Complementar 224 Revoga Dispositivos da Lc 162**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N.º 224 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014  
REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 162 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais.  
FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1.º Ficam revogados os artigos 71 e 72 da Lei Complementar nº 162, de 28 de dezembro de 2012.

Art. 2.º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE OUTUBRO DE 2014.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de outubro de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**Extrato Contratual Nº 258/2014.**

Extrato Contratual PMN 258/2014.

Contrato Nº.: 258/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Artefatos de Cimentos Santa Terezinha Ltda.

Vigência ..... : Início: 17/10/2014 Término: 31/12/2014.

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 093/2014.

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Primeiro Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 172/2014, referente à Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de concreto (com fornecimento de materiais) da Rua Eraci Santos Couto, Rua José Elpídio Lobo, Rua Alice Hostins, Rua Leocádio Ferreira Barbosa e Rua Félix Geovanela - Centro e Rua Horácio Júlio da Silva - Marginal Aeroporto, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 093/2014 - Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM - TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

**Extrato Contratual Nº 257/2014.**

Extrato Contratual PMN 257/2014.

Contrato Nº.: 257/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Sona Construtora Ltda.

Vigência ..... : Início: 19/10/2014 Término: 31/12/2014.

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 092/2014.

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 171/2014, referente à Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de concreto (com fornecimento de materiais) das Ruas Paraguai - Bairro Gravatá, Rua Osmundo Dutra, Rua Maria Carlota Vieira, Rua José Wander Pinheiro, Rua Comendador Pedro F. dos Santos e Rua Orlandino Formigal - Bairro Meia Praia - Conforme Tomada de Preço nº 092/2014 - Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM - TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013. Navegantes, 17 de outubro de 2014.

## Nova Trento

### PREFEITURA

#### **Processo Nº 108/2014 - Tomada de Preço Nº 012/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 108/2014 - Tomada de Preços nº 012/2014  
Objeto: Execução de serviços com fornecimento de material para realizar drenagem e pavimentação na Rua Maria Menon Marcolla, distrito de Claraíba, município de Nova Trento, conforme termo de referência (Projeto Básico), planilhas e minuta contratual.

Julgamento: Menor Preço Global no regime de Empreitada Global por preço Unitário. Entrega dos envelopes: 13/11/2014 até as 14:00 horas. Abertura: 13/11/2014 - 14:05 Horas. Valor estimado: R\$ 57.541,95

Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267 3211 - (48) 3267 3213; e-mail: [comprasnovatrento@gmail.com](mailto:comprasnovatrento@gmail.com); [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

## Novo Horizonte

### PREFEITURA

#### **Extrato do PL FMS Nº 015/2014-Pregão Presencial Nº 010/2014-Registro de Preços**

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório FMS Nº 015/2014

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 010/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 07h50min, no dia 06/11/2014, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro - Novo Horizonte - SC, a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 08:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, Centro-Novo Horizonte/SC, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br).

Fundamentação legal: Lei 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 24 de Outubro de 2014 - TÂNIA MARA WAGNER MURARO

- Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social/GestoraFMS

#### **Lei Nº 508/2014**

Lei nº 508 de 23 de outubro de 2014

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº026, DE 21 DE JUNHO DE 1993 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 3º da Lei 026, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - O CMS terá composição paritária entre representação de governo, profissionais da saúde e usuários".

Art. 2º - O art. 4º da Lei 026, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - O Conselho Municipal de Saúde terá a seguinte composição:

I - representante do Governo Municipal;

II - representante da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social;

III - representante dos Profissionais da Saúde;

IV - representante das Associações dos Portadores de Patologias;

V - representante dos Movimentos Sociais ou Populares Organizados;

VI - representante do Sindicato dos Produtores Rurais.

VII - representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Art. 3º - Para cobrir as despesas decorrentes da execução da presente Lei serão utilizados recursos do orçamento municipal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC.

Em 23 de outubro de 2014

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

### Lei Nº 509/2014

Lei nº 509 de 23 de outubro de 2014

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 23 DA LEI MUNICIPAL Nº 410, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 23, da Lei Municipal nº 410, de 21 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23 O servidor admitido em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente aos níveis de vencimentos legalmente previstos para o cargo correspondente às funções a serem exercidas pelo contratado, respeitada a carga horária exercida.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos professores não habilitados, que perceberão 60% (sessenta por cento) do vencimento previsto para o professor habilitado, cuja admissão é condicionada a que o candidato tenha cursado no mínimo o 5º período do respectivo curso até o momento da inscrição no Processo Seletivo de ingresso.

§ 2º Poderá ser concedido, a qualquer tempo, mediante requerimento do servidor e apresentação de certificado de conclusão de curso superior, no cargo correspondente ao contratado, a retribuição pecuniária descrita no caput deste artigo.”

Art. 2º Para cobrir as despesas decorrentes da execução da presente Lei serão utilizados recursos do orçamento municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC.

Em 23 de outubro de 2014

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

### Decreto 2141/2014

DECRETO Nº 2.141, de 12 de setembro de 2014.

Abre crédito adicional Suplementar POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE e dá outras providências

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos Arts. 41- I, 42 e 43 - I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 489/2013

DECRETA:

Art. 1o - Fica aberto crédito adicional Suplementar por anulação

de dotação no orçamento vigente, no valor de R\$ 87.500,00 (oitenta e sete mil e quinhentos reais), relativo a recursos ordinários, assim consignados:

30 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

30.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Atividade 2.003 - Manutenção da Administração Geral

Elemento de Despesa 3.3.90.01.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 36.000,00

40 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.010 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB

Elemento de Despesa 3.1.90.01.0013 - Aplicações Diretas ..... R\$ 35.500,00

40 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

40.02 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES

Atividade 2.019 - Manutenção do DME

Elemento de Despesa 3.3.90.01.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 3.000,00

50 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE

50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Atividade 2.023 - Manutenção do Departamento de Transporte

Elemento de Despesa 3.3.90.01.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 8.000,00

50 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE

50.02 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 2.027 - Manutenção do Programa de Inseminação

Elemento de Despesa 3.3.90.01.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 87.500,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação, no valor de R\$ R\$ 87.500,00 (oitenta e sete mil e quinhentos reais)

30 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

30.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Atividade 2.003 - Manutenção da Administração Geral

Elemento de Despesa 4.4.90.01.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 8.000,00

30 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

30.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Atividade 2.003 - Manutenção da Administração Geral

Elemento de Despesa 4.6.90.01.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 28.000,00

40 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.010 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB

Elemento de Despesa 3.1.91.01.0012 - Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

40 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.010 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB

Elemento de Despesa 3.1.90.01.0012 - Aplicações Diretas ..... R\$ 15.500,00

40 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES



40.02 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES  
Atividade 2.019 - Manutenção do DME  
Elemento de Despesa 4.4.90.01.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 3.000,00

50 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE  
50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
Atividade 2.023 - Manutenção do Departamento de Transportes  
Elemento de Despesa 4.4.90.01.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 8.000,00

50 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE  
50.02 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Atividade 2.027 - Manutenção do Programa de Inseminação  
Elemento de Despesa 4.4.90.01.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 87.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º - Revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC  
Em 12 de setembro de 2014.  
ELI MARIOTT  
Prefeito Municipal.

Registre-se  
Publique-se

Márcio de Macedo  
Secretário de Administração e Fazenda

### Decreto 2142/2014

DECRETO Nº 2.142, de 01 de outubro de 2014.  
Abre crédito adicional por excesso de arrecadação e dá outras providências

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos Arts. 41- I, 42 e 43 - II, da Lei Federal 4.320, Lei 489/2013;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional Suplementar por excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), relativos a recursos vinculados:

30 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
30.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
Atividade 2.025 - Contribuição Para o Pasep  
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

30 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
30.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
Atividade 2.003 - Manutenção da Administração Geral  
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 25.000,00

40 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES  
40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Atividade 2.011 - Manutenção Central da Secretaria de Educação  
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1.0001 - Aplicações Diretas .....

R\$ 40.000,00

40 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES  
40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Atividade 2.018 - Manutenção da Cultura  
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

50 - SECRETARIA DE AGRIC. TRANSP. OBRAS E MEIO AMBIENTE  
50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS  
Atividade 2.023 - Manutenção do Departamento de Transportes  
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 60.000,00

60 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL  
60.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Atividade 2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1.0074 - Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 190.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina.  
Em 01 de outubro de 2014.  
ELI MARIOTT  
Prefeito Municipal.

Registre-se  
Publique-se

MÁRCIO DE MACEDO  
Secretário de Administração e Fazenda

### Decreto 2143/2014

DECRETO Nº 2.143, de 02 de outubro de 2014.  
Nomeia Membros para compor o Conselho de alimentação Escolar - CAE e dá outras providências.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado os membros que constituirão o Conselho de Alimentação Escolar, na seguinte forma:

I- Representantes do Poder Executivo.

Titular - Márcio de Macedo

Suplente - Elder Donizete Mariott

II - Representantes do segmento dos trabalhadores da área de educação

Titular - Anny Lais Bortoluzzi

Suplente - Lisangela Varella Mascarello

Titular - Eduardo Pedro Janceski

Suplente - Sinara Monica Canever Sonda

III - Representante dos pais de alunos

Titular - Virmar Carmino Alexandre

Suplente - Tarciana Maria Batisti Aver

Titular - Janete Raquel de Oliveira Crestani

Suplente - Anderleia Schulz de Lima

IV - Representantes da Sociedade Civil

Titular - Wilma Batisti

Suplente - Agostinho Carletto



Titular - Perla B. Brum  
Suplente - Luciane Zattera Molon

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC  
Em 02 de outubro de 2014.  
ELI MARIOTT  
Prefeito

Registre-se e  
Publique-se

Márcio de Macedo  
Secretário de Administração e Fazenda

### Decreto 2144/2014

DECRETO Nº 2.144, de 13 de outubro de 2014.  
Abre crédito adicional Suplementar POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE e dá outras providências

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos Arts. 41- I, 42 e 43 - I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 489/2013

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional Suplementar por anulação de dotação no orçamento vigente, no valor de R\$ 90.863,60 (noventa mil, oitocentos e sessenta e três reais com sessenta centavos), relativo a recursos ordinários, assim consignados:

50 - SECRETARIA DE AGRIC. TRANSP. OBRAS E MEIO AMBIENTE  
50.0 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Atividade 2.028 - Manutenção do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente  
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1.0000 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 46.363,60

50 - SECRETARIA DE AGRIC. TRANSP. OBRAS E MEIO AMBIENTE  
50.1 - DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS  
Atividade 2.021 - Manutenção Planejamento e Serviços Municipais  
Elemento de Despesa 4.4.90-0.1.0000 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 5.000,00

60 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL  
60.2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Atividade 2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Elemento de Despesa 4.4.90-0.1.0003 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 39.500,00

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 90.863,60

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação, no valor de R\$ R\$ 90.863,60 (noventa mil, oitocentos e sessenta e três reais com sessenta centavos).

50 - SECRETARIA DE AGRIC. TRANSP. OBRAS E MEIO AMBIENTE  
50.0 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Atividade 2.028 - Manutenção do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente  
Elemento de Despesa 3.3.50-0.1.0000 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 46.363,60

50 - SECRETARIA DE AGRIC. TRANSP. OBRAS E MEIO AMBIENTE  
50.1 - DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS

Atividade 2.021 - Manutenção Planejamento e Serviços Municipais

60 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1.0003 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 39.500,00

Elemento de Despesa 3.3.50-0.1.0000 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 5.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 90.863,60

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC  
Em 13 de outubro de 2014.  
ELI MARIOTT  
Prefeito Municipal.

Registre-se  
Publique-se

Márcio de Macedo  
Secretário de Administração e Fazenda

### Decreto 2145/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.  
Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000  
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

DECRETO Nº 2.145, de 23 de outubro de 2014.  
ANULA PROCESSO LICITATÓRIO nº 066/2014, CARTA CONVITE Nº 016/2014 E dá outras providências.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a legislação em vigor;

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulado o Processo Licitatório 066/2014, modalidade Carta Convite nº 016/2014 que tinha como objeto a seleção de propostas para contratação de empresa especializada para realização de Concurso Público para provimentos dos cargos efetivos de: Motorista, Operador de Máquinas, Agente de Saúde Pública, Auxiliar de Enfermagem, Psicólogo (a), Assistente Social, Fisioterapeuta, Auxiliar Administrativo, e Agente Administrativo, e de Processo Seletivo de títulos e prova para contratação em caráter temporário de: Professor de Português, Matemática, História, Geografia, Educação Física, Informática, Inglês, Ciências, Religião, Artes, Educação Infantil, Séries Iniciais, Educação Especial, Professor Auxiliar, e Auxiliar de Serviços Gerais do Poder Executivo Municipal de Novo Horizonte.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC  
Em 23 de outubro de 2014.  
ELI MARIOTT  
Prefeito Municipal

Registre-se e  
Publique-se

Márcio de Macedo  
Secretário de Administração e Fazenda

**Extrato PL 03/2014 Tomada de Preço Nº 02/2014**

Extrato de Edital de Tomada de Preços Nº 02/2014  
Município de Novo Horizonte  
Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte  
Processo Licitatório nº. 03/2014  
Tomada de Preço nº. 02/2014  
Critério de Julgamento: Menor Preço Global  
Objeto: Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa Especializada em construção civil, com fornecimento de materiais e mão de obra, para construção terceira etapa da sede da Câmara Municipal de Vereadores, com área de 322,31m<sup>2</sup> (trezentos e vinte e dois vírgula trinta e um metros quadrados) conforme Projetos, Memoriais Descritivo, Orçamento e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos integrante deste edital  
Abertura dos envelopes: dia 10/11/2014, as 14h00  
Cópia deste ato convocatório poderá ser obtido: no endereço [www.camaranovohorizonte.sc.gov.br](http://www.camaranovohorizonte.sc.gov.br), na sala da administração da Câmara Municipal de Vereadores, de Segunda a Sexta-Feira, no horário das 13:30h as 17:30h com cd ou pen-drive, e informações pelo fone 49 3362 0171.

Novo Horizonte, SC, 23 de outubro de 2014.  
José Ivanir Dallanora  
Presidente

**Ata Licitação Fracassada PL Nº 066/14-CV Nº 16/14**

PROCESSO LICITATORIO Nº 066/2014  
CARTA CONVITE Nº 016/2014  
ATA Nº 060/2014 (Sequência 01)

Encerrou-se o prazo para recebimento dos envelopes da documentação e proposta, conforme previsto pelo Edital, tendo sido constatado a entrega de envelopes de habilitação e proposta de apenas 02 das 03 empresas Convidadas, sendo elas as empresas IOPLAN INSTITUTO OESTE DE PLANEJAMENTO E CONSULTORIA E CONSTRUIR CONCURSOS E ASSESSORIAS LTDA ME, até o presente momento a empresa ICAP INSTITUTO DE CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, não apresentou o recibo de entrega de convite licitatório e tampouco os envelopes de proposta e documentação. Registra que os envelopes foram protocolados dentro do prazo estabelecido, e que as empresas não se fizeram representar na sessão. A CPL diante dos fatos e considerando que somente duas empresas apresentaram documentação e proposta, decide pela SUSPENSÃO desta sessão, em conformidade com o Art. 22, parágrafo 3º da Lei 8.666/93 "§ 3º Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas" e Sumula 248 do Tribunal de Contas da União "Não se obtendo o número legal mínimo de três propostas aptas à seleção, na licitação sob a modalidade Convite, impõe-se a repetição do ato, com a convocação de outros possíveis interessados, ressalvadas as hipóteses previstas no parágrafo 7º, do art. 22, da Lei nº 8.666/1993.". Os envelopes contendo a documentação e a propostas de preço, foram rubricados pela CPL afim de verificar que os mesmos encontram-se lacrados, e os mesmos permanecerão lacrados até a decisão da continuidade do certame. A CPL decide pelo encaminhamento dos

autos deste processo para a apreciação da Assessoria Jurídica, para emissão de parecer sobre a legalidade da continuação deste certame. A CPL fica no aguardo do parecer da Assessoria Jurídica para continuidade do certame. Nada mais havendo, foi lida e lavrada esta Ata, ressaltando, ainda que os membros da CPL, ao assinarem esta ata, atestam sua participação e colaboração no certamente.

**ATA Nº 060/2014 (Sequência 02)**

As 11:20 (onze horas e vinte minutos) do dia vinte e três de outubro do ano de dois mil e quatorze (23.10.2014), reuniram-se na sala de licitações os membros da Comissão Permanente de Licitações, tendo em vista a entrega pela Assessoria Jurídica do Parecer Jurídico nº 24/2014, solicitado por esta Comissão na Ata de Reunião da Comissão de Licitação nº 59/2014. Após análise do Parecer Jurídico e seguindo as orientações do mesmo esta Comissão decide pelo encaminhamento dos autos para a autoridade competente, para que seja providenciado o Ato legal para a ANULAÇÃO do Processo Licitatório em questão. Em ato contínuo, a Comissão julgou o Processo FRACASSADO.

# Palhoça

## PREFEITURA

### Lei Complementar Nº 173, de 16 de Outubro de 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 173, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014. ESTATUTO DOS SERVIDORES. Altera dispositivos das Leis Complementares nº 096 e 097, ambas de 15 de dezembro de 2010 e dá outra providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O § 1º do artigo 142 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 142 (...)

§ 1º O vale-alimentação será distribuído mensalmente, sem qualquer custo para o servidor, correspondente a 39,38 (trinta e nove, trinta e oito por cento) do menor piso salarial do município; (NR)

Art. 2º O § 1º do artigo 158 da Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 158 (...)

§ 1º O vale-alimentação será distribuído mensalmente, sem qualquer custo para o servidor, correspondente a 39,38 (trinta e nove, trinta e oito por cento) do menor piso salarial do município; (NR)

Art. 3º As despesas para execução da presente Lei Complementar, corre por conta do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2014.

Palhoça, em 16 de outubro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 1.719, de 17 de Outubro de 2014

DECRETO Nº 1.719, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.  
TÁXI. Dispõe sobre o reajuste das tarifas do serviço de táxi no Município de Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 79, inciso IV, c/c o artigo 9º, inciso XXI da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a padronização dos valores cobrados nos demais municípios da região e a necessidade de manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dos operadores de Serviços de Táxi no Município;

DECRETA:

Art. 1º Ficam reajustados as tarifas do Serviço de Táxi no Município

de Palhoça, conforme tabela abaixo:

TARIFA COMUM	VALOR ATUAL (R\$)	VALOR CORRIGIDO (R\$)
Bandeirada	3,80	4,20
Bandeirada 1	2,00	2,25
Bandeirada 2	2,40	2,65
Hora Parada	10,70	20,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 17 de outubro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

### Edital Pregão 206-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 206/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 06 de novembro de 2014 às 14:00 hs na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 206/2014, que tem por objeto aquisição de Hidrômetros para adequar medição de água no condomínio Terra Nova Palhoça para a Águas de Palhoça, neste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 23 de outubro de 2014.  
A PREGOEIRA.

### Decreto Nº 1.723, de 23 de Outubro de 2014

DECRETO Nº 1.723, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.  
ORÇAMENTO. Suplementa e anula dotação orçamentária do orçamento fiscal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3.933, de 26 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 1.329.000,00, (um milhão e trezentos e vinte nove mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

04.00 - GABINETE DO PREFEITO

04.01 - GABINETE DO PREFEITO

2.019 - Functio e Manut. do Gabinete do Prefeito R\$ 52.000,00

001 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 52.000,00

14.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA

14.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA

2.026 - Functio e Manut.da Secretaria de Infraestrutura R\$ 600.000,00

205 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

207 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$

200.000,00

16.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

16.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

2.009 - Assistência a Saúde R\$ 487.000,00

274 3.3.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 487.000,00

24.00 - SECRETARIA MUNIC.DE TURISMO ESP.E CULTURA

24.01 - SECRETARIA MUNIC.DE TURISMO ESP.E CULTURA

2.082 - Funcionamento so Esporte e Lazer R\$ 30.000,00

293 3.3.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

2.107 - Programa Palhoça Ativa R\$ 40.000,00

297 3.3.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

28.00 - SECRETARIA DE SEG.PÚBLICA E DEF.CIDADÃO

28.01 - SECRETARIA DE SEG.PÚBLICA E DEF.CIDADÃO

2.147 - Segurança e Operacionalização do Transito R\$ 120.000,00

338 3.3.90.00.00.00.00.0.1240187 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações de dotações orçamentárias abaixo:

04.00 - GABINETE DO PREFEITO

04.01 - GABINETE DO PREFEITO

2.019 - Functio e Manut.do Gabinete do Prefeito R\$ 100.000,00

003 3.3.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

14.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA

14.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA

2.029 - Rec.Revit.Peoj.Const. Eptos e Manut.de Praças R\$ 374.000,00

211 3.3.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 174.000,00

212 4.4.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

24.00 - SECRETARIA MUNIC.DE TURISMO,ESP. E CULTURA

24.01 - SECRETARIA MUNIC.DE TURISMO,ESP. E CULTURA

2.082 - Funcionamento do Esporte e Lazer R\$ 30.000,00

290 3.1.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

28.00 - SECRETARIA DE SEG.PÚBL.E DEF.CIDADÃO

28.01 - SECRETARIA DE SEG.PÚBL.E DEF.CIDADÃO

2.147 - Segurança e Operacionalização do Transito R\$ 120.000,00

339 4.4.90.00.00.00.00.0.1240187 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

22.00 - FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

22.01 - FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

1.103 - Construção da Faculdade de Palhoça R\$ 705.000,00

389 4.4.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 705.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 23 de outubro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1.724, de 23 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº 1.724, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

ORÇAMENTO. Suplementa e anula dotação orçamentária do orçamento fiscal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3.933, de 26 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 1.348.000,00, (hum milhão e trezentos e quarenta e oito mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

2.145 - Gestão e Estruturação do SUS R\$ 1.348.000,00

479 3.1.90.00.00.00.00.0.1020179 - Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

482 3.3.90.00.00.00.00.0.1020179 - Aplicações Diretas R\$ 348.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações de dotações orçamentárias abaixo:

06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

2.013 - Functio e Manut. Secretaria de Habitação R\$ 20.000,00

020 3.1.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

14.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA

14.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA

1.016 - Construção e Restauração de Pontes e Bueiros R\$ 80.000,00

182 3.3.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

2.030 - Manutenção e Functio dos Cemitérios Municipais R\$ 71.000,00

216 4.4.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 71.000,00

16.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

16.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

0.002 - Amortização e Encargos da Dívida Interna R\$ 336.000,00

272 3.2.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 136.000,00

273 4.6.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

24.00 - SECRETARIA MUNC.DE TURISMO ESP.E CULTURA

24.01 - SECRETARIA MUNC.DE TURISMO ESP.E CULTURA

7.153 - CADI-Centro de Assist.de Desenv. Integral R\$ 15.000,00

301 3.3.50.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

7.154 - APRAP R\$ 30.000,00

302 3.3.50.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

7.155 - AERC Noroeste R\$ 15.000,00

303 3.3.50.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

7.156 - PROCER R\$ 15.000,00

304 3.3.50.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

7.157 - Academia ao ar Livre R\$ 15.000,00

305 3.3.50.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00



7.158 - AER Eldorado FC R\$ 10.000,00  
 306 3.3.50.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
 7.162 - Academia ao ar Livre R\$ 20.000,00  
 307 3.3.50.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
 7.166 - Subvenção p/Cerâmica Futebol Clube R\$ 20.000,00  
 308 3.3.50.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
 7.167 - Subvenção p/Guarani Futebol Clube R\$ 20.000,00  
 309 3.3.50.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
 7.168 - Subvenção p/o Paissandu Futebol Clube R\$ 10.000,00  
 310 3.3.50.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

25.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA REGIÃO SUL  
 25.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA REGIÃO SUL  
 2.081 - Funcionamento e Manutenção do Turismo R\$ 95.000,00  
 311 3.1.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00  
 312 3.1.91.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00  
 2.114 - Functo e Manut.da Secretaria da Região Sul R\$ 100.000,00  
 316 3.1.91.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

27.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
 27.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
 1.179 - Criação de Sub-Prefeitura R\$ 17.000,00  
 321 3.3.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 17.000,00  
 2.165 - Func. E Manut. Da Secretaria de Administração R\$ 334.000,00  
 327 3.3.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 334.000,00  
 28.00 - SECRETARIA DE SEG. PÚB. E DEF. CIDADÃO  
 28.01 - SECRETARIA DE SEG. PÚB. E DEF. CIDADÃO  
 1.156 - Sistema Eletrônica de Movimento Urbano R\$ 15.000,00  
 329 3.3.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00  
 2.162 - Functo e Manut.da Secretaria de Seg. Pública R\$ 110.000,00  
 341 3.1.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
 342 3.3.50.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 23 de outubro de 2014.  
 CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
 Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 1.725, de 23 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº 1.725, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.  
 ORÇAMENTO. Suplementa e anula dotação orçamentária do orçamento fiscal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
 No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3.933, de 26 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 2.425.000,00, (dois milhões e quatrocentos e vinte cinco mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 2.021 - Functo e Manut. do Ensino Fundamental R\$ 914.000,00  
 139 3.1.90.00.00.00.00.0.1010143 - Aplicações Diretas R\$ 914.000,00  
 2.022 - Functo e Manut.da Educação Infantil R\$ 1.511.000,00  
 148 3.1.90.00.00.00.00.0.1180158 - Aplicações Diretas R\$ 1.511.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações de dotações orçamentárias abaixo:

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO  
 08.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO  
 2.049 - Functo e Manut.da Secretaria de Governo R\$ 70.000,00  
 037 3.1.70.00.00.00.00.0.1000142 - Transf. a Consórcios Públicos R\$ 30.000,00  
 039 3.1.91.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
 040 3.3.71.00.00.00.00.0.1000142 - Transf. a Consórcios Públicos R\$ 30.000,00

09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA  
 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA  
 1.128 - Proj.Nac.de Apoio e Gestão Admim.Fiscall R\$ 15.000,00  
 049 3.3.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00  
 2.064 - Functo e Manut. da Secretaria da Receita R\$ 80.000,00  
 053 3.1.91.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00  
 056 4.4.71.00.00.00.00.0.1000142 - Rateio p/Aplic.Consórcio R\$ 10.000,00

10.00 - SECRETARIA MUN. DE FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 10.01 - SECRETARIA MUN. DE FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 2.066 - Functo e Manut. da Secretaria de Finanças R\$ 350.000,00  
 059 3.1.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00  
 060 3.1.91.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
 061 3.3.50.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00  
 062 3.3.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

11.00 - SECRETARIA DESENV.ECONOMICO E SUSTENTAVEL  
 11.01 - SECRETARIA DESENV.ECONOMICO E SUSTENTAVEL  
 1.025 - Criação e Manutenção Parque Tecnológico R\$ 30.000,00  
 064 3.3.50.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
 1.155 - Plano Urbzniz.PLUDARF E PTTS Comp.Turist.Cambirela R\$ 140.000,00  
 065 3.3.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00  
 2.084 - Functo e Manut.da Secr.de Ind.Com.Serviços R\$ 20.000,00  
 071 3.1.91.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
 2.129 - Publicidade e Propaganda e Divulgação R\$ 127.000,00  
 074 3.3.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 127.000,00

12.00 - SECRETARIA MUN.DE AGRICULTURA E DA PESCA  
 12.01 - SECRETARIA MUN.DE AGRICULTURA E DA PESCA  
 1.010 - Formento a Produção Animal R\$ 20.000,00  
 076 3.3.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
 1.012 - Imp.e Oper.de Coletoras p/Cultivos Mexilhões R\$ 25.000,00  
 077 3.3.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$



25.000,00  
2.033 - Functio e Manutenção da Secretaria de Agricultura R\$ 20.000,00  
079 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
2.090 - Manutenção do Horto Florestal R\$ 17.000,00  
083 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
2.021 - Functio e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 1.311.000,00  
140 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1180158 - Aplicações Diretas R\$ 711.000,00  
142 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1180158 - Aplicações Diretas R\$ 600.000,00  
2.022 - Functio e Manut.da Educação Infantil R\$ 200.000,00  
150 3.3.91.00.00.00.00.00.0.1180158 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 23 de outubro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 1.726, de 23 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº 1.726, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.  
Suplementa e anula dotação orçamentária do orçamento fiscal vigente do Fundo Municipal de Saúde, na ordem de R\$ 362.000,00 (trezentos e sessenta e dois mil reais).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3.933, de 26 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 362.000,00 (duzentos mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
17.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
2.141- Atenção Básica e Saúde R\$ 262.000,00

Red. 429 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.710203 - Programa Saúde Bucal R\$ 12.000,00  
Red. 433 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.710213 - Programa Atenção Básica R\$ 250.000,00

17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
17.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
2.142- Média e Alta Complexidade R\$ 100.000,00

Red. 508 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.120633 - Superávit Prog. Apoio Psicossocial  
R\$ 100.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo:

17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
17.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
2.141- Atenção Básica e Saúde R\$ 262.000,00

Red. 438 - 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.710203 - Programa Saúde Bucal R\$ 12.000,00

Red. 443 - 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.710213 - Programa Atenção Básica R\$ 250.000,00

17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
17.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
2.142- Média e Alta Complexidade R\$ 100.000,00

Red. 509 - 4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.120633 - Superávit Prog. Apoio Psicossocial  
R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 23 de outubro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº 4.120, de 23 de Outubro de 2014**

LEI Nº 4.120, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.  
DOAÇÃO. Autoriza receber por doação imóvel localizado no Passa Vinte, neste Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber, por doação de Raulino Martinho Dias, um imóvel, localizado no Passa Vinte, neste Município, com as seguintes características: área de 221,50m² (duzentos e vinte e um metros e cinquenta centímetros quadrados, com as seguintes medidas: frente para o leste medindo 4,37m; de um lado para o sul medindo 87,00m e do outro lado para o norte em 3 lances: 1º 21,65m, o 2º 24,38 e o 3º medindo 21,00, saindo da matrícula nº 17,832, fls 054 do livro 2 CU, conforme projeto em anexo, conforme memorial descritivo e planta topográfica em anexo.

Art. 2º O imóvel em questão é cortado pela Rua Arcendino dos Santos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 23 de outubro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

## **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**

### **Extrato de Ata de Registro de Preços Nº13/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13/2014 - Pregão Presencial 47/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de móveis, eletroeletrônicos e eletrodomésticos e outros para as Unidades Básicas de Saúde, Diretoria de Assistência Farmacêutica, Escola de Educação Permanente em Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, SAMU, CAPS II e demais setores da Secretaria de Saúde, conforme discriminado no anexo I, parte integrante deste

editais convocatórios.  
DATA: 20/01/2014 à 19/01/2015.

Eletroeletrônicos, eletrodomésticos,

Item	Quant	Unid.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
02	03	unid.	Aparelho de som, tipo mini system, com as seguintes especificações mínimas: display LED colorido, mídias de reprodução com compatibilidade CDR e CD-RW, MP3, com entrada USB, potência de 450W, memória para estação de rádio AM/FM, voltagem 220, sintonizador AM-FM, 2 caixas acústicas com som stereo. Garantia mínimo 1 ano. 0113-0250	PANA-SONIC/ AKX36LB	R\$900,00	R\$2.700,00
03	50	unid.	Aparelho telefônico de mesa com as seguintes especificações mínimas: Volume/campainha: 3 volumes/2 timbres. Funções do aparelho: Flash; Mudo. Itens Inclusos: - 01 base; - 01 monofone; - 01 adaptador/cabo de linha telefônica; - 01 cordão espiral; - Manual do usuário - Garantia de 01 ano. 0103-0031	INTEL-BRÁS	R\$34,56	R\$1.728,00
04	50	unid.	Aparelho Telefônico sem fio 1,9 GHs com as seguintes especificações mínimas: 4 opções de volume, teclas liga e desliga, localizador monofone, função Flash, frequência 900 Mhz, Bateria (06 horas de carga, 05 horas de conversação, 11 dias de espera), 220 volts. Garantia de 01 ano. 01030032	INTEL-BRÁS	R\$74,24	R\$3.712,00
						R\$8.140,00

### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº14/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº14/2014 - Pregão Presencial 47/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CELIA REGINA WAMBOMMEL M.E. OBJETO: Aquisição de móveis, eletroeletrônicos e eletrodomésticos e outros para as Unidades Básicas de Saúde, Diretoria de Assistência Farmacêutica, Escola de Educação Permanente em Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, SAMU, CAPS II e demais setores da Secretaria de Saúde, conforme discriminado no anexo I, parte integrante deste edital convocatório.

DATA: 20/01/2014 à 19/01/2015.

Eletroeletrônicos, eletrodomésticos,

Item	Quant	Unid.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
14	01	unid.	Ferro elétrico a vapor, com base em material antiaderente, reservatório de água para spray acoplável, spray para umedecer, cabo dobrável, voltagem 220 ou bivolt. Garantia 01 ano. 0113-0256	BRI-TANIA FB167A	R\$58,50	R\$58,50
15	18	unid.	Fogão 04 bocas, inox, com acendimento automático, Prateleira deslizante; timer sonoro; luz no forno; forno autolimpante; tampa de vidro temperado; válvula de segurança para forno e sistema de bloqueio de gás. Garantia 01 ano. 0113-0257	ATLAS 1588012	R\$499,00	R\$8.982,00
22	02	unid.	Liquidificador industrial, com as seguintes especificações mínimas: corpo e copo em aço inox, capacidade 2 Litros, controle de velocidade e pulsar, potência 600w, voltagem 220 volts ou bivolt. Manual em português, Garantia de 01ano. 0113-0264	CEMAF 2LT	R\$302,90	R\$302,90
						R\$9.343,40

**Extrato de Ata de Registro de Preços Nº15/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº15/2014 - Pregão Presencial 47/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de móveis, eletroeletrônicos e eletrodomésticos e outros para as Unidades Básicas de Saúde, Diretoria de Assistência Farmacêutica, Escola de Educação Permanente em Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, SAMU, CAPS II e demais setores da Secretaria de Saúde, conforme discriminado no anexo I, parte integrante deste edital convocatório.

DATA: 20/01/2014 à 19/01/2015.

Item	Quant	Unid.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
31	85	unid.	Arquivo de aço para pasta suspensa, confeccionado em chapa de aço de no mínimo 22, medindo aprox. 133x47x57, com 04 gavetas dotadas de corrediças providas de rolamentos em número de oito por gaveta, trilhos telescópicos, guia, haste de travamento das gavetas em chapa 16, com uma fechadura central, puxadores inteiramente metálicos, de liga não ferrosa, cromados ou niquelados, pintura epóxi na cor cinza. 01-11-0176	RCH/RAOC-4/61	R\$350,00	R\$29.750,00
						R\$29.750,00

**Extrato de Ata de Registro de Preços Nº16/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº16/2014 - Pregão Presencial 47/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HP & E COMERCIAL LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de móveis, eletroeletrônicos e eletrodomésticos e outros para as Unidades Básicas de Saúde, Diretoria de Assistência Farmacêutica, Escola de Educação Permanente em Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, SAMU, CAPS II e demais setores da Secretaria de Saúde, conforme discriminado no anexo I, parte integrante deste edital convocatório.

DATA: 20/01/2014 à 19/01/2015.

Eletroeletrônicos, eletrodomésticos,

Item	Quant	Unid.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	26	unid.	Aquecedor elétrico, termoventilador. Especificações mínimas: base giratória, que proporcione direcionamento de fluxo de ar. Alta potência para aquecimento, portátil, isolamento duplo. Sistema de aquecimento instantâneo, silencioso, dispositivo de segurança, termostato ajustável, alça para transporte, grade protetora, dois níveis de potência, potência de 2.000 Watts. Capacidade de aquecimento para ambientes de aproximadamente 25m <sup>2</sup> . Regulagem de fluxo de ar para ventilação e aquecimento, voltagem 220 ou bivolt, baixo consumo de energia. Manual em português Garantia 01 ano. 0113-0272	VENTISOL MOD. A1	R\$60,00	R\$1.560,00
17	02	unid.	Forno elétrico com capacidade 42 litros, com as seguintes especificações mínimas: potência de 2000W; com bandeja e pegador; grade de suporte deslizante e timer de 60 minutos com alarme, na cor branca. Garantia 01 ano. 0113-0258	PHILCO 42 LITROS	R\$415,00	R\$830,00
23	05	unid.	Purificador de água, com as seguintes especificações mínimas: volume interno do aparelho 2,400 litros, capacidade de refrigeração 2,2 litros/hora, capacidade de armazenamento água gelada de 2 litros, temperatura média de saída da água gelada 8°C, pressão máxima para uso de 4 kg/cm <sup>2</sup> (40m de coluna de água), voltagem 220 ou bivolt, consumo 100 watts Garantia 01 ano. 0113-0266	LATINA PA	R\$390,00	R\$1.950,00
26	05	unid.	Secadora de roupas, capacidade 10 kg, com as seguintes especificações mínimas: indicador de limpeza de filtro; porta com sistema de segurança; ciclo desodorizador; ciclo para roupas delicadas, programa para economia de energia, voltagem 220 ou bivolt. Garantia 01 ano. 01-13-0268	ELECTROLUX STR10	R\$1.615,00	R\$8.075,00
						R\$12.415,00

**Extrato de Ata de Registro de Preços Nº17/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº17/2014 - Pregão Presencial 47/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MJG - TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA. OBJETO: Aquisição de móveis, eletroeletrônicos e eletrodomésticos e outros para as Unidades Básicas de Saúde, Diretoria de Assistência Farmacêutica, Escola de Educação Permanente em Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, SAMU, CAPS II e demais setores da Secretaria de Saúde, conforme discriminado no anexo I, parte integrante deste edital convocatório.

DATA: 20/01/2014 à 19/01/2015.

Eletroeletrônicos, eletrodomésticos,

Item	Quant	Unid.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
05	01	unid.	Batedeira elétrica com suporte, com as seguintes especificações mínimas: tigela com capacidade mínima de 3,5 litros, controle de velocidade em 4 níveis, com batedores em aço inoxidável, potência mínima 300w. voltagem 220 ou bivolt. Manual em português; Garantia de 01 ano. 0113-0253	WALITA/RI7110	R\$215,00	R\$215,00
07	04	unid.	Câmera fotográfica digital, 20.3MP com lente intercambiável, com cartão de memória de 32 Gb, na cor branca, com as seguintes especificações mínimas: Sensor de imagem Tipo CMOS. Tamanho do sensor: 23,5 X 15,7 mm. Pixels efetivos: 20,0 megapixels. Filtro de cores: primárias RGB. Modo: Modo 1/Modo 2/Desligado. Correção de distorção da lente: ativada/desativada. Tipo Unidade: supersônica. Tela tipo TFT LCD. Tamanho 3,0" (Aprox. 7,6 cm). Resolução VGA (640X480) Aprox. 921 k pontos. Campo de visão Aprox. 100 %. Tela do usuário Linhas de Rede, Ícones, Histograma, escala de distância, Indicador de nível. Tipo AF de contraste. Ponto focal (• Seleção: 1 ponto (seleção livre); • Multi: Normal 15 pontos, 1Er. Plano 35 pontos; • Detecção faces: Máx. 10 faces). Modo AF Individual, AF contínuo, Foco manual. Tipo Obturador de plano focal de execução vertical controlado eletronicamente. Velocidade (• Auto: 1/4 000–30 seg; • Manual: 1/4 000–30 seg. (1/3 Etapa de EV); • Bulb (tempo limite: 4 min.). Acompanhar bolsa com alça; Flash externo; tampa do corpo da câmera e protetor do visor; Cartão de memória 32 GB; Cabo USB; cabo de alimentação CA; Cabo HDMI; Conjunto bateria recarregável; Carregador de bateria; CD-ROM de software; Manual do Usuário de operação em português. Com 12 meses de garantia. 0120- 0165	SAMSUNG/NX1000	R\$1.290,00	R\$5.160,00
16	03	unid.	Forno Micro-ondas, capacidade 31 litros, com as seguintes especificações mínimas: potência 900, branco, prato giratório com trava de segurança, voltagem 220 ou bivolts, função timer e memória. Garantia 01 ano. 0113-0259	ELECTROLUX/MEF41	R\$431,00	R\$1.293,00

**Móveis**

Item	Quant	Unid.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
29	12	unid.	Armário Alto fechado, 02 portas de correr, fechadura em aço com chave duplicada, em MDP ou MDF de 25mm, quatro prateleiras internas formando cinco vãos com alturas iguais. Dimensões: 1.600 mm (altura), 800 mm (largura), 450 mm (profundidade), cor branca. Tampo em MDP ou MDF de no mínimo 22 mm, revestidos com BP. Base, laterais e portas em MDP ou MDF de 25 mm, revestidos com BP, mesma cor do tampo. Fundo em MDP ou MDF de no mínimo 10 mm, revestidos com BP, mesma cor do tampo. Prateleiras reguláveis em MDP ou MDF de 18 mm, justapostas entre as laterais, o fundo e as portas do armário, revestidas com BP na mesma cor do tampo. Todas as prateleiras devem ser fixadas com pinos autotravantes em zamak. Todas as bordas devem ser revestidas por fitas de PVC ou ABS. As laterais, o tampo e a base inferior devem ser ligados entre si pelo sistema mini-fix com buchas metálicas e cavilhas. Garantia de no mínimo 01 ano. 01-11-0173	EJS/B2P	R\$550,00	R\$6.600,00
30	06	unid.	Armário Baixo fechado, 02 portas com fechadura em aço e chave duplicada, em MDF de 25mm, uma prateleira interna, pés, dobradiças Metálicas, dimensões: altura: 800 mm, largura: 800 mm, profundidade: 450 mm, cor branca. Tampo em MDP ou MDF de no mínimo 22 mm, revestidos com BP. Base, laterais e portas em MDP ou MDF de 18 mm, revestidos com BP, mesma cor do tampo. Fundo em MDP ou MDF de no mínimo 10 mm, revestido com BP, mesma cor do tampo, fundo e portas revestidos com BP na mesma cor do tampo. Prateleira fixada com pinos autotravantes em zamak. Todas as bordas devem ser revestidas por fitas de PVC ou ABS. As laterais, o tampo e a base inferior devem ser ligados entre si pelo sistema mini-fix com buchas metálicas e cavilhas. Dobradiças de aço ou zamak. Garantia de no mínimo 01 ano. 01-11-0174	EJS/B2P	R\$273,00	R\$1.638,00

33	50	unid.	Longarina de 03 lugares , com assento em termoplástico polipropileno copolímero injetado em alta pressão, de formato anatômico, com 05 pares de orifícios oblongados de medida aprox. 6 x 20 mm com as bordas frontais (anteriores) curvadas para baixo, medindo aprox. de 484 mm larguras da superfície x 412mm profundidade da superfície x 30,09mm espessura. Encosto em termoplástico polipropileno injetado em alta pressão, de formato anatômico com apoio lombar, com furos para ventilação corporal do usuário, com 04 pares de orifícios oblongados de medida aprox. 5 x 22 mm. No espaçamento longitudinal entre esses orifícios deverá existir um par de rebaixos, com largura mínima de 4 mm cada rebaixo, para garantir a aderência necessária. Medindo aprox. do encosto 479mm largura x 329mm extensão vertical total x extensão vertical na região do apoio lombar 250 x 20,06mm espessura mínima x 27,8 espessura máxima. Estrutura em aço carbono tubular com pintura epóxi preta, sem braço, cor azul. 01-11-0160	FRIKOSAR/ KL611820368	R\$200,00	R\$10.000,00
34	60	unid.	Longarina 04 lugares, com assento em termoplástico polipropileno copolímero injetado em alta pressão, de formato anatômico, com 05 pares de orifícios oblongados de medida aprox. 6 x 20 mm com as bordas frontais (anteriores) curvadas para baixo, medindo aprox. de 484 mm larguras da superfície x 412mm profundidade da superfície x 30,09mm espessura. Encosto em termoplástico polipropileno injetado em alta pressão, de formato anatômico com apoio lombar, com furos para ventilação corporal do usuário, com 04 pares de orifícios oblongados de medida aprox. 5 x 22 mm. No espaçamento longitudinal entre esses orifícios deverá existir um par de rebaixos, com largura mínima de 4 mm cada rebaixo, para garantir a aderência necessária. Medindo aprox. do encosto 479mm largura x 329mm extensão vertical total x extensão vertical na região do apoio lombar 250 x 20,06mm espessura mínima x 27,8 espessura máxima. Estrutura em aço carbono tubular com pintura epóxi preta, sem braço, cor azul. 0111-0196	FRIKOSAR/ KL611801485	R\$260,00	R\$15.600,00
37	100	unid.	Cadeira secretária, giratória com regulagem de altura com pistão a gás, com braço. Assento e encosto em compensado multilaminado anatômico, com curvatura lombar, com espuma injetada de no mínimo 50 mm de espessura, densidade 55, revestimento em couro na cor azul marinho. União do assento e encosto revestido em material tipo sanfona. Bordas protegidas com perfil de PVC e coluna central protegida por uma capa e hastes totalmente revestidas na parte superior com polipropileno injetado, sobre rodízios. Peças Injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos. Em todas as uniões de partes metálicas, deverá haver no mínimo dois cordões de solda em lados opostos. Soldas deverão ter superfícies lisas e homogêneas, devendo não apresentar nenhuma superfície áspera, pontos cortantes ou escórias. Para fabricação é indispensável seguir especificações técnicas e atender as recomendações das normas específicas para cada material. Garantia 01 ano. 01-11-0050	GIROKOT/SE- CRETARIA	R\$127,90	R\$12.790,00
40	10	unid.	Gaveteiro volante 03 gavetas com tranca simultânea, com chave duplicada, corredeiras metálicas deslizantes. Dimensões aprox.: 0,46cm largura x 0,63m altura x profundidade 0,46, na cor branca. Tampo em MDP ou MDF de 25 mm revestido em BP em ambas as faces. Cor branca. Laterais, fundo e base em MDP ou MDF de 18 mm, revestidos em BP em ambas as faces. Todas as bordas devem ser revestidas com fita de PVC ou ABS. Quatro rodízios duplos, com rodas de 48 mm (mínimo). Rodas para pisos frios revestidas de material resistente. Frente das gavetas em MDP ou MDF de 18 mm de espessura, revestida em BP texturizado em ambas as faces. Um puxador por gaveta, tipo alça, inteiramente metálico, de liga não-ferrosa, cromado ou niquelado. Fechadura localizada na frente da gaveta superior com fechamento simultâneo das três gavetas. Garantia 01 ano. 01-11-0182	EJS/B3G	R\$230,00	R\$2.300,00
41	01	unid.	Mesa reunião oval dimensões: 2.000x1.000x740 mm, na cor branca, em MDF ou MDP 25mm com revestimento em laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, tampo e painel central (saia) de 25mm, bordas e perfis de PVC post formados em 180°. Estrutura confeccionada em aço carbono SAE 1010/1020, em coluna central, com mínimo de quatro apoios reguláveis, no piso em polipropileno ou nylon injetado. Nas partes metálicas prever furos internos na estrutura para drenagem do líquido de tratamento. Aplicar tratamento anticorrosivo que assegure resistência a corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas, em uma atmosfera conforme especificação da NBR 8094, pintura eletrostática a pó, tinta híbrida epóxi/poliéster, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros, na cor preta. Fixação do tampo e painel com buchas metálicas e parafusos. Peças injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos. Em todas as uniões de partes metálicas, deverá haver no mínimo dois cordões de solda em lados opostos. Soldas deverão ter superfícies lisas e homogêneas, devendo não apresentar nenhuma superfície áspera, pontos cortantes ou escórias. Garantia de 01 ano. 01-11-0191	EJS/MRO200	R\$440,00	R\$440,00



42	01	unid.	<p>Mesa reunião oval dimensões: 3.000x1.120x740 mm, na cor branca, em MDF ou MDP 25 mm, com revestimento em laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, tampo e painel central (saia) de 25mm com bordas perfil de PVC post formados em 180°. Estrutura confeccionada em aço carbono SAE 1010/1020, em coluna central, com mínimo de quatro apoios reguláveis no piso em polipropileno ou nylon injetado. Nas partes metálicas prever furos internos na estrutura para drenagem do líquido de tratamento. Aplicar tratamento anticorrosivo que assegure resistência a corrosão, em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas, em uma atmosfera conforme especificação da NBR 8094, pintura eletrostática a pó, tinta híbrida epóxi/poliéster, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros, na cor preta. Fixação do tampo e painel com buchas metálicas e parafusos. Peças Injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos. Em todas as uniões de partes metálicas, deverá haver no mínimo dois cordões de solda em lados opostos. Soldas deverão ter superfícies lisas e homogêneas, devendo não apresentar nenhuma superfície áspera, pontos cortantes ou escórias.</p> <p>Garantia de 01 ano. 01-11-0186</p>	EJS/MRO300	R\$790,00	R\$790,00
43	10	unid.	<p>Mesa com tampo e painel frontal em MDF ou MDP de 25 mm, medindo: 1.200 X800mX750 mm, revestidos em laminado melamínico de baixa pressão, texturizado nas duas faces, passa-fios no tampo, em polipropileno injetado, bordas revestidas com fita de PVC ou ABS com raio mínimo de 2,5 mm, superfície texturizada, na mesma cor do tampo, bordas encabeçadas com fita de bordo em PVC ou ABS, na mesma, estrutura confeccionada em aço carbono SAE 1010/1020 com quatro apoios reguláveis no piso em nylon ou polipropileno injetado, suporte para passagem de fiação vertical e horizontal, nas partes metálicas prever furos internos na estrutura para drenagem do líquido de tratamento, aplicar tratamento anticorrosivo que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas, em uma atmosfera conforme especificação da NBR 8094 e pintura eletrostática a pó, tinta híbrida epóxi/poliéster, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros, na cor PRETA. Fixação do tampo e painel com buchas metálicas e parafusos, peças Injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos. Em todas as uniões de partes metálicas deverá haver no mínimo dois cordões de solda em lados opostos. Soldas e partes metálicas deverão ter superfícies lisas e homogêneas, devendo não apresentar nenhuma superfície áspera, pontos cortantes ou escórias.</p> <p>Garantia de 01 ano. 01-11-0185</p>	EJS/M12080	R\$250,00	R\$2.500,00
44	30	unid.	<p>Mesa em L, com tampo em MDF ou MDP de 25mm, revestimentos em laminado melaminico de alta pressão de 06 mm, medindo 1.400X1.400X600x750 mm, com acabamento arredondado na cor branca, passa-fios em polipropileno injetado, bordas revestidas com fita de PVC ou ABS, na mesma cor, com seção semi-círculo (ângulo de 180°) com encaixe em "T" no lado de contato com usuário. Nos demais lados, fita de PVC ou ABS com raio mínimo de 2,5 mm, 3 gavetas com corredeiras telescópicas, puxadores em plástico resistente na cor branco, acabamentos pos forming nas gavetas, estrutura sob o tampo confeccionada em aço carbono SAE 1010/1020 com apoios reguláveis no piso, injetados em nylon ou polipropileno. Nas partes metálicas prever furos internos na estrutura para drenagem do líquido de tratamento. Aplicar tratamento anticorrosivo que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas, em uma atmosfera conforme especificação da NBR 8094 e pintura eletrostática a pó, tinta híbrida epóxi/poliéster, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros, na cor PRETA. Fixação do tampo e painel com parafusos e buchas metálicas. Peças Injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos, em todas as uniões de partes metálicas, deverá haver no mínimo dois cordões de solda em lados opostos, soldas e partes metálicas deverão ter superfícies lisas e homogêneas, devendo não apresentar nenhuma superfície áspera, pontos cortantes ou escórias.</p> <p>Garantia de 01 ano. 01-11-0183</p>	EJS/M140140	R\$440,00	R\$13.200,00

46	02	unid.	Mesa reunião redonda, dimensões 900X750mm, na cor branco, em em MDF ou MDP, com revestimento em laminado melamínico de baixa pressão em ambos os lados. Estrutura confeccionada em aço carbono SAE 1010/1020, em coluna central, com mínimo de quatro apoios reguláveis no piso em polipropileno ou nylon injetado. Nas partes metálicas prever furos internos na estrutura para drenagem do líquido de tratamento. Aplicar tratamento anticorrosivo que assegure resistência a corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas, em uma atmosfera conforme especificação da NBR 8094 e pintura eletrostática a pó, tinta híbrida epóxi/poliéster, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros, na cor preta. Fixação do tampo e painel com buchas metálicas e parafusos. Peças Injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos. Em todas as uniões de partes metálicas, deverá haver no mínimo dois cordões de solda em lados opostos. Soldas deverão ter superfícies lisas e homogêneas, devendo não apresentar nenhuma superfície áspera, pontos cortantes ou escórias. Garantia de 01 ano. 01-11-0187	EJS/MRC90	R\$230,00	R\$460,00
47	08	unid.	Puff quadrado revestido em couro na cor azul, medindo 500X500X500mm, estrutura de madeira tratada pinus de reflorestamento, compensado de madeira, grampos e parafusos, papelão couro, forro de TNT, mantas de espuma PRO18 por toda superfície do produto. Assento: percintas elásticas trançadas para absorção de impacto, espuma D-28M e manta de poliéster plumante. Pés fixos em metal. Garantia de 01 ano. 01-11-0189	MEGA PUFF/ QUADRADO	R\$275,00	R\$2.200,00

## Moveis de aço e alumínio

48	05	unid.	Escada articulada multifuncional com 12 degraus, capacidade de 150 kg. Estrutura em alumínio, dobradiças em aço, aderência nos degraus, pés emborrachados e antiderrapantes, travamento automático e travas de segurança nas catracas. 01-13-0254	MOR/5131	R\$395,00	R\$1.975,00
49	05	unid.	Estante dupla face toda em aço, 12 prateleiras reguláveis, chapa 24/14, medindo 1,98x0,92x0,58 m, reforçada, na cor bege. 01-11-0194	GGL/EDE DUPLA	R\$520,00	R\$2.600,00
50	50	unid.	Estante de aço modular com 6 prateleiras reguláveis, na cor cinza, medindo aprox. altura: 1,98 m x largura: 0,92 m x profundidade: 0,30 m, com tratamento anti-ferrugem e Pintura Epóxi e kit reforço. 01-11-0161	GGL/PR3	R\$110,00	R\$5.500,00
51	15	unid.	Prateleira de aço com lateral e fundo fechados, com as seguintes especificações mínimas: 1.980 mm altura, 920 mm largura, 400 mm profundidade; 6 Prateleiras; capacidade de até 100 kg por plano; planos de armazenagem regulável; prateleiras com bordas dobradas com 3ª dobra e referencia de Fundo; reforço de borda, retentor. Tratamento anticorrosivo que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas, em uma atmosfera conforme especificação da NBR 8094 e pintura eletrostática a pó, tinta híbrida epóxi/poliéster, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros ou acabamento em esmalte sintético, brilhante, espessura de camada de 30 a 40 microns, polimerizada em estufa de 120°C / 140°C, superfícies lisas e uniformes, na cor a ser determinada. Soldas devem possuir superfície lisa e homogênea, não devendo apresentar pontos cortantes, superfícies ásperas ou escórias. Eliminar respingos e volumes de solda, rebarbas, esmerilhar juntas e arredondar quinas agudas. Para fabricação é indispensável seguir especificações técnicas e atender as recomendações das normas específicas para cada material. Garantia 1 ano. 01-11-0188	GGI	R\$470,00	R\$7.050,00
52	04	unid.	Roupeiro de aço, chapa 22, 20 portas com vãos de ventilação no modelo vezeniana, fechamento com pitão para cadeado 2 chaves, 1 cabide por porta, pintura na cor cinza: lisa, altura 1.990mm, largura 1.220 mm, profundidade 420 mm. Garantia 01 ano. 01-11-0192	GGL/GRS20	R\$950,00	R\$3.800,00
						R\$96.111,00

**Extrato de Ata de Registro de Preços Nº18/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº18/2014 - Pregão Presencial 47/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MM SÃO JOSÉ LTDA. OBJETO: Aquisição de móveis, eletroeletrônicos e eletrodomésticos e outros para as Unidades Básicas de Saúde, Diretoria de Assistência Farmacêutica, Escola de Educação Permanente em Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, SAMU, CAPS II e demais setores da Secretaria de Saúde, conforme discriminado no anexo I, parte integrante deste edital convocatório.

DATA: 20/01/2014 à 19/01/2015.

**Móveis**

Item	Quant	Unid.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
28	30	unid.	Armário Alto fechado, 02 portas, fechadura em aço com chave duplicada, em MDP ou MDF de 25mm, quatro prateleiras internas formando cinco vãos com alturas iguais. Dimensões: 1.600 mm (altura), 800 mm (largura), 450 mm (profundidade), cor branca. Tampo em MDP ou MDF de no mínimo 22 mm, revestidos com BP. Base, laterais e portas em MDP ou MDF de 25 mm, revestidos com BP, mesma cor do tampo. Fundo em MDP ou MDF de no mínimo 10 mm, revestidos com BP, mesma cor do tampo. Prateleiras reguláveis em MDP ou MDF de 18 mm, justapostas entre as laterais, o fundo e as portas do armário, revestidas com BP na mesma cor do tampo. Todas as prateleiras devem ser fixadas com pinos autotravantes em zamak. Todas as bordas devem ser revestidas por fitas de PVC ou ABS. As laterais, o tampo e a base inferior devem ser ligados entre si pelo sistema mini-fix com buchas metálicas e cavilhas. Dobradiças em aço. Garantia de no mínimo 01 ano. 01-11-0172		R\$420,00	R\$12.600,00
32	200	unid.	Cadeira fixa com 04 pés, com assento em termoplástico polipropileno copolímero injetado em alta pressão, de formato anatômico, com 05 pares de orifícios oblongados de medida aprox. 6 x 20 mm com as bordas frontais (anteriores) curvadas para baixo, medindo aprox. de 484 mm larguras da superfície x 412mm profundidade da superfície x 30,09mm espessura. Encosto em termoplástico polipropileno injetado em alta pressão, de formato anatômico com apoio lombar, com furos para ventilação corporal do usuário, com 04 pares de orifícios oblongados de medida aprox. 5 x 22 mm. No espaçamento longitudinal entre esses orifícios deverá existir um par de rebaixos, com largura mínima de 4 mm cada rebaixo, para garantir a aderência necessária. Medindo aprox. do encosto 479mm largura x 329mm extensão vertical total x extensão vertical na região do apoio lombar 250 x 20,06mm espessura mínima x 27,8 espessura máxima. Estrutura em aço carbono tubular com pintura epóxi preta, sem braço, cor azul. 01-11-0158		R\$71,00	R\$14.200,00
38	100	unid.	Cadeira secretária, giratória com regulagem de altura com pistão a gás, sem braço. Assento e encosto em compensado multilaminado anatômico, com curvatura lombar, com espuma injetada de no mínimo 50 mm de espessura, densidade 55 e revestimento em curvin na cor azul marinho. Altura do assento em no mínimo 06 posições. Bordas protegidas com perfil de PVC e coluna central protegida por uma capa e hastes totalmente revestidas na parte superior com polipropileno injetado, sobre rodízios. 0111-0055		R\$110,00	R\$11.000,00
39	170	unid.	Carteira universitária com assento e encosto em formato ergonômico injetados em polipropileno, para pessoas destros, assento com 390 mm (largura mínima) x 420 mm (profundidade mínima), encosto com 350 mm (largura mínima) x 150 mm (extensão vertical mínima), ângulo de inclinação do assento para trás com 5° e ângulo entre o assento e o encosto de 98°, Prancheta com dimensões mínimas de 300 mm (largura) x 600 mm (profundidade), em MDP ou MDF de 18mm, revestido com BP na face inferior e laminado melamínico de alta pressão acabamento brilhante na face superior. Sendo que área mínima útil retangular seja de 210 mm x 297 mm (Tamanho normatizado A4). Com formato que facilite a entrada do aluno na carteira e proporcione a utilização de notebook. Distância do chão a parte mais alta da prancheta deverá ser de 750 mm com ângulo de inclinação de 7° para trás, fixação da prancheta com buchas metálicas e parafusos, Bordas revestidas com fita de PVC ou ABS, com raio mínimo de 2,5 mm, estrutura confeccionada em aço carbono SAE 1010/1020, chapa 16 (1,5 mm), com quatro apoios injetados em nylon ou polipropileno no piso, Nas partes metálicas prever furos internos na estrutura para drenagem do líquido de tratamento. Aplicar tratamento anticorrosivo que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas, em uma atmosfera conforme especificação da NBR 8094 e pintura eletrostática a pó, tinta híbrida Epóxi/Poliéster, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros, na cor a ser definida, Porta objeto na mesma cor e material da estrutura, em grade sob o assento. Frente com dianteira recuada em relação à borda frontal do assento e anteparo anti-queda. 01-11-0180		R\$110,00	R\$18.700,00

45	30	unid.	Mesa para escritório em MDF ou MDP de 25mm, revestimento em laminado melamínico de alta pressão de 06mm, medindo: 1.200X800mX750mm, na cor branco, acabamento pos forming, com 03 gavetas com corredeiras telescópicas, puxadores em plástico resistente na cor branco, acabamento em pos forming nas gavetas, passafios no tampo, em polipropileno injetado, estrutura confeccionada em aço carbono SAE 1010/1020 com quatro apoios reguláveis no piso em nylon ou polipropileno injetado, suporte para passagem de fiação vertical e horizontal, nas partes metálicas prever furos internos na estrutura para drenagem do líquido de tratamento, aplicar tratamento anticorrosivo que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas, em uma atmosfera conforme especificação da NBR 8094 e pintura eletrostática a pó, tinta híbrida epóxi/poliéster, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros, na cor PRETA, fixação do tampo e painel com buchas metálicas e parafusos, peças Injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos, em todas as uniões de partes metálicas deverá haver no mínimo dois cordões de solda em lados opostos, soldas e partes metálicas deverão ter superfícies lisas e homogêneas, devendo não apresentar nenhuma superfície áspera, pontos cortantes ou escórias. Garantia de 01 ano. 01-11-0184		R\$350,00	R\$10.500,00
						R\$67.000,00

### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº19/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº19/2014 - Pregão Presencial 47/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SUPERAR LTDA ME. OBJETO: Aquisição de móveis, eletroeletrônicos e eletrodomésticos e outros para as Unidades Básicas de Saúde, Diretoria de Assistência Farmacêutica, Escola de Educação Permanente em Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, SAMU, CAPS II e demais setores da Secretaria de Saúde, conforme discriminado no anexo I, parte integrante deste edital convocatório.

DATA: 20/01/2014 à 19/01/2015.

Eletroeletrônicos, eletrodomésticos,

Item	Quant	Unid.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
06	30	unid.	Bebedouro elétrico de chão, gabinete em aço inox, sem emendas, base plástica de auto impacto; pia em aço inox, torneira para copo e jato cromada com regulação de jato d'água, conexões hidráulicas internas em material atóxico, vazão aproximada 50 litros/hora, voltagem 220 ou bivolts Garantia de 01 ano. 01-13-0255	LIBELL/PRESS INOX	R\$495,00	R\$14.850,00
13	82	unid.	Conjunto split (parede) 9.000 btu/h, 220 volts, seguintes especificações mínimas: operação frio e quente, controle-remoto digital, auto programável, silencioso, função desumidificação, distribuição de ar automática, compressor rotativo, Tripla filtragem, menor consumo de energia, dentro das normas de emissão de gás, devidamente instalado. Garantia do aparelho mínimo 02 anos. 0113-0247	CARRIER/42LUQC09C5	R\$1.250,00	R\$127.500,00
18	05	unid.	Freezer vertical, cor branca, com as seguintes especificações mínimas: 230 litros, voltagem 220 ou bivolts, pés com rodízio niveladores, cestos removíveis, compartimento com tampa basculante, tecla liga/desliga e função refrigeração. Garantia de 01 ano. 0113-0260	CONSUL/CVU26	R\$1.410,00	R\$7.050,00
19	40	unid.	Frigobar, cor branca, com as seguintes especificações mínimas: 120 litros, voltagem 220 ou bivolts, prateleiras modulares, grade retrátil; gaveta multiuso iluminação interna. Garantia 01 ano. 0113-0261	CONSUL/CRC12	R\$740,00	R\$29.600,00
21	20	unid.	Lavadora de roupa, nova, capacidade para lavar 12 kg de roupas, com as seguintes especificações mínimas: visualizador das etapas de lavagem, seleção do nível de água 03 níveis, seleção do programa de lavagem, abertura da tampa na parte superior, painel com comando manual, sem aquecimento de água, voltagem 220 ou bivolts. - Garantia 01 ano. 0113-0265	ELECTROLUX/LT12F	R\$1.350,00	R\$27.000,00

24	06	unid.	Refrigerador comercial digital inox, com 4 portas de vidro, capacidade 880 litros bruto, com as seguintes especificações mínimas: revestimento externo em inox brilhoso ou escovado; revestimento interno com PET branco ou inox; refrigeração em ar forçado (frost free); portas de vidro com sistema anti-transpirante; isolamento 100% em poliuretano injetado; sistema de iluminação interna; controle de temperatura digital; pés em nylon reguláveis; voltagem 220 ou bivolt. Garantia 01 ano. 0113-0267	FRILUX/MCF-4PV	R\$3.500,00	R\$21.000,00
25	26	unid.	Refrigerador, cor branca, com as seguintes especificações mínimas: 320 litros, voltagem 220 ou bivolt, degelo automático, gavetão de Frutas, iluminação Interna, prateleiras removíveis e armadas com altura regulável, trava de segurança. Garantia 01 ano. 01-13-0262	CONSUL/CRB39	R\$1.290,00	R\$33.540,00
						R\$260.540,00

### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº20/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº20/2014 - Pregão Presencial 47/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ZOOM TECNOLOGIA LTDA: Aquisição de móveis, eletroeletrônicos e eletrodomésticos e outros para as Unidades Básicas de Saúde, Diretoria de Assistência Farmacêutica, Escola de Educação Permanente em Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, SAMU, CAPS II e demais setores da Secretaria de Saúde, conforme discriminado no anexo I, parte integrante deste edital convocatório.

DATA: 20/01/2014 à 19/01/2015.

Eletroeletrônicos, eletrodomésticos,

Item	Quant	Unid.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
27	02	unid.	Televisor tela de LED, 42 polegadas, com as seguintes especificações mínimas: FULL HD, controle remoto, conversor de sinal digital integrado, função timer on/off, entrada HDMI, USB, P2, recepção UHF/VHF e para TV a cabo, alto-falante, som estéreo integrado, voltagem 220 ou bivolt. Manual em português. Garantia de 01 ano. 01-13-0269	AOC/LE42D7330	R\$1.540,00	R\$3.080,00
						R\$3.080,00



# Papanduva

## PREFEITURA

### Decreto Nº 2474, de 21.10.2014 - Subdivisão de Imóvel de Estanislau Kieski

DECRETO Nº 2474, DE 21.10.2014.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE ESTANISLAU KIESKI.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

#### DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de ESTANISLAU KIESKI, com a área total de 1.171,29m<sup>2</sup> (hum mil cento e setenta e um metros e vinte e nove decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Rogério Marques, esquina com o lado par da Rua Jacob Schadeck, com base no Ponto OPP, Quadra nº 11, do Loteamento Estanislau Tolachinski, neste Município de Papanduva/SC - devidamente registrado sob a matrícula nº 9.162, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 03(três) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "A1" - 400,00m<sup>2</sup>

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Rogério Marques, esquina com o lado par da Rua Jacob Schadeck, com base no Ponto OPP, Quadra nº 11, do Loteamento Estanislau Tolachinski.

Frente:- 29,69 metros com o Município pela Rua ROGÉRIO MARQUES, lado par;

Fundos:- 29,72 metros com o Lote "A2" Desmembrado;

Lado Direito:- 13,47 metros com a Matrícula nº 3.917-Itaiópolis/SC de VICENTE KIESKI, Lote 08;

Lado Esquerdo:- 13,47 metros, com o Município pela Rua JACOB SCHADECK, lado par.

Descrição do Lote "A2" - 371,29m<sup>2</sup>

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Jacob Schadeck, distante 13,47 metros da esquina com o lado par da Rua Rogério Marques, com base no Ponto OPP, Quadra nº 11, do Loteamento Estanislau Tolachinski.

Frente:- 12,47 metros com o Município pela Rua JACOB SCHADECK, lado par;

Fundos:- 12,51 metros com a Matrícula nº 3.917-Itaiópolis/SC de VICENTE KIESKI, Lote 08;

Lado Direito:- 29,72 metros com o Lote "A1" Desmembrado;

Lado Esquerdo:- 29,74 metros com o Lote "A3" Desmembrado.

Descrição do Lote "A3" - 400,00m<sup>2</sup>

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Jacob Schadeck, distante 25,94 metros da esquina com o lado par da Rua Rogério Marques, com base no Ponto OPP, Quadra nº 11, do Loteamento Estanislau Tolachinski.

Frente:- 13,45 metros com o Município pela Rua JACOB SCHADECK, lado par;

Fundos:- 13,45 metros com a Matrícula nº 3.917-Itaiópolis/SC de VICENTE KIESKI, Lote 08;

Lado Direito:- 29,74 metros com o Lote "A2" Desmembrado;  
Lado Esquerdo:- 14,76 metros com a Matrícula nº 2.620-Papanduva/SC de ILDA APARECIDA DE LIMA, Lote 01; 15,00 metros com a Matrícula nº 5.925-Papanduva/SC de ERMINIO DALALIBERA e outros, Lote 03.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 21 de outubro de 2014.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

De acordo:

Orlando Marcelo Vieira  
Procurador Jurídico

Nicolau Zaranski  
Diretor Dpto. Tributação

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

### Ata de Registro de Preços Nº 091/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 091/2014

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 100/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 01/10/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP, inscritas no CNPJ sob nº 04.586.694/0001-41, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais de expediente para o funcionamento do CRAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 5.933,74 (cinco mil, novecentos e trinta e três reais e setenta e quatro centavos), relativos aos itens 08, 12, 15, 27, 28, 36, 41, 45, 46, 47, 63, 64, 65, 66 e 67, objetos do Pregão Presencial Registro de Preços 100/2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período

de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 100/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - O objeto adjudicado deverá ser entregue em até 07 dias após a solicitação da Secretaria, diretamente na sede do CRAS, sito a Rua João Greinert, nº 21, Centro, Papanduva/SC;

4.2 - Não serão aceitos os itens que a vencedora entregar fora das especificações do edital e anexo I;

4.3 - Os produtos somente poderão ser entregues com o acompanhamento dos servidores municipais designados para isto;

4.4 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 100/2014 e seus anexos;

5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação

da licitação;

b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido nesta Ata de Registro de Preços;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital e desta ata;

8.1.2 - quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrente(s) desta Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 01 de outubro de 2014.

\_\_\_\_\_- Fáblio José Padilha - Pregoeiro  
\_\_\_\_\_- Erli Edvina Wunsche Bacellar -

Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_- Márcio Wisnievski - Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_- Otávio Hunka - Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_- Infotriz Comercial Ltda - EPP

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

**Ata de Registro de Preços Nº 068/2014****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 068/2014**

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 084/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 19/08/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.782.733/0001-49, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de medicamentos da farmácia básica, para manutenção dos serviços de saúde do município, conforme itens descritos na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 56.544,15 (cinquenta e seis mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e quinze centavos), relativos aos itens 33, 83, 85, 91, 95, 113, 178, 227, 228, 263, 280, 336, 445 e 447, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 084/2014.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).;

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES**

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 084/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente mediante autorização de fornecimento ou requisição de compras ou pré empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme necessidade e procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação na Rua Jacob Schadeck nº 1207, Centro, Papanduva/SC, sede do Fundo Municipal de Saúde (SUS);

4.2 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA**

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 084/2014 e seus anexos;

5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a Registrada Vencedora deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

6.1 - Comunicar a registrada vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a registrada vencedora fornecer fora das especificações do edital.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Instrumento;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

**CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

- 8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- 8.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese

de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;  
8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;  
8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;  
8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;  
8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A contratada registrada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 19 de agosto de 2014.

\_\_\_\_\_ - Silvana Frederico Trindade -  
Pregoeira  
\_\_\_\_\_ - Eliton Luis de Souza Prestes -  
Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_ - Márcio Wisniewski - Equipe de  
Apoio  
\_\_\_\_\_ - Otávio Hunka - Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_ - CIAMED Distribuidora de Medi-  
camentos Ltda

Odair José Leandro Dias  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

## Passo de Torres

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 112/2014

DECRETO Nº 112 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

“Regulamenta a utilização do incentivo financeiro referente ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB) no município de Passo de Torres e dá outras providências”

Considerando a Portaria nº 2488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria nº - 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 1654 GM/MS de 19 de julho de 2011 que cria e institui no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB);

Considerando a Lei Municipal nº 955 de 17 de Setembro de 2014 que Instituiu o PMAQ no âmbito do Município de Passo de Torres.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no Art. 53, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a regulamentação para utilização do incentivo financeiro referente ao PMAQ-AB (Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade da Atenção Básica), denominado Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável;

Art. 2º. O prêmio variável previsto no Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) será repassado pelo Ministério da Saúde ao Município de Passo de Torres, caso o mesmo atinja as metas e resultados previstos na Portaria 1654/2011;

Art. 3º. Fazendo o Município jus ao recebimento dos valores fixados no PMAQ-AB em decorrência do preenchimento das metas previstas na Portaria 1654/2011 o recurso recebido deverá ser aplicada da seguinte forma: 57 % (cinquenta e sete por cento) deverão ser aplicados na melhoria da estruturação da Atenção Básica municipal, em atenção às matrizes de intervenção fruto da aplicação da Auto avaliação de Melhoria do Acesso e Qualidade-AMAQ; 40% (quarenta por cento) serão pagos aos trabalhadores municipais lotados nas Unidades Saúde da Família, com adesão ao PMAQ, sob forma de Prêmio de Qualidade e Inovação- PMAQ/AB e os 3% (três por cento) restantes serão pagos a servidores municipais na função de Coordenadores da Atenção Básica, e de Apoio Institucional no Município, designados pelo Secretário Municipal de Saúde;

§ 1º. Os valores correspondentes aos percentuais dispostos no “caput” do presente dispositivo serão repassados anualmente aos servidores do Município nos meses de maio e novembro. O primeiro repasse deverá ser realizado em novembro de 2014;



§ 2º. Entende-se, para recebimento deste incentivo, por trabalhadores lotados nas Unidades Saúde da Família, Médico, Enfermeiro, Cirurgião dentista, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de enfermagem, Agente Comunitário de Saúde - ACS, Recepcionista, Auxiliar de Serviços Gerais, Auxiliar de Consultório Dentário-ACD. Independentemente do vínculo à exemplo dos servidores estatutários, contratados por prazo determinado ou indeterminado, ou ainda que prestam serviço por meio de contratação de terceiros-pessoa jurídica pública ou privada.

Art. 4º. O valor do PRÊMIO-PAMAQ/AB será dividido igualmente entre trabalhadores lotados nas Unidades Saúde da Família que tenham aderido ao PMAQ;

§ 1º. O servidor terá direito ao Incentivo somente se desempenhar suas funções no período mínimo de 12 (doze) meses;

§ 2º. Em caso de desistência ou afastamento do serviço, o servidor perderá o direito ao Incentivo, excetuando-se os casos previstos em Lei;

§ 3º. Deixará de receber o Incentivo os membros das equipes que não cumprirem as metas mínimas para manutenção pelo Ministério da Saúde do financiamento do Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável - PAB Variável;

Art. 5º. O Incentivo em nenhuma hipótese incorporará ao salário do servidor, sendo a sua natureza jurídica estritamente indenizatória;

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Passo de Torres em, 20 de Outubro de 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Publicado e registrado no Gabinete do Prefeito, em 20 de Outubro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério

Secretária Municipal de Administração e Finanças

## **Decreto Nº 113/2014**

DECRETO Nº. 113, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

“DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais de Passo de Torres, o dia 27 de outubro de 2014, (Segunda-Feira) antecipando o feriado do dia 28 dia do servidor público.

Art. 2º - A secretaria Municipal de Educação e Cultura, escolas e creches municipais permaneceram em atividade.

Art. 3º - Os serviços Públicos Municipais não funcionarão na data referida acima, ficando os servidores dispensados de suas atividades, sem prejuízos de salários.

Parágrafo - Único - Os serviços municipais: coleta de lixo e saúde

permanecerão em atividade pelo regime de plantão.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam - se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 20 de outubro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 20 de outubro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério

Secretária Municipal de Administração e Finanças



# Passos Maia

## PREFEITURA

### Decreto Nº 297/2014

DECRETO Nº 297, de 17 de setembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "II" do art. 5º, da Lei Municipal nº. 723, de 04 de dezembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), os quais serão destinados a seguinte dotação orçamentária:

05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTES

05.01 - Departamento da Educação

05.01.12 - Educação

05.01.12.361 - Ensino Fundamental

05.01.12.361.1201 - Desenvolvimento Educacional

05.01.12.361.1201.2.025 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 0119 - Transferências do FUNDEB - outras despesas da educação básica

3.0.00.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.00.0.1.19 – Aplicações Diretas	039	R\$	70.000,00
--	-----	-----	-----------

Art. 2º. Para efetuar a abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, serão anulados recursos orçamentários no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), da seguinte dotação orçamentária:

05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTES

05.01 - Departamento da Educação

05.01.12 - Educação

05.01.12.361 - Ensino Fundamental

05.01.12.361.1201 - Desenvolvimento Educacional

05.01.12.361.1201.2.025 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 0118 - Transferências do FUNDEB

3.0.00.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.00.0.1.18 – Aplicações Diretas	038	R\$	70.000,00
--	-----	-----	-----------

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Passos Maia SC, em 17 de setembro de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

### Decreto Nº 298/2014

DECRETO Nº 298, de 30 de setembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "II" do art. 5º, da Lei Municipal nº. 723, de 04 de dezembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), os quais serão destinados a seguinte dotação orçamentária:

04 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

04.01 - Secretaria de Infraestruturar e Desenvolvimento Urbano

04.01.26 - Transporte

04.01.26.782 - Transporte Rodoviário

04.01.26.782.2601 - Estradas Vicinais

04.01.26.782.2601.2.021 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

Fonte De Recursos: 0100 - Recursos Ordinários

3.0.00.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas	025	R\$	70.000,00
--	-----	-----	-----------

Art. 2º. Para efetuar a abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, serão anulados recursos orçamentários no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), das seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

04.01 - Secretaria de Infraestruturar e Desenvolvimento Urbano

04.01.26 - Transporte

04.01.26.782 - Transporte Rodoviário

04.01.26.782.2601 - Estradas Vicinais

04.01.26.782.2601.2.021 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

Fonte De Recursos: 0100 - Recursos Ordinários

3.0.00.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas	024	R\$	70.000,00
--	-----	-----	-----------

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Passos Maia SC, em 30 de setembro de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

**Decreto Nº 300/2014**

DECRETO Nº 300, de 20 de outubro de 2014.

"DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, art. 43 da Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Incisos "III" do art. 5º, da Lei Municipal nº. 723, de 04 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 85.171,17 (oitenta e cinco mil, cento e setenta e um reais e dezessete centavos), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

**09 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

09.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

09.01.08 - Assistência Social

09.01.08.244 - Assistência Comunitária

09.01.08.244.0801 - Assistência Social Geral

09.01.08.244.0801.2.032 - Manutenção das Atividades do Fundo de Assistência Social

Fonte de Recursos: 0352 - Outras Transferências de Recursos do FNAS - Superávit

3.0.00.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.0.3.52 – Aplicações Diretas	112	R\$	85.171,17
--	-----	-----	-----------

Art. 2º. Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos no valor de R\$ 85.171,17 (oitenta e cinco mil, cento e setenta e um reais e dezessete centavos), resultante do superávit financeiros do exercício anterior da Fonte 0352 - Outras Transferências de Recursos do FNAS - Superávit.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Passos Maia SC, em 20 de outubro de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

**Decreto Nº 301, de 22 de Outubro de 2014.**

DECRETO Nº 301, de 22 de outubro de 2014.

"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o art. 62, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que no dia 28 de outubro comemora-se o dia do servidor público;

Considerando que a data supracitada será em uma terça-feira;

Considerando a observância aos princípios da economicidade, eficiência, produtividade, dentre outros que norteiam o serviço público;

Considerando, por fim, tornar-se mais produtivo a realização de ponto facultativo na sexta-feira e realização de expediente na

terça-feira;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todos os órgãos da administração pública municipal, exceto na Secretaria Municipal de Educação e Esporte, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais e o atendimento das situações de emergência, no dia 31 de outubro de 2014, em comemoração ao dia do servidor público.

Parágrafo único: Não haverá ponto facultativo na Secretaria Municipal de Educação e Esporte em razão de que os servidores desta Secretaria já realizaram ponto facultativo no dia do professor, dia 15 de outubro.

Art. 2º. Ficam os Secretários Municipais, no dia declarado como ponto facultativo, autorizados a determinar expediente normal de trabalho por necessidade de serviço.

Art. 3º. O atendimento dos serviços públicos essenciais no dia declarado como ponto facultativo deverão ser garantidos por meio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 4º. A título de compensação do dia declarado como ponto facultativo, os servidores públicos municipais, com exceção dos que trabalharem nestes dias, deverão cumprir uma hora a mais por dia, numa quantidade de quatro horas para cada dia de ponto facultativo ou compensar com eventuais horas extras prestadas nos dias subsequentes.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 299, de 20 de outubro de 2014.

Atr. 7º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia - SC, 22 de outubro de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o Decreto supra foi publicado.

DOUGLAS AIGNER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### Decreto Nº 39/2014

DECRETO Nº 39/2014

Decreta transferência de Ponto  
Facultativo no Município.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso das atribuições legais e constitucionais, e de acordo com o que dispõe a Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o "ponto facultativo" nas repartições municipais, do dia 28 de outubro (Terça- feira), dia do funcionário público, para o dia 27 de outubro (segunda-feira), como medida para gerar economia na despesa pública.

Art. 2º - Ficam os Secretários Municipais, no dia declarado como ponto facultativo, autorizados a determinar expediente normal de trabalho por necessidade de serviço.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 24 de outubro de 2014.

SABRINA RODRIGUES DE SOUZA EGER  
Sec. Mun. de Administração

### Portaria Nº 376/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 376/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL, de B para C, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Milena Montardo Serri de Castro, brasileira, portadora do CPF nº 028.339.949-07, matrícula nº 10322, nomeada pela portaria nº 248/2008, ocupante do Cargo de Enfermeira, a disposição na Secretaria Municipal de Saúde.

Município de Paulo Lopes - SC, em 21 de Outubro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger  
Secretária Municipal de Administração

### Portaria Nº 377/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 377/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL, de D para E, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Ademir Manoel Cabral, brasileiro, portador do CPF nº 251.972.239-87, matrícula nº 748, nomeado pela portaria nº 163/2002, ocupante do Cargo de Motorista, a disposição na Secretaria Municipal de Saúde.

Município de Paulo Lopes - SC, em 21 de Outubro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger  
Secretária Municipal de Administração

### Portaria Nº 378/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 378/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR POR APOSENTADORIA, o Servidor Público Municipal efetivo e estável, Salmir Domingos de Matos, brasileiro, portador do CPF nº 376.383.009-04, matrícula nº. 119, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, junto ao Regime Geral de Previdência Social, por tempo de contribuição espécie nº 42, conforme benefício nº 160.925.006-8.

Município de Paulo Lopes - SC, em 22 de Outubro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger  
Secretária Municipal de Administração

### Portaria Nº 379/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 552/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, Maria Elena da Silva brasileira, portadora do CPF nº 744.001.939-34, matrícula

nº 10945, ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, contratada temporariamente pela portaria nº 350/2013, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de Janeiro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

## Penha

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 232/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA Nº 232/2014

EXONERAR: o funcionário efetivo Sr. LUIZ CARLOS DOS SANTOS, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 22 de outubro de 2014.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Ata de Reabertura do Pregão Presencial Nº 03/2014

ATA DE REABERTURA DA SESSÃO  
DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO  
Nº 04/2014

No dia vinte e três de outubro de dois mil e quatorze, às nove horas, reuniram-se na Câmara de Vereadores de Penha, na Sala das Comissões, sito à Avenida Antônio Joaquim Tavares, 101, Centro, a Pregoeira Zaira Cristina da Silva Hanemann, e Equipe de Apoio formada por Ivana da Costa e Tatiane da Silva Willem, designadas pela Portaria Nº 11/2014, o Assessor Jurídico Wlamir Mendonça Ferreira da Silva e a Contadora Dayse Cristiane de Souza Germano convocados pela Comissão de Licitação, para acompanhamento técnico da sessão pública de abertura do Processo Licitatório Nº 04/2014, Pregão Presencial Nº 03/2014 referente a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença e locação de sistemas de Gestão Pública, com acesso simultâneo para usuários da Câmara de Vereadores de Penha, que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e serviços técnicos correlatos, descritos no Anexo I do edital do presente pregão. Ato contínuo registra-se o comparecimento da Empresa Betha Sistemas Ltda CNPJ 004568650001-67 tendo como representante devidamente credenciado o Sr. Mauricio Jose Alves. Havendo decaído o direito antes adjudicado, à Empresa Publica informática LTDA, por não atendimento aos requisitos do edital, procedeu-se a abertura e conferência do envelope contendo os documentos de habilitação da segunda colocada, Empresa Betha Sistemas LTDA, com a proposta de R\$ 41.331,50 (quarenta e um mil, trezentos e trinta e um reais e cinquenta centavos) sendo esta por sua vez habilitada, com cumprimento de todos os dispositivos do edital, sendo adjudicado-lhe o objeto do presente certame e convocada para fazer a demonstração dos sistemas licitados no dia 30 de outubro de 2014, as 09:00 horas na sede da Câmara conforme disposto no edital. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pública do presente pregão, cuja ata vai assinada pela Pregoeira e membros da Equipe de Apoio.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2014.



# Peritiba

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato 133/2014

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: A contratação de empresa de consultoria, para elaboração de processo de Licenciamento Ambiental de Operação Corretivo para atividade de captação de Águas Subterrâneas nas Comunidades de Arroio do meio e Linhas Barra do São Pedro, Município de Peritiba/SC.

Dados do Contrato: Contrato nº 133/2014

Contratado: SOLUCAO ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA - ME.

CNPJ: 19.668.044/0001-12

Data de Vigência: 21/10/2014 à 31/12/2014

Valor do Contrato: R\$ 7.718,00 (Sete mil setecentos e dezoito reais).

Município de Peritiba - SC em 21 de Outubro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### Aviso de Rerratificação PL 71/2014 – PP 37/2014

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
RERRATIFICAÇÃO Processo de Licitação 71/2014.

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fica alterada a data de abertura do processo de licitação Processo de Licitação 71/2014 assim como outras informações conforme edital republicado no site <http://www.peritiba.sc.gov.br>

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 71/2014 - Pregão Presencial 37/2014, julgamento Menor Preço.

Objeto: Contratação de seguro para os veículos e máquinas que compõem a frota do Município.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 09h00min do dia 10/11/2014.

ENVELOPES: Os envelopes contendo as propostas de preços e as documentações devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até as 08h45min do dia 10/11/2014.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Município de Peritiba - SC em 14 de outubro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### Aviso de Licitação 72/2014 – PP 38/2014

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Lote, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 72/2014 - Pregão Presencial 38/2014, julgamento Menor Preço.

Objeto: Aquisição e instalação de Parque Infantil com Madeira Tratada (Play Ground) e equipamentos/aparelhos para academia de ginástica ao ar livre, à serem instalados na Praça Luiz Petter, localizada na Rua Wilibaldo Lerner, s/n, Centro - Peritiba /SC.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 10h00min do dia 10/11/2014.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 09h45min do dia 10/11/2014.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Município de Peritiba - SC em 24 de outubro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### Aviso de Licitação 73/2014 – PP 39/2014

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Lote, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 73/2014 - Pregão Presencial 39/2014, julgamento Menor Preço.

Objeto: Contratação de empresa especializada para confecção de uniformes escolares (Camisetas, regatas, agasalhos, calças e bermudas) para alunos da Rede Municipal de Ensino de Peritiba, para o ano letivo de 2015.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 14h00min do dia 10/11/2014.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 13h45min do dia 10/11/2014.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail



compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba - SC em 24 de outubro de 2014.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

## Pinheiro Preto

### PREFEITURA

#### **Lei Nº 1.797, de 21 de Outubro de 2014.**

LEI Nº 1.797, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

ALTERA A LEI N. 1.357, DE 02 DE JUNHO DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O inciso I do art. 5º da lei nº 1.357, de 02 de junho de 2009, com redação dada pela Lei nº 1.682, de 29 de maio de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º .....

I - 100 % (cem por cento) do valor constante do Anexo a presente lei, para os serviços realizados com trator de esteira, trator retroescavadeira e escavadeira hidráulica, desde que tenham por finalidade abrigar instalações de granjas para criação de suínos, aves, gado leiteiro e micro-indústrias nas propriedades agrícolas localizadas no território do Município (NR);  
.....

Art. 2º Fica incluído o item 15 no anexo a tabela de valores da Lei nº 1.537, de 02 de junho de 2009, com redação dada pela Lei nº 1.682, de 29 de maio de 2013, com valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) por hora/máquina de serviço realizado com escavadeira hidráulica de propriedade do Município.

#### ANEXO

LEI Nº 1.537, de 02 de junho de 2009

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR(R\$)	SC/KM/HS/UN
[...]	[...]	[...]	[...]
15	Escavadeira Hidráulica de propriedade do Município	130,00 Limitado o Serviço em 06 hs/ano/ propriedade	Hora

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 21 de outubro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº.338, de 20 de Outubro de 2014.**

PORTARIA Nº.338, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR MAURO NEY OSMARIN OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE PROFESSOR.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a constituição Federal, e ainda a lei complementar 016/92;

CONSIDERANDO o atestado médico emitido em 20 de Outubro

de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar ao servidor MAURO NEY OSMARIN, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, licença para Tratamento de Saúde, pelo prazo de 60(sessenta) dias, compreendido entre os dias 20 de Outubro de 2014 à 20 de Dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 20 de Outubro de 2014.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Termo Aditivo 040/2014**

(Ementa)

TERMO ADITIVO 040/2014  
CONTRATO ADITADO DE FORNECIMENTO 235/2014  
OBJETO: Contrato de fornecimento de combustível óleo diesel S10.  
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL. nº 30/2014  
EMPRESA CONTRATADA: SAFRA DIESEL LTDA  
VALOR DO CONTRATO: Fica o contrato nº 235/2014 aditado em mais 2.500,00 litros de combustível tipo Óleo Diesel S10

DATA DO CONTRATO: 17 de outubro de 2014.  
PREFEITO: Euzebio Vieceli

**Termo Aditivo 041/2014**

(Ementa)

TERMO ADITIVO 041/2014  
CONTRATO ADITADO DE FORNECIMENTO 222/2014  
OBJETO: Contrato de fornecimento de combustível óleo diesel.  
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL. nº 26/2014  
EMPRESA CONTRATADA: SAFRA DIESEL LTDA  
VALOR DO CONTRATO: Tendo em vista a necessidade para suprir demanda, fica o contrato nº 222/2014 aditado em mais 3.260,87 litros de combustível tipo Óleo Diesel, pelo preço unitário contratado de R\$ 2,30 (dois reais e trinta centavos), totalizando R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

DATA DO CONTRATO: 17 de outubro de 2014.  
PREFEITO: Euzebio Vieceli

**Altera Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº 04/2014**

ALTERA EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2014  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, torna público a alteração efetuada no EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2014, visando a admissão de professores em caráter temporário, no item 2.2:

4.1 Documentação específica para a Área de inscrição  
e) Para a Área V  
Documentação Mínima exigida:

Certificado de Graduação em Educação Especial e/ou Cópia do Certificado de Especialização na área de Atendimento Educacional Especializado - AEE.

Demais itens permanecem inalterados.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 23 de outubro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Lei Nº 1.796, de 21 de Outubro de 2014.**

LEI Nº 1.796, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizando a proceder suplementação na dotação orçamentária, no valor de R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais) para atender a seguinte programação:

02 - Poder Executivo  
0202 - Secretaria de Administração e Finanças  
0202.04 - Administração  
0202.04.122 - Administração Geral  
0202.04.122.0402 - Administração Geral  
0202.04.122.0402.2022 - Manutenção Secretaria de Administração e Finanças  
3390-0000- Aplicações Diretas ..... R\$ 13.000,00  
Fonte 0100

02 - Poder Executivo  
0202 - Secretaria de Administração e Finanças  
0202.27 - Desporto e Lazer  
0202.27.812 - Desporto Comunitário  
0202.27.812.2701 - Esporte e Vida  
0202.27.812.2701.2043 - Manutenção das atividades esportivas  
3390-0000- Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00  
Fonte 0100

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, no valor de R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais), decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária:

02 - Poder Executivo  
0205 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
0205.20 - Agricultura  
0205.20.606 - Extensão rural  
0205.20.606.2001 - Assistência ao Produtor Rural  
0205.20.606.2001.2040 - Manutenção de Atividade de apoio a agricultura  
3390-0000- Aplicações Diretas ..... R\$ 23.000,00  
Fonte 0100

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 21 DE OUTUBRO DE 2014.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 4.091, de 21 de Outubro de 2014.**

DECRETO Nº 4.091, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.796 de 21 de outubro de 2014,

**DECRETA**

Art. 1º Fica autorizado proceder suplementação na dotação orçamentária, no valor de R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais) para atender a seguinte programação:

**02 - Poder Executivo**

0202 - Secretaria de Administração e Finanças

0202.04 - Administração

0202.04.122 - Administração Geral

0202.04.122.0402 - Administração Geral

0202.04.122.0402.2022 - Manutenção Secretaria de Administração e Finanças

3390-0000- Aplicações Diretas ..... R\$ 13.000,00

Fonte 0100

**02 - Poder Executivo**

0202 - Secretaria de Administração e Finanças

0202.27 - Desporto e Lazer

0202.27.812 - Desporto Comunitário

0202.27.812.2701 - Esporte e Vida

0202.27.812.2701.2043 - Manutenção das atividades esportivas

3390-0000- Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Fonte 0100

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º deste Decreto, no valor de R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais), decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária:

**02 - Poder Executivo**

0205 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

0205.20 - Agricultura

0205.20.606 - Extensão rural

0205.20.606.2001 - Assistência ao Produtor Rural

0205.20.606.2001.2040 - Manutenção de Atividade de apoio a agricultura

3390-0000- Aplicações Diretas ..... R\$ 23.000,00

Fonte 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 21 DE OUTUBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 4093, de 23 de Outubro de 2014.**

DECRETO Nº 4093, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

INSTITUI O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PINHEIRO PRETO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Pinheiro Preto,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Instituir o Fórum Municipal de Educação, que tem por finalidade realizar a Conferência Municipal de Educação de Pinheiro

Preto, para elaborar, acompanhar e avaliar o Plano Municipal de Educação, bem como, a implementação de suas deliberações e promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Estadual e Nacional de Educação.

Parágrafo único - O Fórum Municipal de Educação é um órgão permanente, constituído por representantes de órgão e entidades públicas governamentais e não governamentais e da sociedade civil, com atuação e abrangência no município de Pinheiro Preto.

Art. 2º. Compete ao Fórum Municipal de Educação, devidamente assessorado pela Comissão Executiva do PME, nomeado por portaria específica:

I - Participar do processo de concepção, implementação e avaliação da política municipal de educação;

II - Acompanhar, junto a Câmara Municipal, a tramitação de projetos de leis referentes à política municipal de educação, em especial a de projetos de leis dos planos decenais de educação definidos no artigo 214 da Constituição Federal, com alterações da Emenda à Constituição 59/2009;

III - Elaborar seu Regimento Interno e aprovar "ad referendum" o Regimento Interno da conferência municipal de educação;

IV - Zelar para que o fórum e a conferência de educação do Município estejam articulados à Conferência Nacional de Educação;

V - Planejar e coordenar a realização da conferência municipal de educação, bem como divulgar as suas deliberações;

VI - Colaborar na elaboração do Plano Municipal de Educação, no acompanhamento de sua implementação e na avaliação de seus processos e resultados;

VII - Convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação e mobilizar escolas e sociedade civil no que couber, em relação à Conferência Municipal de Educação;

VIII - Oferecer suporte técnico para organização e realização da Conferência Municipal de Educação;

IX - Acompanhar indicadores educacionais, articulando-se com observatórios de monitoramento de indicadores disponíveis;

X - Planejar e organizar espaços de debates sobre as políticas de educação;

XI - Coordenar a discussão e sistematizar as contribuições sobre temáticas relevantes à educação por ocasião de reuniões do fórum, sessões especiais e outros eventos;

XII - Contribuir na organização da Conferência Municipal e na elaboração do Plano Municipal de Educação;

XIII - Acompanhar e avaliar a implementação das deliberações da Conferência Municipal de Educação;

XIV - Realizar outras ações pertinentes.

Art. 3º. O Fórum terá acesso às informações e estatísticas educacionais, necessárias para o bom desempenho de seu trabalho.

Art. 4º. O Fórum Municipal de Educação será integrado pelas seguintes representatividades:

a) Secretaria Municipal de Educação - SEMED:

- Secretário(a) Municipal de Educação;

- Diretores Escolares da Rede Municipal de Ensino;

- Técnico da Secretaria Municipal de Educação .

b) Câmara Municipal de Vereadores:

- 2 Membros da Comissão de Educação.

c) Conselho Municipal de Educação:

- Todos os conselheiros titulares da Câmara de Educação Básica e Câmara do FUNDEB.

d) Conselho Municipal de Alimentação Escolar:

- Todos os membros titulares do CAE.

e) Associação de Pais e Mestre - APPS:

- Nomeação de três pais de alunos de cada APP.

f) Representante dos profissionais da educação:

- Nomeação de dois representantes de cada nível de escolaridade ofertado, da Rede Municipal e Estadual de Ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino

Médio).

g) Educação Especial:

- Dois pais de aluno.

h) Conselho Tutelar:

- Todos os conselheiros ativos.

i) Ensino Superior:

- Dois representantes dos alunos universitários.

j) Ensino Técnico Profissionalizante:

- Dois representantes dos alunos do ensino técnico.

k) Secretaria Municipal da Saúde:

- Um representante de coordenação dos programas de saúde da família;

- Dois representantes dos agentes de saúde.

l) Secretaria Municipal de Assistência Social:

- Dois representantes.

m) Secretaria Municipal de Administração e Finanças

- Um representante

n) Dois representantes de Associações ligado a área educacional.

§ 1º - Demais órgãos ou entidades interessadas em participar, poderão inscrever-se, de acordo com as normas constantes no Regimento Interno.

§ 2º - Os alunos da Educação Básica, por serem menor de idade, serão convidados a fazer parte do fórum, através de mobilização a ser coordenada pela equipe de planejamento e coordenação do PME, na quantidade e representatividade a ser definida pela mesma.

Art. 5º. Os representantes de que trata o art. 4º deste Decreto, serão indicados pelos dirigentes/responsáveis dos órgãos, entidades e representatividades a que pertencem e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. Os representantes de que trata o art. 4º deste decreto não serão remunerados por sua atuação, a qualquer título, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Art. 7º. A estrutura e os procedimentos operacionais do Fórum Municipal de Educação constarão do seu Regimento Interno, aprovado em reunião convocada para esse fim, observadas as disposições deste decreto.

Art. 8º. O cronograma de ação para realização do Fórum Municipal de Educação e de elaboração do Plano Municipal de Educação terá a seguinte organização:

ETAPA	PERÍODO DE EXECUÇÃO
I – Portaria de nomeação da Equipe de Planejamento e Coordenação	Outubro de 2014
II – Decreto de Instituição do Fórum Municipal de Educação	Outubro de 2014
III – Portaria de composição dos representantes do Fórum Municipal de Educação	Dezembro de 2014
IV – Assembléia de lançamento do Fórum Municipal de Educação para dar andamento aos trabalhos de elaboração do Plano Municipal de Educação	Última quinzena de fevereiro de 2015
V – Assembléia do Fórum Municipal de Educação para definição das metas do Plano Municipal de Educação	Última quinzena de março de 2015
VI – Trabalho de sistematização do Plano Municipal de Educação para envio ao Poder Legislativo	Abril e Maio de 2015

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto (SC), em 23 de Outubro de 2014.

EUZÉBIO CALISTO VIECELLI

PREFEITO MUNICIPAL

## Pomerode

### PREFEITURA

#### Edital de Licitação - Reabertura Pregão Presencial N.º 015/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO - REABERTURA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 015/2014

Processo Administrativo n.º 026/2014.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE (LIXO HOSPITALAR) PROVENIENTE DAS UNIDADES DE SAÚDE E DO CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL - CAPS DE POMERODE/SC, CONFORME AS CONDIÇÕES FIXADAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 11/11/2014.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 11/11/2014.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode/SC, 23 de Outubro de 2014.

WALTRAUD HINKELDEY

Secretária Municipal de Saúde

# Porto União

## PREFEITURA

### Extrato de Alteração de Edital de Pregão Presencial 047/2014

ALTERAÇÃO DE EDITAL  
REFERENTE PROCESSO LICITATORIO 090/2014  
PREGAO PRESENCIAL 047/2014

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública a alteração da redação do Objeto do Edital de Processo Licitatório nº 090/2014, as demais informações permanecem inalteradas. Devido às alterações ocorridas fica marcada para o dia 06/11/2014 a abertura dos envelopes, no mesmo horário e local. As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União SC, 23 de outubro de 2014.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

### Extrato Edital P.E 006/2014 - SMS

Município de Porto União - SC - Secretaria Municipal da Saúde  
Processo Licitatório 024/2014 - Pregão Eletrônico Nº 006/2014 - SMS

Objeto: Aquisição de materiais hospitalares destinados para uso em procedimentos realizados nas Unidades de Saúde de Porto União;

Forma de Pregão: Eletrônico - Tipo Menor preço por item;  
Recebimento das Propostas: até as 08:00 horas do dia 06 de novembro de 2014.

Início da Sessão: as 08:30 horas do dia 06 de novembro de 2014, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF.

Informações Complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br).

Porto União, 23 de outubro de 2014.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

### Termo de Rescisão

TERMO DE RESCISÃO  
AO TERMO DE CESSÃO DE USO nº 001/2012, celebrado entre o Município de Porto União (SC) e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC.

O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, situado na Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro - Porto União - SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.541/0001-58, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Anízio de Souza, portador da Carteira de Identidade nº 325.323 SC, CPF nº 180.245.569-87, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, nº 381, Centro - Florianópolis - SC, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante-Geral Coronel BM Marcos de Oliveira, portador da Carteira de Identidade Militar nº 908675-7 e do CPF nº 454.919.259-34, resolvem, por mútuo acordo, rescindir o presente Termo.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Fica rescindido o Termo de Cessão de Uso nº 001/2012, celebrado entre o Município de Porto União (SC) e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC, em conformidade com a Cláusula Oitava - Prazo e Vigência do mesmo Termo.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento passa a produzir os seus efeitos legais, a partir de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC. Por estarem justos e acordes, firmam o presente termo em 04 (quatro) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Porto União (SC), 23 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA Prefeito Municipal	Coronel BM – MARCOS DE OLIVEIRA Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina
Testemunhas:	

1. Nome: Paulo Rubens Buch  
CPF nº 485.157.019-87

2. Nome: Ricardo Dragoni  
CPF nº 420.445.539-53



# Rio do Sul

## PREFEITURA

### Decreto Nº 4371, de 20 de Outubro de 2014.

DECRETO Nº 4371, de 20 de outubro 2014.

"ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Garibaldi Antônio Ayroso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto nos arts. 1º e 9º da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, e o Art. 13 da Lei n. 5.420 de 08 de novembro de 2013 e, considerando a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o exercício financeiro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º - Para fins de limitação de empenhos, de acordo com o Art. 13, da Lei Municipal n. 5.420/13 - LDO, a emissão de empenhos, fica vinculada à arrecadação da receita orçamentária, observando ainda, o que determinam os parágrafos do artigo em questão.

Parágrafo único - A limitação está pautada na análise por fonte de recursos, que indica o contingenciamento de R\$ 23.165.004,56 (vinte e três milhões, cento e sessenta e cinco mil, quatro reais e cinquenta e seis centavos).

Art. 2º - São responsáveis pelas implementações das ações necessárias ao cumprimento deste Decreto, os secretários municipais.

Parágrafo único - As Unidades Orçamentárias e Administrativas competentes, adotarão as medidas e procedimentos, inclusive com relação aos contratos e às licitações, necessários à redução das despesas e a sua adequação aos limites fixados neste Decreto.

Art. 3º - As Unidades Orçamentárias e Administrativas Municipais terão dotações orçamentárias bloqueadas como segue.

#### ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 1.122 - Cidade Digital

Elemento de Despesa: 187 - 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.24.005 4 - Aplicações

Diretas ..... R\$ 500.000,00

Elemento de Despesa: 257 - 3.3.3.90.00.00.00.00.0.1.24.005 4 - Aplicações

Diretas ..... R\$ 800.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANISMO E MEIO AMBIENTE

Unidade: 03 - Departamento de Urbanismo

Projeto/Atividade: 1.014 - Pontes, Viadutos e Passarelas

Elemento de Despesa: 298 - 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.24.005 5 - Aplicações

Diretas ..... R\$ 5.150.000,00

Projeto/Atividade: 1.079 - Contrapartida de Convênios

Elemento de Despesa: 171 - 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.89.000 0 - Aplicações

Diretas ..... R\$ 500.000,00

Projeto/Atividade: 1.103 - Construção e Revitalização de Praças Públicas e Parques

Elemento de Despesa: 288 - 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.24.005 4 - Aplicações

Diretas ..... R\$ 1.029.821,63

Projeto/Atividade: 1.120 - Pac 2 - Segunda Fase

Elemento de Despesa: 262 - 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.83.000 0 - Aplicações

Diretas ..... R\$ 3.000.000,00

Projeto/Atividade: 1.121 - Pac 2 - Terceira Fase

Elemento de Despesa: 213 - 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.83.000 0 - Aplicações

Diretas ..... R\$ 1.000.000,00

Projeto/Atividade: 1.123 - Obras de Prevenção e Recuperação de Desastres

Elemento de Despesa: 169 - 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.24.005 4 - Aplicações Diretas ..... R\$ 4.786.579,07

Projeto/Atividade: 1.125 - Construção Escola Meio Ambiente

Elemento de Despesa: 246 - 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.24.005 4 - Aplicações Diretas ..... R\$ 300.000,00

Projeto/Atividade: 1.128 - Integrar

Elemento de Despesa: 275 - 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.24.005 4 - Aplicações Diretas ..... R\$ 966.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - Departamento Pedagógico de Ensino

Projeto/Atividade: 1.113 - Construção e Ampliação de Centros de Educação

Elemento de Despesa: 134 - 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.24.005 4 - Aplicações Diretas ..... R\$ 4.000.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 02 - Departamento de Agricultura

Projeto/Atividade: 1.126 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos

Elemento de Despesa: 146 - 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.24.005 4 - Aplicações Diretas ..... R\$ 632.603,86

Órgão: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

Unidade: 03 - Departamento de Habitação

Projeto/Atividade: 1.418 - PMCMV - Execução Trabalho Social

Elemento de Despesa: 366 - 3.3.3.90.00.00.00.00.0.1.24.005 4 - Aplicações Diretas ..... R\$ 500.000,00

TOTAL DA ENTIDADE E CONSOLIDADO: R\$ 23.165.004,56 (vinte e três milhões, cento e sessenta e cinco mil, quatro reais e cinquenta e seis centavos).

Art. 4º - No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujo empenho foi limitado, dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas, mediante ato próprio.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
20 de outubro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

### **Charline Mello Ledra - 3º Termo Aditivo**

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 312/2014, firmado em 13/05/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CHARLINE MELLO LEDRA, portador(a) do CPF nº 074.334.719-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 312/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 312/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

\_\_\_\_\_  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

CHARLINE MELLO LEDRA  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

### **Termo de Posse E Exercício Concurso 002/2014 - Zenilda Rodrigues**

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item “a”, da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ZENILDA RODRIGUES, nomeado (a) pela Portaria n. 1009/RH, de 08/09/2014, publicada no DOM na data de 15/09/2014, para exercer o cargo efetivo de COZINHEIRO, Nível B, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2014.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e

prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 27/10/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 20 de outubro de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

### **Termo de Posse E Exercício Concurso 002/2014 - Marilei Soares Woltz da Silva**

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item “a”, da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) MARILEI SOARES WOLTZ DA SILVA, nomeado (a) pela Portaria n. 0958/RH, de 26/08/2014, publicada no DOM na data de 04/09/2014, para exercer o cargo efetivo de COZINHEIRO, Nível B, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2014.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 20/10/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 20 de outubro de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

### **Edital Nº 01.2014 Conselho Municipal de Assistência Social**

EDITAL Nº 01/2014

Considerando o disposto na Lei Municipal Nº 3115/1996, na Resolução CMAS nº. 25/2014 que dispõe sobre a provação da atualização da lei de criação do Conselho Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social, na Resolução nº 26/2014 que institui a Comissão Organizadora do Processo Eleitoral da Sociedade Civil para o biênio 2015/2017, na Resolução nº 27/2014 que regulamentou o processo eleitoral e na Decisão Plenária em Reunião Ordinária no dia 23 de outubro de 2014, o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS faz saber que estarão abertas às inscrições para a eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil, para o biênio 2015/2017. A eleição se realizará no dia 15 de

dezembro de 2014, no período das 08h00min às 12h00min, no auditório do Centro de Convivência da Terceira Idade - Rua Verde Vale nº. 77 - Santa Galo.

Participação do processo de eleição:

I - Entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social de Rio do Sul - CMAS;

II - Representantes de Usuários e Organizações de Usuários, que apresentarem documento hábil de modo a identificá-lo nessa categoria: documentos constitutivos ou declaratórios registrados em cartório, bem como em caso de usuários vinculados aos projetos serviços e benefícios socioassistenciais serão aceitas declarações emitidas pelo representante do projeto, do serviço ou benefício no território. (Ex: usuários do CRAS - declaração da equipe técnica);

III - Trabalhadores do SUAS que apresentarem Requerimento de Inscrição.

Os segmentos supracitados poderão ser candidatos e votantes, desde que credenciados junto à Secretaria Executiva do CMAS e habilitados pela Comissão Organizadora do Processo Eleitoral.

Inscrições dos segmentos interessadas a concorrer como candidatos e votantes:

O registro de candidaturas dos segmentos da Sociedade Civil, e credenciamento de seus representantes para votar na Assembléia, será feito no período de 11 de novembro de 2014 a 26 de novembro de 2014, no horário das 08h00min às 13h00min junto à Secretaria Executiva dos conselhos, situada na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, na Rua Rocha Pombo, n.º 95 - Eugenio Schneider, Rio do Sul - SC. Todas as informações referentes ao processo eleitoral estarão disponíveis no site: <http://www.riodosul.sc.gov.br>

Requisitos Exigidos:

As inscrições das candidaturas e credenciamento para votar serão aceitas mediante requerimento endereçado ao Conselho Municipal de Assistência Social de Rio do Sul - CMAS, assinada pelo representante legal, e acompanhado dos seguintes documentos:

I - Fotocópia da Carteira de Identidade e CPF dos representantes titular e suplente, indicados;

II - Cópia da ata da eleição da atual diretoria no caso de entidades.

III - Documento Constitutivo ou declaratório no caso de representante de Usuários e Trabalhadores.

Será admitida a inscrição por procuração.

Os representantes da sociedade civil que foram reeleitos para compor o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS no biênio anterior ficam impedidas em candidatar-se para o processo de eleição no biênio 2015-2017, podendo apenas se habilitar como votantes.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2014.

DANIELLE CRISTINA ZANELLA RADK

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Eleitoral da Sociedade Civil para o biênio 2015/2017

## Edital de Intimação de Decisão Proferida Em Processo Administrativo 021/2014

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Orli Luiz Nardelli	Xxx.831.799-xx	146759
Patricia Aparecida do Prado	Xxx.734.279-xx	146095
Ari Guckert		146563
Orli Luiz Nardelli	Xxx.831.799-xx	146769
Iracema Chiquileiro	Xxx.370.999-xx	148725
Teresinha Perfol	Xxx.700.219-xx	139867
Luiz Edolino Schaffer – Espólio	Xxx.396.709-xx	146982
Newton Roberto dos Santos Konkel	Xxx.681.037-xx	145502
Fabio Luiz Ropelato	Xxx.890.739-xx	146056 e 146057
Alexandre Marchese	Xxx.715.209-xx	147451

Rio do Sul, 23 de Outubro de 2014.

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

RUBENS AUGUSTO S MENSLIN

Secretário Municipal da Fazenda

## CÂMARA MUNICIPAL

### Resolução Nº 764/2014

RESOLUÇÃO No 764, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza pagamento antecipado da Gratificação de Natal

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc...

Art. 1º Fica autorizado o pagamento, no dia 3 de junho, de 50 % (cinquenta por cento) da Gratificação Natalina aos funcionários estatutários, efetivos e comissionados, ativos e inativos, da Câmara Municipal de Rio do Sul, com base no § 5º da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010.

Parágrafo único. O percentual restante de 50% (cinquenta por cento) será pago no dia 04 de novembro do corrente ano.

Art. 2º Havendo reajuste salarial no período de julho a dezembro do corrente ano, o pagamento da diferença remuneratória deverá ser efetuado juntamente com o percentual restante de 50% (cinquenta por cento).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 03 de junho de 2014.

Rio do Sul, 22 de outubro de 2014.

--	--

JAIME SBORZ Presidente da Mesa	CARISO SÁVIO GIACOMINI Vice Presidente da Mesa
JANARA MAFRA 1º Secretário	ZELI DA SILVA 2º Secretário

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### Convênio 006/2014

Convênio 006/2014

Conveniente - O Município de Salto Veloso.

Conveniada - Associação Veneta de Salto Veloso

Objeto - Manutenção das atividades da Associação, bem como honorários dos professores, conserto e lavagem de trajes, conforme Plano de Trabalho e Aplicação apresentado pela entidade.

Valor - R\$ 6.000,00.

Prazo - 20/10/2014 a 31/12/2014.

Salto Veloso/SC, 20 de Outubro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

### Convênio 007/2014

Convênio 007/2014

Conveniente - O Município de Salto Veloso.

Conveniada - Associação Coral de Salto Veloso

Objeto - a manutenção e conserto de trajes e aquisição de novos trajes, conforme Plano de Trabalho e Aplicação apresentado pela entidade.

Valor - R\$ 9.000,00.

Prazo - 20/10/2014 a 31/12/2014.

Salto Veloso/SC, 20 de Outubro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 059 - de 07 de Outubro de 2014.

DECRETO Nº 059 - DE 07 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA EXCESSO DE ARRECAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO , ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.026 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 01.01.00000

RED: 43

Art. 2º - A suplementação de que se trata o artigo anterior, será utilizado o Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 07 de Outubro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 060 - de 13 de Outubro de 2014.

DECRETO Nº 060 - DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Orçamentária Municipal 1.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.044 - MANUT. DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO

Categoria Econômica 3.3 - DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 50.000,00

Fonte: 01.00.00000

RED: 118

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica Utilizado o mesmo valor da Anulação da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.044 - MANUT. DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO

Categoria Econômica 3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 50.000,00

Fonte: 01.00.00000

RED: 117

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Salto Veloso - SC, 13 de Outubro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

### Portaria Nº 278/2014

PORTARIA Nº. 278/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 23 de outubro de 2014 a 21 de novembro de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor VALDIR MAFIOLETTI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 10/06/2013 a 09/06/2014,



correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Outubro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 136/2014

PORTARIA Nº 136/2014

PROROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE

Art. 1º.Fica prorrogado licença para tratamento de saúde a Servidora Municipal, Senhora EDIVETE MARIA LUDWIG DA CRUZ, matrícula nº 789/7, ocupante da função de Motorista de Veículos Leves ate 31/03/2015 conforme Comunicação de Decisão da Previdência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 23 de Outubro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1268/8

#### Lei Municipal 1224

LEI Nº 1224 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e, artigo 6º., da Lei Municipal 875, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Ficam alterados os Anexos I ao VI aprovados pela Lei nº 1141 de 26 de setembro de 2013, abrangendo os exercícios de 2014 até 2017, pelos integrantes a esta lei.

Parágrafo Único. Integram a revisão do Plano Plurianual:

Anexo I - Estimativa das receitas - Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais;

Anexo II - Ações Validadas;

Anexo III - Planejamento Orçamentário;

Anexo IV - Resumo Metas das Ações.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 23 de Outubro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal



## REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

**Lei Municipal 1225**

LEI Nº 1225 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de até R\$ 194.900,00 (cento e noventa e quatro mil e novecentos reais).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.02 Depto de Fazenda				
041230009.2.001000 Pagamento de financiamentos e parcelamentos				
271	0100	3.2.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.100,00

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.02 Depto de Fazenda				
041230009.2.001000 Pagamento de financiamentos e parcelamentos				
274	0100	4.6.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	46.600,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.02 Fundeb				
123610018.2.010000 Manutenção das atividades de Ensino Fundamental – FUNDEB				
460	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	57.334,79

04.00 Secretaria de Educação				
04.02 Fundeb				
123610018.2.010000 Manutenção das atividades de Ensino Fundamental - FUNDEB				
460	0300	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.165,21

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
604	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025002 Agentes Comunitários de Saúde				

803	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
-----	------	-------------------	--------------------	-----------

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025003 Saude da Familia				
811	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.300,00

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025006 Rede Basica de Saúde				
876	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	27.400,00

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025006 Rede Basica de Saúde				
885	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	14.000,00

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082430028.2.048000 Manutenção das atividades do Conselho Tutelar				
1024	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	9.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 194.900,00 (cento e noventa e quatro mil e novecentos reais), a seguir especificados:

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.01 Administração Superior do Município				
041220006.2.002000 Manutenção das atividades de Administração Superior do Município				
33	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	16.000,00

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
133920021.2.021000 Manutenção das atividades do setor de cultura				
77	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00

03.00 Secretária de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Departamento de Administração				
061220009.2.006000 Manutenção do Convênio Rádio Patrulha				
257	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	6.000,00

04.00 Secretaria da Educação				
04.01 Depto de Educação				
123060018.2.014000 Merenda escolar para ensino fundamental				
287	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.106,89

04.00 Secretaria da Educação				
04.01 Depto de Educação				
123060018.2.014000 Merenda escolar para ensino fundamental				

1521	0300	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.112,73
------	------	-------------------	--------------------	----------

## 04.00 Secretaria da Educação

## 04.01 Depto de Educação

123060018.2.015000 Merenda escolar educação infantil

299	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	331,83
-----	------	-------------------	--------------------	--------

## 04.00 Secretaria da Educação

## 04.01 Depto de Educação

123610018.2.015000 Merenda escolar educação infantil

1523	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.164,43
------	------	-------------------	--------------------	----------

## 04.00 Secretaria da Educação

## 04.01 Depto de Educação

123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação

313	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	22.000,00
-----	------	-------------------	--------------------	-----------

## 04.00 Secretaria da Educação

## 04.01 Depto de Educação

123630018.2.019000 Apoio ao ensino superior

429	0100	3.3.50.00.00.0000	Aplicações Diretas	7.592,84
-----	------	-------------------	--------------------	----------

## 04.00 Secretaria da Educação

## 04.02 FUNDEB

123610018.2.011000 Manutenção do Transporte Escolar - FUNDEB

502	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	6.000,00
-----	------	-------------------	--------------------	----------

## 04.00 Secretaria da Educação

## 04.02 FUNDEB

123650018.2.009000 Manutenção das atividades de Educação Infantil

554	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
-----	------	-------------------	--------------------	----------

## 06.00 Secretaria de Infraestrutura

## 06.01 Depto de Obras

267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem

1542	0300	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	7.883,21
------	------	-------------------	--------------------	----------

## 06.00 Secretaria de Infraestrutura

## 06.02 Depto de Serviços Urbanos

154510040.2.036000 Urbanização, mediante manutenção das ruas, avenidas, sinalização, arborização

660	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	6.543,50
-----	------	-------------------	--------------------	----------

## 06.00 Secretaria de Infraestrutura

## 06.02 Depto de Serviços Urbanos

154520040.2.033000 Manutenção das atividades de serviços urbanos

678	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	23.000,00
-----	------	-------------------	--------------------	-----------

## 09.00 Fundo Municipal de Saúde

## 09.01 Fundo Municipal de Saúde

## 103010025.2.025001 Saúde Bucal

759	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	889,19
-----	------	-------------------	--------------------	--------

## 09.00 Fundo Municipal de Saúde

## 09.01 Fundo Municipal de Saúde

103050025.2.043000 Vigilância Epidemiológica

1023	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.761,00
------	------	-------------------	--------------------	----------

## 10.00 Fundo Municipal de Assistência Social

## 10.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082430028.2.030000 Manutenção das atividades do PETI

1093	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.949,74
------	------	-------------------	--------------------	----------

## 10.00 Fundo Municipal de Assistência Social

## 10.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082410028.2.029000 Manutenção das atividades com a terceira idade

1053	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.000,00
------	------	-------------------	--------------------	----------

## 10.00 Fundo Municipal de Assistência Social

## 10.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082440028.2.028002 Índice de Gestão Descentralizada - IGD

1270	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.877,86
------	------	-------------------	--------------------	----------

## 10.00 Fundo Municipal de Assistência Social

## 10.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082440028.2.028003 Assistência Social

1325	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
------	------	-------------------	--------------------	-----------

## 10.00 Fundo Municipal de Assistência Social

## 10.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082440028.2.028003 Assistência Social

1318	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.417,47
------	------	-------------------	--------------------	-----------

## 11.00 Fundo Municipal da Infância e Adolescência

## 11.01 Fundo Municipal da Infância e Adolescência

082430028.2.049000 Manutenção das atividades do FIA

1382	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	9.000,00
------	------	-------------------	--------------------	----------

## 12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

## 12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

1421	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00
------	------	-------------------	--------------------	-----------

## 12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

## 12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

1553	0300	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.169,31
------	------	-------------------	--------------------	----------

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.1.020000 Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários				
1407	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	16.100,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 23 de Outubro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI  
Secretário de Gestão e Des. Econômico.  
Matricula nº 1157/6

## São Bento do Sul

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação - Tomada de Preço Nº 302/2014

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 302/2014  
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário Municipal de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 11 de novembro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: TOMADA DE PREÇO PARA AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CASTELO ENCANTADO, SITUADO À RUA ALZIRA CARVALHO, BAIRRO COLONIAL, EM SÃO BENTO DO SUL, COM ÁREA A SER AMPLIADA DE 312,65M², CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 14 de outubro de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração

# São Domingos

## PREFEITURA

### Dec 1742 de 22 10 14 Dispensa A Pedido Ana Carolina Mascarello Vieira

DECRETO Nº 1742, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a Dispensa de empregada pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pelas Leis Complementares Municipais nº 0017, de 21/12/2007, nº 0018, de 28/01/2008 atualizada, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/2012 atualizada, pela Lei 1.132/1998; Pela Lei Complementar nº 045 de 06/11/2012 atualizada e:

\*Considerando requerimento apresentado no setor de pessoal, solicitando a dispensa.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada a pedido a empregada pública Ana Carolina Mascarello Vieira, do emprego público de odontólogo deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1620, de 02 de junho 2014.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 22 de outubro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### Dec 1741 de 16 09 14 Nomeia Para O Cargo de Operador de Maquinas Elvir Peruzzo

DECRETO Nº 1741, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.

Nomeia servidor aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 018, de 28/01/08, atualizada, nº 042 de 04/04/12, atualizada, e nº 045, de 06/11/12; e:

- Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013.

- Considerando o Edital de Concurso nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público.

- Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

- Considerando a grande demanda de trabalho nas Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente e de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado para o Serviço Público Municipal o Senhor Elvir Peruzzo, para exercer o cargo de Operador de Máquinas, deste Município de São Domingos (SC), sob o Regime Jurídico Estatutário, enquadrado no Anexo I - Quadro Geral de Cargos

Permanentes, Código 21.07, Grupo 2 (Serviços Operacionais SO-PER), da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 16 de outubro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### por 1675 de 16 10 14 Concede Férias A Servidoras Públicas Municipais Odete Ilma Beatris

PORTARIA Nº 1775, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede férias a servidoras públicas municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 e:

- Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidoras públicas municipais, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO/EMPREGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Odete Zarembski Granzotto	Auxiliar de Serviços Gerais	24/06/12-13	15	20/10/14 a 03/11/14
Ilma da Veiga Marcondes	Auxiliar de Serviços Gerais	05/06/10-11 05/06/11-12	15 15	03/11/14 a 17/11/14 18/11/14 a 02/12/14
Beatris Kuhn	Auxiliar de Serviços Gerais	05/06/13-14	10	17/10/14 a 26/10/14

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 16 de outubro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**Processo Licitatório Prefe N. 124/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 124/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 041/2014

A Pregoeira do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 06 de novembro de 2014, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE PRANCHAS DE MADEIRA E PREGOS PARA REFORMA E CONSTRUÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES DO MUNICÍPIO. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:.

São Domingos, SC, 16 de outubro de 2014.

Paula Natana Comachio

Pregoeira Substituta.



Rec Rec 15 09 A 30 09 2014

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 23/10/2014

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Domingos/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>926.211,29</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transferências da União	218.166,12
4.1.7.2.1.01.00.00.00 Participação na Receita da União	146.562,08
4.1.7.2.1.01.02.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	143.235,41
4.1.7.2.1.01.02.01.00 FPM - Ordinário	85.941,24
4.1.7.2.1.01.02.02.00 FPM - 25% Educação	35.808,86
4.1.7.2.1.01.02.03.00 FPM - 15% Saúde	21.485,31
4.1.7.2.1.01.05.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	3.326,67
4.1.7.2.1.01.05.01.00 ITR - Ordinário	1.996,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00 ITR - 25% Educação	831,67
4.1.7.2.1.01.05.03.00 ITR - 15% Saúde	499,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	71.604,04
4.1.7.2.1.33.01.00.00 Piso de Atenção Básica - PAB	20.342,83
4.1.7.2.1.33.04.00.00 Saúde Bucal - SB	214,26
4.1.7.2.1.33.06.00.00 Programa De Assistência Farmacêutica Básica	4.084,68
4.1.7.2.1.33.09.00.00 Teto Financeiro De Vigilância Em Saúde - Tfs (Ex-	2.394,19
4.1.7.2.1.33.10.00.00 Média e Alta Complexidade - MAC	44.568,08
4.2.4.7.1.00.00.00.00 Transf. Convênios da União e de suas Entidades	737.357,57
4.2.4.7.1.99.00.00.00 Outras Transferências de Convênios da União	737.357,57
9.1.7.2.1.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-29.312,40
9.1.7.2.1.01.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-29.312,40
9.1.7.2.1.01.02.00.00 Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-28.647,07
9.1.7.2.1.01.05.00.00 Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-665,33

SAO DOMINGOS, 23/10/2014

\_\_\_\_\_  
ALCIMAR DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL\_\_\_\_\_  
ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

# São João do Sul

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato Nº 135/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 135/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS (GAOLINA COMUM) PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL/SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

VIGÊNCIA: 09/09/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 1.403,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 085/2014 - Pregão Presencial nº 028/2013 - Registro de Preços nº 001/2013 de 18/11/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.30.01.00.00.00.0054.

São João do Sul, 09 de Setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº 134/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 134/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS (ÓLEO DIESEL COMUM) PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL/SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

VIGÊNCIA: 01/09/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 9.998,55 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 085/2014 - Pregão Presencial nº 028/2013 - Registro de Preços nº 001/2013 de 18/11/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1001 - 20.606.0133.2046 - 3.3.90.30.01.00.00.00.0080.

São João do Sul, 01 de setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº 136/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 136/2014

OBJETO: Aquisição pelo CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA de forma parcelada, para o fornecimento de materiais de construção para distribuição pela Secretaria de Assistência Social à famílias em situação de vulnerabilidade social.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: SP MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME

VIGÊNCIA: 11/09/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 4.905,50 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 072/2014 - Pregão Presencial nº 029/2014 de 27-08-2014 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0801 - 08.244.0126.2016 - 3.3.90.32.99.00.00.00.0024

São João do Sul, 11 de Setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº 137/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 137/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS PARA IMPRESSORAS DOS SEGUINTE CENTROS DE CUSTO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS; SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: GILBERTO RAMOS COM. E SER. DE INFOTMAT. LTDA ME

VIGÊNCIA: 16/09/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 10.550,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 073/2014 - Carta Convite nº 017/2014 de 02/09/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0301 - 04.122.0123.2004 - 3.3.90.30.17.00.00.00.0080; 0401 - 04.122.0123.2005 - 3.3.90.30.17.00.00.00.0080; 0501 - 12.361.0128.2029 - 3.3.90.30.17.00.00.00.0101; 0501 - 12.361.0128.2031 - 3.3.90.30.17.00.00.00.0101; 0501 - 12.365.0128.2032 - 3.3.90.30.17.00.00.00.0101; 0801 - 08.244.0125.0051 - 3.3.90.30.17.00.00.00.0051; 0801 - 08.244.0126.2015 - 3.3.90.30.17.00.00.00.0080.

São João do Sul, 16 de Setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº 138/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 138/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS PARA IMPRESSORAS DOS SEGUINTE CENTROS DE CUSTO: ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: WEA INFORMÁTICA LTDA - ME

VIGÊNCIA: 16/09/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 1.351,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 073/2014 - Carta Convite nº 017/2014 de 02/09/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.361.0128.2029 - 3.3.90.30.17.00.00.00.0101.

São João do Sul, 16 de Setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº 140/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 055/2014  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 140/2014

OBJETO: Ficam aditados os quantitativos do contrato original que tem por objeto aquisição de materiais de cama mesa e banho, material de copa e cozinha, materiais de limpeza e produção de

higienização para: escolas de ensino fundamental, escolas do ensino infantil e secretaria municipal de educação e cultura, de acordo com o ART 65 da LEI 8666.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: PAULO CARDOSO CONTANTE - ME

VALOR: R\$ 3.349,52 - Total.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.361.0128.2029  
 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0102; 0501 - 12.361.0128.2029  
 - 3.3.90.30.20.00.00.00.0102; 0501 - 12.361.0128.2031  
 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0101; 0501 - 12.361.0128.2031  
 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0101; 0501 - 12.365.0128.2032 -  
 3.3.90.30.22.00.00.00.0102.

São João do Sul, 22 de Setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

### Extrato de Contrato Nº 141/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 141/2014

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 056/2014

OBJETO: Ficam aditados os quantitativos do contrato original que têm por objeto aquisição materiais de copa e cozinha, materiais de limpeza e produção de higienização para: escolas de ensino fundamental e escolas do ensino infantil, de acordo com o Art. 65 da Lei 8666.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MERCADO KM 12 LTDA ME

VALOR: R\$ 2.306,04 - Total.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.365.0128.2032  
 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0102; 0501 - 12.361. 0128.2029  
 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0102; 0501 - 12.361. 0128.2029 -  
 3.3.90.30.21.00.00.00.0102;

São João do Sul, 22 de Setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

### Extrato de Contrato Nº 142/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 142/2014

OBJETO: Serviço de costureira para ministrar o curso de costura industrial no CRAS (Centro de Referencia de Assistencial Social), num total de 150 horas anuais.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MARIA DOS SANTOS DE MATOS

VIGÊNCIA: 23/09/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 3.600,00 - Total.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0801 - 08.244.0125.2013 -  
 3.3.90.36.90.00.00.00.0051.

São João do Sul 29 de Setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

### Extrato de Contrato Nº 143/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 143/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (LIMPEZA, COPA, GÁS DE COZINHA) PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CRAS E SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO

DE VÍNCULOS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MERCADO KM 12 LTDA

VIGÊNCIA: 26/09/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 5.874,90 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 075/2014 - Carta Convite nº 018/2014 de 15/09/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0801 - 08.244.0125.2013  
 - 3.3.90.30.28.00.00.00.000059; 0801 - 08.244.0125.2013  
 - 3.3.90.30.22.00.00.00.000059; 0801 - 08.244.0125.2013  
 - 3.3.90.30.21.00.00.00.000059; 0801 - 08.244.0125.2013  
 - 3.3.90.30.20.00.00.00.000059; 0801 - 08.244.0125.2013  
 - 3.3.90.30.19.00.00.00.000059; 0801 - 08.244.0125.2013  
 - 3.3.90.30.11.00.00.00.000059; 0801 - 08.244.0125.2013  
 - 3.3.90.30.04.00.00.00.000059; 0801 - 08.244.0125.2013  
 - 3.3.90.30.28.00.00.00.00061; 0801 - 08.244.0125.2013  
 - 3.3.90.30.22.00.00.00.00061; 0801 - 08.244.0125.2013  
 - 3.3.90.30.22.00.00.00.00061; 0801 - 08.244.0125.2013  
 - 3.3.90.30.21.00.00.00.00061; 0801 - 08.244.0125.2013  
 - 3.3.90.30.20.00.00.00.00061; 0801 - 08.244.0125.2013 -  
 3.3.90.30.11.00.00.00.00061;  
 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.30.04.00.00.00.00061.

São João do Sul, 26 de Setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº 144/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 144/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS (ÓLEO DIESEL S10) PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL/SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

VIGÊNCIA: 26/09/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 999,40 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 063/2014 - Pregão Presencial nº 026/2014 - Registro de Preços nº 002/2014 de 16/07/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0901 - 17.512.0135.2058 -  
 3.3.90.30.01.00.00.00.0080.

São João do Sul, 26 de Setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº 145/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 145/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2014

OBJETO: alteração qualitativa do material de confecção das esquadrias inicialmente contratada no subitem 14.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: CAMILO & GHISI LTDA.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 006/2014 - Concorrência nº 001/2014 de 07/01/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 30 de Setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal.

**Extrato de Contrato Nº 146/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 146/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS (ÓLEO DIESEL S10) PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL/SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

VIGÊNCIA: 07/10/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 9.636,32 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 063/2014 - Pregão Presencial nº 026/2014 - Registro de Preços nº 002/2014 de 16/07/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.361.0128.2036 - 3.3.90.30.01.00.00.00.0112; 0501 - 12.361.0128.2036 - 3.3.90.30.01.00.00.00.0108.

São João do Sul, 07 de Outubro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 147/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 147/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS (ÓLEO DIESEL COMUM) PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL/SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

VIGÊNCIA: 07/10/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 12.658,20 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 085/2014 - Pregão Presencial nº 028/2013 - Registro de Preços nº 001/2013 de 18/11/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.361.0128 - 3.3.90.30.01.00.00.00.000112; 0501 - 12.361.0128.2036 - 3.3.90.30.01.00.00.00.0108.

São João do Sul, 07 de Outubro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 148/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 148/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2014

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do contrato até 09/03/2014.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA ME

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 095/2013 - Tomada de Preços nº 006/2013 de 12/12/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 08 de Outubro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal.

**Extrato de Apostilamento ao Contrato Nº 10/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 10/2014

OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS (GASOLINA)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

VALOR: Supressão de R\$ 5.488,66, ao Termo original

FUNDAMENTO LEGAL: o Art. 65 I, alínea "b" da Lei 8.666/93

São João do Sul, 17 de Outubro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**Extrato de Apostilamento ao Contrato Nº 54/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 54/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE (MATERIAL GRÁFICO) PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: SUL GRÁFICA LTDA EPP

VALOR: Supressão de R\$ 24.844,10, ao Termo original

FUNDAMENTO LEGAL: o Art. 65 I, alínea "b" da Lei 8.666/93

São João do Sul, 13 de Outubro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**Extrato de Apostilamento ao Contrato Nº 103/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 103/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DIVERSAS PONTE DO MUNICÍPIO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MOVEIS E ESQUADRIAS RAMOS LTDA ME

VALOR: Supressão de R\$ 2.972,80 ao Termo original

FUNDAMENTO LEGAL: o Art. 65 I, alínea "b" da Lei 8.666/93

São João do Sul, 23 de Outubro de 2014.

RONI MARINHO FARIAS

Prefeito Municipal em Exercício

**Extrato de Apostilamento ao Contrato Nº 147/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 147/2014

OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS (ÓLEO DIESEL COMUM)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

VALOR: Supressão de R\$ 307,86 ao Termo original

FUNDAMENTO LEGAL: o Art. 65 I, alínea "b" da Lei 8.666/93

São João do Sul, 23 de Outubro de 2014.

RONI MARINHO FARIAS

Prefeito Municipal em Exercício



**Extrato de Apostilamento ao Contrato Nº 153/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 153/2014  
OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS (ÓLEO DIESEL COMUM)  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.  
CONTRATADA: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA  
VALOR: Supressão de R\$ 89,96, ao Termo original  
FUNDAMENTO LEGAL: o Art. 65 I, alínea "b" da Lei 8.666/93

São João do Sul, 23 de Outubro de 2014.  
RONI MARINHO FARIAS  
Prefeito Municipal em Exercício

**Extrato de Rescisão de Contrato Nº 41/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO nº 41/2014  
OBJETO: RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41/2014, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 78 XII, DE ACORDO COM O ARTIGO 79, II, TODOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO DECORRENTE DE ATO SUPERVENIENTE DEVIDAMENTE COMPROVADO E CONVENIÊNCIA À ADMINISTRAÇÃO, CUJO OBJETO É AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL FAMÍLIA E APOIO A PESSOA IDOSA DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DEFINIDOS NO TERMO ORIGINAL.  
CONTRATANTE: Município de São João do Sul.  
CONTRATADO: DOUTEL ALVES - ME  
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 014/2014 - Pregão Presencial nº 014/2014 de 17/02/2014, de acordo com Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 23 de Outubro de 2014.  
RONI MARINHO FARIAS  
Prefeitura Municipal em Exercício

**Extrato de Rescisão de Contrato Nº 42/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO nº 42/2014  
OBJETO: RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 42/2014, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 78 XII, DE ACORDO COM O ARTIGO 79, II, TODOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO DECORRENTE DE ATO SUPERVENIENTE DEVIDAMENTE COMPROVADO E CONVENIÊNCIA À ADMINISTRAÇÃO, CUJO OBJETO É AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL FAMÍLIA E APOIO A PESSOA IDOSA DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DEFINIDOS NO TERMO ORIGINAL.  
CONTRATANTE: Município de São João do Sul.  
CONTRATADO: MARIA DO CARMO G. DA ROSA ME  
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 014/2014 - Pregão Presencial nº 014/2014 de 17/02/2014, de acordo com Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 23 de Outubro de 2014.  
RONI MARINHO FARIAS  
Prefeitura Municipal em Exercício

**Extrato de Rescisão de Contrato Nº 127/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO nº 127/2014  
OBJETO: RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 127/2014, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 78 XII, DE ACORDO COM O ARTIGO 79, II, TODOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO DECORRENTE DE ATO SUPERVENIENTE DEVIDAMENTE COMPROVADO E CONVENIÊNCIA À ADMINISTRAÇÃO, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE OFICINEIRO PARA MINISTRAR OFICINA DE CANTO/CORAL, PARA ATENDIMENTO AO PROJETO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DEFINIDOS NO TERMO ORIGINAL.  
CONTRATANTE: Município de São João do Sul.  
CONTRATADO: TATIANA DOS SANTOS FAUSTINO  
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 068/2014 - Dispensa de Licitação nº 020/2014 de 18/08/2014, de acordo com Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 20 de agosto de 2014.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeitura Municipal

**Extrato de Rescisão de Contrato Nº 126/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO nº 126/2014  
OBJETO: RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 126/2014, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 78 XII, DE ACORDO COM O ARTIGO 79, II, TODOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO DECORRENTE DE ATO SUPERVENIENTE DEVIDAMENTE COMPROVADO E CONVENIÊNCIA À ADMINISTRAÇÃO, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE OFICINEIRO PARA MINISTRAR AULAS DE PERCUSSÃO/MÚSICA COM INSTRUMENTOS, PARA ATENDIMENTO AO PROJETO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO  
CONTRATANTE: Município de São João do Sul.  
CONTRATADO: RAMON JERONIMO TRAJANO  
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 069/2014 - Dispensa de Licitação nº 021/2014 de 18/08/2014, de acordo com Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 20 de agosto de 2014.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeitura Municipal

**Extrato de Contrato Nº 151/2014 - Rescisão de Contrato Nº 113/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 151/2014 - RESCISÃO DE CONTRATO nº 113/2014  
OBJETO: RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 113 /2014, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 78 XII, DE ACORDO COM O ARTIGO 79, II, TODOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO DECORRENTE DE ATO SUPERVENIENTE DEVIDAMENTE COMPROVADO E CONVENIÊNCIA À ADMINISTRAÇÃO, CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM FILTRADA PARA OS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DEFINIDOS NO TERMO ORIGINAL.  
CONTRATANTE: Município de São João do Sul.  
CONTRATADO: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA  
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 085/2013 - Pregão



Presencial nº 028/2013 de 18/11/2013, de acordo com Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 17 de Outubro de 2014.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeitura Municipal

### **Extrato de Contrato Nº 152/2014 - Rescisão de Contrato Nº 132/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 152/2014 - RESCISÃO DE CONTRATO nº 132/2014

OBJETO: RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 132 /2014, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 78 XII, DE ACORDO COM O ARTIGO 79, II, TODOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO DE CORRENTE DE ATO SUPERVENIENTE DEVIDAMENTE COMPROVADO E CONVENIÊNCIA À ADMINISTRAÇÃO, CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM FILTRADA PARA OS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DEFINIDOS NO TERMO ORIGINAL.

CONTRATANTE: Município de São João do Sul.

CONTRATADO: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 085/2013 - Pregão Presencial nº 028/2013 de 18/11/2013, de acordo com Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 17 de Outubro de 2014.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeitura Municipal

## **São José**

### **PREFEITURA**

#### **Termo Aditivo Nº 145/2013-01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 145/2013-01 - DL 039/2013 - Processo 092/2013 - Contratada: AM CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. Objeto: Locação do imóvel localizado à Rua Jair Vieira, nº 97 - esquina com a Rua Sílvia Maria Fabro, para instalação das dependências da Fundação Educacional. Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 145/2013 por mais 12 (doze) meses, a partir de 14 de junho de 2014. Reajuste. Fica reajustado o valor do Contrato nº 145/2013 pelo índice do IGPM - FGV, que corresponde ao percentual de 7,8434%, referente ao período de 01/06/2013 a 31/05/2014 que a partir deste termo passará a vigorar em R\$ 32.352,00 (trinta e dois mil, trezentos e cinquenta e dois reais). Data da assinatura: 12 de junho de 2014.

#### **Termo Aditivo Nº 235/2013-01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 235/2013-01 - DL 053/2013 - Processo 194/2013 - Contratada: ANDERSON ARTUR ALBANAES ME. Objeto: Locação do imóvel localizado na Avenida Jaime Estefano Becker, quadra 02, lote 24, Loteamento Anna Clara 1 - Bairro Barreiros - São José/SC, destinado às instalações do Centro de Educação Infantil APAM. Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 235/2013 por mais 12 (doze) meses, a contar de 19/09/2014. Data da assinatura: 28 de agosto de 2014.

#### **Termo Aditivo/TA Nº 793/2011-05**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 793/2011-05 - CC 015/2011 - Processo 276/2011 - Contratado: CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA. Objeto: Execução de serviços de pavimentação asfáltica, pavimentação com lajotas sextavadas, sinalização horizontal e vertical, calçada em concreto e drenagem: LOTE I - Ruas Celso Kurtten, Valentino Leal Demétrio, Warterlino Leal Demétrio - Bairro Sertão do Imaruim. Rua Acelino Pereira - Bairro Potecas. Rua Luiz Carolino Pereira - Bairro Forquilhas; LOTE II - Travessa Acelino Pereira - Bairro Potecas. Ruas: 316, João Gumercindo Azevedo e 318 - Bairro Ipiranga; LOTE III: Ruas Loteamento Los Angeles; LOTE IV - Ruas Loteamento Dona Zenaide, Município de São José/SC. Supressão: O Contrato original vigorará com a supressão de 6,76% (Rua Luiz Carolino), o que corresponde ao valor de R\$ 492.305,72 (quatrocentos e noventa e dois mil, trezentos e cinco reais e setenta e dois centavos). Alteração Qualitativa - Majoração: A partir deste termo vigorará o acréscimo de 6,73% no Contrato original - readequações na Rua Celso Kuerten, correspondendo ao valor de R\$ 65.956,40 e na Rua Luiz Carolino, equivalente ao valor de R\$ 424.054,15 (quatrocentos e vinte e quatro mil, cinquenta e quatro reais e quinze centavos). Valor: O valor total do Contrato original passará a vigorar com a importância atualizada de R\$

7.280.444,04 (sete milhões, duzentos e oitenta mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos). Data da assinatura: 19 de setembro de 2014.

**Termo Aditivo/TA Nº 231/2013-01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 231/2013-01 - DL 060/2013 - Processo 231/2013 - Contratado: SOLEFLEX IMPORTAÇÃO DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. Objeto: Locação de imóvel - galpão de 2.182,80 m<sup>2</sup> - localizado na Rua Senador Carlos Gomes de Oliveira, nº 863, Área Industrial de São José - São José/SC, destinado as instalações do Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de São José/SC. Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 231/2013 por mais 12 (doze) meses, iniciando-se sua contagem a partir de 07/09/2014. Reajuste: O valor do Contrato original fica reajustado em 4,8848% com base no índice do IGP-M/FGV - período de 01/09/2013 a 31/08/2014, passando a vigorar com o valor anual de R\$ 503.447,04 (quinhentos e três mil, quatrocentos e quarenta e sete mil e quatro centavos). Data da assinatura: 04 de setembro de 2014.

**Termo Aditivo/TA Nº 207/2013-01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 207/2013-01 - Credenciamento 006/2013 - Processo 055/2013 - Contratado: CLÍNICA RADIOLÓGICA CAMPINAS LTDA. Objeto: Prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de Diagnóstico por Radiologia aos Pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com seus princípios, diretrizes, normas e tabela, com os valores dos procedimentos e de acordo com o edital. Prazo: Ficam prorrogados os prazos de vigência e execução do Contrato nº 207/2013 por mais 12 (doze) meses, a contar de 02/08/2014. Data da assinatura: 01 de agosto de 2014.

**Termo Aditivo/TA Nº 324/2013-01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 324/2013-01 - TP 010/2013 - Processo 256/2013 - Contratado: VINICIUS GOEDERT - ME. Objeto: Construção de unidade de saúde no bairro Potecas, através da Secretaria Municipal de Saúde. Prazo: Ficam prorrogados os prazos do Contrato nº 324/2013, ambos até 31/12/2014. Data da assinatura: 21 de agosto de 2014.

**Termo Aditivo À Ata de Registro de Preços Nº 054/2013-01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 054/2013-01 - PR 073/2013 - Processo 146/2013 - Contratados: CREMER S/A (FILIAL INDAIAL); e PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais de consumo de enfermagem para serem utilizados nas unidades básicas de saúde, policlínica de campinas, vigilância epidemiológica, acamados, SAMU e DST/AIDS do Município de São José/SC. Acréscimo Quantitativo: Fica readequada a Ata de Registro de Preços nº 054/2013 em 25% (vinte e cinco por cento) quanto aos seguintes itens: 61; 28; 42; 43; 46; e 97, passando a vigorar com a importância de R\$2.747.456,41 (dois milhões, setecentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e quarenta e um centavos). Vigência: De acordo com a Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços nº 054/2013, o prazo de vigência da Ata é de 01 (um) ano, contados a partir de sua assinatura, cuja validade expira em 30/08/2014. Data da assinatura: 21 de agosto de 2014.

**Termo Aditivo/TA Nº 251/2010-04**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 251/2010-04 - DL 045/2010 - Processo 284/2010 - Contratado: TS ADMINISTRADORA DE BENS LTDA. Objeto: Locação de um imóvel localizado na Rua Silvia Maria Fábri, nº 79, bairro Kobrasol, em São José/SC, para instalação da sede da Base Operacional da 11ª Região da Polícia Militar, com área construída de 181,81 m<sup>2</sup>. Prazo: Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 251/2010 por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 15/10/2014. Data da assinatura: 25 de setembro de 2014.

**Termo Aditivo/TA Nº 019/2009-07**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 019/2009-07 - TP 008/2008 - Processo 4389/2008 - Contratado: IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada em consultoria para execução de atividades jurídicas e administrativas de regularização fundiária no âmbito do Programa Habitar Brasil/BID. Prazo: Ficam prorrogados os prazos do Contrato nº 019/2009 por mais 150 (cento e cinquenta) dias, a contar de 20/10/2014. Data da assinatura: 25 de setembro de 2014.

**Termo Aditivo/TA Nº 010/2012-07**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 010/2012-07 - CC 013/2011 - Processo 273/2011 - Contratado: CONSTRUHAB CONSTRUTORA LTDA. Objeto: Execução de serviços, com fornecimento de material e mão de obra para a construção do Centro de Educação Infantil Vista Alegre, localizado no bairro Forquilhas, São José/SC. Prazo: ficam prorrogados os prazos de execução e de vigência do Contrato nº 010/2012 por mais 06 (seis) meses, iniciando-se a contagem do prazo de execução em 23/11/2014 e de vigência em 21/12/2014. Data da assinatura: 02 de outubro de 2014.

**Termo Aditivo/TA Nº 793/2011-06**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 793/2011-06 - CC 015/2011 - Processo 276/2011 - Contratado: CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA. Objeto: Execução de serviços de pavimentação asfáltica, pavimentação com lajotas sextavadas, sinalização horizontal e vertical, calçada em concreto e drenagem: LOTE I - Ruas Celso Kurtten, Valentino Leal Demétrio, Warterlino Leal Demétrio - Bairro Sertão do Imaruim. Rua Acelino Pereira - Bairro Potecas. Rua Luiz Carolino Pereira - Bairro Forquilhas; LOTE II - Travessa Acelino Pereira - Bairro Potecas. Ruas: 316, João Gumerindo Azevedo e 318 - Bairro Ipiranga; LOTE III: Ruas Loteamento Los Angeles; LOTE IV - Ruas Loteamento Dona Zenaide, Município de São José/SC. Prazo: ficam prorrogados os prazos do Contrato nº 793/2014, sendo o prazo de execução por mais 03 (três) meses, a partir de 10/10/2014 e o prazo de vigência por mais 04 (quatro) meses, com efeitos em 10/11/2014. Data da assinatura: 09 de outubro de 2014.

**Ata de Registro de Preços Nº 219/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 219/2014 - PR 062/2014  
- Processo 208/2014 - Fornecedor: COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS BADU LTDA - EPP. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, destinadas a frota dos veículos da Guarda Municipal de São José/SC. Valor Total: De acordo com a homologação do Pregão Presencial nº 062/2014, o valor desta Ata importa em:  
Lote 01: Mão de obra - R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); Peças - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).  
Lote 02: Mão de obra - R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais); Peças - R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).  
Lote 03: Mão de obra - R\$ 12.000,00 (doze mil reais); Peças - R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).  
Lote 04: Mão de obra - R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais); Peças - R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).  
Lote 05: Mão de obra - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); Peças - R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).  
Lote 06: Mão de obra - R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); Peças - R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).  
Lote 07: Mão de obra - R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); Peças - R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura.  
Data da assinatura: 23 de setembro de 2014.

Vera Suely de Andrade  
Diretora de Compras.

**Contrato/Ct: Nº 212/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 212/2014 - TP 017/2014 - Processo 185/2014 - Contratado: VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de cabeceiras, acessos e urbanização de uma ponte em concreto armado localizada no bairro Colônia Santana. Prazo: O prazo de execução dos serviços, com fornecimento de materiais, será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura da Autorização de Serviços/Fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e o prazo de vigência contratual será de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de assinatura deste Contrato. Valor: R\$ 154.866,30 (cento e cinquenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e seis reais e trinta centavos). Data da Assinatura do Contrato: 17 de setembro de 2014.

**Edital de Cancelamento de Audiência Pública**

EDITAL DE CANCELAMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José - FMCT/SJ, usando sua competência legal, e a pedido do Superintendente, CANCELA a audiência pública para apresentar a) Projeto Executivo de Urbanismo; b) Projeto Executivo de Paisagismo; e c) Projeto Arquitetônico Executivo do Parque Bica da Carioca, que seria realizada na data de 29 de outubro de 2014, na Casa da Cultura Nézia Melo da Silveira, na Praça Hercílio Luz, nº 04, no Centro Histórico de São José/SC, às 19h30min, conforme publicação da edição D.O.M. nº 1591 de 13 de outubro de 2014.

De acordo. Publique-se.

São José, 22 de outubro de 2014.  
Carlos Eduardo de Souza Martins  
Superintendente

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Vencedor da Licitação do Pregão Presencial Nº. 10/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

VENCEDOR DA LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2014  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 051/2014

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a presente licitação tem como objeto a contratação de empresa para o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PLACAS, MEDALHAS E DIPLOMAS COMEMORATIVOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, conforme especificações dos Anexos I e III do Edital.

A Câmara Municipal de São José torna público que, realizada a sessão pública da licitação em 22/10/2014, sagrou-se vencedora a empresa licitante Arte Máxima Indústria e Comércio Ltda, para os todos os itens da licitação.

Valmor José Heberle  
Diretor Administrativo

**Pregão Presencial Nº. 12/2014**

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 067/2014

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a Contratação de empresa de informática para Cessão de Direito de Uso Permanente de Solução informatizada para Gestão Pública, composto pelos dos sistemas de Contabilidade Tesouraria e Orçamento Público, Compras, Licitações e Contratos, Almoxarifado, Patrimônio Público, Frotas, Gestão de Pessoas, Ponto Eletrônico, para Câmara Municipal de São José/SC, conforme descrito no TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital, bem como suporte técnico na operacionalização destes sistemas, instalação, conversão dos dados, parametrização, e treinamento dos usuários nos sistemas licitados, conforme Anexos I e II.

Protocolada Impugnação pela Empresa Betha Sistemas Ltda., em 22 de outubro último, a Câmara Municipal de São José torna público aos interessados, em especial, as empresas que retiraram o instrumento convocatório da SUSPENSÃO do Pregão Presencial n.º 012/2014.

Após a análise o resultado da decisão será devidamente publicado e o edital alterado, se necessário for, com designação de nova data de abertura.

Maiores informações: Diretoria de Administração da Câmara de Vereadores de São José das 13h00min às 19h00min. Fone: (48) 3029-1355.

Valmor José Heberle  
Diretor Administrativo

**Extrato da Licitação do Pregão Presencial N.º 010/2014**

EXTRATO DA LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2014  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 02/2014  
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC  
EMPRESA REGISTRADA: ARTE MAXIMA IND.E COM. LTDA.  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PLACAS, MEDALHAS E DIPLOMAS COMEMORATIVOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.30.15.00.00.00

VALOR DA ATA: R\$ 35.009,00  
PRAZO DE VALIDADE DA ATA: 01 (UM) ANO

**São José do Cedro****PREFEITURA****Decreto Nº. 226/2014 - Sf**

DECRETO Nº. 226/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 3.653,17 (três mil seiscentos e cinquenta e três reais com dezessete centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL

DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.107 PROGRAMA INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA -SUAS  
"339" 4.4.90.52.00.00.1.0052 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 3.653,17

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 3.653,17 (três mil seiscentos e cinquenta e três reais com dezessete centavos), Recursos de Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social, Fonte 1.052, das verbas a seguir discriminadas:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.107 PROGRAMA INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA -SUAS  
"366" 3.3.90.36.00.00.1.0052 Outros Serviços de Pessoa Física ..... R\$ 2.425,79

"338" 3.3.90.47.00.00.1.0052 Obrigações Tributárias e Contributivas ..... R\$1.227,38

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 22 de outubro de 2014.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 22 de outubro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**Decreto Nº. 227/2014 - Sf**

DECRETO Nº. 227/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 3.923,00 (três mil, novecentos e vinte e três reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.106 PROGRAMA INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA



**- BOLSA FAMÍLIA**

“482” 4.4.90.52.00.00.3.0063 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 3.923,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, será utilizados os recurso relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recurso Bolsa Família, Fonte 3.0063, no valor de R\$ 3.923,00 (três mil, novecentos e vinte e três reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 22 de outubro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 22 de outubro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**Edital de Chamamento Nº 064/2014**

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 064/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, Lei nº 2020 de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, o candidato aprovado no Processo Seletivo, edital 001/2013, de 31 de outubro de 2013, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.322/2014, de 08 de janeiro de 2014, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

IVANETE DE VARGAS ARAÚJO KLAIN

CENAIR TERESINHA SARTORI

DEOCLÉSIA CANALE PATRY

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 23 de outubro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

**Resolução CMAS Nº. 010 de 20 de Outubro de 2014.**

Resolução CMAS nº. 010 de 20 de outubro de 2014.

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Analítico Anual da Execução Físico-financeira do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Exercício 2013 dos Serviços/Programas, IGD/PBF do município de São Lourenço do Oeste - SC e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Lourenço do Oeste - CMAS, consoante com os termos da Lei Federal nº. 8.742/93, alterada pela Lei nº 12.435 de 2011, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social e prevê o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais; no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal Lei Nº 2.010, de 23 de Maio de 2012, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS e do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de São Lourenço do Oeste - SC, instituídos pelas Leis Municipais nº 1.040, de 21 de outubro de 1996 e nº 1.039, de 21 de outubro de 1996, respectivamente, e considerando o desenvolvimento da Política Municipal de Assistência Social e ao preconizado no Sistema Único de Assistência Social - SUAS em conformidade a NOB/SUAS, assim como Reunião Extraordinária realizada no dia 20 de outubro de 2014 e;

Considerando:

As diretrizes dispostas através da Lei 12.435/2011 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social, que complementa a Lei Orgânica de Assistência Social - 8.742/1993;

As normativas que dispõe sobre a aplicação de recursos do IGD/PBF;

As prioridades do município para aprimoramento dos serviços vinculados ao Cadastro Único;

A disposição orçamentária e financeira do exercício de 2013;

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Demonstrativo Analítico Anual da Execução Físico-Financeira do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Exercício 2013 do Índice de Gestão Descentralizada - IGD/PBF, do município de São Lourenço do Oeste em reunião Extraordinária realizada no dia 20 de outubro de 2014, registrada a aprovação na ata de nº. 010/2014 deste Conselho, tendo em vista o mesmo estar de acordo com o preconizado na legislação, dando parecer favorável conforme disposto nos itens a seguir:

- Foram observados, na execução das atividades com os recursos do IGD, todos os princípios exigidos pela legislação aplicados a administração pública;

- Todas as atividades executadas foram feitas nos termos das Portarias que regulamentaram os referidos recursos;

- Os recursos alocados na gestão do Programa Bolsa Família foram utilizados nas finalidades para os quais foram disponibilizados;

- O município realiza uma adequada gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família, realizada de forma intersetorial, compreendendo as atividades necessárias para o registro da informação da frequência escolar, da agenda da saúde, e a sistematização e análise dessas informações;

- A gestão local desenvolve ações adequadas para identificação, cadastramento de novas famílias e atualização e revisão dos dados contidos no Cadastro Único referente aos cidadãos residentes no município.

Art. 2º Aprovar a prestação de contas para o exercício de 2013 do Índice de Gestão Descentralizada - IGD/PBF, tendo como parecer favorável com deliberação pela aprovação total dos recursos.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



São Lourenço do Oeste, 20 de outubro de 2014.

Itamar Fernandes

Presidente CMAS/SLO

**Decreto Nº 4.968, de 23 de Outubro de 2014.**

DECRETO Nº 4.968, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

Determina Ponto Facultativo no Município no dia 31 de outubro de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO as comemorações alusivas ao Dia do Servidor Público, no dia 28 de outubro de 2014;

CONSIDERANDO que a data supracitada será em uma terça-feira;

CONSIDERANDO, por fim, a conveniência de manter o expediente em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta na terça-feira, dia 28 de outubro de 2014, e de realizar o ponto facultativo na sexta-feira, dia 31 de outubro de 2014, em comemoração ao Dia do Servidor Público;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica determinado Ponto Facultativo em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, no dia 31 de outubro de 2014, sexta-feira, em comemoração ao Dia do Servidor Público.

Parágrafo único. Excetua-se do previsto no caput deste artigo, a Rede Municipal de Educação, o Serviço Público Municipal de Saúde 24 horas e o Conselho Tutelar, considerados essenciais para a comunidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de outubro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**Notificação de Recebimento de Recursos Federais – 13 A 17/10/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 13/10/2014 até 17/10/2014

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>851.706,34</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	200.851,32
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	15.186,89
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	15.186,89
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	185.664,43
4.1.7.2.1.33.04.00.00	PAB FIXO	47.801,00
4.1.7.2.1.33.10.00.00	MAC - Ambulatorial e Hospitalar	77.863,43
4.1.7.2.1.33.16.00.00	Transferência de Convênios FNS	60.000,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	650.855,02
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	650.855,02
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	390.513,02
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	260.342,00

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 23/10/2014

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPALLAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### 52 2014 Trator

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 52/2014.  
MODALIDADE: Pregão Presencial

#### 1. PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 80.912.124/0001-82, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar processo licitatório, na modalidade de Pregão, do tipo Menor preço por item, no regime de contratação de preços unitários, o qual será processado e julgado em consonância com a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas atualizações. Para recebimento dos envelopes de Habilitação e Proposta, fica determinado o dia 04/11/2014 até às 08:45 horas, os quais deverão ser entregues na Sala de Licitações e Contratos. O início da sessão publica ocorrerá às 09:00 horas, do dia da entrega dos envelopes.

#### 1. OBJETO

1.1 Aquisição de um TRATOR DE PNEUS novo, de fabricação Nacional; com assistência técnica homologada pela fabricante e comprovação, documental, de existência de oficina mecânica, localizada, no máximo, à 120 km da sede do Município de São Miguel da Boa Vista/SC, com peças e assessorios de reposição para garantia do equipamento, conforme descrição a seguir:

ÍTEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	R\$ Unitário Maximo	R\$ Total Maximo
01	01	Und.	Trator agrícola de pneu, novo, traçado 4x4, ano e modelo 2014, fabricação nacional, transmissão mínima de 12 velocidades para frente e 04 para traz (ré), motor 04 cilindros de no mínimo 105 cv, turbo alimentado, com toldo metálico, com caixa de ferramentas, chaves de roda, estrutura de proteção contra capotamento, tanque de combustível de no mínimo 145 lts. Buzina, sinalizador sonoro de marcha ré, com seta direcional, faróis de serviços, luz de freio, alerta, espelho retrovisor, assento com suspensão, pneus novos, pesos dianteiros e traseiros com capacidade de levante hidráulico de no mínimo 3.200 KGF, acionamento hidráulico, direção hidrostática e tomada de força.	128.000,00	128.000,00

Parágrafo primeiro: Os valores estipulados no objeto são considerados valores máximos, sendo que a empresa proponente que apresentar valor global dos itens superior ao estipulado no objeto

estará desclassificada.

Parágrafo segundo: Os itens constantes neste edital deverão conter uma garantia mínima de 12 meses, sendo que a não apresentação do termo de garantia desclassificará, automaticamente, a empresa licitante.

Parágrafo terceiro: As propostas ofertadas pelos proponentes, devem vir acompanhada de prospecto contendo todas as informações e imagem do produto, a fim de aferir e comparar com as especificações contidas no objeto deste edital. Serão aceitas configurações acima do exigido, mas terminantemente vedado à participação de itens com configurações abaixo do exigido.

#### 2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão às pessoas físicas e jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital.

2.2 - Não poderão participar da presente licitação as interessadas que se encontrarem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, punidas com suspensão de licitar ou contratar com a Administração Municipal, ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

2.3 - A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

#### 3 - ENTREGA DOS ENVELOPES

3.1 - Dos envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" e "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO".

3.1.1 - Os envelopes "Proposta Comercial" e "Documentação de habilitação" deverão estar devidamente fechados e entregues ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, data e horário especificados abaixo:

LOCAL: Rua São Luiz 210- Centro - Setor de Compras - São Miguel da Boa Vista - SC.

DATA: 04/11/2014.

HORÁRIO: 08:45 hs.

3.1.2 - Cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: de Proposta de Preços e de Habilitação.

3.1.3 - Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preços e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, e identificados com a razão social da licitante, o número e o título do conteúdo ("Proposta de Comercial" ou "Documentos de Habilitação"), no envelope contendo a Proposta deverá conter o número do item a ser cotado pela empresa, na forma dos incisos I e II a seguir:

I - Envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preços:

ENVELOPE Nº 001 (PROPOSTA COMERCIAL)  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2014.  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
LICITANTE: .....  
CNPJ/CPF: .....  
ABERTURA: 04/11/2014. HORA:09:00hs.

II - Envelope contendo os Documentos de Habilitação:

ENVELOPE Nº 002 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2014.

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL**

LICITANTE: .....

CNPJ/CPF: .....

ABERTURA: 04/11/2014. HORA: 09:00hs.

3.2 - Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados: a) ou no original; b) ou por cópia com autenticação procedida por tabelião, pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC; c) ou pela juntada da(s) folha(s) de órgão da imprensa oficial onde tenha(m) sido publicado(s).

3.3 - Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preços e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

3.4 - A autenticação, quando feita pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, será efetuada, em horário de expediente, no setor de Compras ou na própria seção, quando da realização do Pregão.

3.5 - O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preços e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer os bens, objeto da presente licitação.

3.6 - Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fax-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

3.7 - Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até dois dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, no endereço discriminado no item 3.1.1 deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

3.8 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o licitante que não apontar as falhas ou irregularidade supostamente existentes no Edital até o segundo dia útil que anteceder à data de realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

3.9 - A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ele pertinente.

3.10 - Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

**4 - DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 001)**

4.1 - O envelope "Proposta de Preços" deverá conter a proposta de preços do licitante, que deverá atender aos seguintes requisitos:

I - Ser apresentada em formulário próprio datilografado ou impresso, em uma via, rubricada em todas as páginas e assinada a última pelo representante legal da empresa, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente identificadas todas as folhas com o número de inscrição no CNPJ ou timbre impresso da empresa, constando os preços propostos expressos em Real (R\$), em algarismos arábicos com somente dois algarismos depois da vírgula;

II - Os preços propostos completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem

como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de assistência técnica, manutenção, reposição de peças, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constantes da proposta;

III - Constar prazo de validade das condições propostas não inferior a 60 (sessenta) dias correntes, a contar da data de apresentação da proposta. Não havendo indicação expressa será considerado como tal;

IV - Conter preço unitário por item;

4.2 - Os preços propostos por escrito serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.3 - A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

4.4 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

4.5 - A Proposta de Preços será considerada completa abrangendo todos os custos dos materiais necessários à entrega do objeto em perfeitas condições de uso.

4.6 - A indicação das empresas especializadas autorizadas pelo fabricante a prestar Assistência Técnica, deverão estar localizadas no máximo a 120 km da sede do Município de São Miguel da Boa Vista/SC.

OBS: o não atendimento deste item acarretará na desclassificação da proposta.

4.7 - A empresa deverá constar na proposta garantia mínima de 01(um) ano do objeto licitado.

4.8 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório.

**5 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)**

5.1 - O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter: ANEXO I.

5.2 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, desde que se apresente toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, sendo que a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação (art. 42 e 43 da lei complementar nº123).

**6 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

6.1 - Antes do início da sessão, os representantes das interessadas

em participar do certame que pretendam ofertar lances, ou apenas acompanhar a licitação, com poderes gerais de representação, porém sem poderes para ofertar lances, deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, devidamente munidos de documentos que os credenciem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais, se for o caso, nos termos previstos pelo inciso IV, do artigo 11, do Decreto nº. 3.555/2000.

6.2 - Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

6.3 - Por credenciamento entende-se a apresentação dos seguintes documentos:

I - Documento Oficial de Identidade;

II - Procuração por instrumento público ou particular, nesta hipótese, com firma reconhecida como autêntica por tabelião e em ambos os casos acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de eleição do outorgante, etc.), que comprove a capacidade de representação, inclusive com outorga de poderes para, na forma da lei, formular ofertas e lances de preços, se for o caso, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante.

III - Documentos comprobatórios, quando este for o caso, de ser o credenciado sócio da sociedade, com poderes para sua representação, ou titular de firma individual (atos constitutivos da pessoa jurídica, atos comprobatórios de eleição, declaração de firma individual, etc., conforme o caso).

IV - conforme Lei Complementar nº. 123 de 15/12/2006, as empresas enquadradas no estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno porte, devem apresentar documentos que comprovem o enquadramento destas que são: certidão simplificada da junta comercial, registro civil de pessoa jurídica e ou comprovante de empresa optante ao simples nacional na receita federal. Caso a licitante não apresente tais documentos de comprovação do enquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte no ato do credenciamento (mesmo que estiver enquadrada), perderá automaticamente o direito de fazer uso das vantagens da Lei Complementar nº. 123 de 15/12/2006, quanto a regularidade fiscal e direito de preferência.

6.3.1 - Estes documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão do Pregão. No caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião, ou pelo Pregoeiro, ou por servidor integrante da Equipe de Apoio ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, à vista do original.

6.4 - A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer documentos para tanto exigidos impossibilitará o credenciamento e, de consequência, impedirá a prática de qualquer ato inerente ao certame pela pessoa que não o obteve.

6.5 - O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

6.6 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

6.7 - A não participação de um representante devidamente credenciado conforme itens acima não será abertos os envelopes da empresa.

## 7 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos representantes de todas as licitantes, devidamente credenciados, e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro, que dirigirá a sessão, receberá, em envelopes devidamente fechados, a documentação exigida para Proposta de Preços e Habilitação, admitindo-se, contudo, a entrega por pessoas não credenciadas, sendo registrados em ata os nomes das licitantes.

A empresa poderá enviar sua proposta e documentação por meio de entrega postal, desde que envie fora do envelope a declaração de fatos impeditivos de habilitação, caso contrário será desclassificada.

7.2 - Após recebidos os documentos pelo Pregoeiro na forma do subitem 7.1 e dado início à abertura dos envelopes, não mais serão admitidas novas licitantes ao certame.

7.3 - Serão abertos, primeiramente, os envelopes contendo as propostas de preço, sendo feita sua conferência e rubrica, pelo pregoeiro.

7.4 - Após a entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

## 8 - DO JULGAMENTO

8.1 - Divisão por etapas para ordenamento dos trabalhos

8.1.1 - O julgamento da licitação será dividido em duas etapas (proposta de preços e habilitação), e obedecerá ao critério do Menor Preço por Item:

I - a etapa de classificação de preços, que compreenderá a ordenação das propostas de todas as licitantes, classificação das propostas passíveis de ofertas de lances verbais, oferta de lances verbais das licitantes classificadas para tal, classificação final das propostas e exame da aceitabilidade da proposta da primeira classificada, quanto ao objeto e valor;

II - a etapa de habilitação, declaração do licitante vencedor e adjudicação, que compreenderá a verificação e análise dos documentos apresentados no envelope "Documentos de Habilitação" do licitante classificado em primeiro lugar, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente Edital, esta etapa compreenderá também a declaração da licitante vencedora do certame e a adjudicação.

8.2 - Etapa de Classificação de Preços.

8.2.1 - Serão abertos os envelopes "Proposta de Preços" de todas as licitantes.

8.2.2 - O Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para o fornecimento do objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados.

8.2.3 - O Pregoeiro fará a ordenação dos valores das propostas, em ordem crescente, de todas as licitantes.

8.2.4 - O Pregoeiro classificará a licitante da proposta de menor preço e aquelas licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais.

8.2.4.1 - O valor máximo, em Reais, das propostas a serem admitidas para a etapa de lances verbais, conforme subitem 8.2.4, será o valor da proposta válida de menor preço.



8.2.5 - Quando não houver, pelo menos, três propostas escritas de preços classificadas conforme o subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.2.6 - Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos representantes das licitantes classificadas, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

8.2.7 - O Pregoeiro convidará os representantes das licitantes classificadas a apresentar, individualmente, lances verbais, a partir da proposta escrita classificada com o maior preço, prosseguindo sequencialmente, em ordem decrescente de valor.

8.2.8 - Caso não mais se realizem lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

I - neste momento o pregoeiro terá conhecimento das licitantes que apresentaram documentação no credenciamento e estão enquadradas no Regime de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, e que apresentaram proposta final em até 05% (cinco por cento) superior a melhor proposta, terão o direito preferência para ofertar uma proposta inferior a proposta melhor classificada levando em consideração o art. 44 e 45 da Lei Complementar nº. 123/2006, a qual assegura como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

8.2.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva.

8.2.10 - Caso não se realize nenhum lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.2.11 - Declarada encerrada a etapa competitiva e classificadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.2.12 - Se a oferta não for aceitável, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.2.13 - Caso haja empate nas propostas escritas, ordenadas e classificadas, e não se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na própria sessão do Pregão.

8.2.14 - Nas situações previstas nos subitens 8.2.8, 8.2.11 e 8.3.4, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o representante credenciado para que seja obtido preço melhor.

8.2.15 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes do subitem 16.1, deste Edital.

8.2.16 - Será desclassificada a proposta que contiver preço ou entrega dos serviços condicionada a prazos, descontos, vantagens de qualquer natureza não previstos neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

8.2.17 - Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.

8.3 - Etapa de Habilitação, Declaração da Licitante Vencedora e Adjudicação.

8.3.1 - Efetuados os procedimentos previstos no item 9.2 deste Edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro anunciará a abertura do envelope referente aos "Documentos de Habilitação" desta licitante.

8.3.2 - Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitados; salvo as licitantes que apresentaram documentação no credenciamento e estão enquadradas no Regime de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, terão um prazo de 02 (dias) úteis sendo prorrogado por igual período a critério da administração Pública para apresentar nova comprovação de regularidade fiscal exigida no edital.

8.3.3 - Constatado o atendimento das exigências previstas pelo Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação, pelo próprio Pregoeiro, na hipótese da inexistência de recursos, e pela autoridade titular do órgão promotor do certame, na hipótese da existência de recursos.

8.3.4 - Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicada o objeto do certame, pelo Pregoeiro.

8.3.5 - Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os licitantes credenciados, as propostas escritas e as propostas verbais finais apresentadas, a ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e pelo representante(s) credenciado(s) da(s) licitante(s) ainda presente(s) à sessão.

8.3.6 - Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja retirada a nota de empenho e/ou assinado o contrato pela licitante vencedora. Após esse fato, ficarão por vinte dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo esse prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

8.3.7 - Ao final da sessão, na hipótese de inexistência de recursos, será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação do objeto da licitação à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos ao Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, para homologação do certame e decisão quanto à contratação; na hipótese de existência de recursos, os autos serão encaminhados ao Prefeito para julgamento de tais recursos e, em caso de improvidamento dos mesmos, para adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora, para homologação do certame e decisão quanto à contratação.

## 9 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 - Ao final da sessão, após declarado o licitante vencedor do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

9.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em recorrer, ao final da sessão do Pregão, importará na preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.

9.3 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4 - Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Rua São Luiz 210 - Centro - São Miguel da Boa Vista/SC.

9.5 - Improvidos os recursos, o Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante declarado vencedor, homologará a licitação e decidirá quanto à contratação.

9.6 - Não serão conhecidos os recursos interpostos após o encerramento da sessão, nem serão recebidas às petições de contrarrazões intempestivamente apresentadas.

## 10 - DO CONTRATO

10.1 - Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da licitante vencedora será convocado para firmar o termo de contrato ou instrumento equivalente, e da proposta aceita.

10.2 - A licitante vencedora se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

10.3 - O objeto deste edital será entregue no pátio da S.M.E.R do Município de São Miguel da Boa Vista/SC.

10.4 - O prazo para entrega do objeto deste Edital será de, no máximo, 30 dias, após a assinatura do Contrato.

10.5 - A Contratada se obriga a entregar o objeto deste Edital, no prazo previsto e nas condições contratadas.

10.6 - A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais ofertados, bem como é responsável por eventuais custos adicionais.

10.7 - Se a licitante vencedora não apresentar situação regular, no ato da contratação, ou recusar-se, injustificadamente, a entregar o objeto licitado, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.8 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços objeto da presente licitação, conforme a lei.

## 11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes do cumprimento da presente licitação, correrão por conta do elemento orçamentário:

Proj/Atividade	Modalidade de aplicação.	Descrição
1.021 – Aquisição de Maquinas e Equipamentos Agrícolas.	44900000000000	Aplicações diretas.

## 12 - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

12.2 - O preço proposto para o objeto da presente licitação, não terá Reajustes.

12.3 - Caso o proponente cotar preço maior ao estipulado será automaticamente desclassificado do processo.

## 13 - PAGAMENTO

13.1 - O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal, em moeda corrente nacional, através de Depósito Bancário, conforme disponibilidade financeira do convenio nº. 020569/2014, após a entrega do objeto licitado e apresentação da Fatura/Nota Fiscal, devidamente atestada por servidor da Prefeitura de São Miguel da Boa Vista/SC, observando-se, antes do pagamento, a comprovação da regularidade da documentação.

13.2 - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

## 14 - OS ENCARGOS

### 14.1 - Incumbe a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

I - Fiscalizar a entrega do objeto licitado, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação.

II - efetuar os pagamentos à Contratada.

III - aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

14.2 - Incumbe À CONTRATADA, além das condições incluídas neste Edital e seus Anexos:

I - realizar a prestação dos serviços, objeto da presente licitação, nos prazos e condições previstos conforme Edital;

II - pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos;

III - substituir, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para o bem rejeitado, recusado pela fiscalização do contrato;

IV - atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;

V - manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

VI - assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: transportes, material e demais custos que se fizerem necessários para a execução do bem.

VII - Prestar assistência técnica, gratuita, durante o período da garantia, em, no máximo, 48hs após a solicitação do serviço pela Administração Municipal, sob pena de incorrer no contido no item 16.2. II. C deste Edital.

## 15 - DA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DO OBJETO

15.1 - A entrega do objeto desta Edital será, no Pátio da S.M.E.R de SMBV/SC, em, no máximo, 30 dias a contar da assinatura do contrato, sendo que o recebimento e fiscalização dar-se-á pelo Secretário do S.M.E.R.

15.2 - A fiscalização será exercida no interesse da Administração Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades,

e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

15.3 - Estando o objeto licitado em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido pagamento.

#### 16 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 - A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

16.2 - Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 60% (sessenta por cento) do valor, entendendo-se como atraso a não entrega do bem no local indicado e/ou no prazo estabelecido nos itens 10.3, 10.4 e 15.1 deste Edital;

b) de 20% (vinte por cento), sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato/edital, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 2% (dois por cento), por dia de atraso, sobre o valor do contrato, pela recusa ou atraso na prestação de assistência técnica nos moldes e prazos estipulado no item 14.2, VII, deste Edital;

d) de 80% (oitenta por cento), sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como por quebra de contrato por culpa da Contratada.

16.3 - No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

16.4 - No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.5 - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

16.6 - As sanções previstas nos subitens 16.1, 16.2, I poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, do subitem 16.2.

#### 17 - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

17.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos arts. 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

17.2 - Constituem motivo para rescisão do Contrato:

a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado da conclusão do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

e) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;

k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificada e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

l) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

n) A não liberação, por parte da Administração, de área ou local para o fornecimento dos materiais, nos prazos contratuais;

o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que prejudique a execução do contrato ou implique

violação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

17.3 - Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/1993;

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicial, nos termos da legislação.

## 18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

18.2 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão.

18.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

18.4 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

18.5 - A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.

18.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

18.7 - O Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei nº. 8.666/93.

18.8 - No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.9 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Maravilha/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso X do art. 29 da Constituição Federal.

18.10 - Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.

18.11 - É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto que for adjudicado em consequência desta licitação.

18.12 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

18.13 - Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I - HABILITAÇÃO.

ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO.

ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENTREGA DA PROPOSTA

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO E DO TRABALHO DO MENOR

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITO DE HABILITAÇÃO

ANEXO VI - Documento comprobatório ao enquadramento no regime de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte ( certidão da junta comercial e ou registro civil de pessoa jurídica), caso haja interesse por parte do participante.

## 19. DO HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

19.1 Este Pregão será afixado para conhecimento e consulta dos interessados no Mural Publico da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC.

19.2 Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos no Setor de Compras e Licitações, no endereço mencionado no preâmbulo, no horário das 07:00 às 13:00 horas , no setor de compras e licitações até o último dia previsto para entrega dos envelopes.

SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/ SC, 20/10/2014.

GILNEI ANTONIO GUTH GILBERTO JOSE MIORANDO SILVIO RICHARDT

Prefeito Municipal Assessor Jurídico Pregoeiro

## ANEXO I

Para o presente Processo Licitatório, será necessária a apresentação dos documentos abaixo relacionados, que deverão ser apresentados em original ou devidamente autenticados por Cartório ou por servidor público municipal.

Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com o INSS.
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com o FGTS.
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal.
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal.
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da empresa.
Certidão Negativa	Débitos Trabalhistas (CNDT)
Certidão Negativa	Falência ou Concordata (validade 60 dias)

## ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC

ENDEREÇO: RUA SÃO LUIZ 210.

CNPJ: 80.912.124/0001-82

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 52/2014

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

## PROCURAÇÃO

A (nome da empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço)



Pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço),

A quem confere(m) amplos poderes para junto a Administração Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, praticar atos necessários para representar a outorgante no processo licitatório nº. 52/2014, na modalidade Pregão Presencial, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpor-lhes, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

Local, data e assinatura

RECONHECER FIRMA

ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENTREGA DA PROPOSTA  
LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC

ENDEREÇO: RUA SÃO LUIZ, 210.

CNPJ: 80.912.124/0001-82

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 52/2014.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

FORMULÁRIO PARA ENTREGA DA PROPOSTA

Proponente: .....

Endereço: .....

Cidade: .....

CNPJ: .....

Aquisição de um TRATOR DE PNEUS novo, de fabricação Nacional; com assistência técnica homologada pela fabricante e comprovação, documental, de existência de oficina mecânica, localizada, no máximo, à 120 km da sede do Município de São Miguel da Boa Vista/SC, com peças e assessorios de reposição para garantia do equipamento, conforme descrição a seguir:

ÍTEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	R\$ Unitário	R\$ Total
01	01	Und.	Trator agrícola de pneu, novo, traçado 4x4, ano e modelo 2014, fabricação nacional, transmissão mínima de 12 velocidades para frente e 04 para trás (ré), motor 04 cilindros de no mínimo 105 cv, turbo alimentado, com toldo metálico, com caixa de ferramentas, chaves de roda, estrutura de proteção contra capotamento, tanque de combustível de no mínimo 145 lts. Buzina, sinalizador sonoro de marcha ré, com seta direcional, faróis de serviços, luz de freio, alerta, espelho retrovisor, assento com suspensão, pneus novos, pesos dianteiros e traseiros com capacidade de levante hidráulico de no mínimo 3.200 KGF, acionamento hidráulico, direção hidrostática e tomada de força.		

Declaro estar de acordo com todas as normas deste edital e seus anexos e que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

Representante Legal

Nome: .....

Cargo: Proprietário

CPF: .....

Data: .....

Carimbo do CNPJ e Assinatura do Proponente

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO E DO TRABALHO DO MENOR

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC

ENDEREÇO: RUA SÃO LUIZ, 210.

CNPJ: 80.912.124/0001-82

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 52/2014.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

D E C L A R A Ç Ã O

.....(RAZÃO SOCIAL).....

a) Por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Presencial nº ..... / ....., DECLARA expressamente que até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente certame licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, em cumprimento ao que determina este Edital e as normas que o regem.

b) Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento ao que determina este Edital e as normas que o regem.

...../...../..... de 2014.

(representante)

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após o CREDENCIAMENTO, e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

2) A não-entrega desta Declaração, exigida neste Edital e as normas que o regem, implicará o não recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITO DE HABILITAÇÃO

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC

ENDEREÇO: RUA SÃO LUIZ, 210.

CNPJ: 80.912.124/0001-82

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2014.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.

DECLARAÇÃO

.....RAZÃO SOCIAL....., por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a) ..... REPRESENTANTE.....

infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade no ..... e do CPF/MF no ....., para os fins de participação no Pregão Presencial No .../ ....., e para cumprimento do previsto no inciso VII do artigo 4º da Lei no 10.520, de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002,



DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão em epígrafe.

...../...../..... de 2014.

(REPRESENTANTE)

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após o CREDENCIAMENTO, e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

2) A não-entrega desta Declaração, exigida no subitem 16.1 deste Edital, implicará o não recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.

## São Pedro de Alcântara

### PREFEITURA

#### Portaria N.º 400/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000  
- Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 400/2014

PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA PARA CONCLUSÃO DO RELATÓRIO CONCLUSIVO DE SINDICÂNCIA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Art. 180 da Lei Complementar nº. 005/97, CONSIDERANDO a necessidade de apuração de responsabilidade no fato ocorrido no dia 29 de agosto de 2014, conforme registro de Boletim de Ocorrência nº 00318-2014-00179,

RESOLVE:

Art. 1.º- Prorrogar por mais vinte (20) dias, a contar da publicação desta Portaria, o prazo de vigência para apresentação do Relatório Conclusivo.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10/10/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

#### Portaria N.º 402/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 402/2014

Concede férias ao servidor HUMBERTO REITZ ARAKAKI.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor HUMBERTO REITZ ARAKAKI, ocupante do cargo de Médico Veterinário, férias por 30 dias que gozará a partir de 20/10/2014 a 18/11/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

# Schroeder

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação Tomada de Preços Nº. 13/2014 – PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 13/2014 - PMS  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 221/2014-PMS - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de reforma do prédio na Escola Municipal Vali Jorck Voigt, localizada na Estada Rancho Bom, no Município de Schroeder/SC, contemplando uma área de 186,48m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 18 de novembro de 2014 às 14h

Abertura do Processo: 18 de novembro de 2014 às 14h15min

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 24 de outubro de 2014.

Oswaldo Jurck

Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 103/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail:[licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 103/2014-PMS

PROCESSO Nº. 223/2014-PMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus novos radiais para veículos e micro-ônibus da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 21 de novembro de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 21 de novembro de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)).

br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 24 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### Termo Aditivo Nº. A51/2014 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A51/2014 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 232/2014-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Oswaldo Jurck, e,

CONTRATADA: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 83.719.963/0001-77, estabelecida na Rua Getulio Vargas, nº 470, Centro, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.103-400, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela Senhora Cristiane Longhi Tortelli inscrita no CPF sob o nº. 924.808.370-68.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 232/2014-PMS, celebrado em 17 de outubro de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 153/2014 - PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 73/2014-PMS, para contratação de empresa prestadora de serviços de vigilância humana desarmada e em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular, para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Lazer, PROCON, Defesa Civil, sala de musica (antiga Biblioteca) e Setor de Esportes (no Ginásio de esportes) do Município de Schroeder/SC.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria Planejamento, Gestão e Finanças para prorrogação de prazo para o período 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como especificada na cláusula 14ª do contrato original, conforme parecer da Procuradoria Municipal

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" reajustado em todos os itens na quantidade de 12 meses, para o período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, totalizando o valor de R\$ 225.600,00 (duzentos e vinte e cinco mil e seiscentos reais), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR TOTAL R\$
01	1 (Um) posto de vigilância humana 24 horas de segunda a segunda-feira, com sistema de rádio comunicação, com dispositivo de ronda eletrônica, sendo inclusos todos os custos referente a este item.	12	Mês	18.065,17	216.782,04
02	Prefeitura: uma central de alarme com capacidade para 20 sensores infra vermelho passivo com 01 teclado.	12	Mês	194,69	2.336,28
03	Agricultura, Águas, Defesa Civil, Procon: uma central de alarme com capacidade para 12 sensores infra vermelho passivo com 4 teclados individuais configurados como áreas de monitoramento independente	12	Mês	193,69	2.324,28
04	Secretaria de Educação: uma central de alarme com capacidade para 10 sensores infra vermelho passivo com 02 teclados individuais configurados como áreas de monitoramento independente;	12	Mês	171,73	2.060,76
05	Sala de Música (Antiga Biblioteca): uma central de alarme com capacidade para 05 sensores infra vermelho passivo , 01 teclado;	12	Mês	94,85	1.138,20
06	Setor de Esporte (No Ginásio): uma central de alarme com capacidade para 02 sensores infra vermelho passivo , 01 teclado;.	12	Mês	79,87	958,44
VALOR TOTAL R\$					225.600,00

Cláusula 2ª - Fica a partir deste a Cláusula Quarta "do valor do contrato" no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 225.600,00 (duzentos e vinte e cinco mil e seiscentos reais), alterando o valor total do contrato para R\$ 282.000,00 (duzentos e oitenta e dois mil reais).

Cláusula 3ª - Fica alterada a Cláusula Décima Quarta "da vigência" no item 14.1, prorrogando-se para o período de 1º. de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015 a vigência do contrato.

Cláusula 4ª- Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 232/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que

produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 23 de outubro de 2014.  
CONTRATADA:

CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA  
Cristiane Longhi Tortelli  
CPF nº. 924.808.370-68  
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_  
Nome: Ivandra de Souza  
CPF nº. 047.563.299-00

2ª \_\_\_\_\_  
Nome: Daniela Samulescki  
CPF nº. 053.350.739-18

### **Aviso de Licitação Tomada de Preços Nº. 14/2014 – PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 14/2014 - PMS  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 222/2014-PMS - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de cobertura da área esportiva na Escola Municipal Clarice Lange Jacob, localizada na Localizada a Rua Alwino Alberto Winter, Schroeder I, no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 19 de novembro de 2014 às 14h

Abertura do Processo: 19 de novembro de 2014 às 14h15min

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 24 de outubro de 2014.

Osvaldo Jurck  
Prefeito Municipal

### **Resolução Nº 005/2014 - CMDCA**

RESOLUÇÃO nº 005/2014 - Aprovação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SCHROEDER/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 de e na Lei Municipal nº 1.628/07 e suas alterações e de acordo com a Reunião Ordinária, Ata nº 11, de 21 de outubro de 2014, e:

CONSIDERANDO:

I - O artigo 227 da Constituição Federal e a Lei Federal nº 12.594/12 que instituiu o SINASE;

II - O Inquérito Civil nº 06.2011.000009441-0 do Termo de

Ajustamento de Conduta, em seu termo 4.1. Das Obrigações do Município de Schroeder;

III - O artigo 8º da Lei Federal nº 12.594/12 e a Resolução nº 004/2014 que Cria a Comissão Intersetorial destinada à elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

DELIBERA:

Artigo 1º: Aprovação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo-SIMASE.

Artigo 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 23 de outubro de 2014.

Teresinha Tomaselli Tecilla	Bruna Chiodini
Presidente do CMDCA	Secretária do CMDCA

**Ata Pregão Presencial 81/2014-PMS (Sequência 03)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  <b>CNPJ: 83.102.491/0001-09</b> <b>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</b> <b>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 81/2014 - PR</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 171/2014</b> <b>Data do Processo: 12/09/2014</b>

Folha: 1/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 143/2014 (Sequência: 3)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada na Gestão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC

A pregoeira e equipe de apoio reuniram-se, juntamente com o representante presente e responsáveis do Setor Solicitante, após recebimento do envelope de habilitação apenas da empresa SANEATEC SANEAMENTO E TECNOLOGIA LTDA., protocolado dentro do prazo estabelecido anteriormente na ata nº. 134/2014 (sequência 01) de 09 de outubro de 2014. Tendo em vista que primeira colocada, a empresa RIOVIVO AMBIENTAL LTDA., não apresentou novo envelope de habilitação, será aberto o envelope de habilitação da licitante segunda colocada a empresa SANEATEC SANEAMENTO E TECNOLOGIA LTDA., cujos documentos foram rubricados e examinados pela pregoeira e equipe de apoio. Constatando que a empresa SANEATEC SANEAMENTO E TECNOLOGIA LTDA., apresentou Alvará de Licença, Localização e Funcionamento sem o comprovante de Pagamento, sendo que no Corpo do Alvará está determinado que o mesmo só terá validade condicionado ao pagamento da TFPD do exercício corrente, e o mesmo não tem data de emissão para que seja conferido conforme pede no edital no item 7.6 "Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão, excetuando-se, na espécie o Alvará de localização e Funcionamento, quando o mesmo tiver prazo de validade indeterminado., sendo assim a empresa SANEATEC SANEAMENTO E TECNOLOGIA LTDA. não apresentou a documentação de acordo com as exigências do edital, resultando inabilitada. O representante da empresa SANEATEC SANEAMENTO E TECNOLOGIA LTDA. manifesta a intenção de recurso devido a irregularidade do alvará apontada pela comissão. Diante do exposto abre-se o prazo recursal conforme Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93, encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da ata aos participantes.

Schroeder, 23 de Outubro de 2014

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- ..... - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- ..... - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

MARCELO OLIVEIRA DA SILVA	- ..... - Representante
FRANCIELE MELLA	- ..... - Setor Solicitante



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 81/2014 - PR</b>
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 171/2014 Data do Processo: 12/09/2014
Folha: 2/2	

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 143/2014 (Sequência: 3)****Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

RICARDO MEYER

- ..... - Setor Solicitante

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 81/2014 - PR</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 171/2014 Data do Processo: 12/09/2014

Folha: 1/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 143/2014 (Sequência: 3)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada na Gestão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC

A pregoeira e equipe de apoio reuniram-se, juntamente com o representante presente e responsáveis do Setor Solicitante, após recebimento do envelope de habilitação apenas da empresa SANEATEC SANEAMENTO E TECNOLOGIA LTDA., protocolado dentro do prazo estabelecido anteriormente na ata nº. 134/2014 (sequência 01) de 09 de outubro de 2014. Tendo em vista que primeira colocada, a empresa RIOVIVO AMBIENTAL LTDA., não apresentou novo envelope de habilitação, será aberto o envelope de habilitação da licitante segunda colocada a empresa SANEATEC SANEAMENTO E TECNOLOGIA LTDA., cujos documentos foram rubricados e examinados pela pregoeira e equipe de apoio. Constatando que a empresa SANEATEC SANEAMENTO E TECNOLOGIA LTDA., apresentou Alvará de Licença, Localização e Funcionamento sem o comprovante de Pagamento, sendo que no Corpo do Alvará está determinado que o mesmo só terá validade condicionado ao pagamento da TFPD do exercício corrente, e o mesmo não tem data de emissão para que seja conferido conforme pede no edital no item 7.6 "Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão, excetuando-se, na espécie o Alvará de localização e Funcionamento, quando o mesmo tiver prazo de validade indeterminado., sendo assim a empresa SANEATEC SANEAMENTO E TECNOLOGIA LTDA. não apresentou a documentação de acordo com as exigências do edital, resultando inabilitada. O representante da empresa SANEATEC SANEAMENTO E TECNOLOGIA LTDA. manifesta a intenção de recurso devido a irregularidade do alvará apontada pela comissão. Diante do exposto abre-se o prazo recursal conforme Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93, encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da ata aos participantes.

Schroeder, 23 de Outubro de 2014

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- ..... - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- ..... - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

MARCELO OLIVEIRA DA SILVA	- ..... - Representante
FRANCIELE MELLA	- ..... - Setor Solicitante

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 81/2014 - PR</b>
	<b>Processo Administrativo:</b>
	<b>Processo de Licitação:</b> 171/2014 <b>Data do Processo:</b> 12/09/2014

Folha: 2/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 143/2014 (Sequência: 3)****Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

RICARDO MEYER

- ..... - Setor Solicitante



# Sombrio

## PREFEITURA

### Portaria Nº. 133/2014

PORTARIA Nº 133 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.  
EXONERAR POR APOSENTADORIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

#### RESOLVE:

Exonerar, por aposentadoria junto ao INSS, a contar de 01/10/2014, a senhora MARIA COLARES DE BORBA, matrícula 2861, nomeada pela portaria nº 024, de 06 de março de 2003, para o Cargo de Servente/Merendeira, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 01 de outubro de 2014.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### Portaria Nº. 134/2014

PORTARIA Nº 134 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.  
CONCESSÃO DE LICENÇA NÃO REMUNERADA A FUNCIONÁRIO QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

#### RESOLVE:

Conceder Licença não remunerada pelo período de (02) dois anos, a contar de 01/10/2014 a 01/10/2016, para o Funcionário Público Municipal, abaixo relacionado.

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO
Abeloni Martins da Silveira	1243	Motorista

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 01 de outubro de 2014.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### Portaria Nº. 135/2014

PORTARIA Nº 135 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

#### RESOLVE:

Conceder a 1ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sr. MARINO DA SILVA, Operador de Equipamentos, com regime de trabalho de 40 horas semanais, como segue:

MATRÍCULA PER. AQUISITIVO PERÍODO DE GOZO  
3827 27/11/2006 à 27/11/2011 01/10/2014 à 01/12/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 01 de outubro de 2014.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### Portaria Nº. 136/2014

PORTARIA Nº 136 DE 03 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

#### RESOLVE:

Exonerar a Pedido a contar de 03/10/2014, a Servidora Sra. PAULA DA SILVA PEREIRA, Conselheira Tutelar, matrícula nº 6521, com regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, nomeado pela Portaria nº 166, de 24 de maio de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 03 de outubro de 2014.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### Portaria Nº. 137/2014

PORTARIA Nº 137 DE 06 DE OUTUBRO DE 2014.  
EXONERAR POR APOSENTADORIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

#### RESOLVE:

Exonerar, por aposentadoria junto ao INSS, a contar de 06/10/2014, a senhora VALDIRA DE MATTIAS, matrícula 1028, nomeada em 18



de fevereiro de 1994, para o Cargo de Servente/Merendeira, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 06 de outubro de 2014.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº. 138/2014**

PORTARIA Nº 138 DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições conferida pelo art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e Lei Nº 1139 de 13 de Outubro de 1997 e suas alterações.

##### **RESOLVE:**

Nomear a Sra. DUCILAI DE SOUZA GOULART, para o Cargo de Conselheira Tutelar, com regime de trabalho de 40 horas semanais, junto ao Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sombrio - SC.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 08 de outubro de 2014.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Sec. Mun. de Finanças, Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº. 139/2014**

PORTARIA Nº 139 DE 13 DE OUTUBRO DE 2014  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

##### **RESOLVE:**

Conceder a 1ª Licença Prêmio a servidora efetiva, Sra TERESINHA SEMELER MATOS, Auxiliar de Ensino, com regime de trabalho de 30 horas semanais, como segue:

MATRICULA PER. AQUISITIVO PERÍODO DE GOZO  
4350 2008 à 2013                      13/10/2014 `a 10/01/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 13 de outubro de 2014.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº. 140/2014**

PORTARIA Nº 140 DE 13 DE OUTUBRO DE 2014  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

##### **RESOLVE:**

Conceder a 1ª Licença Prêmio a servidora efetiva, Sra MICHELE TAISE CARDOSO DA ROSA DE SOUZA, Auxiliar de Ensino, com regime de trabalho de 30 horas semanais, como segue:

MATRICULA PER. AQUISITIVO PERÍODO DE GOZO  
4655 2009 à 2014                      13/10/2014 `a 10/01/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 13 de outubro de 2014.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº. 141/2014**

PORTARIA Nº 141 DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

##### **RESOLVE:**

Exonerar por falecimento o Servidor efetivo Sr. CARLOS AUGUSTO BRITO DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços, Matrícula nº 2571, com regime de trabalho de 40 horas semanais, nomeado pela Portaria nº 008, de 01 de março de 2002.

Fica revogada a Portaria nº 008, de 01 de março de 2002.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Município de Sombrio-SC, 14 de outubro de 2014.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### Decreto 176/2014

DECRETO Nº 176, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.  
ESTABELECE PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições e de conformidade com a Legislação vigente:

DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais no dia 27 de Outubro (segunda-feira), em alusão ao Dia do Funcionário Público; 28 de Outubro.

Art. 2º - Fica excluído do Art. 1º, o Departamento de Educação, vinculado à Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 22 de outubro de 2014.

Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto nesta secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças

### Decreto 177/2014

DECRETO Nº. 177, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.699 de 03 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na dotação abaixo discriminada:

11.01 - Secretaria de Assistência Social e Habitação  
2.019 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0478(168)- Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes do Provável Excesso de Arrecadação verificado no exercício vigente na Fonte de Recursos 478 - FNAS/SCFV, conta corrente 6.206-5; Banco do Brasil.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 23 de outubro de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI  
Secretário de Administração e Finanças

### Decreto 178/2014

DECRETO Nº. 178, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.699 de 03 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), na dotação abaixo discriminada:

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
2.006 - Manutenção do Ensino Básico  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0086(20) - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 7.000,00  
2.008 - Manutenção do Transporte Escolar  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0086(35) - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 18.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes do Provável Excesso de Arrecadação verificado no exercício vigente na Fonte de Recursos 86 - Salário Educação, conta corrente 672.011-0; Agência 1084; Caixa Econômica Federal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 23 de outubro de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI  
Secretário de Administração e Finanças

## SAMAE - TIMBÉ DO SUL

### Portaria 14/2014

PORTARIA SAMAE N. 14/2014 22 de outubro de 2014.

O Sr. Ricardo Stecanella, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

CONSIDERANDO, as seguintes determinações previstas pela Lei Orgânica Municipal:

Art. 6.

§2º Os bens serão inventariados de acordo com a classificação da lei civil e sua escrituração obedecerá às normas expedidas pelo órgão competente municipal, observadas a Lei Federal e as Instruções do Tribunal de Contas do Estado.

§3º O levantamento geral do patrimônio do Município terá por base o inventário analítico em cada unidade administrativa dos dois Poderes, com escrituração sintética em seus órgãos próprios.

§4º Os bens serão avaliados pelos respectivos valores históricos

ou de aquisição, quando conhecidos, ou, então, pelos valores dos inventários já existentes, não podendo, nenhum deles, figurar sem valor.

CONSIDERANDO, que os arts. 94, 95 e 96 da Lei nº 4.320/64 determinam que a Administração Pública deverá manter registros analíticos de todos os bens de caráter permanente com registros sintéticos pela contabilidade;

CONSIDERANDO, a NBC T 16 - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e o art. 6º da Portaria STN nº 634, de 19/11/2013 que dispõe que os Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PCP compreendem o reconhecimento, a mensuração, o registro, a apuração, a avaliação e o controle do patrimônio público; e

CONSIDERANDO, que a Portaria STN nº 634, de 19/11/2013 fixa prazo de até o final do exercício de 2014 para os Municípios implantarem os novos procedimentos contábeis com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP,

#### RESOLVE :

Art. 1º Fica homologado o inventário patrimonial dos bens móveis pertencentes ao SAMAE do Município de Timbó do Sul, levantado pela Comissão nomeada pela Portaria 12/2014 de 15 de Setembro de 2014, especificando os bens e respectivos valores de avaliação, de forma individualizada, importando em R\$ 131.673,59 (Cento e trinta e um mil, seiscentos e setenta e três reais e cinquenta e nove centavos), na data base de 22 de Outubro de 2014.

Art. 2º O Serviço de Contabilidade procederá os lançamentos de ajuste dos valores registrados sinteticamente no Sistema Patrimonial, adequado-os aos valores do inventário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó do Sul, 22 de Outubro de 2014.

Ricardo Stecanella  
Diretor do SAMAE

## Timbó

### PREFEITURA

#### **Certidão Nº 19 de 21 de Outubro de 2014**

CERTIDÃO Nº 19 DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

ALTERA dispositivo da Certidão nº 017, de 01 de outubro de 2014, com a seguinte descrição:

"02 - Área Remanescente - com área de 65.609,19m2 (Sessenta e cinco mil, seiscentos e nove metros e dezenove decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Fritz Lorenz, distando pelo lado direito do imóvel, 682,91 metros da esquina formada com o lado par da Rua Concórdia Lorenz; estremando na frente em linha curva de 106,84 metros com o lado ímpar da Rua Fritz Lorenz; fundos estrema em 87,90 metros com terras de Lauro Barma, transcrição nº 1.323, folhas 259, livro 3; lado direito estrema em 977,08 metros, sendo em 532,58 metros com terras de João Carlos Boaventura, matrícula nº 144, livro 2 e em 444,50 metros com terras de Anita Leitzke Schweder, matrícula nº 24.136, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 2,00 metros, em 11,28 metros, em 19,52 metros, em 10,14 metros, em 28,22 metros, em 23,28 metros, em 29,37 metros, em 4,45 metros, em 906,84 metros e em 32,71 metros com a área a desmembrar. Neste imóvel fica reservada a área destinada à Área de Preservação Permanente - conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a área de 2.421,25m2, constante da faixa de 50,00 metros da margem esquerda do Rio Benedito, com a seguinte descrição: estremando na frente, em linha curva de 106,84 metros com o lado ímpar da Rua Fritz Lorenz; fundos, estrema em linha sinuosa de 114,41 metros com terras do proprietário; lado direito, estrema em 20,60 metros com terras de João Carlos Boaventura, matrícula nº 144, livro 2; e, lado esquerdo, estrema em 2,00 metros, em 11,28 metros, em 19,52 metros e em 5,00 metros com a área a desmembrar."

Ficam ratificados os demais termos.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 21 de outubro de 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Município de Timbó

**Lei Nº 2741, de 24 de Outubro de 2014**

1

**LEI Nº 2741, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014**

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para 2015 e dá outras providências.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento do Município de Timbó, para o exercício de 2015, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas (fiscais e físicas) estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as prioridades, metas fiscais e metas físicas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual 2014/2017 Lei nº 2.654 de 12/08/2013 e alterações posteriores:

II – a estrutura dos orçamentos;

III – as diretrizes para a elaboração, execução e alterações dos orçamentos do Município, dos poderes Legislativo e Executivo - Administração Direta e Indireta;

IV – as disposições sobre dívida pública municipal;

V – as disposições sobre despesas com pessoal;

VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VII – as disposições sobre custos e controle interno; e

VIII – as disposições gerais.

**CAPÍTULO I****DAS PRIORIDADES, METAS FISCAIS E METAS FÍSICAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015, são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS I, II, III e IV desta lei, desdobradas nos seguintes demonstrativos:

a) ANEXO I – **Anexo de Riscos Fiscais:**

- Demonstrativo A – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

b) ANEXO II – **Anexo de Metas Fiscais:**

- Demonstrativo B – Metas Anuais;

- Demonstrativo C – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

- Demonstrativo D – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais nos Três Exercícios Anteriores;

- Demonstrativo E – Evolução do Patrimônio Líquido;

- Demonstrativo F – Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com Alienação de Ativos;

- Demonstrativo G – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

- Demonstrativo H – Projeção Atuarial do RPPS;

- Demonstrativo I – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

- Demonstrativo J– Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

c) ANEXO III – **Projeção das Receitas para o exercício de 2015;**

d) ANEXO IV - **Programas de Governo e Ações:**

- Demonstrativo L
- Programas de Governo, Gerentes de Programa, Diagnóstico, Diretrizes e Objetivos;
- Programa, Ações, Produtos, Unidades de Medida, Metas Físicas, Valor e Fonte de Recursos;
- Programas de Governo, Gerentes de Programa, Diagnóstico, Diretrizes e Objetivos;
- Descrição das Ações e Objetivos dos Programas de Governo.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2015, serão destinados preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no ANEXO IV desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as prioridades e metas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

## **CAPÍTULO II DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 3º O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, bem como suas Autarquias, Fundações e Fundos, e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional do Município.

Art. 4º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – programa, considerado como categoria de programação, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;



VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

Parágrafo único. A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por PROGRAMAS DE GOVERNO.

Art. 5º A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras (UG), de modo consolidado, especificando no Orçamento da Unidade Gestora Central (UGC) aquelas vinculadas a Fundos, Fundações, Autarquia e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, a Portaria nº 462/2009 e Portaria 757/2009 e suas alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

V – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, conforme o Vínculo com Recursos (Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa, classificada até modalidade de aplicação, segundo cada unidade orçamentária (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

IX – Sumário da Receita por Fontes e da Despesa por Funções (art. 2º, § 1º, da Lei 4.320/64);

X – Demonstrativo da Receita por fontes e respectiva legislação (art. 2º, § 1º, da Lei 4.320/64);

XI – Demonstrativo da estimativa de Renúncia de Receitas de natureza tributária, com premissas e metodologia de cálculo e comprovação de que ela foi considerada no orçamento da receita para 2014;

XII – Demonstrativo da compatibilização da programação dos orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XIII – Demonstrativo das medidas de compensação para aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, se for o caso;

XIV – Demonstrativo do volume de recursos destinados ao orçamento fiscal e da seguridade social.

§ 1º Os Orçamentos da Autarquia, Fundações e Fundos que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º Para os efeitos desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central (UGC) a Prefeitura, e por Unidade Gestora (UG) as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 6º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I, da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados, no mínimo de 2011 a 2013, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa a Nível de Função, no mínimo dos exercícios de 2012 a 2013 e fixada para 2015, 2016 e 2017;

IV – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2011 a 2013;

VI – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Vinculados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, sendo aplicação mínima de 25% da receita resultante de impostos, obedecidas às determinações da Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96 atendendo em especial aos artigos 69 e 70 (Art. 212 da CF, e 60 do ADCT);

VII – Demonstrativo dos Recursos Vinculados a Ações Públicas de Saúde, sendo aplicação mínima de 15% da receita resultante de impostos (Art. 77 do ADCT);

VIII – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 30/09/2014;

IX – Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, em setembro/2014.

X – Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos oriundos de alienação de ativos.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ALTERAÇÕES DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO**

Art. 7º O Orçamento para o exercício de 2015 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos (Art. 1º, § 1º, Art. 4º, I, “a”, e Art. 48 da LRF).

Art. 8º O Poder Legislativo e os Fundos, Fundações e Autarquias Municipais, de forma consolidada, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Unidade Gestora Central, e vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas nos Anexos e Adendos da Unidade Gestora Central, definidos no artigo 5º desta lei.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal e Secretários Municipais, em que estiverem vinculados, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a outro servidor municipal, respeitando Lei específica de cada Fundo.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas do Poder Legislativo e dos Fundos, Fundações e Autarquias Municipais deverão ser demonstradas, também, em balancetes apartados da Unidade Gestora Central, quando possuírem contabilidade própria.

§ 3º A transferência de recursos monetários da Unidade Gestora Central aos Fundos, Fundações e Autarquias Municipais deverão ser efetivadas por Transferência Financeira e a adequação da suplementação orçamentária efetuada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 9º Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2015 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios findos, ou seja, de 2011 a 2013 (Art. 12 da LRF).

§ 1º Até trinta (30) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício de 2015 as memórias de cálculo (Art. 12, § 3º, da LRF).

§ 2º A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 3º No caso de excesso da arrecadação proveniente das receitas de impostos, o Poder Executivo deverá através de decreto executivo suplementar as dotações e transferências financeiras destinadas à saúde e educação a fim de atingir os índices constitucionais (15% e 25%).

Art. 10. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita não atingirá as metas de arrecadação, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observando-se o seguinte:

I - A limitação de empenhos deverá atingir, inicialmente, pela ordem:

- a) as dotações destinadas à aquisição de imóveis, obras e instalações, e aquisição de equipamentos e materiais;
- b) projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias não recebidas;
- c) dotação para combustível destinado a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- d) dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

II - Durante todo prazo de limitação de empenho, fica vedado o pagamento de sessões extraordinárias, abono de férias e adicional de hora extra;

III - A limitação de empenho não poderá inviabilizar a manutenção dos serviços considerados essenciais (saúde, educação, fornecimento de água, coleta de lixo e irrigação de ruas) ou o atendimento de situações de emergência ou de calamidades;

IV - O ato deverá indicar expressamente o órgão, entidade ou unidade administrativa que centralizará o ordenamento de novas despesas, bem como seu responsável, e estabelecerá o cronograma de pagamento das despesas empenhadas até aquela data.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 11. A expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, não excederão, no exercício de 2015, a 20% da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2014. (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 12. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO I desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação em 2015 e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

§ 3º Para efeito desta lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Direta e Indireta não orçadas, ou orçadas a menor, e, neste caso, inclusive para investimentos.

Art. 13. Os orçamentos para o exercício de 2015 destinarão recursos para a Reserva de Contingência não superiores a 2,00% (dois por cento) das Receitas Previstas para o mesmo exercício, alocadas em cada Unidade Gestora.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo, se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MOG nº 42/99, art. 5º, e Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações, art. 8º.

§ 2º Os limites de que trata o “caput” deste artigo, não se aplicam a Reserva de Contingência/Reserva Matemática do Instituto de Previdência Social (TIMBOPREV), destinados ao cumprimento da Lei nº 9.717/98.

Art. 14. Os investimentos com duração superior a doze (12) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art.5º,§ 5º da LRF).

Art. 15. Atendendo ao disposto no art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto Municipal, até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira, cronograma mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, bem como o Desdobramento das Metas Bimestrais de Arrecadação. (Art. 8º e 13 da LRF)

Art. 16. Os Projetos e Atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando o montante ingressado. (Art.8º,§ único da LRF).

§ 1º Os recursos de Operações de Crédito, não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, a partir de seu ingresso.

§ 2º Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, a partir de seu ingresso.

§ 3º A apuração do Excesso de Arrecadação dar-se-á por fonte de recursos, vínculo, e destinação de recursos.

Art. 17. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a Entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, de saúde e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal, até o limite de 4% (quatro por cento) das receitas correntes e dependerá de autorização em lei específica. (Art. 4º, I, f da LRF)

Parágrafo único. As Entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal não poderão estar em débito com a Fazenda Pública Municipal, incluindo-se prestações de contas, e deverão prestar contas no prazo de trinta (30) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo Órgão Central de Controle Interno, ou inferior em caso de lei específica.

Art. 18. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 19. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias, convênios, e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

Art. 20. As despesas de competência de outros Entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (Art.62 da LRF).

Art. 21. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes de julho/2014.

Art. 22. Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras e unidade gestora central na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015, conforme Anexo IV desta lei.



Art. 23. A Lei Orçamentária para 2015 poderá autorizar o Executivo e o Legislativo Municipal a remanejar por Decreto, dentro de cada categoria de programação, projeto, atividade ou operações especiais, o saldo das dotações dos grupos de natureza ou elementos de despesa que o compõem, bem como, abrir crédito adicional suplementar, nos termos do art. 7º da Lei 4.320/64.

§ 1º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos dentro de uma categoria de programação poderá ser feita por Decreto do Executivo ou do Legislativo, conforme o caso.

§ 2º A adequação das destinações de recursos, na receita, e as fontes de recursos, na despesa, serão adequadas conforme a realização da execução orçamentária, que poderá ser feita por Decreto do Executivo ou do Legislativo, conforme o caso.

§ 3º No caso de excesso da arrecadação proveniente das receitas de impostos, o Poder Executivo deverá através de decreto executivo suplementar inicialmente as dotações e transferências financeiras destinadas à saúde e educação a fim de atingir os índices constitucionais (15% e 25%).

Art. 24. Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2015 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, Gerentes de Programas, Chefe do Executivo e Órgão Central de Controle Interno, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

#### **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 25. A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para Operações de Crédito, para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC nº 101/2000 (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 26. A contratação de operações de crédito deverá constar da Proposta Orçamentária e ser autorizada por lei específica.

Art. 27. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar 101/00 e de conformidade com as Resoluções do Senado Federal.

#### **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

Art. 28. O Executivo e o Legislativo Municipal ficam autorizados a criar cargos e funções, alterar suas estruturas de carreiras e corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, além de conceder vantagens, realizar concurso público ou admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, § 1º, II da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrente destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2015.

Art. 29. Ressalvada a hipótese de Revisão Geral Anual, a despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, em 2015, não excederá, em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2014 acrescidas de até 20% (vinte por cento), obedecidos os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente. (Artigo 71 da LRF).

Parágrafo único. No limite estabelecido neste artigo, incluem-se as despesas com remuneração de pessoal, a qualquer título, de ambos os poderes, obrigações patronais e remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores.

Art. 30. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 31. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Artigos 19 a 22 da LRF):

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

III - criação de cargo, emprego ou função;

IV - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

V - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

VI - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 32. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal Direta e Indireta, ou, ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização exclusiva de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

Art. 33. O total da despesa da remuneração dos vereadores e servidores do Poder Legislativo não excederá a 70% (setenta por cento) dos seus suprimentos e não poderá ultrapassar o montante de 4% (quatro por cento) da receita da Administração Direta, excluídas:

I - a receita de contribuições de servidores, destinadas à constituição de fundos ou reservas para custeio de programas de previdência e assistência, mantidos pelo Município;

- II - a receita proveniente de operações de crédito;
- III - a receita resultante de alienação de bens móveis e imóveis;
- IV - os recursos vinculados oriundos de transferências da União ou do Estado, através de convênios ou outros ajustes para a realização de obras ou manutenção de serviços, inclusive os provenientes dos programas de saúde;
- V - as indenizações e restituições;
- VI - as contribuições de melhoria.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 34. O Executivo Municipal, desde que autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 35. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 36. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira não constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação.

Art. 37. O Poder Executivo promoverá estudos visando introduzir as seguintes modificações na legislação tributária do Município:

- I - atualizar e aperfeiçoar o Cadastro Imobiliário e Fiscal do Município, dotando-o de informações que assegurem a justiça fiscal nos lançamentos e cobrança dos impostos municipais;
- II - rever os critérios de cobrança das taxas, para adequá-las ao custo real dos serviços que constituem os respectivos fatos geradores;
- III - rever, a fim de melhor definir, os critérios para concessão de isenções, visando torná-los mais claros e justos;
- IV - utilizar a Contribuição de Melhoria como instrumento financiador de obras municipais, especialmente no que se refere à pavimentação de ruas;
- V - promover a regulamentação de dispositivos que necessitam ser regulados ou sujeitos a regras complementares não especificadas e/ou detalhadas no Código Tributário Municipal;
- VI - rever os conceitos e disposições constantes no Código Tributário Municipal acerca de taxas e preços públicos, buscando deixar clara a distinção entre ambos a fim de permitir as correções necessárias na LC nº 142/98;
- VII - aperfeiçoar os instrumentos para lançamento dos tributos, cobrança da dívida ativa e correção de seus créditos;
- VIII - implementar os processos de informatização, controle, avaliação, planejamento, atualização, treinamento, informações, integração cadastral, relativas a administração fiscal.

Art. 38. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária e da respectiva lei poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação no Legislativo.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE CUSTOS E CONTROLE INTERNO**

Art. 39. A Administração Municipal (Direta e Indireta) continuará a implementar o Sistema de Custos, de acordo com o estabelecido no parágrafo 3º do artigo 50 da Lei Complementar nº 101/2000, pela reavaliação dos Programas de Governo.

Parágrafo único. A responsabilidade da implantação, manutenção e desenvolvimento, bem como controle e demonstração do resultado bimestral, é de competência do Gerente de cada Programa de Governo, do Chefe do Poder Executivo e do Órgão Central de Controle Interno.

Art. 40. A Administração Municipal (Direta e Indireta) continuará a implementação do Sistema de Descentralização do Controle Interno, para facilitar a preservação do Patrimônio Público e a conscientização da responsabilidade do servidor público no processo da Administração Governamental.

Art. 41. O Controle Interno continuará a intensificar os procedimentos nos Poderes Executivo (Administração Direta e Indireta) e Legislativo.

Parágrafo único. O Órgão Central de Controle Interno será responsável pela normatização de processos que envolvam a execução orçamentária e os efetivos resultados dos Programas de Governo.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 42. O Poder Executivo enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2014.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no Parágrafo anterior, serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2014, o Excesso de Arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas.

Art. 43. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de disponibilidade financeira, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município, ou de interesse deste.

Art. 46. O montante de suprimentos ao Poder Legislativo não será superior a seis por cento (6%) do resultado do somatório da receita tributária e das transferências constitucionais da Administração Direta do ano anterior.

Art. 47. A abertura de créditos suplementares, a conta do excesso de arrecadação, será assegurado pela lei orçamentária, até o limite de 30% da despesa fixada, para a Administração Direta, inclusive a Administração Indireta e Fundos.

Parágrafo único. A lei orçamentária poderá estabelecer limites maiores para abertura de créditos suplementares na Administração Indireta e nos Fundos Municipais.

Art. 48. A Taxa de administração do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó será de 1,5 % ao mês para o exercício de 2015.

Art. 49. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ**, em 24 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC



13

**ANEXO I**  
**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**

**DEMONSTRATIVO A**  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS – LDO 2015**  
**(ART. 4ª, PARAGRAFO 3º, DA LRF)**

ARF (LRF, art 4ª, § 3º)		R\$ 1,00	
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Reserva Matemática	90,97%	Atender as demandas do TIMBOPREV e FASS	3.067.000,00
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes	9,03%	Atender as demandas conf. Necessidade.	304.500,00
SUBTOTAL	100,00%	SUBTOTAL	3.371.500,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	0,00%	Atender as demandas conf. Necessidade.	0,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais	0,0%	Atender as demandas conf. Necessidade.	0,00
SUBTOTAL	0,0%	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	100,00%	TOTAL	3.371.500,00

**ANEXO II**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**DEMONSTRATIVO B**  
**METAS ANUAIS**  
**2015**

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Ano de Referência - 2015			Ano 2016			Ano 2017		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	153.000.000,00	144.721.906,92	0,0672	162.180.000,00	145.609.624,71	0,0658	172.721.700,00	147.360.890,71	0,0646
Receitas Primárias (I)	135.7847.200,00	128.497.162,32	0,0596	143.998.032,00	129.285.358,23	0,0584	153.357.904,08	130.840.290,15	0,0574
Despesa Total	153.000.000,00	144.721.906,92	0,0672	162.180.000,00	145.609.624,71	0,0658	172.721.700,00	147.360.890,71	0,0646
Despesas Primárias (II)	151.650.000,00	143.444.948,92	0,0666	160.749.000,00	144.324.833,90	0,0652	171.197.685,00	146.060.647,56	0,0640
Resultado Primário (III) = (I - II)	(15.802.800,00)	(14.947.786,61)	-0,0069	(16.750.968,00)	(15.039.475,67)	-0,0068	(17.839.780,92)	(15.220.357,41)	-0,0067
Resultado Nominal	(10.500.000,00)	(9.931.895,57)	-0,0046	(11.130.000,00)	(9.992.817,38)	-0,0045	(11.797.800,00)	(10.065.523,42)	-0,0044
Dívida Pública Consolidada	10.800.000,00	10.215.664,02	0,0047	15.200.000,00	13.646.974,32	0,0062	10.300.000,00	8.787.464,11	0,0039
Dívida Consolidada Líquida	(16.058.000,00)	(15.189.178,96)	-0,0071	(17.021.480,00)	(15.282.348,72)	-0,0069	(16.199.289,64)	(13.820.740,24)	-0,0061

Nota: A projeção do PIB de Santa Catarina para 2015, 2016 e 2017 é respectivamente R\$ 227.748.891.000,00, R\$ 246.629.274.000,00 e R\$ 267.321.470.000,00.

VARIÁVEIS	2015	2016	2017
Projeção da Inflação (IPCA)%	5,72	5,35	5,24
Índice p/ valores constantes	1,0572	1,1138	1,1721

Observação: Com relação a Dívida Pública Consolidada, o valor apresentado não está somado com os valores do Instituto de Previdência dos Serv. Pub. Municipais de Timbó.

Fonte: Índices extraídos da LDO/2015 do Estado de Santa Catarina

## DEMONSTRATIVO C

### AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2013 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2013 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	146.600.000,00	0,0750	106.384.879,55	0,0544	(40.215.120,45)	-27,43
Receitas Primárias (I)	116.748.400,00	0,0597	102.115.603,84	0,0522	(14.632.796,16)	-12,53
Despesa Total	146.600.000,00	0,0750	103.708.445,78	0,0530	(42.891.554,22)	-29,26
Despesas Primárias (II)	145.540.000,00	0,0744	101.953.969,97	0,0521	(43.586.030,03)	-29,95
Resultado Primário (III) = (I-II)	(28.791.600,00)	-0,0147	161.633,87	-0,0001	28.953.233,87	-100,56
Resultado Nominal	(11.261.600,00)	-0,0058	(5.448.557,47)	0,0028	5.813.042,53	-51,62
Dívida Pública Consolidada	30.126.934,78	0,0154	3.691.388,77	0,0019	(26.435.546,01)	-97,75
Dívida Consolidada Líquida	4.814.002,51	0,0025	(14.793.045,94)	-0,0076	(19.607.048,45)	-407,29

Nota: PIB Estadual Projetado para 2013 R\$ 195.565.700.000,00

Fonte: Índices extraídos da LDO/2015 do Estado de Santa Catarina

DEMONSTRATIVO D  
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	Ano 2012	Ano 2013	%	Ano 2014	%	Ano 2015	%	Ano 2016	%	Ano 2017
Receita Total	99.391.897,15	106.384.879,55	7,04	153.168.000,00	43,98	153.000.000,00	-0,109683	162.180.000,00	6,00	172.721.700,00
Receitas Primárias (I)	88.605.774,48	102.115.603,84	15,25	135.247.430,00	32,45	135.847.200,00	0,4434613	143.998.032,00	6,00	153.357.904,08
Despesa Total	94.740.653,68	103.708.445,78	9,47	153.168.000,00	47,69	153.000.000,00	-0,109683	162.180.000,00	6,00	172.721.700,00
Despesas Primárias (II)	93.869.187,05	101.953.969,97	8,61	150.757.000,00	47,87	151.650.000,00	0,592344	160.749.000,00	6,00	171.197.685,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	(5.263.412,57)	161.633,87	-103,07	(15.509.570,00)	-9695,50	(15.802.800,00)	1,8906391	(16.750.968,00)	6,00	(17.839.780,92)
Resultado Nominal	7.531.562,32	(5.448.557,47)	-172,34	11.474.939,20	-310,61	(10.500.000,00)	-191,5038	(11.130.000,00)	6,00	(11.797.800,00)
Dívida Pública Consolidada	2.216.289,80	3.691.388,77	66,56	14.734.789,85	299,17	10.800.000,00	-26,70408	15.200.000,00	40,74	10.300.000,00
Dívida Consolidada Líquida	(9.344.488,47)	(14.793.045,94)	58,31	(8.050.203,22)	-45,58	(16.038.000,00)	99,473225	(17.021.480,00)	6,00	(16.199.289,64)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES									
	Ano 2012	Ano 2013	%	Ano 2014	%	Ano 2015	%	Ano 2016	%	Ano 2017
Receita Total	111.597.222,12	112.778.610,81	1,06	153.168.000,00	35,81	144.721.906,92	-5,51	145.609.624,71	0,61	147.360.890,71
Receitas Primárias (I)	99.486.563,59	108.252.751,63	8,81	135.247.430,00	24,94	128.497.162,32	-4,99	129.285.358,23	0,61	130.840.290,15
Despesa Total	106.374.805,95	109.941.323,37	3,35	153.168.000,00	39,32	144.721.906,92	-5,51	145.609.624,71	0,61	147.360.890,71
Despesas Primárias (II)	105.396.323,22	108.081.403,57	2,55	150.757.000,00	39,48	143.444.948,92	-4,85	144.324.833,90	0,61	146.060.647,56
Resultado Primário (III) = (I - II)	(5.909.759,63)	171.348,07	-102,90	(15.509.570,00)	-9151,50	(14.947.786,61)	-3,62	(15.039.475,67)	0,61	(15.220.357,41)
Resultado Nominal	8.456.438,17	(5.776.015,77)	-168,30	11.474.939,20	-298,67	(9.931.895,57)	-186,55	(9.992.817,38)	0,61	(10.065.523,42)
Dívida Pública Consolidada	2.488.450,19	3.913.241,24	57,26	14.734.789,85	276,54	10.215.664,02	-30,67	13.646.974,32	33,59	8.787.646,11
Dívida Consolidada Líquida	(10.491.991,65)	(15.682.108,00)	49,47	(8.050.203,22)	-48,67	(15.189.178,96)	88,68	(15.282.348,72)	0,61	(13.820.740,24)

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO(IPCA) %	2012	2013	2014	2016	2017
	5,83	5,91	6,01	5,35	5,24

Fonte: Índices extraídos da LDO/2015 do Estado de Santa Catarina

## DEMONSTRATIVO E EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AMF - Demonstrativo E (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	ANO 2013	%	ANO 2012	%	ANO 2011	%
Patrimônio/Capital	64.892.160,52	100,00%	82.796.352,52	100,00%	78.401.250,55	100,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL	64.892.160,52	100,00%	82.796.352,52	100,00%	78.401.250,55	100,00%
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	ANO 2013		ANO 2012	%	ANO 2011	%
Patrimônio/Capital	(44.327.398,55)	100,00%	(33.399.671,10)	100,00%	(26.720.409,70)	100,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL	(44.327.398,55)	100,00%	(33.399.671,10)	100,00%	(26.720.409,70)	100,00%

FONTE: BALANÇOS CONSOLIDADOS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ, ARQUIVADOS NA DIVISÃO DE CONTABILIDADE.  
RPPS É CONSIDERADO APENAS O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA.



**DEMONSTRATIVO F**  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

AMF - Demonstrativo F (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	ANO 2013 (a)	ANO 2012 (a)	ANO 2011 (a)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	28.900,00	44.056,50	1.564,57
Alienação de Bens Móveis	28.900,00	44.056,50	1.564,57
Alienação de Bens Imóveis			

DESPESAS EXECUTADAS	ANO 2013 (d)	ANO 2012 (d)	ANO 2011 (d)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL	-	69.693,00	-
Investimentos	-	69.693,00	-
Inversões Financeiras	-	69.693,00	-
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

SALDO FINANCEIRO	ANO 2013 (g)=[(la-Id)+IIh]	ANO 2012 (g)=[(la-Id)+IIh]	ANO 2011 (g)=[(la-Id)+IIh]
VALOR (III)	30.076,53	592,78	26.229,28

NOTA: PARA O CÁLCULO DA RECEITA FOI INCLUIDO O VALOR DA REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS ADVINDOS DA ALIENAÇÃO DOS ATIVOS, R\$ 583,75

**DEMONSTRATIVO G**  
**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

RECEITAS	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	6.910.227,60	10.604.199,21	3.122.569,86
RECEITAS CORRENTES	7.130.700,27	10.912.740,78	6.573.013,19
Receita de Contribuições dos Segurados	1.985.532,30	2.126.799,61	2.601.501,85
Pessoal Civil	1.985.532,30	2.126.799,61	2.601.501,85
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-
Receita Patrimonial	5.049.914,28	8.550.209,81	3.450.443,33
Receita de Serviços	-	-	5.056,00
Outras Receitas Correntes	92.253,69	235.722,36	516.012,01
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	94.275,58	97.863,83	103.158,76
Demais Receitas Correntes	978,11	137.858,53	412.853,25
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-220.472,67	-308.532,57	-3.450.443,33
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.953.085,47	4.119.833,08	5.135.244,24
RECEITAS CORRENTES	3.953.085,47	4.119.833,08	5.135.244,24
Receita de Contribuições dos Segurados	3.953.085,47	4.119.833,08	5.135.244,24
Patronal	3.953.085,47	4.119.833,08	5.135.244,24
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III)=(I+II)	10.863.313,07	14.724.041,29	8.257.814,10

DESPESAS	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (IV)	3.723.289,06	4.576.569,84	7.818.397,60
ADMINISTRAÇÃO	49.983,13	49.706,27	2.538.740,57
Despesas Correntes	49.983,13	49.706,27	2.538.740,57
Despesas de Capital	-	-	-
PREVIDÊNCIA	3.673.305,93	4.526.863,57	5.279.657,03
Pessoal Civil	3.673.305,93	4.526.863,57	5.279.657,03
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV+ V)	3.723.289,06	4.576.569,84	7.818.397,60

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III-IV)	7.140.024,01	10.147.462,45	439.416,50
---	--------------	---------------	------------

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013
DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	-	-	-
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	-	-	-
Plano Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-	-	-
Recursos para Formação de Reserva	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
Plano Previdenciário	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	7.140.024,01	10.147.462,45	439.416,50
BENS E DIREITOS DO RPPS	41.758.304,32	51.888.598,84	52.335.859,76

FONTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBO - TIMBOPREV

## DEMONSTRATIVO H

## PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PERÍODO: 2014 A 2088

LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV alínea a Valores em R\$ 1,00.

Exercício	Repasso Patronal	Repasso Segurados	Despesa Previdenciária	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro
2014	4.483.933,97	2.104.124,34	4.269.726,39	2.318.331,91	54.654.191,37
2015	4.296.370,77	1.992.137,10	4.206.519,79	2.081.988,08	56.736.179,45
2016	4.059.675,07	1.858.086,28	4.369.770,15	1.547.991,21	58.284.170,66
2017	6.057.477,07	1.737.118,86	4.463.186,30	3.331.409,63	61.615.580,29
2018	5.647.093,74	1.605.037,75	4.679.252,25	2.572.879,24	64.188.459,53
2019	5.238.264,00	1.469.595,09	4.956.472,06	1.751.387,03	65.939.846,56
2020	4.854.046,06	1.342.554,25	5.186.725,72	1.009.874,59	66.949.721,15
2021	4.433.461,96	1.193.647,22	5.620.507,80	6.601,39	66.956.322,53
2022	4.073.334,02	1.071.493,65	5.857.756,25	-712.928,57	66.243.393,96
2023	3.720.689,81	949.804,00	6.107.660,32	-1.437.166,50	64.806.227,46
2024	3.344.209,01	813.103,65	6.507.587,48	-2.350.274,82	62.455.952,64
2025	3.060.439,87	719.841,77	6.575.253,77	-2.794.972,13	59.660.980,51
2026	2.813.483,94	642.234,27	6.536.271,10	-3.080.552,90	56.580.427,61
2027	2.559.510,32	558.521,48	6.575.340,01	-3.457.308,20	53.123.119,41
2028	2.369.466,87	504.324,30	6.395.627,61	-3.521.836,43	49.601.282,98
2029	2.176.314,64	446.261,91	6.272.662,51	-3.650.085,96	45.951.197,02
2030	2.008.989,89	398.933,24	6.084.324,60	-3.676.401,46	42.274.795,55
2031	1.844.100,80	350.765,77	5.926.974,81	-3.732.108,24	38.542.687,31
2032	1.705.165,94	313.635,21	5.700.925,17	-3.682.124,02	34.860.563,29
2033	1.564.047,74	273.582,59	5.521.231,05	-3.683.600,72	31.176.962,57
2034	1.441.205,60	240.941,21	5.304.398,96	-3.622.252,16	27.554.710,41
2035	1.330.265,63	212.621,88	5.072.239,68	-3.529.352,17	24.025.358,24
2036	1.221.262,63	183.734,21	4.865.387,28	-3.460.390,44	20.564.967,80
2037	1.113.556,23	154.045,00	4.684.378,08	-3.416.776,85	17.148.190,96
2038	1.014.024,87	127.075,53	4.497.851,78	-3.356.751,38	13.791.439,58

2039	911.673,69	97.405,80	4.350.386,97	-3.341.307,48	10.450.132,10
2040	822.551,71	73.133,36	4.177.132,94	-3.281.447,87	7.168.684,23
2041	757.059,50	59.527,40	3.932.935,37	-3.116.348,47	4.052.335,76
2042	693.698,74	45.903,75	3.708.369,15	-2.968.766,66	1.083.569,10
2043	640.799,96	36.489,02	3.465.537,47	-2.788.248,50	-1.704.679,40
2044	590.974,83	27.646,89	3.234.698,94	-2.616.077,23	-4.320.756,62
2045	537.243,33	15.941,92	3.044.070,90	-2.490.885,65	-6.811.642,28
2046	500.444,28	11.845,02	2.807.294,16	-2.295.004,86	-9.106.647,13
2047	16.409,94	8.204,97	2.584.157,66	-2.559.542,74	-11.666.189,87
2048	12.230,61	6.115,30	2.363.395,46	-2.345.049,55	-14.011.239,42
2049	10.347,97	5.173,98	2.146.967,47	-2.131.445,52	-16.142.684,94
2050	6.461,91	3.230,96	1.954.006,19	-1.944.313,32	-18.086.998,26
2051	4.215,56	2.107,78	1.768.718,42	-1.762.395,07	-19.849.393,33
2052	1.666,33	833,17	1.596.265,76	-1.593.766,26	-21.443.159,59
2053	870,31	435,16	1.433.700,81	-1.432.395,34	-22.875.554,94
2054	0,00	0,00	1.283.734,09	-1.283.734,09	-24.159.289,03
2055	0,00	0,00	1.141.884,17	-1.141.884,17	-25.301.173,21
2056	0,00	0,00	1.011.469,79	-1.011.469,79	-26.312.642,99
2057	0,00	0,00	893.580,97	-893.580,97	-27.206.223,96
2058	0,00	0,00	785.661,82	-785.661,82	-27.991.885,78
2059	0,00	0,00	687.726,82	-687.726,82	-28.679.612,60
2060	0,00	0,00	598.992,71	-598.992,71	-29.278.605,32
2061	0,00	0,00	519.486,32	-519.486,32	-29.798.091,64
2062	0,00	0,00	447.766,59	-447.766,59	-30.245.858,22
2063	0,00	0,00	386.179,69	-386.179,69	-30.632.037,91
2064	0,00	0,00	331.750,08	-331.750,08	-30.963.787,99
2065	0,00	0,00	282.466,46	-282.466,46	-31.246.254,45
2066	0,00	0,00	239.997,34	-239.997,34	-31.486.251,79
2067	0,00	0,00	201.843,47	-201.843,47	-31.688.095,26
2068	0,00	0,00	169.992,03	-169.992,03	-31.858.087,29
2069	0,00	0,00	142.077,49	-142.077,49	-32.000.164,77
2070	0,00	0,00	117.675,24	-117.675,24	-32.117.840,02
2071	0,00	0,00	96.579,01	-96.579,01	-32.214.419,02
2072	0,00	0,00	78.608,23	-78.608,23	-32.293.027,26



2073	0,00	0,00	0,00	63.540,51	-63.540,51	-32.356.567,77
2074	0,00	0,00	0,00	50.348,72	-50.348,72	-32.406.916,49
2075	0,00	0,00	0,00	40.006,48	-40.006,48	-32.446.922,97
2076	0,00	0,00	0,00	31.495,95	-31.495,95	-32.478.418,92
2077	0,00	0,00	0,00	23.730,33	-23.730,33	-32.502.149,26
2078	0,00	0,00	0,00	18.391,00	-18.391,00	-32.520.540,26
2079	0,00	0,00	0,00	13.549,55	-13.549,55	-32.534.089,80
2080	0,00	0,00	0,00	10.343,68	-10.343,68	-32.544.433,48
2081	0,00	0,00	0,00	7.829,29	-7.829,29	-32.552.262,77
2082	0,00	0,00	0,00	6.027,08	-6.027,08	-32.558.289,85
2083	0,00	0,00	0,00	4.696,30	-4.696,30	-32.562.986,15
2084	0,00	0,00	0,00	3.797,36	-3.797,36	-32.566.783,51
2085	0,00	0,00	0,00	3.152,20	-3.152,20	-32.569.935,72
2086	0,00	0,00	0,00	2.673,71	-2.673,71	-32.572.609,43
2087	0,00	0,00	0,00	2.350,75	-2.350,75	-32.574.960,17
2088	0,00	0,00	0,00	2.124,87	-2.124,87	-32.577.085,04

FONTE: CÁLCULO ATUARIAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA - BASE DEZ/2013

NOME DO ATUARIO: GUILHERME THADEU LORENZI WALTER

MIBA: 2.091

DEMONSTRATIVO I  
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2015

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V).						COMPENSAÇÃO	R\$ 1,00
TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA				
			2015	2016	2017		
IPTU	Isenção		276.462,81	284.756,69	293.299,39		
IPTU e taxas	Descontos		0,00	0,00	0,00		
ISS e taxas	Descontos		0,00	0,00	0,00		
ISS	Isenção		158.879,74	127.103,79	101.683,03		
Dívida Ativa	Remissão de Débitos		114.931,71	118.379,66	121.931,05		
TOTAL			550.274,26	530.240,15	516.913,48		

FONTE: Divisão de Tributação - Agosto 2014

NOTAS EXPLICATIVAS: As renúncias de receitas impactadas para o exercício 2015, 2016 e 2017 foram realizadas consoante o art. 14 da LRF nº 101/2000, para tanto, foram consideradas na estimativa de receita da Lei de Diretrizes Orçamentárias e serão também consideradas na elaboração da Lei Orçamentária Anual, na forma do art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal, caso o valor da renúncia de receitas ultrapassar o valor projetado, deverá ser respeitado o art. 9º da LDO como medida de compensação.

Isenções de ISS – Tendem a diminuir em virtude do término do prazo legal que beneficiava algumas empresas.

Desconto de IPTU – as estimativas para os exercícios de 2015 a 2017 foram projetadas sem desconto, conforme decisão da Administração em 2014.

**DEMONSTRATIVO J****MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.**

AMF – Demonstrativo J (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2015
Aumento Permanente da Receita	5.500.000,00
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	5.500.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	5.500.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	5.500.000,00
Novas DOCC	5.500.000,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00

OBS.: o impacto das DOCC será acrescido até o limite do artigo 11 desta lei que podem chegar a 20% da Receita Corrente Líquida de 2014.

Aumento Permanente de Receita é para o IPTU a expansão de construções, loteamentos moradias e para o ISS o aumento de cadastro de empresas em 2014.

As receitas com aumento permanente não são base para a formação do retorno de FUNDEB.

## **ANEXO III**

### **RECEITAS 2015**

**MUNICIPIO DE TIMBO****Planilhas Planejamento****Receitas (LDO)**

Ano LDO: 2015 Versão: 1

10000000000000	RECEITAS CORRENTES	121.409.200,00
11000000000000	RECEITA TRIBUTARIA	25.622.200,00
11100000000000	IMPOSTOS	21.950.000,00
11120000000000	IMPOSTO SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	14.550.000,00
11120200000000	IMP. S/ PROP. PREDIAL TERRITORIAL URBANA	7.800.000,00
10000	Recursos Ordinários	3.822.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	2.184.000,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.794.000,00
11120400000000	IMP.S/ A RENDA E PROV. QUALQUER NATUREZA	4.250.000,00
11120431000000	I.R.R.F. RETIDO NAS FONTES - TRABALHO	2.000.000,00
10000	Recursos Ordinários	980.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	560.000,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	460.000,00
11120434000000	I.R.RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENT	2.250.000,00
10000	Recursos Ordinários	1.102.500,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	630.000,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	517.500,00
11120800000000	IMP. S/TRANS.INTER VIVOS DE BENS IMOVEIS	2.500.000,00
10000	Recursos Ordinários	1.225.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	700.000,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	575.000,00
11130000000000	IMPOSTOS S/ A PRODUCAO E A CIRCULACAO	7.400.000,00
11130500000000	IMPOSTO S/SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	7.400.000,00
11130501000000	IMPOSTO S/ SERVICOS DE QUALQUER NAT.	7.400.000,00
10000	Recursos Ordinários	3.626.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	2.072.000,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.702.000,00
11200000000000	TAXAS	3.422.200,00
11210000000000	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	1.675.000,00
11211700000000	TAXA FISCALIZACAO VIGILANCIA SANITARIA	200.000,00
16600	Vigilância em Saúde	200.000,00
11212100000000	TAXA DE CONTROLE FISCALIZACAO AMBIENTAL	36.000,00
10000	Recursos Ordinários	36.000,00
11212500000000	TX.LIC.FUNC.ESTAB.COM.IND.PREST.SERVICOS	400.000,00
10000	Recursos Ordinários	400.000,00
11212600000000	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	20.000,00
11212600010000	TAXA PARA REAL. FEIRAS E EVENTOS COMERC.	20.000,00
10000	Recursos Ordinários	20.000,00
11212700000000	TAXA DE APREENSAO E DEPOSITO	84.000,00
10000	Recursos Ordinários	84.000,00
11212900000000	TAXA DE LICENCA PARA EXECUCAO DE OBRAS	250.000,00
10000	Recursos Ordinários	250.000,00
11219900000000	OUTRAS TAXAS PELO EXERC. DE PODER POLICI	685.000,00
11219900010000	TAXA DE INSPECAO DE ABATE DE ANIMAIS	25.000,00
10000	Recursos Ordinários	25.000,00
11219900030000	TAXA DE INSP. DE PROD. INDUSTRIALIZADOS	5.000,00
10000	Recursos Ordinários	5.000,00
11219900060000	TAXA DE VISTORIA - TV	352.000,00
10000	Recursos Ordinários	352.000,00
11219900080000	TAXA DE SEGURANCA OSTENSIVA TSO	238.000,00
10000	Recursos Ordinários	238.000,00
11219900110000	TAXA DE VISTORIA PREVIA VANS	1.000,00
10000	Recursos Ordinários	1.000,00
11219900120000	TAXA CERTIDAO AMBIENTAL	64.000,00
10000	Recursos Ordinários	64.000,00
11220000000000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	1.747.200,00
11222800000000	TAXA DE CEMITERIOS	100.000,00
10000	Recursos Ordinários	100.000,00
11229000000000	TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	1.346.200,00

28



**MUNICIPIO DE TIMBO****Planilhas Planejamento****Receitas (LDO)**

Ano LDO: 2015 Versão: 1

11229000010000		COLETA DE LIXO PMT	1.346.200,00
20000		Recursos Ordinários - Outros	1.346.200,00
11229900000000		OUTRAS TAXAS DE PRESTACAO DE SERVICOS	301.000,00
11229900010000		TAXA DE EXPEDIENTE	141.000,00
10000		Recursos Ordinários	141.000,00
11229900030000		TAXA DE SERV. DA PATRULHA MECANIZADA	80.000,00
10000		Recursos Ordinários	80.000,00
11229900080000		OUTRAS TAXAS DE SERVICOS	80.000,00
10000		Recursos Ordinários	80.000,00
11300000000000		CONTRIBUICOES DE MELHORIAS	250.000,00
11300400000000		CONT.MELH. PAVIMTAR OBRAS COMPLEMENTARES	250.000,00
10000		Recursos Ordinários	250.000,00
12000000000000		RECEITA DE CONTRIBUICOES	4.455.000,00
12100000000000		CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.905.000,00
12102900000000		CONTRIB. REGIME PROPRIO PREVID. SERV	2.550.000,00
12102907000000		CONT. SERV. ATIV. CIV. P/ O REG. PROP.	2.200.000,00
10300		Contribuição para o RPPS	2.200.000,00
12102909000000		CONT. SERV. INATIVO. CIVIL P/ REG. PROP.	50.000,00
10300		Contribuição para o RPPS	50.000,00
12102913000000		CONTR. PREVID. P/AMORTIZ. DO DEFICIT	300.000,00
10300		Contribuição para o RPPS	300.000,00
12109900000000		OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	355.000,00
12109900010000		CONTR.SERVIDOR. ATIVO	275.000,00
10300		Contribuição para o RPPS	275.000,00
12109900020000		CONTR. SERVIDOR INATIVO	80.000,00
10300		Contribuição para o RPPS	80.000,00
12300000000000		CONTRIB. P/ CUSTEIO SERV. ILUM. PUBLICA	1.550.000,00
11700		Contribuição para o COSIP	1.550.000,00
13000000000000		RECEITA PATRIMONIAL	7.171.800,00
13100000000000		RECEITAS IMOBILIARIAS	30.000,00
13110000000000		ALUGUEIS	30.000,00
13110000010000		OUTRAS RECEITAS DE ALUGUEIS	10.000,00
10000		Recursos Ordinários	10.000,00
13110000020000		ALUGUEL DE USO OCUPACAO DO SOLO ANTENAS	20.000,00
10000		Recursos Ordinários	20.000,00
13200000000000		RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	7.121.800,00
13250000000000		REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	1.111.800,00
13250100000000		REMUN.DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	168.000,00
13250103000000		REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-SAUDE	150.000,00
16400		ATENCAO BASICA	112.000,00
16500		Atenção Média e Alta Complex. Amb. e Hos	20.000,00
16600		Vigilância em Saúde	10.000,00
16700		Assistência Farmacêutica Básica	8.000,00
13250199000000		REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-OUTROS	18.000,00
13250199160000		REM. FMAS	18.000,00
15200		Outras Transf.Rec.Fundo de Assist. Socia	18.000,00
13250200000000		REMUN.DEPOSITO DE RECUR. NAO VINCULADOS	943.800,00
13250299000000		REMUN. DEP. RECUR. NAO VINCULADO-OUTROS	943.800,00
13250299010000		REM. PMT	300.000,00
10000		Recursos Ordinários	300.000,00
13250299120000		REM. FUMDEC	18.000,00
10000		Recursos Ordinários	18.000,00
13250299130000		REM. FMMA	20.000,00
10000		Recursos Ordinários	20.000,00
13250299140000		REM. FMDDD	6.000,00
10000		Recursos Ordinários	6.000,00
13250299160000		REM. FMAS	25.000,00
10000		Recursos Ordinários	25.000,00

**MUNICIPIO DE TIMBO****Planilhas Planejamento****Receitas (LDO)**

Ano LDO: 2015 Versão: 1

13250299180000		REMUN. DEP. RECUR. NAO VINCULADO-OUTROS	13.000,00
	10300	Contribuição para o RPPS	13.000,00
13250299190000		REM. FME	32.000,00
	10000	Recursos Ordinários	32.000,00
13250299200000		REM. FIA	13.000,00
	10000	Recursos Ordinários	13.000,00
13250299210000		REM. FUMTUR	10.600,00
	10000	Recursos Ordinários	10.600,00
13250299220000		REM. FCT	44.000,00
	10000	Recursos Ordinários	44.000,00
13250299230000		REM. FUNREBOMPOM	12.000,00
	10000	Recursos Ordinários	12.000,00
13250299240000		REM. FUMTRAN	70.000,00
	10000	Recursos Ordinários	50.000,00
	15400	Convênio Trânsito - Militar	3.000,00
	15500	Convênio Trânsito - Civil	3.000,00
	15600	Convênio Trânsito - Prefeitura	14.000,00
13250299250000		REM. SAMAE	380.200,00
	20000	Recursos Ordinários - Outros	380.200,00
13280000000000		REMUNER. INVEST. REGIME PROPRIO PREV	6.010.000,00
13281000000000		REMUNERACAO INVEST RPPS - RENDA FIXA	5.000.000,00
	10300	Contribuição para o RPPS	5.000.000,00
13282000000000		REMUNERACAO INVEST RPPS - RENDA VARIABEL	1.000.000,00
13282000010000		REMUNERACAO INVEST RPPS RENDA VARIABEL	1.000.000,00
	10300	Contribuição para o RPPS	1.000.000,00
13283000000000		REMUNERACAO INVEST RPPS - FUNDOS IMOBIL.	10.000,00
	10300	Contribuição para o RPPS	10.000,00
13300000000000		RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	20.000,00
13310000000000		RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	20.000,00
13310100000000		REC CONCESSOES E PERMISSOES -SERV TRANSP	20.000,00
13310199000000		OUTRAS REC. CONC. PERMISS. SERV DE	20.000,00
	10000	Recursos Ordinários	20.000,00
15000000000000		RECEITA INDUSTRIAL	233.200,00
15200000000000		RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAC	233.200,00
15202800000000		RECEITA DA USINA DE TRATAMENTO DE LIXO	233.200,00
	20000	Recursos Ordinários - Outros	233.200,00
16000000000000		RECEITA DE SERVICOS	6.135.200,00
16001300000000		SERVICOS ADMINISTRATIVOS	55.000,00
16001301000000		SERVICOS DE INSCRICAO CONCURSOS PUBLICOS	50.000,00
	10000	Recursos Ordinários	50.000,00
16001307000000		SERVICOS DE FOTOCOPIAS OU COPIAS HELIOGR	5.000,00
	10000	Recursos Ordinários	5.000,00
16001700000000		SERVICOS AGROPECUARIOS	30.000,00
16001700010000		VENDA DE MUDAS HORTO	15.000,00
	10000	Recursos Ordinários	15.000,00
16001700020000		SERV. DE INS. ART. BOVINA	15.000,00
	10000	Recursos Ordinários	15.000,00
16004100000000		SERVICOS DE CAPTACAO, ADUCAO, TRATAMENTO	4.890.000,00
16004100010000		TARIFA DE AGUA	4.850.000,00
	20000	Recursos Ordinários - Outros	4.850.000,00
16004100020000		LIGACOES DE AGUA	40.000,00
	20000	Recursos Ordinários - Outros	40.000,00
16004200000000		SERVICOS DE COLE, TRANS, TRAT. DE ESGOTO	20.700,00
16004200010000		COLETA DE ESGOTO	20.700,00
	20000	Recursos Ordinários - Outros	20.700,00
16004300000000		COL., TRANS., TRAT. DE RESIDUOS SOLIDOS	1.113.000,00
16004300010000		DEPOSITO DE LIXO NO ATERRO SANITARIO	1.113.000,00
	20000	Recursos Ordinários - Outros	1.113.000,00
16004800000000		SERVICOS DE RELIGAMENTO DE AGUA	10.600,00

30

**MUNICIPIO DE TIMBO****Planilhas Planejamento****Receitas (LDO)**

Ano LDO: 2015 Versão: 1

16004800010000		SERVICOS DE RELIGAMENTO DE AGUA	10.600,00
	20000	Recursos Ordinários - Outros	10.600,00
16009900000000		OUTROS RECEITAS DE SERVICOS	15.900,00
	20000	Recursos Ordinários - Outros	15.900,00
17000000000000		TRANSFERENCIAS CORRENTES	72.799.587,57
17200000000000		TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	72.750.787,57
17210000000000		TRANSFERENCIAS DA UNIAO	26.440.512,01
17210100000000		PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	18.606.000,00
17210102000000		COTA-PARTE FUNDO PARTIC MUNICIPIOS-FPM	18.600.000,00
	10000	Recursos Ordinários	9.114.000,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	5.208.000,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	4.278.000,00
17210105000000		COTA-PARTE DO IMP S/ PROP TERRIT RURAL	6.000,00
	10000	Recursos Ordinários	2.940,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.680,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.380,00
17213300000000		TRANSF. RECURSOS SISTEMA UNICO DE SAUDE	4.945.512,01
17213300010100		PAB FIXO	909.456,00
17213300010101		PAB FIXO	909.456,00
	16400	ATENCAO BASICA	909.456,00
17213300010200		ATENÇÃO BÁSICA	3.484.152,00
17213300010201		SAUDE DA FAMILIA	1.026.720,00
	16400	ATENCAO BASICA	1.026.720,00
17213300010202		AGENTES COMUNITARIOS	1.001.832,00
	16400	ATENCAO BASICA	1.001.832,00
17213300010203		SAUDE BUCAL	267.600,00
	16400	ATENCAO BASICA	267.600,00
17213300010204		PROGRAMA DE MELHORIA ACESSO E QUALIDADE	708.000,00
	16400	ATENCAO BASICA	708.000,00
17213300010205		NASF -NUCLEO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA	480.000,00
	16400	ATENCAO BASICA	480.000,00
17213300020100		MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	210.000,00
17213300020101		SAMU	150.000,00
	15700	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	150.000,00
17213300020103		MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - PRO DENTARIA	60.000,00
	16500	Atenção Média e Alta Complex. Amb. e Hos	60.000,00
17213300030000		VIGILANCIA EM SAÚDE	151.449,61
17213300030100		VIG. EPIDEMIOLOGICA	125.618,61
	16600	Vigilância em Saúde	125.618,61
17213300030400		ACOES ESTRUT. VIGILANCIA SANITARIA	25.831,00
	16600	Vigilância em Saúde	25.831,00
17213300040000		PROGRAMAS FARMACEUTICOS	190.454,40
17213300040300		OUTROS PROGR FARMACIAS	190.454,40
	16700	Assistência Farmacêutica Básica	190.454,40
17213400000000		TRANSF.REC.F.N.ASSIST.SOCIAL-FNAS	252.000,00
17213400010000		PPD	52.000,00
	15200	Outras Transf.Rec.Fundo de Assist. Socia	52.000,00
17213400040000		PROGRAMA BOLSA FAMILIA	10.000,00
	16300	Bolsa Família	10.000,00
17213400050000		CREAS - MEDIA E ALTA	78.000,00
	15200	Outras Transf.Rec.Fundo de Assist. Socia	78.000,00
17213400070000		IDOSO - ATENÇÃO BASICA	12.000,00
	15200	Outras Transf.Rec.Fundo de Assist. Socia	12.000,00
17213400080000		CRAS - ATENCAO BASICA	100.000,00
	15200	Outras Transf.Rec.Fundo de Assist. Socia	100.000,00
17213500000000		TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE	1.837.000,00
17213501000000		TRANSFERENCIAS DO SALARIO-EDUCACAO	1.300.000,00
	15800	Salário Educação	1.300.000,00

**MUNICIPIO DE TIMBO****Planilhas Planejamento****Receitas (LDO)**

Ano LDO: 2015 Versão: 1

17213503000000		TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REF.PNAE	500.000,00
	16000	Programa Nacional de Alimentação Escolar	500.000,00
17213504000000		TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REF.PNATE	17.000,00
	16100	Progr. Nac. Apoio ao Transporte Escolar	17.000,00
17213599000000		OUTRAS TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE	20.000,00
	16200	Outros Recursos FNDE	20.000,00
17213600000000		TRANSF FINANC ICMS-DESONERACAO LC 87/96	150.000,00
	10000	Recursos Ordinários	73.500,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	42.000,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	34.500,00
17219900000000		OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	650.000,00
	10000	Recursos Ordinários	650.000,00
17220000000000		TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	34.310.275,56
17220100000000		PARTICIPACAO NA RECEITA DOS ESTADOS	33.255.000,00
17220101000000		COTA-PARTE DO ICMS	28.800.000,00
	10000	Recursos Ordinários	14.112.000,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	8.064.000,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	6.624.000,00
17220102000000		COTA-PARTE DO IPVA	4.000.000,00
	10000	Recursos Ordinários	1.960.000,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.120.000,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	920.000,00
17220104000000		COTA-PARTE DO IPI S/ EXPORTACAO	450.000,00
	10000	Recursos Ordinários	220.500,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	126.000,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	103.500,00
17220113000000		COTA-PARTE DA CONTRIB. INTERV. DOM.ECON.	5.000,00
	11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	5.000,00
17223300000000		TRANSF. DE REC. DO ESTADO P/ PROG.SAUDE	1.055.275,56
17223300010000		FARMACIA BASICA DO ESTADO	184.085,16
	16700	Assistência Farmacêutica Básica	184.085,16
17223300040000		COFINANCIAMENTO DA ATENCAO BASICA	335.100,00
	16400	ATENCAO BASICA	335.100,00
17223300050000		FINANCIAMENTO CAPS	339.660,00
	16500	Atenção Média e Alta Complex. Amb. e Hos	339.660,00
17223300060000		MAC POLICLINICA	180.000,00
	16500	Atenção Média e Alta Complex. Amb. e Hos	180.000,00
17223300070000		MAC S.M.S.	16.430,40
	16500	Atenção Média e Alta Complex. Amb. e Hos	16.430,40
17240000000000		TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	12.000.000,00
17240100000000		TRANSFERENCIAS RECURSOS DO FUNDEB	12.000.000,00
	11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	12.000.000,00
17300000000000		TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVAD	43.000,00
17300000010000		TRANSF. PARA O FIA PESSOA JURIDICA	43.000,00
	17700	FIA Imposto de Renda	43.000,00
17500000000000		TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	5.800,00
17500000020000		TRANSF. PARA O FIA PESSOA FISICA	5.800,00
	17700	FIA Imposto de Renda	5.800,00
19000000000000		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.992.212,43
19100000000000		MULTAS E JUROS DE MORA	1.865.000,00
19110000000000		MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	75.000,00
19113500000000		MUL.JUR.MORA TX FISC.VIGILANCIA SANIT	2.000,00
	10000	Recursos Ordinários	2.000,00
19113800000000		MULTAS E JUROS DE MORA DO IMP. S/ IPTU	32.000,00
	10000	Recursos Ordinários	15.680,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	8.960,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	7.360,00

**MUNICIPIO DE TIMBO****Planilhas Planejamento****Receitas (LDO)**

Ano LDO: 2015 Versão: 1

19114000000000		MULTA E JUROS DE MORA - ISS	20.000,00
	10000	Recursos Ordinários	9.800,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	5.600,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	4.600,00
19119800000000		MULTAS E JUROS MORA CONTRIB. DE MELHORIA	3.000,00
	10000	Recursos Ordinários	3.000,00
19119900000000		MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	18.000,00
19119901000000		MULTAS E JUROS MORA DE OUTROS TRIBUTOS	18.000,00
	10000	Recursos Ordinários	18.000,00
19130000000000		MULT JUROS MORA DIV ATIVA DOS TRIBUTOS	710.000,00
19131100000000		MULTAS E JUROS DE MORA - IPTU	300.000,00
	10000	Recursos Ordinários	147.000,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	84.000,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	69.000,00
19131300000000		MULTAS E JUROS DE MORA - ISS	200.000,00
	10000	Recursos Ordinários	98.000,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	56.000,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	46.000,00
19133500000000		MULT JUR MORA DIV ATIV-TX FISC VIG SANIT	16.000,00
	10000	Recursos Ordinários	16.000,00
19139800000000		MULT JUR MORA DIV ATIVA - CONTR MELHORIA	44.000,00
	10000	Recursos Ordinários	44.000,00
19139900000000		MULT JUR MORA DIV ATIVA - OUTR. TRIBUTOS	150.000,00
	10000	Recursos Ordinários	150.000,00
19150000000000		MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA DE OUTRAS RECE	4.000,00
19159900000000		OUTRAS MUL JUR MORA D.A. OUTRAS RECEITAS	4.000,00
19159901000000		OUTRAS MUL JUR MORA DIV ATIV OUT REC-PRI	4.000,00
	10000	Recursos Ordinários	4.000,00
19180000000000		MULT E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	41.000,00
19189900000000		OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	41.000,00
	10000	Recursos Ordinários	1.000,00
	20000	Recursos Ordinários - Outros	40.000,00
19190000000000		MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	1.035.000,00
19191500000000		MULTAS PREVISTAS NA LEGISL. DE TRANSITO	955.000,00
	15400	Convênio Trânsito - Militar	143.250,00
	15500	Convênio Trânsito - Civil	143.250,00
	15600	Convênio Trânsito - Prefeitura	668.500,00
19195000000000		MULTAS POR AUTOS DE INFRACAO	30.000,00
	10000	Recursos Ordinários	30.000,00
19199900000000		OUTRAS MULTAS	50.000,00
19199900010000		OUTRAS MULTAS	50.000,00
	10000	Recursos Ordinários	50.000,00
19200000000000		INDENIZACOES E RESTITUICOES	542.412,43
19210000000000		INDENIZACOES	1.000,00
19219900000000		OUTRAS INDENIZACOES	1.000,00
	20000	Recursos Ordinários - Outros	1.000,00
19220000000000		RESTITUICOES	541.412,43
19221000000000		COMP.FIN.REGIME GERAL E PROPRIO PREV	130.000,00
19221002000000		COMP.FIN.ENTRE RG X RPPS - PARCELAM.	130.000,00
	10300	Contribuição para o RPPS	130.000,00
19229900000000		OUTRAS RESTITUICOES	411.412,43
	10000	Recursos Ordinários	339.600,00
	10300	Contribuição para o RPPS	5.000,00
	16400	ATENCAO BASICA	37.212,43
	16500	Atenção Média e Alta Complex. Amb. e Hos	20.000,00
	20000	Recursos Ordinários - Outros	9.600,00
19300000000000		RECEITA DA DIVIDA ATIVA	2.029.000,00
19310000000000		RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	1.890.000,00



**MUNICIPIO DE TIMBO****Planilhas Planejamento****Receitas (LDO)**

Ano LDO: 2015 Versão: 1

19311100000000		RECEITA DA DA A PROP. PRED. E TER. IPTU	800.000,00
	10000	Recursos Ordinários	392.000,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	224.000,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	184.000,00
19311300000000		RECEITA DA DIVIA ATIVA - ISS	550.000,00
	10000	Recursos Ordinários	269.500,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	154.000,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	126.500,00
19313500000000		RECEITA DA D. A. TX VIGILANCIA SANITARIA	30.000,00
	10000	Recursos Ordinários	30.000,00
19319800000000		RECEITA DA DIVIDA ATIVA DA CONTRIBUICAO	60.000,00
	10000	Recursos Ordinários	60.000,00
19319900000000		RECEITA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	450.000,00
19319901000000		REC DIV ATIV OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL	450.000,00
	10000	Recursos Ordinários	450.000,00
19320000000000		RECEITAS DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	139.000,00
19329900000000		REC. D.A. NAO TRIBUT. DE OUTRAS RECEITAS	139.000,00
19329901000000		REC DIV ATIV NAO-TRIB OUTRAS REC-PRINCIP	127.000,00
	10000	Recursos Ordinários	8.000,00
	20000	Recursos Ordinários - Outros	119.000,00
19329902000000		PARCELAMENTOS - D. A. NAO TRIB. OUTRAS R	12.000,00
	10000	Recursos Ordinários	12.000,00
19900000000000		RECEITAS DIVERSAS	555.800,00
19909900000000		OUTRAS RECEITAS	555.800,00
19909900010000		OUTRAS RECEITAS	136.200,00
19909900018000		OUTRAS RECEITAS	136.200,00
	10000	Recursos Ordinários	131.200,00
	10300	Contribuição para o RPPS	5.000,00
19909900180000		OUTRAS RECEITAS FASS	106.000,00
	10300	Contribuição para o RPPS	106.000,00
19909900190000		OUTRAS RECEITAS FME	3.000,00
	10000	Recursos Ordinários	3.000,00
19909900250000		OUTRAS RECEITAS SAMAE	10.600,00
	20000	Recursos Ordinários - Outros	10.600,00
19909900260000		OUTRAS RECEITAS FCT	300.000,00
	10000	Recursos Ordinários	300.000,00
20000000000000		RECEITAS DE CAPITAL	36.691.000,00
21000000000000		OPERACOES DE CREDITOS	10.000.000,00
21100000000000		OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	10.000.000,00
21190000000000		OUTRAS OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	10.000.000,00
	18300	Oper. Credito Int. - Outros Programa s	10.000.000,00
22000000000000		ALIENACAO DE BENS	30.000,00
22100000000000		ALIENACAO DE BENS MOVEIS	30.000,00
22190000000000		ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	30.000,00
22190000010000		ALIEN. DE BENS MOVEIS NAO VINCULADOS	30.000,00
	18900	Alienações Bens dest. a Outros Programas	30.000,00
23000000000000		AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS	1.000,00
23009900000000		AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS DIVERSOS	1.000,00
	10000	Recursos Ordinários	1.000,00
24000000000000		TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	26.660.000,00
24700000000000		TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	26.660.000,00
24710000000000		TRANSF. CONV. UNIAO E SUAS ENTIDADES	25.660.000,00
24710100000000		TRANSFERENCIAS DE CONV. DA UNIAO SUS	410.000,00
	12300	Transferências de Convênios - Saúde	410.000,00
24710200000000		TRANS.CONVENIOS UNIAO DEST.PROG.EDUCACAO	300.000,00
	12200	Transferências de Convênios - Educação	300.000,00
24710300000000		TRANS.CONV. UNIAO DEST.PROG.SANEAMENTO	16.350.000,00
	22400	Transf.de Convênios - Outros	16.350.000,00

**MUNICIPIO DE TIMBO****Planilhas Planejamento****Receitas (LDO)**

Ano LDO: 2015 Versão: 1

24710500000000		TRANS.CONV. UNIAO DEST.PROG.INFRA TRAN	5.000.000,00
	12400	Transferências de Convênios - Outros	5.000.000,00
24719900000000		OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIO UNIAO	3.600.000,00
	12400	Transferências de Convênios - Outros	3.600.000,00
24720000000000		TRANSF. CONV. ESTADOS E DIST.FEDERAL	1.000.000,00
24729900000000		OUTRAS TRANSF. DE CONVENIO DOS ESTADOS	1.000.000,00
	12400	Transferências de Convênios - Outros	1.000.000,00
70000000000000		RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	5.301.000,00
72000000000000		RECEITA DE CONTRIBUICOES	5.191.000,00
72100000000000		CONTRIBUICOES SOCIAIS	5.191.000,00
72102900000000		CONTRIB. P/ PLANO DE SEG SOCIAL SE	4.500.000,00
72102901000000		CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR AT	4.500.000,00
	10300	Contribuição para o RPPS	4.500.000,00
72109900000000		OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	691.000,00
72109900010000		OBRICACAO PATRONAL SERV. ATIVO FASS	591.000,00
	10300	Contribuição para o RPPS	591.000,00
72109900020000		OBRICACAO PATRONAL SERV. INATIVO FASS	100.000,00
	10300	Contribuição para o RPPS	100.000,00
76000000000000		RECEITA DE SERVICOS	110.000,00
76004100000000		SERV. CAPCAO,TRATA.,RESERVA E DISTRIB.	110.000,00
	20000	Recursos Ordinários - Outros	110.000,00
10000000000000		(R)DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE	-10.401.200,00
17000000000000		(R)DEDUCAO DA RECEITA DE TRANSF.CORRENTE	-10.401.200,00
17200000000000		(R)DEDUCAO DA RECEITA DE TRANSF.INTERGOV	-10.401.200,00
17210000000000		(R)DEDUCAO DA RECEITA DE TRANSF.DA UNIAO	-3.751.200,00
17210100000000		(R)DEDUCAO DA REC.DE PART. REC.DA UNIAO	-3.721.200,00
17210102000000		(R)DED. DA REC.DO F.DE PART.DOS MUN-FPM	-3.720.000,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	-3.720.000,00
17210105000000		(R)DED. DA REC.DO IMP.S.A PROP.TER.R.ITR	-1.200,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	-1.200,00
17213600000000		(R)DEDUCAO DA REC. DO ICMS DES.-LC87/96	-30.000,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	-30.000,00
17220000000000		(R)DED RECEITA DE TRANSFERENCIA DO ESTAD	-6.650.000,00
17220100000000		(R)DED REC DE TRANSFERENCIA DOS ESTADOS	-6.650.000,00
17220101000000		(R)DEDUCAO DA RECEITA DO ICMS	-5.760.000,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	-5.760.000,00
17220102000000		(R)DEDUCAO DA REC. DA COTA-PARTE DO IPVA	-800.000,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	-800.000,00
17220104000000		(R)DEDUCAO DA RECEITA DO IPI/EXPORTACAO	-90.000,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	-90.000,00
<b>Total</b>			<b>153.000.000,00</b>

**MUNICIPIO DE TIMBO****Planilhas Planejamento****Receitas (LDO)**

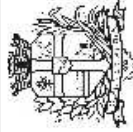
Ano LDO: 2015 Versão: 1

Resumo por Vínculo		
10000	Recursos Ordinários	42.264.820,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	10.839.040,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	17.447.340,00
10300	Contribuição para o RPPS	14.365.000,00
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	5.000,00
11700	Contribuição para o COSIP	1.550.000,00
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	12.000.000,00
12200	Transferências de Convênios - Educação	300.000,00
12300	Transferências de Convênios - Saúde	410.000,00
12400	Transferências de Convênios - Outros	9.600.000,00
15200	Outras Transf.Rec.Fundo de Assist. Socia	260.000,00
15400	Convênio Trânsito - Militar	146.250,00
15500	Convênio Trânsito - Civil	146.250,00
15600	Convênio Trânsito - Prefeitura	682.500,00
15700	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	150.000,00
15800	Salário Educação	1.300.000,00
16000	Programa Nacional de Alimentação Escolar	500.000,00
16100	Progr. Nac. Apoio ao Transporte Escolar	17.000,00
16200	Outros Recursos FNDE	20.000,00
16300	Bolsa Família	10.000,00
16400	ATENCAO BASICA	4.877.920,43
16500	Atenção Média e Alta Complex. Amb. e Hos	636.090,40
16600	Vigilância em Saúde	361.449,61
16700	Assistência Farmacêutica Básica	382.539,56
17700	FIA Imposto de Renda	48.800,00
18300	Oper. Credito Int. - Outros Programa s	10.000.000,00
18900	Alienações Bens dest. a Outros Programas	30.000,00
20000	Recursos Ordinários - Outros	8.300.000,00
22400	Transf.de Convênios - Outros	16.350.000,00
<b>Total</b>		<b>153.000.000,00</b>

## **ANEXO IV**

### **DEMONSTRATIVO L**

- **PROGRAMAS DE GOVERNO –  
GERENTES DOS PROGRAMAS –  
DIAGNÓSTICOS – DIRETRIZES –  
OBJETIVOS;**
- **DEMONSTRATIVO DE AÇÕES -  
PRODUTO – UNIDADE DE MEDIDA –  
META – VALOR – FONTE DE  
RECURSOS;**
- **DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E  
OBJETIVOS DOS PROGRAMAS DE  
GOVERNO.**

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2015 Versão: 1

**PROGRAMA DE GOVERNO:****0001- PROCESSO LEGISLATIVO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Poder Legislativo Municipal é composto por nove vereadores e tem funcionamento em imóvel próprio, com autonomia financeira, e apoio de dez servidores (um Assessor Jurídico, dois Assessores Parlamentares, um Assessor Parlamentar Especial, um Contador, uma Analista Legislativo, um Advogado, um Agente Administrativo, uma Assessora de Comunicação Social e um Diretor Geral) e serviços de limpeza terceirizado.

DIRETRIZES:

Realização de sessões ordinárias conforme o Regimento Interno; realização de sessões extraordinárias e solenes quando convocadas; realização de reuniões das Comissões; recebimento, discussões e votações de projetos de leis; apresentação de projetos de leis, resoluções, indicações e requerimentos; fiscalização dos atos da Administração Pública; julgamento das contas anuais do Prefeito; execução das demais atribuições do Poder Legislativo Municipal; Realização das Sessões da Câmara Mirim.

OBJETIVOS:

Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo, quais sejam, legislar e fiscalizar. Aquisições de automóveis de acordo com a necessidade; adequação do quadro de pessoal; realização de concurso público e contratação de novos profissionais; atualização da biblioteca; aquisição de equipamentos e móveis; manutenção das secretarias. Praticar a transparência dos seus atos, através de contratação de Agência ou diretamente pela Câmara; Executar as Atividades relacionadas da Câmara Mirim.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1001	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS DO PODER LEGISLATIVO	Unidade Gestora	UN	1,0000	120.000,00	Recursos Fiscais
1003	FROTA DE VEÍCULO DO PODER LEGISLATIVO	Veículo	UN	1,0000	80.000,00	Recursos Fiscais
1005	OBRAS E CONSTRUÇÕES DO PODER LEGISLATIVO	Prédio	Etapa	<del>1,0000</del> 30	100.000,00	Recursos Fiscais
2000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	Unidade Gestora	UN	1,0000	635.000,00	Recursos Fiscais
2002	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA LEGISLATIVA	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.861.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA					<b>2.796.000,00</b>	

**DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0001**

AÇÃO: 1001

Equipar a Câmara de Vereadores com computadores e softwares de informática, impressoras, livros para a biblioteca administrativa e legislativa, mobiliário e Equipamentos diversos. Estudos e Projetos para a Sede. Compra e instalação de Elevador para a sede da Câmara Municipal.

AÇÃO: 1003

Equipar a Câmara de Vereadores com 2 (dois) veículos, de acordo com as necessidades.

AÇÃO: 1005

Construções e Manutenções necessárias para a Sede.

AÇÃO: 2000

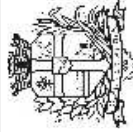
IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento

38



**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2015 Versão: 1**

Assessoria Administrativa da Câmara de Vereadores: manter as atividades dos departamentos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais e legais. Alteração, criação, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação, treinamento, entre outros. Fimar convênios e contratos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, para o aperfeiçoamento e apoio dos trabalhos da secretaria e consultorias / assessorias específicas de acordo com as necessidades. Implementar atividades contábeis em conformidade com o Sistema de Controle Interno Municipal e legislação vigente. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Praticar o princípio da transparência dos atos da administração; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

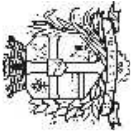
**AÇÃO: 2002**

Assessoria Legislativa da Câmara de Vereadores: manter as atividades do departamento, eventos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais e legais. Alteração, criação, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação, treinamento, entre outros. Contratar serviços técnicos especializados, para o aperfeiçoamento e apoio dos trabalhos da secretaria e consultorias / assessorias específicas de acordo com as necessidades. Divulgar os trabalhos legislativos, atos oficiais e publicidade institucional. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões quanto às ações do Governo Municipal, através da realização de Audiências Públicas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Manter as atividades do Processo Legislativo, realização de sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, remuneração dos Vereadores e servidores envolvidos no processo legislativo conforme legislação em vigor. Implantação e Execução Câmara Mirim.

*IPM Informática Pública Municipal*

Atende.Net

Planejamento  
39



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0005: OPERAÇÕES ESPECIAIS COM DÍVIDA E PRECATÓRIOS

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Compreendem as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. O município de Timbó possui parcelamentos de dívidas com o INSS, BNDES (PMAT) e BADESC e tem programação de pagamento de sentenças judiciais através de precatórios ou requisição de pequeno valor - RPV.

DIRETRIZES:

Manter o cadastro sempre atualizado para que seja possível apresentar informações concretas e resguardar o patrimônio do município em relação a reclamações judiciais, entre outras.

OBJETIVOS:

Saldar mensalmente os parcelamentos das dívidas, cumprir com as obrigações dos precatórios/RPV.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2	DÍVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	Parcela Mensal	Unidade	12,0000	1.350.000,00	Recursos Fiscais
3	SENTENÇAS JUDICIAIS CONTRA O MUNICÍPIO	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	150.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0005					1.500.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0005

AÇÃO: 1

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 2

Saldar mensalmente os parcelamentos da dívida com o INSS, BNDES, BADESC e outros institutos de fomento (Poder Executivo).

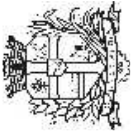
AÇÃO: 3

Pagar eventuais obrigações com Precatórios/RPV.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
40



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0007- ENCARGOS DO MUNICÍPIO COM O PASEP

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Compreendem as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. O município de Timbó contribui mensalmente para a formação do PASEP na proporção de 1% sobre a arrecadação da receita exceto convênios e operações de crédito.

DIRETRIZES:

Salidar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP.

OBJETIVOS:

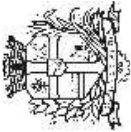
Salidar mensalmente a contribuição com a formação do PASEP.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
4	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP PMT.	Parcela Mensal	Unidade	12,0000	1.000.000,00	Recursos Fiscais
5	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FMS.	Parcela Mensal	UN	12,0000	73.000,00	Recursos Fiscais
6	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FMAS.	Parcela Mensal	UN	12,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
7	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FIA.	Parcela Mensal	UN	12,0000	1.000,00	Recursos Fiscais
8	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FUMTUR.	Parcela Mensal	UN	12,0000	3.000,00	Recursos Fiscais
9	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FUNTRAM.	Parcela Mensal	UN	12,0000	16.000,00	Recursos Fiscais
10	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FUMREBOMPOM.	Parcela Mensal	UN	12,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
11	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FME.	Parcela Mensal	und	12,0000	15.000,00	Recursos Fiscais
12	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FCT.	Parcela Mensal	UN	12,0000	17.000,00	Recursos Fiscais
13	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP SAMAE.	Parcela Mensal	Unidade	1,0000	83.000,00	Recursos Fiscais
14	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FMMA.	Parcela Mensal	UN	12,0000	1.500,00	Recursos Fiscais
15	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FMDDD.	Parcela Mensal	UN	12,0000	1.000,00	Recursos Fiscais
16		Parcela Mensal	UN	12,0000	4.000,00	Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
41



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP					
- FUMDEC					
TOTAL DO PROGRAMA 0007				1.224.500,00	

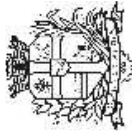
DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0007

- AÇÃO: 4  
Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP da PMT.
- AÇÃO: 5  
Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do FMS
- AÇÃO: 6  
Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do FMAS.
- AÇÃO: 7  
Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do FIA.
- AÇÃO: 8  
Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do FUMTUR.
- AÇÃO: 9  
Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do FUMTRAN.
- AÇÃO: 10  
Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do FUMREBOMPOM.
- AÇÃO: 11  
Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP da FME, que como Fundação é 1% sobre a folha de pagamento.
- AÇÃO: 12  
Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP da FCT.
- AÇÃO: 13  
Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do SAMAE.
- AÇÃO: 14  
Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do FMMA.
- AÇÃO: 15  
Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do FMDDD.
- AÇÃO: 16  
Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do FUMDEC.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
42



**MUNICÍPIO DE TIMBÓ**

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

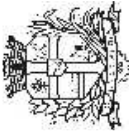
Página 6 de 77  
Impresso em: 26/ago/2014  
Às 16:55:45 Horas

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
43





MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0010- GESTÃO DA ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Secretaria de Articulação Política e Institucional está estruturada com Assessorias Técnicas, Assessorias Especiais e a Secretaria Executiva do Gabinete, respondendo, ainda, pelas ações de captações de recursos, dentre outras ações congêneres. Além disto, cabe à respectiva Secretaria o assessoramento direto ao Prefeito e Vice-Prefeito. A gestão da articulação das políticas públicas tem como objetivo geral manter o diálogo constante com o Poder Legislativo Municipal, com as demais esferas de Poder da Federação (União e Estado) bem como com a comunidade. Além disto, a Secretaria de Articulação Política e Institucional atua como parceira de instituições de relevante interesse público para a consecução de suas atribuições.

DIRETRIZES:

Elaborar a articulação política e institucional necessária à gestão pública municipal; acompanhar o processo legislativo; publicar os atos da administração, coordenar a execução das políticas públicas diretamente na comunidade; defesa dos interesses do Município e dos cidadãos (agenda comunitária); planejar as ações da administração; promover ações visando à captação de recursos junto aos Governos Estadual e Federal; acompanhar e avaliar os programas de governo; assessorar o Prefeito em todos os temas que dizem respeito à atuação internacional do município; promover as relações públicas do Gabinete.

OBJETIVOS:

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais; praticar o princípio da transparência dos atos da administração; envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2004	MANUTENÇÃO DOS GABINETES E ASSESSORIAS	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	1.280.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0010					1.280.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0010

AÇÃO: 1007

Não contemplado em 2015

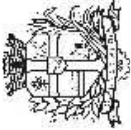
AÇÃO: 2004

Gabinete do Prefeito e Vice, Assessoria Técnica e Captação de Convênios, manter as atividades dos departamentos, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Gerar as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos da Secretaria. Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas que desempenham funções de destacado interesse público. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Promover a visibilidade internacional do município buscando atrair investimentos para a cidade, bem como aprimorando as políticas públicas a partir de perspectivas e culturas distintas. Preparar cerimônias de recepção de diversas autoridades nacionais e internacionais, incluídas as despesas com alimentação destes eventos. Reaparelhar as Assessorias com equipamentos de informática e periféricos atualizados, além de implementos tecnológicos que auxiliem no desempenho das funções institucionais, adequação do mobiliário, bem como a readequação do espaço físico.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
44



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0012- GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO MUNICIPAL

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Parte integrante da Secretaria Municipal de Articulação Política e Institucional (Gabinete do Prefeito) está o Departamento de Comunicação Social do Município de Timbó. No setor de imprensa são produzidas todas as informações da administração pública municipal para a Imprensa, para o site institucional e redes sociais oficiais do município. Essas informações são produzidas com cunho jornalístico ou publicitário e de utilidade pública (no caso de campanhas como trânsito e vacinação). São utilizadas todas as ferramentas da área da comunicação para que essa divulgação seja eficiente (multimídia). Somos parceiros de eventos promocionais da comunidade, ONGs, associações e clubes de serviços: festa de aniversário, reuniões de associações de bairros e festas populares, como em eventos da administração das diversas secretarias: esportes, cultura, lazer, saúde, obras, etc. Produzimos material impresso (jornais e informativos em geral). Temos a responsabilidade de gravação dos "spots" para rádio, gravação e edição de vídeos. Realizamos o "clipping" das informações que se referem à administração (com as referências) e auxiliamos nas respostas necessárias para prefeito, vice-prefeito, secretários e demais servidores municipais à mídia, quando se fizer necessário. Atualização do site institucional (terceirizado). Atualização do site e manutenção das redes sociais oficiais. Desenvolvimento, correção e execução de protocolo (mestre de cerimônia terceirizado) em todos os eventos, festas, seminários, reuniões comunitárias e demais reuniões promovidas pelas secretarias, fundações e autarquias (área de Relações Públicas). Na área de Publicidade e Propaganda, atuamos na construção de campanhas publicitárias de cunho institucional para divulgar as obras e ações da Prefeitura, fundações e autarquia, através da compra de espaços publicitários em veículos de comunicação (jornal, revista, internet, TV, rádio, etc.). Realizamos a confecção dos materiais e a serem divulgados nesses espaços na própria Assessoria Institucional de Comunicação Social ou terceirizando esse serviço para agências de propaganda/assessorias de comunicação, ficando esta decisão a critério da Administração, tendo como parâmetros a urgência e a complexidade do serviço. Finalmente, na área de comunicação em geral, esta Assessoria é responsável por orientar/aplicar quanto à identidade visual da Prefeitura: fundações e autarquia, incluindo a identidade visual de prédios e espaços públicos, veículos, máquinas e qualquer outro produto ou ferramenta sob a responsabilidade do Município, seja qual o Município seja parceiro.

Publicar os atos da Administração; coordenar/auxiliar na comunicação entre as secretarias, fundações e autarquia e entre a Administração e a Comunidade/Sociedade timboenses, assim como a comunicação entre a Administração e os demais municípios, estados e União, entidades governamentais e não governamentais, quando se fizer necessário; acompanhar os acontecimentos do Município e projetá-los em âmbito regional, estadual e nacional, quando se fizer necessário. Em nome da boa comunicação, precisamos estar sempre atentos quanto ao direcionamento dado às informações do Município. Para tanto buscamos apoio publicitário e de relacionamento com a imprensa, a fim de atingirmos nossos objetivos de forma eficiente, com foco no melhor entendimento das ações do Município por parte dos diversos públicos envolvidos. Para melhorar a logística no trabalho interno de imprensa, devemos ter como apoio a relação social entre imprensa, público e servidores municipais. Também precisamos adquirir equipamentos que satisfaçam a necessidade do setor, substituir os obsoletos e investir em treinamento de pessoal (servidores do setor e de outros setores do Município, a exemplo de mídia training). Precisamos zelar pela imagem do Município, inclusive visual, para isso padronizando cada vez mais a identidade visual da Prefeitura, fundações e autarquia, reforçando a presença e facilitando a percepção da comunidade quanto ao papel do poder público municipal.

OBJETIVOS:

Melhorar e ampliar o alcance dos serviços públicos municipais; praticar o princípio da transparência dos atos da administração; envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Principal objetivo é de bem informar a população sobre os atos da administração pública. Cooperar com a democracia da informação de forma coerente e institucional, dentro dos parâmetros legais. Estarmos sempre bem preparados tecnicamente para dentro de nossa responsabilidade, sermos práticos e resolutivos em nossas ações.

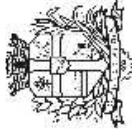
AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2008	MANUTENÇÃO DOS SETORES DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS.	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	1.140.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0012					1.140.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0012

IPM Informática Pública Municipal

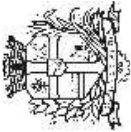
Atende.Net

Planejamento  
45

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2015 Versão: 1****AÇÃO: 2008**

Departamento de Comunicação e Relações Públicas: manter as atividades dos departamentos, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento. Divulgar os trabalhos legislativos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Equipar o DICOM e DRP com 01 filmadora, 01 condicionador de ar, 02 câmeras fotográficas, impressoras laser, tablets, placas de vídeo, softwares em geral, cabos de apoio, computadores atualizados para repor os depreciados e mobiliário.

*IPM Informática Pública Municipal**Atende.Net**Planejamento  
46*



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0013- DEFESA CIVIL

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Nosso município, devido a sua localização geográfica, ao longo de sua História sofreu com problemas relacionados a enchentes e vendavais. Em especial no mês de novembro de 2008 sofremos, além dos eventos normais, com desmoronamentos na área urbana e rural. O Conselho Municipal de Defesa Civil têm a prerrogativa de decidir e controlar as situações de emergência.

DIRETRIZES:

Manter sempre a disposição à estrutura da Administração Direta e Indireta para atender as solicitações da Defesa Civil. Bem como propiciar conforto as pessoas atingidas por catástrofes e garantir a dignidade dos atingidos.

OBJETIVOS:

Atender prontamente, com efetividade, qualquer eventualidade que interferir no cotidiano normal do município e que venha a prejudicar a população timboense. Bem como através da defesa civil coordenar serviços de apoio a cidades vizinhas atingidas por eventuais calamidades públicas. Firmar convênios com órgãos Federais e Estaduais para restabelecer a normalidade dos atendimentos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2110	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL - FUMDEC	Unidade Gestora	UN	1,0000	66.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0013					66.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0013

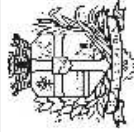
AÇÃO: 2110

Manter as atividades do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil - FUMDEC. Atender de pronto as eventualidades e manter: eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Aquisição de mobiliário para o dpto como mesas, cadeiras, computador, armários, ar condicionado, dentre outros e ainda aquisição de canoas.

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento  
47



## MUNICÍPIO DE TIMBÓ

### Programas Detalhados

Ano LDO: 2015 Versão: 1

#### PROGRAMA DE GOVERNO:

##### 0015- ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE MUNICIPAL.

#### GERENTE DO PROGRAMA:

#### DIAGNÓSTICO:

Timbó. Tem como parâmetro, para exercer suas atividades, os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A legislação pertinente a execução das atividades públicas se modifica constantemente sendo necessário capacitar os funcionários para que o município possa acompanhar as mudanças sem prejuízo do setor público, hoje em dia, é respeitar o novo código de ética do governo que é a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Os pilares da LRF são planejamento, controle, transparência e responsabilidade. Considerando que Timbó possui, além da Unidade Gestora Central, doze Fundos, três Fundações e uma Autarquia pode-se ressaltar que as atividades de administração e controle são muito complexas, porém fundamentais para o desenvolvimento de todas as políticas públicas do município. A Secretaria da Fazenda e Administração Pública - SEMFA é responsável por toda a equipe que proporciona as informações financeiras do município. Os setores responsáveis são: contabilidade, tesouraria, tributação e fiscalização tributária. O quadro de funcionários da Administração Municipal é composto de funcionários Estatutários, Estáveis, Cargos em Comissão, Empregados Públicos e Contratados por Tempo Determinado. O fluxo relacionado aos procedimentos de gestão de pessoas é complexo e segundo levantamento realizado deficitário. Há necessidade de implantarmos um processo de Gestão visando o alinhamento entre as expectativas do público interno e as estratégias corporativas de gestão de pessoas. O Clima Organizacional bem trabalhado pode trazer alguns benefícios para a organização: retenção de talentos; treinamentos sintonizados com os objetivos da empresa, gerando resultado; melhoria na produtividade; melhoria na comunicação interna da empresa, gerando resultados; aumento no comprometimento dos funcionários com a empresa; credibilidade e integração - união. A implantação de gestão adequada para os processos de informação é uma função da Secretaria da Fazenda e Administração Municipal. Há necessidade de adequar equipamentos, fluxos de atividades, softwares, pessoas e outros processos para que a comunidade seja beneficiada com os resultados. Um dos pontos fracos do setor é a segurança em relação a aspectos externos como vírus, hackers, entre outros.

#### DIRETRIZES:

Manter e melhorar as atividades dos setores de Arrecadação, Suprimentos, Controle, Patrimônio, Recursos Humanos, CPD, Protocolo, Licitações, Empenhos, Ouvidoria, Encargos do Município e dar suporte administrativo e financeiros a toda Administração Direta e Indireta. Adequar o quadro de funcionários para atender as necessidades de serviços da comunidade. Publicar os atos da administração, coordenar as atividades de planejamento, inclusive, as audiências públicas. Atender os princípios constitucionais e os fundamentos da LRF. Adquirir equipamentos que satisfaçam as necessidades dos setores e substituir os obsoletos. Modernizar os departamentos a fim de servir de exemplo em relação a eficiência e eficácia. Realizar, controlar, orientar e fiscalizar os atos da gestão municipal, buscando garantir o equilíbrio das contas públicas, implantar programas de redução de despesas, aumento da arrecadação, controle dos atos públicos, integração das políticas públicas, diminuição de absentismo, entre outros. Ampliar o quadro de funcionários. Descentralizar a Administração Indireta. Publicar os atos da administração, coordenar as atividades de planejamento, inclusive, as audiências públicas. Modernizar os departamentos a fim de servir de exemplo em relação a eficiência e eficácia. Melhorar o atendimento ao público interno da Administração Pública para que o resultado reflita no atendimento com qualidade aos municípios. Investir em tecnologia moderna, técnicas e ferramentas que possam possibilitar a implantação e controle de novos processos na gestão e qualificação de pessoas. Pesquisa de Clima é a percepção dos funcionários em relação às práticas e procedimentos organizacionais e o nível de satisfação existente. Permite a auto-análise da postura adotada na rotina de trabalho e consequentemente os prepara para mudanças de comportamento para que desempenhem suas funções com performance mais elevada. Os resultados apontam os aspectos em que se devem pautar as questões primordiais da empresa, alinhando as expectativas do público interno às diretrizes estratégicas da organização. A Pesquisa de Clima Organizacional visa reunir informações relacionadas ao ambiente organizacional, a percepção dos empregados em relação a esse ambiente, assim como suas reações e comportamentos a esta percepção. A pesquisa mensura a maneira como as pessoas interagem uma com as outras, com os clientes externos/interos/fornecedores e parceiros, bem como a satisfação dos empregados acerca de todo o contexto organizacional que as envolve. Adequar o quadro de funcionários. Adquirir equipamentos que satisfaçam a necessidade do setor e substituir os obsoletos. Modernizar o departamento a fim de servir de exemplo em relação a eficiência e eficácia. Garantir a qualificação dos funcionários para atender novas necessidades. Reestruturação das tecnologias de TI, o que dentre outras atividades compreende: Atualização dos Servidores de banco de dados, dos servidores de aplicação e de arquivos, no que tange a Hardware e software. Aquisição de estações de trabalho atualizadas e respectivos softwares. Interligação dos equipamentos de informática seja por cabeamento certificado ou via comunicação sem fio da mesma forma certificada. Aquisição de softwares de Monitoramento, Antivírus e controle de acesso. Atualização e modernização dos processos de segurança incluindo neste item o backup das informações nos servidores de toda rede. Investimento em Meios de armazenamento das mídias de Backup bem como em prevenção e contingência no Data Center Municipal, atualização de softwares e equipamentos de informática, bem como a interligação entre os diversos setores internos e externos do poder Público Municipal, a implantação dos arquivo digital, e do uso das tecnologias de comunicação via fibra ótica. Outra tarefa incumbida a este centro é a interligação de todas as unidades externas do poder público, quer sejam elas nas áreas de obras, saúde, educação, autarquias e fundações municipais e outras.

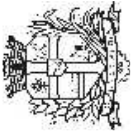
IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

48





MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

OBJETIVOS:

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais. Envolver a sociedade não governamentais através de audiências públicas. Melhorar e ampliar as ações planejadas com controle dos atos da administração e uma gestão responsável. Dar suporte administrativo, financeiro e operacional a Unidade Central, Fundos, Fundações e Autarquia. Firmar convênios, acordos, contratos e outros instrumentos de parcerias com Entidades, Organizações e o Governo Federal e Estadual. Proporcionar serviços públicos de qualidade como resultado da gestão de pessoas. Identificar os fatores que promovem ou interferem na motivação e qualidade de trabalho dos funcionários; Conhecer os pontos fortes e necessidades de intervenção nas estratégias e políticas adotadas pela empresa; Conhecer as impressões dos funcionários sobre a empresa e seu ambiente de trabalho. Incentivar trabalho em equipe, buscar aprimoramento de suas habilidades bem como seu potencial criativo. Aumentar a eficiência funcional e a eficiência. Identificar as próprias crenças sobre pessoas no trabalho. Definir competências necessárias por Servidor para cada "célula/área" de trabalho. Despertar o gerenciamento itinerante. Proporcionar ao Servidor organização física, mental, emocional, desenvolver trabalho em grupo e alinhamento pessoal com a organização. Melhorar hábitos de trabalho, sistema de trabalho e planejamento, além de implantar ações estratégicas visando o comprometimento de todos para um objetivo comum e consequentemente um bom ambiente de trabalho. Incentivar as ações para o Programa de Educação Fiscal.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1009	FROTA DE VEÍCULOS - SEMFA	Veículo	Unidade	3,7500	30.000,00	Recursos Fiscais
1011	OBRAS E CONSTRUÇÕES - SEMFA	Área	M2	25,0000	100.000,00	Recursos Fiscais
1013	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	10.000,00	Recursos Fiscais
2012	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	6.910.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0015					7.050.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0015

AÇÃO: 1009

Substituir a frota de veículos passeio, obsoleto, da Administração. Adquirir 15 veículos utilitários para as diversas secretarias do município.

AÇÃO: 1011

Adequar as construções da sede do município, Prédio da Prefeitura, e construir acomodações adequadas para o almoxarifado central.

AÇÃO: 1013

Equipar todos os setores da Administração Direta com móveis, mobiliário em geral e equipamentos de tecnologia de informação, informática, telefonia entre outros.

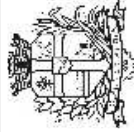
AÇÃO: 2012

Manter as atividades do setor de administração geral em todos os setores. Investir em eventos, contratações, consórcios, recursos humanos, material de consumo, serviços de terceiros, cursos e capacitações, publicações e publicidades dos atos e outros necessários para atingir as metas do programa de governo. Adequar e substituir móveis, livros, equipamentos, ferramentas profissionais entre outros que sejam necessários para a continuidade dos serviços públicos com qualidade e eficiência. Setores: de compras/suprimentos, patrimônio, controle interno, diversos conselhos municipais, contabilidade, tesouraria, tributação, fiscalização tributária, recursos humanos, protocolo unificado e CPD.

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento  
49

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2015 Versão: 1

**PROGRAMA DE GOVERNO:****0020- EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Educação Infantil é composta pelos Núcleos de Educação Infantil (creches), que atendem as crianças a partir de 04 meses até aos 03 anos e 11 meses de idade, compreendendo atualmente 10 unidades, com 1.471 atendimentos, com o período de permanência de 02 até 12 horas diárias, observando a necessidade das famílias; e pelas unidades Pré-Escolares com atualmente 13 unidades, atendendo 750 crianças na faixa etária de 04 até 05 anos e 11 meses, com a permanência de 04 horas diárias, sendo que na E.M. Tiroleses o atendimento para as crianças nessa faixa etária é integral. O processo educativo necessita de estrutura adequada com a disponibilização de materiais didáticos necessários ao bom desenvolvimento das crianças nessa faixa etária, como boas bibliotecas, profissionais com formação e qualificação para atividade educativa. A manutenção é necessária para evitar custos futuros, e devido a demanda principalmente nos Núcleos de Educação Infantil ocorre a necessidade da ampliação constante da rede. É oferecida alimentação de qualidade para as crianças, com acompanhamento técnico de uma nutricionista, visando garantir um bom desenvolvimento físico e social para todas as crianças.

DIRETRIZES:

Manter, melhorar e ampliar a estrutura existente, conforme a necessidade de novas vagas, disponibilizar equipamentos, material didático, de expediente, informatização, materiais de pesquisa. Oferta de formação permanente com cursos de capacitação e aperfeiçoamento para todos os profissionais que atuam na educação, alimentação de qualidade, transporte escolar, implantação de projetos de caráter social e formação da consciência ecológica.

OBJETIVOS:

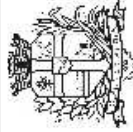
Promover o atendimento de todas as crianças de 04 meses até 03 anos e 11 meses nos Núcleos de Educação Infantil, e a partir de 04 anos até 05 anos e 11 meses nas Unidades Pré-Escolares, oferecendo educação de qualidade, alimentação, higiene, recreação, atividades relacionadas a formação da consciência de cidadania, propiciando assim uma aprendizagem integrada ao desenvolvimento e formação da consciência social, promover ações visando aprofundar a integração família/escola. Implementar, reformar e adaptar a Sede da SEMED. Firmar convênios, contratos ou acordos com os governos Federal, Estadual, Entidades e Fundações, organizações não governamentais e privadas.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1015	MODERNIZAÇÃO DOS NEIS	Equipamentos	Unidade	355,0000	100.000,00 20.000,00 100.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1017	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS NEIS	Área	M2	197,5000	60.000,00 500.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1021	MODERNIZAÇÃO DAS UPES	Equipamentos	Unidade	199,0000	70.000,00 6.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1023	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS UPES	Área	M2	87,0000	70.000,00 50.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2042	MANUTENÇÃO DOS NEIS	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	3.404.040,00 4.800.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2044	MERENDA ESCOLAR DOS NEIS	Aluno	Unidade	1.192,5000	250.000,00 217.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2046	MANUTENÇÃO DAS UPES	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	1.450.000,00 2.160.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2048	MERENDA ESCOLAR DAS UPES	Aluno	Unidade	1.050,0000	70.000,00	Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
50



## MUNICÍPIO DE TIMBÓ

### Programas Detalhados

Ano LDO: 2015 Versão: 1

				78.000,00	Recursos Fiscais
				13.405.040,00	
TOTAL DO PROGRAMA 0020					

#### DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0020

AÇÃO: 1015

Serão adquiridos para os Núcleos de Educação Infantil - NEIs os seguintes equipamentos: 18 computadores, 70 conjuntos escolares infantil c/70 mesas e 280 cadeiras, 14 impressoras, 19 aparelhos de som c/ mp3, 10 máquinas fotográficas digital, 10 DVDs, 15 televisores 42 polegadas de LED, 10 projetores multimídia, 40 ventiladores de teto, 30 escrivaninhas, 100 cadeiras estofadas fixas, 35 mesas redondas/quadradas/4 cadeiras, 35 estantes de aço ou MDF, 35 armários de aço ou MDF com tranca, 10 playgrounds, 10 arquivos de aço, 10 trocadores sob medida, 15 Ar condicionado split 12.000 btus, 6 jogos de cozinhas completo sob medida, 3 conjuntos de móveis sob medida para lactário (com geladeira, pia c/ balcão, fogão, armário, torneira elétrica, processador de alimentos, microondas, batedeiras) 10 estantes para uso geral sob medida, 100 carrinhos de bebê, 200 berços ou caminhas empilháveis, 30 conjuntos de mesa e bancos para refeitório infantil, 10 geladeiras duplex, 10 geladeiras industriais, 7 freezers verticais, 10 fogões domésticos de 6 bocas, 10 fogões industriais de 4 ou 6 bocas, 10 geladeiras industriais, 10 fornos elétricos com capacidade de 44 litros, 10 liquidificadores industriais, 10 multiprocessadores industrial de alimentos, 10 batedeiras planetárias, 20 bebedouros, 10 máquinas de lavar roupa de 12 quilos, 10 secadoras de roupas de 10 quilos, 10 microondas com capacidade de 31 litros, 5 sistemas de monitoramento interno por câmeras, 5 sistemas de interfone, 10 relógios ponto biométrico, entre outros itens, conforme a necessidade.

AÇÃO: 1017

Nesta ação serão construídos os seguintes imóveis: 1 Núcleo de Educação Infantil no bairro Capitais com aproximadamente 220,00m² e recuo para estacionamento externo com aproximadamente 540 m². Pavimentação da calçada e pátio interno do Nei Profa Maria Luiza Bell em aproximadamente 1.280,00m²; Pavimentação da calçada e pátio externo do Nei Lar da Criança em aproximadamente 600,00m². Em relação as reformas, serão efetuadas pinturas, reparos nas coberturas, impermeabilizações, consertos elétricos e hidráulicos dos Núcleos Educação Infantil.

AÇÃO: 1019

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 1021

Serão adquirido para as Unidades Pré-Escolares- UPEs os seguintes equipamentos: 13 computadores, 70 conjuntos escolares infantil c/70 mesas e 280 cadeiras, 13 impressoras, 13 aparelhos de som c/ mp3, 13 máquinas fotográficas digital, 13 DVDs, 13 televisores 42 polegadas de LED, 13 projetores multimídia, 30 ventiladores de teto, 20 escrivaninhas, 15 mesas redondas/quadradas com 4 cadeiras, 15 estantes de aço ou MDF, 15 armários de aço ou MDF com tranca, 13 playgrounds, 13 arquivos de aço, 30 Ar condicionado split 12.000 btus, 5 geladeiras duplex, 13 geladeiras industriais, 6 freezers verticais, 13 fogões domésticos de 6 ou 4 bocas, 13 fogões industriais de 6 bocas, 13 fornos elétricos com capacidade de 44 litros, 13 liquidificadores industriais, 13 multiprocessadores industrial de alimentos, 13 batedeiras planetárias, 13 bebedouros, 13 purificadores de água, 13 máquinas de lavar roupa de 15kg, 13 secadoras de roupa de 15 kg, 13 microondas com capacidade de 31 litros e outros, conforme a necessidade.

AÇÃO: 1023

Nesta ação será ampliada a Unidade Pré-Escolar "Jasmin", com aproximadamente 60,00m². Pavimentação e recuo do estacionamento externo da UPE Amor Perfeito com aproximadamente 65,00m².Em relação as reformas, será efetuadas pinturas, reparos nas coberturas, impermeabilizações, reformas elétricas e hidráulicas das Unidades Pré-Escolares.

AÇÃO: 2042

Manter as despesas com as atividades dos Núcleos Educação Infantil com o pagamento de salários de pessoal, vantagens, horas extras, terceirizações, encargos sociais, curso para capacitação dos profissionais da educação infantil, diárias para viagens combustíveis, material pedagógicos, manutenção das bibliotecas, material de expediente, material e serviço de limpeza, manutenção dos bens imóveis e móveis da educação, material elétrico, material hidráulico, manutenção de veículos, manutenção dos softwares, locação de imóveis, locação de máquinas e equipamentos, energia elétrica, telefone, água, serviços gráficos, manutenção de equipamentos de informática, manutenção dos convênios e contratos, e entre outras. Implementar, reformar e adaptar a Sede da SEMED.

AÇÃO: 2044

Aquisição de gêneros alimentícios para garantir a alimentação de qualidade nos Núcleos Educação Infantil que serão adquiridas com recursos próprios e com os recursos da União.

AÇÃO: 2046

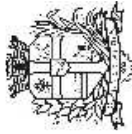
Manter as despesas com as atividades das Unidades Pré-Escolares com o pagamento de salários de pessoal, vantagens, horas extras, terceirizações, encargos sociais, curso para capacitação dos

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento

51

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2015 Versão: 1**

profissionais da educação infantil, diárias para viagens combustíveis, material pedagógicos, manutenção das bibliotecas, material de expediente, material e serviço de limpeza, manutenção dos bens imóveis e móveis da educação, material elétrico, material hidráulico, manutenção de veículos, manutenção dos softwares, locação de imóveis, locação de máquinas e equipamentos, energia elétrica, telefone, água, serviços gráficos, manutenção de equipamentos de informática, manutenção dos convênios e contratos, e entre outras. Implementar, reformar e adaptar a Sede da SEMED.

**AÇÃO: 2048**

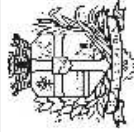
Aquisição de gêneros alimentícios para garantir a alimentação de qualidade nas Unidades Pré-Escolares, que serão adquiridas com recursos próprios e com os recursos da União.

*IPM Informática Pública Municipal*

Atende.Net

Planejamento

52

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2015 Versão: 1

**PROGRAMA DE GOVERNO:****0022- EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Compreende a etapa Educação Básica que tem duração de nove anos, iniciando no primeiro ano com término no nono ano. A rede municipal é composta de seis Escolas que atendem 2.302 alunos onde são desenvolvidas atividades curriculares no expediente normal e atividades oferecidas no contra-turno. Educação de Jovens e Adultos. Escola em período Integral, oferta de transporte escolar nas Escolas rurais nucleadas, realizado pela municipalidade na sua totalidade, alimentação para todos os alunos, tendo como objetivo garantir o acesso, permanência, sucesso, ampliando o número de vagas, ofertando uma educação de qualidade para todos.

DIRETRIZES:

É necessário investir na qualificação, capacitação, valorização dos profissionais do magistério, manter e ampliar a estrutura das Escolas da rede municipal. Aquisição de material didático, de expediente, atualizar os laboratórios de informática, bibliotecas, com participação em eventos, feiras permitindo a integração entre os alunos da rede municipal, disponibilizar materiais de pesquisa, garantir o transporte escolar nas Escolas rurais nucleadas, escola integrada, desenvolver projetos que promovam a transformação social, redução do lixo escolar, continuar o processo de ampliação da Escola em período Integral, e a democratização do Sistema Escolar.

OBJETIVOS:

Desenvolver ações que garantam o acesso das crianças em idade escolar, além dos jovens e adultos, ver a Escola como espaço de construção de conhecimento, integração social e afetiva, fortalecendo o elo familiar/escola, fortalecer atividades como o reforço escolar, diminuindo a repetência, firmar convênios com entidades do governo Estadual e Federal, iniciar o processo de discussão da municipalização, sendo que a rede estadual de Timbó possui 7 escolas de educação básica, sendo que 6 oferecem o ensino do 1º ao 9º ano, desenvolver programa Mais Educação e Alfabetização na Idade Certa, além de outros programas oferecidos pelo governo Federal ou Estadual, desenvolver ações voltadas para os alunos com necessidades especiais dentro dos princípios da Escola Inclusiva. Implementar, reformar e adaptar a Sede da SEMED. Dar continuidade ao processo de implantação da Escola Integral, e a democratização do Sistema escolar.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1025	MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL	Equipamentos	Unidade	321,5000	200.000,00 23.500,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1027	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.	Área	M2	550,0000	50.000,00 650.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1028	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	Veículo	Unidade	1,0000	50.000,00 250.500,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2050	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	5.000.000,00 5.040.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2052	MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	Aluno	Unidade	2.775,0000	200.000,00 205.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2054	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	340.000,00 17.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2056	MANUTENÇÃO O ENSINO PARA JOVENS E ADULTOS	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	45.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0022					12.091.000,00	

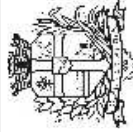
IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

53





## MUNICÍPIO DE TIMBÓ

### Programas Detalhados

Ano LDO: 2015 Versão: 1

#### DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0022

AÇÃO: 1025

Modernização do Ensino Fundamental

OBJETIVOS: Será destinados a compra de 12 impressoras laser, 12 aparelho de som c/ mp3, 06 máquina fotográfica digital, 12 Aparelhos de DVD, 30 televisores 42 polegadas de LED, 06 projetor multimídia, 6 conjuntos de equipamentos pl/laboratórios de ciência (microscópio, balança de precisão, pipeta, modelos anatômicos e outros), 30 Ar condicionado, 20 ventiladores de teto e/ou parede, 06 aparelhos de fax, 06 máquinas fotocopadoras, 300 conjuntos de carteiras e cadeiras escolares, 20 escrivaninha para professores, 50 cadeiras estofadas fixas, 06 mesas redondas para bibliotecas escolar, , 40 quadros brancos, 25 estantes de aço ou MDF para salas de aulas/bibliotecas, 10 armário de aço ou MDF com tranca, 03 playground, 06 arquivo de aço, 10 conjunto de mesas e bancos para refeitório, 06 geladeiras duplex, 06 geladeiras industriais, 06 fogão industrial c/ 6 bocas, 06 forno elétrico c/ capacidade de 44 litros, 06 liquidificador industrial 2 litros, 06 multiprocessador industrial de alimentos, 06 batedeira planetária, 16 bebedouros, 2 Conjuntos de Tabela de Basquete, 01 Conjuntos de Trave Futebol, 1 Conjuntos para rede de Vôlei, 20 mesas, 20 cadeiras, 150 computadores, 6 microondas com capacidade de 31 litros, 6 quadros interativos, 06 playgrounds, 06 fragmentadoras de papel, 06 máquinas perfuradora, 06 guilhotinas, 06 máquinas fotocopadoras, 06 conjuntos de móveis de cozinha sob medida, utensílios de cozinhadiversos e outros, conforme a necessidade.

AÇÃO: 1027

Ampliação da Escola Municipal São Roque em aproximadamente 300,00m²; Ampliada Escola Municipal Nestor Margarida em aproximadamente 100,00 m², Pavimentação do pátio interno da Escola Municipal Maurício Germer em aproximadamente 200,00 m², Recuo do estacionamento externo da Escola Municipal Pe. Martinho Stein em aproximadamente 660,00m².

AÇÃO: 1028

melhorar a frota de veículos com a aquisição de veículo pequeno e um baú de cargas para caminhão.

AÇÃO: 1029

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 2050

Manter as despesas com as atividades das escolas com Ensino Fundamental com o pagamento de salários de pessoal, vantagens, horas extras, terceirizações, encargos sociais, curso para capacitação dos profissionais da educação fundamental, professores de apoio, diárias para viagens, combustíveis, material pedagógicos, manutenção das bibliotecas, contratação de estagiários, material de expediente, material e serviço de limpeza, manutenção dos bens móveis e móveis da educação, material elétrico, material hidráulico, manutenção de veículos, manutenção dos softwares, locação de imóveis, locação de máquinas e equipamentos, energia elétrica, telefone, água, serviços gráficos, manutenção de equipamentos de informática, manutenção dos convênios e contratos, e entre outras. Implementar, reformar e adaptar a Sede da SEMED.

AÇÃO: 2052

Aquisição de gêneros alimentícios para garantir a alimentação de qualidade aos alunos do ensino fundamental, que serão adquiridas com recursos próprios e com os recursos da União.

AÇÃO: 2054

Manter as despesas com o transporte escolar com o pagamento de seguro, licenciamento, imposto e taxas, materiais para manutenção dos veículos, combustíveis, lubrificantes, salários, encargos sociais, cursos de capacitação e aperfeiçoamento, vale transporte, estas despesas serão custeadas com recursos próprios e recursos da união.

AÇÃO: 2056

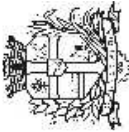
Oferta de formação para jovens e adultos que será para manter os salários e encargos sociais dos profissionais, despesas com material de expediente, materiais pedagógicos, capacitação de cursos de aperfeiçoamento aos professores que atuam nesta área.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

54



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0025- GESTÃO DA ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município instituiu o Regime Municipal de Previdência Social e Assistência a Saúde dos Servidores em 1993, juntamente com a conversão do Regime Jurídico de Celetista para Estatutário. Este regime próprio abriga os servidores efetivos, inclusive os aposentados e pensionistas. Em 1998, com a Reforma Previdenciária, a administração municipal separou a previdência social dos serviços de assistência à saúde, criando, respectivamente, o Fundo de Previdência Social - FUNPREV e agora Timboprev e o Fundo de Assistência à Saúde - FASS. Atualmente contamos com o fornecimento de serviços da Cooperativa UNIMED para atender o Poder Legislativo e Poder Executivo.

DIRETRIZES:

Manter as atividades do FASS, conforme a Lei Complementar nº 411 de 26/12/2011, e alterações posteriores. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços e saúde. Praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver os funcionários nas decisões administrativas, melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

OBJETIVOS:

Geir com eficiência o FASS, resguardar o direito a saúde dos servidores, pesquisar e implantar medidas para oferecermos serviços com qualidade e menor custo.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2120	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FASS.	Funcionário	UN	1.050,0000	1.158.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0025					1.158.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0025

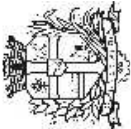
AÇÃO: 2120

Manter as atividades do FASS, conforme Lei Complementar nº 411/11 e alterações posteriores. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços e saúde. Praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver os funcionários nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
55



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0027- GESTÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - REGIME PRÓPRIO

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Município instituiu o Regime Municipal de Previdência dos Servidores em 1993, para fins de exclusão de seus servidores efetivos do Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS. Em 1998, com a Reforma Previdenciária, a Administração Municipal separou a Previdência Social dos Serviços de Assistência à Saúde, criando o Fundo de Previdência Social - FUNPREV, antecipando-se as determinações da LF nº 9.717/98 e EC nº 20. Através da Lei Complementar nº 411/2011 foi criado o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ - TIMBOPREV, com início de gestão em 01/01/2012. Atualmente o TIMBOPREV conta com um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal; o Conselho de Administração delibera e administra o funcionamento de todos os processos de pensões e aposentadorias dos servidores públicos e os atos de administração em geral do INSTITUTO. Em conjunto com o Comitê de Investimentos faz a administração dos recursos financeiros. Temos em nosso quadro 172 inativos, 49 pensionistas, com tratamento personalizado à esse público. O TIMBOPREV paga atualmente 18 (dezoito) inativos e 05 (cinco) pensionistas de servidores que não contribuíram com o mesmo, o que vem acontecendo desde meados de 1998, gerando hoje uma despesa mensal em torno de R\$62.527,58 ( sessenta e dois mil, quinhentos e vinte e sete reais e cinquenta e oito centavos), totalizando aproximadamente 6,8 milhões pagos até a presente data.

DIRETRIZES:

Manter as atividades do TIMBOPREV, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação em cursos, seminários e congressos, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais: Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, consultorias financeira, jurídica e atuarial com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do Instituto. Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas, melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Aluguel de Sala, aquisição de 01 veículo, software, de equipamentos e mobiliários, para melhor atender as necessidades do Instituto.

OBJETIVOS:

Gerir o TIMBOPREV, recadastrar os segurados, implementar estudos técnicos, cálculo atuarial, controle de concessão de benefícios, etc. Implementar e manter o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio, possibilitando a manutenção e custeio do Plano de Benefícios. Atender os preceitos legais sobre Previdência Social, além de aplicar as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de controle. Efetivar a Compensação Financeira entre os diversos regimes previdenciários. Parceria com o Executivo na contratação de Médico do Trabalho.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2122	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TIMBOPREV	Unidade Gestora	UN	1,0000	640.000,00	Recursos Fiscais
2124	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS DO TIMBOPREV	Funcionário	UN	824,0000	700.000,00	Recursos Fiscais
2126	MANUTENÇÃO DOS INATIVOS	Aposentado	UN	236,0000	8.000.000,00	Recursos Fiscais
2128	MANUTENÇÃO DOS PENSIONISTAS	Pensionista	UN	52,0000	800.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0027					10.140.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0027

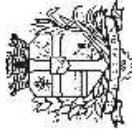
AÇÃO: 2122

Manter as atividades do TIMBOPREV, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação em cursos, seminários e congressos, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
56

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2015 Versão: 1**

administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do Instituto. Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Aluguel de Sala aquisição de 01 veículo, aquisição de equipamentos, software e mobiliários para melhor atender as necessidades do o Instituto.

**AÇÃO: 2124**

Manter os Benefícios do TIMBOPREV, conforme as Leis Complementares nº 01/93 , nº 136/98, e 411/2011 e alterações posteriores.

**AÇÃO: 2126**

Manter o pagamento dos Inativos do TIMBOPREV, conforme as Leis Complementares nº 01/93 , nº 136/98 E 411/2011 e alterações posteriores.

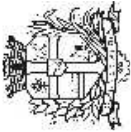
**AÇÃO: 2128**

Manter o pagamento dos Pensionistas do TIMBOPREV, conforme as Leis Complementares nº 01/93 , nº 136/98, E 411/2011 e alterações posteriores.

*IPM Informática Pública Municipal*

Atende.Net

Planejamento  
57



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0030- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Nosso município possui grande potencial no desenvolvimento nos setores da indústria, comércio e prestação de serviços. Uma das principais metas nesta administração está voltada a Ação de Resultados, criando condições para aumentar a quantidade dos postos de emprego na cidade, gerando acréscimo no movimento econômico, através de parcerias junto a entidades privadas, governamentais e não governamentais. Incentivos Fiscais e Econômicos. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico fomenta o desenvolvimento econômico industrial, através de incentivos fiscais, apoia o setor Comercial e Industrial com os serviços de terraplanagem, macadamização, abertura de vala, colocação de tubo, patrolamento do acesso a empresa/pátio e utilização do maquinário e caminhões conforme a realidade da situação, entre outros. Atualmente realizamos a manutenção do Pavilhão de Eventos Henry Paul e de toda as praças, parques, canteiros e ilhas do município, através da limpeza de canteiros, manutenção das flores (a troca das mesmas se dá conforme a época/estação), podas, roçadas e manutenção das lâmpadas das praças e do Pavilhão de eventos Henry Paul. A secretaria necessita de estrutura adequada com a disponibilização de material de expediente, bem como profissionais com a qualificação para as atividades desenvolvidas. A manutenção é necessária, evitando assim, custos futuros, e devido a demanda, ocorre a necessidade da ampliação constantes dos serviços, visando garantir um bom atendimento a Indústria e Comércio. A Secretaria tem na sua frota para a utilização dos mesmos na Indústria e Comércio e na Jardinagem de todo o município: 03 Caminhões (Caçamba), 01 Retro Escavadeira, 01 Escavadeira Hidráulica, 01 Trator de Esteira, 03 veículos e demais equipamentos como 06 roçadeiras costais, 05 máquinas de roçar grama, 01 lava-jato, 01 trator de roçar grama, 01 podadeira.

DIRETRIZES:

Proporcionar apoio através de incentivos as empresas já estabelecidas e as que pretendem se estabelecer no município, tanto na Indústria, comércio e prestadores de serviço. Manter, melhorar e ampliar a estrutura existente conforme a realidade, disponibilizar consertos de equipamentos, e aquisição de equipamentos de informática, mobiliários e outros conforme necessidade. Manutenção do programa com material de expediente e material de limpeza, energia elétrica, telefone, água, aluguel de equipamentos e imóveis entre outros. Desenvolver feiras, seminários e capacitações oportunizando dessa forma novos empregos e melhoria de renda e inserção dos mesmo no mercado de trabalho. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico com o apoio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico fomentarão a economia do município, através de parcerias entre o setor econômico, população e executivo.

OBJETIVOS:

Fomentar o desenvolvimento Industrial, através de incentivos fiscais, apoiar o setor Comercial e de Serviços, ordenando e fortalecendo o crescimento econômico, melhorando desta forma a renda familiar. Necessidade de criar novos pólos industriais. Implementar e revisar a legislação de incentivos fiscais e econômicos destinados as empresas. Firmar parcerias, convênios, contratos, acordos ou ajustes, na forma da legislação aplicável, com o Governo Federal e Estadual, suas entidades e fundações, PPP-Parcerias Públicas Privadas, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas. Qualificação profissional com a oferta de mão - de - obra. Capacitar quando possível os novos empreendedores com conhecimentos para desenvolver as atividades para os pequenos e micro empresários. Criar mecanismos para atender com maior qualidade e presteza os empreendedores. Dinamizar a atuação do Conselho de Desenvolvimento Econômico.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1031	MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Equipamentos	Unidade	39,7500	20.000,00	Recursos Fiscais
2062	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	1.475.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0030					1.495.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0030

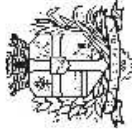
AÇÃO: 1031

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento  
58



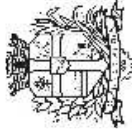
**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2015 Versão: 1**

2 arquivos de aço, 2 balcões com portas para escritório, 1 balcão pequeno para filtro d'água, 1 Toyota 4x4, 1 lava-jato, 1 máquina de roçar grama, 2 roçadeiras costais, 1 podadeiras de arbustos, 2 sopradores de folhas, 1 carrinho com 4 rodas, 2 carrinhos de mão, 2 tesouras para poda, 2 machados, 6 enxadas, 4 foices, 2 serrotes para poda à gasolina, 4 pá de corte, 6 pá ajuntadeira, 2 enxadões, 2 pedras de esmerilho, 2 facões, 2 martelos, 1 machadinho, 1 alicate, 2 pulverizadores de 12Lts, 15 vassouras de ferro, 1 esmerilhadeira e outros conforme a necessidade.

**AÇÃO: 2062**

Manter as despesas com as atividades do desenvolvimento econômico com o pagamento de salários de pessoal, vantagens, horas extras, terceirizações, encargos sociais, curso para capacitação dos profissionais do desenvolvimento econômico, diárias para viagens, combustíveis, material de expediente, material e serviço de limpeza, manutenção dos bens imóveis e móveis do desenvolvimento econômico, material elétrico, material hidráulico, manutenção de veículos, locação de imóveis, conserto e locação de máquinas e equipamentos, energia elétrica, telefone, água, serviços gráficos, banners, manutenção de equipamentos de informática, manutenção, contratos, entre outros. Colocação de tubulações, energia elétrica nos terrenos, terraplanagem, macadame, barro para implantação de novas empresas de diversos setores em Timbó. Manutenção e reformas conforme a necessidade do Pavilhão de eventos e manutenção das praças, parques e ilhas de segurança diversas entre outros.

*IPM Informática Pública Municipal**Atende.Net**Planejamento*  
59

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2015 Versão: 1

**PROGRAMA DE GOVERNO:****0032- PROFISSIONALIZANTE QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó tem como economia principal uma indústria bem diversificada, havendo em alguns segmentos carência de cursos profissionalizantes para atender a demanda de empregos qualificados nos vários ramos de atividades. A Secretaria pretende manter parceria com a 35ª SDR, parceria com o CEDUP - Centro de Educação Profissional, Secretaria Municipal de Educação, AMPE, SEBRAE, SERPRO (EAD), Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, universidades e entidades de ensino e outros. O Telecentro Comunitário Digital atende de segunda a sexta-feira, no período matutino e vespertino, com horário das 08:00 às 12:00h e das 14:00 às 17:00h, com os cursos de Informática Básica, Informática Avançada, Informática para Melhor Idade, Manutenção de Microcomputadores, Educação Fiscal (parceria com a Secretaria de Educação) podendo os mesmos ser ampliados para o período noturno. A secretaria pretende diversificar os cursos em outras áreas conforme demanda do mercado de trabalho, oferecendo assim mais ofertas de vagas à comunidade.

DIRETRIZES:

Há necessidade de implantar mais cursos profissionalizantes para atender a procura da mão-de-obra especializada no município de Timbó, incentivar a oferta de cursos a nível superior, efetuar parcerias através de convênios/contratos com o CEDUP, AMPE, SEBRAE, SINE/SC, SENAC, SENAI, SERPRO (EAD), Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, Secretaria Municipal de Educação e demais entidades. OBJETIVOS:

Realizar e ampliar cursos profissionalizantes, portanto qualificar cada vez mais a mão-de-obra timboense, criar cursos no setor têxtil através do Plano Territorial de Qualificação Profissional - PLANTEQ, através da Comissão Estadual de Concertação via Ministério do trabalho. Firmar convênios, contratos, acordos ou ajustes, conforme legislação vigente, com o Governo Federal e Estadual, bem como com entidades não governamentais, entidades privadas, universidades, fundações etc. Apoiar e manter o Tele Centro Comunitário - Programa de Inclusão Digital do Governo Federal, com conexão a Internet, em alta velocidade para ajudar nas pesquisas e realização de cursos profissionalizantes entre outros. A Secretaria pretende implantar o projeto do SERPRO (EAD) onde as pessoas terão acesso ao ensino à distância, desenvolvendo conhecimento em outras áreas, entre outros. Realizar eventos para incentivar empreendedores a se adequar a realidade técnico empresarial. Equipar salas de aulas ou laboratórios com móveis e equipamentos necessários para suas funções. Promover capacitações, seminários, conferências e outros.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1033	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA ENSINO PROFISSIONALIZANTE	Equipamentos	Unidade	20,0000	15.000,00	Recursos Fiscais
2066	MANUTENÇÃO E APOIO AO ENSINO PROFISSIONAL	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	16.000,00	Recursos Fiscais
2068	MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO TELECENTRO E INCLUSÃO DIGITAL EM TIMBÓ	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	75.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0032					106.000,00	

**DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0032**

AÇÃO: 1033

Compras de 2 Memórias 4Gb DDR3, 1 Processadores Intel Core i3 3220 3.3GHz 3MB LGA 1155, 1 Placa Mãe para Processador i3, 1 HD-320 Gb SATA2, 2 Fontes ATX 24 Pinos, 2 Monitores 17" LCD, 3 Teclados ABNT II USB, 3 Mouses USB, 2 Notebook, 2 Data-Show e outros conforme necessidades.

AÇÃO: 2066

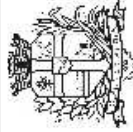
Manter as despesas com as atividades do Ensino Profissionalizante com o pagamento de salários de pessoal, vantagens, horas extras, terceirizações, encargos sociais, curso para capacitação dos

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

60

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2015 Versão: 1**

profissionais do ensino profissionalizante, contratação de estagiários, diárias para viagens, material pedagógicos, material de expediente, material e serviço de limpeza, manutenção dos bens imóveis e móveis, material elétrico, material hidráulico, manutenção dos softwares, locação de imóveis, locação de máquinas e equipamentos, energia elétrica, telefone, água, serviços gráficos, material de equipamentos de informática, manutenção do convênios e contratos, e entre outras. Formação de convênios e parcerias com as universidades, entidades e outros, facilitando ao acesso dos alunos, entre eles auxílio transporte e material didático e pedagógico, buscar cursos de formação a distância com universidades públicas entre outros.

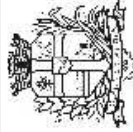
**AÇÃO: 2068**

Propiciar o acesso a comunidade e ao jovem o acesso a internet para aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de projetos relacionadas a formação profissional, com a implantação dos telecentros e inclusão digital esta ação custeará as despesas com as atividades dos telecentros com o pagamento de salários de pessoal, vantagens, horas extras, terceirizações, encargos sociais, curso para capacitação dos profissionais dos telecentros, diárias para viagens, material pedagógicos, material de expediente, material e serviço de limpeza, manutenção dos bens imóveis e móveis, material elétrico, material hidráulico, manutenção dos softwares, locação de imóveis, locação de máquinas e equipamentos, energia elétrica, telefone, água, serviços gráficos, manutenção de equipamentos de informática, manutenção do convênios e contratos, e entre outras conforme necessidades.

*IPM Informática Pública Municipal*

Atende.Net

Planejamento  
61

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2015 Versão: 1

**PROGRAMA DE GOVERNO:****0034 APOIO INCENTIVO AO AGRICULTOR**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó na agricultura possui destaque na produção de arroz, milho, banana, horticultura, fruticultura, e na produção animal temos: bovinocultura de leite e corte, suinocultura e piscicultura. A agricultura esta vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico que é formada pela patrulha mecanizada, para atendimento de aproximadamente 680 famílias de agricultores que possui uma demanda na prestação de serviços, como a distribuição de estercos, silagem, roçadas, arado, rotativa, e plantio (preparação de solo para plantação dos produtos agrícolas), abertura de valas, colocação de tubos e entrega de materiais de incentivo ao agricultor, ainda presta serviços em área de piscicultura, inseminação, atendimento clínico veterinário para animais de produção e serviço de inspeção. Para o incentivo ao agricultor na plantação de mudas e sementes a Secretaria possui o horto florestal que esta em fase de ampliação e melhoramentos. A Secretaria hoje possui 04 Tratores Agrícolas, 03 Veículos além dos Implementos Agrícolas: Rotativa, Arado, Subsolador, Gradiador, Ensiladeira e Plantadeira. Também é oferecido ao Agricultor a manutenção com macadame do acesso a sua propriedade, ao plantio (roça) além do acesso às lagoas é realizado limpeza e abertura das mesmas, utilizando assim, 03 Caminhões (Caçambas), 01 Retro escavadeira, 01 Escavadeira Hidráulica, 01 Patrolinha, 01 Trator de Esteira.

DIRETRIZES:

Apoiar os agricultores em atendimentos técnicos, juntamente com capacitação profissional, com parceria da Epagri, Cidasc, Projeto FURB e Ensino Profissionalizante. Apoiar o associativismo. Organizar a produção com a comercialização. Ampliar a produção em mudas para distribuição e plantio em área de preservação permanente. Melhorar o assessoramento técnico na agroecologia, piscicultura e produção orgânica. Buscar recursos para renovação da frota (maquinários e implementos agrícolas), manutenção de equipamentos e material permanente e fortalecer o Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural.

OBJETIVOS:

Aumentar o consumo dos produtos da agricultura familiar. Melhorar a qualidade de vida de todos. Aumentar a renda dos agricultores. Dinamizar a assistência técnica ao homem do campo, melhorando as condições de prestação de serviços da secretaria de agricultura, sem prejuízos ao meio ambiente, com consciência e organização ao produtor.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1037	MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DO SETOR DE AGRICULTURA	Equipamentos	Unidade	7,5000	15.000,00	Recursos Fiscais
1039	MELHORAMENTO DA FROTA DA PATRULHA MECANIZADA	Equipamentos	Unidade	14,5000	80.000,00 200.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1041	INCENTIVOS E MODERNIZAÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	Área	M2	1.500,0000	10.000,00	Recursos Fiscais
2072	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	1.500.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0034					1.805.000,00	

**DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0034**

AÇÃO: 1037

2 Pedras de afiar, 5 Facas Mundial (Ref. 5515-6), 3 Ganchos de inspeção, 2 chairas (pequenas e lisas), 2 Estetoscópio modelo grande, 2 Aplicadores para Inseminação Artificial, 1 Jogo de Reneias para cascos de cavalo com 6 peças de aço inox, 1 Pinça para teste de sensibilidade de cascos de equinos aço inox 30cm, 3 Pinça Kocher hemostática curva dente de rato 18cm aço inox, 3 Pinça Kocher hemostática reta dente de rato 18cm aço inox, 4 Pinças Doyen Intestinal, 1 martelo e plexímetro, 2 Relógio Ponto e outros conforme necessidades.

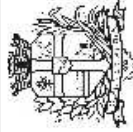
AÇÃO: 1039

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

62

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2015 Versão: 1**

2 Tratores de Pneu Agrícola, 01 Distribuidor de Esterco, 1 Trator Cortador de Grama e 1 veículo.

AÇÃO: 1041

Construção de um galpão de 500m² para a instalação da garagem da Patrulha Mecanizada, 700 m² de Construção da Feira da Agroindústria, Construção de um novo salão de aproximadamente 1.500m², 142 uni. Sistema fossa/filtro, 5.000m2 de infra-estrutura no perímetro rural, 6.000 m² de Implantação do sistema de irrigação no horto florestal entre outros conforme necessidades.

AÇÃO: 2072

Manter as despesas com as atividades e estrutura física do setor de agricultura com o pagamento de salários de pessoal, vantagens, horas extras, terceirizações, encargos sociais, curso para capacitação dos profissionais do setor de agricultura, contratação de estagiários, diárias para viagens, combustíveis e lubrificantes, material de expediente, material e serviço de limpeza, manutenção dos bens imóveis e móveis do setor de agricultura, material elétrico, material hidráulico, manutenção de veículos e da patrulha mecanizada, manutenção dos software, locação de imóveis, locação de máquinas e equipamentos, energia elétrica, telefone, água, serviços gráficos, manutenção de equipamentos de informática, produtos de inserminação, equipamentos veterinários, barro, mudas para reflorestamento e outras plantas, estercos, adubo, tubos, areia, cimento, ferro, tijolos, subsídios, manutenção do convênios e contratos, manter as feiras de produtos agrícolas, Festa do Colono, Manutenção Horto Florestal, Jardim Botânico entre outros conforme a necessidade.

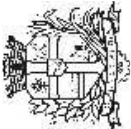
IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

63





MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0036- TURISMO COM PRODUTOS, ATRATIVOS E DIVULGAÇÃO

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Para o desenvolvimento do turismo é necessário o fomento e a incentivo de parcerias para realizar programas e projetos na área de conscientização e sensibilização, para tornar o setor em desenvolvimento de forma atuante e operante, pois o turismo deixou de ser embrionário na cidade e tornou-se uma expectativa da comunidade. O trade e envolvidos indiretamente necessitam de embasamento teórico através de conceitos, definições e planejamentos do setor. Através do planejamento estratégico do Conselho de Turismo - COMTUR levantou-se a necessidade de criar e manter eventos com o intuito de resgatar, conscientizar e sensibilizar a população sobre o turismo e lazer do timboense.

DIRETRIZES:

Inserir o turismo em projetos de conscientização e sensibilização demonstrando o quão é importante e necessário esse setor para a vida pública e privada, demonstrando que o aumento de renda e a agregação de valores estão nesse setor inclusive fomentando a população o aparecimento de novos empreendimentos e empresários do setor alavancando assim novos empregos no setor, e reunir o maior número de atrativos e recursos turísticos das mais diferentes áreas e modalidades do turismo. Promovendo o desenvolvimento econômico sustentável com a geração de empregos e renda aos municípios de Timbó.

OBJETIVOS:

Informar a toda a população sobre turismo, potencialidade turística, atrativos e recursos turísticos, produtos turísticos utilizando ferramentas em diversas faixas etárias, organizações e setores. Consolidar os atrativos e produtos de timbó e utilizar a ferramentas população para ser a maior divulgadora desses produtos, Consolidar setores do lazer e entretenimento a toda população, visitantes e turistas.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1209	MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	Equipamentos	UN	1,0000	20.000,00	Recursos Fiscais
1211	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ÁREAS DE TURISMO	Unidade Gestora	UN	1,0000	750.000,00	Recursos Fiscais
2200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	Unidade Gestora	UN	1,0000	213.500,00	Recursos Fiscais
2244	FORTALECER A PARCERIA COM O INSTITUTO AMBIENTAL ARACUÁ	Unidade Gestora	UN	1,0000	145.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0036					1.128.500,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0036

AÇÃO: 1201

Não contemplado em 2015

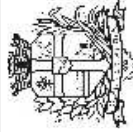
AÇÃO: 1209

Equipar o departamento de Turismo e seus diversos segmentos e equipamentos turísticos com: 02 Pedalinhos, 04 canoas para canoagem, 4 mesas, 16 cadeiras, 02 geladeiras, 2 freezer, 3 balcoes,2 prateleiras, 1 fogão industrial, 30 aparelhos de academia ao ar livre01 gerador de energia, 100 mesas para eventos, 200 bancos para praça, modernização das praças, aquisição de luneta e outros conforme a necessidade.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
64

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2015    Versão: 1****AÇÃO: 1211**

Construção do Centro Gastronômico.

**AÇÃO: 2200**

Manter as despesas com as atividades do fundo municipal de Turismo com o pagamento de salários de pessoal, vantagens, horas extras, terceirizações, encargos sociais, curso para capacitação dos profissionais de turismo, estagiários, diárias para viagens, combustíveis, material pedagógicos, material de expediente, material e serviço de limpeza, manutenção dos bens imóveis e móveis do turismo, material elétrico, material hidráulico, manutenção de veículos, manutenção do software, locação de imóveis, locação de máquinas e equipamentos, energia elétrica, telefone, água, serviços gráficos, manutenção de equipamentos de informática, vídeos, folders, banners, utensílios domésticos para as cozinhas a serem utilizados nos eventos do município, convênios com entidades para divulgação e conscientização para o turismo, manutenção do consórcio regional, repasses para manutenção de entidades ligadas ao turismo, confecção e colocação de sinalizações turísticas, manutenção dos convênios e contratos, e entre outras.

**AÇÃO: 2244**

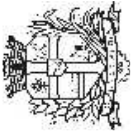
Manter as parcerias e atividades com o Instituto Aracua, incluindo sua manutenção e auxílio financeiro conforme convênio.

*IPM Informática Pública Municipal*

Atende.Net

Planejamento

65



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0040- PLANEJAMENTO TERRITORIAL

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Por mais importante que seja a gestão, não se pode abdicar do planejamento. Negar o planejamento é negar a possibilidade de escolher o futuro. Planejar: tentar prever/simular os desdobramentos do crescimento da cidade, com o objetivo de precaver-se contra problemas. Gestão: administrar uma situação dentro dos recursos disponíveis. Problemática: novos estudos referentes a problemas no Município (enchantes/áreas de risco) adequação a realidade do Município. Antecipar a resolução de problemas futuros.

DIRETRIZES:

Acompanhar os mecanismos de encaixe e desencaxe da cidade, através do monitoramento, aprimoramento e implementação do Plano Diretor e seus códigos complementares. Assegurar o crescimento ordenado do município e o desenvolvimento sustentável. Elaborar projetos de equipamentos urbanos e sociais, como escolas, creches, unidades de saúde, praças, etc. Aplicar o Plano Diretor e seus códigos complementares. Integrar os instrumentos de desenvolvimento municipal; Compatibilizar os instrumentos de desenvolvimento municipal com suas políticas; Prevalência do interesse comunitário; Gestão democrática por meio da participação da sociedade civil nos processos de decisão, planejamento e gestão. Continuidade, no tempo e no espaço, das ações básicas de planejamento urbano; Fortalecer o setor público, recuperação e valorização das funções de planejamento, articulação e controle. Articulação entre os vários conselhos e políticas, com vistas à efetivação de processos de planejamento participativo, controle social, monitoramento e avaliação de ações intersetoriais;

OBJETIVOS:

Corrigir distorções administrativas; alterar condições indesejáveis para a comunidade local; assegurar a viabilização de propostas estratégicas. Estudar e disciplinar o uso e a ocupação do solo, projetar o sistema viário (geometria, circulação viária e sinalização), elaborar projetos urbanísticos (reurbanização de vias, parques, praças, mobiliário urbano, patrimônio), requalificar zonas residenciais, comerciais, turísticas e ambientais, procurando preservar as características naturais, históricas, arquitetônicas, paisagísticas, bem como a qualidade de vida da população. Implementar e executar a política municipal de planejamento e urbanismo, e os preceitos do Plano Diretor; realizar estudos e pesquisas para o planejamento estratégico das atividades do governo municipal, e a viabilização de instrumentos de cooperação institucional para funcionamento adequado das atividades estaduais e federais na área de segurança pública, trânsito, meio ambiente e etc.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1043	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA PLANEJAMENTO	Unidade Gestora	Unidade	2,0000	250.000,00	Recursos Fiscais
1049	IMÓVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE TIMBÓ	Terreno	M2	12.500.0000	300.000,00	Recursos Fiscais
2082	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	1.855.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0040					2.405.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0040

AÇÃO: 1043

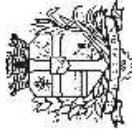
Aquisição de 02 aparelhos celulares, 01 note book, 4 microcomputadores; 01 impressora a jato de tinta; 01 câmera digital; 02 gaveteiros; 04 arquivos de aço; 10 livros; 01 Tablet com sistema operacional que suporte o georreferenciado do Município; 01 calculadora HP49; 02 baús para motocicletas; 02 capacetes para motocicletas; 01 Trena a laser de 200m modelo A5 da marca Leica; 04 licenças de softwares sendo elas, 02 licenças do software Autodesk Infrastructure Design Suite Premium para projetos de infraestrutura viária, recursos hídricos, terraplenagem -02 Licenças, do software Autodesk Building Design Suite Premium para projetos de arquitetura, estrutura e complementares (hidrosanitário, elétrico e ar-condicionado); Atualização de softwares de engenharia existente; Equipar o cadastro técnico multifinalitário (georreferenciado); entre outros equipamentos; materiais, softwares para o desempenho das atividades.

AÇÃO: 1049

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento  
66

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2015 Versão: 1**

Aquisição de imóveis de uso de preempção e demais imóveis de interesse público, bem como, para o cemitério e imóveis para desapropriação.

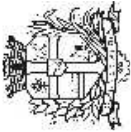
AÇÃO: 2082

Participação da equipe técnica em congressos, seminários e treinamentos. Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Alteração, criação, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Implementar o Plano Diretor e legislações correlatas, utilizando-se do Conselho da Cidade. Implantação de 20 pares de novos marcos de georeferenciamento e outros necessários para o desempenho das atividades, desenvolvimento de software para cadastro de alvarás de construção, demolição, certidões e loteamentos; informatizar os setores do Planejamento, com integração de banco de dados e sistemas, tornando o Cadastro técnico multifinalitário; contratação da orfotofoto; adquirir sistema de gestão territorial; digitalizar a rede de drenagem do município; garantir agilidade na consulta de viabilidade, tornando-a on-line e outros necessários para o desempenho das atividades.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
67



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0044 GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

É sabido que a natureza não mais pode ser considerada fora da sociedade, nem a sociedade fora da natureza. Partindo deste pressuposto, ordenar o crescimento de Timbó de forma sustentável é o desafio do planejamento ambiental. Este planejamento está embasado na estruturação da equipe técnica, já que o setor de meio ambiente municipal não conta com servidores efetivos, acarretando na falta de continuidade dos trabalhos e programas desenvolvidos.

O planejamento ambiental deve retratar a capacidade de enfrentar os desafios de uma cidade que se desenvolve sob novos paradigmas, dentre os quais aquele em que cidades inteligentes criam melhores condições para viver o presente, preservar o passado e se preparar para o futuro. O novo cenário exige trabalho, gestão democrática e articulação permanente entre diferentes atores – governo, universidades, iniciativa privada e sociedade - para responder ao desafio de crescer buscando sustentabilidade, qualidade e harmonia.

DIRETRIZES:

Assegurar a preservação dos recursos naturais; Conscientizar a população da importância da preservação do meio ambiente. Executar convênios com Órgãos de meio ambiente Estadual ou Federal. Efetivar o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade assegurando a preservação, conservação e recuperação ambiental; Desenvolver a cidade aliada a sustentabilidade, valorizando a paisagem existente e amortecendo o impacto produzido pela ação humana. Conservar ecossistemas existentes que possam ser afetados pela ocupação humana; Garantir o equilíbrio ambiental e a salubridade no município, preservando a água potável, evitando de todas as formas a incidência de poluição hídrica e a degradação ambiental que possa prejudicar as reservas naturais. Fomentar a criação de unidades de conservação no sentido de preservar o patrimônio socioambiental existente; Incentivar a criação de Reservas Particulares de Proteção Natural - RPPNs.

OBJETIVOS:

Recuperar a mata ciliar ao longo dos rios e ribeirões do município, através de convênios e parcerias público-privadas.

Pactuar as tomadas de decisões com o Conselho de Defesa do Meio Ambiente. Envolver a comunidade nas decisões e incentivar a preservação do meio ambiente; Implementar a legislação ambiental municipal e códigos correlatos; Promover a educação ambiental; Prover o setor de meio ambiente municipal com servidores efetivos. Manter as atividades e capacitar o servidor para disponibilizar serviços de qualidade a população.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1279	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FMMA	Unidade Gestora	UN	1,0000	22.500,00	Recursos Fiscais
1281	FROTA DE VEÍCULOS - FMMA	Veículo	UN	1,0000	20.000,00	Recursos Fiscais
1285	OBRAS E CONSTRUÇÕES - FMMA	Unidade Gestora	UN	1,0000	10.000,00	Recursos Fiscais
2112	MANUTENÇÃO DO FUNDO DO MEIO AMBIENTE - FMMA	Unidade Gestora	UN	1,0000	345.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0044					397.500,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0044

AÇÃO: 1279

Equipar o Fundo de Meio Ambiente com 01 impressora colorida; 04 cadeiras; 10 livros; 01 Tablet com sistema operacional que suporte o georreferenciado do Município; 01 conjunto de mesa; 01 aparelho de protocolo; flores; prateleiras; 02 armários para escritório; 01 mesa em L, lavajato, notebook, celular, máquina fotográfica, GPS; e outros equipamentos, softwares, materiais necessários para o desempenho das atividades e adequação a nova sede da futura fundação.

AÇÃO: 1281

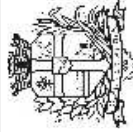
Adquirir 01 automóvel tração 4x4 cabine dupla com caçamba.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
68



**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2015 Versão: 1**

AÇÃO: 1283

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 1285

Ampliar as construções no Parque Morro Azul - reforma estrutura atual, construção de churrasqueiras, quiosques, deques, mirante, escadas, portal de entrada e outros necessários para o desempenho das atividades.

AÇÃO: 2112

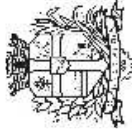
Participação da equipe técnica em congressos, seminários e treinamentos. Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Manter as atividades rotineiras da nova sede do Fundo. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Desenvolver programas de educação ambiental através de parcerias público privadas, principalmente com a formação de protetores ambientais, na questão de itens necessários para a promoção dos cursos aos protetores, dentre eles alimentação, uniformes, material didático, transporte e etc. Recuperar nascentes: com o envolvimento da comunidade na conservação das nascentes favorecer a despoluição dos cursos d'água do município, gerar novas áreas de lazer que traz ganho ambiental. Regularizar incentivo fiscal para preservação de mata ciliar, através de parcerias público privadas e outros necessários para o desempenho das atividades.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

69

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2015 Versão: 1

**PROGRAMA DE GOVERNO:****0046- SISTEMA VIÁRIO E MOBILIDADE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

As condicionantes geográficas, a ocupação urbana e a deficiente malha viária do município, além da evidente prioridade conferida ao transporte individual em detrimento do coletivo são dificuldades a serem vencidas por este programa. Algumas intervenções foram realizadas com o intuito de melhorar a mobilidade da cidade como um todo, as quais ajudaram a trazer segurança viária para o município. O aprimorando e incremento destas, é prioridade no programa de sistema viário e mobilidade, onde é enfatizado os meios de transporte alternativo e a garantia da acessibilidade. Ainda sendo comprovada a eficácia e importância de aparelhos de controladores de velocidade em nosso município. Verificado a necessidade de aquisição de controlador de velocidade mais eficaz e moderno, visando também a praticidade para fácil transporte do equipamento e instalação do mesmo. Necessidade de padronização de identificação dos fiscalizadores de trânsito, tornado-os mais visíveis durante a realização de abordagens para identificação de automóveis. Necessidade de equipar a Polícia Militar com veículos equipados com notebook com acesso a rede mundial de computadores para acesso a consultas de veículos e indivíduos.

DIRETRIZES:

Adequar e estruturar o sistema viário básico - urbano e regional. Melhorar a fluidez de tráfego diminuindo os pontos críticos; Melhorar a fluidez do trânsito, mantendo-se níveis de segurança adequados; Rever, ampliar e otimizar o sistema de transporte coletivo; Estudar meios alternativos de transporte; Qualificar o sistema de mobilidade às pessoas deficientes e com necessidades especiais; Desenvolver o sistema cicloviário; Incentivar o transporte não-motorizado, como forma de reduzir o tráfego, desobstruir as vias de rolamento e mitigar a emissão de gases poluentes; Incrementar o sistema de sinalização viária. Urbanizar os passeios públicos, garantido segurança ao transeunte; Estudar a viabilidade da guarda de trânsito; Implementar programa permanente de educação do trânsito. Orientar os motoristas e pedestres dos cuidados necessários ao transitar, fiscalizar para melhorar a trafegabilidade. Melhorar o espaço físico, a estrutura administrativa da Polícia Militar, dotando-o de plenas condições para gestão do trânsito. Melhorar as condições de atendimento, bem como segurança e conforto dos fiscalizadores.

OBJETIVOS:

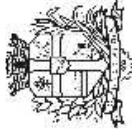
Desenvolver macro projeto visando a reestruturação do sistema viário do Município e dar continuidade ao projeto do anel viário; Desviar o tráfego pesado do centro urbano; Desenvolver e implantar programas e ações voltadas para a garantia da acessibilidade; Tornar o transporte coletivo acessível, eficiente, seguro e atrativo, promovendo a agilização do sistema de transporte com a introdução de novos serviços e tecnologias; Implantar e padronizar os abrigos e pontos de parada, visando melhorar a segurança da população que usa o transporte coletivo; Interligar as ruas dos loteamentos para evitar sobrecarga do Transporte Coletivo das vias básicas e facilitar a comunicação entre bairros; Desenvolver e aplicar o programa de pavimentação de vias e passeios públicos; Manter as atividades e capacitar o servidor para disponibilizar serviços de qualidade a população. Assegurar meios de fiscalização e atendimento das ocorrências de trânsito, bem como aplicação de multas e sanções. Melhorar o planejamento e a infra-estrutura operacional para a fiscalização do trânsito municipal. Implementar todas as ações de trânsito de competência municipal e estadual.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1259	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - DEMUTRAN	Unidade Gestora	UN	1,0000	71.500,00	Recursos Fiscais
1261	FROTA DE VEÍCULOS - DEMUTRAN	Veículo	UN	1,0000	10.000,00	Recursos Fiscais
1263	OBRAS E CONSTRUÇÕES - DEMUTRAN	Obra	UN	1,0000	80.000,00	Recursos Fiscais
1265	IMÓVEIS E INSTALAÇÕES - DEMUTRAN	Imóvel	M2	7.500,0000	300.000,00	Recursos Fiscais
1267	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - POL. MILITAR	Unidade Gestora	und	1,0000	70.000,00	Recursos Fiscais
1269	FROTA DE VEÍCULOS - POL. MILITAR	Veículo	und	1,0000	50.000,00	Recursos Fiscais
1271	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - POL. CIVIL	Unidade Gestora	UN	1,0000	10.250,00	Recursos Fiscais
					10.000,00	Recursos Fiscais
					15.000,00	Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
70



## MUNICÍPIO DE TIMBÓ

### Programas Detalhados

Ano LDO: 2015 Versão: 1

2260	MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.172.500,00	Recursos Fiscais
2262	MANUTENÇÃO DO CONV. POLÍCIA MILITAR	Unidade Gestora	und	1,0000	102.500,00	Recursos Fiscais
2264	MANUTENÇÃO DO CONV. POLÍCIA CIVIL	Unidade Gestora	UN	1,0000	36.000,00	Recursos Fiscais
2266	MANUTENÇÃO DO CONVENIO DE TRANSITO	Unidade Gestora	UN	1,0000	41.250,00	Recursos Fiscais
					90.000,00	Recursos Fiscais
					90.000,00	Recursos Fiscais
					420.000,00	Recursos Fiscais
					<b>2.569.000,00</b>	

#### DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0046

AÇÃO: 1259

Equipar o departamento de trânsito com 01 ar condicionado; 02 microcomputadores, 01 notebook; 01 impressora jato de tinta A4 e sistema operacional Windows e Office, 01 plotter para cortes de vinil, 10 rádios de comunicação com alcance aproximado de 3Km, 03 cadeiras giratórias tipo secretária, 05 aparelhos celulares; 02 conjuntos de mesa tipo ilha, 02 gaveteiros, 02 arquivos de aço e outros equipamentos, softwares, materiais, necessários para a execução das atividades.

AÇÃO: 1261

Equipar o Departamento de Trânsito com 1 veículo tipo "utilitário" com carroceria.

AÇÃO: 1263

Aquisição e implantação de abrigos de passageiros de ônibus, em especial Muller / recapadora de pneus, entre outros lugares necessários. Implantação de abrigos de Táxi. Implantação de trevos e canteiros em vias urbanas. Implantação de faixas de travessia de pedestre elevadas, em especial nas RuasAraponguinhasRui Barbosa (próximo a Praça do Pescador), Oscar Piske, Pomeranos, Fritz Lorenz e outras Ruas que se fizerem necessárias para beneficiar os pedestres, ciclistas, no sistema viário. Implantação de sinalização horizontal e vertical do trânsito e placas para sinalização indicativa/turística e de rota de caminhões.Implantação de passarelas que se fizerem necessárias para beneficiar os pedestres, ciclistas, no sistema viário.

AÇÃO: 1265

Desapropriar imóveis para abertura de vias urbanas e implantação de trevos, canteiros, rótulas e garantir a segurança do pedestre e ciclista, através do alargamento dos passeios e outras.

AÇÃO: 1267

Equipar o Policia Militar com 02 Notebook com os sistemas operacionais "Windows e Office" e impressora, 02 microcomputadores, com impressora e sistema operacional Windows e Office; 04 Cadeiras giratórias tipo secretária; 02 mesas de escritório tipo estação de trabalho; 02 armários para escritórios; 03 cadeiras com pés fixos; 02 condicionadores de ar; 01 elípticos; 01 aparelho de protocolo; armários refletivos; aparelhos eletrônicos; demais equipamentos auxiliares de fiscalização de trânsito; 10 aparelhos de celular. Dispositivos auxiliares de sinalização de trânsito; Sistema de comunicação operacional; Lanternas para auxiliar trabalho de fiscalização, entre outros.

AÇÃO: 1269

Equipar a Policia Militar com 01 veículo.

AÇÃO: 1271

Equipar a Policia Civil com: 01 notebook; 03 microcomputadores, mobiliário para substituição. 04 impressoras, 05 aparelhos celulares; 04 mesas em L; 02 cadeiras giratórias; 04 cadeiras; 01 maquina fotográfica; 03 armários; equipamentos eletrônicos, máquina de protocolo, 02 máquinas filmadoras, e outros equipamentos, softwares, materiais, necessários para a execução das atividades.

AÇÃO: 1273

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 2260

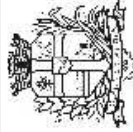
Participação da equipe técnica em congressos, seminários e treinamentos. Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento

71

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2015 Versão: 1**

publicidade dos atos e outros. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Efetuar a manutenção dos conjuntos semafóricos e da sinalização viária. Desenvolver o programa de educação de trânsito, principalmente a formação dos alunos-guia, adquirir os itens necessários para a promoção de tal projeto, sendo estes a alimentação, uniformes, material didático, transportes e outros. Elaboração de campanhas permanentes de educação para o trânsito, incluindo a confecção de banners, material impresso, camisetas e outros, uniforme Agente de Trânsito (camisa, calça, colete, coturno, etc)

**AÇÃO: 2262**

Participação da equipe técnica em congressos, seminários e treinamentos. Manter as atividades em eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Alteração, reestruturação administrativa, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos da Polícia Militar. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Manutenção de equipamentos utilizados pela Polícia Militar para fins de trânsito.

**AÇÃO: 2264**

Participação da equipe técnica em congressos, seminários e treinamentos. Manter as atividades em eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Alteração, reestruturação administrativa, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos da Polícia Civil. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Manutenção de equipamentos e atividades realizadas pela Polícia Civil para fins de trânsito.

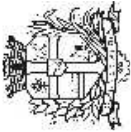
**AÇÃO: 2266**

Manter o convênio de trânsito com relação a arrecadação de multas de trânsito com as despesas pertencentes aos três, polícia militar, polícia civil e demutran, como correios, tarifas, Funset, Clasc, despesas essas da conta mãe. Despesas referente a fiscalização de trânsito, tais como lanches, almoço e jantar, em operações conjuntas entre a Polícia Militar, Polícia Civil e Demutran, entre outras necessárias para a execução das atividades.

*IPM Informática Pública Municipal*

Atende.Net

Planejamento  
72



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0048- GESTÃO DO FUNREPOM

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar - FUNREPOM, visa manter a corporação com equipamentos modernos e em condições de uso. Para evitar o aumento da criminalidade e prevenção dos acidentes de trânsito a Polícia Militar realiza constante vigilância e cria formas de coibir delitos. Verificou-se a necessidade de criação de vigilância eletrônica para a cidade a qual haverá a necessidade de angariar fundos através de convênios.

DIRETRIZES:

Implementar e manter as ações do Fundo, adaptando os recursos a programação do respectivo Conselho, em conformidade com a Lei Complementar nº 439, de 14/11/2013.

OBJETIVOS:

Gerir os recursos oriundos da prestação técnica dos serviços da unidade da Polícia Militar da cidade de Timbó. Recursos esses que permitem o investimento em novos equipamentos e serviços, bem como propiciam a manutenção de serviços especializados e manutenção da frota e dos equipamentos. Angariar fundos através de convênios a serem criados com o FUNREPOM, para serem aplicados à comunidade timboense.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1403	EQUIPAMENTOS,MÓVEIS E UTENSILIOS - FUNREPOM	Unidade Gestora	UN	1,0000	30.000,00	Recursos Fiscais
1405	FROTA DE VEICULOS - FUNREPOM	Veiculo	UN	1,0000	80.000,00	Recursos Fiscais
1407	OBRAS E INSTALAÇÕES - FUNREPOM	Área	M2	75,0000	100.000,00	Recursos Fiscais
2400	MANUTENÇÃO DA POLICIA MILITAR - FUNREPOM	Unidade Gestora	UN	1,0000	33.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0048					243.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0048

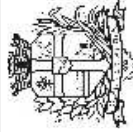
AÇÃO: 1213  
Não contemplado em 2015  
AÇÃO: 1215  
Não contemplado em 2015  
AÇÃO: 1217  
Não contemplado em 2015  
AÇÃO: 1219  
Não contemplado em 2015  
AÇÃO: 1221  
Não contemplado em 2015  
AÇÃO: 1223  
Não contemplado em 2015

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
73





## MUNICÍPIO DE TIMBÓ

### Programas Detalhados

Ano LDO: 2015 Versão: 1

AÇÃO: 1225

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 1401

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 1403

Equipar a Polícia Militar com micro computadores e impressoras, mobiliários, 01 equipamentos de dispositivos luminosos e sonoros (giroflex) para veículos, 02 condicionadores de ar, 05 câmeras de vigilância, 2 porteiros eletrônicos, 1 central de monitoramento, 1 módulo visão noturna, equipamentos eletrônicos para desenvolvimento de investigação e policiamento ostensivo, eletrodomésticos e eletrônicos em geral, entre outros.

AÇÃO: 1405

Adquirir 01 veículo.

AÇÃO: 1407

Ampliar e reformar as instalações físicas da polícia militar. Faz-se necessário tendo em vista a saída do Corpo de Bombeiros do prédio. Para tanto exige-se uma readaptação das instalações físicas do quartel.

AÇÃO: 2204

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 2206

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 2208

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 2400

Manter as atividades da Polícia Militar, bem como, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

AÇÃO: 2402

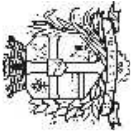
Não contemplado em 2015

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

74



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0049- MANUTENCAO DO CONVENIO BOMBEIRO MILITAR

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O convênio celebrado entre o Município e o Estado, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, visa o atendimento das missões constitucionais previstas no Art. 108 da C.E. 1989. O atendimento imediato em ocorrências de diversas naturezas como acidentes, incêndios, resgates, dentre outros, constantemente se faz presente em inúmeros eventos, os quais tem sido de suma importância para a segurança da comunidade timboense.

DIRETRIZES:

Implementar e manter as ações do Convênio, adaptando os recursos às necessidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó, em conformidade com o convênio.

OBJETIVOS:

Gerir os recursos oriundos da prestação técnica dos serviços da unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó, permitindo ações de custeio e investimento que visem garantir a execução da missão constitucional prevista no Art. 108 da C.E. 1989. Angariar fundos através de convênio para serem aplicados á comunidade timboense.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1289	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - CONVENIO BM	Unidade Gestora	UN	1,0000	210.000,00	Recursos Fiscais
2298	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - CONVENIO BOMBEIRO MILITAR	Unidade Gestora	UN	1,0000	148.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0049					358.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0049

AÇÃO: 1289

Equipar o Corpo de Bombeiros com mobiliário e material para a corporação, tipo micros computadores ou laptops e impressoras multifuncionais, 5 equipamentos de ar-condicionador, equipamentos para proteção individual, 01 compressor de alta pressão, 02 máquinas digitais para as vistorias, 1 bote inflável, 01 motogerador, 01 desencarcerador com equipamentos, 1 gerador de energia, 1 ferramentas de corte e perfuração de concreto, 2 esguichos para combate a incêndios, 1 detector de gás, mobiliário completo e eletrodomésticos para refeitório, alojamentos e repartições administrativas dentre outros.

AÇÃO: 1291

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 1293

Não contemplado em 2015

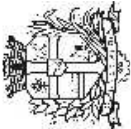
AÇÃO: 2298

Manter as atividades do Corpo de Bombeiros, bem como eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade organizada ou seus representantes legais nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento  
75



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0050- REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A situação predial da secretaria está comprometida devido a sua antiguidade, o que brevemente poderá oferecer sérios riscos de segurança. A infra-estrutura depreciada da edificação causa diversos transtornos aos funcionários, no que tange suas rotinas de trabalho. A falta de tais condições muitas vezes impede que a secretaria faça a prestação dos serviços com excelência à população. A Secretaria, diretamente ou sob forma de terceirização, cotidianamente executa serviços de limpeza de rua, roçadas, irrigação, patrulamento, macadamização, aterro, compactação, coleta e transporte de entulhos, como também a conservação dos cemitérios, passeios públicos, ciclovias, praças, espaços públicos, entre outros. Todos estes serviços possuem uma demanda muito grande por parte da população.

DIRETRIZES:

Constituir uma nova sede ou proceder à reforma das instalações atuais, de forma a melhorar o ambiente de trabalho. Renovar, implementar e proceder aos reparos necessários a toda frota de máquinas, veículos e demais equipamentos da secretaria. Contratação de pessoal através de concurso público e, em casos excepcionais mediante contrato administrativo ou terceirização de serviços, entre outras.

OBJETIVOS:

Melhorar as condições de trabalho para os funcionários, proporcionando satisfação no exercício de suas funções. Dar suporte aos projetos do poder executivo, servindo de estímulo a investimentos públicos e privados, na geração de renda, emprego e, principalmente melhorando a qualidade de vida dos seus munícipes nos espaços urbanos, e principalmente executar nossas atividades com qualidade total.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1063	FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS SEOS	Unidade Gestora	1,0000	86.000,00	Recursos Fiscais
				250.000,00	Recursos Fiscais
2090	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Unidade Gestora	1,0000	1.550.000,00	Recursos Fiscais
2092	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.	Unidade Gestora	1,0000	6.290.000,00	Recursos Fiscais
				5.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0050				8.181.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0050

AÇÃO: 1045

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 1063

03 automóveis utilitário/motor 1.6; 02 automóveis utilitários standers; 02 pick-ups cabine dupla/tração 4X4; 02 escavadeiras hidráulicas; 01 compactador de solo (rolo/12 toneladas); 02 retroescavadeira/traçada 4X4; 01 capinadeira com implementos; 01 trator esteira/mínimo 20 toneladas; 06 caminhões caçamba traçados/btp no mínimo 16toneladas; 02 caminhões de irrigação/bpt no mínimo 14toneladas; 01 caminhão com equipamentos hidráulicos/bpt no mínimo 14toneladas(Munck); 01 microtrator com implementos; 01 roçadeira hidráulica articulada, 02 caminhões caçamba simples/btp no mínimo 14toneladas; 02 motoniveladora, 01 Carregadeira, 01 Caminhão de hidrojateamento (desobstrução de tubulações) e outros necessários para o desempenho das atividades.

AÇÃO: 2090

Material e serviços para manutenção e ampliação da rede de Iluminação Pública e outros necessários para o desempenho das atividades. : Investimentos e materiais, serviços próprios e/ou terceirizados para manutenção e ampliação da rede de Iluminação Pública e atividades congêneres, em especial, para realizar a substituição da iluminação pública das ruas São Bento, Massaranduba e Lortras, no Bairro Quintino.

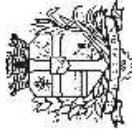
AÇÃO: 2092

Manter as atividades do departamento de Serviços, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
76

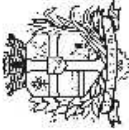
**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2015    Versão: 1**

de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos legislativos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Equipar com: 07 microcomputadores com 03 impressoras jato de tinta e 4 multifuncional; 03 compactadores de solo manuais; 01 vídeo DVD; 01 projetor multimídia; 02 motosserras; 01 lava jato; 01 máquina de cortar grama (manual) e; 10 roçadeiras costais; 02 bitoneiras/motor a gasolina; 02 climatizadores de ambientes e demais materiais e equipamentos que forem necessários, material para topografia e outros necessários para o desempenho das atividades.

*IPM Informática Pública Municipal*

Atende.Net

Planejamento  
77



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0052 - OBRAS PÚBLICAS

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A malha urbana do município é formada por diversas ruas, sendo que destas, várias possuem urgência na pavimentação e a necessidade da implantação completa de infraestrutura, em função de sua localização em áreas centrais, centro de bairros, áreas industriais, ou ainda ruas importantes, onde o crescimento habitacional e comercial é visível. A maioria das vias que demandam pavimentação também necessitam de drenagem pluvial.

DIRETRIZES:

Pavimentar as vias urbanas, atendendo as solicitações e necessidades da população, bem como prestar serviços de manutenção, conservação e implantação da infra-estrutura, principalmente no que diz respeito a drenagem de águas pluviais. Construir pontes e pontilhões.

OBJETIVOS:

Melhorar a trafegabilidade e diminuir o custo de manutenção das vias públicas municipais, através das pavimentações, eliminando os serviços de irrigação, patrolamento e macadamização.

Programar obras de infraestrutura que assegurem a qualidade de vida das pessoas e estimulando o desenvolvimento econômico e social do município.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1065	PAVIMENTAÇÕES, DRENAGENS, CALÇADAS E R CICLOVIAS	Mt	6.250,0000	1.200.000,00 2.500.000,00 10.000.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1067	PONTES E OBRAS DE ARTE	Mt	75,0000	1.673.620,00	Recursos Fiscais
1071	ESPAÇOS PÚBLICOS	M2	22.500,0000	3.500.000,00 10.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0052				18.883.620,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0052

AÇÃO: 1065

Pavimentações de vias urbanas contempladas no programa de pavimentação em especial das ruas Acácias(morro), Pará, Maranhão, Santa Catarina, Piauí, Espírito Santo, Erwin Reguse, Paraíba, no B. dos Estado; Araranguá, Augusto Maas e Oto Wolter, no B. Vila Gemer; Rua Rodeio, Itajaí, Gaspar, Botuverá, Pícaras, Iluporanga e Beco Penha, no B. Quintino; Rua Rodeio, Itajaí, Gaspar, Piratuba, Faxinal dos Guedes, Água Doce, Imbuia e Hermann Berndt no Bairro Fritz Lorenz; Rua Carajás;Rudolfo Borchardt, Tupiniquim, Silésia (pavimentação asfáltica) no B. Araçonguinhos; Ruas Taió, Pomerode, Jaraguá do Sul ??, Tubarão e Benedito Novo, no B. Pomeranos; Ruas Alegre, Canadá, Alasca, e continuação da rua Mal, Deodoro da Fonseca (TBO-010); Loteamento Novo Horizonte, B. Tirolezes; Ruas Bauri, Macaé e Max Klotz, B. Dona Clara Ruas Turquia, Sina e Santa Cecília, B. Imigrantes . Recuperar, implementar e implantar drenagem pluvial de vias urbanas e outros necessários para o desempenho das atividades, em especial, instalar tubulação na Rua Carajás, B. Araçonguinhos. Realizar todas as intervenções para a melhora da infraestrutura em vias urbanas e rurais.. Fazer calçadas, cicloviás, passarelas e outros para adequar as vias públicas.

ACAO 1067

Construção de ponte em concreto armado ligando os bairros Dona Clara e Pe. Martinho Stein (Rod. SC-477 e Rod. SC-416); implantação da ligação da Rua Blumenau com a Rua 7 de Setembro com ponte sobre o Rio Benedito e outras que se fizerem necessárias e outros necessários para o desempenho das atividades.

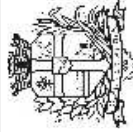
Requalificação e urbanização dos espaços públicos e outros necessários para o desempenho das atividades, em especial, a construção de Praça da Saúde na interseção da Rua Fritz Lorenz com a Rua Quintino Bocaiuva.. Ampliação, revitalização e reurbanização das praças e parques, ciclovias, passeios públicos, espaços públicos, cicloviás, e demais espaços públicos em especial, construção de Pavilhão para Associação de Moradores do Bairro Araçonguinhos.

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento  
78



**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2015 Versão: 1

**PROGRAMA DE GOVERNO:****0060- GESTÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Procuradoria Geral do Município é o órgão do Poder Executivo responsável pela defesa extrajudicial e judicial do Município, primando pela legalidade dos atos de todos os setores da administração municipal. Exerce funções de consultoria e assessoramento, e tem competência privativa para execução da dívida ativa municipal de natureza tributária (art. 59, da LOM). A Procuradoria é Órgão Superior de Assessoramento do Poder Executivo, conforme lei, sendo composta por um Procurador Geral, um Assessor Institucional, um Diretor do Departamento Jurídico, um Assessor Jurídico, dois Advogados Efetivos, um atendente administrativo e um Auxiliar Administrativo. Está vinculado ainda a Procuradoria Geral do Município a Casa da Cidadania.

DIRETRIZES:

Desempenhar suas funções determinadas em lei, com excelência e respeito aos princípios do Direito Público, aos servidores municipais e aos cidadãos. Buscar a eficiência técnica e aprimoramento constante dos profissionais que compõem seus quadros funcionais, através do treinamento e atualização necessários. Zelar pela ética, responsabilidade e respeito ao ordenamento jurídico vigente.

OBJETIVOS:

Resguardar e dar efetividade às ações e atos da Administração Municipal, prevenindo ilegalidades, combatendo omissões, promovendo a defesa administrativa ou judicial e assegurando a prevalência e a indisponibilidade do Interesse Público. Prestar serviço com eficácia e qualidade técnica, assegurando a observância dos Princípios Constitucionais, a melhoria do serviço público, o alcance das metas e diretrizes da Administração Municipal e a satisfação dos usuários. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos com os Órgãos ou Entidades Estaduais e/ou Federais, organizações não governamentais e entidades privadas, para implantação, manutenção ou melhoria de serviços públicos e efetividade das suas competências.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2100	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO JURÍDICO	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	735.000,00	Recursos Fiscais
2104	MANUTENÇÃO DA CASA DA CIDADANIA	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	60.000,00	Recursos Fiscais
		TOTAL DO PROGRAMA		0060	795.000,00	

**DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0060**

AÇÃO: 2100

Manter as atividades da Procuradoria, bem como: eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento. Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Substituir equipamentos da Procuradoria com livros, mobiliário e equipamentos de informática e outros necessários para o desempenho das atividades.

AÇÃO: 2104

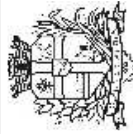
Manter as atividades da Casa da Cidadania, bem como: eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento. Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

79

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ**

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015 Versão: 1

dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Substituir equipamentos da Casa da Cidadania com livros, mobiliário e equipamentos de informática e outros necessários para o desempenho das atividades.

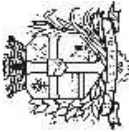
AÇÃO: 2296

Não contemplado em 2015

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
80



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0061- GESTÃO DO FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A coordenadoria de proteção e defesa do consumidor - PROCON será exercida através de um coordenador geral que contará com uma equipe administrativa de apoio, tendo a disposição do PROCOM pessoal, material e recursos financeiros para o seu necessário funcionamento.

DIRETRIZES:

Desempenhar suas funções determinadas em lei, com excelência e respeito aos princípios do Direito Público, aos servidores municipais e aos cidadãos. Buscar a eficiência técnica e aprimoramento constante dos profissionais que compõem seus quadros funcionais, através do treinamento e atualização necessários. Zelar pela ética, responsabilidade e respeito ao ordenamento jurídico vigente.

OBJETIVOS:

Promover e implementar as ações direcionadas a educação, orientação, proteção e de defesa do consumidor, além de coordenar a política do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor. Resguardar e dar efetividade as ações e atos, prevenindo ilegalidades, combatendo omissões, promovendo a defesa dos direitos do consumidor, assegurando a prevalência e a indisponibilidade do interesse público. Prestar serviço com eficácia e qualidade técnica, assegurando a observância dos Princípios Constitucionais, a melhoria do serviço público, o alcance das metas e diretrizes da Administração Municipal e a satisfação dos usuários. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos com os Órgãos ou Entidades Estaduais e/ou Federais, organizações não governamentais e entidades privadas, para implantação, manutenção ou melhoria de serviços públicos e efetividade das suas competências.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2102	MANUTENÇÃO DO PROCON	Unidade Gestora	UN	1,0000	99.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0061					99.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0061

AÇÃO: 1287

Não contemplado em 2015

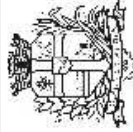
AÇÃO: 2102

Manter as atividades do PROCON, bem como: eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais: Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Equipar o PROCON com livros, mobiliário e equipamento de informática e outros necessários para o desempenho das atividades.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
81

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2015 Versão: 1

**PROGRAMA DE GOVERNO:****0062- ATENÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE****GERENTE DO PROGRAMA:****DIAGNÓSTICO:**

O município tem em funcionamento o Fundo Municipal da Infância e do Adolescente - (FIA), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho Tutelar (CT), além de vários programas de proteção e sócio-educativos. Diante do quadro atual detectado pelos aparelhos sócio assistenciais do município (Secretaria de Assistência Social) através dos CRAS e CREAS, Conselho Tutelar e Unidades de Saúde) foram credenciados projetos através do CMDCA visando a garantia dos direitos e inclusão social de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social.

**DIRETRIZES:**

Manter em funcionamento a estrutura, atual, existente e os programas: Apoio Sócio Familiar, Judô, Karatê, Informática, Música, Dança, Capacitação através de cursos profissionalizantes, dentre outros. Elaborar os planos de atendimento, além de atualizar e manter o cadastro de famílias atendidas pelos programas mantidos pelo Fundo da Infância e do Adolescente - FIA. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA delibera sobre a aplicação dos recursos /destinação do FIA para o desenvolvimento de políticas, programas e ações de promoção, proteção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. A Secretaria de Municipal de Assistência Social é responsável pela administração dos recursos, formalização de convênios e acompanhamento dos projetos aprovados pelo CMDCA. Disponibilizar recursos para a infância e adolescência e para capacitação do conselho tutelar e técnicos dos programas mantidos pelo FIA. Cadastrar e promover programas de atendimento a Criança e ao Adolescente. Buscar parcerias junto à sociedade civil e a órgãos governamentais, visando a arrecadação de recursos para a manutenção dos programas.

**OBJETIVOS:**

O FIA tem como objetivo captar e aplicar recursos destinados às ações de atendimento à criança e ao adolescente. Os recursos destinados ao FIA podem ser aplicados em projetos de proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em projetos de combate ao trabalho infantil, além de ser aplicada também no custeio das atividades do Conselho Tutelar bem assim como na formação continuado dos Conselheiros Tutelares. No Art. nº. 4º e seus indícos, da Resolução nº 139/10 do CONANDA, é estabelecido as dotações específicas para a implantação, manutenção e funcionamento dos Conselhos Tutelares e custeio de suas atividades, e no Parágrafo 6º deste caput, a resolução deixa claro que, "§ 6º - Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para os fins previstos neste artigo, exceto para a formação e a qualificação dos Conselheiros Tutelares. No parágrafo 1º, alínea "a" do Art. 4º da resolução 139 do CONANDA, esclarece que a Lei orçamentária Municipal se responsabilizar preferencialmente pela formação continuada para os membros do Conselho Tutelar, se referindo às capacitações.

Oportunizar e acompanhar o desenvolvimento bio-psico-social da criança e do adolescente com vistas à inclusão social e ênfase a instituição familiar. Manter a política de defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, e os órgãos e programas institucionais correlatos. Otimizar e racionalizar os atendimentos nos diversos programas para atingir maior número possível de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Envolver toda a sociedade civil, caracterizada pela família, profissionais envolvidos, Programa Sócio-familiar PSF, nas atividades do FIA, CMDCA e Conselho Tutelar. Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas.

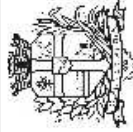
AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1227	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FIA	Unidade Gestora	und	1,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
2210	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FIA	Entidades	und	5,0000	6.000,00	Recursos Fiscais
2212	MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS E ATIVIDADES DO FIA	Pessoas	und	2.800,0000	59.200,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0062					113.000,00	Recursos Fiscais

**DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0062**

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento  
82

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2015    Versão: 1****AÇÃO: 1227**

Equipar as instalações onde funcionam os programas do FIA, com 05 computadores e impressoras, 01 impressora multifuncional (impressora, fax e copiadora), 01 central telefonia, 02 aparelhos de celular, 05 condicionadores de ar e mobiliário.

**AÇÃO: 1229**

Não contemplado em 2015

**AÇÃO: 2210**

Concentrar os recursos, para ações voltadas ao efetivo atendimento da criança e do adolescente, sendo que estes devem ser empregados exclusivamente em programas, projetos e atividades de proteção socioeducativos voltados ao atendimento da criança e do adolescente.

**AÇÃO: 2212**

Manter os programas e projetos cadastrados no CMDCA, realização da Conferência Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente, programas e projetos (para atender criança e adolescentes em situação de risco pessoal e social, formação de pessoal conselheiros de direitos, conselheiros tutelares, além de profissionais envolvidos com os direitos da criança e do adolescente precisam se qualificados para trabalhar de acordo com o Estatuto da Crianças e do Adolescente, Incentivo à guarda e adoção ( cumprindo o art. 260 do ECA, esta é a única despesa obrigatória do FIA. O incentivo poderá ser feito através de campanha e eventos. Estudo e Diagnóstico ( o CMDCA poderá financiar, utilizando o FIA, as pesquisas que julgar necessária à efetivação do atendimento. Divulgação dos Direitos da Criança ( Divulgação para a sociedade, nos mais diversos meios, do ECA). Promover campanha voltadas a arrecadação financeira para o FIA através de dedução de imposto de renda e outras fontes de recursos.

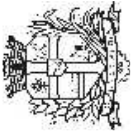
*IPM Informática Pública Municipal*

Atende.Net

Planejamento

83





MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0066- HABITAÇÃO POPULAR DE TIMBÓ - FHT

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Em 2005 foi criada a lei nº 2278, que implementou o Programa Carta de Crédito FGTS-Individual-Operações Coletivas-Recursos do FGTS. O município de Timbó até 2006 investiu muito pouco em relação a intermediação para viabilizar a Política de Habitação de Interesse Social. Casa Própria para a população de baixa renda. Conforme os dados que constam no cadastro da Assistência social do Município de Timbó a demanda é crescente e eminente a intervenção da administração pública com o objetivo de fomentar a inclusão social. Está sendo elaborado o plano municipal de habitação, de acordo com pesquisa feita em todos os lares do município através da Empresa Logus, que visa diagnosticar o perfil habitacional existente e consequente planejamento para a construção de habitações populares, em parceria com Caixa Econômica Federal e/ou outras entidades, que serão destinadas à população de baixa renda e residente em áreas de risco (famílias com até 3 salários mínimos mensais de renda) e a outros beneficiários (com renda familiar de 03 a 06 salários mínimos).

DIRETRIZES:

Implantar o Fundo de Habitação de Timbó e manter o funcionamento das atividades, ampliarem a oferta de serviços; manter o apoio a entidades que desenvolvam ações na área da Casa Própria. Capacitar os profissionais que atuam junto a programas de inclusão social para instruir as famílias a construir suas moradias com toda a infra-estrutura necessária. Estruturar ações para conhecimento da realidade vivenciada pelas pessoas de baixa renda e dar sustentabilidade ao sistema financiador das construções. Contratar uma equipe específica para o programa, incluindo engenheiro, assistente social e auxiliar administrativo; realizar parcerias com entidades financiadoras, como a CEF e outras.

OBJETIVOS:

Orientar, ordenar e articular ações relacionadas à política municipal de habitação popular; promover a integração dos mutuários; assegurar o recebimento dos auxílios instituídos pelas Instituições Financeiras. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas, que viabilizem e fortaleça a política de atenção a habitação popular no município de Timbó; realizar pesquisas indicativas das demandas no município e em que área estão localizados os déficits habitacionais. Trabalhar com projetos de inclusão social em espaço específico construído nos terrenos que abrigarão os conjuntos habitacionais.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2108	MANUTENÇÃO DO FHT	Pessoas	Unidade	12,5000	5.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0066					5.000,00	

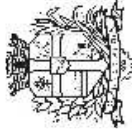
DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0066

AÇÃO: 1085	
Não contemplado em 2015	
AÇÃO: 1087	
Não contemplado em 2015	
AÇÃO: 2106	
Não contemplado em 2015	
AÇÃO: 2108	
Implementar e manter as atividades do FHT e do CMH, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais em relação a política de interesse de habitação popular no município de Timbó. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma	

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento  
84

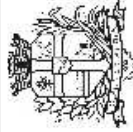
**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2015    Versão: 1**

da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento. Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

*IPM Informática Pública Municipal*

Atende.Net

Planejamento  
85

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2015 Versão: 1

**PROGRAMA DE GOVERNO:****0070- GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA TIMBÓ****GERENTE DO PROGRAMA:****DIAGNÓSTICO:**

O município de Timbó possui dez Unidades de Saúde da Família e uma unidade de Saúde da Família Avançada e doze equipes na estratégia de saúde da família, que ofertam serviços em atenção básica, integrando o Programa de Saúde da Família, promovendo o sistema de saúde local, com demanda expressiva e crescente que desloca-se até estas unidades para atendimento e encaminhamento às referências municipais: Policlínica de referência, CAPS, Tratamento fora de domicílio, Pronto Socorro, Hospital e maternidade OASE, e Serviço Social. O exercício da atividade profissional de Agente Comunitário de Saúde deve observar a Lei nº 10.507/2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, o Decreto nº 3.189/1999, que fixa as diretrizes para o exercício da atividade de Agente Comunitário de Saúde, e a Portaria nº 1.886/1997, que aprova as normas e diretrizes do Programa de Agente Comunitário e do Programa Saúde da Família. Através de ações individuais ou coletivas, o agente comunitário de saúde realiza atividade de prevenção de doenças e promoção da saúde sob supervisão do profissional de enfermagem /e ou outro profissional. A Saúde Bucal na estratégia da Saúde da Família representou a criação de um espaço de práticas e relações a serem construídas para a reorientação do processo de trabalho e para a própria atuação da saúde bucal no âmbito dos serviços de saúde. Dessa forma, o cuidado em saúde bucal passa a exigir a conformação de uma equipe de trabalho que se relacione com usuários e que participe da gestão dos serviços para dar resposta às demandas da população e ampliar o acesso às ações e serviços de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal, por meio de medidas de caráter coletivo e mediante o estabelecimento de vínculo territorial.

**DIRETRIZES:**

Modelar constantemente a Atenção Básica - Estratégia Saúde da Família. Fortalecer os serviços através dos NASF - Núcleos de Apoio à Saúde da Família, conforme portaria nº 54 de 24 de Janeiro de 2008, adesão a programas incentivados pelo Ministério da saúde assim como a Secretaria de Estado da Saúde. Disponibilizar material de consumo e expediente, medicamentos para o desenvolvimento das atividades em saúde, readequar as estruturas acordadas com a necessidade, proporcionar cursos de capacitação aos colaboradores, Manter e aperfeiçoar o sistema de gerenciamento em informação nas Unidades de Saúde, através do Sistema Único de Saúde, serviços próprios, conveniados e/ou contratados. Capacitar todos agentes comunitários de saúde de nosso município, para o aprimoramento e desempenho profissional. Reconhecer uma prática que vem sendo construída no cotidiano, sistematizando-a e teorizando-a, formalizando a legalidade profissional do agente comunitário de saúde na especificidade de seu trabalho. A equipes de saúde bucal são da Modalidade I: composta por Cirurgião-Dentista (CD) e Auxiliar de Consultório Dentário (ACD). Os dentistas e seus assistentes são vistos como profissionais que podem de fato desempenhar um papel decisivo nos bons resultados do Programa Saúde da Família. Implantar mais 03 (três) equipes de Estratégia Saúde da Família, nos bairros : Pomeranos, Padre Martinho e Imigrantes.

**OBJETIVOS:**

Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público e ou processo seletivo, qualificação e atender a demanda do Sistema Único de Saúde em suas necessidades salutaras, através de serviços classificados de atenção básica, que abrangem a prevenção, promoção e reabilitação do indivíduo/família, inseridos e participantes de sua comunidade, na busca pela qualidade de vida. Conhecer o perfil epidemiológico e diagnóstico em saúde da população. Fazer convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas. Manutenção da Educação Permanente em Saúde, conforme Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007 - Dispõe sobre as diretrizes para implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

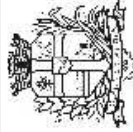
Prestar auxílio a instituições / entidades para manutenção de atividades que auxiliem e/ou complementem a prestação de serviços em saúde pública destinada a resolutividade da situação salutar dos usuários do SUS, na promoção, prevenção e reabilitação dos indivíduos para a sociedade. Adesão a novos programas do Ministério da Saúde (NASF, Melhor, em casa e outros).

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1151	FROTA DE VEÍCULOS AB	Veículo	UN	1,0000	10.000,00 40.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
86



## MUNICÍPIO DE TIMBÓ

### Programas Detalhados

Ano LDO: 2015 Versão: 1

1153	OBRAS E INSTALAÇÕES AB	Área	M2	262,5000	50.000,00	Recursos Fiscais
2150	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	3.244.911,57	Recursos Fiscais
					220.000,00	Recursos Fiscais
					3.553.088,43	Recursos Fiscais
2152	MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	452.168,00	Recursos Fiscais
					1.009.832,00	Recursos Fiscais
2154	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	1.815.000,00	Recursos Fiscais
					315.000,00	Recursos Fiscais
<b>TOTAL DO PROGRAMA 0070</b>					<b>10.710.000,00</b>	

#### DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0070

AÇÃO: 1151

Aquisição de um veículo para suporte as ações descentralizadas do programa de saúde da família e nasf (Núcleo de apoio a saúde da família).

AÇÃO: 1153

Reforma e/ou ampliação das onze Unidades de Saúde da Família.

AÇÃO: 1155

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 2150

Aquisição de 4 (quatro) DVDs, para articulação das ações e atividades em promoção e prevenção da saúde nas unidades de saúde em atenção básica, vinte condicionadores de ar, vinte computadores e impressoras, para gerenciamento de informações fidedignas e em tempo hábil para tomadas de ações nas atividades de saúde de atenção primária além de ações que facilitem o acesso ao usuário, Manutenção de um sistema de informática com Software, aquisição de instrumentais cirúrgicos médicos, instrumentais para ações de enfermagem, material médico para clínica e diagnóstico (otoscópio, laringoscópio, etc.), móveis de escritório e sob medida, persianas, equipamentos e utensílios necessários para manutenção e incremento das atividades em saúde na atenção básica, uniformes para profissionais. Execução de treinamentos e cursos (infra-estrutura), contratação de ministrantes, consultores/professores para ministrar cursos e treinamentos; aquisição de alimentação/Coffee Break (que somente devem ser realizadas para atender a eventos especiais, de ocorrência esporádica, e quando estritamente necessário, fora do local de trabalho, observadas as normas da Lei (federal) n. 8.666/93) que serão oferecidos como forma de manter os profissionais em curso/capacitações durante um período de quatro Horas, materiais didáticos (livros, documentos, e computadores); aquisição e reprodução de material de apoio pedagógico; aquisição de livros, manuais e revistas técnicas; promoção de pesquisas e trabalhos, materiais educativos; proporcionar participação em encontros municipais, regionais ou estaduais, ( Encontro regional de Aleitamento Materno) como atividade formativa de profissionais; proporcionar o deslocamento de profissionais (passagens, diárias e alimentação) para frequentar cursos e treinamentos; favorecer a implantação de espaços apropriados para as reuniões das equipes nas suas unidades; efetivar a aquisição de mobiliário para a sala de reuniões e de estudos das Unidades Básicas; e mobiliário para as novas Unidades construídas Pomeranos e Imigrantes; favorecer a realização de reforma e manutenção da sala de reuniões das Unidades Básicas. Adesão a programas e projetos disponibilizados pelo Ministério da Saúde e/ou Secretaria do Estado da saúde conforme plano de aplicação dos recursos. Adesão ao programa Mais Médicos para o Brasil.

AÇÃO: 2152

Aquisição uniforme completo, Bloqueador solar, EPI (Equipamento de Proteção Individual) material de escritório, bolsa para carregar equipamentos, curso de capacitação, treinamentos, equipamentos de informática (Computador, Impressoras, tablets).

AÇÃO: 2154

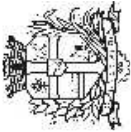
Aquisição de um aparelho de raio x odontológico, aquisição de dois equipamentos odontológicos completos para suporte das equipes de saúde bucal das unidades de saúde da família, aquisição de instrumentais cirúrgicos, equipamentos odontológicos, e outros materiais, equipamentos necessários para manutenção e incremento das atividades em saúde bucal na atenção básica.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

87



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0072- GESTÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A odontologia ofertara trabalhos em endodontia. O município de Timbó possui 1 (um) Centro Municipal de Referências A Policlínica de Referências -, convênio/credenciamento com uma Unidade Hospitalar, 1 pronto Socorro, 1 (um) Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, 1 clínica de fisioterapia, 2 Laboratórios de análise, Associação Renal Vida, APAE, Rede feminina, credenciados pelo Sistema Único de Saúde. Decorrente desta realidade faz-se necessária a ampliação da estrutura em valores humanos e estrutura física, possibilitando assim, a ampliação dos serviços ofertados, readaptação dos ambientes das unidades, compra de serviços, aquisição de materiais, equipamentos e utensílios. A Policlínica de Referências esta inserida no modelo de Atenção Especializada, na qual compõe um aspecto de serviços com diferentes graus de especialização e modalidades de atendimento. A Policlínica também atende os municípios circunvizinhos. Dentro do contexto da assistência hospitalar e ambulatorial, em nosso município inserimos também o SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. O nosso município possui uma unidade hospitalar conveniada ao SUS, o Hospital e Maternidade OASE, no qual é referência para os municípios circunvizinhos.

DIRETRIZES:

Os profissionais da atenção básica são responsáveis pelo primeiro atendimento ao paciente e pelo encaminhamento aos centros especializados em casos mais complexos. Nosso município pretende adequar o espaço físico para a base do SAMU. Ampliar a oferta de serviços, disponibilizar material de consumo, expediente e medicamentos para o desenvolvimento das atividades em saúde, proporcionar cursos de capacitação, oportunizar o acesso ao sistema de gerenciamento de informação em saúde, através do Sistema Único de Saúde, serviços próprios, contratados e/ou conveniados. O Hospital e Maternidade OASE, encontra-se em adaptação conforme as diretrizes da ANVISA.

OBJETIVOS:

Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, serviços próprios, conveniados e/ou contratados públicos e privados com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos legislativos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Manter o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos e prestar auxílio a instituições / entidades para manutenção de atividades que auxiliem e/ou complemente a prestação de serviços em saúde pública destinada a resolutividade da situação salutar dos usuários do SUS, que envolvam ações de média e alta complexidade para retorno dos indivíduos para convívio em sociedade, dentre eles hospital OASE.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1157	FROTA DE VEÍCULOS MAC	Veículo	und	1,0000	10.000,00 150.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2160	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	4.260.000,00	Recursos Fiscais
2164	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	5.363.909,60 150.000,00 636.090,40	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0072					10.570.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0072

AÇÃO: 1157

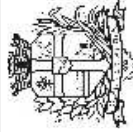
Aquisição de um carro tipo Ambulância para transporte de pacientes

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
88





## MUNICÍPIO DE TIMBÓ

### Programas Detalhados

Ano LDO: 2015 Versão: 1

AÇÃO: 1159

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 2160

Manutenção e incremento das atividades em saúde na média e alta complexidade. Manter e custear as atividades do Pronto Socorro, Manter o repasse para convênios com o Hospital para prestação de serviços a secretaria de saúde Sobreaviso Médico (clínica médica, obstetrícia, pediatria, anestesia e cirurgia, Anestesiologia, Emissão de laudos de Raio-X, Lavanderia, Ultrasonografia, Ortopedia, Otorrinolaringologista, Leito Psiquiátrico, Médico internista) e outros que sejam necessários. Conclusão da Construção de um centro cirúrgico em anexo ao hospital.

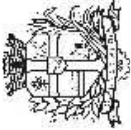
AÇÃO: 2164

Manter as atividades da assistência hospitalar e ambulatorial, aquisição 2 (dois) equipamentos de som, 2 (dois) equipamentos de fax, 2 (uma) central telefônica, 10 aparelhos de ar condicionado, 15 (quinze) computadores e impressoras, para gerenciamento de informações fidedignas e em tempo hábil para tomadas de decisões, manutenção de um sistema de informática com Software, além de ações que facilitem o acesso ao usuário. Aquisição de monitor cardíaco, eletrocardiógrafo, oxímetro de pulso, carrinho de anestesia, desfibrilador cardíaco, bomba de infusão, aparelho/equipamento de ultrassom, Raio X, Tomógrafo, Mamógrafo, aparelho de Ressonância Magnética, aquisição de instrumentais cirúrgicos, médicos, instrumentais para ações de enfermagem, Móveis para escritório, Móveis e equipamentos hospitalares, e outros materiais que se fizerem necessários. Contratar/Comprar serviços técnicos especializados, convênios e/ou contratados públicos e privados (Consultas especializadas, Exames, Cirurgias, Suplemento alimentar, Faldas), implementar tecnologias que permitam a emissão de laudos médicos a distância (Raio X, Dermatoscópio, eletro cardiograma) com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento. Fimar contratos, convênios e ajustes com instituições, fundações e ONGs para o perfeito atendimento a procedimentos de média e alta complexidade, repasse de recursos para Rede Feminina de Combate ao Câncer. Compra de serviços ( Consultas especializadas, Exames, Cirurgias, Suplemento alimentar, Faldas) através do CISAMMVI ( Consórcio intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí). Taxa de administração do CISAMMVI. Tornar timbó Gestão Plena para o Bloco de MAC ( Média complexidade) Ambulatorial. Adesão a programas e projetos disponibilizados pelo Ministério da Saúde e/ou Secretaria do Estado da saúde conforme plano de aplicação dos recursos.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
89



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0074- GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Secretaria Municipal de Saúde possui, inserido em seu contexto de trabalho, a divisão responsável pela observação contínua da distribuição e tendências da incidência de doenças mediante a coleta sistemática, consolidação e avaliação de informes de morbidade e mortalidade, assim como, supervisiona e controla os programas designados pelo MS (DST/AIDS, TB, Hanseníase, etc); executa ações de educação em saúde; executa ações de monitoramento de endemias e epidemias; investiga doenças de notificação compulsória, e outras atividades afins, sendo sua área de atuação todos os usuários e serviços de saúde do município, independentemente dos graus de complexidade. Atividade de Promoção à Saúde, VIGISUS, Campanhas de Vacinação, Serviço de Assistência Especializada - SAE, Incentivo ao programa DST/AIDS, Combate ao transmissor da dengue. A secretaria Municipal de Saúde do município possui inserida em seu contexto a divisão de vigilância sanitária, que executa um conjunto de ações capazes de diminuir, eliminar ou prevenir riscos e intervir nos problemas sanitários decorrentes da produção e circulação de produtos e serviços e do meio ambiente, objetivando a proteção da saúde da população.

DIRETRIZES:

A vigilância epidemiológica tem por finalidade avaliar, acompanhar e sugerir estratégias para ações voltadas para a proteção e promoção da saúde da comunidade, sendo sua aplicação baseada nas realidades locais e na análise da situação da saúde, levando em consideração o aspecto clínico das doenças e os fatores de risco; Para tanto, prioriza o treinamento dos profissionais, a manutenção dos programas (imunização, Tuberculose, DST/AIDS, etc), a inserção e disponibilização de todos os meios necessários para acesso a diagnóstico e tratamento de doenças de notificação compulsória, infecto-contagiosas e de forma ampliada as crônicas degenerativas e o desenvolvimento de ações conjuntas ou articuladas com outros entes do órgão público ou da sociedade civil organizada, para redução de danos e riscos a saúde individual e coletiva. Temos como diretriz a implantação do CEREST, TAM - Termo de Ajuste e Metas, PAB VISA - Piso de atenção Básica em Vigilância Sanitária. Sendo que as diretrizes diretrizes básicas, o controle de doenças veiculadas pela água e alimentos; efetuar ações de educação em saúde através de palestras, debates, campanhas, com a comunidade, relacionados ao meio ambiente, reciclagem de lixo, água, saneamento básico, alimentação, etc; investigação de surtos de toxinfecções alimentares; promoção do aperfeiçoamento na área de vigilância sanitária e ambiental, para equipe multiprofissional; execução de ações de combate e controle de zoonoses; desenvolvimento de ações conjuntas com as demais esferas de atuação e segmentos representativos da sociedade.

OBJETIVOS:

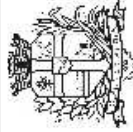
Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os atos oficiais e publicidade institucional. Implantar o sistema de avaliação e controle. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Orientação, controle e fiscalização dos bens de consumo e prestação de serviços que se relacionem direta ou indiretamente com a saúde; controle de vetores e roedores; orientação, controle e fiscalização sobre o meio ambiente e atividades afins; ordenamento e articulação das ações relacionadas a política municipal para vigilância sanitária, firmando, contratos, convênios e ajustes com instituições, fundações e ONGs, para a ratificação das atividades em vigilância sanitária.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2166	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	348.550,39 251.449,61	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2168	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Unidade Gestora	und	1,0000	350.000,00 110.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
		TOTAL DO PROGRAMA		0074	1.060.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
90



## MUNICÍPIO DE TIMBÓ

### Programas Detalhados

Ano LDO: 2015 Versão: 1

#### DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0074

AÇÃO: 1161

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 1163

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 1165

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 2166

Aquisição: 01 Multimídia, 01 Fotocopiadora, 01 DVD, 01 Impressora para fotos digitais, 02 Impressora colorida, 02 Computadores completos, 02 Notebooks, 01 PHmêtro, 01 Geladeira, 05 Arquivos de aço, 02 telefones celular. 02 telefones convencionais sem fio Contratação de recursos humanos para desenvolver atividades na área da vigilância sanitária, Gratificações para recursos humanos que estejam desenvolvendo atividades na área da vigilância sanitária, Pagamento de estadias, alimentação/ Coffee Break (que somente devem ser realizadas para atender a eventos especiais, de ocorrência esporádica, e quando estritamente necessário, fora do local de trabalho, observadas as normas da Lei (federal) n. 8.666/93), locais, para eventos organizados pelo setor, Diárias para participação em capacitações, cursos técnicos, seminários, conferências, reuniões em geral e outros, Pagamento de provedor para viabilizar envio de banco de dados a secretaria estadual de saúde, pesquisas técnicas e troca de informação, Confeção e reprodução de material informativo educativo (folderes, cartazes, banners, manuais, etc), Manutenção de veículos e equipamentos, Pagamentos de assessorias, Material de consumo para veículos ( combustível, lubrificante, etc), Equipamentos de proteção individual, Material de consumo para atividades de laboratório, Material de consumo para escritório, Firmar contratos, convênios e ajustes com instituições, fundações e ONGs, para a ratificação das atividades em vigilância Sanitária.

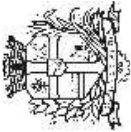
AÇÃO: 2168

Aquisição de 02 Notebook, 01 Fotocopiadora, 02 Impressora, 15 Computadores completos, 10 geladeira para sala de vacina, 01 centrífuga sorológica, Móveis sobre medida, Camera Digital, Gerador de energia para a geladeira das vacinas. Contratação de recursos humanos para desenvolver atividades na área da vigilância epidemiológica. Pagamento de estadias, alimentação/ Coffee Break (que somente devem ser realizadas para atender a eventos especiais, de ocorrência esporádica, e quando estritamente necessário, fora do local de trabalho, observadas as normas da Lei (federal) n. 8.666/93), locais, para eventos organizados pelo setor. Pagamento de diárias para participação em capacitações, cursos técnicos, seminários, conferências. Confeção e reprodução de material informativo e educativo (folder, cartazes, banners, manuais, outdoor, Proteses educativas). Manutenção de veículos e equipamentos. Material de consumo para veículos ( combustível, lubrificante, etc). Equipamentos de proteção individual. Material de consumo para atividades de laboratório. Material de consumo para escritório. Aquisição de insumos para Campanha de vacinação: caixa térmica, termômetro, seringa, agulha, Luvas, etiquetas adesivas e contratação de recursos humanos. Adesão a programas e projetos disponibilizados pelo Ministério da Saúde e/ou Secretaria do Estado da saúde conforme plano de aplicação dos recursos.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
91



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0076- ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA E SUPORTE PROFILÁTICO

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó presta atendimento a usuários do sistema único de saúde em 11 unidades de saúde básicas e 2 unidades de saúde de referência em especialidades médicas e afins, onde possui postos de distribuição de medicamentos que compõe a farmácia básica e uma farmácia central, para a articulação de política de medicamentos especiais e excepcionais, originando uma demanda espontânea e referenciada, que, após o atendimento, necessita receber o suporte profilático e terapêutico para a resolução da situação de sua saúde/doença, fazendo-se necessária a disponibilização de medicamentos que compõe a farmácia básica e outros que a completem a disposição destes para o retorno ao seu trabalho, família e sociedade.

DIRETRIZES:

Manter a política municipal de assistência farmacêutica municipal, articulada com as esferas estaduais e federais: ampliar a oferta de medicamentos para grupos específicos, visando a redução da morbi-mortalidade e aumento da expectativa de vida, além da redução de internações hospitalares por uso de medicamentos que se traduzam em mais eficientes e eficazes.

OBJETIVOS:

Construção/ adaptação da farmácia básica, junto à Policlínica de Referências.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2170	MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	Unidade Gestora	und	1,0000	417.460,44 382.539,56	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA			0076		800.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0076

AÇÃO: 2170

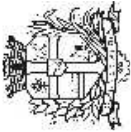
Manutenção e custeio das atividades da farmácia básica, manutenção do setor, Compra de medicamentos através da CISAMMVI ( Consórcio intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí), As Secretarias Municipais de Saúde, anualmente, poderão utilizar um percentual de até 15% (quinze por cento) da soma dos valores dos recursos financeiros FEDERAIS, para atividades destinadas a adequação de espaço físico das Farmácias do SUS relacionadas à Atenção Básica, à aquisição de equipamentos e mobiliário destinados ao suporte das ações de Assistência Farmacêutica. Adesão a programas e projetos disponibilizados pelo Ministério da Saúde e/ou Secretaria do Estado da Saúde conforme plano de aplicação dos recursos.

Aquisições: 02 Impressora, 04 Computadores completos, 5 ar-condicionado, 2 Geladeira, 5 Arquivos de aço, 01 telefone sem fio, Prateleiras, Moveis sob medida, estrados, móveis de escritório cadeiras, mesas, 01 aparelho de Fax.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
92



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0078- GESTÃO DO SUS

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O sistema de saúde municipal tem a responsabilidade constitucional de acompanhar o desenvolvimento das ações dos serviços de saúde. Está auditoria deve ser física, financeira e qualitativa. Este é um atributo da administração pública previsto no direito administrativo. A não execução destas prerrogativas administrativas o município pode ter suas contas não aprovadas pelos órgãos de auditoria relacionados ao SUS. Ações de auditoria do SUS, bem como de monitoramento e avaliação da gestão do SUS, e tem como missão principal o fortalecimento da gestão e do controle social, objetivando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS. A Gestão do Trabalho em Saúde trata das relações de trabalho a partir de uma concepção na qual a participação do trabalhador é fundamental para a efetividade e eficiência do Sistema Único de Saúde Dessa forma, o trabalhador é percebido como sujeito e agente transformador de seu ambiente e não apenas um mero recurso humano realizador de tarefas previamente estabelecidas pela administração local.

DIRETRIZES:

Ter como apoio técnico de Denasus. - MS. Os preceitos de financiamento/ orçamento do SUS será cumprido sob as questões legais, tais como: Gastos em saúde ( definidos na Constituição Feral e nas Leis nº 8080/90 e nº 8142/90) , Recursos da saúde ( baseado na Emenda Constitucional nº29/2000 e investimento de no mínimo 15% da receita), administração dos recursos (administrados através do fundo de saúde) e transparência ( Através do Conselho Municipal de Saúde). A política de Gestão de trabalho, refere-se à: peso da folha de pagamento de pessoal, modos de remuneração, valorização do trabalhador com a instituição, do PCCS - SUS que possibilite a perspectiva de carreira, processos burocráticos longos para ingresso de profissionais na rede, tipos de vínculos com a instituição, política geral de previdência e assistência do trabalhador.

OBJETIVOS:

Adotar protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas e de regulação de acesso, em consonância com os protocolos e diretrizes nacionais, estaduais e regionais .Cumprir os preceitos do financiamento do SUS. Definir uma Política Municipal de Gestão do Trabalho, conduzidas de forma humanizada e preservando o respeito nas relações de trabalho. Construir dentro dessa perspectiva o PCCS - Plano de Cargo, Carreiras e Salários.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2176	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS	Unidade Gestora	und	1,0000	1.015.340,00	Recursos Fiscais
		TOTAL DO PROGRAMA		0078	1.015.340,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0078

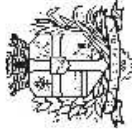
AÇÃO: 1167  
Não contemplado em 2015  
AÇÃO: 2176  
Aquisição/ locação de estrutura imobiliária, telefonia, informática e utensílios necessários para o desenvolvimento das atividades administrativas. As atividades administrativas de Gestão do SUS são desenvolvidas através de reuniões técnicas, com profissionais de saúde, com o conselho municipal de saúde, com os conselhos locais de saúde, com a comunidade, com colegiados e outros. Manter as atividades administrativas e funcionárias. o planejamento e orçamento da saúde, deverá passar por mudanças, a fim de adaptar a estrutura administrativa á realidade atual. Para tanto, se fará necessário uma reforma administrativa, incluindo o PCCS - Plano de Cargo, Carreiras e Salários que tratará uma reordenação orçamentária Contratação de empresa para consultoria, auditoria, treinamento, pesquisa. Adesão a programas e projetos disponibilizados pelo Ministério da Saúde e/ou Secretaria do Estado da saúde conforme plano de aplicação dos recursos.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
93



**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2015 Versão: 1

**PROGRAMA DE GOVERNO:****0086- APRIMORAMENTO DA GESTÃO E MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO E EQUIPAMENTOS SOCIAIS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Política Municipal de Assistência Social de Timbó tem como base o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que é um modelo de gestão descentralizado e participativo que regula e organiza em todo território nacional os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. O SUAS está sendo implementado por meio de uma nova lógica de organização das ações, com a definição de níveis de complexidade dos sistemas: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade, com a referência no território, considerando as especificidades das regiões e portes de municípios e com centralidade na família. É finalmente, uma forma de operacionalização da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que viabiliza o sistema descentralizado e participativo e a sua regulação em todo território nacional. Outro dispositivo a ser observado é a NOB RH/SUAS.

DIRETRIZES:

Manter o funcionamento dos Serviços, Programas, Aparelhos e Benefícios da Política Municipal de Assistência Social. Ampliar a oferta destes serviços, disponibilizando materiais de consumo, de expediente e recursos humanos; Buscar o aperfeiçoamento dos serviços realizados através de capacitação permanente dos agentes sociais (servidores, conselheiros das políticas setoriais, famílias acolhedoras do programa de Acolhimento Familiar); Proporcionar o suporte técnico aos conselhos setoriais (Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CIMDCA, Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Conselho municipal do Idoso, Conselho Municipal da Mulher, Conselho Municipal de Habitação), através de uma equipe de assessoramento; Gestão administrativa do Conselho Tutelar com a vinculação do mesmo a Secretaria Municipal de Assistência Social, capacitação permanente dos Conselheiros Tutelares. Aperfeiçoar e ampliar os serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial (através da manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, localizado no Bairro dos Estados, bem como através da implantação e manutenção do Centro de Convivência para a Terceira Idade, do Centro Integrado para criança/adolescente, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e do segundo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS). Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, realização processo seletivo e de concurso público.

OBJETIVOS:

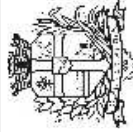
Orientar, ordenar e articular as ações relacionadas à Política Municipal de Assistência Social com base no Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos na forma da legislação aplicável com os governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas. Instrumentalizar e fortalecer a Secretaria Municipal de Assistência Social criada através LC nº 426 de 26.12.2012 com a estrutura administrativa e organizacional necessária, conforme as orientações do Plano Nacional de Assistência Social - PNAS/2004. Fortalecer o serviço de assessoria aos conselhos setoriais, através da disponibilização de uma equipe técnica. Ampliar os serviços da proteção social básica, através de novos investimentos no CRAS existente (Bairro dos estados) visando a construção de sede própria através de convênios com os Governos Estadual e Federal, bem como a implantação de um novo CRAS com abrangência dos bairros Pomeranos, Quintino e Vila Garmer. Ampliar os serviços da proteção social especial, através de ampliação de equipe técnica e investimentos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS visando implantação de sede própria do mesmo.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2270	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.027.000,00 150.000,00 10.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2272	CAPACITAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS, REALIZACAO DE CONFERENCIAS, SEMINARIOS, FORUNS E OFICINAS DE DEBATES	Pessoas	UN	625,0000	10.000,00	Recursos Fiscais
2294	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS VINCULADOS A ASSISTENCIA SOCIAL	Unidade Gestora	UN	1,0000	140.000,00	Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento  
94



## MUNICÍPIO DE TIMBÓ

### Programas Detalhados

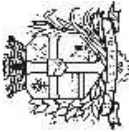
Ano LDO: 2015 Versão: 1

TOTAL DO PROGRAMA 0086		1.337.000,00
<b>DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0086</b>		
<p>AÇÃO: 1275 Não contemplado em 2015</p> <p>AÇÃO: 1277 Não contemplado em 2015</p> <p>AÇÃO: 2270</p> <p>           Criar, manter e ampliar equipe interdisciplinar (assistentes sociais, psicólogos, gerontólogos, pedagogos, advogados, monitores sociais, educadores físicos, fisioterapeutas, auxiliares administrativos, e outros) para desenvolver a política municipal de assistência social. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Firmar convênios, contratos ou acordos na forma da legislação em vigor. Contratar serviço técnico especializado visando o aperfeiçoamento dos trabalhos da Política Municipal de Assistência Social, inclusive para a realização de diagnósticos. Aluguel de imóveis; material de limpeza; material de consumo; material de expediente; aquisição de material permanente (mobiliário, computadores, impressoras); aquisição de softwares; aquisição e manutenção de veículos; aquisição de combustíveis; manutenção predial, elétrica e hidráulica; manutenção das instalações (serviços de jardinagem e limpeza); aquisição de lanches com recursos vinculados, alimentação, manutenção de sistema informatizado que opere via internet/intranet para atendimento aos usuários da Secretaria Municipal de Assistência Social, que possibilite o registro das intervenções e emita relatórios de diagnósticos do município, bem como a atualização em tempo real dos cadastros; Contratação e manutenção de acesso dedicado de internet para conexão via rádio ou fibra óptica. Aquisição de 01 impressoras multifuncionais (com fotocópia + scanner); Aquisição de 01 impressoras multifuncionais (com fotocópia + fax); Aquisição de 04 computadores com tela LCD 18 pol (gravador de CD e DVD, caixa de som, mouse, teclado, softwares necessários, e estabilizadores ); 01 Notebook com gravador de CD e DVD; 04 pen drives 8 GB, 01 máquinas fotográficas digitais de no mínima 10.0 MP c/cartão de memória de 4GB; 02 Televisores LCD de 32 ou superior. 02 aparelhos de data show; locacao de veículo p/ atendimento de visitas domiciliares ,dentre outros equipamentos para funcionamento da Secretaria. Aquisição de diversos equipamentos necessário para o Centro do Idoso através de convênios e outros.         </p> <p>AÇÃO: 2272</p> <p>           Proporcionar capacitação continuada para os agentes sociais (servidores, conselheiros das políticas setoriais, famílias acolhedoras do programa de acolhimento Familiar) visando a qualidade dos serviços prestados. Desenvolver e custear (com material de consumo, lanches, alimentação, material de expediente, palestrantes, hospedagens, transporte e outros) a realização de Conferências Municipais, Fóruns de discussão, Seminários, reuniões Inter setoriais. Custear (alimentação, transporte e hospedagem) de Delegados eleitos nas conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Assistência Social, do Idoso, da Mulher, de Habitação para envio dos mesmos as conferências Estaduais e Nacionais. Estimular e garantir a participação da comunidade na discussão, elaboração e implementação das políticas públicas. Divulgar as legislações pertinentes e demais temáticas afins.         </p> <p>AÇÃO: 2294</p> <p>           Gestão administrativa e financeira do Conselho Tutelar através custeio da remuneração dos conselheiros tutelares, bem como aquisição material de expediente, consumo, material de limpeza, manutenção de equipamentos, aquisição de softwares, aquisição de material permanente(mobiliário e computadores, impressoras), manutenção de veículos, aquisição de combustível, manutenção elétrica, hidráulica; manutenção predial, manutenção das instalações (serviços de jardinagem e limpeza), custeio de diárias, transporte, alimentação e hospedagem dos conselheiros tutelares.         </p>		

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
95



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0087- SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

PPara a prevenção de situações de risco, o nível de Proteção Social Básica prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. São atendidos cidadãos que vivem em situação de vulnerabilidade social, com privação de renda, que apresentam dificuldades de acesso aos serviços públicos e/ou estão com seus vínculos afetivo, relacionais e sociais fragilizados. Atualmente, no Município, contamos com um Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, para atendimento de até 3.500 famílias no território de abrangência dos bairros Araponguinhas, PE Marlinho e Estados, porém o objetivo é instalar novos equipamentos sociais (CRAS) para abranger os outros bairros que também tenham uma concentração maior de vulnerabilidade social.

DIRETRIZES:

Considerar a família como marco referencial do atual modelo da Política de Assistência Social. Aprimorar os Serviços da Proteção Social Básica (programa de atenção integral a família - PAIF); serviço de convivência e fortalecimento de vínculos; operacionalizar os benefícios eventuais aprovados pela LO 2634 de 12.04.2013 (auxílio-natalidade; auxílio-funeral; auxílio gás; auxílio foto para documentação civil; auxílio fralda infantil; auxílio passagem; auxílio frete; auxílio aluguel social; vale alimentação), promover a ampliação de equipe técnica baseado na NOB-RH SUAS para o porte do município.

OBJETIVOS:

O nível de Proteção Social Básica segundo o Plano Nacional de Assistência Social - PNAS tem como objetivos a prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades das famílias, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2274	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA (PAIF)	Pessoas	UN	875,0000	45.000,00 110.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2276	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO	Pessoas	UN	1.500,0000	38.000,00 12.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2278	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	Pessoas	UN	1.800,0000	180.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0087					385.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0087

AÇÃO: 2274

Promover o acompanhamento sócio-assistencial de famílias em um determinado território; potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida; contribuir para o processo de protagonismo, autonomia e emancipação social das famílias, promovendo também aquisições sociais e materiais; promover ações de geração de renda, articular a rede sócio-assistencial disponível, visando à garantia de direitos, bem como, promover acessos a benefícios e programas de transferência de renda, apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares. Garantia do suporte financeiro e do custeio para as ações sócio assistenciais (oferecendo transporte, lanches, alimentação e outras necessidades) Locação de veículos para atendimento da demanda. Elaboração de material educativo (folders, cartazes, cartilhas, vídeo institucional, outdoor e outros); promover atividades esportivas, recreativas e comemorativas (exemplo: rua do lazer, festa natalina, comemoração do dia das crianças, páscoa e confraternizações).

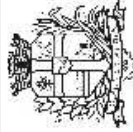
AÇÃO: 2276

Complementar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária; Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças,

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento  
96



## MUNICÍPIO DE TIMBÓ

### Programas Detalhados

Ano LDO: 2015 Versão: 1

adolescentes, jovens e idosos, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária; Promover acessos a benefícios e serviços sócio assistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência etoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos; Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o protagonismo dos usuários; Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer; Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, promovendo trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários; Promover atividades esportivas, recreativas e comemorativas (exemplo: rua do lazer, festa natalina, páscoa, confraternizações...); Elaborar material educativo (folders, cartazes, cartilhas, vídeo institucional, outdoor, e outros). Garantia do suporte financeiro e do custeio para as ações sócio assistenciais (oferecendo transporte, lanches, alimentação e outras necessidades).

AÇÃO: 2278

Atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade social através dos benefícios eventuais aprovados pela municipal LO 2634 de 12.04.2013 (auxílio-natalidade; auxílio-funeral; auxílio gás; auxílio foto para documentação civil; auxílio fralda infantil; auxílio passagem; auxílio frete; auxílio aluguel social; vale alimentação) para famílias que possuam renda per capita de 1/3 do salário mínimo vigente, ou que apresentem condições que colocam a família em situação de vulnerabilidade social, criando condições de atendimento imediato pela assistência social aos casos urgentes. Encaminhar para isenção de taxa da certidão de nascimento, casamento, certidão de óbito e carteira de Identidade e repassar às famílias doações de móveis, utensílios e outros. Também abrange as situações de calamidade pública. Atender as famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou risco social por ocorrência de abandono, maus tratos ou pobreza, baseando-se na lei 8.742 LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social, no Plano Nacional de Assistência Social - PNAS e no Plano Municipal de Assistência Social 2010-2013. Elaborar material educativo (folders, cartazes, cartilhas, vídeo institucional, outdoor, e outros).

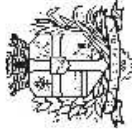
Garantia do suporte financeiro e do custeio para as ações sócio assistenciais (oferecendo transporte, lanches, alimentação e outras necessidades)

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
97



**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2015 Versão: 1

**PROGRAMA DE GOVERNO:****0088- SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Proteção Social Especial na média complexidade é atendida no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, que atualmente possui equipe composta por 01 assistente social, 01 psicóloga, 01 pedagoga, 01 aux administrativo, 01 coordenação, e auxílio jurídico da procuradoria do município. Salientamos que para atendimento do serviço de média complexidade com a finalidade de absorver a demanda total existente e melhorar a qualidade dos serviços já ofertados, faz-se necessário o aumento do quadro de recursos humanos, bem como de aluguel ou a construção de um imóvel para proporcionar um espaço adequado para o desenvolvimento das atividades. O município não dispõe do Serviço de Alta Complexidade, porém mantém convênios com abrigos Institucionais e Casas Lar de outros municípios para a demanda infanto-juvenil e idosos e portadores de deficiência. Em relação aos idosos, o município de Timbó conta com uma instituição não governamental de longa permanência. Com relação a PSE para pessoas com deficiência o município celebra convênio com a APAE - Associação de Pais e Amigos de Excepcionais para atendimento das demandas de permanência sócio educacionais, e as demandas psicossociais são atendidas no CREAS. Percebemos a real necessidade de cada município se organizar e planejar ações que visem atender as demandas sociais específicas dentro de seu limite territorial. Caso seja extremamente necessário a retirada da criança/adolescente ou do idoso da família, é fundamental preservar o direito a convivência familiar e comunitária. Neste sentido é importante que, quando possível, o indivíduo permaneça no seu próprio município e não seja encaminhado a uma instituição conveniada (fora do município), face a esta situação o município efetuará a cessão de imóvel para a instalação de instituição de acolhimento com a celebração de convênio para o acolhimento de crianças e adolescentes dentro de seu território.

**DIRETRIZES:**

Considerar a família como marco referencial do atual modelo da Política de Assistência Social; aprimorar os Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade fortalecendo os vínculos familiares fragilizados (Serviço de proteção e Atendimento Especializado as Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Sócio-educativa de LA e PSC; Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço especializado em abordagem social); seguir as orientações do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo - SINAE e do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à convivência familiar e comunitária - PNCFC. Implementar os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade resgatando os vínculos rompidos, quando possível (Casa Lar, programa de acolhimento familiar, albergue, abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica. Ampliar o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS com equipamentos e recursos humanos.)

**OBJETIVOS:**

Oferecer atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2284	SERVICO DE PROTEÇÃO E ATEND. ESPECIALIZADO AS FAMILIAS E INDIVÍDUOS - PAEFI	Famílias	UN	146,2500	92.000,00 78.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2288	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA DEFICIENTES, IDOSOS E SUAS FAMILIAS	Famílias	UN	25,0000	60.000,00	Recursos Fiscais
2292	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE	Pessoas	UN	30,0000	450.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0088					680.000,00	

**DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0088**

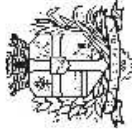
AÇÃO: 2284

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento  
98





## MUNICÍPIO DE TIMBÓ

### Programas Detalhados

Ano LDO: 2015 Versão: 1

Oferecer atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados (violência física, psicológica e negligência grave, abandono, violência sexual, situação de rua e mendicância, vivência de trabalho infantil, discriminação em decorrência da orientação sexual/raça/etnia), mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. O Serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços sócio-assistenciais, nas políticas públicas existentes e com os demais órgãos do sistema de garantia de direitos. Contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva; Processar a inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades; Contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários; Promover o rompimento de padrões violadores de direitos na dinâmica familiar pré-existent; Garantir o atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família em serviços sócio-assistenciais, inclusive proporcionando o acesso a programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito; Prevenir a reincidência de violações de direitos; Proporcionar momentos de lazer e culturais no município e em outros municípios, garantindo o suporte financeiro para estas ações (transporte, lanches, alimentação, ingressos e outros); Oferecer cursos profissionalizantes, cursos de danças, música, teatro... Promover atividades esportivas e recreativas; Garantir o suporte financeiro e do custeio para as ações sócio assistenciais (oferecendo transporte, lanches, alimentação e outras necessidades). Desenvolver palestras, seminários e grupos de discussões com temáticas afins através de contratação de palestrantes e/ou serviços, material de consumo, de expediente; Elaborar material educativo (folders, cartazes, cartilhas, vídeo institucional e outros).

AÇÃO: 2286

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 2288

Voltado ao atendimento especializado às famílias que possuem pessoas com deficiência e idosos, acometidas com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violação de direitos, tais como: isolamento, atitudes discriminatórias, e preconceituosas no seio da sua família, falta de cuidados adequados por falta de cuidador, alto grau de stresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.

Assegurar os direitos sociais das pessoas com deficiência e/ou idosos; Promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência e idosos (as) com dependência, bem como de seus cuidadores e familiares; Desenvolver ações especializadas para a superação das situações violadoras de direitos que contribuam para a intensificação da dependência; Articular a política municipal de saúde e outras, priorizando atendimento do usuário deste serviço; Prevenir o abrigamento e a segregação dos usuários do serviço, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária; Prevenir situações de sobrecarga e desgaste de vínculos provenientes da relação de prestação/demanda de cuidados permanentes/prolongados. Garantia do suporte financeiro e do custeio para as ações sócio assistenciais (oferecendo transporte, lanches, alimentação e outras necessidades). Manter convênio com entidades governamentais e não governamentais.

AÇÃO: 2290

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 2292

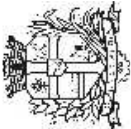
Este serviço visa garantir a proteção integral a indivíduos ou famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, por meio de serviços que garantem o acolhimento em ambiente com estrutura física adequada, oferecendo condições de moradia, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade. Assegurar o fortalecimento de vínculos familiares e/ou comunitários e o desenvolvimento da autonomia dos usuários. Oferecer atendimento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório fora de seu núcleo familiar de origem. Proporcionar apoio às famílias de origem, favorecendo a sua reestruturação para o retorno de seus filhos, sempre que possível; Contribuir na superação da situação vivida pelas crianças e adolescentes, preparando-os para a reintegração familiar ou para colocação em família substituta (guarda, tutela ou adoção); Atender e acolher os moradores de rua que encontram-se em situação de risco social, oportunizando a reinserção dos indivíduos na sociedade; Garantir o acesso as políticas públicas setoriais; Realizar trabalhos sócio-educativos voltados às necessidades básicas; Garantir a integridade física e psicológica de mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos menores de idade; proporcionando ambiente agradável com atividades propícias para que as mulheres exerçam a própria autonomia e recuperem a auto-estima; garantir o sigilo de moradia, protegendo e preservando as mulheres vítimas de violência; Articular com os municípios que integram a SDR de Timbó, para a construção e manutenção de um abrigo regionalizado para mulheres vítimas de violência doméstica, bem como para seus filhos; Manter convênio com Instituições de Longa Permanência para Idosos (Ass. de Amparo a Terceira Idade). Manter convênio c Instituições de Acolhimento para crianças e adolescentes que necessitem de acolhimento Casa lar outro

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

99



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0090- MANUTENÇÃO DO ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E RENDIMENTO

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Municipal de Esportes desenvolve ações de esporte e lazer atuando em diversos níveis, com ênfase nas áreas de: Esporte Amador onde promove o incentivo à prática esportiva através da iniciação esportiva e promoção de eventos, Esporte Comunitário: Promovendo Jogos de Integração da comunidade, eventos escolares e campeonatos municipais e regionais. Esporte de Rendimento: Representando o município em competições estaduais e nacionais. A estrutura física é composta por 1 estádio municipal, 1 ginásio de esportes, 1 pista de atletismo, 1 parque central e a sede administrativa.

DIRETRIZES:

Desenvolver ações, baseadas em projetos e programas visando oportunizar a prática esportiva como forma de lazer ativo; Oportunizar a participação em eventos e competições estaduais e nacionais. Melhorar e ampliar a estrutura de equipamentos esportivos do município.

OBJETIVOS:

Desenvolver políticas públicas de atendimento às demandas do município de Timbó no campo do lazer, esporte comunitário e escolar. Promover a integração das comunidades, dos clubes e das empresas do município através do esporte. Ampliação da rede de atendimento social. Construir novos espaços para prática esportiva.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1237 EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FME	Unidade Gestora	und	1,0000	10.000,00	Recursos Fiscais
2236 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	Unidade Gestora	und	1,0000	500.000,00	Recursos Fiscais
2238 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPORTE COMUNITÁRIO E ESCOLAR	Unidade Gestora	UN	1,0000	150.000,00	Recursos Fiscais
2240 MANUTENÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	Unidade Gestora	und	1,0000	222.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0090				882.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0090

AÇÃO: 1237

Equipar a Fundação Municipal de Esportes e seus diversos segmentos, com: 02 computadores - completos; 1 equipamento de Som - completo; 1 estação de trabalho - completa; 2 armários fechados : 10 cadeiras com prancheta e cesta para material; 1 mesa grande para reuniões; 5 cadeiras; 1 armário tipo balcão; 1 estante para multimídia; 1 TV; 1 mesa para refeitório com 6 lugares; 1 máquina fotográfica digital; 1 impressora multifuncional; 2 caixas de som amplificadas para eventos; equipamentos diversos necessários a execução das atividades.

AÇÃO: 1239

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 1241

Não contemplado em 2015

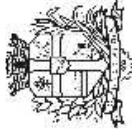
AÇÃO: 2236

Manter as diversas atividades de assessoria Técnica e do Departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, consumo, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Alteração no quadro de pessoal com contratação 1 contador(a), 1 auxiliar administrativo, 2 motoristas, e 8 assessores técnicos de modalidades, 1 fisioterapeuta, 1 auxiliar de serviços gerais, 1 cozinheiro (a) - conforme legislação, remuneração de pessoal, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor,

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
100

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2015    Versão: 1**

contratar serviços técnicos especializados, entre outros.

AÇÃO: 2238

Manter as atividades do departamento, captação de convênios, assessoria técnica, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais, remuneração de pessoal, divulgar os trabalhos através de publicidade institucional. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo entre outros. Incluir atendimentos a Juventude, grupos portadores de necessidades especiais, grupos da terceira idade, atendimento em parceria com a Assistência Social e Fundo de Saúde com programas diferenciados com grupos especiais, entre outros.

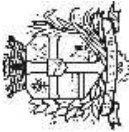
AÇÃO: 2240

Manter as diversas atividades do departamento e assessoria técnica, captação de convênios, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Alterações no quadro de pessoal, conforme legislação. Firmar convênios, contratar serviços técnicos especializados, investir no controle interno, realizar Campeonatos Municipais em diversas modalidades, Olimpíadas Entre Empresas, Torneios Escolares, Manutenção e eventos de lazer no Parque Central de Timbó, Atendimento às demandas esportivas da 3ª idade e de pessoas com deficiências. Participação em competições e eventos Estaduais e Nacionais, entre outros. Apoio a modalidades praticadas em nosso município que tenham relação com a comunidade e nossa cultura. Melhorar e ampliar os serviços oferecidos, praticar o princípio da transparência dos atos da administração envolvendo a comunidade nas decisões, e outros.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
101



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0091- APOIO AS ENTIDADES ESPORTIVAS DO MUNICÍPIO

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Municipal de Esportes atua em parceria com diversas entidades (clubes, associações, sociedades esportivas,ong's, etc.) ligadas ao esporte no município de Timbó, nesse contexto são desenvolvidas ações de esporte e lazer nos espaços cedidos pelas associações, como escolinhas, campeonatos, eventos e outras competições. Essas entidades também mantêm equipes em diversas modalidades esportivas, onde representam Timbó em competições estaduais e nacionais.

DIRETRIZES:

Auxiliar as entidades esportivas do município, através de subsídios financeiros, na manutenção de sua estrutura de atendimento e equipes esportivas. Apoiando nas despesas de custeio, viagens à competições, reformas e ampliações.

OBJETIVOS:

Auxílio na manutenção dos espaços de prática esportiva e lazer. Manter a estrutura de equipes de modalidades diversas.  
Reformas e ampliações dos espaços de esporte comunitário.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2242	REPASSES DA FME PARA ENTIDADES, CLUBES E ASSOCIAÇÕES	Unidade Gestora	und	1,0000	960.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0091					960.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0091

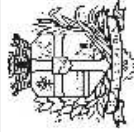
AÇÃO: 2242

Auxiliar as entidades esportivas do município através de subsídios financeiros, na manutenção de sua estrutura de atendimento e treinamento de equipes esportivas. Apoiando nas despesas de custeio, viagens, manutenção, competições, reformas e ampliações.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
102

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2015 Versão: 1

**PROGRAMA DE GOVERNO:****0094- INCENTIVO A MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE****GERENTE DO PROGRAMA:****DIAGNÓSTICO:**

A Fundação Cultural de Timbó administra diversos espaços (Biblioteca Pública, Arquivo Público, Museu do Imigrante, Casa do Poeta Lindolf Bell, Museu da Música - Salão Hammermeister e o Patrimônio Histórico Arquitetônico tombado pela Federação, Estado e Município) mais atividades (Escola de Música, Oficinas de Artes Manuais, oficinas de Desenho e Pintura, Escola de Teatro, Escola de Dança, Projeto Teatro nos Bairros, Projeto de Dança nos Bairros, Festival de Dança de Timbó, Cultura Rock, Semanada Cultural, Páscoa no Parque, Um Domingo no Morro Azul, Festival Gastronômico, ENTEATI - Encontro de Teatro em Timbó, FESCATI - Festival da Canção de Timbó, Miss Timbó, Noite dos Candelabros, Festa do Imigrante, Natal, Talentos da Cidade, Cultura em todos os lugares, Exposições de Arte, Feiras de Rua - Artesanais e Literárias, Recitais Musicais e Literários, Multi-ações Culturais Diversas e Outros) e segmentos (Banda Municipal "Professor João Müller", Grupo Folclórico "Os Cinquentões", Orquestra de Câmara de Timbó, Orquestra Intermezzo, Corais Adulto e Infante da Sociedade Recreativa e Cultural Timbó, Grupo Vocal Syahamba da FCT, Coral da Fundação Cultural de Timbó, Grupo de Dança Andréia Mendes da FCT, Grupo Folclórico "Alta Marea, Grupos de dança de Rua, Grupos Adulto e Infante Juvenil "Volkstanzgruppe Blauer Berg" com intenção de preservar o legado de nossos ancestrais para nossos descendentes

**DIRETRIZES:**

Pela importância crescente da Cultura - através de ações de circulação - parte do processo de "Inclusão Social", é necessário viabilizar/facilitar/incentivar o acesso a plateias de diversos segmentos sociais, compostas por representantes de diversas classes sociais e faixas etárias, num processo de "Inclusão Social" cuja importância supera os benefícios para o mercado cultural - passando a tocar em questões como auto-estima e cidadania. A partir disso queremos desenvolver mais o mercado cultural, e isso equivale a falar de uma sociedade que cria, reconhece e cultua seus talentos. Passaremos a ter contato maior com nossa herança e identidade cultural - revisitada pelos expoentes da cultura local - bebendo nas fontes das tradições locais, mas recolocando-as no mundo contemporâneo, dando a cada indivíduo o sentido de pertencimento a uma coletividade, revelando sua identidade, valorizando suas singularidades.

**OBJETIVOS:**

Apoiar projetos e atividades relacionadas com: formação artística e cultural de Timbó; atividades de ensino, desde que representem suplementação profissional em áreas específicas do conhecimento; Promover e apoiar: estudos e pesquisas sobre a história, as tradições, a arquitetura, o folclore, a genealogia e outros aspectos de interesse cultural do Município; Promover e incentivar a edição de livros e outras publicações que estudem, divulguem ou incentivem as tradições histórico-culturais do Município; Promover e patrocinar eventos e espetáculos de arte e atividades congêneres; Incentivar difundir e promover a prática e o desenvolvimento da atividade cultural e artística; Criar e apoiar a organização e o desenvolvimento de museus, arquivos históricos, bibliotecas públicas, pinacotecas, discotecas, filmdotecas, bem como outros espaços culturais, permanentes ou não, que sirvam de instrumento de divulgação cultural; Colaborar financeiramente na manutenção e desenvolvimento de coros, orquestras, bandas, grupos folclóricos e outros grupos culturais; Instituir e promover uma política de resgate e preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural e Artístico de Timbó. Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas.

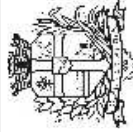
AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1243	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FCT	Unidade Gestora	UN	4,0000	30.000,00	Recursos Fiscais
1245	FROTA DE VEÍCULOS - FCT	Veículo	UN	1,0000	20.000,00	Recursos Fiscais
2246	TRANSFERENCIA DE RECURSOS	Unidade Gestora	und	1,0000	400.000,00	Recursos Fiscais
2248	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE MÚSICA	Unidade Gestora	und	1,0000	370.000,00	Recursos Fiscais
2250	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO CULTURAL	Unidade Gestora	und	1,0000	755.000,00	Recursos Fiscais
2252	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO HISTÓRICO MUSEOLÓGICA	Unidade Gestora	und	1,0000	480.000,00	Recursos Fiscais
2254	MANUTENÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E POPULARES	Unidade Gestora	und	1,0000	1.060.000,00	Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
103





## MUNICÍPIO DE TIMBÓ

### Programas Detalhados

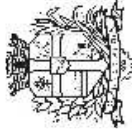
Ano LDO: 2015 Versão: 1

TOTAL DO PROGRAMA 0094		3.115.000,00
<b>DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0094</b>		
<p><b>AÇÃO: 1243</b>  Equipar a Fundação Cultural de Timbó e seus diversos segmentos, com: 1 Amplificador para Guitarra - Envoy 110 watts, 1 Armário Tipo Almocharife, 1 Máquina Fotográfica Digital, 1 Prensa Pequena, 1 Projetor multimídia digital, 1 Notebook 3, 1 Armários para pasta suspensa, Compressores de Baixa Pressão, 16 Computadores Completos, 2 Earp, 1 Mesas Grandes, 2 Mesas para Computador, 2 Microfones sem Fio de Lapela: ATW 201L T2, 1 Violas, 2 Violões, 2 Violões Elétricos Cutaway Nylon, 2 Aparelhos de Ar Condicionado - SPLIT, 2 Armário de Aço, 3 Flautas Doces Barroca, 1 Desumidificadores, 8 unidades Cadeira giratória presidente lisa, base preta, com braços corsa em tecido preto, 1 unidade Arquivo de aço, com as seguintes características: chapa 26, 4 gavetas trilho telescópico, c/ chave, medidas mínimas: 1340mm - altura x 600mm - prof. X 470mm - larg. cor cinza, 2 unidades Gaveleiro móvel, com as seguintes características: em material MDF, com 02 gavetas, corrediça metálica, com chave, na cor bege, medidas: 47cm larg. 47cm prof, 69cm alt. dentre outros materiais</p> <p><b>AÇÃO: 1245</b>  Equipar a Fundação Cultural de Timbó com 1 veículo tipo "utilitário", 4 portas, a gasolina e com ar condicionado.</p> <p><b>AÇÃO: 1247</b>  Não contemplado em 2015</p> <p><b>AÇÃO: 2246</b>  Auxiliar, através de auxílio financeiro: Banda Municipal "Professor João Müller"; Grupo Folclórico "Os Cinquentões"; Orquestra de Câmara de Timbó; Coral Adulto da Sociedade Recreativa e Cultural Timbó; Coral Infante da Sociedade Recreativa e Cultural Timbó; Grupo Vocal "Syahamba"; Grupo de Dança de Hip Hop e de Dança de Rua"; Grupos de Contação de Histórias; "Volksstanzgruppe Blauer Berg" - Adulto; "Volksstanzgruppe Blauer Berg" - Infanto-Juvenil; Banda Musical Acordes Celestes; Musical Adonai Restauração; Clubes de Caça e Tiro; Clubes de Bocha e Bolão, Instituto Educacional Filão e Associação "O Vento Brasil", e outras entidades constituídas - de cunho cultural.</p> <p><b>AÇÃO: 2248</b>  Manter as atividades para qualificação de funcionários da Administração Indireta. Manter as diversas atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos através de publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços oferecidos, praticar o princípio da transparência dos atos da entidade.</p> <p><b>AÇÃO: 2250</b>  Manter as atividades para qualificação de funcionários da Administração Indireta. Manter as diversas atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos através de publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços oferecidos, praticar o princípio da transparência dos atos da entidade.</p> <p><b>AÇÃO: 2252</b>  Manter as atividades para qualificação de funcionários da Administração Indireta. Manter as diversas atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos através de publicidade institucional. Contribuir</p>		

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
104

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2015 Versão: 1**

financeiramente com entidades privadas e públicas. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços oferecidos, praticar o princípio da transparência dos atos da entidade.

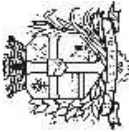
AÇÃO: 2254

Manter as atividades para qualificação de funcionários da Administração Indireta. Manter as diversas atividades do departamento de eventos como: Cultura Rock, Miss Timbó, Páscoa no Parque, Festival de Dança de Timbó; Festival Gastronômico; FESCATI - Festival da Canção de Timbó; ENTEATI - Encontro de Teatro de Timbó; Feiras; Exposições; Projeto Prefeitura nos bairros; Festa do Imigrante, realização de show, Noite dos Candelabros, Natal; Multi-Ações Culturais, entre Outros, com apoio cultural à terceiros, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos através de publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços oferecidos, praticar o princípio da transparência dos atos da entidade.

*IPM Informática Pública Municipal*

Atende.Net

Planejamento  
105



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0096- PRESERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E DILVULGAÇÃO CULTURAL

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Cultural de Timbó, dentre suas diversas atividades, executa projetos visando uma entidade coletiva, através da captação de recursos por incentivo de Leis de Incentivo à Cultura - numa parceria entre Governo X Empresa Privada, na realização de ações culturais voltadas para a comunidade.

DIRETRIZES:

Buscar a evolução dos relacionamentos entre meio cultural, governo, iniciativa privada e sociedade, trazendo mudanças significativas para essa área, incorporando elementos que trazem a cultura cada vez mais para o centro das discussões, retomando seu devido espaço na sociedade - promovendo transformações individuais e coletivas, gerando empregos e movimentando a economia - garantindo o direito de cada cidadão ao acesso aos patrimônios materiais e imateriais de seu tempo e espaço.

OBJETIVOS:

Implementar a parceria Governo x Empresa Privada, num relacionamento entre a Esfera Cultural e o Governo, Iniciativa Privada e Sociedade, provocado principalmente pelas Leis de Incentivo à Cultura, criando um novo cenário em que a Cultura irá conviver com Empresa e Governo, firmando convênios através das respectivas Leis.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1255	OBRAS E CONSTRUÇÕES - CIC	Obra	UN	6,0000	160.000,00 3.000.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA			0096		3.160.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0096

AÇÃO: 1251

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 1253

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 1255

Através de projetos e de sua devida captação de recursos, e ou de convênios e repasses firmados, de conformidade com as Leis vigentes, executar os projetos de: Revitalização, Modernização e Ampliação Teatro Municipal de Timbó; Construção Memorial "Frederico Donner"; Implantação Praça "Frederico Donner"; Revitalização Praça do Imigrante - Frente Museu do Imigrante - Casa enxaimel, Restau

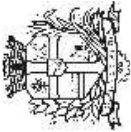
AÇÃO: 2256

Não contemplado em 2015

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
106



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0100- ÁGUA POTÁVEL PARA TODOS

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A água consumida pelos timboenses é captada no Rio Benedito. Antes de chegar ao consumidor final, a água captada passa pela Estação de Tratamento de Água (ETA), onde é submetida a um processo de tratamento para posterior distribuição aos usuários. A autarquia vem aprimorando a cada ano a qualidade da água colocada à disposição dos usuários. Para cumprimento das exigências legais e da satisfação do consumidor, faz-se necessário investimentos na área, priorizando a qualidade do atendimento ao usuário e consentizando-o que a água é essencial para a vida, devendo ser usada com consciência e responsabilidade. Da mesma forma, o SAMAE precisa planejar investimentos, através de estudo de diretrizes com perspectiva mínima de 30 anos para o município, mantendo com qualidade o abastecimento .....

DIRETRIZES:

Manutenção e ampliação dos serviços atuais. Contratação de estudo, com a diretriz de planejamento para 30 anos no município, abrangendo desde os mananciais até a rede coletora e de distribuição de água no município.

OBJETIVOS:

Assegurar, num período de 4 anos, o fornecimento de água tratada para 97% da população timboense residente na área urbana e iniciar a expansão da rede de abastecimento para a área rural, promovendo a prevenção em saúde pública e melhoria na qualidade de vida. Formação do custo real da água para cobrança justa que permita o equilíbrio financeiro da Autarquia, possibilitando futuros investimentos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1301	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - ÁGUA	Unidade Gestora	Unidade	3,0000	85.000,00	Recursos Fiscais
1303	FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS - ÁGUA	Veículo	Unidade	5,0000	200.000,00	Recursos Fiscais
1305	OBRAS E INSTALAÇÕES - ÁGUA	Metros	MIL	7,5000	400.000,00	Recursos Fiscais
					500.000,00	Recursos Fiscais
1307	IMÓVEIS E INSTALAÇÕES - ÁGUA	Imóvel	Unidade	1,0000	10.000,00	Recursos Fiscais
2300	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - DPTO. ÁGUA	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	1.945.000,00	Recursos Fiscais
2302	MANUTENÇÃO DA ETA	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	1.150.000,00	Recursos Fiscais
2304	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	1.950.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0100					6.240.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0100

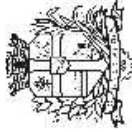
AÇÃO: 1301

Adquirir novos equipamentos de informática para substituição dos artigos e disponibilizar novos, que atendam a necessidade de mobiliária das novas instalações da sede administrativa. Adquirir equipamentos de comunicação como bens móveis, conforme depreciação dos bens (Computadores, impressoras, coletores, mesas, cadeiras, calculadoras, central telefônica telefones, rádios amadores). Automação de todo sistema de tratamento de água, através de sistema informatizado com comunicação via rádio frequência, para maior precisão no tratamento e no abastecimento do sistema de águas. Aquisição e reforme de Bombas para recalque e equipamentos sobressalentes. Aquisição de equipamentos para modernização do laboratório.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
107

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2015 Versão: 1****AÇÃO: 1303**

Aquisição de um veículo carroceria aberta para estação de tratamento de água (ETA) para coleta de água em vários pontos da cidade para análise da qualidade. Aquisição de um veículo carroceria aberta para substituir os existentes devido a depreciação sofrida. Aquisição de um veículo tipo furgão para equipe de pitometria e transporte de funcionários a obras a serem executadas. Aquisição de um veículo tipo basculante (caçamba) para retirada de materiais em ampliações e rompimentos de rede de distribuição de água. Aquisição de uma motocicleta.

**AÇÃO: 1305**

Ampliação e reforma da estação de tratamento de água (ETA) devido ao aumento do consumo. Contratação de empresa para elaboração projetos de estudo para priorizar o atendimento de 100% da área urbana do município e a expansão da rede de distribuição e ligações para atendimento aos municípios residentes na zona rural em especial na Mulde Baixa. Ampliação e substituição (de ferro para PVC) de 30 KM ano de rede de distribuição de água, conforme cronograma de pavimentações da Secretaria de Planejamento. Construção de reservatórios em metal ou concreto para aumentar a capacidade de reservação. Construção de estações elevatórias de água tratada. Continuação despesa continuada referente a nova sede administrativa (conforme estudos) para melhor atendimento ao usuário e melhor funcionalidade para os serviços. Continuação reforma no pátio, guarita, estacionamento, garagem e almoxarifado. Cercar as instalações físicas da Estação de Tratamento e da Estação de Captação de Água Bruta.

Aquisição de imóveis para construção de reservatório, instalação de bombas de recalque e captação. Aquisição de imóvel para construção de um almoxarifado.

**AÇÃO: 2300**

Manutenção da Folha de pagamento do pessoal administrativo (Diretor Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro, Auxiliar administrativo, Agente Administrativo, Contadora, Fiscais Leituristas, Estagiárias, Auxiliar de Serviços Gerais). Material de expediente. Contratação de eventos de conscientização da população em torno da preservação da água. Manutenção do sistema administrativo. Capacitação do servidor.

**AÇÃO: 2302**

Manutenção da Folha de pagamento do pessoal da estação de tratamento de águas (Supervisor da Estação de Tratamento, técnico em Saneamento, técnico laboratorista, e operadores de estação de tratamento, Auxiliar de Serviços Gerais e estagiários). Material de expediente. Contratação de Serviços terceirizados. Manutenção do sistema do tratamento. Capacitação do servidor.

**AÇÃO: 2304**

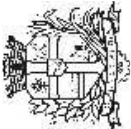
Manutenção da Folha de pagamento do pessoal de manutenção dos serviços de água (Diretor de Manutenção e Expansão, Supervisor de Manutenção e Expansão, Agente de manutenção, operador de máquinas, motorista, oficial técnico e Auxiliar de Serviços Gerais). Material de expediente. Contratação de Serviços terceirizados inclusive para conserto/recuperação de calçadas, praças e vias públicas danificadas pelas manutenções e ligações na rede de água. Manutenção do sistema de água. Capacitação do servidor.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
108





MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0102 ESGOTAMENTO SANITARIO - VIVA CIDADE SUSTENTÁVEL

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Projeto de Sistema de Coleta, Transporte e Tratamento do Esgoto Doméstico está concluído. A elaboração do Projeto permite a imediata busca de recursos financeiros junto aos órgãos competentes. A execução completa do Projeto deverá ser feita em 4 etapas, devendo estar concluída em 2018. As fontes de recursos para os programas de saneamento básico deverão estar claramente definidos em conformidade com o definidos no Plano Municipal de Saneamento Básico. O Município participa de Consórcio Intermunicipal cuja principal finalidade é colaborar na gestão dos problemas ambientais. O Plano de Saneamento Básico pode ser regionalizado, tendo como tema central a Universalização.

DIRETRIZES:

Realizar diagnósticos, estudos técnicos e captações financeiras que assegurem o início da implantação da 1ª Etapa do Projeto do esgoto tratado no município, estimulando a conscientização ambiental e promovendo a prevenção em saúde pública e melhoria da qualidade de vida.

OBJETIVOS:

Viabilizar, através de convênios e recursos próprios, o projeto de implantação da rede coletora e da estação de tratamento de esgoto domiciliar, bem como iniciar sua implantação e funcionamento.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1309	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - ESGOTO	Unidade Gestora	Unidade	3,0000	3.000,00	Recursos Fiscais
1313	OBRAS E INSTALAÇÕES - TRAT.DE ESGOTO	Metros	MIL	15,0000	5.000,00 15.000.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2306	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - DPTO. ESGOTO	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	2.000,00	Recursos Fiscais
2308	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA ETE	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
2310	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRATAMENTO DE ESGOTO	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0102					15.020.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0102

AÇÃO: 1309

Aquisição dos equipamentos de informática, comunicação e bens móveis. (Computadores, impressoras, coletores, mesas, cadeiras, calculadoras, central telefônica telefones, rádios amadores). Automação de todo sistema de tratamento de esgoto, através de sistema informatizado com comunicação via radio frequência. Aquisição de Bombas para recalque e equipamentos sobressalentes, para melhor funcionamento das mesmas.

AÇÃO: 1311

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 1313

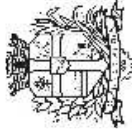
Implantação da estação de tratamento de esgoto para inicialização das atividades de coleta. Construção de 60 KM de rede coletora de esgoto. Construção de elevatórias, para bombas de recalque. Repavimentação de ruas atendidas com rede coletora.

AÇÃO: 1315

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
109

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2015    Versão: 1**

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 2306

Departamento de Esgoto. Manutenção da Folha de pagamento do pessoal administrativo (Auxiliar administrativo, Agente Administrativo e Estagiárias). Material de expediente. Contratação de Serviços terceirizados. Manutenção do sistema administrativo. Capacitação do servidor.

AÇÃO: 2308

Manutenção da Folha de pagamento do pessoal da estação de tratamento de esgoto (Técnico em Saneamento, operadores de estação de tratamento, Auxiliar de Serviços Gerais e estagiários). Material de expediente. Contratação de Serviços terceirizados. Manutenção o sistema de tratamento. Capacitação do servidor.

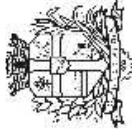
AÇÃO: 2310

Manutenção da Folha de pagamento do pessoal de manutenção dos serviços de esgoto (Agente de manutenção, Auxiliar de Serviços Gerais). Material de expediente. Contratação de Serviços terceirizados. Manutenção o sistema de esgoto. Capacitação do servidor.

*IPM Informática Pública Municipal*

Atende.Net

Planejamento  
110

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2015 Versão: 1

**PROGRAMA DE GOVERNO:****0104 GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O SAMAE realiza no município de Timbó a coleta de resíduos sólidos domiciliares que são levados ao Aterro Sanitário para tratamento e disposição final. Através de Convenio celebrado entre o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale e nove municípios do Médio Vale, os municípios são responsáveis pela ampliação da área física do aterro enquanto o Município de Timbó, através do SAMAE, é responsável pela administração do Aterro, sendo remunerado pela prestação do serviço de recebimento e compactação dos resíduos recebidos. Continua com sucesso o programa de coleta seletiva e reciclagem de resíduos, aumentando a conscientização da população e o investimento em educação ambiental. O Aterro Sanitário de Timbó é visto como um modelo a ser seguido pelos demais municípios. O investimento em .....

DIRETRIZES:

Investir na conscientização da população e na educação ambiental, fortalecendo o programa de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos. Efetivar o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Propor alternativas de financiamento, através de recursos próprios, convênios ou operações de crédito para recuperação das áreas utilizadas. Fazer parceria com ONG'S ou OCIP'S na busca de melhor destinação aos materiais recicláveis coletados. Melhorar os índices de qualidade em relação aos serviços prestados a comunidade. Investir no treinamento de funcionários bem como oferecer alimentação de qualidade e ambiente de trabalho com instalações adequadas de saúde e higiene pessoal.

OBJETIVOS:

Fortalecimento da atuação preventiva, através do desenvolvimento da educação ambiental e da manutenção e/ou expansão do programa de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos, para diminuição de resíduos, destinados ao tratamento e disposição final no Aterro Sanitário, e do impacto ambiental decorrente. Aplicação e avaliação do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Recuperação das áreas de tratamento e disposição final dos resíduos. Revitalização da área em torno das lagoas. Recuperação da mata ciliar do Corrego Araponguinhas. Melhoria da imagem e do serviço prestado a população de Timbó.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1317	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - ATERRO	Unidade Gestora	Unidade	3,0000	10.000,00	Recursos Fiscais
1319	FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS - ATERRO	Veículo	Unidade	1,0000	250.000,00	Recursos Fiscais
1321	OBRAS E INSTALAÇÕES - ATERRO	Área	M2	75,0000	10.000,00	Recursos Fiscais
2312	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - ATERRO	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	250.000,00	Recursos Fiscais
2314	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO ATERRO	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	1.080.000,00	Recursos Fiscais
2316	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECICLAGEM	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	1.050.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0104					2.750.000,00	

**DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0104**

AÇÃO: 1317

Continuar substituição dos equipamentos de informática e comunicação como bens móveis conforme depreciação dos bens (Computadores, impressoras, mesas, cadeiras, calculadoras, central telefônica telefones, rádios amadores). Automação de todo sistema de tratamento de chorume. Mobiliário para cozinha. Aquisição de uma prensa para o lixo reciclado.

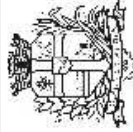
AÇÃO: 1319

Aquisição de um trator e equipamentos para roçadas no terreno do aterro sanitário. Aquisição de um veículo para coleta de resíduos sólidos urbanos.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
111

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2015 Versão: 1****AÇÃO: 1321**

Construção de rampa para lavação e lubrificação dos veículos. Construção de garagem para veículos oficiais. Construção de um galpão para armazenamento e triagem de material reciclável. Cercar a área do aterro sanitário evitando assim a entrada de pessoas não autorizada. Implantação de calhas coletoras de resíduo líquido no entorno das prensas. Reforma na fachada do atual galpão.

**AÇÃO: 1323**

Não contemplado em 2015

**AÇÃO: 2312**

Manutenção da Folha de pagamento do pessoal administrativo (Supervisor do Aterro sanitário, Auxiliar administrativo, Engenheiro Sanitarista, Técnico em Saneamento). Material de expediente. Contratação de Serviços terceirizados. Realização de eventos/concursos de conscientização da população com referência a coleta seletiva. Manutenção o sistema administrativo. Capacitação do servidor.

**AÇÃO: 2314**

Manutenção da Folha de pagamento do pessoal da estação de tratamento de águas (Motorista, operador de máquinas, balanceiros, auxiliar de serviços gerais). Material de expediente. Contratação de Serviços terceirizados. Manutenção o sistema de tratamento dos resíduos. Capacitação do servidor.

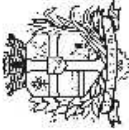
**AÇÃO: 2316**

Manutenção da Folha de pagamento do pessoal de manutenção dos serviços de água (Motorista, auxiliar de serviços gerais). Material expediente. Contratação de Serviços terceirizados. Manutenção do sistema de reciclagem. Capacitação do servidor. Campanhas Publicitárias para divulgação da cultura dos 3R's ( Reduzir, Reutilizar, Reciclar), reduzindo a quantidade de lixo produzida, reutilizando os produtos e embalagens e reciclando componentes.

*IPM Informática Pública Municipal*

Atende.Net

Planejamento  
112



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015    Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:

0106- DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A drenagem pluvial, bem como o saneamento básico, são obras de vital importância na construção de uma cidade preocupada com a qualidade de vida das pessoas que ali vivem.

DIRETRIZES:

Implantação e manutenção da infra-estrutura de drenagem de águas pluviais.

OBJETIVOS:

A drenagem pluvial, bem como o saneamento básico, são obras de vital importância na construção de uma cidade preocupada com a qualidade de vida das pessoas que ali vivem.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1324	OBRAS E INSTALAÇÕES - DRENAGENS	Unidade Gestora	M3	2.000,0000	5.000,00 500.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2318	MANUTENCAO DOS SERVICOS DE DRENAGEM	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0106					510.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0106

AÇÃO: 1324

Recuperar, implementar e implantar drenagem pluvial de vias urbanas e outros necessários para o desempenho das atividades.

AÇÃO: 2318

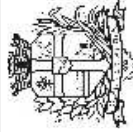
Recuperar drenagem pluvial de vias urbanas e outros necessários para o desempenho das atividades.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
113



**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2015 Versão: 1

**PROGRAMA DE GOVERNO:****9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Os orçamentos e planos plurianuais encerram as previsões de arrecadação e despesa, estando sujeitos a passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevisíveis.

DIRETRIZES:

Resguardar 0,50% da arrecadação para cobertura de Riscos Fiscais, como calamidade pública, não realização de receitas, entre outros. No Regime Próprio de Previdência o TIMBOPREV, é alocado a Reserva Matemática que configura-se como resultado do Cálculo Atuarial.

OBJETIVOS:

Atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevisíveis, possibilitando o suplemento de dotações no orçamento programa anual.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	2.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	37.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	3.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	200.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	3.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	500,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	2.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	7.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	3.060.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	47.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	3.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 9999					3.371.500,00	

**DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 9999**

AÇÃO: 9999

Resguardar 0,50% da arrecadação para cobertura de Riscos Fiscais, como calamidade pública, não realização de receitas, entre outros. No Regime Próprio de Previdência TIMBOPREV, é alocado a Reserva Matemática que configura-se como resultado do Cálculo Atuarial.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento  
114

**Ata Habilitação E Proposta Carta Convite Nº 06 2014 - FME**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DA CARTA CONVITE Nº. 06/2014 - FME

Às nove horas e cinco minutos, do vigésimo terceiro dia, do mês de outubro de dois mil e catorze, no auditório da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ/SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger e, representando a empresa METALURGICA KOEHLER LTDA ME, o senhor Diego Fernando Koehler. Entregou, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta, a empresa: METALURGICA KOEHLER LTDA ME. A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes Habilitação, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos, para análise e rubrica. Em análise aos documentos de habilitação, verificou-se que os mesmos atenderam as exigências do edital. Desta forma, analisada toda documentação juntada aos autos, atendendo ainda ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela habilitação da empresa METALURGICA KOEHLER LTDA ME. A Comissão lembra que como só houve uma empresa participante, dispensa-se o prazo legal que seria de cinco dias úteis, para interposição de recursos, possibilitando a continuidade ao certame. Deu-se, em sequência, a abertura do envelope contendo a proposta para exame e rubrica de todos os documentos pelos membros da Comissão e representante presente, cujo valor global apresentado pela empresa foi de R\$ 24.350,00 (vinte e quatro mil e trezentos e cinquenta reais). Da análise e exame da proposta, à vista das exigências constantes do edital, decide-se pela classificação da proposta, e declara-se vencedora a empresa METALURGICA KOEHLER LTDA ME. no valor total de R\$ 24.350,00 (vinte e quatro mil e trezentos e cinquenta reais). Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e pelo representante legal presente. Registre-se, publique-se, intemem-se.

CARMELINDE BRANDT  
PresidentePAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
SecretáriaALINE BURGER  
Membro

METALURGICA KOEHLER LTDA ME

**Aviso Pregão Presencial N.º 21 2014 Fct - Decoração Natalina**ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE Pregão presencial Nº 21/2014 - FCT

OBJETO: contratação de empresa especializada para recuperação, manutenção, criação, confecção, instalação, montagem e desmontagem de peças artísticas decorativas em estrutura metálica e outros materiais a ser em utilizados como decoração de natal durante o período de 29 de novembro a 06 de janeiro de 2014, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 06 de novembro de 2014. ABERTURA: dia 06 de novembro de 2014 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 15/10/2014  
Jorge R. Ferreira  
Presidente da Fundação Cultural**Extrato de Dispensa N.º 140 2014 PMT - Filé de Peixe**  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 140/2014

CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó.

CONTRATADO: Cooperativa Mista Agrícola de Piscicultores - COO-MAPEIXE OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios peixe de água doce (filé de tilápia) destinados ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), de acordo com a Lei n.º 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE n.º 38/2009, alterada pela Portaria nº 25 de 04 de julho de 2012 pelo período de outubro a dezembro de 2014, conforme Chamada Pública n.º 05/2014.

PREÇO TOTAL: R\$ 9.517,50 (nove mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta centavos);

PREÇO UNITÁRIO: R\$ 21,15 (vinte e um reais e quinze centavos);

PRAZO DE EXECUÇÃO: outubro a dezembro de 2014.

Timbó, 22 de Outubro de 2014  
SERGI MENGARDA  
Secretário Municipal de Educação

## Treze Tílias

### PREFEITURA

#### Lei 1830

LEI Nº 1.830/2014 de 22/10/2014

ALTERA REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI ORDINÁRIA Nº 1.498/2004 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE TREZE TÍLIAS Faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 1º da lei ordinária nº 1.498/2004 passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, órgão normativo, consultivo, deliberativo e de assessoramento da Prefeitura Municipal de Treze Tílias nos assuntos referentes à proteção e preservação ambiental no âmbito do Município.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias/SC, aos 22 de setembro de 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária da Administração e Fazenda

#### Portaria 113/2014

PORTARIA Nº 113/14 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a pedido, a Sr. EDSON MARCOS BANDEIRA, CPF nº 040.396.759-75, residente e domiciliado neste município, do cargo efetivo de Motorista de Veículos Pesados, conforme Portaria de nomeação nº 170/13 de 01 de novembro de 2013.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 22 DE OUTUBRO DE 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

## Tunápolis

### PREFEITURA

#### Decreto 1648/2014

DECRETO Nº. 1648/2014, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Legislação vigente e:

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todo o território do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no dia 31 de outubro de 2014, em virtude das comemorações do dia do servidor público municipal.

Art. 2º Todas as repartições públicas municipais estarão fechadas neste dia, exceto os serviços emergências e de urgência, além dos trabalhos de vigia e fornecimento de água.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à conta dos créditos orçamentários vigentes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,  
aos 22 de outubro de 2014.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal

Este Ato foi publicado na presente data.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna.

# Turvo

## PREFEITURA

### Lei 2212/2014

LEI Nº 2.212/14, de 21 de Outubro de 2014.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O orçamento do Município de Turvo, para o exercício financeiro de 2015, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual 2010/2013;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

#### I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Anexo I desta Lei.

#### II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas nos anexos II-A desta Lei.

Parágrafo Único. Os recursos estimados na lei orçamentária para 2015 definidos no anexo III-A serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no anexo II-A desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

#### III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º. O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá o Poder Legislativo, o Poder Executivo e seus Fundos e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 6º. A Lei de Orçamento evidenciará as Receitas e Despesas de cada Unidade Gestora, identificadas por código da destinação de recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação.

Art. 7º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá quadro demonstrativo da evolução da Receita (anexo III-B) dos exercícios de 2011, 2012 e 2013, previsão para 2014 e 2015 e projeção para 2016 e 2017, com justificativa da estimativa para 2015, acompanhado de metodologia e memória de cálculo.

#### IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 8º. O orçamento e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus fundos.

Art. 9º. Os estudos para definição do Orçamento da Receita, excluídas as previsões de convênios e operações de crédito, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Se a receita estimada, comprovadamente não atender ao disposto neste artigo, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, observado a destinação de recursos, ressalvadas as decorrentes de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento da dívida.

Art. 11. O orçamento de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados entre 0,001% (um milésimo) e 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Anexo VII (LRF).

§ 1º. Constitui outros riscos e eventos fiscais imprevistos, capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do município, aqueles que não estão apurados

até a elaboração da lei orçamentária, aqueles oriundos de desapropriações de relevante interesse público, aqueles oriundos de situações de emergência e calamidade pública, e aqueles oriundos de despesas não orçadas ou orçadas a menor (abertura de créditos adicionais - art. 8º da Portaria Interministerial nº. 163, de 04/05/2001).

§ 2º. O valor orçado na Reserva de Contingência, se até o dia 10 de dezembro, não ocorrer passivos contingentes, poderá ser remanejado por ato do poder executivo para reforço de dotações insuficientes, desde que não comprometa o equilíbrio orçamentário do exercício em curso, exceto os valores destinados a atender despesas não orçadas ou orçadas a menor, que poderão ser remanejados a qualquer momento, nos termos deste parágrafo.

Art. 12. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 13. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária Anual com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado por fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, por ato do poder executivo conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º. Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações e fontes de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 14. As renúncias de receita estimadas para o exercício

financeiro de 2015 (anexo VII-A) serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 15. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, esportivo, cultural, saúde, de cooperação técnicas e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.

Art. 16. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante num exercício, em cada evento, não exceda o valor para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 17. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 18. O Município poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, mediante celebração de convênio, acordo, ajuste ou congênere e previsto os recursos na lei orçamentária anual.

Art. 19. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 20. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Art. 21. Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício e constantes desta lei, conforme art. 167, I da CF.

Art. 22. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 23. Obedecidos aos limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício, para atendimento a Despesas de Capital, respeitado o limite de endividamento, na conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000.

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 24. O Município, mediante lei autorizativa, observada a iniciativa privativa de cada Poder, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal a qualquer título, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 25. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração

Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 26. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de

mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 27. A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas ao final de cada semestre na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 28. O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 29. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 30. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no caput deste artigo serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro

do Exercício anterior, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 32. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 33. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 34. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 35. O Poder executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 36. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Turvo, 21 de Outubro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.



**Lei 2213/2014**

LEI Nº 2.213/14, de 21 de Outubro de 2014.

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS.

Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Turvo o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, relativos a impostos, taxas e multas acessórias de competência municipal, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos de terceiros;

Parágrafo Único: Ficam incluídos no presente programa os créditos decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º - O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais referidos no artigo anterior, nos termos e condições previstas nesta lei.

§ 1º - O ingresso no REFIS implica inclusão da totalidade dos débitos relativos aos tributos mencionados no art.1º, de responsabilidade do optante, inclusive os não constituídos, que serão denunciados espontaneamente, mediante confissão.

§ 2º - A opção pelo Programa deverá ser formalizada em até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de publicação desta lei, mediante requerimento do contribuinte como adesão ao REFIS.

§ 3º - O valor dos débitos a serem consolidados será determinado com base na legislação vigente, com os acréscimos relativos à multa de mora ou de ofício, aos juros de mora e a correção monetária com variação da Unidade Fiscal do Município - UFM.

§ 4º - Para fins desta lei, os acréscimos a que se refere o parágrafo anterior serão reduzidos em 100% (cem por cento) do seu valor, com exceção da correção monetária, que não sofrerá redução para pagamento em parcela única, em 80% (oitenta por cento) para pagamento parcelado.

§ 5º - O Município dará ampla publicidade dos dispositivos, vigência e benefícios desta Lei, através dos meios de comunicação disponíveis, verificados os princípios constitucionais previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal e normas da Lei Federal 8.666/93.

Art. 3º Do débito consolidado na forma desta Lei:

I - Serão incluídos no REFIS eventuais saldos de parcelamento em andamento;

II - será pago em parcelas mensais e sucessivas, considerando que:

Parágrafo Único: O valor da prestação não será inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), não podendo ultrapassar o montante de 10 (dez) parcelas.

Art. 4º - A opção pelo REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos impostos e taxas de que trata esta lei.

Art. 5º A opção pelo Programa sujeita o optante a:

I - confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos incluídos;

II - a aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no Programa;

III - pagamento regular das parcelas do débito consolidado, bem assim do imposto decorrente de fatos geradores ocorridos posteriormente a 31 de dezembro de 2013;

IV - para obter os benefícios do REFIS, deve o devedor confessar o débito e desistir, renunciando expressa e irrevogavelmente, de todas as ações incidentes ou recursos judiciais ou processos administrativos e seus recursos, que tenham por objeto, ou finalidade mediata ou imediata, discutir ou impugnar lançamentos ou débitos incluídos no programa ora substituído, devendo, outrossim, renunciar ao direito sobre que se fundam os correspondentes pleitos;

V - as execuções fiscais já ajuizadas serão incluídas nas pautas das Semanas do Mutirão da Conciliação caso forem realizadas pelo Tribunal de Justiça do Estado no decorrer de 2014, junto ao Fórum da Comarca de Turvo;

VI - o Município de Turvo verificará os casos de existência de lançamentos fiscais, e excluirá os eventuais lançamentos de períodos atingidos pela decadência ou pela prescrição, bem como da inobservância aos princípios constitucionais da ampla defesa, contraditório, anterioridade e legalidade tributárias, desde que previamente arguido em procedimento administrativo fiscal, em curso ou já encerrado, devendo o contribuinte aderir ao REFIS com os valores líquidos.

Art. 6º - A homologação da opção será efetuada pela Secretaria de Administração e Finanças.

§ 1º - Não ocorrendo manifestação contrária considerar-se-á a opção tacitamente homologada.

§ 2º - A homologação da opção pelo REFIS não será condicionada a apresentação de qualquer tipo de garantia.

§ 3º Caso haja prévia existência de penhora em processo de execução fiscal, esta deverá permanecer até a integral quitação do débito consolidado.

Art. 7º - O contribuinte será excluído do Programa nas seguintes hipóteses:

I - deixar de atender qualquer uma das exigências do Art.5º desta Lei;

II - ficar inadimplente por dois meses consecutivos ou três meses alternados, do parcelamento ou de débitos decorrentes de fatos geradores futuros;

III - prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita do optante, nos livros e documentos fiscais e comerciais, mediante simulação ou sonegação de informações.

§ 1º - A exclusão do Programa implicará na exigibilidade imediata da totalidade dos débitos ainda não pagos, restabelecendo-se a este montante, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável.

§ 2º - A exclusão do Programa produzirá efeitos a partir do primeiro dia útil do mês subsequente àquele em que o contribuinte for cientificado da decisão de sua exclusão.

§ 3º - A exclusão do Programa importará no imediato prosseguimento dos processos de execução fiscal, suspensos por conta da adesão.

§ 4º - Não será aplicado o disposto neste artigo nos casos de situações de emergência ou calamidade pública declarada pelo Município, pelo período em que perdurar referida situação.

Art. 8º - Aplicam-se aos casos omissos desta Lei os dispositivos do Código Tributário Municipal, no que couber.

Art. 9º - O Prefeito Municipal baixará os atos necessários para a regulamentação desta Lei, inclusive a aprovação de formulários, ampliação do horário de atendimento e designação de servidores para tal.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor em na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo/SC, 21 de outubro de 2014.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

#### **Decreto 54/2014**

DECRETO Nº 054/14, de 20 de Outubro de 2014.  
ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 022/12

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 874/91, de 16 de Dezembro de 1991,

#### **RESOLVE**

Art. 1º. O inciso I do art. 1º do Decreto nº 022/12, de 02 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - Representante da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos:

Titular: Izaltino João Ribeiro

Suplente: Aristides Spilere"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 20 de outubro de 2014.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

#### **Decreto 55/2014**

DECRETO Nº 055/14, de 21 de Outubro de 2014.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.180/13 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2013. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Turvo no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), assim classificados:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0046.2.051 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SF E ACS

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.0 (0012) - Aplicações Diretas ..... R\$ 35.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0012 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 35.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 21 de outubro de 2014.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

# Videira

## PREFEITURA

### Retificação do Pregão Presencial Nº 54/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FUNDO MUNICIPAL DE VIDEIRA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2014 - FMS  
RETIFICAÇÃO

O Vice-Prefeito Municipal em exercício de Videira comunica aos interessados que fica ALTERADO o item 6.5 do edital de Pregão Presencial nº 54/2014-FMS, o qual tem por objeto AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA AS UNIDADES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E NA CENTRAL ODONTOLÓGICA PARA ADEQUAÇÃO DOS ATENDIMENTOS OFERECIDOS AOS MUNICÍPIOS, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, tendo em vista equívoco na formulação do mesmo. Ficam inalterados a data e horário do recebimento dos envelopes de documentação e proposta, tendo em vista, que a alteração não afeta na formulação das propostas, nos termos do Art. 21, § 4 da Lei nº 8.666/93. O Edital retificado está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 12h30min às 18h30min. Informações através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 10 de Outubro de 2014.  
JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA  
Vice-Prefeito Municipal em exercício

### Decreto Nº 11.316/14

DECRETO Nº 11.316/14, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.  
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13, de 06 de dezembro de 2013.  
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

08 – Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social	
01 – Departamento de Saúde	
2.044 – Manutenção do Departamento de Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 – Aplicações Diretas	30.000,00
<b>TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES</b>	<b>30.000,00</b>

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de outubro de 2014.  
JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA  
Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### Decreto Nº 11.317/14

DECRETO Nº 11.317/14, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.  
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13 de 06 de dezembro de 2013.  
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 107.000,00 (Cento e sete mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0065.20 – Aplicações Diretas	15.000,00
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.065 – Vigilância Epidemiológica e Promoção da Saúde	
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	3.000,00
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.066 – Vigilância Sanitária	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0049.0 – Aplicações Diretas	70.000,00
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.067 – Programa DST/AIDS	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	2.000,00
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.068 – Assistência Farmacêutica	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	7.000,00
<b>TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES</b>	<b>107.000,00</b>

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de outubro de 2014.  
JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA  
Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Portaria Nº 1349/14**

PORTARIA nº 1349/14

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 17.489/2014,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória, pelo Grupo Espírita Pequena Semente de Amor, no dia 09 de novembro de 2014, das 13h30min às 23h00min, a fim de realizar peça teatral "O AMOR VENCEU".

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- e. se obriga, também, a instituir a meia-entrada para as pessoas portadoras de deficiências, nos termos da Lei Estadual nº 13.316/2005; ao idoso, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003; e aos estudantes, nos termos da Medida Provisória nº 2.208/01.
- f. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- g. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- h. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- i. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- j. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogada as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1.340/14.

Videira, 20 de outubro de 2014.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Extrato do Termo Aditivo N. 0598/14**

Extrato do Contrato n. 0598/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIANE APPI LEITE

CPF: 026.315.609-57

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SANDRA BREA PEREIRA ZANI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA

VIGÊNCIA: de 09 de setembro de 2014 a 09 de outubro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.627,41 (dois mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e um centavos)

### **Extrato do Termo Aditivo N. 0599/14**

Extrato do Contrato n. 0599/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FABIANE FRENZEL

CPF: 066.312.789-02

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA TERESINHA RISSATTI ANDREANI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 09 de setembro de 2014 a 02 de outubro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR - Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.627,41 (dois mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e um centavos)

### **Extrato do Termo Aditivo N. 0616/14**

Extrato do Contrato n. 0616/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARILENE APARECIDA DA SILVA

CPF: 022.402.149-45

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA EDIR EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA

VIGÊNCIA: de 23 de setembro de 2014 a 18 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR - Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.627,41 (dois mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e um centavos)

**Anexo IV Gastos com Saúde - Setembro 2014**

DECRETO 11.120/14		ANEXO IV			
CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE SETEMBRO DE 2014					
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS			ARRECADANÇA		
			ATÉ O MÊS		
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO					
1.1 - IPTU			3.608.698,39		
1.2 - ITBI			1.662.243,36		
1.3 - ISS			6.046.485,86		
1.4 - IRRF			1.249.822,73		
1.5 - FPM			14.167.895,21		
1.6 - ITR			18.128,02		
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO			99.885,04		
1.8 - ICMS			25.557.373,36		
1.9 - IPVA			4.895.106,14		
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO			395.013,88		
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS			434.874,79		
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS			281.831,10		
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS			58.417.357,88		
2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE			ACUMULADO		
			ATÉ O MÊS		
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)			8.762.603,68		
2.2 - TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO			3.849.214,15		
2.3 - SUPERAVIT TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO			2.233.842,96		
2.4 - CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE			0,00		
2.5 - SUPERAVIT CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE			0,00		
2.6 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE			387.890,88		
2.7 - SUPERAVIT OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE			331.337,00		
TOTAL			15.564.888,67		
3. APLICAÇÃO		RECEITA	DESPESA	%	DIFERENÇA
		ACUMULADA	LIQUIDADA		
3.1 - Limite constitucio- nal 15% sobre receitas impostos		8.762.603,68	9.146.311,98	15,66	383.708,30
3.2 - Transferências do SUS - União e Estado		6.083.057,11	3.585.387,98	58,94	-2.497.669,13
3.2 - Convênios vinculados a Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00
3.3 - Outras aplicações vinculadas à saúde		719.227,88	310.598,99	43,19	-408.628,89
TOTAL		15.564.888,67	13.042.298,95		-2.522.589,72
Fonte:Departamento de Contabilidade					
Videira, 17 de Outubro de 2.014.					



**Resultado do Julgamento das Propostas da TP Nº 14/2014-PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2014 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO EM ALVENARIA DE SALAS, REFORMA DO REFEITÓRIO E PINTURA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DIONÍSIO ROBASKIEWICZ, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, restando vencedora a empresa Lucas Pereira Construtora - ME vencedora do certame por apresentar o menor preço de R\$ 278.317,54 (duzentos e setenta e oito mil trezentos e dezessete reais e cinquenta e quatro centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 23 de Outubro de 2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**Portaria Nº 1351/14**

PORTARIA nº 1.351/14

Designa Fiscal de Obra Decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993,

**RESOLVE**

Art. 1º Designar RAQUEL BRUSCHI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 021.413.429-61, nomeado no cargo de provimento em comissão de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 11.673, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT14PMV201, Processo Administrativo Licitatório nº 164/2014, Tomada de Preços nº 15/2014, cujo objeto é a contratação de empresa para construção de muro de contenção (tipo gabião), na Rua Afonso Marchioro, incluindo material e mão de obra, conforme projeto básico, nesta cidade de Videira, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de outubro de 2014.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Anexo V - Controle de Gastos com Educação 09 2014**

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

**CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS SETEMBRO/2014**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO	
<b>1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	
Receitas Oriundas de Impostos	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU	3.608.698,39
1.2 - ITBI	1.662.243,36
1.3 - ISS	6.046.485,86
1.5 - IRRF	1.249.822,73
1.6 - Dívida Ativa de Impostos	434.874,79
1.7 - Multas e Juros de Impostos	281.831,10
<b>1.8 SOMA</b>	<b>13.283.956,23</b>
<b>Receitas Base de Cálculo do FUNDEB</b>	
	<b>Total</b>
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%	14.167.895,21
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) -20%	99.885,04
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%	25.557.373,36
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%	395.013,88
1.14 - Cota-Parte do ITR - 20%	18.128,02
1.15 - Cota-Parte do IPVA - 20%	4.895.106,14
1.16 - Cota-Parte do ITCMD - 20%	0,00
<b>1.17 SOMA</b>	<b>45.133.401,65</b>
<b>1.18 TOTAL</b>	<b>58.417.357,88</b>

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Mês
Especificação	Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)	14.604.339,47
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)	14.606.811,18
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB	161.872,38
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2	660.027,52
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação	1.454.260,35
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação	228.506,53
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4	1.983.875,18
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino	1.035.826,24
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7	146.171,39

3. APLICAÇÃO	Até o mês		
Especificação	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	14.604.339,47	16.633.177,94	2.028.838,47
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		8.737.627,19	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		7.895.550,75	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	14.768.683,56	14.014.726,02	-753.957,54
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	8.861.210,14	10.147.829,14	1.286.619,00
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	5.907.473,42	3.866.896,88	-2.040.576,54
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	3.666.642,06	246.177,83	-3.420.464,23
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	1.181.997,63	871.149,60	-310.848,03

4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)	MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	18,64%	-6,36%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2)	60,00%	68,71%	8,71%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil ( máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	26,18%	-14,22%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB	14.606.811,18	9.026.432,33	5.580.378,85

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 08 de outubro de 2014.

Maria Angélica Vanz  
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberta Aparecida Martinez  
Secretária Municipal de Educação

Wilmair Carelli  
Prefeito Municipal

## Vitor Meireles

### PREFEITURA

#### 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 026/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 026/2014 QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E DO OUTRO A EMPRESA JFF EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, NOS TERMOS DA LEI N.º 8666 DE 21/06/1993, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE EXECUCAO INDIRETA - EMPREITADA PELO PREÇO GLOBAL.

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 79.372.520/0001-85, estabelecida à Rua Santa Catarina, 2266, na cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal LOURIVAL LUNELLI brasileiro, casado, residente e domiciliado na Leandro Meneghelli, s/n, Bairro Sabugueiro, nesta cidade de Vitor Meireles, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE e de outro lado a JFF EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.678.299/0001-17, Inscrição Estadual nº 257.233.610, situada na Rua Santa Catarina, 1.159, Centro, Vitor Meireles/SC, devidamente representada por JAIRO FERNANDES, portador da cédula de identidade RG nº 3.869.485 e do CPF nº 020.674.549-43, nacionalidade brasileira, estado civil casado, profissão pedreiro, residente e domiciliado na cidade de Vitor Meireles/SC na Rua Santa Catarina, nº 1.559, Bairro das Lagoas, doravante simplesmente denominada de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 022/2014, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei n.º 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, às propostas e às seguintes cláusulas contratuais, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de acordo com o disposto na lei nº 8.666/93, inclusive suas alterações posteriores, cujo contrato fica alterado as seguintes cláusulas:

#### CLAUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1 O prazo do contrato de prestação de serviços e fornecimento de materiais será prorrogado por (180) cento e oitenta dias, uma vez que o recurso é via Estado de Santa Catarina em seis parcelas, ficando assim impossibilitado a conclusão conforme cronograma, o prazo começara contar dia 31 de outubro de 2014, com término em 29 de abril de 2015. As demais cláusulas do Termo de Contrato 026/2014, permanecem inalteradas.

E por estarem as partes de pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles/SC, 20 de outubro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI PREFEITO MUNICIPAL Contratante	JFF EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA Contratada
Testemunhas	
Nome: CPF:	Nome: CPF:

## Xavantina

### PREFEITURA

#### Ata Recebimento Parecer Jurídico E Marca Sessão Pública Para Abertura de Proposta TP 06-2014 PMXV

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2014 - PMXV. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA RECUPERAÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS, ATRAVÉS DO LEVANTAMENTO DE DADOS, REALIZANDO ENCAMINHAMENTO E ACOMPANHAMENTO ADMINISTRATIVO E/OU JUDICIAL DA RECUPERAÇÃO FINANCEIRA, EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC.

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se o Presidente da Comissão Permanente de Licitações Sr. Joselino Luiz Naissinger e sua Equipe de Apoio, constituída pelos servidores Izilde Jandira Pawiokievicz Fasolo, Soraia Ellis Budke e Taciane Caon, designada pelo Decreto 005/2014, com a finalidade de efetuar o recebimento do Parecer Final referente aos recursos e contra-razões apresentados pelas licitantes BOTTIN CONSULTORIA LTDA ME e GROSSI E PILATI BOITA ADVOGADOS ASSOCIADOS. Após o recebimento do parecer o Presidente e a Comissão fizeram e leitura do mesmo onde a Assessoria Jurídica do Município em sua decisão resolveu por DECLASSIFICAR a licitante BOTTIN CONSULTORIA LTDA ME e por HABILITAR a licitante GROSSI E PILATI BOITA ADVOGADOS ASSOCIADOS. Assim o Presidente e a Comissão acompanham a decisão da Assessoria Jurídica do Município e marca sessão pública para abertura do Envelope de Proposta da empresa habilitada para as 14:00 horas do dia 29/10/2014 na Sala de Licitações do Município de Xavantina. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Presidente e pelos membros da Comissão Permanente de Licitações.

Joselino Luiz Naissinger  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Izilde Jandira Pawiokievicz Fasolo  
Membro da Equipe de Apoio

Soraia Ellis Budke  
Membro da Equipe de Apoio

Taciane Caon  
Membro da Equipe de Apoio

# Xaxim

## PREFEITURA

### Regimento Interno

Conselho Municipal do Idoso - CMI

Xaxim - SC

#### REGIMENTO INTERNO

Artigo 1º - O Conselho Municipal do Idoso de Xaxim - SC, criado pela Lei Municipal N.º 2.248 de 20 de dezembro de 1999, com sede e foro no Município de Xaxim -SC, é um órgão colegiado de caráter público, sem fins lucrativos, credo político ou religioso, com prazo indeterminado de duração, vinculado administrativo e financeiro à Secretaria Municipal da Assistência Social, que reger-se-á pelo presente Regimento Interno, na conformidade com a legislação vigente.

Artigo 2º - O Conselho Municipal do Idoso, órgão paritário com função consultiva, deliberativa, controladora e fiscalizadora da política de defesa dos direitos do idoso, tem por finalidade congregar e conjugar esforços dos órgãos públicos, entidades privadas, não governamentais e grupos organizados, que tenham em seus objetivos o atendimento de pessoas idosas, estabelecendo as diretrizes das políticas públicas dirigidas ao idoso no Município de Xaxim - SC.

#### Capítulo I

##### Das Finalidades

Artigo 3º - Constituem finalidades da Política Municipal do Idoso:

I - acompanhar e avaliar a Política Nacional, Estadual e Municipal do Idoso, e do Estatuto do Idoso;

II - elaborar proposições, objetivando cumprir legislação pertinente à Política Nacional do Idoso;

III - acompanhar a implementação da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso, no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

IV - estimular e apoiar tecnicamente a criação de redes de atenção à pessoa idosa entre municípios vizinhos;

V - propiciar assessoramento a órgãos e instituições governamentais e não governamentais, no sentido de tornar efetiva a aplicação dos princípios e diretrizes estabelecidas no Estatuto do Idoso;

VI - zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela participação de organizações representativas dos idosos na implementação de política, planos, programas e projetos de atendimento ao idoso.

#### Capítulo II

##### Das Competências

Artigo 4º - Compete ao Conselho Municipal do Idoso de Xaxim:

I - Propor e deliberar sobre a Política Municipal do Idoso, buscando garantir a promoção, proteção e a defesa dos direitos do idoso, observada a legislação em vigor, atuando no sentido da plena inserção do idoso na vida sócio-econômica e político-cultural do Município de Xaxim - SC, objetivando, ainda, a eliminação de preconceitos;

II - controlar, supervisionar e avaliar a Política Municipal do Idoso;

III - propor e aprovar o Plano Municipal dos Direitos do Idoso;

IV - acompanhar a elaboração e a avaliação das propostas do controle sobre a execução da política municipal de todas as áreas do idoso;

V - inscrever os programas das entidades governamentais e não governamentais de assistência ao idoso do município, conforme prevê o artigo 48, parágrafo único, I a IV do Estatuto do Idoso;

VI - fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais

de atendimento ao idoso;

VII - aprovar os convênios, acordos e similares e acompanhar a execução dos mesmos junto às entidades de atendimento aos idosos;

VIII - acompanhar a aplicação dos recursos públicos Federais, Estaduais e Municipais destinados às políticas sociais básicas de atenção ao idoso;

IX - acompanhar e participar da elaboração do orçamento relativo às ações na área da Política do Idoso do Município e a movimentação de recursos financeiros vinculados ao Fundo Municipal do Idoso.

#### Capítulo III

##### Da Composição

Artigo 5º - O Conselho Municipal do Idoso será composto por representantes dos grupos de idosos, entidades privadas, instituições religiosas e órgãos públicos totalizando dez membros titulares e respectivos suplentes, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, sendo 05 (cinco) representantes sociedade civil e 05 (cinco) representantes governamentais, nomeados pelo Prefeito Municipal, assim definido:

I - representantes de entidades não governamentais atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos ou de atendimento ao idoso, sociedade civil organizada, paritariamente 50%:

- a) Representante dos grupos de idosos do interior do Município;
- b) Representante dos grupos de idosos dos bairros;
- c) Representante dos grupos de idosos do centro;
- d) Representante dos Clubes de Serviços;
- e) Representante das Instituições Religiosas;

II - representantes do poder público, paritariamente 50% (cinquenta por cento):

- a) Departamento da Terceira Idade;
- b) Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
- c) Secretaria Municipal de Saúde;
- d) Secretaria Municipal de Educação;
- e) Secretaria Municipal do Esporte.

§1º. Os suplentes substituirão os titulares em suas ausências e impedimentos e, em caso de vacância, assumirá a titularidade do Conselho.

§2º. As entidades governamentais e não governamentais indicarão os membros titulares e suplentes para comporem o Conselho.

§3º. A eleição dos representantes da sociedade civil será realizada pelo menos 30 dias antes do final do mandato.

§4º. O processo eleitoral será acompanhado e organizado pelos membros deste conselho.

Art. 6º. A função do membro do Conselho Municipal do Idoso não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 7º- Perderá o mandato o Conselheiro que:

I - desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;

II - faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;

III - apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte;

IV - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

V - for condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

§1º. Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 8º. Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal do Idoso serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, as quais exercerão os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

#### Capítulo IV Da Estrutura e Organização

##### SEÇÃO I Da Estrutura

Art.9º. O Conselho Municipal do Idoso estruturar-se-á em:

- I - Presidência;
- II - Plenária;
- III - Comissões;
- IV - Secretaria-Executiva.

##### SEÇÃO II Da Presidência

Art. 10º. O Conselho Municipal do Idoso terá uma Presidência, constituída por um Presidente e um Vice-Presidente.

Art. 11º. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal do Idoso serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros representantes dos Idosos, por maioria absoluta.

Art. 12º. Compete ao Presidente:

- I - cumprir e zelar pelo cumprimento das decisões da Plenária do Conselho Municipal do Idoso;
- II - representar judicialmente e extrajudicialmente o Conselho;
- III - convocar e presidir as seções da Plenária;
- IV - submeter pauta à aprovação da Plenária;
- V - submeter à votação as matérias a serem decididas pela Plenária, intervindo na ordem dos trabalhos ou suspendendo-os, sempre que necessário;
- VI - presidir e participar das discussões na plenária nas mesmas condições dos outros conselheiros;
- VII - praticar atos necessários ao exercício de tarefas administrativas, assim como os que resultem de deliberação da Plenária;
- VIII - assinar resoluções, portarias, documentos e correspondências do Conselho, aprovadas pela Plenária, salvo quando for delegada a atribuição a algum outro Conselheiro;
- IX - delegar atribuições, desde que previamente submetidas à aprovação da Plenária;
- X - submeter à apreciação da plenária a programação orçamentária e a execução financeira do Conselho;
- XI - submeter à plenária o relatório anual do Conselho;
- XII - propor a criação e dissolução de Comissões Temáticas, conforme a necessidade;
- XIII - nomear Conselheiros para participar das Comissões Temáticas, bem como seus respectivos integrantes;
- XIV - dar publicidade às decisões do Conselho;
- XV - consultar a plenária quando solicitar a órgãos públicos ou a entidades privadas informações e apoio técnico e operacional necessários ao bom andamento dos trabalhos do Conselho;
- XVI - convidar pessoas ou entidades a participarem, sem direito a voto, de reuniões da plenária;
- XVII - desenvolver as articulações necessárias para o cumprimento das atividades da presidência;
- XVIII - exercer o voto de qualidade, sempre que houver empate;
- XIX - solicitar recursos financeiros e humanos junto ao poder público, para a realização das atividades do Conselho e associações de idosos do município.

##### SEÇÃO III Da Vice presidência

Art. 13º. São atribuições do Vice-Presidente:

- I - substituir o Presidente em seus impedimentos, ausências e vacância, completando do mandato neste último caso;
- II - auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;
- III - exercer as atribuições que lhe forem conferidas pela Plenária ou delegadas pelo Presidente.

##### SEÇÃO IV Da Secretaria Executiva

Art. 14º. São atribuições do primeiro Secretário-Executivo:

- I - secretariar as seções do Conselho;
- II - tomar as providências necessárias à execução das deliberações do Conselho;
- III - encaminhar os processos a serem apreciados pela Plenária, dando cumprimento aos despachos neles proferidos;
- IV - prestar, na Plenária, as informações que lhes forem solicitadas pelo Presidente ou por Conselheiros;
- V - redigir as atas das sessões do Conselho Municipal do Idosos, bem como colher as assinaturas dos presentes;
- VI - controlar a assinatura dos Conselheiros no Livro de Presença, comunicando ao Presidente as ausências injustificadas de 02 (duas) sessões consecutivas ou 04 (quatro) intercaladas.
- VII - proceder à leitura das atas no início das sessões do Conselho;
- VIII - auxiliar o Presidente na formulação da pauta das sessões e da "ordem do dia", bem como o respectivo expediente;
- IX - convocar os conselheiros para as sessões ordinárias ou extraordinárias, juntamente com sua respectiva pauta, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias;
- X - arquivar documentos relativos à convocação das sessões;
- XI - proceder à leitura das correspondências recebidas e expedidas e arquivá-las;
- XII - proceder à leitura da "ordem do dia" das sessões;
- XIII - desempenhar outras atribuições inerentes à sua função ou determinadas pela Presidência.

Art. 15º. São atribuições do segundo Secretário-Executivo:

- I - substituir o primeiro Secretário-Executivo em seus impedimentos, ausências e vacância, completando do mandato neste último caso;
- II - auxiliar o primeiro Secretário-Executivo no cumprimento de suas atribuições;
- III - exercer as atribuições que lhe forem conferidas pela Plenária ou delegadas pelo Presidente.

##### Capítulo V Dos Conselheiros

Art.16º. Aos membros do Conselho Municipal do Idoso cabe:

- I - comparecer às reuniões plenárias, apreciando a ata da reunião anterior e assinando-a;
- II - justificar por escrito as faltas em reuniões do Conselho até a data da reunião;
- III - solicitar ao Secretário-Executivo a inclusão, na agenda dos trabalhos, de assuntos que desejam discutir;
- IV - debater e votar a matéria em discussão;
- V - requerer informações, providências e esclarecimentos à mesa ou Secretaria;
- VI - pedir vista de processo em discussão, devolvendo-o com parecer no prazo máximo estabelecido neste Regimento Interno, ou requer adiamento da votação;
- VII - apresentar relatórios e pareceres dentro do prazo estabelecido



pelo Presidente;  
VIII - propor temas e assuntos à deliberação da Plenária;  
IX - propor à Plenária a convocação de audiência ou reunião extraordinária;  
X - apresentar questões de ordem na reunião;  
XI - acompanhar as atividades da Secretaria Executiva;  
XII - apresentar, em nome da comissão de que fizer parte, voto, parecer, proposta ou recomendação por ela defendida;  
XIII - propor alterações no Regimento Interno do Conselho;  
XIV - votar e ser votado para cargos do Conselho;  
XV - requisitar à Secretaria Executiva e solicitar aos demais membros do Conselho todas as informações necessárias para o desempenho de suas atribuições;  
XVI - fornecer à Secretaria Executiva todos os dados e informações a que tenha acesso ou que se situem na área de sua competência, sempre que os julgar importantes para o desenvolvimento dos trabalhos do Conselho, ou quando solicitados pelos demais membros;  
XVII - deliberar sobre propostas, pareceres e recomendações emitidas pelas Comissões Temáticas;  
XVIII - participar de eventos de capacitação e de aperfeiçoamento.

Art. 17º. A substituição do conselheiro titular pelo suplente ou por outro representante institucional se dará nos seguintes casos:

- I - em caso de vacância, o conselheiro suplente completará o mandato do substituído;
- II - no caso de falta do conselho titular, respeitando-se, quando representante da sociedade civil, a ordem numérica de suplência definida no Fórum específico;
- III - quando houver nova indicação de órgão governamental ou da entidade da sociedade civil, bem como quando houver nova eleição para escolha dos representantes não-governamentais.
- IV - quando o conselheiro perder o seu mandato por faltas ou outro motivo previsto neste Regimento Interno.

#### Capítulo VI Da Plenária

Art. 18º. Cabe à Plenária do Conselho Municipal do Idoso:

I - deliberar, por maioria absoluta:

- a) nos casos de alteração do Regimento Interno;
- b) na eleição direta do Presidente e do Vice-Presidente;
- c) quanto à destinação dos recursos do Fundo Municipal do Idoso.

- II - deliberar, por maioria simples, sobre os demais assuntos de sua competência e os encaminhados à sua apreciação.
- III - baixar normas e resoluções de sua competência, necessárias à implantação da Política Municipal do Idoso;
- IV - aprovar a criação e dissolução de Comissões Técnicas, suas respectivas competências, sua composição e prazo de duração;
- V - requisitar aos órgãos da administração pública municipal e às organizações não governamentais documentos, informações, estudos ou pareceres sobre matérias de interesse do Conselho;
- VII - deliberar a destituição de Conselheiros;
- VIII - analisar e aprovar ou não a prestação de contas do Fundo Municipal do Idoso.

Art. 19º. A Plenária do Conselho reunir-se-á mensalmente em caráter ordinário, em local previamente designado e, extraordinariamente, sempre que convocada por escrito pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de 2/3 (dois terços) de seus membros.

§1º. Na convocação deverá constar a ordem do dia com a pauta dos assuntos a serem tratados.

Art. 20º. As reuniões terão sua pauta preparada pelo

Secretário-Executivo pelo Presidente, e dela constará necessariamente:

- I - abertura da sessão, leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;
- II - avisos, comunicações, apresentação de correspondências e documentos de interesse da Plenária;
- III - outros assuntos de ordem geral de interesse do Conselho.

§ único - A ordem do dia abrangerá a discussão e a votação da matéria, conforme a pauta de convocação.

Art. 21º. Os trabalhos das reuniões terão a seguinte ordem:

- I - verificação do quorum necessário para a iniciação dos trabalhos;
- II - apresentação das justificativas de ausências;
- III - abertura da sessão pelo Presidente;
- IV - leitura da ata anterior, pelo Secretário-Executivo, sua discussão, aprovação e assinatura pelo Presidente e demais membros do Conselho;
- V - comunicações do Presidente;
- VI - comunicações dos demais membros do Conselho;
- VII - leitura do expediente;
- VIII - leitura da "ordem do dia";
- IX - pedido de inclusão de matéria nova na "ordem do dia";
- X - discussão e votação da "ordem do dia";
- XI - apresentação dos relatórios das Comissões Permanentes e Temporárias;
- XII - deliberações e encaminhamentos;
- XIII - encerramento da sessão.

§1º. Havendo número legal será iniciada a sessão.

§2º. Não havendo quorum, aguardar-se-á durante 30 (trinta) minutos e, após este prazo, persistindo a falta de quorum, ficará adiada a sessão para o mês seguinte, cabendo ao Secretário-Executivo colher as assinaturas dos presentes.

Art. 22º. As atas das sessões serão lavradas pelo Secretário-Executivo, em livro próprio, onde constará a presença de cada membro do Conselho e o nome dos ausentes, com as justificativas, se apresentadas.

#### Capítulo VII Das Comissões de Trabalhos

Art. 23. As Comissões de Trabalhos serão criadas de acordo com a necessidade do Conselho. São comissões de apoio técnico e serão compostas por conselheiros titulares, suplentes, convidados e entidades governamentais e não governamentais.

#### Capítulo VIII Das Disposições Gerais

Art. 27. Os casos omissos serão resolvidos pela Plenária.

Art. 28. O presente Regimento somente poderá ser alterado com a aprovação de 2/3 (dois terços) do total de seus membros.

Art. 29. Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação.

Xaxim - SC, 14 de outubro de 2014

ASSINATURA DOS CONSELHEIROS.

# Consórcios

## CIMCATARINA

### Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0023/2014 - Material de Expediente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0023/2014

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de material de expediente e correlatos, para uso dos órgãos participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Brunópolis, Caçador, Fraiburgo, Iomerê, Macieira, Monte Carlo, Rio das Antas, Salto Veloso e o Consórcio Intermunicipal Catarinense, durante o período de 09 de outubro à 31 de dezembro de 2014.

FORNECEDORES:

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3292;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3293;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3294;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3295;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3296;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3297;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3298;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3299;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3300;

DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3301;

DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3302;

DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3303;

DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3304;

DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3305;

DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3306;

DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3307;

DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3308;

DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3309;

ELMO PAPELARIA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3310;

ELMO PAPELARIA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3311;

ELMO PAPELARIA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3312;

ELMO PAPELARIA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3313;

ELMO PAPELARIA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3314;

ELMO PAPELARIA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3315;

ELMO PAPELARIA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3316;

ELMO PAPELARIA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3317;

ELMO PAPELARIA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3318;

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3319;

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3320;

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3321;

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3322;

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3323;

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3324;

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3325;

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3326;

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3327;

MARIA GORETE PISONI DA SILVA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3328;

MARIA GORETE PISONI DA SILVA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3329;

MARIA GORETE PISONI DA SILVA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3330;

MARIA GORETE PISONI DA SILVA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3331;

MARIA GORETE PISONI DA SILVA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3332;

MARIA GORETE PISONI DA SILVA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3333;

MARIA GORETE PISONI DA SILVA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3334;

MARIA GORETE PISONI DA SILVA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3335.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 09.10.2014 à 31.12.2014. PAL nº: 0030/2014. Pregão Eletrônico nº: 0023. Registro de Preços nº: 0023.

Fraiburgo (SC), 23 de outubro de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

### Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0016/2014 - Material Ambulatorial

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0016/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais Ambulatoriais e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Irani, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Tangará, Videira e Frei Rogério, durante o período de 14 de outubro à 30 de novembro de 2014.

FORNECEDORES:

DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3336;

DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3337;

DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3338;

DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3339;

DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3340;

DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3341;

PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3342.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade:

14.10.2014 à 30.11.2014. PAL nº: 0022/2014. Pregão Eletrônico nº: 0016. Registro de Preços nº: 0018.

Fraiburgo (SC), 23 de outubro de 2014.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

#### **Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0019/2014 - Medicamentos**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0019/2014  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, Medicamentos e Correlatos, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA: Monte Carlo, durante o período de 14 de outubro à 30 de novembro de 2014.

##### **FORNECEDORES:**

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3343;  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA3344;  
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3345;  
ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3346;  
DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP - Ata nº AT-14CIMCATARINA3347;  
GOLDENPLUS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3348;  
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3349;  
MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A - Ata nº AT14CIMCATARINA3350;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3351;  
WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3352.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 14.10.2014 à 30.11.2014. PAL nº: 0025/2014. Pregão Eletrônico nº: 0019. Registro de Preços nº: 0021.

Fraiburgo (SC), 23 de outubro de 2014.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

**CIS NORDESTE****Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico Nº 002/2014 – Cisnordeste/SC**

Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico Nº 002/2014 - CISONORDESTE/SC

Registro de Preços Nº 002/2014 - CISONORDESTE/SC

Processo Administrativo nº 76/2014

Após analisado o resultado do Pregão Eletrônico nº 002/2014-CISONORDESTE/SC, referente ao Processo Administrativo nº 76/2014, não tendo havido recursos no prazo legal, a pregoeira, Sra. ANA MARIA GROFF JANSEN, ADJUDICA os lotes objeto do certame aos licitantes vencedores, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

**Resultado da Adjudicação**

CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
19	ALBENDAZOL 40MG/ ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	88.500,00	0,84	74.340,00
73	BROMAZEPAN 6 MG	COMPRIMIDO	58.000,00	0,06	3.422,00
145	COLCHICINA 0,5MG	COMPRIMIDO	80.000,00	0,21	16.800,00
279	HIDRÓXIDO ALUMÍNIO + HIDRÓXIDO MAGNÉSIO + DIMETICO-NA, 130MG + 70MG + 6MG/ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCOS	36.000,00	4,20	151.200,00
280	HIDROXIDO DE ALUMINIO 200MG/5ML	FRASCO	6.000,00	1,58	9.480,00
281	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5 MG/ML	FRASCO	6.800,00	1,60	10.880,00
283	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNO E DE MAGNÉSIO 35,6+37MG SUSPEN-SÃO ORAL	FRASCOS	12.500,00	1,60	20.000,00
498	TIABENDAZOL 50MG/G - POMADA	BISNAGA	5.200,00	4,30	22.354,80
503	TIMOLOL (MALEATO) 0,5%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	8.010,00	0,96	7.689,60
Total do Fornecedor:				316.166,40	
DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
20	ALENDRONATO DE SÓDIO 10MG	COMPRIMIDO	20.400,00	0,18	3.631,20
60	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200.000U.I PÓ - FRASCO + DILUENTE	FRASCO	58.000,00	2,50	145.000,00
61	BENZILPENICILINA G PROCAÍNA + POTÁSSICA 300.000UI + 100.000UI + DILUENTE	FRASCO	7.600,00	3,95	30.020,00
288	IBUPROFENO 50 MG/ML -SOLUÇÃO ORAL GOTAS	FRASCO	148.000,00	0,93	137.965,60
343	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO) 10MG	COMPRIMIDO	58.000,00	0,75	43.500,00
400	NORETISTERONA (ENANTATO) 50MG + ESTRADIOL (VALERATO) 5 MG/ML AMPOLA S/ SERINGA	AMPOLA	4.600,00	5,76	26.496,00
468	SALBUTAMOL 100MCG AEROSOL	FRASCOS	842.400,00	4,93	4.153.032,00
479	SINVASTATINA 80MG	COMPRIMIDO	120.000,00	1,00	120.000,00
Total do Fornecedor:				4.659.644,80	
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
12	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG/5ML XAROPE	FRASCOS	22.650,00	2,00	45.300,00
14	ADENOSINA 3MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	1.200,00	7,90	9.480,00
21	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG	COMPRIMIDO	378.800,00	0,31	117.428,00
49	ATENOLOL 100MG	COMPRIMIDO	262.000,00	0,03	7.860,00
52	ATROPINA (SULFATO) 0,25MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	4.250,00	0,26	1.105,00
71	BROMAZEPAM 3 MG	COMPRIMIDO	9.000,00	0,04	360,00
81	CAPTOPRIL 25 MG	COMPRIMIDO	16.575.000,00	0,01	232.050,00
103	CETOCONAZOL 2% XAMPU	FRASCOS	1.600,00	2,85	4.560,00
111	CINARIZINA 75MG	COMPRIMIDO	745.000,00	0,08	55.875,00
113	CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 500MG	COMPRIMIDO	465.000,00	0,13	60.450,00
116	CLARITROMICINA 500MG	COMPRIMIDO	18.000,00	0,80	14.400,00
124	CLONAZEPAN 2,5MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FRASCOS	12.550,00	1,30	16.315,00
125	CLOPIDOGREL 75MG	COMPRIMIDO	1.007.004,00	0,29	296.663,38
132	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL GOTAS	FRASCOS	37.500,00	0,45	16.875,00

160	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	92.500,00	0,79	72.695,75
168	DICLOFENACO SÓDICO 50MG	COMPRIMIDO	5.730.000,00	0,02	108.870,00
171	DICLORIDRATO DE PRAMIPEXOL 0,25MG	COMPRIMIDO	10.000,00	0,71	7.100,00
172	DICLORIDRATO DE PRAMIPEXOL 1MG	COMPRIMIDO	3.500,00	2,00	7.000,00
178	DIMETICONA 75MG SOLUÇÃO ORAL	FRASCOS	2.500,00	0,52	1.300,00
179	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG	COMPRIMIDO	612.100,00	0,20	122.420,00
181	DIPIRONA SÓDICA 500MG	COMPRIMIDO	1.430.000,00	0,06	78.650,00
182	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS	FRASCO	180.000,00	0,43	76.842,00
192	DOPAMINA (CLORIDRATO) 5 MG/ML	AMPOLA	1.250,00	1,00	1.250,00
205	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 20MG + DIPIRONA SÓDICA 2,5MG	AMPOLA	39.800,00	1,63	64.710,42
217	ESTRIOL 1MG/ML CREME VAGINAL	BISNAGAS	2.800,00	4,90	13.720,00
223	FENITOÍNA 100MG	COMPRIMIDO	1.310.000,00	0,05	65.500,00
224	FENITOÍNA SÓDICA 50 MG/ML	AMPOLA	2.090,00	0,73	1.525,70
230	FENOTEROL (BROMIDRATO) 5 MG/ML 20 ML PARA NEBULIZAÇÃO	FRASCO	5.600,00	1,37	7.680,96
236	FLUCONAZOL 150MG	COMPRIMIDO	224.000,00	0,18	40.320,00
237	FLUNARIZINA (DICLORIDRATO) 10MG	COMPRIMIDO	100.500,00	0,04	4.020,00
246	FUROSEMIDA 20MG	AMPOLA	800,00	1,73	1.383,84
247	FUROSEMIDA 40MG	COMPRIMIDO	3.750.000,00	0,03	120.000,00
248	GABAPENTINA 300 MG	COMPRIMIDO	6.000,00	0,29	1.740,00
249	GABAPENTINA 400 MG	COMPRIMIDO	720,00	0,35	255,31
253	GENTAMICINA (SULFATO) 80MG/2ML	AMPOLA	1.000,00	0,81	810,00
265	GLUCONATO DE CÁLCIO 10%-100MG/ML	AMPOLA	1.000,00	1,70	1.700,00
276	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 500 MG P/ SOLUÇÃO INJETAVEL	AMPOLA	22.500,00	5,52	124.290,00
303	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 10MG/ML	AMPOLA	240,00	4,00	960,00
319	LEVONORGESTREL 0,15MG + ETINILESTRADIOL 0,03MG	DRÁGEAS	1.604.488,00	0,02	32.089,76
326	LIDOCAÍNA (S/ VASOCONSTRITOR) 2%	FRASCO	12.000,00	1,33	16.015,20
348	METFORMINA (CLORIDRATO) 500MG	COMPRIMIDO	8.060.000,00	0,05	403.000,00
381	NEOMICINA (SULFATO) 5MG/G + BACITRACINA 250UI POMADA DERMATOLOGICA	BISNAGA	85.000,00	0,77	65.450,00
382	NIFEDIPINA 10MG	COMPRIMIDO	240.000,00	0,03	6.720,00
383	NIFEDIPINA 20MG	COMPRIMIDO	80.000,00	0,03	2.000,00
398	NOREGYNA INJETAVEL	AMPOLA	200,00	5,00	1.000,00
399	NORETISTERONA (ENANTATO) 50MG + ESTRADIOL (VALERATO) 5 MG/ML AMPOLA C/ SERINGA	AMPOLA	3.000,00	4,84	14.520,00
402	NORFLOXACINO 400MG	COMPRIMIDO	65.000,00	0,14	8.775,00
410	OMEPRAZOL 20MG	CÁPSULA	17.580.000,00	0,05	879.000,00
427	PARACETAMOL 500MG	COMPRIMIDO	11.572.000,00	0,04	519.582,80
444	PREDNISONA 20MG	COMPRIMIDO	879.000,00	0,09	79.110,00
455	QUETIAPINA (FUMARATO) 25 MG	COMPRIMIDO	1.000,00	0,15	150,00
456	QUETIAPINA 100 MG	COMPRIMIDO	600,00	0,45	270,00
475	SIMETICONA 75MG/ML	FRASCO	9.600,00	0,65	6.240,00
477	SINVASTATINA 20MG	COMPRIMIDO	7.900.000,00	0,05	395.000,00
478	SINVASTATINA 40MG	COMPRIMIDO	2.076.000,00	0,10	207.600,00
484	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML + TRIMETOPRIMA 40MG/5ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	27.300,00	0,90	24.570,00
488	SULFATO FERROSO 40MG FE++	COMPRIMIDO	2.670.000,00	0,03	80.100,00
Total do Fornecedor:				4.544.658,12	
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
13	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG	CAPSULAS	1.336.000,00	0,50	668.000,00
82	CAPTOPRIL 50MG	COMPRIMIDO	350.000,00	0,03	10.500,00
112	CIPOFRIBRATO 100 MG	COMPRIMIDO	16.000,00	0,34	5.440,00



189	DIVALPROATO DE SÓDIO 500MG ER	COMPRIMIDO	2.500,00	1,86	4.650,00
216	ESTRADIOL 2MG + ACETATO DE NORETISTERONA 1MG	COMPRIMIDO	22.400,00	0,73	16.352,00
240	FLUVOXAMINA 100 MG	COMPRIMIDO	300,00	4,21	1.263,00
401	NORETISTERONA 0,35MG	COMPRIMIDO	103.200,00	0,16	16.408,80
441	POLIVITAMÍNICO E POLIMINERAIS SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	4.800,00	2,65	12.720,00
450	PROPAFENONA (CLORIDRATO) 300MG	COMPRIMIDO	15.540,00	2,01	31.235,40
452	PROPILTIOURACIL 100 MG	COMPRIMIDO	24.000,00	0,46	11.040,00
492	TEOFILINA 100MG	COMPRIMIDO	305.000,00	0,35	106.750,00
493	TEOFILINA 200 MG	COMPRIMIDO	10.000,00	0,56	5.600,00

Total do Fornecedor: 889.959,20

MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
1	ACEBROFILINA 5MG/ML, XAROPE PEDIÁTRICO,	FRASCO	40.600,00	2,49	101.094,00
37	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL (Frasco com 150 ml)	FRASCO	83.000,00	3,18	263.940,00
46	ANLODIPINO (BESILATO) 10 MG	COMPRIMIDO	242.400,00	0,04	8.968,80
55	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL + DILUENTE	FRASCO	64.000,00	2,27	145.280,00
56	AZITROMICINA 500MG	COMPRIMIDO	411.000,00	0,32	131.109,00
85	CARBAMAZEPINA 400MG	COMPRIMIDO	212.000,00	0,13	26.500,00
148	COMPLEXO B POLIVITAMINICO (Blister com 20 cp)	COMPRIMIDO	520.000,00	0,04	18.720,00
161	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2MG	COMPRIMIDO	340.000,00	0,05	17.000,00
196	ENALAPRIL (MALEATO) 10MG	COMPRIMIDO	5.975.000,00	0,04	262.900,00
202	ERITROMICINA 250 MG	COMPRIMIDO	5.000,00	0,60	3.000,00
256	GLIBENCLAMIDA 5MG	COMPRIMIDO	5.720.000,00	0,02	126.984,00
273	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	COMPRIMIDO	17.748.000,00	0,02	317.689,20
282	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO E DE MAGNÉSIO 200MG	COMPRIMIDO	52.000,00	0,12	6.240,00
285	IBUPROFENO 100 MG/ML	FRASCO	21.500,00	1,84	39.603,00
305	IVERMECTINA 6MG	COMPRIMIDO	16.600,00	0,24	3.955,78
333	LORATADINA 1MG/ML XAROPE	FRASCOS	43.750,00	1,96	85.750,00
342	MEBENDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO	FRASCO	300,00	2,00	600,00
351	METILDOPA 500 MG	COMPRIMIDO	430.000,00	0,21	89.870,00
434	PERMETRINA 50MG/ML LOÇÃO	FRASCOS	10.000,00	1,95	19.500,00
443	PREDNISONA 1MG/ML	FRASCO	2.500,00	3,79	9.475,00
459	RANITIDINA (CLORIDRATO) 150MG	COMPRIMIDO	385.000,00	0,06	23.831,50
496	TETRACICLINA 500MG	CÁPSULA	42.000,00	0,13	5.460,00

Total do Fornecedor: 1.707.470,28

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
17	ÁGUA DESTILADA ESTÉRIL E APIROGÊNICA	AMPOLA	36.000,00	0,15	5.400,00
18	ALBENDAZOL 400MG	COMPRIMIDO	127.400,00	0,37	46.946,90
26	AMBROXOL (CLORIDRATO) 15MG/5ML XAROPE	FRASCO	7.500,00	1,15	8.625,00
27	AMBROXOL (CLORIDRATO) 30MG/5ML XAROPE	FRASCO	8.500,00	1,04	8.840,00
33	AMIODARONA (CLORIDRATO) 50MG/ML INJETÁVEL	AMPOLA	3.100,00	1,78	5.518,00
39	AMOXICILINA 500MG	CÁPSULA	1.780.000,00	0,10	169.100,00
47	ANLODIPINO (BESILATO) 5MG	COMPRIMIDO	4.295.000,00	0,02	94.490,00
54	AZATIOPRINA 50MG	COMPRIMIDO	12.000,00	0,79	9.478,80
64	BENZOILMETRONIDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	1.300,00	1,45	1.883,05
84	CARBAMAZEPINA 200MG	COMPRIMIDO	5.130.000,00	0,07	384.237,00
89	CARBONATO DE LÍTIO 300MG	COMPRIMIDO	1.115.000,00	0,09	95.332,50
96	CEFALEXINA 500MG	COMPRIMIDO	2.600.000,00	0,15	386.100,00
106	CETOPROFENO 100MG/ML IM	AMPOLA	1.240,00	1,57	1.943,70
127	CLORANFENICOL 5MG + ACETATO DE RETINOL 10.000UI + AMINOÁCIDOS 25MG + METIONINA 5MG POMADA OFTÁLMICA	BISNAGA	360,00	7,87	2.833,20
153	DESLANOSÍDEO 0,4MG/ML	AMPOLA	600,00	1,15	689,40

156	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 2MG/ML INJETAVEL	AMPOLA	6.800,00	0,55	3.740,00
164	DIAZEPAN 10MG/2ML INJETÁVEL	AMPOLA	4.600,00	0,55	2.530,00
176	DIMENIDRINATO 50MG + PIRIDOXINA (CLORIDRATO) 10MG	COMPRIMIDO	2.500,00	0,17	420,00
177	DIMENIDRINATO 50MG + PIRIDOXINA (CLORIDRATO) 50MG	AMPOLA	6.000,00	1,29	7.751,40
183	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML INJETÁVEL	AMPOLA	99.500,00	0,45	44.974,00
190	DOBUTAMINA (CLORIDRATO) 12,5MG/ML	AMPOLA	600,00	3,70	2.220,00
197	ENALAPRIL (MALEATO) 20MG	COMPRIMIDO	8.790.000,00	0,05	465.870,00
198	ENALAPRIL (MALEATO) 5MG	COMPRIMIDO	400.000,00	0,05	21.200,00
199	EPINEFRINA (CLORIDRATO) 1 MG/ML	AMPOLA	6.440,00	1,19	7.657,16
201	ERITROMICINA (ESTOLATO) 500MG	COMPRIMIDO	48.000,00	0,40	19.008,00
203	ERITROMICINA 25MG/ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	1.000,00	2,38	2.379,00
208	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG/ML+ DIPIRONA SÓDICA GOTAS	FRASCO	2.100,00	1,79	3.759,00
231	FENTANILA (SAL CITRATO) 0,05MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	700,00	0,79	555,80
235	FITOMENADIONA 10MG	AMPOLA	840,00	0,75	626,64
245	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	26.100,00	0,70	18.243,90
289	IBUPROFENO 600MG	COMPRIMIDO	4.500.000,00	0,08	351.000,00
297	IPRATRÓPIO (BROMETO) 0,25MG/ML SOLUÇÃO INALANTE	FRASCOS	7.600,00	0,55	4.172,40
325	LIDOCAINA 100MG/5G - GEL 2%	BISNAGA	9.900,00	1,30	12.869,01
327	LIDOCAINA + EPINEFRINA 2% (20MG/ML)	FRASCO	12.100,00	2,90	35.077,90
330	LINCOMICINA (CLORIDRATO) 600MG	AMPOLA	3.000,00	2,30	6.900,00
350	METILDOPA 250 MG	COMPRIMIDO	2.690.000,00	0,10	268.731,00
352	METILFENIDATO (CLORIDRATO) 10MG	COMPRIMIDO	24.000,00	0,99	23.736,00
369	MIDAZOLAM 15 MG INJETÁVEL	AMPOLA	1.900,00	0,90	1.704,30
384	NIFEDIPINA 20MG (RETARD)	COMPRIMIDO	1.170.200,00	0,04	47.978,20
391	NITROFURANTOÍNA 100MG	COMPRIMIDO	103.000,00	0,11	11.330,00
393	N-METILBROMETO DE HIOSCINA 10MG	COMPRIMIDO	40.000,00	0,22	8.800,00
394	N-METILBROMETO DE HIOSCINA 10MG (Frasco com 15 ml)	FRASCO	5.000,00	2,90	14.520,00
396	N-METILBROMETO DE HIOSCINA 10MG + DIPIRONA SÓDICA 500 MG (Frasco com 15 ml)	FRASCO	5.000,00	1,69	8.430,00
416	OXCARBAZEPINA 60MG/ML	FRASCO	600,00	23,40	14.040,00
419	OXCARBAZEPINA 60MG/ML SUSPENSAO ORAL	FRASCO	1.500,00	23,60	35.400,00
425	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUCAO ORAL	FRASCO	179.300,00	0,42	75.306,00
436	PETIDINA 50MG/ML	AMPOLA	1.300,00	1,66	2.158,00
442	PREDNISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO	FRASCO	61.500,00	2,20	135.238,50
454	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 40MG	COMPRIMIDO	7.850.000,00	0,01	94.200,00
470	SALBUTAMOL 2MG/5ML XAROPE	FRASCOS	9.500,00	0,77	7.315,00
472	SECNIDAZOL1000 MG	COMPRIMIDO	14.000,00	0,37	5.180,00
483	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G PASTA	BISNAGAS	26.250,00	3,50	91.848,75
485	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG	COMPRIMIDO	750.000,00	0,06	48.225,00
487	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FRASCOS	41.800,00	0,49	20.398,40
500	TIAMINA (CLORIDRATO) 300MG	COMPRIMIDO	30.000,00	0,08	2.250,00
504	TIORIDAZIDA (CLORIDRATO) 100 MG	COMPRIMIDO	49.360,00	0,69	34.226,22
505	TIORIDAZIDA (CLORIDRATO) 50 MG	COMPRIMIDO	8.000,00	0,38	3.072,00

Total do Fornecedor:

3.186.459,13

HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
80	CABERGOLINA 0,5MG	COMPRIMIDO	500,00	12,80	6.400,00
108	CICLOPENTOLATO 1% SOLUÇÃO OFTALMOLOGICA	FRASCOS	120,00	5,93	711,60
128	CLORANFENICOL COLÍRIO	FRASCO	800,00	6,22	4.976,00
222	FENILEFRINA (CLORIDRATO) 10% SOLUÇÃO OFTALMICA	FRASCOS	120,00	6,55	786,00
238	FLUORESCEINA 10 MG/ML SOLUÇÃO OFTALMICA	FRASCOS	120,00	7,81	937,20
258	GLICAZIDA 60MG MR	COMPRIMIDO	125.000,00	0,26	32.500,00
296	IPRATRÓPIO (BROMETO) 0,02MG/DOSE AREOSOL ORAL	FRASCOS	400,00	17,20	6.880,00

345	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO)150 MG/ML	AMPOLA	42.150,00	10,32	434.988,00
451	PROPATILNITRATO 10MG	COMPRIMIDO	1.171.500,00	0,31	363.165,00
495	TETRACAINA (CLORIDRATO) ASSOCIADO COM FENILEFRINA (CLORIDRATO) + ACIDO BÓRICO SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	240,00	5,79	1.389,60
516	TRIAMETAZIDINA 35MG	COMPRIMIDO	3.000,00	1,40	4.200,00
Total do Fornecedor:				856.933,40	
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
11	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG	COMPRIMIDO/ CAPS	662.000,00	0,17	111.878,00
79	BUPROPIONA 150MG	COMPRIMIDO	100.000,00	0,34	34.000,00
121	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 75MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA	COMPRIMIDO	50.000,00	0,97	48.500,00
193	DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG	COMPRIMIDO	491.000,00	0,07	33.879,00
228	FENOFIBRATO 200MG	COMPRIMIDO	525.000,00	0,65	340.725,00
413	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 4MG	COMPRIMIDO	10.000,00	1,90	19.000,00
Total do Fornecedor:				587.982,00	
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
7	ACIDO ACETIL SALISÍLICO 100MG	COMPRIMIDO	9.390.000,00	0,01	122.070,00
31	AMINOFILINA 24 MG/ML	AMPOLA	4.500,00	0,70	3.150,00
38	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL (Frasco com 60 ml)	FRASCO	16.000,00	1,43	22.880,00
53	ATROPINA (SULFATO) 0,50MG/ML	AMPOLA	300,00	0,63	189,00
57	BACLOFENO 10 MG	COMPRIMIDO	8.000,00	0,30	2.400,00
117	CLINDAMICINA (CLORIDRATO) 300MG	COMPRIMIDO	42.000,00	1,69	70.980,00
134	CLORETO DE SÓDIO 20%	AMPOLA	1.250,00	0,20	244,13
135	CLORETO DE SUXAMETÔNIO 500 MG/ML	FRASCO AMPOLA	600,00	10,76	6.456,00
166	DICLOFENACO POTÁSSICO 50MG	COMPRIMIDO	380.000,00	0,03	11.400,00
187	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 5MG + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG/ML	AMPOLA	21.400,00	2,44	52.123,98
200	ERITROMICINA (ESTEARATO) 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	9.500,00	3,21	30.515,90
212	ESPIRONOLACTONA 100MG	COMPRIMIDO	38.000,00	0,23	8.762,80
226	FENOBARBITAL 200 MG/ML	AMPOLA	1.050,00	1,21	1.265,57
263	GLICOSE 25%	AMPOLA	950,00	0,22	208,53
287	IBUPROFENO 300MG	COMPRIMIDO	1.220.000,00	0,05	65.758,00
328	LIDOCAÍNA 2% + EPINEFRINA 1:100.000	AMPOLA	36.000,00	0,61	22.096,80
370	MIDAZOLAM 1MG/ML INJETÁVEL	AMPOLA	1.200,00	1,05	1.261,08
397	N-METILBROMETO DE HIOSCINA 20 MG/ML	AMPOLA	6.000,00	1,14	6.840,00
458	RANITIDINA (CLORIDRATO) 25 MG/ML	AMPOLA	31.600,00	0,49	15.326,00
486	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% INJETÁVEL	AMPOLA	1.000,00	0,31	307,80
494	TERBUTALINA (SULFATO) 0,5 MG/ML	AMPOLA	5.040,00	1,60	8.064,00
497	TIABENDAZOL 500MG	COMPRIMIDO	7.000,00	1,89	13.230,00
Total do Fornecedor:				465.529,58	
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
15	ADENOSINA 6MG/ML	AMPOLA	100,00	8,91	891,00
277	HIDROCORTISONA 1% - CREME	BISNAGA	17.000,00	5,33	90.562,40
338	MANITOL 20% SISTEMA FECHADO SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRASCO	1.200,00	4,19	5.022,84
340	MEBENDAZOL 100MG	COMPRIMIDO	7.000,00	0,03	207,20
471	SALMETEROL (XINAFOATO) 50 MCG + PROPIONATO DE FLUTICASONA 250 MCG	FRASCO	1.700,00	61,38	104.346,00
Total do Fornecedor:				201.029,44	
LICIMED DIST.MED.CORRELATOS E PROD.MED E HOSPIT.L					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item

3	ACETATO DE CIPROTERONA 50MG	COMPRIMIDO	5.000,00	0,53	2.665,00
76	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 32MCG – 120 DOSES	TUBO	2.600,00	9,00	23.400,00
77	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 50MCG – 120 DOSES	TUBO	4.100,00	15,00	61.500,00
78	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 64MCG – 120 DOSES	TUBO	1.300,00	22,00	28.600,00
109	CILOSTAZOL 100MG	COMPRIMIDO	65.100,00	0,35	22.785,00
110	CILOSTAZOL 50MG	COMPRIMIDO	60.000,00	0,21	12.360,00
214	ESTRADIOL (VALERATO) 2MG + CIPROTERONA (ACETATO) 1MG	COMPRIMIDO	6.160,00	0,17	1.071,84
234	FINASTERIDA 5MG	COMPRIMIDO	128.500,00	0,18	23.130,00
261	GLICOSAMINA (SULFATO) 400 G + CONDROITINA (SULFATO) 500G	COMPRIMIDO	120.000,00	1,11	133.200,00
262	GLICOSAMINA, ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 1,5G + 1,2 G PÓ ORAL	SACHES	15.000,00	3,30	49.500,00
360	METOTREXATO 2,5 MG	COMPRIMIDO	1.500,00	0,75	1.125,00
407	OLANZAPINA 5 MG	COMPRIMIDO	1.600,00	0,24	376,00
429	PAROXETINA (CLORIDRATO) 20 MG	COMPRIMIDO	13.000,00	0,14	1.820,00
446	PREGABALINA 75MG	COMPRIMIDO	2.000,00	1,50	3.000,00
474	SERTRALINA (CLORIDRATO) 50 MG	COMPRIMIDO	375.000,00	0,11	39.375,00
509	TOPIRAMATO 100MG	COMPRIMIDO	1.440,00	0,25	360,00
513	TRAMADOL 37,5 + PARACETAMOL	COMPRIMIDO	900,00	1,53	1.377,00

Total do Fornecedor:

405.644,84

CONCORD DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
8	ACIDO ACETIL SALISÍLICO 500MG	COMPRIMIDO	31.000,00	0,03	1.078,80
10	ÁCIDO FÓLICO 5MG	COMPRIMIDO	1.188.000,00	0,02	18.889,20
29	AMICACINA (SULFATO) 500MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	6.000,00	2,50	15.000,00
34	AMITRIPIILINA (CLORIDRATO) 25MG	COMPRIMIDO	6.480.000,00	0,03	226.152,00
95	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ P/SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	55.700,00	2,60	144.597,20
157	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 4 MG/ML	AMPOLA	14.300,00	0,85	12.197,90
170	DICLOFENACO SÓDICO 75MG/ML	AMPOLA	93.000,00	0,59	54.860,70
239	FLUOXETINA (CLORIDRATO) 20MG	COMPRIMIDO/ CAPS	9.090.000,00	0,04	344.511,00
335	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG	COMPRIMIDO	15.090.000,00	0,05	783.171,00
525	VITAMINA A(PALMITATO) 12500UI/ML+VITAMINA B1(CLORIDRATO) 0,4MG/ML+VITAMINA B2(FOSFATO SÓDICO)0,5MG/ML+VITAMINA B6(CLORIDRATO)0,6MG/ML+VITAMINA B12(CIANOCOBALAMINA)0,5MCG/ML+VITAMINA C(ACIDO ASCORBICO)35MG/ML+VITAMINA D3(COLECALCIFEROL)400UI/ML+VITAMINA E(	FRASCOS	2.000,00	10,00	20.000,00

Total do Fornecedor:

1.620.457,80

ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
5	ACICLOVIR 200MG	COMPRIMIDO	257.000,00	0,11	28.192,90
30	AMINOFILINA 100MG	COMPRIMIDO	325.000,00	0,03	9.327,50
42	AMPICILINA 250MG/5ML	FRASCO	3.000,00	2,03	6.089,70
50	ATENOLOL 25MG	COMPRIMIDO	270.000,00	0,02	4.509,00
51	ATENOLOL 50 MG	COMPRIMIDO	6.670.000,00	0,02	158.746,00
104	CETOCONAZOL 200 MG	COMPRIMIDO	114.000,00	0,09	10.590,60
195	DOXICICLINA (CLORIDRATO) 100MG	COMPRIMIDO	25.000,00	0,07	1.865,00
225	FENOBARBITAL 100MG	COMPRIMIDO	1.195.000,00	0,15	179.130,50
268	HALOPERIDOL 5 MG/ML	AMPOLA	2.190,00	0,40	876,00
274	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG	COMPRIMIDO	350.000,00	0,03	10.465,00
331	LOPERAMIDA 2MG	COMPRIMIDO	11.000,00	0,08	880,00
346	MELOXICAM 15 MG	COMPRIMIDO	5.500,00	0,09	509,85
385	NIMESULIDE 100MG	COMPRIMIDO	3.880.000,00	0,04	174.212,00

Total do Fornecedor:

585.394,05

PRESTOMEDI DIST. DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
97	CEFTRIAXONA 1000MG/ML EV	FRASCO AMPOLA	4.800,00	5,16	24.768,00
194	DOXAZOSINA (MESILATO) 4MG	COMPRIMIDO	53.080,00	0,35	18.578,00
406	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 75MG	COMPRIMIDO	15.000,00	0,30	4.500,00
409	OMEPRAZOL 10MG	COMPRIMIDO	5.000,00	1,00	5.000,00
430	PERICIAZINA 1%	FRASCOS	200,00	5,60	1.120,00
Total do Fornecedor:				53.966,00	
MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
16	AGUA DESTILADA	AMPOLA	8.000,00	0,15	1.192,00
40	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG	COMPRIMIDO	228.000,00	0,68	155.040,00
275	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 100 MG P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	22.000,00	2,95	64.900,00
310	LEVODOPA 250MG + CARBIDOPA 25MG	COMPRIMIDO	397.000,00	0,16	61.535,00
476	SINVASTATINA 10MG	COMPRIMIDO	467.000,00	0,04	20.641,40
Total do Fornecedor:				303.308,40	
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
6	ACICLOVIR 50MG CREME	BISNAGA	1.300,00	1,59	2.066,87
9	ACIDO FÓLICO 0,2 MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	600,00	4,81	2.886,00
24	ALOPURINOL 100MG	COMPRIMIDO	490.000,00	0,05	24.843,00
25	ALOPURINOL 300MG	COMPRIMIDO	429.000,00	0,10	42.900,00
32	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG	COMPRIMIDO	454.000,00	0,24	108.914,60
36	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG/ML + 12,5MG/ML PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	49.700,00	4,30	213.550,96
43	AMPICILINA 500 MG	COMPRIMIDO	66.000,00	0,13	8.448,00
63	BENZOATO DE BENZILA 25 %	FRASCO	800,00	1,99	1.591,92
88	CARBONATO DE CÁLCIO 1250 MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA++ + COLECALCIFEROL 400UI	COMPRIMIDO	4.470.000,00	0,52	2.314.119,00
94	CASTANHA DA INDIA COMPOSTA ( AESCULUS HIPPOCASTANUM 10 MG + POLYGONUM ACRE 10 MG + SMILAX PAPYRACEA 40 MG + RUTINA 20 MG)	COMPRIMIDO	300.000,00	0,20	59.100,00
102	CETOCONAZOL 20MG/G CREME	BISNAGA	7.600,00	0,98	7.447,24
129	CLORETO BENZALCONICO + SORO FISIOLÓGICO SPRAY NASAL	FRASCO	1.000,00	3,60	3.600,00
130	CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G + CLORETO DE SÓDIO 3,5G + CITRATO DE SÓDIO 2,9G + GLICOSE ANIDRA 20G	ENVELOPE	2.000,00	0,40	799,40
131	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1%	AMPOLA	2.450,00	0,23	564,73
133	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL SPRAY	FRASCOS	4.000,00	2,41	9.639,60
146	COLESTIRAMINA 4G	SACHES	720,00	9,80	7.056,00
147	COMPLEXO B INJETÁVEL	AMPOLA	2.850,00	0,72	2.051,72
149	COMPLEXO B POLIVITAMINICO (Frasco com 30 ml)	FRASCO	1.950,00	1,80	3.509,81
158	DEXAMETASONA ELIXIR 0,1MG/ML	FRASCOS	11.000,00	1,08	11.856,90
162	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) XAROPE 2MG/5ML	FRASCO	204.200,00	0,85	172.549,00
173	DIGOXINA 0,25MG	COMPRIMIDO	970.000,00	0,03	33.659,00
206	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG	COMPRIMIDO	565.000,00	0,22	123.396,00
210	ESCOPOLAMINA 10MG	COMPRIMIDO	265.000,00	0,22	59.148,00
213	ESPIRONOLACTONA 25MG	COMPRIMIDO	1.565.000,00	0,08	121.913,50
244	FOSFATO SÓDIO, ENEMA, FOSFATO MONOBÁSICO 16% + FOSFATO DIBÁSICO 6%	FRASCO	1.800,00	3,88	6.983,82
251	GARRA DO DIABO (EXTRATO SECO) 500MG - COMPRIMIDO REVESTIDO DE HARPAGOPHYTUM PROCUMBES NO MINIMO DE 12 MG E MAXIMO DE 24 MG DE HARPAGOSIDEO POR COMPRIMIDO	CAPSULAS	1.000,00	0,60	597,80
264	GLICOSE 50%	AMPOLA	8.500,00	0,23	1.917,60
304	ITRACONAZOL 100MG	COMPRIMIDO	32.000,00	0,45	14.396,80
306	LACTULOSE 667MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FRASCOS	4.750,00	5,96	28.309,53



337	LOVASTATINA 20MG	COMPRIMIDO	4.800.000,00	3,00	14.399.520,00
341	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCOS	30.000,00	0,70	20.997,00
353	METOCLOPRAMIDA (CLORIDRATO) 10 MG/2 ML	AMPOLA	68.000,00	0,23	15.633,20
354	METOCLOPRAMIDA 10MG	COMPRIMIDO	473.000,00	0,05	23.839,20
356	METOCLOPRAMIDA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL	AMPOLA	5.000,00	0,24	1.194,50
362	METRONIDAZOL 250MG	COMPRIMIDO	553.000,00	0,07	36.995,70
368	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME VAGINAL, COM NO MINIMO 10 APLICADORES	BISNAGA	48.200,00	4,40	212.031,80
374	MONTELUCASTE SODICO 10 MG	COMPRIMIDO	1.500,00	0,53	794,85
388	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	12.250,00	1,79	21.915,25
389	NISTATINA CREME VAGINAL 25.000UI/G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES	BISNAGAS	11.400,00	3,98	45.370,86
408	ÓLEO MINERAL 100%	FRASCOS	6.500,00	1,50	9.749,35
412	OMEPRAZOL MAGNESIO 20MG	COMPRIMIDO	1.500,00	7,90	11.850,00
424	PANTOPRAZOL DE SÓDIO 40 MG	COMPRIMIDO	20.000,00	0,19	3.796,00
428	PARACETAMOL 750MG	COMPRIMIDO	1.000.000,00	0,04	41.900,00
437	PILOCARPINA (CLORIDRATO) 2% SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCOS	240,00	17,10	4.104,00
440	POLIVITAMINICO COMPOSTO DE VITAMINAS E MINERIAS DE A A Z RETINOL (COMO PALMITATO) (VIT. A) 2664 UI COLECALCIFEROL (VIT. D) 400 UI 200 ACETATO DE TOCOFEROL (VIT. E) 10,00 UI 100 ÁCIDO ASCÓRBICO (VIT. C) 70,00 MG TIAMINA (COMO MONONITRATO) (VIT. B1) 3,00 M	COMPRIMIDO	610.000,00	0,98	597.800,00
467	SALBUTAMOL 0,04%	FRASCO	1.200,00	0,81	966,00
482	SULFADIAZINA 500MG	COMPRIMIDO	36.000,00	0,14	5.018,40
499	TIAMINA (CLORIDRATO) + VITAMINA B1,RIBOFLAVINA-VITAMINA B2 4,0 MG, NICOTINAMIDA - VITAMINA PP 40,0 MG DEXPANTENOL 6.0	AMPOLA	14.400,00	1,32	19.008,00
522	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 120MG	COMPRIMIDO	20.000,00	0,26	5.200,00
523	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 80MG	COMPRIMIDO	1.082.000,00	0,05	53.991,80
524	VITAMINA A 5.000UI + D 900UI E OXIDO DE ZINCO 150MG/G, POMADA DERMATOLÓGICA	BISNAGA	5.000,00	1,80	8.999,00
526	VITAMINAS + SAIS MINERAIS SENDO, ACIDO FOLICO 500MCG, VITAMINA B1 30MG, VITAMINA B2 10MG, VITAMINA B6 10 MG, VITAMINA B12 25MCG, VITAMINA E 45UI, VITAMINA C 600MG, NICOTINAMIDA 100 MG, PANTOTENATO DE CALCIO 25MG, COBRE 3MG, ZINCO 23,9MG, ZINCO23,9MG - REG	COMPRIMIDO	60.000,00	0,70	42.000,00
Total do Fornecedor:				18.970.491,69	
GRAMS & GRAMS LTDA ME					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
44	ANESTÉSICO SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	240,00	5,76	1.382,04
74	BUDESONIDA 200 MCG SOLUÇÃO ORAL 200 DOSES	FRASCO	100,00	26,24	2.624,14
75	BUDESONIDA 400 MCG 60 DOSES	FRASCO	100,00	45,62	4.562,29
83	CARBAMAZEPINA 2% SUSPENSÃO ORAL	FRASCOS	15.400,00	3,13	48.248,20
101	CEFTRIAXONA DISSÓDICA 500MG/ML EV	FRASCO AMPOLA	800,00	5,15	4.118,40
119	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 10MG	COMPRIMIDO	22.000,00	0,36	8.008,00
169	DICLOFENACO SODICO 50MG + CODEINA 50MG	COMPRIMIDO	2.000,00	2,91	5.816,20
232	FERRIPOLIMALTROSE 50MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FRASCOS	6.000,00	0,39	2.316,60
250	GABAPENTINA 600 MG	COMPRIMIDO	2.160,00	1,03	2.230,63
260	GLICOSAMINA (SULFATO) 1,5G SACHES	SACHES	2.500,00	1,18	2.953,00
284	HIPROMELOSE 0,3% SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	240,00	8,05	1.931,28
292	IMIPRAMINA (PAMOATO) 75MG	COMPRIMIDO	10.000,00	1,30	12.952,00
308	LEVODOPA 100MG + BENSERAZIDA 25MG COMPRIMIDO DISPERSÍVEL	COMPRIMIDOS BIR	182.000,00	1,45	263.481,40
309	LEVODOPA 200MG + BENSERAZIDA 50MG	COMPRIMIDO	222.000,00	1,38	306.626,40
312	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100MG + 25MG (BD)	COMPRIMIDOS BIR	112.000,00	1,08	121.374,40
313	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100MG + 25MG (HBS)	CAPSULAS HBS	760.000,00	1,45	1.100.252,00
320	LEVONORGESTREL 0,75MG	COMPRIMIDO	7.100,00	1,04	7.393,23

334	LOSARTANA POTASSICA 100MG + HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	COMPRIMIDO	8.000,00	0,21	1.664,00
336	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG + HIDROCLOROTIZADA 12,5MG	COMPRIMIDO	4.000,00	0,12	468,00
403	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 10MG	COMPRIMIDO	16.000,00	0,17	2.646,40
405	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 50MG	COMPRIMIDO	80.000,00	0,27	21.912,00
420	OXIBUTININA 10 MG	COMPRIMIDO	500,00	0,65	325,95
438	PIRIMITAMINA 25MG	COMPRIMIDO	19.000,00	0,06	1.138,10
461	RESIDONATO DE SODIO 35 MG	COMPRIMIDO	1.000,00	5,20	5.200,00
473	SERTRALINA (CLORIDRATO) 100 MG	COMPRIMIDO	5.000,00	0,29	1.453,00
480	SORBITOL, SORBITOL 70% + LAURIL SULFATO DE SÓDIO, 714MG + 7,70MG/G (MINELAX)	BISNAGA	336,00	3,20	1.075,20
490	TANSULOSINA (CLORIDRATO) 0,4MG	COMPRIMIDO	3.500,00	1,43	5.013,40
517	TROPICAMIDA 1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	180,00	10,30	1.854,00
518	VARFARINA SÓDICA 1MG	COMPRIMIDO	10.500,00	0,21	2.197,65

Total do Fornecedor: 1.941.217,91

NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
28	AMICACINA (SULFATO) 250MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	6.000,00	2,80	16.800,00
59	BENZILPENICILINA 600.000UI + DILUENTE	AMPOLA	9.800,00	2,90	28.420,00
62	BENZILPENICILINA POTASSICA 5.000.000 UI + DILUENTE	FRASCO	1.200,00	3,26	3.912,00
191	DOMPERIDONA 01MG/ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	150,00	8,10	1.215,00
209	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 20 MG/ML	AMPOLA	8.700,00	1,75	15.190,20
255	GENTAMICINA 40MG/2ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	2.400,00	1,16	2.784,00

Total do Fornecedor: 68.321,20

INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
2	ACEBROFILINA XAROPE 10MG/ML	FRASCO	24.000,00	3,05	73.197,60
98	CEFTRIAXONA 1G PÓ PARA SUPENSÃO IM	FRASCO AMPOLA	1.600,00	6,69	10.704,00
188	DIVALPROATO DE SÓDIO 500MG	COMPRIMIDO	3.000,00	0,79	2.367,00
218	ESTROGÊNIOS CONJUGADOS 0,625MG	DRÁGEAS	192.728,00	0,44	84.781,05
219	ESTROGÊNIOS CONJUGADOS 0,625MG CREME VAGINAL	BISNAGAS	500,00	31,68	15.840,00
242	FORMOTEROL 12 MCG	CAPSULAS	100,00	2,00	200,00
259	GLICAZIDA 80MG	COMPRIMIDO	25.000,00	0,04	995,00
321	LEVOTIROXINA SODICA 75MCG	COMPRIMIDO	200.000,00	0,14	27.580,00
322	LEVOTIROXINA SODICA 100MCG	COMPRIMIDO	2.945.000,00	0,11	319.532,50
323	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG	COMPRIMIDO	3.805.000,00	0,12	439.477,50
324	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG	COMPRIMIDO	5.170.000,00	0,12	606.441,00
332	LORATADINA 10MG	COMPRIMIDO	630.000,00	0,04	28.287,00
349	METFORMINA (CLORIDRATO) 850MG	COMPRIMIDO	9.880.000,00	0,09	858.572,00
355	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML - GOTAS SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	61.700,00	0,48	29.548,13
372	MIRTAPAZINA 15MG	COMPRIMIDO	1.500,00	2,92	4.380,00
390	NITRATO DE TIAMINA + PIROXIDINA + CIANOCOBALAMINA	COMPRIMIDO	900,00	3,00	2.700,00
404	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG	COMPRIMIDO	165.000,00	0,21	34.435,50
460	RASILEZ 300 MG	COMPRIMIDO	300,00	4,79	1.437,00
469	SALBUTAMOL 2 MG	COMPRIMIDO	6.000,00	0,19	1.116,00
510	TOPIRAMATO 50MG	COMPRIMIDO	18.080,00	0,11	2.059,31

Total do Fornecedor: 2.543.650,59

MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
58	BAMIFILINA 600MG	COMPRIMIDO	5.000,00	1,40	7.000,00
65	BICARBONATO DE SÓDIO, 8,4%	AMPOLA	850,00	0,47	395,25
126	CLORANFENICOL 25MG + CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 30MG SOLUÇÃO OTOLOGICA	FRASCO	800,00	2,98	2.384,00
142	CLORTALIDONA 50 MG	COMPRIMIDO	12.000,00	0,09	1.068,00

159	DEXAMETAZONA (ACETATO), TIAMINA (CLORIDRATO), PIRODOXINA (CLORIDRATO), CIANOCOBALAMINA	AMPOLA	5.000,00	8,15	40.750,00
167	DICLOFENACO RESINATO 15MG/ML GOTAS	FRASCO	5.500,00	1,60	8.800,00
174	DILTIAZEM 60MG	COMPRIMIDO	120.000,00	0,11	13.440,00
184	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA – AEROSOL 250UI/DOSE	TUBO	10.300,00	39,00	401.700,00
185	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA– AEROSOL 50UI/DOSE – USO NASAL	TUBO	1.960,00	18,00	35.280,00
186	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA– AEROSOL 50UI/DOSE – USO ORAL	TUBO	4.800,00	26,90	129.120,00
229	FENOFIBRATO 250MG	COMPRIMIDO	23.400,00	1,25	29.250,00
252	GENTAMICINA (SULFATO) 5MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	8.500,00	6,65	56.525,00
361	METRONIDAZOL 100MG/G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES CREME VAGINAL	BISNAGA	29.050,00	3,40	98.770,00
363	METRONIDAZOL 400MG	COMPRIMIDO	100.000,00	0,34	34.000,00
386	NIMESULIDE 50MG SOLUÇÃO ORAL	FRASCOS	11.500,00	0,72	8.280,00
395	N-METILBROMETO DE HIOSCINA 10MG + DIPIRONA SÓDICA 500 MG	COMPRIMIDO	65.000,00	0,24	15.600,00
422	OXIBUTININA 5 MG	COMPRIMIDO	5.600,00	0,60	3.360,00
433	PERMETRINA 10MG/ML LOÇÃO	FRASCO	14.200,00	0,96	13.632,00
435	PERÓXIDO DE BENZOILA 50MG/G GEL DERMATOLOGICO	BISNAGA	1.000,00	7,70	7.700,00
501	TICLODIPINA (CLORIDRATO) 250 MG	COMPRIMIDO	37.500,00	0,29	10.875,00
519	VARFARINA SÓDICA 5MG	COMPRIMIDO	310.000,00	0,09	27.590,00

Total do Fornecedor: 945.519,25

CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
150	COMPLEXO COLOIDAL DE SACARATO DE HIDRÓXIDO DE FERRO III 2500 MG* ÁGUA BIDEUTILADA Q.S.P. 5 ML * EQUIVALENTE A 100 MG DE FERRO (III) – NORIPURUM EV	AMPOLA	500,00	6,13	3.065,00
151	COMPLEXO DE HIDRÓXIDO DE FERRO III POLIMALTOSADO 330 MG* ÁGUA BIDEUTILADA Q.S.P. 2 ML * EQUIVALENTE A 100 MG DE FERRO (III)- NORIPURUM IM	AMPOLA	500,00	8,44	4.218,00
175	DIMENIDRATO + PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3MG+5MG+100MG/ML	AMPOLA	24.240,00	1,82	44.092,56
462	RETINOL (ACETATO) 50.000UI + COLECALCIFEROL 10.000UI	FRASCO	37.100,00	4,90	181.790,00

Total do Fornecedor: 233.165,56

EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
86	CARBONATO DE CÁLCIO 1250MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA++)	COMPRIMIDO	75.000,00	0,07	5.040,00
371	MIKANIA GLOMERATA SPRENGE - XAROPE E SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	7.700,00	1,74	13.381,83
489	SULFATO FERROSO XAROPE	FRASCO	1.000,00	1,43	1.428,00

Total do Fornecedor: 19.849,83

DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI -ME

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
207	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG + DIPIRONA SÓDICA 250MG	COMPRIMIDO	50.000,00	0,21	10.685,00
311	LEVODOPA 250MG + CARBIDOPA 50MG	COMPRIMIDO	6.000,00	0,31	1.877,40
364	METRONIDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	11.650,00	1,44	16.762,02

Total do Fornecedor: 29.324,42

DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
4	ACETONIDO FLUOCINOLONA 0,275MG + SULFATO DE NEOMICINA 3,850MG, SULFATO DE POLIMIXINA B + CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20MG SOLUÇÃO OTOLÓGICA	FRASCO	6.000,00	1,56	9.360,00
23	ALISQUIRENO (HEMIFUMARATO) 300 MG	COMPRIMIDO	750,00	3,59	2.692,50
48	ANLODIPINO 5MG + BENAZEPRIL 20 MG (PRESS PLUS)	COMPRIMIDO	600,00	2,03	1.218,00
66	BIMATOPROSTA 0,3MG/ML COLÍRIO	FRASCO	240,00	27,31	6.554,40
69	BIPERIDENO 4MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA)	COMPRIMIDO	10.000,00	0,54	5.400,00

72	BROMAZEPAN 01MG + SULPIRIDA 25MG	COMPRIMIDO	1.000,00	0,99	985,00
100	CEFTRIAXONA 500MG PÓ PARA SUSPENSÃO IM	FRASCO AMPOLA	3.000,00	5,12	15.351,00
120	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG	COMPRIMIDO	202.000,00	0,57	114.332,00
215	ESTRADIOL 1MG + ACETATO DE NORETISTERONA 0,5MG	COMPRIMIDO	1.500,00	0,64	954,00
221	EZETIMBA 10MG	COMPRIMIDO	1.500,00	2,02	3.028,50
241	FORMOTEROL (FUMARATO) 12 MCG + BUDESONIDA 400 MCG	CAPSULAS	800,00	1,80	1.440,00
243	FOSFATO DE SITAGLIDIPINA 50MG + METFORMINA 850MG	FRASCO	3.000,00	3,01	9.030,00
278	HIDROXICLOROQUINA (SULFATO) 400 MG	COMPRIMIDO	1.300,00	1,84	2.392,00
293	INSULINA NOVORAPID	CANETA	110,00	36,00	3.960,00
294	INSULINA, ASPARTE ASSOCIADA A ASPARTE PROTAMINA, 30% + 70% 100UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	CANETA	110,00	44,99	4.948,68
295	INSULINA, GLULISINA, AÇÃO RÁPIDA, 100UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL COM APLICADOR	CANETA	250,00	30,00	7.500,00
299	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 20MG	COMPRIMIDO	133.000,00	0,05	6.517,00
302	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 40MG	COMPRIMIDO	197.400,00	0,10	19.147,80
314	LEVODOPA, CARBIDOPA, ENTACAPONA 50/12,5/200MG	COMPRIMIDO	500,00	5,60	2.800,00
318	LEVONORGESTREL + ETINILESTRADIOL (6 DRGS. 0,05 LEVONORGESTREL + 0,03 MG ETINILESTRADIOL) (5 DGRS. 0,07 MG LEVONORGESTREL + 0,04MG ETINILESTRADIOL) (10DRGS.0,125MG LEVONORGESTREL + 0,03MG ETINILESTRADIOL)	DRÁGEAS	180.000,00	0,28	50.022,00
358	METOPROLOL (SUCCINATO) 25MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)	COMPRIMIDO	164.500,00	0,56	91.297,50
359	METOPROLOL (SUCCINATO) 50MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)	COMPRIMIDO	115.000,00	1,14	131.100,00
366	MICONAZOL (NITRATO) 2% GEL ORAL	BISNAGAS	300,00	22,21	6.663,00
367	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME DERMATOLÓGICO	BISNAGA	4.800,00	1,37	6.576,00
387	NISTATINA + ÓXIDO DE ZINCO	BISNAGA	3.000,00	4,08	12.225,00
423	OXIDO ZINCO + VITAMINA A + D POMADA	BISNAGA	6.000,00	1,50	8.999,40
431	PERICIAZINA 4%	FRASCOS	850,00	12,95	11.007,50
432	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100MG	COMPRIMIDO	8.000,00	0,05	384,00
439	PLANTAGO OVATA 3,5G PÓ EFERVESCENTE SEM AÇUCAR	SACHÊ	20.000,00	0,66	13.180,00
447	PRIMIDONA 100MG	COMPRIMIDO	3.960,00	0,38	1.500,84
453	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 10MG	COMPRIMIDO	15.000,00	0,25	3.750,00
481	SOTALOL (CLORIDRATO) 160MG	COMPRIMIDO	3.600,00	0,83	2.988,00
502	TIMOLOL (MALEATO) 0,25MG SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCOS	200,00	4,67	934,00
507	TIOTROPIO (BROMETO) 2,5MCG/ML - SOLUÇÃO INALATÓRIA	FRASCO	1.010,00	209,90	211.999,00
508	TOBRAMICINA 03MG COLÍRIO	FRASCOS	150,00	5,80	870,00
515	TRAZODONA 50MG	COMPRIMIDO	2.500,00	0,93	2.325,00

Total do Fornecedor:

773.432,12

ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
87	CARBONATO DE CÁLCIO 1500 MG (EQUIVALENTE A 600MG DE CA++ + COLECALCIFEROL 400UI)	COMPRIMIDO	380.000,00	0,29	110.200,00
154	DEXAMETASONA 0,1% CREME	BISNAGA	147.500,00	0,57	84.075,00
155	DEXAMETASONA 4MG	COMPRIMIDO	285.000,00	0,20	57.000,00
286	IBUPROFENO 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	500,00	2,88	1.440,00
298	ISOFLAVONA 150MG	COMPRIMIDO	10.000,00	0,31	3.100,00
300	ISOSSORBIDA (DINITRATO) 10MG	COMPRIMIDO	774.000,00	0,08	65.016,00
301	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG	COMPRIMIDO	282.400,00	0,14	39.536,00
426	PARACETAMOL 500 MG + CODEÍNA 30 MG	COMPRIMIDO	182.200,00	0,50	90.826,70

Total do Fornecedor:

451.193,70

KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
------	-----------	-------	------	-------------	------------

118	CLOBAZAM 20MG	COMPRIMIDO	6.000,00	0,77	4.620,00
141	CLORPROPRAMIDA 250MG	COMPRIMIDO	12.000,00	0,39	4.620,00
211	ESPIRAMICINA 1,5 MUI	COMPRIMIDO	83.000,00	2,70	224.100,00
290	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 10MG	COMPRIMIDO	60.000,00	0,37	22.140,00
357	METOPROLOL (SUCCINATO) 100MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)	COMPRIMIDO	55.360,00	1,80	99.648,00
Total do Fornecedor:				355.128,00	
DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
22	ALISQUIRENO (HEMIFUMARATO) 150 MG	COMPRIMIDO	750,00	3,15	2.361,75
41	AMPICILINA 1G INJETÁVEL	FRASCO-AMPOLA	1.200,00	4,15	4.978,80
45	ANLÓDIPINO (BESILATO) + RAMIPIL 5,0/5MG	COMPRIMIDO	200,00	1,21	241,48
70	BISOPROLOL (FUMARATO) 5 MG	COMPRIMIDO	1.200,00	1,70	2.040,00
457	RABEPRAZOL SODICO 20 MG PARIET	COMPRIMIDO	300,00	2,85	855,00
Total do Fornecedor:				10.477,03	
ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
90	CARVEDILOL 12,5MG	COMPRIMIDO	229.000,00	0,08	17.404,00
91	CARVEDILOL 25MG	COMPRIMIDO	226.000,00	0,10	22.600,00
92	CARVEDILOL 3,125MG	COMPRIMIDO	162.800,00	0,06	9.116,80
93	CARVEDILOL 6,25MG	COMPRIMIDO	1.540.000,00	0,05	72.380,00
114	CITALOPRAM 20MG	COMPRIMIDO	120.000,00	0,12	14.400,00
204	ESCITALOPRAM 10MG	COMPRIMIDO	2.500,00	0,24	600,00
257	GLICAZIDA 30MG (COMPRIMIDO DE LIBER. CONTROLADA)	COMPRIMIDO	4.020.000,00	0,18	723.600,00
373	MIRTAZAPINA 30MG	COMPRIMIDO	1.500,00	0,93	1.395,00
417	OXCARBAZEPINA 300MG	COMPRIMIDO	55.000,00	0,35	19.250,00
418	OXCARBAZEPINA 600MG	COMPRIMIDO	60.000,00	0,68	40.800,00
463	RISPERIDONA 1MG	COMPRIMIDO	259.000,00	0,20	51.800,00
464	RISPERIDONA 2 MG	COMPRIMIDO	125.000,00	0,24	30.000,00
465	RISPERIDONA 3 MG	COMPRIMIDO	20.600,00	0,27	5.562,00
520	VENLAFAXINA (CLORIDRATO) 150 MG	COMPRIMIDO	2.500,00	0,50	1.250,00
521	VENLAFAXINA (CLORIDRATO) 75 MG	COMPRIMIDO	15.000,00	0,40	6.000,00
Total do Fornecedor:				1.016.157,80	
HELIANTO FARMACEUTICA LTDA - EPP					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
220	EUCERIN UREIA 10% LOCAO	FRASCOS	150,00	26,85	4.027,50
Total do Fornecedor:				4.027,50	
DACON - FARMACOS DO BRASIL LTDA - ME					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
152	DELTAMETRINA 0,2 MG/ML	FRASCO	24.000,00	1,35	32.373,60
466	SAIS P/ REIDRATAÇÃO ORAL COM 27,9G (CLORETO DE SODIO 3,5G + CLORETO DE POTASSIO 1,5G + CITRATO DE SODIO 2,9G + GLICOSE 20G)	ENVELOPE	761.000,00	0,38	286.820,90
Total do Fornecedor:				319.194,50	
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
35	AMITRIPIILINA (CLORIDRATO) 75MG	COMPRIMIDO	15.000,00	0,15	2.295,00
67	BIPERIDENO (LACTATO) 5MG/ML	AMPOLA	600,00	1,46	876,00
68	BIPERIDENO 2MG	COMPRIMIDO	1.630.000,00	0,15	242.870,00
105	CETOPROFENO 100MG/ML EV PÓ LIOFILO INJETAVEL	FRASCO-AMPOLA	74.340,00	2,82	209.638,80
107	CETOPROFENO 50MG/ML IM	AMPOLA	2.000,00	1,48	2.960,00
122	CLONAZEPAM 2MG	COMPRIMIDO	970.720,00	0,07	67.950,40
123	CLONAZEPAN 0,5MG	COMPRIMIDO	155.000,00	0,08	11.780,00
136	CLOROQUINA 250 MG	COMPRIMIDO	36.000,00	0,36	13.104,00



137	CLORPROMAZINA 100MG	COMPRIMIDO	837.000,00	0,17	144.801,00
138	CLORPROMAZINA 25MG	COMPRIMIDO	160.000,00	0,15	24.000,00
139	CLORPROMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FRASCOS	2.050,00	4,32	8.853,95
140	CLORPROMAZINA 5MG SOLUÇÃO INJETAVEL	AMPOLA	940,00	1,67	1.569,80
143	CODEÍNA (FOSFATO) 30MG	COMPRIMIDO	1.317.000,00	0,56	730.935,00
144	COLAGENASE 0,6 UI + CLORANFENICOL 0,01 G POMADA	BISNAGAS	3.100,00	9,49	29.419,00
163	DIAZEPAN 10MG	COMPRIMIDO	650.000,00	0,04	26.000,00
165	DIAZEPAN 5MG	COMPRIMIDO	430.000,00	0,04	17.200,00
227	FENOBARBITAL 4% GOTAS SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	6.100,00	2,50	15.250,00
233	FIBRINOLISINA 1U/G + DESOXIRRIBONUCLEASE 666U/G + CLO-RANFENICOL 10MG/G POMADA	BISNAGA	1.610,00	18,74	30.171,40
266	HALOPERIDOL 1MG	COMPRIMIDO	42.000,00	0,09	3.780,00
267	HALOPERIDOL 2MG/ML GOTAS	FRASCOS	2.400,00	2,30	5.520,00
269	HALOPERIDOL 5MG	COMPRIMIDO	1.506.000,00	0,06	90.360,00
270	HALOPERIDOL DECANOATO 50 MG/ML	AMPOLA	17.400,00	7,00	121.800,00
271	HEPARINA SÓDICA 25.000 UI/5ML INJETAVEL	AMPOLA	1.060,00	8,10	8.586,00
272	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/0,25ML INJETÁVEL	AMPOLA	1.800,00	3,40	6.123,60
291	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG	COMPRIMIDO	1.772.000,00	0,14	248.080,00
315	LEVOMEPRIMAZINA (MALEATO) 100MG	COMPRIMIDO	235.000,00	0,49	115.150,00
316	LEVOMEPRIMAZINA (MALEATO) 25MG	COMPRIMIDO	1.016.000,00	0,20	200.152,00
317	LEVOMEPRIMAZINA (MALEATO) 40MG/ML 20ML - GOTAS	FRASCO	2.000,00	6,89	13.780,00
347	METADONA 5MG	COMPRIMIDO	240.000,00	0,32	75.840,00
375	MORFINA (SULFATO) 10MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	1.520,00	14,68	22.313,60
376	MORFINA (SULFATO) 1MG/ML	AMPOLA	18.000,00	3,85	69.300,00
377	MORFINA (SULFATO) 30 MG	COMPRIMIDO	18.500,00	0,76	14.023,00
378	MORFINA 10 MG	COMPRIMIDO	240,00	0,28	67,20
379	MORFINA 10MG/ML	AMPOLA	340,00	1,65	561,00
380	NALBUFINA 10MG/ML 1 ML	AMPOLA	3.600,00	12,31	44.316,00
411	OMEPRAZOL 40MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	300,00	5,00	1.500,00
414	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 8MG	COMPRIMIDO	11.000,00	2,90	31.900,00
415	ONDANSETRONA 8MG/ML	AMPOLA	240,00	0,93	223,20
445	PREDNISONA 5MG	COMPRIMIDO	830.000,00	0,06	47.310,00
448	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG	COMPRIMIDO	654.000,00	0,06	35.970,00
449	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG/ML	AMPOLA	13.450,00	0,90	12.105,00
491	TENOXICAM 20MG PÓ LIÓFILO	AMPOLA	240,00	3,85	924,00
511	TRAMADOL (CLORIDRATO) 100MG RETARD	COMPRIMIDO	5.000,00	1,52	7.600,00
512	TRAMADOL (CLORIDRATO) 50MG	COMPRIMIDO	216.500,00	0,17	36.805,00
514	TRAMADOL 50MG/ML	AMPOLA	440,00	1,00	440,00
Total do Fornecedor:				2.794.203,95	
Total Geral:				50.859.958,49	

Joinville, 22 de setembro de 2014.

Ana Maria Groff Jansen

Pregoeira

**CIS/AMARP****Resolução Nº. 10/2014-Cpl**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP  
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.  
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br  
CNPJ 11.023.771/0001-10

Resolução nº. 10/2014-CPL

Vera Matheus de Castro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS-AMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 01/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, Homologa o Credenciamento de Laboratório Científico Ltda, CNPJ 95.860.193/0001-67, com endereço a Rua Oswaldo Cruz, 43, Videira - SC, em conformidade com o edital 01/2010 para Credenciamento de Serviços de Análises Clínicas.

ANÁLISES CLÍNICAS	CODIGO SUS	CIS
DOSAGEM DE ACIDO URICO	0.20.20.10.12-0	1,85
DOSAGEM DE AMILASE	0.20.20.10.18-0	2,25
DOSAGEM DE CALCIO	0.20.20.10.21-0	1,85
DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	0.20.20.10.22-8	3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	0.20.20.10.27-9	3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	0.20.20.10.28-7	3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	0.20.20.10.29-5	1,85
DOSAGEM DE CREATININA	0.20.20.10.31-7	1,85
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	0.20.20.10.32-5	3,68
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LÁTICA	0.20.20.10.36-8	3,68
DOSAGEM DE FERRITINA	0.20.20.10.38-4	15,59
DOSAGEM DE FERRO SERICO	0.20.20.10.39-2	3,51
DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	0.20.20.10.41-4	2,01
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	0.20.20.10.42-2	2,01
DOSAGEM DE FOSFORO	0.20.20.10.43-0	1,85
DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMILTRASFERASE (GAMA GT)	0.20.20.10.46-5	3,51
DOSAGEM DE GLICOSE	0.20.20.10.47-3	1,85
DOSAGEM DE LIPASE	0.20.20.10.55-4	2,25
DOSAGEM DE MAGNESIO	0.20.20.10.56-2	2,01
DOSAGEM DE MUÇO-PROTEINAS	0.20.20.10.57-0	2,01
DOSAGEM DE POTASSIO	0.20.20.10.60-0	1,85
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	0.20.20.10.61-9	1,40
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	0.20.20.10.62-7	1,85
DOSAGEM DE SODIO	0.20.20.10.63-5	1,85
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	0.20.20.10.64-3	2,01

DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	0.20.20.10.65-1	2,01
DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	0.20.20.10.67-8	3,51
DOSAGEM DE UREIA	0.20.20.10.69-4	1,85
DOSAGEM DE VITAMINA B12	0.20.20.10.70-8	15,24
DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	0.20.20.20.07-0	2,73
DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	0.20.20.20.09-6	2,73
DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP)	0.20.20.20.13-4	5,77
DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	0.20.20.20.14-2	2,73
DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	0.20.20.20.15-0	2,73
HEMOGRAMA COMPLETO	0.20.20.20.38-0	4,11
PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	0.20.20.20.49-5	2,73
PROVA DO LACO	0.20.20.20.50-9	2,73
DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	0.20.20.30.09-1	15,06
DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	0.20.20.30.10-5	16,42
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	0.20.20.30.12-1	17,16
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	0.20.20.30.13-0	17,16
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	0.20.20.30.15-6	17,16
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	0.20.20.30.16-4	9,25
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	0.20.20.30.18-0	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	0.20.20.30.30-0	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	0.20.20.30.34-2	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	0.20.20.30.35-0	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	0.20.20.30.36-9	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLIADINA (GLUTEN) IGG IGM E IGA	0.20.20.30.49-0	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA	0.20.20.30.56-3	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	0.20.20.30.62-8	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HC)	0.20.20.30.67-9	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	0.20.20.30.74-1	11,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV)	0.20.20.30.80-6	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	0.20.20.30.81-4	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	0.20.20.30.85-7	11,61

PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	0.20.20.30.87-3	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV)	0.20.20.30.91-1	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	0.20.20.30.92-0	17,16
PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (H)	0.20.20.30.97-0	18,55
PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	0.20.20.30.98-9	18,55
DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	0.20.20.60.11-0	11,53
DOSAGEM DE CORTISOL	0.20.20.60.13-6	9,86
DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	0.20.20.60.14-4	11,25
DOSAGEM DE ESTRADIOL	0.20.20.60.16-0	10,15
DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	0.20.20.60.25-0	8,96
DOSAGEM DE INSULINA	0.20.20.60.26-8	10,17
DOSAGEM DE PARATORMONIO	0.20.20.60.27-6	43,13
DOSAGEM DE PROGESTERONA	0.20.20.60.29-2	10,22
DOSAGEM DE PROLACTINA	0.20.20.60.30-6	10,15
DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	0.20.20.60.33-0	13,11
DOSAGEM DE TESTOSTERONA	0.20.20.60.34-9	10,43
DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	0.20.20.60.36-5	15,35
DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	0.20.20.60.37-3	8,76
DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	0.20.20.60.38-1	11,60
DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	0.20.20.60.39-0	8,71
DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	0.20.20.70.15-8	17,53
DOSAGEM DE ZINCO	0.20.20.70.35-2	15,65
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG (ELISA) ANTICLAMIDIA	90212*	20,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM (ELISA) ANTICLAMIDIA	90204*	20,00
ANTICORPOS ENDOMISIO (IGA)	90239*	30,00
ANTICORPOS ENDOMISIO (IGG)	9016007*	30,00
ANTICORPOS ENDOMISIO (IGM)	9016120*	85,00
CULTURA PARA IDENTIFICAÇÃO DO MICOPLASMA	9016015*	30,00
DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO LIVRE (PSA LIVRE)	9016139*	15,00
THC (MACONHA)	9016252*	25,00
CURVA DE TOLERENCIA A LACTOSE	9016260*	35,00
DOSAGEM DE 25-OH-VITAMINA D	9016228*	30,00
CULTURA PARA IDENTIFICAÇÃO DE UREAPLASMA	9016422*	30,00
ANTICORPOS ANTI-TRANSGLUTAMINASE IGA	9016430*	82,00
ANTICORPOS ANTI-TRANSGLUTAMINASE IGG	9016325*	98,00

DOSAGEM DE IGG TOTAL	9016333*	18,00
HLA-B-27	9016449*	87,00
PCR PARA DST's (CLAMYDIA)	9016503*	140,00
IGFBP-3	9016490*	43,00
(*) Código não existente tabela SUS		

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC

Videira, 22 de outubro de 2014.

VERA MATHEUS DE CASTRO

Presidente Comissão Permanente de Licitação CIS-AMARP

## Resolução Nº. 42/2014

Consórcio Intermunicipal de Saúde-CIS-AMARP

Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.

<http://www.amarp.org.br> [cis@amarp.org.br](mailto:cis@amarp.org.br)

### Resolução nº 42/2014

Euzébio Calisto Vieceli, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica Credenciado o Prestador de Serviços de Análises Clínicas, a seguir:

Laboratório Científico Ltda, CNPJ 95.860.193/0001-67, com endereço a Rua Oswaldo Cruz, 43, Videira - SC, em conformidade com o edital 01/2010, Termo de Credenciamento 66/2014

ANÁLISES CLÍNICAS	CODIGO SUS	CIS
DOSAGEM DE ACIDO URICO	0.20.20.10.12-0	1,85
DOSAGEM DE AMILASE	0.20.20.10.18-0	2,25
DOSAGEM DE CALCIO	0.20.20.10.21-0	1,85
DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	0.20.20.10.22-8	3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	0.20.20.10.27-9	3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	0.20.20.10.28-7	3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	0.20.20.10.29-5	1,85
DOSAGEM DE CREATININA	0.20.20.10.31-7	1,85
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	0.20.20.10.32-5	3,68
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LÁTICA	0.20.20.10.36-8	3,68
DOSAGEM DE FERRITINA	0.20.20.10.38-4	15,59
DOSAGEM DE FERRO SERICO	0.20.20.10.39-2	3,51
DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	0.20.20.10.41-4	2,01
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	0.20.20.10.42-2	2,01
DOSAGEM DE FOSFORO	0.20.20.10.43-0	1,85

DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	0.20.20.10.46-5	3,51
DOSAGEM DE GLICOSE	0.20.20.10.47-3	1,85
DOSAGEM DE LIPASE	0.20.20.10.55-4	2,25
DOSAGEM DE MAGNESIO	0.20.20.10.56-2	2,01
DOSAGEM DE MUÇO-PROTEÍNAS	0.20.20.10.57-0	2,01
DOSAGEM DE POTASSIO	0.20.20.10.60-0	1,85
DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS	0.20.20.10.61-9	1,40
DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS E FRACOES	0.20.20.10.62-7	1,85
DOSAGEM DE SODIO	0.20.20.10.63-5	1,85
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	0.20.20.10.64-3	2,01
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	0.20.20.10.65-1	2,01
DOSAGEM DE TRIGLICERÍDEOS	0.20.20.10.67-8	3,51
DOSAGEM DE UREIA	0.20.20.10.69-4	1,85
DOSAGEM DE VITAMINA B12	0.20.20.10.70-8	15,24
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO	0.20.20.20.07-0	2,73
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	0.20.20.20.09-6	2,73
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP)	0.20.20.20.13-4	5,77
DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	0.20.20.20.14-2	2,73
DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO (VHS)	0.20.20.20.15-0	2,73
HEMOGRAMA COMPLETO	0.20.20.20.38-0	4,11
PROVA DE RETRAÇÃO DO COAGULO	0.20.20.20.49-5	2,73
PROVA DO LACO	0.20.20.20.50-9	2,73
DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEÍNA	0.20.20.30.09-1	15,06
DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	0.20.20.30.10-5	16,42
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	0.20.20.30.12-1	17,16
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	0.20.20.30.13-0	17,16
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	0.20.20.30.15-6	17,16
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	0.20.20.30.16-4	9,25
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	0.20.20.30.18-0	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	0.20.20.30.30-0	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	0.20.20.30.34-2	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	0.20.20.30.35-0	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	0.20.20.30.36-9	18,55

PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLIADINA (GLUTEN) IGG IGM E IGA	0.20.20.30.49-0	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA	0.20.20.30.56-3	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	0.20.20.30.62-8	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HC)	0.20.20.30.67-9	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	0.20.20.30.74-1	11,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV)	0.20.20.30.80-6	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	0.20.20.30.81-4	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	0.20.20.30.85-7	11,61
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	0.20.20.30.87-3	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV)	0.20.20.30.91-1	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	0.20.20.30.92-0	17,16
PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFÍCIE DO VIRUS DA HEPATITE B (H)	0.20.20.30.97-0	18,55
PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	0.20.20.30.98-9	18,55
DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	0.20.20.60.11-0	11,53
DOSAGEM DE CORTISOL	0.20.20.60.13-6	9,86
DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	0.20.20.60.14-4	11,25
DOSAGEM DE ESTRADIOL	0.20.20.60.16-0	10,15
DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	0.20.20.60.25-0	8,96
DOSAGEM DE INSULINA	0.20.20.60.26-8	10,17
DOSAGEM DE PARATORMONIO	0.20.20.60.27-6	43,13
DOSAGEM DE PROGESTERONA	0.20.20.60.29-2	10,22
DOSAGEM DE PROLACTINA	0.20.20.60.30-6	10,15
DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	0.20.20.60.33-0	13,11
DOSAGEM DE TESTOSTERONA	0.20.20.60.34-9	10,43
DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	0.20.20.60.36-5	15,35
DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	0.20.20.60.37-3	8,76
DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	0.20.20.60.38-1	11,60
DOSAGEM DE TRIIODOTIROMINA (T3)	0.20.20.60.39-0	8,71
DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	0.20.20.70.15-8	17,53
DOSAGEM DE ZINCO	0.20.20.70.35-2	15,65
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG (ELISA) ANTICLAMIDIA	90212*	20,00

PESQUISA DE ANTICORPOS IGM (ELISA) ANTICLAMIDIA	90204*	20,00
ANTICORPOS ENDOMISIO (IGA)	90239*	30,00
ANTICORPOS ENDOMISIO (IGG)	9016007*	30,00
ANTICORPOS ENDOMISIO (IGM)	9016120*	85,00
CULTURA PARA IDENTIFICAÇÃO DO MICOPLASMA	9016015*	30,00
DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO LIVRE (PSA LIVRE)	9016139*	15,00
THC (MACONHA)	9016252*	25,00
CURVA DE TOLERENCIA A LACTOSE	9016260*	35,00
DOSAGEM DE 25-OH-VITAMINA D	9016228*	30,00
CULTURA PARA IDENTIFICAÇÃO DE UREAPLASMA	9016422*	30,00
ANTICORPOS ANTI-TRANS-GLUTAMINASE IGA	9016430*	82,00
ANTICORPOS ANTI-TRANS-GLUTAMINASE IGG	9016325*	98,00
DOSAGEM DE IGG TOTAL	9016333*	18,00
HLA-B-27	9016449*	87,00
PCR PARA DST's (CLAMYDIA)	9016503*	140,00
IGFBP-3	9016490*	43,00
(*) Código não existente tabela SUS		

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC

Videira, 22 de outubro de 2014.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Presidente CIS-AMARP

